

A black and white photograph of a woman sitting in a chair, looking to the left. She is wearing a light-colored, short-sleeved top and dark pants. Her hands are clasped in her lap. In the background, two other people are seated at desks, one on the left and one on the right, both appearing to be on the phone. The setting looks like a newsroom or a public office.

# MISSÃO DAS CANDIDATAS

a jornada jornalística da mulher na política

Letícia Rossa  
2024

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO**

**LETÍCIA ROSSA**

**MISSÃO DAS CANDIDATAS:  
a jornada jornalística da mulher na política brasileira**

**São Leopoldo  
2024**

LETÍCIA ROSSA

**MISSÃO DAS CANDIDATAS:  
a jornada jornalística da mulher na política brasileira**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Aquino

São Leopoldo

2024

R827m    Rossa, Letícia.  
Missão das candidatas: a jornada jornalística da mulher  
na política brasileira / Letícia Rossa. – 2024.  
388 f.: il.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.  
“Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Aquino”.

1. Gênero. 2. Política. 3. Jornalismo. 4. Mulheres na  
política - Brasil. 5. Rousseff, Dilma, 1947-. I. Título.

CDU 396.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

**LETÍCIA ROSSA**

**MISSÃO DAS CANDIDATAS:**

**A jornada jornalística da mulher na política brasileira**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rios dos Sinos - UNISINOS.

**APROVADA EM 25 DE MARÇO DE 2024.**

**BANCA EXAMINADORA**

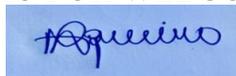
**PROFA. DRA. CAMILA QUESADA TAVARES – UFMA  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. DEBORA THAYANE DE OLIVEIRA LAPA GADRET - UFRGS  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. MONICA MARTINEZ – UNISO  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROF. DR. RONALDO CESAR HENN – UNISINOS  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROF. DRA. MARIA CLARA JOBST DE AQUINO – ORIENTADORA  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**



## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Para Betina e Maria Vitória,  
as minhas meninas sonhadoras.

## AGRADECIMENTOS

Para as mulheres que emprestam a sua esperança para a sobrevivência da minha luta, o meu muito obrigada.

Nona Irene, por viver para a minha felicidade.

Jêni, por ser um sopro de renovação.

Malu, por me autorizar a ser Letícia.

Catherine, por provocar inquietações que machucam e transformam.

Jéssica, por respirar empatia e sorrir otimismo.

Alice, por acolher as minhas dores sem julgamento.

Carolina, por ser meu exemplo de maternidade.

Isadora, por uma relação contínua e incontestável.

Bianca, por se tornar a poesia que me incentiva.

Maria Clara, por partilhar o saber com gentileza.

Dilma, por estrear a Presidência da República do Brasil.

Thaís, por ser a primeira a acreditar em mim no jornalismo.

Francielle, por uma parceria de feminismo e de pesquisa.

Marcia, por escrever palavras que educam e provocam.

Juliana, por ser a acolhida na construção do fazer científico.

Alice, por me ajudar a entender e aceitar a minha história.

E para os homens que vibram com as minhas jornadas e costuram afetos para a superação da marcha, o meu muito obrigada.

Nícolas, por construir um amor honesto e possível.

Nono Darci, por ser a saudade que grita e a memória que me faz continuar.

Da vida doída e da existência consentida, vocês são vozes que ecoam o porquê de a felicidade ser legítima. Não fui feliz todos os dias; mas de 2020 a 2024, por meio de centenas de páginas de uma tese de doutorado, me fiz mais Letícia. Em honra à menina que nasce em 1991 sem chance e sem confiança, é meu dever acreditar: no jornalismo, no feminismo, na política, na humanidade. Muito, muito obrigada a vocês que sonham comigo.

“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo.

E você tem que fazer isso o tempo todo.”

Angela Davis.

## RESUMO

A Missão das Candidatas é o guia experimental que mapeia a jornada jornalística da mulher na política brasileira. A âncora da pesquisa está no exercício do poder (na política e no jornalismo) enquanto efeito de articulações de gênero: é por meio da atribuição de certezas a mulheres e a homens que as relações hierárquicas são negociadas. No Brasil, a política é a instituição que concretiza os gargalos extremos que situam o masculino e o feminino na condição de antagonistas; há 52% de brasileiras em um país de 53% de eleitoras, que elegeram 18% de candidatas em 2022. Há um Brasil de mulheres governado por homens, em que a presidenta Dilma Rousseff figura como a maior marca do feminino a romper as fronteiras rígidas de um Brasil costurado com pronome masculino. A segregação da maior fatia populacional da esfera da política pública não se dá em vão (Flávia BIROLI, 2018b)<sup>1</sup>, mas enquanto natureza de construções complexas, enraizadas e históricas que condicionam ao masculino a regra da existência e ao feminino a posição de desvio, de outro, de não-homem (Guacira Lopes LOURO, 1997). A amostra da generificação do poder está na ancestralidade e na mitologia, com a produção de arquétipos do inconsciente coletivo que reproduzem as exigências e as limitações de gênero – como a Jornada do Herói, de 1949 (CAMPBELL, 2007), e a Jornada da Heroína, de 1991 (Maureen MURDOCK, 2022). Embora estes roteiros apareçam enquanto dispositivos que inauguram cenários e provocam saberes epistemológicos, há insuficiências para perceber o que é ser herói ou o que é ser heroína. A Missão das Candidatas é uma proposta de avanço destas jornadas de análise teórico-metodológica: por meio de um jornalismo objetivo (na apuração e na ética), mas sobretudo subjetivo (no afeto e na alteridade), a provocação é verificar a fabricação da narrativa jornalística (MOTTA, 2005a; RESENDE, 2009) como agente que também é imbricado por imposições de gênero. As notícias são potências que atravessam o fazer social quando contam as histórias de vida que permeiam o cotidiano (Fabiana MORAES, 2022; Marcia VEIGA DA SILVA, 2010). A proposta da tese, então, é apresentar uma análise sustentada em 24 notícias de 168 exemplares e de 13.486 páginas de dois jornais brasileiros (*Estadão* e *O Globo*), por meio da metodologia Marcos de Dilma (em que há a sistematização de uma linha do tempo com datas-chave da história política da ex-presidenta). Como resultado, a pesquisa identifica o arco da Missão das Candidatas a partir de 12 estágios de sentido que servem de guia para perceber como pode ser

---

<sup>1</sup> Por este estudo discutir questões relativas a gênero, na primeira menção de autoras mulheres o nome será citado de forma completa porque se entende que, por vezes, apenas o sobrenome sugere que a autoria natural é masculina.

construída a narrativa jornalística da mulher na política brasileira. A proposta da tese é patrocinar inquietações para um saber subjetivo, porém comprometido com a informação apurada, digna e horizontal. É nas páginas deste jornalismo que está a produção de um conhecimento justo que explora a dinâmica do poder para homens e para mulheres. A Missão das Candidatas é a amostra de uma narrativa jornalística que constrói a jornada da mulher na política do Brasil. Embora não se apresente como um formulário estático e definitivo, a pretensão é promover uma referência que faça emergir reflexões sobre a conformação do jornalismo em conjunturas que demandem subjetividade para narração da história. Com isso, esta tese de doutorado é estruturada a partir do dever de reivindicar uma narrativa jornalística em que histórias de vida da mulher na política não sejam naturalizadas, condicionadas ou sequer inviabilizadas.

**Palavras-chave:** gênero; política; narrativa jornalística; Dilma Rousseff; jornada da heroína.

## ABSTRACT

The Mission of the Candidates is the experimental guide that maps the journalistic journey of women in Brazilian politics. The anchor of the research is the exercise of power (in politics and journalism) as an effect of gender articulations: it's through the attribution of certainties to women and men that hierarchical relationships are negotiated. In Brazil, politics is the institution that implements the extreme bottlenecks that place the masculine and feminine in the condition of antagonists; there are 52% Brazilian women in a country with 53% female voters, who elected 18% female candidates in 2022. There is a Brazil of women governed by men, in which President Dilma Rousseff appears as the greatest feminine mark to break rigid borders of a Brazil sewn with a masculine pronoun. The segregation of the largest portion of the population from the sphere of public policy does not occur in vain (Flávia BIROLI, 2018b), but as a nature of complex, deep-rooted and historical constructions that condition the male as the rule of existence and the female as a deviant position, on the other, as a non-man (Guacira Lopes LOURO, 1997). The example of the gendering of power is in ancestry and mythology, with the production of archetypes of the collective unconscious that reproduce the demands and limitations of gender – such as the Hero's Journey, from 1949 (CAMPBELL, 2007), and the Heroine's Journey, from 1991 (Maureen MURDOCK, 2022). Although these scripts appear as devices that open scenarios and provoke epistemological knowledge, there are insufficiencies in understanding what it means to be a hero or what it means to be a heroine. The Mission of the Candidates is a proposal to advance these journeys of theoretical-methodological analysis: through objective journalism (in investigation and ethics), but above all subjective (in affect and alterity), the provocation is to verify the fabrication of the narrative journalism (MOTTA, 2005a; RESENDE, 2009) as an agent that is also intertwined with gender impositions. News is a force that permeates social activity when it tells the life stories that permeate everyday life (Fabiana MORAES, 2022; Marcia VEIGA DA SILVA, 2010). The proposal of the thesis, then, is to present an analysis based on 24 news items from 168 copies and 13,486 pages from two Brazilian newspapers (*Estadão* and *O Globo*), using the Marcos de Dilma methodology (in which there is the systematization of a line of time with key dates in the former president's political history). As a result, the research identifies the arc of the Mission of the Candidates based on 12 stages of meaning that serve as a guide to understand how the journalistic narrative of women in Brazilian politics can be constructed. The proposal of the thesis is to sponsor concerns for subjective knowledge, but

committed to accurate, dignified and horizontal information. It's in the pages of this journalism that the production of fair knowledge that explores the dynamics of power for men and women is found. The Mission of the Candidates is a sample of a journalistic narrative that builds the journey of women in Brazilian politics. Although it does not present itself as a static and definitive form, the intention is to promote a reference that gives rise to reflections on the shape of journalism in situations that demand subjectivity in the telling of history. Therefore, this thesis is structured based on the duty to demand a journalistic narrative in which women's life stories in politics are not naturalized, conditioned or even made unfeasible.

**Key-words:** gender; policy; journalistic narrative; Dilma Rousseff; Heroine's journey.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lugares que não ocupamos.....	22
Figura 2 - As explosões nervosas da presidente .....	30
Figura 3 - Sexualidade de Dilma Rousseff.....	32
Figura 4 - Adesivo de Dilma Rousseff penetrada.....	36
Figura 5 - Integrantes do movimento sufragista em 1920.....	47
Figura 6 - Campanha <i>Mulheres sem medo do poder</i> , em 1996.....	50
Figura 7 - Duas ministras e 20 ministros de Bolsonaro.....	60
Figura 8 - Chapa de Lula e Geraldo Alckmin .....	61
Figura 9 - Onde estão as prefeitas brasileiras .....	65
Figura 10 - Vereadora Bruna Rodrigues .....	67
Figura 11 - Senadora Licia Ronzuli com sua filha .....	68
Figura 12 - Inspirações para mulheres na política.....	70
Figura 13 - Ocupação de homens e mulheres em espaços de poder .....	72
Figura 14 - Dilma Rousseff, pais e irmão.....	74
Figura 15 - Ficha criminal de Dilma Rousseff.....	76
Figura 16 - Interrogatório em 1970 .....	77
Figura 17 - Chefe da Casa Civil nomeada em 21 de junho de 2005 .....	79
Figura 18 - Transferência de faixa de Lula à Dilma.....	84
Figura 19 - Posse de Dilma junto à filha Paula .....	85
Figura 20 - <i>O Globo</i> na posse de Dilma .....	85
Figura 21 - Maior protesto anti-Dilma em março de 2016.....	92
Figura 22 - Votação do <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados.....	96
Figura 23 - Bela, recatada e do lar.....	98
Figura 24 - Afastamento da presidenta em 12 de maio de 2016 .....	99
Figura 25 - Para chegar à Jornada da Heroína.....	105
Figura 26 - O corpo feminino em Vênus.....	124
Figura 27 - Nona Wilma Cecília Cavallin e nono Fulcio Rossa Neto.....	129
Figura 28 - Aventura mitológica do herói .....	132
Figura 29 - Uma presidente fora de si .....	151
Figura 30 - Negação, introspecção e retomada.....	153
Figura 31 - Marcos de Dilma.....	183
Figura 32 - Marco 1 em <i>Estadão</i> .....	190

Figura 33 - Marco 1 em <i>O Globo</i> .....	194
Figura 34 - Marco 2 em <i>Estadão</i> .....	197
Figura 35 - Marco 2 em <i>O Globo</i> .....	202
Figura 36 - Marco 3 em <i>Estadão</i> .....	208
Figura 37 - Marco 3 em <i>O Globo</i> .....	215
Figura 38 - Marco 4 em <i>Estadão</i> .....	221
Figura 39 - Marco 4 em <i>O Globo</i> .....	226
Figura 40 - Marco 5 em <i>Estadão</i> .....	231
Figura 41 - Marco 5 em <i>O Globo</i> .....	236
Figura 42 - Marco 6 em <i>Estadão</i> .....	242
Figura 43 - Marco 6 em <i>O Globo</i> .....	247
Figura 44 - Marco 7 em <i>Estadão</i> .....	254
Figura 45 - Marco 7 em <i>O Globo</i> .....	261
Figura 46 - Marco 8 em <i>Estadão</i> .....	268
Figura 47 - Marco 8 em <i>O Globo</i> .....	274
Figura 48 - Marco 9 em <i>Estadão</i> .....	282
Figura 49 - Marco 9 em <i>O Globo</i> .....	288
Figura 50 - Marco 10 em <i>Estadão</i> .....	295
Figura 51 - Marco 10 em <i>O Globo</i> .....	304
Figura 52 - Marco 11 em <i>Estadão</i> .....	311
Figura 53 - Marco 11 em <i>O Globo</i> .....	318
Figura 54 - Marco 12 em <i>Estadão</i> .....	325
Figura 55 - Marco 12 em <i>O Globo</i> .....	333
Figura 56 - Tchou, querida .....	339
Figura 57 - Missão das Candidatas.....	354

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mulheres eleitas em 2022 .....	55
Gráfico 2 - Evolução na candidatura de mulheres.....	56
Gráfico 3 - Comparação de candidatas e candidatos em 2022.....	57
Gráfico 4 - Desigualdade de gênero e raça em Câmaras Municipais.....	62

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Arquétipos da mulher na Grécia Antiga.....	118
Quadro 2 - Jornada do Herói de Joseph Campbell .....	135
Quadro 3 - Jornada da Heroína de Maureen Murdock .....	145
Quadro 4 - Trechos narrativos em Marco 1 ( <i>Estadão</i> ).....	191
Quadro 5 - Trechos narrativos em Marco 1 ( <i>O Globo</i> ).....	194
Quadro 6 - Trechos narrativos em Marco 2 ( <i>Estadão</i> ).....	198
Quadro 7 - Trechos narrativos em Marco 2 ( <i>O Globo</i> ).....	203
Quadro 8 - Trechos narrativos em Marco 3 ( <i>Estadão</i> ).....	209
Quadro 9 - Trechos narrativos em Marco 3 ( <i>O Globo</i> ).....	216
Quadro 10 - Trechos narrativos em Marco 4 ( <i>Estadão</i> ).....	222
Quadro 11 - Trechos narrativos em Marco 4 ( <i>O Globo</i> ).....	227
Quadro 12 - Trechos narrativos em Marco 5 ( <i>Estadão</i> ).....	232
Quadro 13 - Trechos narrativos em Marco 5 ( <i>O Globo</i> ).....	237
Quadro 14 - Trechos narrativos em Marco 6 ( <i>Estadão</i> ).....	243
Quadro 15 - Trechos narrativos em Marco 6 ( <i>O Globo</i> ).....	248
Quadro 16 - Trechos narrativos em Marco 7 ( <i>Estadão</i> ).....	255
Quadro 17 - Trechos narrativos em Marco 7 ( <i>O Globo</i> ).....	262
Quadro 18 - Trechos narrativos em Marco 8 ( <i>Estadão</i> ).....	269
Quadro 19 - Trechos narrativos em Marco 8 ( <i>O Globo</i> ).....	275
Quadro 20 - Trechos narrativos em Marco 9 ( <i>Estadão</i> ).....	283
Quadro 21 - Trechos narrativos em Marco 9 ( <i>O Globo</i> ).....	289
Quadro 22 - Trechos narrativos em Marco 10 ( <i>Estadão</i> ).....	296
Quadro 23 - Trechos narrativos em Marco 10 ( <i>O Globo</i> ).....	305
Quadro 24 - Trechos narrativos em Marco 11 ( <i>Estadão</i> ).....	312
Quadro 25 - Trechos narrativos em Marco 11 ( <i>O Globo</i> ).....	319
Quadro 26 - Trechos narrativos em Marco 12 ( <i>Estadão</i> ).....	326
Quadro 27 - Trechos narrativos em Marco 12 ( <i>O Globo</i> ).....	334
Quadro 28 - Os estágios de sentido dos Marcos de Dilma.....	341
Quadro 29 - Missão das Candidatas .....	342

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eleitos e eleitas de 1994 a 2022 .....	52
Tabela 2 - Representatividade de candidatas em 2022.....	58
Tabela 3 - Diversidade de prefeitas e vereadoras em 2020 .....	64

## SUMÁRIO

<b>1 COMO: AS RAZÕES DE EXISTIR, SONHAR E REIVINDICAR</b> .....	<b>19</b>
<b>2 QUEM: GENERIFICANDO O PODER POLÍTICO</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1 Masculino enquanto regra, feminino como desvio</b> .....	<b>28</b>
<b>2.2 Brasil de mulheres, governado por homens</b> .....	<b>45</b>
<b>2.3 Após 35 presidentes, Dilma Rousseff</b> .....	<b>73</b>
2.3.1 “Diante da tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira” .....	74
2.3.2 Uma mulher ou um poste; tanto faz.....	78
2.3.3 “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” .....	95
<b>3 QUANDO: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM ARQUÉTIPOS</b> .....	<b>105</b>
<b>3.1 Os padrões históricos da humanidade</b> .....	<b>108</b>
<b>3.2 Projeções mitológicas para entender o agora</b> .....	<b>112</b>
3.2.1 “Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará” .....	116
<b>4 O QUÊ: JORNADA DA HEROÍNA COMO LENTE DE GÊNERO PARA NARRAR HISTÓRIAS NO JORNALISMO</b> .....	<b>129</b>
<b>4.1 Quem é a heroína</b> .....	<b>140</b>
<b>4.2 E como o jornalismo narra as nossas jornadas?</b> .....	<b>156</b>
4.2.1 Por um jornalismo de verdade (ou de mentira?) .....	165
<b>5 ONDE: MISSÃO DAS CANDIDATAS</b> .....	<b>179</b>
<b>5.1 Como cheguei até aqui: procedimentos teórico-metodológicos</b> .....	<b>179</b>
5.1.1 Marco 1 - Sucessora .....	190
5.1.2 Marco 2 - Remodelada .....	197
5.1.3 Marco 3 - Indicada.....	207
5.1.4 Marco 4 - Eleita .....	220
5.1.5 Marco 5 - Vaiada .....	231
5.1.6 Marco 6 - Reeleita .....	242
5.1.7 Marco 7 - Protestada.....	253
5.1.8 Marco 8 - Julgada .....	267
5.1.9 Marco 9 - Votada.....	281
5.1.10 Marco 10 - Afastada .....	295
5.1.11 Marco 11 - Ouvida.....	310
5.1.12 Marco 12 - Destituída .....	325

<b>5.2 Enquanto os homens exercem seus podres poderes .....</b>	<b>339</b>
<b>6 PORQUÊ: UMA CARTA PARA AS WILMAS, AS IRENES, AS TERESINHAS....</b>	<b>356</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>373</b>

## 1 COMO: AS RAZÕES DE EXISTIR, SONHAR E REIVINDICAR

Sou grata por ser uma mulher. Eu devo ter feito algo grande em outra vida.  
Maya Angelou.

Por que **todos** e não **todas**?

Eu cursava a quarta série do ensino fundamental quando ouvi a orientação pontual de que, em caso de contextos coletivos, deveríamos utilizar o pronome masculino - tal qual ensina a gramática da Língua Portuguesa. Em uma escola pequena, pública e do interior da serra gaúcha, logo após a chegada do novo milênio, hesitações referentes à linguagem e à problemática de gênero estavam há anos-luz de distância. O que se aproximava, porém, era minha inquietação dirigida à então professora: ora, por que, afinal, em uma turma majoritariamente composta por alunas, eu deveria atender a um discurso masculino?

O apagamento de mulheres não é abrupto ou imprevisível; pelo contrário, a anulação de potências e de emancipações relativas ao que se atribui ao feminino é embrionária, no sentido mais literal que eu possa descrever. Os ajustamentos de conduta são precedentes às nossas constituições enquanto seres humanos, quando ainda nos são limitadas as fronteiras do útero materno. Ao nascer, demarcações do feminino rompem o ventre daquela que nos gestou e se expandem em escala descomedida para todo o fazer social. O viver da menina, desde o segundo um de seu **existir**, é condicionado a assistir: assistir eles prosperarem, assistir quem demanda auxílio, assistir mais (e mais e mais e mais e mais e mais) normas e padrões a encaixotar em um baú de silêncios.

Em conjunturas familiares que demonizam a identidade de gênero, laços cor de rosa, brincos dourados nas orelhas e vestidos de princesa incrementados com tules e armações tal qual monarcas do século 16 são pendurados em meninas antes de sua estreia social, diante de amigos e de familiares. O processo - seja consciente ou não - retrata uma demarcação de quem é ela e como ela será: uma bela, enfeitada e graciosa menina. É um ensaio nítido e desmascarado do que está por vir.

As adequações de discurso, de vestuário, de postura e até de diversão invadem a infância e a adolescência, penetrando em performances vivenciadas, por exemplo, na escola - que aparece como cenário de reforço às imposições de gênero (tanto do feminino quanto do masculino). É sob as classes em sala de aula, no universo em que todas as possibilidades e variações poderiam e deveriam ser incentivadas, que percebemos o movimento inaugural de que “letra bonita é de menina”, que “meninos são mais travessos”, que para nós “é feio sentar de pernas abertas”, que para eles “não é certo usar mochila rosa”. São exigências imperativas

que atravessaram o princípio do meu existir, quando a recreação não aparecia como sinônimo para meninas e para meninos: havia (e ainda há, por óbvio) diversão específica a crianças que nasceram com vagina, da mesma forma que nem toda brincadeira é permitida a jovens gerados com um pênis.

Os movimentos precursores na infância, que embrulham sujeitos livres e passíveis de decisão em pacotes de regras, opressões, deficiências e segmentações, são esticados à trajetória adulta, em um existir demarcado por distinções motivadas, portanto, pelas identidades de sexo e de gênero do sujeito. São características que, em vez de agregarem à formação de cada um e cada uma de nós, geram quebras, separações. As razões para **sonhar**, via de regra, emergem nesta racionalização que faz questionar os porquês de incontáveis restrições que interrompem a corrente natural de desejos que cruzam a biografia de cada mulher. Isto é, são incômodos que, preliminarmente, inquietam e desassossegam; para, na sequência, fazer desengasgar a impulsão por viver sem imposições.

Apesar de não verbalizadas por mim, incertezas provenientes da infância (como a generalização de discursos no masculino) permaneceram teimosas em cenários em que padrões masculinos apareciam como superiores unicamente por serem masculinos: seja no colégio, na universidade, em espaços de trabalho, no meio familiar. Sei que não estava (e sigo não estando) sozinha neste enredo de perturbações e desconfortos - por vezes, agradeço à Letícia Rossa de 2001 que silenciou para que a Letícia Rossa de 2020 despertasse com pitadas de euforia para esta pesquisa. Eu sonhei que era possível romper com um padrão de barreiras construído no entorno das mulheres de minha família: a mãe estuprada ainda virgem, que descobriu-se grávida de uma menina quando ainda era, ela própria, uma projeção de sujeito adulto; a nona impedida de experimentar o desejo de exercer sua profissão, uma vez mulher destinada ao casamento e à maternidade; uma bisnona que retrata a imigrante italiana pobre, escoltada por 16 filhos e filhas, e desamparada por um marido atarefado em conhecer novas jovens brasileiras. O sonho não é o de pura e rasamente existir, tal qual cumpriram as que me antecedem, mas de sonhar com uma teia de acontecimentos possíveis, em que o gênero não restringe - mas agrega.

A ânsia por quebrar paradigmas secularmente tecidos para nós, meninas e mulheres (mas também para eles, meninos e homens) é acentuada em ocasiões onde o entusiasmo por fugir do lugar comum são extintas ainda na infância. Não é necessário vislumbrar cenários apoteóticos ou distantes; aqui mesmo, ao meu lado e ao seu está ocorrendo um episódio provável de limitação motivado por gênero.

Mas *viver é melhor que sonhar*, nos educam Elis Regina e Belchior. E a **reivindicação** aparece como efeito desta série de sonhos entalados, que apertam e reduzem a expectativa de mulheres para que apenas existam. A contestação é sinônimo de liberdade, em um meio social onde o protesto aparece como recurso legítimo de manter-se vivo. Isto é, exigir direitos é um movimento intrínseco ao ser humano, que extrapola as noções de certo ou errado: historicamente, o que grupos já concebidos como minoritários almejam é a equidade de transitar em sociedade, em uma conjuntura utópica - porém urgente.

Cada palavra descrita aqui é resultado de muitas reivindicações. Do porquê eu e minhas colegas éramos nomeadas como “eles”, do porquê o abandono paterno do homem que me gerou ser mascarado como despreparo, do porquê meus honorários enquanto jornalista sempre figurarem como inferiores a homens menos experientes e qualificados, do porquê minha voz ser enquadrada como insensível em ocasiões de tomada de decisão, do porquê meu corpo (embora branca e cis) ser julgado como adequado ou não para determinado padrão, do porquê é meu dever executar o triplo de atividades de um homem para, mesmo assim, não merecer o mesmo respeito, do porquê ainda precisamos, todas nós, enfatizar que somos seres humanos dignos, falhos e potentes.

Em 1º de janeiro de 2011, às 14 horas, a rampa do Palácio do Planalto é o símbolo de um existir que se configurou em sonho e sucedeu em reivindicação. Escolhas partidárias ou de mérito à parte, os metros percorridos por Dilma Rousseff como primeira presidenta do Brasil tão só inauguraram o percurso trilhado por homens desde 1889; mas escancararam que, embora tardiamente, uma mulher também pode chegar **lá**. E este **lá**, repito, é onde eu e você definimos: na maternidade, no jornalismo, na política, no casamento.

Na constituição e no exercício de nossa cidadania, o silêncio não pode aparecer como agente protagonista. A luta por um meio mais horizontal, solidário e justo se desdobra para um futuro sem prazo de validade, em que o fôlego para escalar muros é retomado a cada nova geração. Nada nos é entregue gratuitamente, afinal: cada avançar é mérito de custosas, heterogêneas e históricas conquistas. Esta tese é sobre jornalismo, gênero e política, sem dúvida; mas sobretudo faz referência às rampas que, tal qual Dilma Rousseff, eu e você também podemos merecer.

É indispensável existir, é reconfortante sonhar, é urgente reivindicar, afinal.

\*\*\*

*“Mas, embora eu possa ser a primeira mulher no cargo, não serei a última”.*

Kamala Harris, primeira vice-presidenta dos Estados Unidos.

*“É verdade: eu sou uma mulher dura cercada de homens meigos”.*

Dilma Rousseff, primeira presidenta no Brasil.

*“Me chame de presidenta! Vão se acostumando às mulheres”.*

Cristina Kirchner, primeira presidenta eleita na Argentina.

Figura 1 - Lugares que não ocupamos



Fonte: Isabela MOREIRA (2015).

Eu peço, por gentileza, que você reflita comigo.

Visualize uma liderança de Estado, alguém sentado à cabeceira da mesa a fim de martelar definições, uma autoridade internacional, uma presidência, um governo religioso. Quem é a pessoa para a qual apontam os holofotes? Quem está à frente, acima? Quem é estampado pelo jornalismo como referência? Quem detém, portanto, o poder? O desfecho, via de regra, se assemelha: é o homem branco, cisgênero, ocidental, heterossexual, rico, cristão -

que cumpre um padrão social normativo e creditado enquanto a regra estável e admissível para gerir um grupo ou uma nação.

As condições de um gênero embranquecido que se revelam nesta década não repercutem uma estrutura traçada há dois, cinco ou 20 anos. O masculino enquanto ordem é efeito de uma engrenagem primitiva, estimulado desde a infância por sujeitos e sistemas que têm neste modelo de sociedade um apanhado de privilégios. Instituições como o jornalismo e a política, por exemplo, interferem na formatação do que é concebido enquanto feminino e das concepções relativas ao masculino, ao se partir de uma diretriz binária de gênero.

É motivada por apreensões, limitações e enquadramentos remetidos a meninas e mulheres (em um projeto reproduzido a cada dia por séculos) que apresento esta tese de doutorado em Comunicação. Em um caráter de nível afetivo (atravessado pela prática científica), importa acessar os porquês de mulheres ainda serem manifestadas como coadjuvantes, minorias, secundárias em conjunturas múltiplas - desde o ensino fundamental até espaços de disputas de comando e poder.

A desproporção de lideranças ilustrada na Figura 1 não é uma fuga à regra. O que se naturaliza enquanto parâmetro comum é o da escassez de mulheres em universos públicos, de caráter decisório - em especial, das que rompem com o molde branco, heterossexual e cisgênero. Quem constrói os princípios, logo, são eles. Quem rege as ordens, ora, também são eles. Quem prescreve, fiscaliza e remodela as leis, veja, ainda são eles. A intenção, com o que descrevo neste estudo, não é demonizar a ocupação masculina; pelo contrário, entende-se que há exceções e que a democracia social (não só político-partidária) é um meio que não restringe (ou não deveria restringir) gênero. O aspecto teórico e empírico desenhado nestas páginas propõe uma troca científica, embasada em fazeres e saberes anteriores a nós, a fim de avaliar em conjunto como se dá a construção jornalística da mulher em uma superfície lotada em sua maior totalidade por homens: a política.

A conjuntura de gestão pública de uma nação como o Brasil não está vinculada a rostos masculinos em vão. Veja: em 2018, registrou-se a escolha por 1.500 homens para ocuparem os cargos de presidente, vice-presidente, governadores, vices, deputados e senadores (o que somou 84% da totalidade). As votações, por sua vez, elegeram 287 mulheres (16%) para atuarem enquanto deputadas, senadoras e governadora. Dois anos depois, em 2020, o panorama não foge à regra: foram 58.058 homens consolidados (85% do total de candidaturas) e, na contramão, 10.893 mulheres vereadoras, prefeitas ou vices (referente a 15%). O projeto de masculinização do poder é reforçado e continuado em 2022, no mais recente pleito geral: 1.375 homens (82%) e 308 mulheres (18%) eleitos e eleitas para

comandar o Brasil até 2026. Embora desequilibrado, o quociente é o mais positivo das três eleições mais atuais - em que se observa uma mulher nomeada para cada 4,6 homens (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022).

A contradição está no mapa que apresenta nós, mulheres, enquanto maioria populacional do país (52%) e, logo, como predominantes no eleitorado apto a votar: somos, em 2023, 82,3 milhões de mulheres (53%) qualificadas a escolher quem nos representa. Como resultado desta incompatibilidade entre quem elege e quem é eleito, o Brasil figurava, em 2021, na posição de número 142 em um ranking de 196 nações estabelecido anualmente pela União Inter-Parlamentar quanto à expressão feminina em espaços de liderança no Poder Legislativo; atrás de países como Myanmar, Zâmbia, Togo, Marrocos e Paquistão (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2021). Apesar de as disputas municipais serem configuradas cada vez mais com rostos femininos, nós ainda somos prefeitas em 12% dos municípios brasileiros e vereadoras em apenas 13% das Câmaras Legislativas (MULHERES..., [2022?]).

Há numerosas amostras que confirmam a constituição masculina (branca, cristã, cis e heterossexual) da política em todo o país, seja em escala macro ou em representações regionais. O paradigma do sexo frágil ainda desloca a mulher em um palco onde secularmente figura, como protagonista, o homem. Assim, de certa forma, é natural a política produzir nomes como Jair Messias, Fernando Henrique e Luiz Inácio<sup>2</sup>. Na contramão, quando a referência é feminina, há uma lacuna: de imediato, quantas mulheres você é capaz de listar? É a partir desta condição que desponta e atua Dilma Rousseff, maior liderança em termos de representatividade e conquista na história política brasileira.

Ainda que a primeira presidenta eleita e reeleita apareça enquanto rompimento de um padrão cumprido desde 1889, na Primeira República, a amostragem geral de ocupação de poder político reflete a desigualdade entre candidatas e candidatos; o que sinaliza que, apesar de avanços, o contexto permitido a mulheres ainda é o de coadjuvante (BIROLI, 2018b). O fundamento para esta pesquisa vem da concepção de que o masculino é o gênero que mais atravessa relações de poder em sociedade (Joan SCOTT, 1995), inclusive (e principalmente) na política. A provocação que inquieta a tese (observar e mulher, a partir do jornalismo, em um contexto no qual as relações de poder e dominações masculinas são predominantes) tem sido estimulada desde a dissertação do mestrado em Comunicação: defendida em 2018, a pesquisa detalha os valores identitários do Brasil em perfis jornalísticos da *Revista Rolling Stone*. Como resultado, avalio que a assiduidade de mulheres brasileiras em reportagens de

---

<sup>2</sup> Ex-presidentes da República do Brasil.

destaque (como a capa da publicação) correspondia a apenas 4% no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Isto é, em 48 edições, apenas duas colocavam celebridades mulheres como referência. Os perfis jornalísticos analisados em questão traziam noções epistemológicas do jornalismo que geraram estímulos para perceber empiricamente o que em senso comum se repara trivialmente: há desigualdade de **gênero** em inúmeros espaços - e estas desproporções são construídas no e pelo **jornalismo**.

Isto é, enquanto profissional da comunicação, avalio que é urgente o dever de estudarmos e agirmos quanto à responsabilidade daquilo que levamos socialmente à prática; sem fugir de supostas isenções ou neutralidades que sugerem um objetivismo raso, pobre e superficial. Nesta lógica, aparece (também após inferências resultantes da dissertação de mestrado) a trama da **Jornada do Herói**: um arquétipo sugestivo à rota percorrida por sujeitos na ficção ou na realidade. Contudo, apesar de aparecer como um guia complexo e esmiuçado referente aos roteiros traçados por múltiplos indivíduos, a Jornada do Herói ainda é carregada por uma linguagem masculina e de artifícios que remetem ao desempenho do homem. Entendo que a concepção não dá conta de explicar questões específicas do feminino, uma vez que traz um discurso e um modelo amplo e genérico a fim de classificar todos os indivíduos como um só. Logo, o gênero aparece como uma lente para averiguar como se dá a construção jornalística da mulher na política do Brasil.

É a partir deste contexto que deriva a intenção de se estabelecer a jornada jornalística da heroína aqui nomeada como **Missão das Candidatas**, conforme as particularidades do que é ser mulher. A viabilização da proposta é ancorada na política brasileira em razão das circunstâncias sociais que resultam em uma reveladora e atual desigualdade, visto que Dilma Rousseff é, ainda, um dos insólitos nomes de mulheres cuja trajetória cruza espaços de poder e de liderança no Brasil. A questão que norteia esta tese de doutorado, conforme o exposto até então, é: **como se dá a criação da Missão das Candidatas, a jornada da heroína no jornalismo que constrói a mulher na política brasileira, a partir da história de Dilma Rousseff?** A proposta geral da pesquisa é, portanto, constituir as marcas inéditas da Missão das Candidatas na política brasileira, por meio do jornalismo, com ênfase na trajetória da ex-presidenta. Estão entre as finalidades específicas do estudo: avaliar como o jornalismo reafirma seu discurso masculino; comparar os marcadores masculinos já estabelecidos na teoria da Jornada do Herói; provocar a objetividade que fabrica a mídia; categorizar os estágios de sentido emergidos a partir do jornalismo; e averiguar como os papéis de gênero atravessam os espaços de poder na política brasileira. A tese será viabilizada a partir de um corpus de 24 notícias dos jornais *Estadão*, de São Paulo, e *O Globo*, do Rio de Janeiro (são 12

conteúdos para cada um). A verificação se dá a partir dos Marcos de Dilma, linha do tempo percorrida por Dilma Rousseff desde seu anúncio enquanto pré-candidata à Presidência da República, pelo então presidente Lula da Silva, em 2008; até seu afastamento definitivo do Palácio do Planalto, 2016, em decorrência do encerramento do processo de *impeachment*.

O esquema de pesquisa traz, no Capítulo 2, a ocupação da mulher na política brasileira por meio de negociações de poder e de gênero, em articulação aos percursos de Dilma Rousseff desde a infância até o *impeachment* em 2016, a fim de contextualizar as marcas pertencentes à ex-presidenta (LOURO, 1997; Flávia BIROLI, 2020). Em seguida, no Capítulo 3, apresento noções de arquétipo e de representações mitológicas do feminino a fim de constituir a Missão das Candidatas (JUNG, 2014; IMAMURA, 2018). A Jornada da Heroína como lente de gênero para narrar histórias de vida no jornalismo é dialogada junto ao Capítulo 4 (VEIGA DA SILVA, 2010; Monica MARTINEZ, 2008; MURDOCK, 2022; CAMPBELL, 2007; MOTTA, 2005a). Os procedimentos metodológicos e a construção da Missão das Candidatas estão expostos no Capítulo 5.

O discurso redigido nas próximas páginas será em primeira pessoa, uma vez que entendo, junto à orientadora, professora doutora Maria Clara Aquino, que é necessário me apropriar individualmente da pesquisa por ser ela intrinsecamente ativista e atravessada por experimentos e saberes próprios - e também porque acredito que não há viabilidade de construção de uma ciência neutra, isenta, objetiva. Os títulos de cada capítulo, por sua vez, fazem menção à clássica (porém ainda atual) construção do lead jornalístico 3Q+COP, que responde a seis perguntas: Quem? Quando? O quê? Como? Onde? Por quê?

Por meio da articulação do gênero enquanto caminho para observar no jornalismo a construção do que é a mulher na política nacional, pretendo contribuir com os avanços cognitivos da Comunicação Social no Brasil a fim de provocar argumentações, por meio da Missão das Candidatas, sobre as atribuições de poder conferidas historicamente a mulheres. É preciso romper com paradigmas limitantes e com padrões taxativos para cada uma de nós. Acredito neste movimento para que, no presente e no futuro, as Letícias, as Vitóriaas, as Betinas, as Malus, as Alices, as Biancas, as Jéssicas, as Dilmas (e tantas outras mais) não questionem, em silêncio, na escola: “por que, afinal, **todos** e não **todas**?”.

## 2 QUEM: GENERIFICANDO O PODER POLÍTICO

É por isso que hoje se escreve uma “história das mulheres” e não uma história dos homens - afinal essa última é a história geral, a história oficial.  
LOURO, 1997, p. 50.

As eleições gerais de 2022 somam o voto de mais de 82,3 milhões de brasileiras, em uma maioria populacional habilitada a renovar suas prioridades sociais por meio do voto para Presidência da República, Governo do Estado, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Isto é, a cada pleito transita pelas mãos de mulheres como eu e você a incumbência de definir lideranças a nível regional e nacional - e que representam em uma escala macro os mais de 214 milhões de nativos e residentes do Brasil.

O uso de substantivos (como presidente, governador, deputado e senador) no masculino não atende apenas à norma gramatical que padroniza a todas nós como *elas*, mas também à maioria imperativa de homens no Palácio do Planalto, no Congresso e no Senado: na respectiva eleição, uma média de 110 milhões de votos nominais concentrados em homens, o que representa, conforme o Tribunal Superior Eleitoral, 93,2% da preferência de cidadãos e cidadãs do país em 2022. **A maioria numérica de mulheres no que se refere à política no Brasil é restrita, logo, a quem decide; não a quem é escolhido.**

O gargalo que desloca eles a um extremo e nós a outro, em um movimento polarizado que situa um grupo (o masculino) no poder vertical (em que um está acima para os demais figurarem abaixo), demanda uma explicação marcada por construções históricas, complexas e enraizadas de gênero; ou seja, em uma lógica binária, quais são os porquês que creditam ao masculino o atestado de eficácia na política - enquanto ao feminino escapam tentativas de validação, a exemplo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

As distinções de gênero são o caldo de uma ancestral e homogênea construção coletiva em um processo que determina o futuro de mulheres e de homens. Uma vez que atua cultural e socialmente, parece inacessível a garantia de quando, onde e como têm origem os padrões de feminino e de masculino reconhecidos na atualidade. Os marcadores, de fato, resultam de negociações, exclusões e deslocamentos que geracionalmente são ensinados e reproduzidos. A proposta, com isso, é definir as estruturas de gênero enquanto lentes categóricas a fim de avaliar a construção jornalística da mulher na política brasileira.

Desnaturalizando as banalidades, esmiuçando as práticas, as instituições e os saberes produzidos encontramos chaves importantes para problematizá-las, desvelá-las e, quiçá, desestruturá-las. Para desnaturalizar as tão arraigadas certezas sobre sexo, gênero, sexualidade, e, fundamentalmente, os modos pelos quais os marcadores

sociais foram se estabelecendo nas convenções sociais, um caminho possível é tentar resgatar os modos como estas construções foram operadas na cultura – em lugares, tempos e contextos históricos (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 58).

Isto é, a abordagem inclina-se a uma perspectiva mais extensa, que concebe as normas, os saberes, as instituições, as condutas a partir de um pressuposto feminino em oposição a uma agenda masculina; em um atravessamento de significados que se afasta da sugestão de funções ou de papéis de gênero.

## **2.1 Masculino enquanto regra, feminino como desvio**

Entre os meus sete e 10 anos, a diversão era sinônimo de futebol na rua sem pavimento do interior de Gramado, no Rio Grande do Sul. Ainda na primeira década de vida, costumávamos desenhar goleiras no chão por meio de chinelos de dedo - sempre alinhando-as milimetricamente para que ambas apresentassem a mesma metragem. A duração de cada partida dependia do clima instável de serra: com sol íamos turnos adentro; na chuva a fuga era minha casa, em que a nona aguardava a todos com café, achocolatado, bolinho, pão e chimia. Éramos crianças inocentes. A finalidade a cada tarde, após o retorno da escola e do cumprimento de tarefas dirigidas por professores, era brincar: não importando se o zagueiro fosse menino, se a atacante fosse menina; ali éramos todos iguais.

No estrear dos anos 2000, quando avançávamos para a terceira ou quarta série do ensino fundamental, não havíamos identificado - meus amigos e eu - que todos os atletas da Rua Irineo Tomazeli eram meninos. Com a minha exceção. E a percepção desta diferença, até então invisível, veio a nós por meio do discurso imperativo de desigualdade expresso pelo pai de um dos vizinhos: “Futebol é coisa de guri. Aí não é teu lugar”. Recordo não só das palavras, mas da série de expressões faciais e corporais do patriarca, que eficazmente cessou a brincadeira após o grupo de meninos defender minha permanência.

Este fato soma mais de 20 anos, mas não foi (e está a passos largos de ser) exclusivo. Meninas e meninos, ainda antes de nascer, são imersos em sociedades que, decisivamente, estabelecem padrões, comportamentos, espaços e vozes apropriados para um e para outro. As distinções de gênero consistem em marcadores, logo, que atravessam saberes e escolhas, indo além de corpos: elas integram (e constituem) a linguagem, as profissões, os desejos e os fazeres de uma sociedade; e, com isso, interferem em todas as camadas do cotidiano - daí a intenção de avaliar estas construções enquanto lente de análise.

A proposta da concepção de gênero, neste estudo, aparece vinculada à lógica feminista que julga mulheres enquanto sujeitos iguais e transgride o espaço a que estamos destinadas: o do silêncio. A decisão decorre da própria origem do conceito, que está vinculada linguística e politicamente ao movimento feminista. A edição destes grupos demandantes de direitos iguais se sustenta em uma crítica aliada à submissão da mulher no meio doméstico e à sua anulação no ambiente público, ao que explicam Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014). O feminismo enquanto ação política e intelectual se maximiza, assim, entre os séculos 18 e 19, como uma consequência da então Revolução Francesa.

As manifestações (LOURO, 1997) contra a discriminação de mulheres, neste contexto, se dá a partir do sufrágio registrado na virada do século 19 ao 20, em que se expande a luta pelo direito ao voto feminino - marco que é pontuado como a primeira onda do feminismo. As razões deste processo viam suas âncoras em mulheres brancas e de classe média, que interviam pelo direito ao estudo e às oportunidades de emprego. O encadeamento de pressões lideradas pelo movimento feminista, neste período, resulta também em exigências de direitos iguais no casamento e na possibilidade de requisitar o divórcio - além da independência quanto a decisões reprodutivas e de autonomia financeira.

Em muitas das frentes das lutas feministas, a exigência foi a cidadania igual para mulheres e homens. Mas o deciframento do sentido dessa igualdade implicava ir além da isonomia legal e inquirir as condições reais de existência delas e deles, questionando premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 6).

É na segunda onda dos desdobramentos feministas, entre as décadas de 1960 e 1970, que é enfatizada a noção de gênero enquanto elemento teórico. A pesquisa e as defesas de pensadores motivam a efervescência política e social do feminismo, promovendo o ressurgimento de grupos, protestos e atos públicos com a intenção de gerar evidência àquelas mulheres ocultadas ou anuladas (LOURO, 1997). Ou seja: a invisibilidade de mulheres tornou-se a pauta central do movimento, que combateu discursos direcionados a nós enquanto seres destinados a zelar pelo ambiente doméstico e pela família. Com esta conjuntura, determinações de classe e de raça se atravessam às demandas feministas (em uma sequência de atos não observados na primeira onda do movimento, especialmente focado em mulheres brancas, casadas e de grupos financeiramente privilegiados). “O próprio paralelo entre a situação das mulheres e dos escravos revela que as escravas não participavam do coletivo em nome do qual as sufragistas falavam” (MIGUEL, 2014a, p. 15). Uma terceira fase nomeada como “geração do gênero” emerge no fim dos anos 80 na conjuntura acadêmica, quando

estudos relativos a mulheres são desnaturalizados e incrementados por teóricos e pesquisadores (Hersília Monteiro Cadengue de OLIVEIRA, 2010).

Com o progresso de gerações em datas até precedentes à segunda onda, mulheres das mais diversas ordens romperam as fronteiras do lar e tomaram (mesmo que timidamente) atividades profissionais - indo da lavoura até escritórios, comércio e hospitais. É necessário demarcar, contudo, que embora o desempenho profissional as apresentasse como independentes (LOURO, 1997), mulheres eram (e ainda somos), em sua maioria, supervisionadas ou chefiadas por homens - e acabavam (como permanecemos) designadas, em especial, a postos de apoio, de assistência, de cuidados. “Isso é o que se chama de cultura de gênero, que na tradição das sociedades ocidentais designa às mulheres o limite do espaço privado, no qual não se criam direitos políticos nem cidadania; e cabe ao homem o domínio dos espaços públicos” (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

O feminino enquanto apêndice do masculino aparece na inferioridade e na escassez de valorização de mulheres em detrimento a homens - ao ocupar cargos, por exemplo, com remunerações reduzidas; ou ao exercício de tarefas cujos atributos exigidos são a paciência, a monotonia, a delicadeza.

Figura 2 - As explosões nervosas da presidente



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *IstoÉ*.

As expectativas projetadas em mulheres se conservam mesmo àquelas em situação de poder. Ou seja, a suposta conquista de comando e de gestão ainda não consiste no argumento necessário para a garantia de equidade e respeito. Em abril de 2016, a revista *IstoÉ* ilustra um

exemplo de como o jornalismo traduz o gênero às páginas de uma publicação que circula pelo Brasil: em sua capa (Figura 2), o veículo estampa uma fotografia expressiva da então presidenta Dilma Rousseff acompanhada da manchete *As explosões nervosas da presidente*. Em resposta, a chefe do Executivo classificou o jornalismo de *IstoÉ* como misógino e carregado de estereótipos quanto ao exercício de uma mulher na Presidência da República do Brasil. Este caráter político se coloca conforme uma marca do movimento feminista, uma vez que traz contribuições urgentes como o voto feminino e a origem de questões de gênero lapidadas até a atualidade.

É nesta circunstância que feministas anglo-saxãs, ao que explica Louro (1997), distinguem os termos *sex* (sexo) de *gender* (gênero). No Brasil, por sua vez, o termo é popularizado a partir dos anos 1980. A lógica dos estudos de gênero manifesta que é necessário observar não meramente o sexo de sujeitos, mas os elementos subjetivos e as construções sociais atribuídas ao feminino e ao masculino. Isto é, o gênero não se esvazia em uma única definição ou conclusão: é uma identidade mutável, plural e impermanente - que abarca as múltiplas representações do que pode vir a ser um homem ou uma mulher. É um processo estabelecido conforme as experiências, as vivências, as culturas e os meios de troca em que este sujeito está imerso.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, **mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas** que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997, p. 21, grifo nosso).

Assim, ao contrário do que se instituiu especialmente na contemporaneidade, gênero não é sinônimo de feminismo e não avalia exclusivamente a existência da mulher. É uma noção que não nega a biologia (uma vez que se dá a partir de corpos sexuados), mas opta por dirigir suas inferências ao que se fabricou a partir, justamente, da biologia de cada sujeito. É legítimo considerar, logo, que a formatação de cada sujeito é cruzada pela identidade de gênero - da mesma forma que marcadores tal qual a etnia, raça, religião e a classe também incorporam a essência do indivíduo.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as

concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23).

A visão essencialista mencionada por Guacira Lopes Louro (1997) vai ao encontro do que Joan Scott (1995) assinala como um determinismo biológico para mulheres e homens que trazem em suas características corporais uma vagina ou um pênis. Isto é, o desígnio de gênero é acentuar “[...] o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). As projeções de sexualidade e de gênero direcionadas à ex-presidenta Dilma Rousseff podem ser visualizadas a partir deste contexto: ao nascer com sistema reprodutivo admitido como o de mulher, uma sequência de perspectivas é lançada - a exemplo da urgência de relacionamentos com homens, a fim de configurá-la como mulher cisgênera e heterossexual. No entanto, ao não cumprir com os atributos tomados como normais, a sexualidade de Dilma é com frequência questionada, justamente por atuar na presidência de um país sem a figura de um marido ao seu lado (ou à sua frente).

Figura 3 - Sexualidade de Dilma Rousseff



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Google*.

Uma rápida pesquisa na plataforma *Google* com o termo “dilma rousseff namo” indica de prontidão três sugestões de complementos referentes à namorada da ex-presidenta (Figura 3). No entanto, Dilma não é lésbica ou, no mínimo, não manifesta publicamente sua identidade sexual. O senso comum, no entanto, julga pertinente esta possibilidade, uma vez que a economista não condiz com as condições pré-estabelecidas historicamente sobre o que é ou sobre o que deve ser mulher.

A sexualidade gerada a partir do sexo fisicamente determinado se verifica a partir deste mesmo arranjo: trata-se de uma invenção social (FOUCAULT, 1988) a partir do discurso tecido sobre o sexo, na medida em que também se constitui de acordo com uma série de narrativas e saberes referentes ao sexo em si.

Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar - os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas (Judith BUTLER, 2000, p. 110).

Isto posto, é possível identificar a identidade sexual e a identidade de gênero. A primeira é relativa às “[...] formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as”; enquanto a segunda remete a como “[...] os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos [...]” (LOURO, 1997, p. 26).

O alargamento das disputas relativas às identidades e práticas sexuais data dos anos 60, período em que o movimento feminista, junto a grupos gays e lésbicos, acaloram e sustentam manifestações de cunho público. Nas décadas subsequentes, os novos formatos de relacionamento intervêm em áreas até então intocadas da sociedade. O processo inaugura uma série de possibilidades que, ainda diante da resistência de parte dos sujeitos, constituem formatos legítimos de existência para todas e todos (Guacira Lopes LOURO, 2000).

Em outras palavras - e aqui atento para o valor desta reflexão -, é indispensável associar as dinâmicas de sexualidade e de gênero a construções sociais, históricas e coletivas. Isto é, a consistência de ambos os entendimentos não está dada, cessada ou, ainda, imutável. O debate se engendra, portanto, no campo social, dado que é nesta conjuntura que se reproduzem as distinções entre mulheres e homens. “As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 22). Em outras palavras:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (Judith BUTLER, 2003, p. 24).

A sexualidade, portanto, tal qual o gênero, não é editada conforme escolhas pessoais do indivíduo, mas a partir de trocas e construções sociais e políticas. Não consiste em uma consequência natural da biologia, visto que é em sociedade que os corpos ganham sentido. É concludente a proposta de que as identidades (seja de gênero, sexual, de nacionalidade, etc) se formatam no âmbito da cultura e da história. Logo, é possível perceber uma coerência na lógica que constrói o ciclo sexo-gênero-sexualidade (LOURO, 2000).

A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade - das formas de expressar os desejos e prazeres - também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, **elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade** (LOURO, 2000, p. 6, grifo nosso).

Ao tomar a identidade como um elemento plural e instável, passível de modificações e ajustes, parece urgente assinalar que o corpo não dita a sexualidade ou o gênero do sujeito. A dedução de uma identidade ainda antes do nascimento, a partir da característica biológica, é equivocada justamente porque, conforme já referido, os corpos estão significados pela cultura - e, logo, passíveis de alteração. Ao contrário do que se estabelece junto ao senso comum, é impraticável a tese de que o sexo de uma criança, antes de seu nascimento, estabelecerá de forma definitiva e enraizada sua sexualidade e, por consequência, as performances que exercerá em sociedade. A identidade sexual (nem mesmo a do sujeito hetero) é automática e direta (Deborah BRITZMAN, 1996), uma vez que também depende de negociações, acabamentos, adaptações a cada ser humano que é, em si, único e singular.

É possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. **Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios**, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p. 28, grifo nosso).

Há a percepção destes ajustes intrínsecos que visam uma acomodação à sexualidade ou ao gênero por meio do vestuário, da performance física, do discurso, da apresentação estética de modo geral. O movimento acontece porque, ao que explica Guacira Lopes Louro (2000), enquanto seres imersos em uma sociedade dicotômica, treinamos nossos sentidos a fim de decodificar estas marcas e enquadrá-las neste ou naquele modelo: é homem ou mulher,

é hetero ou gay, é trans ou cis. Os moldes de expressão são perceptíveis na conduta de Dilma Rousseff assim que a então chefe da Casa Civil é anunciada como pré-candidata à Presidência, como sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme observado na sequência, não só a indumentária de Dilma é ajustada, mas sobretudo seus discursos e formas de linguagem - com o uso de sentenças em tom mais sóbrio e neutro, beirando a descrição convencionalizada como normal a mulheres.

Uma das instituições em que tais atributos são reforçados é o de veículos de comunicação (Sandra dos Santos ANDRADE, 2013) que migram desde jornais de distribuição diária até revistas e espaços televisionados, em que a mulher é desenhada a partir daquilo que se convencionou colocar como normal. Logo, produzir homens e mulheres sob os padrões que se instituíram enquanto certos e adequados equivale a um projeto social multifacetado e amarrado por cercas munidas de preconceito contra tudo aquilo que se mostre como diferente. A proposta não se atém ao discurso, mas atinge literalmente o âmbito de se educar sujeitos com vagina a serem meninas - e desempenharem comportamentos decididos por uma sociedade enquanto os mais apropriados. Em 2013, por exemplo, estreou no Brasil a Escola de Princesas: com sede em Uberlândia, em Minas Gerais, a instituição apresentou-se com a intenção de ensinar etiqueta e organização de casa para meninas a partir dos quatro anos de idade (ESCOLA..., 2016). Cenários cor de rosa, flores e chás enfeitam o ambiente considerado propício para se educar crianças a funcionarem conforme expectativas tecidas secularmente - encontrar um esposo, aprender a servi-lo, agir com humildade, desenvolver técnicas culinárias, entender práticas de maquiagem e (além de tantas outras regras) treinar para ser uma boa mãe. Ou seja, é designada uma teia de sentidos, obrigações e imposições a crianças justificada na biologia de seus corpos. São investimentos culturais em que a humanidade ainda projeta, por meio de “[...] múltiplas estratégias e táticas, ‘fixar’ uma identidade masculina ou feminina ‘normal’ e duradoura” (LOURO, 2000, p. 17).

A produção de supostas verdades sobre como ser homem ou mulher regulam, ainda, atos como piadas, apelidos e gestos direcionados a quem não se limitar aos padrões de sexualidade e de gênero admitidos no senso comum. São ações de inferiorização, de cunho hipoteticamente cômico, que inauguram na infância e permanecem durante a vida dos sujeitos. Neste sentido, a sexualização do corpo de Dilma Rousseff, já presidenta reeleita, é visível em 2015, em adesivos fixados em veículos, junto à entrada da bomba de gasolina. Ela aparece com as pernas abertas a fim de ser penetrada quando o proprietário do automóvel realizasse o abastecimento em postos de combustíveis (Figura 4). O suposto protesto foi incentivado com a alta do preço de gasolina, que na época se aproximada de R\$ 3,35 o litro.

No entanto, em março de 2022 o mesmo produto atinge a média nacional de cerca de R\$ 7, mas não são popularizados adesivos com Jair Bolsonaro, atual presidente, na mesma posição.

Figura 4 - Adesivo de Dilma Rousseff penetrada



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Facebook*.

O comportamento de Dilma Rousseff é costurado a partir do plano da sátira e da deslegitimação porque a ex-presidenta se insere em uma postura que desvia da conduta esperada enquanto sugerida ao feminino. Isto é, mulheres como ela colocam em “[...] evidência as convenções de gênero que nortearam as atitudes e julgamentos de valores, e que se configuraram nas relações de poder e de desigualdade que estiveram a orientar tais comportamentos e sanções” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 52). O desvio de Dilma Rousseff está marcado no sentido do que é ser mulher ou ao que está identificado enquanto feminino em nossa sociedade.

O exercício que motiva as distinções em relações de poder é cruzado por este processo em que homens se constituem enquanto agentes sexuais ativos; e mulheres são ainda engendradas como reativas ou passivas. As identidades sexuais e de gênero aparecem, então, como divisoras cruciais, visto que as diferenças não carregam as mesmas gravidades para homens ou para mulheres. “Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: **eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder**” (WEEKS, 2000, p. 28, grifo nosso).

A produção do feminino é vinculada, a saber, ao privado - e às instâncias de procriação, de fragilidade, de passividade, de subordinação ao outro; ao passo que o masculino é fabricado sob o contexto público, de expandir fronteiras, de ocupar espaços, de

ação, de dever, de autoridade. “É a dualidade que pauta o paradigma moderno de organização social: esfera pública e esfera privada; o masculino como o político, o público e o para ‘fora’; e o feminino como o fixo, o corporificado, o pequeno (doméstico e familiar) e, o invisível” (Clara ARAÚJO, 2011, p. 93). A formação do estereótipo se dá por meio da reprodução do discurso que atribui o masculino à arena política, por meio da afirmação de atributos como pulso para administrar, frieza na tomada de decisões e força diante de obstáculos. As características contrárias (tal qual fragilidade, sensibilidade, vulnerabilidade e emoção) são dirigidas ao feminino, em um ensaio que desqualifica e impõe barreiras ainda mais espessas à mulher no poder institucional e político (BIROLI, 2020).

Ainda que a cada ano as “primeiras” se multipliquem – a primeira governadora, a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal, a primeira Presidenta – são ainda raras na paisagem do poder as figuras femininas. Assim, mesmo hoje, muitas mulheres ao chegarem a espaços institucionais de exercício do poder carregam consigo um desejo secreto de que os “outros” não percebam que são mulheres. A conquista do espaço público pelas mulheres acabou invertendo, não sem dificuldade, o estereótipo feminino da fragilidade e da meiguice. O preço a pagar por não corresponder às expectativas geradas por um ou outro estereótipo é invariavelmente alto. “Duronas” ou “históricas”, “exibidas” ou “mulherzinhas”, “peruas” ou “machonas” são adjetivos utilizados à larga quando se trata de caracterizar as mulheres que “chegaram lá”. As trilhas que levam ao poder são repletas de armadilhas e exigem empenho e abdicção das que ousam percorrê-las (Nilcea FREIRE, 2011, p. 137).

São deliberações que confirmam hierarquias a fim de marginalizar brasileiras à esfera do campo público. Isto é, “[...] o masculino se constitui como condição primeira, que subordina o feminino em relação hierárquica. Os modos masculinos coincidem com a norma mais geral; recrudescem sua posição reafirmando o feminino como desvio, inadequação, falta” (FRAGA, 2003, p. 102). Por estas razões, a concepção de gênero não deve ser dialogada enquanto mero resultado de uma construção imposta sobre o sexo.

Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2000, p. 111).

Aliada a estas distinções está a associação de gênero enquanto proponente da dicotomia homem *versus* mulher. A orientação, contudo, é de que a combinação se esgote; ao passo de que não cabe ao gênero esta polarização. Ora, deve-se conceber que há múltiplas e incontáveis formas de ser homem ou ser mulher (logo, não há fórmula para ser um único

homem no modelo *X* ou uma única mulher no padrão *Y*). A análise binária (SCOTT, 1995) é um movimento a ser rompido, uma vez que limita a percepção de sujeitos como seres completos e complexos. Caso efetivada, a dicotomia traz a lógica de que há a superioridade de um para haver a subordinação de outro; ou enquanto o primeiro é a norma, o segundo é o desvio. A ideia da problemática de gênero é desconstruir este nexos simplista, que supõe o poder desempenhado de um único eixo para outro - resultando, pois, em opressão. A estruturação recíproca de relações de poder e de gênero (SCOTT, 1995) é de ordem sócio-histórica, em uma forma simbólica de hierarquização e de categorização de sujeitos.

Os fenômenos socioculturais que compreendem as identidades de ser homem e ser mulher em dada comunidade estão inscritos no gênero enquanto categoria teórico-epistemológica (Alinne de Lima BONETTI, 2011) - justamente porque é sob esta ordem que se dá o princípio fundante da sociedade cercada por relações de poder. De fato, junto a Weeks (2000, p. 40), é possível perceber que o gênero consiste em um conceito teórico-epistemológico porque ele é “[...] uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável - um poder historicamente enraizado”.

Ao se pesquisar a representação e o rendimento de uma mulher em sociedade (o caso desta tese, que partirá da visão jornalística), é basilar a articulação entre a identidade de gênero direcionada a grupos reconhecidos como femininos e as relações de poder atravessadas por jogos de heteronormatividade. O tópico é necessário, em particular, ao observar a validação (ou não), via imprensa, da primeira mulher brasileira cujo encargo é chefiar o país - historicamente orquestrado por homens (brancos, cristãos e nomeados como heterossexuais). Os estudos feministas apontam seus holofotes a esta trama com a intenção de reforçar o silenciamento lançado a mulheres em um processo autoritário e absolutista. A heteronormatividade aparece como um padrão social dominante (VEIGA DA SILVA, 2010) que, conforme já assinalado, concebe os sujeitos enquanto homens ou mulheres desde seus nascimentos - e guiados a partir de atributos e limitações amarrados a seus respectivos gêneros. Há a lógica, portanto, de que todas e todos têm como identidade a heterossexualidade; em uma vida social sustentada em relações monogâmicas e religiosas cuja finalidade é a continuidade de famílias com a reprodução como finalidade. Isto é, as famílias de cidadãos de bem.

Em um panorama que beira a igualdade - ou, ao menos, um modelo mais próximo ao justo -, a concepção convencional de poder é desorganizada por Foucault (1988), que sugere esta série de relações exercidas em múltiplas direções, em rede e sem a centralidade

tradicional que confere, via de regra, o controle a apenas um dos grupos. Sob este viés, os jogos de poder se afastam da premissa visualizada na prática, na atualidade, em particular na política brasileira, em que alguém detém dado privilégio; enquanto o outro ocupa exatamente este espaço: o de outro, de inferior, de ordinário.

Ou seja, coloca-se como problemática a relação de poder cumprida em um contexto como a sociedade do Brasil - visto que, ao que não mente a história, um extremo é apropriado à autoridade: o de homens. O poder enquanto coisa ou lugar é refutado por Foucault (1995), que tece o conceito a partir de uma relação: não equivale a um elemento global, mas a algo heterogêneo, mutável, atravessado por atualizações frequentes e alternadas. Logo, manifesta-se enquanto prática social construída e recodificada historicamente.

Ao generificar o poder, parece possível romper com a polarização em que o masculino ou o feminino detém o comando, em um movimento de dominadores *versus* submissos. A lógica atual (FOUCAULT, 1995) é a de que o controle se dá em um processo desigual - que gera uma posição subalterna às mulheres na organização social. Ou seja, consiste em um engendramento mutável, porém inclinado a hierarquizar o feminino enquanto ser minimizado.

Considerando que as mulheres não estão excluídas do exercício de poder, elas criam mecanismos que as permitam intervir e influenciar, não só no espaço privado do lar como também no espaço público e político. Estes mecanismos surgem de acordo com a cultura, o cotidiano, a capacidade de percepção e análise da realidade, os recursos da fala e da leitura, ou de atividades predominantemente femininas. Portanto, ao trabalhar as relações de gênero, sob essa perspectiva das relações de poder, torna-se possível a identificação de como as práticas disciplinares operam no sentido de criarem ordem, conhecimento e, conseqüentemente, efeitos de poder. Ao mesmo tempo, permite-se a identificação de pontos de resistência a essas práticas ao longo das redes relacionais, capazes de romper (em alguns momentos) com os efeitos de poder produzidos, criando outros e reformulando as alianças existentes (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

A história geral da humanidade é narrada por uma voz masculina, que elege um sujeito universal sustentado em atributos que relacionamos a homens. A perspectiva favorece um parecer de domínio deste masculino, em que relações de poder atuam (FOUCAULT, 1995) enquanto forças praticadas dinamicamente - não em um jogo, mas em uma associação de ações que respondem umas às outras. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8). É um fenômeno que integra o cotidiano social sob um aspecto que não tem como intenção ou função reprimir; mas fazer gerar.

Em outras palavras, poder não é sinônimo de repressão, de um movimento negativo: caso admitirmos este prisma, a mulher ou o feminino sempre serão concebidos a partir do lugar da inferioridade, da fragilidade, da insegurança, da subordinação. Apesar da convicção de que há degraus abaixo em que nós estamos situadas, a perspectiva assinalada por Foucault (1979) é a de que o poder é exercido, não possuído; e, ainda, é praticado por todas e por todos, em um circuito de relações em que o primeiro não anula a potência do segundo. Este movimento faz emergir a possibilidade de mulheres serem reconhecidas não enquanto sujeitos passivos às atitudes masculinas - mas como visíveis e habilitadas à prática do comando.

O exercício (FOUCAULT, 1988) central que resultaria em um procedimento democrático e cidadão ao país seguiria por um rumo em que decisões são aceitas ou não, transformadas ou não, contestadas ou não. A possibilidade de resistência e discordância, contudo, é a chave que confirma o poder como salutar - caso contrário, o que se verifica é um ato de violência e de opressão. O golpe que, via *impeachment*, retirou Dilma Rousseff da Presidência da República dois anos após sua reeleição, pode ser visualizado a partir deste ângulo. A chefe do Executivo resiste - porém, a arbitrariedade do poder é posicionada de modo incontestável. Em outras palavras, “[...] lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

A construção social de gênero aparece como resultado, portanto, de relações de poder, uma vez que há atributos específicos direcionados àquilo que se convencionou como correto para homens e àquilo que se atribuiu como mais adequado para mulheres. Isto é, os padrões de comportamento e as expectativas direcionadas a cada um destes gêneros (LOURO, 1997). Enquanto que, socialmente, se espera que homens atuem segundo uma lógica dura, fria, forte e decisiva, também há uma naturalização em idealizar mulheres a partir de uma conduta gentil, doce, frágil e dependente. Deste modo, ao ocupar um espaço de protagonismo em um ambiente como a política (que é historicamente vinculada a homens), mulheres inauguram uma série de sentidos e de novos moldes – gerando a concepção de que “[...] **gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado**” (SCOTT, 1995, p. 88, grifo nosso). Estas construções estabelecem a distribuição de lideranças conforme o seu gênero e a sua produção de bens simbólicos e, assim, se estrutura “[...] a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88).

Área historicamente referenciada a homens, a política é atravessada por sentidos de interação e mediação entre os meios de comunicação e a sociedade. Ora, se há o consenso de que a mídia pode consolidar significados sobre o que é ser homem ou mulher, sobre normas

ideais de comportamento e sobre opiniões dos mais distintos temas, também se pode considerar que os veículos e suas plataformas podem postular definições em relação a qual gênero é mais apropriado para cumprir espaços de domínio na política. Assim, o contexto de desigualdade em cargos de liderança no país (expostos na sequência) é naturalizado nas produções dos veículos de comunicação do Brasil.

O potencial de revolta é intrínseco à prática do poder, sobretudo quando a atividade em pauta é a política pública de um país com mais de 214 milhões de habitantes. As negociações e as alianças entre mulheres e homens (independente de como são e se identificam estes sujeitos) que atingem o poder são os mecanismos que podem resultar no avanço de suas comunidades. **“Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”** (LOURO, 1997, p. 41, grifo nosso), uma vez que é nestas redes que estão nomeadas e reforçadas as desigualdades. O vínculo entre as lógicas de poder e a diferença (enquanto desigualdade) é imediato, sem desvios: a relação se dá em uma condição de causa e efeito, visto que a execução de um afeta e promove a ocorrência de outro. Em outras palavras, o poder exercido em um sistema injusto tem como sequela a geração de desigualdades em escala. Visto que se dá enquanto um elemento constitutivo de relações sociais ancoradas na diferença (SCOTT, 1995), o gênero aparece como despertador capaz de atribuir significado aos vínculos de poder.

Quando se pensa em **desigualdades construídas a partir de diferenças**, logo se percebe que é sobre os gêneros que se opera a primeira diferenciação dos sujeitos. [...] É, portanto, no campo da cultura e do simbólico, e não do biológico, que as desigualdades se produzem. A denominação do sexo biológico traz implícita a expectativa sobre o gênero dos indivíduos, sobre os modos através dos quais deverá ser e estar na cultura: formas de viver, de vestir, de sentir, de falar (ou de calar), de agir, de se comportar, etc. Esses modos estão relacionados ao que foi convencionalizado como padrão normativo em uma sociedade, e não aos cromossomos dos indivíduos (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 50, grifo nosso).

A vida social é atravessada por distinções de gênero que operam enquanto engrenagem impulsionadora da desigualdade entre o feminino e o masculino - indo além de uma suposta atribuição de papéis designados a um ou a outro. O escopo é, na verdade, mais abrangente, em uma relação desproporcional que invade tão só o cotidiano individual de cada sujeito, mas a vida social em um panorama macro: o desnível está nos discursos, no jornalismo, na política, nas famílias, nos corpos, no cumprimento das leis. É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 50).

A partir dos engendramentos traçados entre mulheres e homens, é formalizado o acordo de que há a norma (eles) e o desvio (elas); ou seja, nós somos o oposto, o não-homem, o outro. Os símbolos convencionados enquanto naturais para a configuração das normas que regem o fazer social têm como efeito a fabricação de uma hierarquia que, em vez de organizar, exclui. A pirâmide de classificação do poder traz na primeira extremidade o masculino hegemônico; a base, por sua vez, é aportada pelo oposto, por tudo que não se assemelha a este molde de uma forjada normalidade.

Em nossa sociedade, devido à **hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã**, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre historicamente contingente — ela é dependente de uma situação e de um momento particulares (LOURO, 1997, p. 49-50, grifo nosso).

A diferença é rotulada com base em uma referência, isto é, em um lugar que se convencionou nomear como padrão (neste caso, o do homem branco, heterossexual e cristão). Nesta relação de poder, é designado como distinto aquela mulher ou até aquele homem que não atender protocolarmente a estes atributos. “É por isso que hoje se escreve uma ‘história das mulheres’ e não uma história dos homens - afinal essa última é a história geral, a história oficial” (LOURO, 1997, p. 50). Importa acessar, neste caso, **como** as marcas desta diferença são criadas - em vez de tão só insistir em opressões e reduções destinadas a mulheres e ao que se projeta enquanto feminino. “É por esse prisma que gênero é adotado como categoria capaz de ajudar a refletir sobre os modos como as convenções sociais [...] são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 49).

O quadro se apresenta com estes contornos a partir de demarcadores que estabelecem fronteiras entre os sujeitos que são a norma e aqueles que permanecem às margens, concebidos a partir da exclusão. A regra, em nossa sociedade, corresponde à do homem mencionado acima - e justamente por ser a diretriz, o padrão, ele não precisa ser nomeado. A marcação da diferença aparece nos desvios: a mulher como “o segundo sexo” (assinalado por Simone de Beauvoir), por exemplo, como a divergente do arquétipo ideal.

Desse modo, quando nos dispomos a discutir a produção de diferenças e de desigualdades de gênero, considerando-se todos estes desdobramentos do conceito, também estamos, ou deveríamos estar, de algum modo, fazendo uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, em função tanto de seu gênero quanto em função de articulações de gênero com raça, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc (Dagmar Estermann MEYER, 2003, p. 18-19).

A condição desigual não se organiza, no entanto, com ênfase apenas em mulheres - mas em tudo que se convencionou enquanto feminino. Sujeitos identificados como homens, porém desviados do modelo convencionado enquanto regra, também se constituem em um plano de desigualdade. É por estes movimentos que se pode garantir a construção de identidades de gênero e sexuais como políticas - visto que suas representações estão atravessadas por jogos e relações de poder.

O caráter relacional do gênero constitui a diferença “[...] como uma atribuição que é feita a partir de um determinado lugar” (Guacira Lopes LOURO, 2003, p. 48). Ou seja, o outro é concreto e se torna real em decorrência de uma ordem anterior que o antecede. O legítimo, ao que narra a história, é o masculino que figura no topo da pirâmide hierárquica da relação de poder. Na contramão, a falha (ou desvio, ou diferença) é incorporada no rosto de mulheres, de pobres, de lésbicas, de gays, de negros, de não-cristãos.

Problematizar “as normalidades” da cultura é um bom caminho para que se possa compreender como tais relações de poder se estabelecem. Investigar as convenções de gênero significa de fato problematizar a construção da desigualdade naquilo que está posto de modo mais sutil e banalizado numa cultura. É ir ao encontro dos micro-universos e tentar perceber de que maneira as diferenças são transformadas em desigualdades (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 57).

As desigualdades que resultam das diferenças entre homens e mulheres (e aqui não menciono as diversidades biológicas, mas as construídas socialmente via gênero) são acrescidas, ainda, a outros marcadores (BRITZMAN, 1996) como etnia, classe e nacionalidade. É uma apreensão sinalizada pelo movimento feminista, que traz a interseccionalidade como elemento para se avaliar os múltiplos formatos de ser, neste caso, mulher - a partir de relações de classe, gênero, sexualidade e raça, por exemplo. É ancorada nesta matriz que é criada a Missão das Candidatas na política brasileira, com a proposta de não firmar apenas um modelo do que é ser mulher. Isto é, a interseccionalidade aparece com a intenção de “[...] levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “[...] propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Kimberlé CRENSHAW, 1994, p. 54). Este ângulo teórico aparece, assim, a fim de propor que não há uma mulher, mas uma série de fragmentações de múltiplas mulheres.

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se

articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes “posições”. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas — perceber-se de distintos modos. Entender dessa forma os efeitos dos vários “marcadores” sociais obriga-nos a rever uma das idéias mais assentadas nas teorias sociais críticas, isto é, a de que há uma categoria central, fundamental — consagradamente a classe social — que seria a base para a compreensão de todas as contradições sociais (LOURO, 1997, p. 51).

Estas estruturas categorizadas não podem, portanto, “[...] ser tratadas como ‘variáveis independentes’, porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra - é constituída pela outra e constituinte da outra” (Avtar BRAH, 1992, p. 137, tradução nossa). A interseccionalidade consiste, logo, em uma das plurais possibilidades de análise social que presume a permanência e a travessia de marcadores na identificação de cada sujeito.

O que está dado é que não há a perspectiva de observação em que tanto mulheres quanto homens, na atualidade, sejam avaliados sob uma mesma ótica: há privilégios direcionados a determinados integrantes do grupo masculino (conforme já pontuado, os brancos, cristãos e héteros); mas também há vantagens a mulheres que se enquadram nestes mesmos moldes: brancas, com ensino superior, cisgêneras, heterossexuais etc. A garantia de direitos e de acesso às relações de poder será atribuída tanto a eles quanto a elas, em suas múltiplas pluralidades e formatações, justamente quando as diferenças de gênero, cor, sexualidade, classe (e tantas mais) não procedem em desigualdade.

É a partir desta premissa que os sujeitos são entendidos nas convenções de gênero e sexualidade, e esta é a base da heteronormatividade que rege as normas comportamentais ocidentais a partir das quais todos aqueles e aquelas incapazes de corresponder a elas passam a ser julgados, estigmatizados, discriminados e postos em lugares de exclusão social. Articulada aos marcadores raça, classe, etnia e geração, entre outros, sinaliza as posições de sujeito mais ou menos valoradas (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 61).

A sistematização do conceito de interseccionalidade estruturado enquanto metodologia tem origem em 1989, por meio da feminista Kimberlé Crenshaw - que propôs o enfrentamento (Dayane Conceição de ASSIS, 2019) à violência contra a mulher em comunidades negras. A motivação se dá, sobretudo, a partir das ciências jurídicas (área de atuação de Crenshaw), por meio da avaliação de direitos humanos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual **o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe** e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Kimberlé CRENSHAW, 2002, p. 177, grifo nosso).

Quer dizer, a proposta interseccional é tornar visível o silêncio feminista ao contemplar mulheres negras e o embate entre as estruturas fundantes do que até então (e que ainda o é) nomeado como padrão. O rastro de desigualdade (Carla AKOTIRENE, 2019) entre o grupo identificado como feminino atinge, ainda, o período de terceira idade, em que mulheres brancas, via de regra, dispõem da seguridade social que decorre de seus empregos formais; enquanto idosas negras seguem às margens como resultado de suas trajetórias intrincadas por privações e necessidades. Com isso, a interseccionalidade “[...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Ao considerar os cenários desenhados até então, a finalidade desta tese é avaliar o gênero enquanto lente que sustenta e problematiza a pesquisa, como efeito do que é a existência de mulheres. Por fim, a partir do jornalismo será articulada a jornada jornalística da heroína da mulher na política brasileira a partir da referência de nossa primeira presidenta, Dilma Rousseff.

## **2.2 Brasil de mulheres, governado por homens**

O lugar das mulheres é o da obediência.

Ao contrair o matrimônio, consentimos com a incapacidade de expressar opiniões dentro (e fora) do lar; e também adotamos o sobrenome do marido. No lar, nos cabe a administração da limpeza, da alimentação e do cuidado com os filhos. Não nos é permitido o exercício de quaisquer profissões; e também é negada a posse de imóveis ou bens particulares. A virgindade é imprescindível ao casamento - para nós, apenas. Caso o companheiro descubra o rompimento desta regra, há a permissão de anulação do patrimônio. A fidelidade conjugal é dever exclusivo a mulheres.

“Ora”, você pode considerar, “estes princípios são ultrapassados e estão há anos-luz de serem reais”. Pois, veja bem, não. As sentenças descritas constituem artigos do Código Civil Brasileiro aplicado em 1916, mas vigente até o ano de 2002. São leis descritas, votadas e sancionadas por homens que cavam uma lacuna ainda mais excludente e separatista entre quem são eles e quem somos nós - e, sobretudo, garantem a eficácia no projeto que gera inferioridade e dependência a meninas e mulheres brasileiras.

O conservadorismo que investe na hierarquia canônica da família patriarcal é resultado da negociação política restrita ao grupo nomeado como superior: o de homens, brancos e cristãos. Ou seja, a história geral da humanidade é a história masculina. As regras de conduta, a normalização de padrões e a permissão de acesso a isto ou àquilo eram (e em parte ainda o são) conferidas a eles. A nós, pertence a validação por meio do silêncio, da conformidade e da transparência - visto que a história das mulheres é sinônimo de um vasto e dilatado ponto de interrogação.

A cidadania, portanto, é lapidada nas entranhas de arranjos políticos. A lógica parece básica: homens defendem homens, e mulheres tendem a defender mulheres. É ao masculino que compete o exercício histórico do poder político; haja visto o impasse de brasileiras em votar - e, mais ainda, em serem votadas. A vida pública atravessada por uma operacionalidade que inclui mulheres é remodelada, uma vez que são tecidas novas prioridades e lutas que fogem das preferências ou defesas de homens - como violência de gênero, participação política, equidade salarial etc. Assim, a exclusão “[...] sistemática de indivíduos com experiências distintas das daqueles que estão nos espaços em que as decisões são tomadas faz com que uma série de vivências, preocupações, necessidades e interesses não ganhem relevância política e/ou não resultem em políticas” (Fernanda Ferreira MOTA; Flávia BIROLI, 2014, p. 15).

Em outras palavras, há uma reparação de injustiças anteriores (ARAÚJO, 2011) que é descortinada quando mulheres sobem ao palco: são gestoras e líderes que produzem resultados políticos democráticos e homogêneos a fim de abarcar a maior diversidade possível da população. “A sutileza no exercício do poder é um fator importante na relação de mando, pois envolver a parte submissa na engrenagem dominante como se fosse parte do todo, como se o projeto dominante fosse dela, é a melhor maneira de dar ao poder constituído uma eficácia duradoura” (Paula Caldas BROGNOLI; Maria Sara de Lima DIAS, 2019, p. 249).

O exercício do poder que percebe a mulher enquanto deslocada ou incapaz é carregado da carga simbólica que promove a exclusão deste grupo no espaço público; ou seja, carimba uma conformação de gênero em que o feminino não é atribuído ao cerne político. Ao ser eleito, o homem não inaugura um novo contexto: ele está no exercício do poder público, espaço que é seu por direito. O feminino, todavia, extrapola a normalidade autorizada a ela: se antes sequer podia votar, hoje é permitida sua candidatura e até eleição (Jaqueline PITANGUY, 2011).

Daí a urgência em se interpelar: **por que nós não estamos na política?** E a resposta resulta em um complexo e articulado extrato de esforços visível na virada do século 19 ao 20.

Em 1881, a Lei Saraiva aparece como um primeiro sinal de mudança. A legislação estreava a possibilidade de mulheres exigirem o seu registro eleitoral. Neste contexto, ainda que impedidas de integrar as decisões em pleitos federais, brasileiras sufragistas do Rio Grande do Norte (Figura 5) avançaram em debates e em 1927 as eleitoras potiguaras romperam as determinações limitantes do Brasil - e puderam, por fim, escolher seus representantes. O ano seguinte marca a eleição da primeira prefeita em território nacional: Alzira Soriano, no município de Lages, também em Rio Grande do Norte.

Figura 5 - Integrantes do movimento sufragista em 1920



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2022).

O movimento impulsionou a concretização do Código Eleitoral de 1932, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro, que extinguiu provisoriamente a desigualdade democrática entre homens e mulheres. Aquele ano, há pouco mais de nove décadas, marca o tardio reconhecimento a nós enquanto cidadãos por meio da permissão do voto. A conquista é grifada enquanto uma das mais significativas no âmbito dos direitos humanos de mulheres no século 20. A partir da trajetória de Bertha Lutz - uma liderança na defesa de brasileiras na Carta das Nações Unidas, é inaugurado “[...] um padrão de atuação simultânea nas esferas nacionais e internacionais, que vai caracterizar o movimento de mulheres do Brasil nas últimas décadas do século XX” (PITANGUY, 2011, p. 27-28).

A garantia do direito ao voto é produto do movimento sufragista - e soma-se à promulgação da Constituição de 1988, que gera meios formais para igualdade entre mulheres e homens. A lei maior que regulamenta a democracia brasileira descreve que todos “[...] são

iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, de modo que “[...] homens e mulheres **são iguais em direitos e obrigações**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A carta magna do Brasil é acesa com o viés de demarcar a cidadania de mulheres na esfera pública, de ampliar liberdades individuais e de assegurar a proteção estatal no que se refere aos direitos humanos em plano geral. É resultado, portanto, da afirmação do feminismo enquanto ator político (PITANGUY, 2011) diante da ditadura militar, no período que antecede o estabelecimento da Constituição de 88 - uma vez que o texto constitucional simboliza o resgate do Estado de Direito, da democracia e da dignidade humana. A incorporação de reivindicações de movimentos de mulheres na Constituição Federal (Flávia PIOVESAN, 2011) é articulada, ainda, em razão da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: o documento contemplava demandas urgentes em defesa da cidadania básica a grupos marginalizados no Brasil após o Golpe de 1964.

Nos anos 1980, fase de transição democrática, operou-se, no plano político e normativo, o resgate formal das liberdades civis e políticas, consolidadas na nova Constituição Federal, promulgada em 1988. **Essa década foi de fundamental importância para a organização, por todo o país, de movimentos de mulheres que conseguiram, não apenas espaço institucional no novo governo democrático,** como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas, também, por meio de intensa ação política, o reconhecimento da plena cidadania das mulheres. Em especial nos anos 1990, uma vasta produção normativa nacional, voltada para a regulamentação e promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais, foi tributária do texto constitucional. De fato, a Constituição Federal Brasileira de 1988 é o marco político institucional e jurídico que reordenou todo o sistema brasileiro e impôs a adequação de todas as normas legais aos parâmetros dos direitos humanos. Em paralelo, o ciclo das conferências internacionais das Nações Unidas fortaleceu a luta dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres (Jacqueline PITANGUY; Leila Linhares BARSTED, 2011, p. 15, grifo nosso).

Todavia, embora sejam tecidos incrementos e ajustes às condições de brasileiras (em especial a partir de 1988), o governo nacional ainda não obtém êxito nítido no desempenho social ou institucional de mulheres – sobretudo com as que estão às margens, como indígenas, pobres, negras, lésbicas e rurais. O século 20, assim, reconhece a mulher enquanto sujeito político, ativo e necessário à engrenagem social. Contudo, nas últimas décadas se confere que os direitos básicos conquistados em relação “[...] à cidadania política não vinham sendo suficientes para alterar a significativa assimetria [...] no que diz respeito à presença feminina em cargos de poder, sobretudo nas instâncias políticas. Em outras palavras, naqueles espaços de decisão” (ARAÚJO, 2011, p. 96).

A uniformidade de gênero apenas se materializaria efetivamente por meio do cenário político, no palco da tomada de decisões. A insistência em reiterar esta marcada desigualdade

entre o masculino e o feminino é necessária não para que se repita em vão o que é incontestável; mas para que se possa desconstruir, por meio da pesquisa, os porquês de direitos primários ainda se configurarem como irrealis à maior parcela da população.

Nesta perspectiva, como discutir democracia política e não apregoar a igualdade de gênero e uma maior participação feminina na política brasileira, nas instâncias decisórias? Por algum tempo, a política foi sendo compreendida pela sociedade, mulheres e homens, como um espaço totalmente masculino, o que, conseqüentemente, inibia a participação feminina nesse ambiente. No entanto, reconhecida essa situação, houve a pressão de mecanismos que buscaram abrir formalmente o âmbito político para as mulheres e também as engajar nas ações políticas. Dentre esses mecanismos, o mais importante foi o de cotas eleitorais por sexo, adotado em muitos países, a partir das últimas décadas do século XX (Maria Jordana Costa SABINO; Patrícia Verônica Pinheiro Sales LIMA, 2015, p. 716).

Ações afirmativas como cotas aparecem no Brasil sob esta condição, a fim de certificar a igualdade em todas as instâncias - o que, conforme a regência da Constituição Federal, já se coloca como direito da mulher. Ou seja, são medidas que se apresentam a partir de uma função remediadora (SABINO; LIMA, 2015). O incentivo à ocupação de mulheres na política brasileira está delineado, assim, por meio da instauração em 1995 da Lei 9.100, a Lei de Cotas, com a finalidade de assegurar maior presença quantitativa de brasileiras na corrida eleitoral: foram reservadas 20% das vagas (nas eleições de 1996) às mulheres. O debate acerca de uma proposta igualdade de gênero na Câmara dos Deputados e no Senado Federal motiva, a partir de 1997, o alargamento da norma para eleições legislativas federais e também estaduais (SABINO; LIMA, 2015).

Os efeitos programados após as ações afirmativas não procederam com êxito - o que justifica uma nova intervenção na Lei de Cotas na década seguinte. Em 2009, com a legislação número 12.034, a redação assegura um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas para cada gênero. A medida se faz útil porque embora sejam registrados avanços em cidadania básica para mulheres, a assimetria em ocupação e validação de gestoras é incontestável. A Lei de Cotas é esculpida enquanto instrumento possível (SABINO; LIMA, 2015) para restaurar a realidade díspar que segmenta o poder político. A legislação aprovada pelo Congresso Nacional também garante ao menos 30% de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha a candidatas mulheres (CANDIDATURAS..., 2022).

Posterior à Lei de Cotas, nos anos 2000, o debate se alarga ao ser encorajado pela 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O encontro reúne uma série de demandas, documentos e projetos que “[...] se constituíram em parâmetro para orientar

políticas públicas com a transversalidade de gênero e de raça/etnia. Também nessa década, os programas governamentais de redução da pobreza tiveram impactos positivos sobre a vida de grande parcela da população feminina” (PITANGUY; BARSTED, 2011, p. 16). O largo empenho de grupos mobilizados em benefício de mulheres promove, ainda, campanhas que demandam mecanismos que garantam recursos para a atuação feminina na política - como a *Mulheres sem medo do poder*, em 1996 (Figura 6), e *Mais mulheres no poder: eu assumo este compromisso*, em 2008 (PITANGUY, 2011).

Figura 6 - Campanha *Mulheres sem medo do poder*, em 1996

**Fêmea**  
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
ANO V Nº 41      BRASÍLIA - DF      JUNHO/96

## Mulheres sem Medo do Poder

*"Vamos botar a boca no trombone e ocupar o espaço político. Vamos tratar, nós também, dos assuntos de interesse das comunidades, levando filhas e filhas e trazendo as questões da vida familiar e doméstica para o âmbito da política. O cotidiano da cama, de fraldas, tanque e fogão faz parte da vida humana e também é político". Este é um dos recados da Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras em 1996, que a Bancada Feminina estará lançando nacionalmente no próximo dia 10 de julho, em Sessão Solene no Congresso Nacional.*

*A Bancada já dispõe de 50.000 exemplares, que serão distribuídos às candidatas, pelo correio. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos garantiu a remessa gratuita do material, que deverá chegar às interessadas tão logo o Tribunal Eleitoral divulgar a lista de mulheres candidatas, com seus respectivos endereços. Simultaneamente, acontecem cursos para a capacitação das candidatas e atos de lançamento da campanha nos estados. (pág. 7)*

**CAE aprova direitos das domésticas**  
A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou as emendas de Plenário ao projeto (PLC 41/91) que regulamenta o emprego doméstico. Entre os novos direitos assegurados à categoria estão o Seguro-Desemprego, FGTS e Vale Transporte. Agora, o projeto deve ser submetido ao Plenário. Informações detalhadas sobre o texto aprovado na CAE estão nas páginas 3 e 4.

**Se tem amor, é justo!**  
Luiz Mott, Presidente do Grupo Gay da Bahia, esteve na Câmara dos Deputados, em audiência pública promovida pela Comissão Especial que analisa o projeto de lei 1151/95, que trata da união civil de homossexuais, de autoria da Deputada Marta Suplicy (PT-SF).  
O tema está gerando uma grande polêmica (o avulso do projeto já está esgotado) e tem sido objeto de discursos inflamados. (págs. 5 e 6)

**Para implementar Beijing'95**  
Descentralizada política e geograficamente, a Articulação de Mulheres Brasileiras neste período pós-Beijing'95 é sem sombra de dúvidas um desafio para o movimento, que necessitará de muito esforço de todo o seu elenco, de fluidez na comunicação e muita criatividade.  
Nos últimos dias 4 e 5 de junho, a Executiva Nacional realizou sua primeira reunião, em Recife, PE. Foram dois dias de trabalho intenso para definir e sistematizar: os papéis dos Pontos Focais e Grupos de Trabalho sobre Eixos Temáticos, as formas de funcionamento e de comunicação na Articulação, dividir responsabilidades e definir propostas de ação. Boa e proveitosa: esta foi a avaliação da Executiva Nacional da sua primeira reunião. Três campanhas nacionais já estão em curso: na área de saúde manteve-se o slogan da RedeSaúde "Pela Vida das Mulheres - Nenhum Direito à Menos". A outra campanha - Mulheres Sem Medo do Poder -, está voltada para as eleições de outubro próximo e, finalmente, temos a campanha de combate à violência contra a mulher, focalizando centralmente a questão da reformulação do Código Penal. (páginas 8 a 11)

**6** Aborto Legal

**4** Ações Afirmativas

**10** Gênero On-Line

Fonte: Fêmea (1996).

Os progressos instituídos nas três últimas décadas no Brasil são significativos, úteis e indispensáveis; está dada a garantia de que são movimentos que enraizaram no passado a questão de o feminino ser atrelado apenas à esfera privada, do lar. Isto é, são ações afirmativas e normas federais que reiteram o óbvio: mulheres têm direitos, muito embora os

avanços não se construam de forma homogênea ao ainda promover a exclusão motivada por classe, raça e sexualidade, por exemplo.

Um balanço geral da década de 2000 permite assinalar alguns outros aspectos. Primeiro, as experiências de participação política, em geral, independente de cargos, mas voltadas para o exercício da democracia participativa foram muito importantes, diversificadas e contaram com a participação das mulheres. E assim como em outras esferas, no país há uma tendência de melhoria dos indicadores de participação política por sexo e acesso ao poder. Segundo, essa tendência permanece mais fraca quando comparada à de outras áreas, como a da participação no mercado de trabalho, por exemplo. A inserção feminina no mercado de trabalho é algo irreversível e mostra tendência crescente, em que pese tal inserção ser ainda marcada pelas diferenças salariais e pela segregação ocupacional. Terceiro, os cargos de poder associados com a Representação Política, isto é, cargos elegíveis para o Executivo e para o Legislativo, permanecem como os de mais difícil acesso. E, quarto, algumas das tentativas de respostas a esse quadro de sub-representação, bem sucedidas em outros países, ainda não apresentaram resultados satisfatórios no nosso caso (ARAÚJO, 2011, p. 92).

As medidas afirmativas têm intenção nobre, é fato; no entanto, na prática, a lógica não se altera em magnitude, visto que a maioria massiva da população (incluindo mulheres e homens) permanece elegendo o masculino para o poder institucional. A saber: a direção nacional dos maiores partidos políticos cabia a apenas 5% de mulheres em 1995. Em 1998, o percentual esteve em 10%, e em 2000 atingiu a marca de 12%. No entanto, em 2010 as 27 agremiações políticas registradas via Tribunal Superior Eleitoral eram presididas em sua totalidade por homens (PIOVESAN, 2011).

Ainda, por exemplo, a citar o Poder Legislativo Federal: a representação de mulheres na Câmara dos Deputados em 1995 e 1998 era de 6% diante de 513 homens eleitos. Em 2010, no entanto, 45 mulheres são eleitas como deputadas federais (de um total de 930 candidatas) - diante de 468 brasileiros (PIOVESAN, 2011).

A política, acima de tudo, simboliza representatividade. Cidadãos delegam seus direitos a outros quando escolhem quem eles desejam que sejam os representantes na esfera política. Trata-se de uma característica soberana das democracias representativas contemporâneas. É nesse sentido que o debate acerca das desigualdades de gênero encontra espaço garantido quando se aborda a representatividade política (SABINO; LIMA, 2015, 722).

Proponho, logo, que a evolução se configurou como efêmera (apesar de fundamental) visto que, 90 anos após o acesso de mulheres às urnas, ainda simbolizamos a maioria frágil da política brasileira - isto é, apenas somamos maior número em índice populacional de eleitoras, mas não em cargos diretos de decisão e de poder. Nós elegemos, mas não somos eleitas. As taxas de ocupação e de disputa eleitoral, como observaremos adiante, juntas à trajetória de

Dilma Rousseff, são necessárias e basilares para a produção, nesta tese, da jornada jornalística da heroína, a Missão das Candidatas.

No papel, somos a maioria: 82.373.164 brasileiras aptas a irem às urnas. Entre os 156,4 milhões de eleitores, somamos 53%. A superioridade numérica, contudo, é enfraquecida diante da comprovada minoria representativa: as eleições gerais de 2022 contabilizam 19,3 mil candidatos homens (66%) em oposição a 9,8 mil mulheres (34%). O gargalo é mais específico quando a comparação se dá entre quem, de fato, se elege para liderar o país até 2026 nas instâncias da Presidência, Governos Estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas: são 1,3 mil homens (82%) e 308 mulheres (18%). Isto é, para cada brasileira escolhida para representar a nação, há 4,6 cidadãos identificados com o masculino (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022).

Em 2020, a conjuntura não foge à regra: nas eleições municipais, um total de 370,3 mil homens (66%) candidataram-se a prefeito, vice e vereador; enquanto as mulheres somaram 187 mil candidaturas (34%). Na concretização do pleito, o desnível é ainda mais expressivo: foram 58,1 mil homens (84%) escolhidos para comandar os municípios brasileiros - contra 10,8 mil mulheres (16%). Ou seja: somos um Brasil de mulheres lideradas, ainda, por homens (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022).

Os resultados consolidados do pleito geral de 2018 cumprem a mesma referência. O Brasil registrou, à época, 19,8 mil candidaturas de homens (68%) para presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, deputado federal, deputado estadual e senador; na contramão, o índice de mulheres atingiu 9,2 mil (32%). Entre os eleitos e as eleitas, de fato, a maioria numérica permanece masculina: 1,5 mil (84%) em comparação às 287 mulheres líderes (16%). O perfil das candidaturas é traçado via Tribunal Superior Eleitoral a partir das eleições de 1994, quando o Brasil somava 6,1 mil homens concorrendo ao pleito (93%) e 448 mulheres (7%); a efetivação dos resultados confirma a desigualdade no poder, com 918 eleitos (93%) e 68 brasileiras escolhidas (7%), conforme verifica a Tabela 1 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022).

Tabela 1 - Eleitos e eleitas de 1994 a 2022

<b>Eleição</b>	<b>Homens candidatos</b>	<b>Mulheres candidatas</b>	<b>Homens eleitos</b>	<b>Mulheres eleitas</b>
1994	6,1 mil (93%)	448 (7%)	918 (93%)	68 (7%)
1996	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

1998	13,1 mil (87%)	1,8 mil (13%)	1,5 mil (91%)	139 (9%)
2000	311,9 mil (81%)	71,6 mil (19%)	58,6 mil (89%)	7,3 mil (11%)
2002	15,3 mil (85%)	2,6 mil (15%)	1,4 mil (89%)	186 (11%)
2004	316 mil (79%)	85,3 mil (21%)	50,3 mil (88%)	6,9 mil (12%)
2006	16,5 mil (86%)	2,7 mil (14%)	1,4 mil (89%)	176 (11%)
2008	300,1 mil (79%)	81,1 mil (21%)	50,3 mil (88%)	6,9 mil (12%)
2010	17,4 mil (78%)	5 mil (22%)	1,4 mil (88%)	193 (12%)
2012	330 mil (68%)	151,7 mil (31%)	59,3 mil (87%)	9,1 mil (13%)
2014	18 mil (69%)	8,1 mil (31%)	1,5 mil (89%)	190 (11%)
2016	338,4 mil (68%)	158,4 mil (32%)	59,6 mil (87%)	9,2 mil (13%)
2018	19,8 mil (68%)	9,2 mil (32%)	1,5 mil (84%)	287 (16%)
2020	370,3 mil (66%)	187 mil (34%)	58,1 mil (84%)	10,8 mil (16%)
2022	19,3 mil (66%)	9,8 mil (34%)	1,3 mil (82%)	311 (18%)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE.

Há uma série de aspectos a se identificar mediante a observação de percentuais de pleitos gerais e municipais no Brasil. A constatação primária é de que, desde 1994, mulheres nunca foram maioria em índices de candidaturas ou de eleitas. A equidade numérica, que poderia se apresentar enquanto razoável para uma igualdade representativa, tampouco é obtida; o cenário é avesso, com uma expressiva superioridade masculina tanto na concorrência eleitoral quanto na concretização dos resultados, de fato. Os anos com menor proporção masculina, a se testemunhar, são 2020 e 2022, com 66% de homens candidatos a cargos públicos de gestão no Brasil. Isto é, a fatia masculina de lideranças políticas está em folgada vantagem diante do desempenho feminino - em uma distância desproporcional para uma suposta equivalência entre eleitos e eleitas.

Apesar de a lista de mulheres aptas e disponíveis à política pública ser incrementada na última década (em comparação ao século passado, quando a discrepância se apresentava

ainda mais profunda), na prática a eleição ainda é designada em demasia a candidatos homens: o índice de mulheres eleitas cresce em 2018, 2020 e 2022 (quando atinge seu pico histórico), porém ainda não extrapola a marca dos 18% da totalidade de representação para governar o país. Ou seja, proporcionalmente as candidaturas apresentam maior flexibilidade e movimentação; contudo, na solidificação dos números a maioria massiva dos assentos ainda tem o nome e o sobrenome de homens brasileiros. “A comparação entre a proporção de mulheres candidatas e a proporção de mulheres eleitas aponta que o aumento no número de mulheres concorrendo a cargos políticos não garante o aumento da participação feminina na seara política” (SABINO; LIMA, 2015, 724).

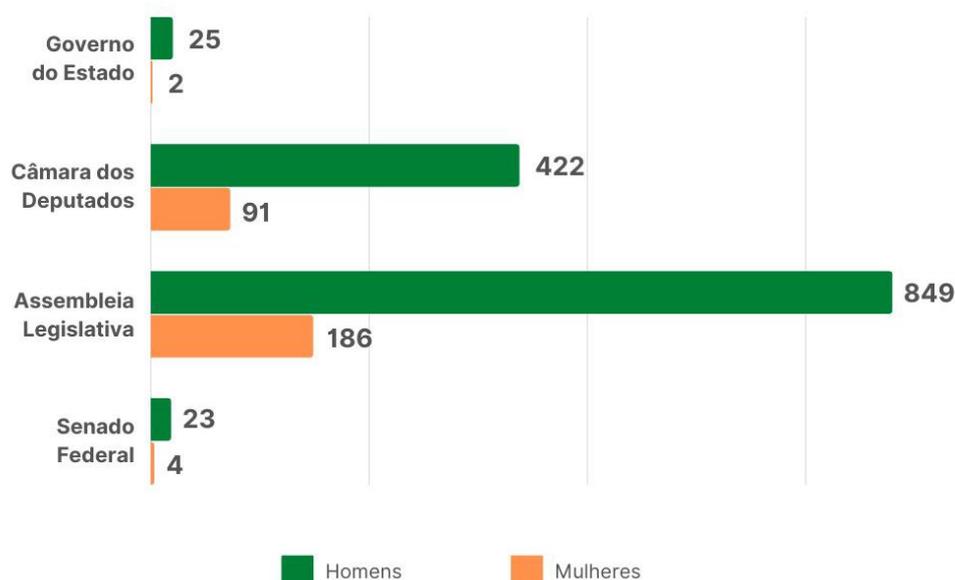
Não é em vão o protesto que defende urgência em se questionar: ora, por que mulheres ainda marcham a quilômetros de distância na corrida política brasileira? Por que o rosto feminino é encarado como distinto quanto o tópico é o poder na gestão de um município, unidade federativa ou país? Quais as razões de o jornalismo persistir em masculinizar o poder político? Em 28 anos de história democrática no país, de 1994 a 2022, é registrado um acréscimo de 11% na contagem de brasileiras eleitas. Há motivos para festejar? Em 2022 se cumpre um fato histórico, com o recorde de mulheres candidatas e eleitas; no entanto, provoco se há argumentos suficientes para que haja uma celebração. Nós somos a maioria populacional e apta a ir às urnas, todavia alcançamos a marca de 18% de escolhidas para comandar o Brasil. O que estamos celebrando?

Ora, em se tratando do percurso da Representação Política, as mulheres continuam a não exercer plenamente esta capacidade. E ainda estão mais sujeitas, por sua ausência ou incipiente presença na tomada de decisões, a serem afetadas pelos resultados produzidos por outros, resultados estes que, como têm sido demonstrado, nem sempre são positivos. E a Representação Política permanece como o espaço-chave a ser desvendado e conquistado nessa temática. Certamente esse déficit histórico de acesso ao poder, reforçado por outros tipos de obstáculos, têm impactos profundos sobre as vidas das mulheres em suas diferentes dimensões. Daí se conclui que estar presente ou se fazer representar é, portanto, crucial para definir políticas de justiça e de equidade de gênero, melhorar a vida das mulheres e influenciar o futuro do país (ARAÚJO, 2011, p. 94).

Ao esmiuçar os números por segmento de cargos/eleitos em 2022 (Gráfico 1), é possível observar que não há predominância feminina em Brasília e tampouco nas unidades federativas do país. Há um presidente acompanhado de um vice-presidente, ambos homens. Entre 27 chefes políticos de Estados, por exemplo, apenas duas mulheres garantiram a eleição como governadoras: Fátima Bezerra, reeleita pelo Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Norte; e Raquel Lyra (PSDB), em Pernambuco.

Na Câmara dos Deputados, há 91 vozes de mulheres eleitas. No entanto, a presença ainda consiste em apenas 17% do total de cadeiras (visto que deputados homens são 422). As Assembleias Legislativas Estaduais, por sua vez, somaram 186 deputadas contra 849 homens. O cenário legislativo nacional é minoria, ainda, para mulheres, no Senado Federal: somos quatro eleitas em comparação a 23 homens.

Gráfico 1 - Mulheres eleitas em 2022

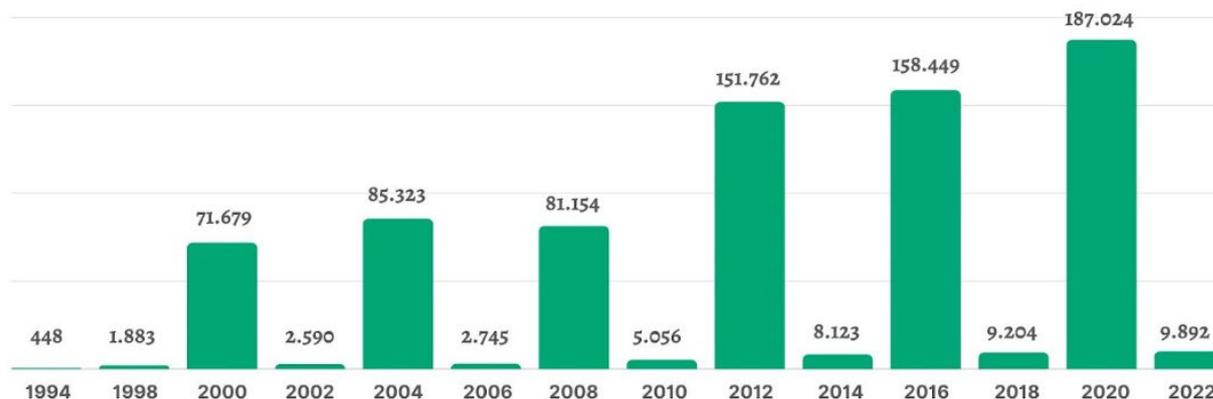


Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE.

Apesar de o cenário ser adverso para as eleitas, a apuração confirma um acréscimo em candidaturas: o índice de 9.892 mulheres que disputaram um cargo em 2022 retrata um aumento de 7% às 9.204 constatadas em 2018; e um incremento específico de 281% nas duas últimas décadas, se comparados os registros de mulheres concorrentes nos anos de 2002 e de 2002 (Gráfico 2)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> No ano de 1996 não há informações fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Atento que há desníveis no número de candidatas porque estão elencadas as eleições municipais (com maior número de concorrentes) e, ainda, as nacionais (com números reduzidos).

Gráfico 2 - Evolução na candidatura de mulheres

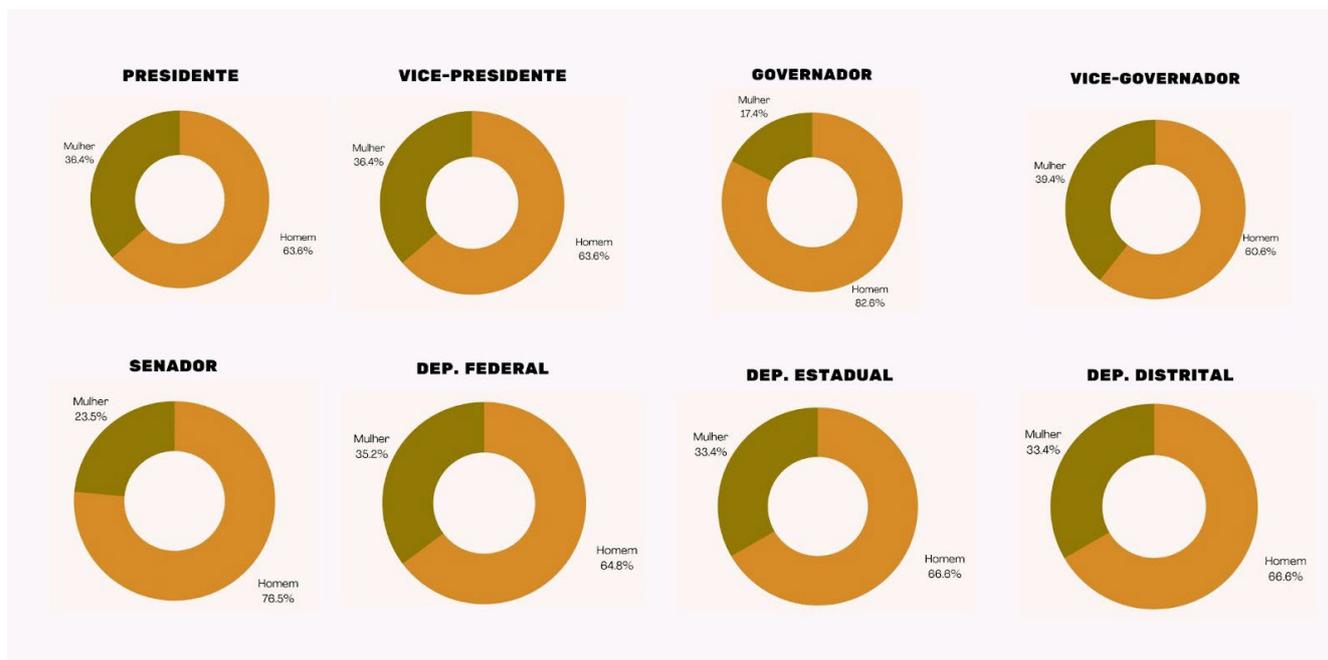


Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE.

Os movimentos políticos que mais concentram mulheres candidatas em 2022 são os partidos de esquerda e de centro-esquerda. O percentual superior a 36% de brasileiras concorrendo ao pleito nacional (tendo em vista que o mínimo é de 30%) é atingido, entretanto, por apenas sete siglas políticas: UP, PCdoB, PSTU, PSOL, PT, PCB e PV. Inédito em disputas gerais no Brasil, o partido UP é o único que assinala uma maioria feminina, com 68,3% de cidadãs concorrendo a cargos públicos no país. Na contramão deste cenário, PRTB, Agir, Novo, PMB, DC, PTB, Avante e PL aparecem com o menor percentual de candidaturas de mulheres (Gabryella GARCIA, 2022). As eleições de 2022 inauguram o cenário de disputa com duas chapas 100% femininas: a de Simone Tebet (MDB), com a senadora Mara Gabrilli (PSDB) como vice; e a de Vera Lúcia (PSTU), com a vice de mesmo partido Raquel Tremembé. Até o pleito deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral havia registrado uma única chapa integralmente de mulheres em 2006, com a cientista política Ana Maria Rangel e a advogada Delma Gama, ambas do PRP.

A falha democrática está, porém, vinculada ao desequilíbrio na equação de mulheres aptas ao voto em comparação às candidatas e, com ainda mais ênfase, às de fato eleitas. Isto é, conforme já referido: mulheres são a maioria populacional do Brasil e também correspondem à maior parcela de sujeitos aptos a votar. Logo, são as mais de 82 milhões de eleitoras que detêm competência e potencial para definir os pleitos gerais. No entanto, a maioria expressiva de candidaturas ainda é constatada a partir do gênero masculino – por consequência, a maior parte de representantes públicos eleitos também é composta por homens (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Comparação de candidatas e candidatos em 2022



Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE.

Há ocasiões de candidaturas em 2022 em que o percentual de mulheres está abaixo da metade de representantes identificados como homens – a exemplo de postulantes ao Governo do Estado, ao Senado Federal e às Assembleias Legislativas. Em nenhum dos cargos, conforme sinaliza o Tribunal Superior Eleitoral, há maioria feminina (ou sequer igualdade de gênero). O espaço em que o gargalo é mais evidente está na disputa ao Poder Executivo de cada Estado, em que há uma mulher candidata para cada 4,8 homens (isto é, praticamente cinco candidatos masculinos). Em Assembleias Legislativas, há um cenário de uma cidadã a cada dois concorrentes a deputado estadual. Embora a similaridade de requerentes apareça na eleição para vice-governador ou governadora, por exemplo, a desproporção ainda é alarmante, visto que não há sequer um cargo em que a paridade de gêneros está próxima de ser arranjada.

A proposta de movimento na conjuntura política do Brasil traçada por meio da Lei de Cotas não rompeu proporcionalmente o limite teórico, conforme exposto no Gráfico 3. Embora o registro de candidaturas de mulheres seja histórico nas eleições gerais de 2022, há lacunas expressivas quanto à paridade de concorrentes – uma vez que homens ainda aparecem em larga maioria, com 66% de cidadãos visando as votações de presidente, governador, senador, deputado federal ou deputado estadual. A frequência de candidatas laranjas é um aspecto necessário de avaliação sob este aspecto, na medida em que partidos políticos lançam proponentes inverídicas a fim de atender às exigências de cota mínima de 30%.

Percebeu-se que a conquista de um espaço maior da mulher na política demanda mais que a fixação de um percentual a ser cumprido por partidos políticos, medida esta facilmente contornável quando o interesse maior não é a eleição de uma candidata. Não se trata tampouco de vencer uma discriminação contra a mulher. O caminho a ser percorrido passa pela produção de capital político entre as mulheres, entendido aqui como a capacidade de se fazer reconhecida como ser político capaz de tomar decisões nas diferentes esferas do poder. Neste sentido ressalta-se a importância de ações capazes de permitir às mulheres expor a sua competência na gestão dos interesses da sociedade (SABINO; LIMA, 2015, 731).

As lacunas da representação de brasileiras na política (CANDIDATURAS..., 2022) se apresentam, por exemplo, na liderança de siglas partidárias do país. Entre as 32 agremiações, apenas seis são presididas por mulheres: PT, com Gleisi Hoffmann (deputada federal pelo Paraná); PCdoB, com Luciana Santos (vice-governadora de Pernambuco); PRTB, com Aldinea Fidelix; Podemos, com Renata Abreu (deputada federal por São Paulo); PMB, com Suêd Haidar; e Rede Sustentabilidade, com Heloísa Helena (ex-senadora).

Tabela 2 - Representatividade de candidatas em 2022

<b>Posição</b>	<b>Cargo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem em relação ao total de candidaturas</b>
1 <sup>a</sup>	Vice-governadora	94	<b>38,8%</b>
2 <sup>a</sup>	Vice-presidente	5	<b>38,4%</b>
3 <sup>a</sup>	Deputada federal	3.718	<b>34,9%</b>
4 <sup>a</sup>	Deputada distrital	212	<b>34,7%</b>
5 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup> suplente	95	<b>34,4%</b>
6 <sup>a</sup>	Deputada estadual	5.604	<b>33,4%</b>
7 <sup>a</sup>	Presidente	4	<b>30,7%</b>
8 <sup>a</sup>	Senadora	58	<b>23,8%</b>
9 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup> suplente	64	<b>23,3%</b>
10 <sup>a</sup>	Governadora	38	<b>16,9%</b>

Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE.

Apesar de figurarem nas chapas em disputa, a mais expressiva parcela de mulheres se concentra na coadjuvância (Tabela 2). Em cargos majoritários, candidatas são a minoria: quatro concorreram à Presidência (30,7%), 38 ao Governo Estadual (16,9%), 58 ao Senado (23,8%), 3.718 à Câmara dos Deputados (34,9%) e 5.604 às Assembleias Legislativas (33,4% do total). As candidaturas em segunda escala, porém, são as que mais se aproximam à paridade de gêneros: por exemplo, 38,8% de vices aos Governos Estaduais são mulheres (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022).

Os cinco estados com representatividade mais indicativa são Rio Grande do Norte (35,54%), Amapá (35,42%), Goiás (35,33%), Roraima (35,23%) e Piauí (35,15%). Isto é, a maior concentração de candidatas está nas regiões Norte e Nordeste, mas também se estende ao Centro-Oeste. No cenário antagônico figuram Sul e Sudeste (onde estão os maiores colégios eleitorais do Brasil) – a exemplo de Rio de Janeiro com 31,84% de candidaturas de mulheres e de São Paulo com 32,47% (GARCIA, 2022).

Em uma amostra que se assemelha a dos homens, o perfil de candidatas é o da brasileira branca (45,6%), com ensino superior completo (54,1%), e de profissão empresária (9,3%). Isto é, apesar de se distinguirem quanto ao gênero, mulheres concorrentes a cargos públicos nas eleições gerais de 2022 ainda vão ao encontro do retrato de candidatos que se identificam com o masculino. A branquitude é um marcador, logo, expressamente intrínseco à maioria das candidaturas (seja de mulheres ou de homens) no Brasil. Na contramão das 45,6% de cidadãs brancas, o Tribunal Superior Eleitoral registra em 2022 a disputa de 34,2% de mulheres pardas, 18,4% de pretas, 0,8% de indígenas, 0,4% de amarelas e ainda 0,3% não identificadas. A amostra reitera, entretanto, um acréscimo de 204% em candidaturas de brasileiras indígenas entre a eleição geral de 2014 (com 25 concorrentes) e a de 2012 (com 76 mulheres). É a partir de 2014, inclusive, que há a consideração por parte do TSE da autodeclaração racial. Naquele ano, por exemplo, o Brasil somou 647 candidatas pretas – diferente das 1.688 do atual pleito nacional. Ou seja, é instituído em 2022 um incremento de 160% em relação a 2014.

A conjuntura política no Brasil, tanto de eleitoras quanto de candidatas ou eleitas, é a da desigualdade numérica; uma vez que há 53% de mulheres aptas ao voto, mas que não são incorporadas representativamente por aqueles e aquelas que são, de fato, escolhidos e escolhidas para gerirem o país. Há uma acentuada minoria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, conforme os índices anteriormente relacionados; aliada ao apagamento de mulheres negras e indígenas. O anulamento de rostos de mulheres que circulam e atuam no

primeiro escalão de governos também aparece como efeito de um país em que a presença feminina sob holofotes não é permitida (ou, no mínimo, questionada).

Nas duas casas legislativas que compõem o Congresso Nacional, assenta-se uma robusta maioria de homens brancos, de classe média alta ou da burguesia, tanto urbana como rural. Na questão específica das mulheres, soma-se ainda o sexismo generalizado da sociedade brasileira que perpassa classes, raças, etnias, posições políticas e ideológicas. As assustadoras estatísticas da violência contra a mulher no país são o retrato mais nítido destas relações desiguais (Céli Regina Jardim PINTO, 2018, p. 24-25).

Estes efeitos são perceptíveis, à prática, a partir de 28 de outubro de 2018, quando Jair Messias Bolsonaro (então do PSL) é eleito o trigésimo oitavo presidente do Brasil, em segundo turno, com 55% dos votos válidos. A disputa se deu diante de Fernando Haddad (PT). Deputado federal desde 1991 e capitão reformado do Exército Nacional, o então presidente é eleito a partir de um discurso em favor de Deus, de reformas liberais na economia, do conservadorismo social e da liberdade de expressão; e contrário à corrupção e à manutenção de estatais. No que tange a segurança e os direitos humanos da população brasileira, o ex-deputado propunha a defesa de vítimas de violências por meio da reforma do Estatuto do Desarmamento e, sobretudo, pela flexibilização no porte de armas em vistas de uma suposta legítima defesa de cidadãos e cidadãs.

Apesar de garantir equilíbrio de gênero na escolha de suas lideranças (BENITES, 2019), em especial no primeiro escalão, e de atestar de cada mulher equivale a 10 homens em cargos de decisão, Jair Bolsonaro empossa em 1º de janeiro de 2019 duas ministras diante de 20 ministros (Figura 7). As nomeadas foram Tereza Cristina para a Agricultura e Damarens Alves para Mulher, Família e Direitos Humanos.

Figura 7 - Duas ministras e 20 ministros de Bolsonaro



Fonte: Marcelino (2019).

A escassa participação de mulheres na política local, regional e nacional fixa o país entre as nações com menores índices de representatividade do mundo. Não à toa. Um país com histórico político conservador (somado à uma organização tradicional da sociedade civil) tende a fabricar, ao que indica Pinto (2018), um sistema sexista e preconceituoso no que tange a igualdade entre grupos excluídos. Todavia, cenários progressistas com partidos aliados à esquerda também não asseguram a equidade de gêneros, por exemplo - e o *impeachment* de Dilma Rousseff está cravado na história como amostra deste nó a ser desatado.

Ainda em conjunturas em que a mulher dispõe de poder, liderança e relativa confiança (seja de eleitores, seja de seus superiores), por vezes há atravessamentos que desconstroem a representatividade necessária para tais cargos. A ex-ministra Damares Alves (apesar de não eleita, mas indicada) é uma das que expôs contextos contraditórios sobre esforços para maior ocupação e ampliação da voz feminina na política. Após a posse de seu dirigente, Jair Bolsonaro, em 2019, Damares comemorou a nova era brasileira contra a ideologia de gênero, em que meninos seriam destinados a usar azul e meninas seguiriam enfeitadas em cor-de-rosa. Naquele mesmo ano, a ministra enfatiza que meninas são vítimas de abuso sexual na Ilha do Marajó, no estado do Pará, porque não usam calcinha em decorrência da pobreza. Um novo episódio envolvendo aspectos de gênero decorreu em uma coletiva de imprensa, em novembro de 2019, quando Damares permaneceu em silêncio diante de jornalistas a fim de comprovar a dificuldade de uma mulher permanecer calada. Isto é, percebamos que a ocupação de cargos de chefia por mulheres não é suficiente: a lógica necessária é a de profissionais que não incorporem padrões masculinistas ou patriarcais, mas que proponham justamente o rompimento de modelos conservadores de uma sociedade a fim de barrar a criação de novos retrocessos.

Figura 8 - Chapa de Lula e Geraldo Alckmin

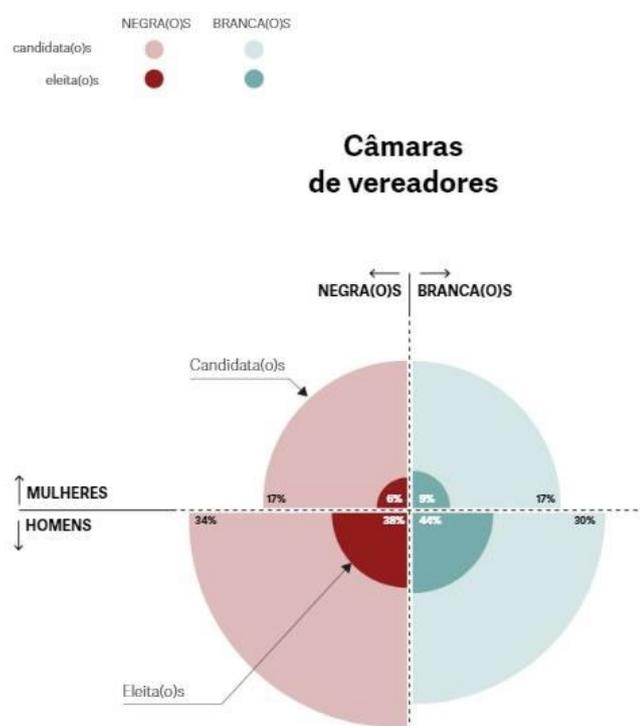


Fonte: Stuckert (2022).

A insuficiência de mulheres nestes contextos, porém, não é privilégio de governos alinhados à direita, como é o caso de Jair Bolsonaro. Em abril de 2022, ao se popularizar a imagem que selou a chapa de Lula e Geraldo Alckmin como candidatos à presidente e vice, é nítida a lacuna aberta para a presença de pessoas negras e mulheres (Figura 8). A fotografia reacendeu questões de diversidade na política, visto que a imagem materializa a referência observada nos números trazidos até então: a maioria (expressiva) de sujeitos em tomadas de decisão é composta por homens - e, no caso da chapa Lula-Alckmin, por homens brancos. Após eleitos, no entanto, observa-se uma transformação na lista de integrantes do primeiro escalão do governo escolhido por eleitores e eleitoras em 2022, com a participação ativa de mulheres, negros e negras e indígenas<sup>4</sup>.

A falha relativa ao embranquecimento e à diversidade do poder está traduzida em dados ainda escassos no Brasil – não há, por exemplo, amplas informações quantitativas do Tribunal Superior Eleitoral que tomem como referência o recorte de candidaturas de pessoas LGBTQIA+. Os relatórios fornecidos contemplam de modo raso marcadores como raça, faixa etária e gênero – mas não é possível cruzar estas amostras a fim de obter um quadro mais complexo do panorama de candidaturas na política brasileira.

Gráfico 4 - Desigualdade de gênero e raça em Câmaras Municipais



Fonte: Martins; Silva (2021).

<sup>4</sup> Como Margareth Menezes, Anielle Franco, Marina Silva, Sônia Guajajara, Flávio Dino e Rui Costa.

No entanto, há estudos que lançam luz às questões interseccionais: conforme a Gênero e Número, após os pleitos municipais de 2020, em mais de 53% das cidades do país nenhuma mulher negra ocupa assento em Câmaras de Vereadores (o que corresponde a 2.952 municípios). No total, as eleições registraram 84.418 candidaturas deste grupo à vereança, e 3.634 concretizaram a vitória (Flávia Bozza MARTINS; Vitória Régia da SILVA, 2020).

A desigualdade de gênero (Gráfico 4) é ainda mais perceptível, deste modo, quando atravessada pelo marcador da raça: enquanto há 44% de homens brancos eleitos para o Poder Legislativo em municípios brasileiros, o percentual de mulheres negras é de 6% - ou seja, sete vezes menor. O racismo é o elemento estruturante desse sistema, visto que mulheres negras estão na base da pirâmide de poder e figuram na posição de negligenciadas, de apagadas, de assistentes. Isto é, o preconceito e a exclusão gerada por estas limitações não permitem que os problemas de pessoas negras (em especial mulheres) sejam visualizados enquanto coletivos (Linna RAMOS, 2017). As questões que atravessam o cotidiano desta população consistem, logo, em infortúnios individuais, privados, que não afetam o fazer político como um todo. “Se olharmos para o Brasil a partir da composição da raça, teremos uma visão diante do cenário de intensificação da precarização do trabalho e da vida, em que as mulheres negras seguem no topo das desigualdades” (RAMOS, 2017, p. 165).

Nesta esteira, a insuficiência de dados quanto a mulheres negras na política se assemelha a de candidatas indígenas: nomes como o de Sônia Guajajara são incomuns em espaços de decisão social no Brasil, embora a brasileira ocupe desde janeiro de 2023 a posição de primeira ministra dos Povos Indígenas. As eleições gerais de 2018, por sua vez, marcaram a escolha da primeira deputada federal indígena do país: Joenia Wapichana, do Rede de Roraima. Ela não é reeleita, no entanto, nos pleitos de 2022, quando a população elegeu outras quatro mulheres indígenas: Sônia Guajajara (Psol-SP), Célia Xakriabá (Psol-MG), Juliana Cardoso (PT-SP) e Silvia Waiãpi (PL-AP).

No universo municipal, os pleitos de 2020 elegeram 31 mulheres indígenas para integrar as gestões de cidades brasileiras; em 2016, o índice havia sido de 15 representantes em todo o país (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022). A fatia de travestis e mulheres trans à frente do Executivo e do Legislativo municipais também figura em uma escala secundária: em 2020, as eleições efetivaram 28 integrantes destes grupos – em um cenário de 263 candidaturas, o que representa um acréscimo de 226% em relação a 2016, conforme indica a Tabela 3 (CANDIDATURAS..., 2022).

Tabela 3 - Diversidade de prefeitas e vereadoras em 2020

<b>Grupo social</b>	<b>Total de eleitas</b>	<b>Índice total</b>
Trans e travestis	28	0,04%
Amarelas	54	0,08%
Branças	5.941	9,3%
Indígenas	31	0,04%
Negras	501	0,7%
Pardas	3.364	5,2%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em TSE (2022) e Candidaturas (2020).

As eleições de 2020 confirmaram a vitória de 5.447 prefeitos ou prefeitas no Brasil, junto a 58.083 vereadores ou vereadoras. Isto é, são 63.530 cargos na gestão do Executivo e do Legislativo em nível municipal. A maior parcela deste grupo de lideranças é integrada por homens brancos, que correspondem a 28.897 prefeitos e vereadores (45,4% do panorama total de eleitos e eleitas). É possível, com isso, indicar que a maior parte – praticamente a metade – das cidades brasileiras é gerida por pessoas brancas identificadas com o gênero masculino.

O mapa do pleito municipal de 2020 registra, ainda, a eleição de mulheres em escalas notoriamente desiguais (Tabela 3). Entre aquelas que conquistaram a maioria dos votos válidos, apenas mulheres brancas (9,3%) e pardas (5,2%) ultrapassam a marca de mais de 1% de eleitas, enquanto as demais – amarelas, trans, travestis, indígenas e negras – figuram com números que beiram a invisibilidade em um país continental como o Brasil. A cada mulher indígena eleita como prefeita ou vereadora, por exemplo, há 932 homens brancos; e para cada trans ou travesti em prefeituras ou Câmaras Municipais, foram eleitos 1.032 homens brancos.

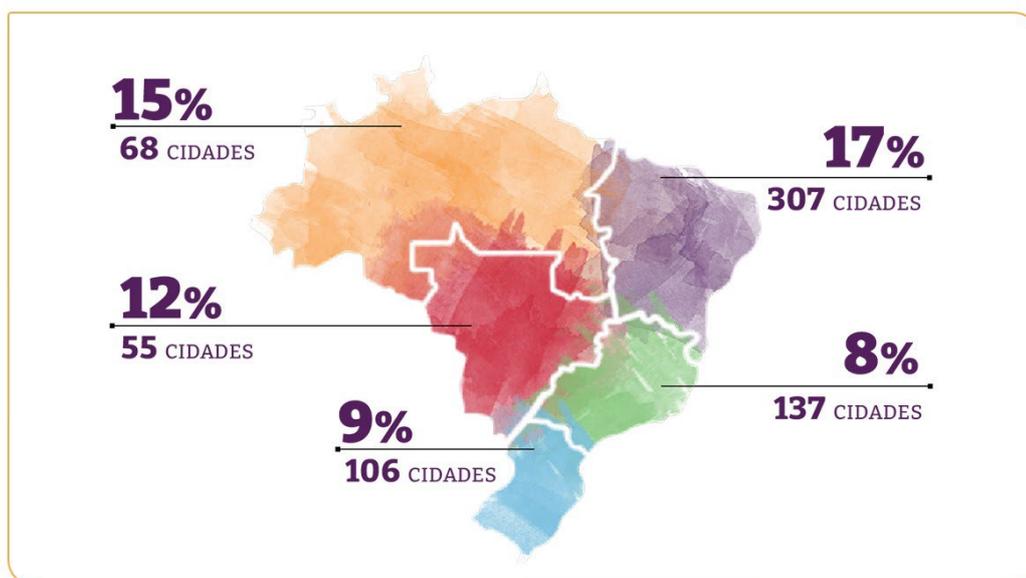
O impasse não é expressamente numérico, contudo é por meio destes índices que é possível verificar os gargalos que geram a ascensão de apenas um grupo ao poder. Nós, mulheres (sem recorte de classe, raça ou sexualidade), correspondemos a 44% do mercado de trabalho formal, a 55% de alunas estreadas no ensino superior, a 44% de filiadas a partidos políticos, e a 53% do eleitorado. Todavia, estamos em minoria quando o tópico são as eleitas, as escolhidas. A equação, portanto, parece não ser racional. Isto porque as mulheres, tal qual outros nichos de sujeitos marginalizados, não detém uma voz política eficaz - mesmo

consistindo na maioria numérica da população e em profissionais mais qualificadas, quando comparadas a colegas homens.

A política tem, portanto, uma conformação de gênero. Apesar da produção de conhecimento nutrida por movimentos feministas e por incontáveis avanços identificados nas mais recentes décadas, as barreiras impostas tanto na teoria quanto na prática ainda retardam o ingresso de mulheres na vida pública. Assim, gera-se uma violência política sexista (Flávia BIROLI; Luciana TATAGIBA; Vanessa Elias de OLIVEIRA, 2020).

É este movimento que aponta o Censo das Prefeitas Brasileiras promovido pelo Instituto Alziras, que elaborou o perfil das eleitas para o mandato 2021-2024. As 673 gestoras em exercício correspondem a 12% da totalidade de lideranças municipais; e, com isso, o Brasil figurava abaixo da média de prefeitas em países da América Latina, Caribe e Península Ibérica (CENSO, [2023?]).

Figura 9 - Onde estão as prefeitas brasileiras



Fonte: (CENSO, [2023?]).

A região que mais concentra (Figura 9) mulheres coordenando municípios é a Nordeste (17%), com 307 prefeitas. Na mão contrária aparecem os Estados do Sudeste, com 8% de representatividade nos Poderes Executivos locais. Além de somarem a minoria no país, 65,9% das prefeitas governam os municípios menores, de até 20 mil habitantes; isto é, os grandes centros não são confiados às mãos de mulheres gestoras. Apenas uma capital brasileira é governada por uma mulher: Palmas, no Tocantins. Com isso, do total populacional

brasileiro, os municípios chefiados por prefeitas representam a fatia de 9% de habitantes do país (CENSO, [2023?]).

Na trajetória destas profissionais, 70% traz experiência em cargos públicos de confiança, em especial nos setores de assistência social, educação e saúde. Em suas práticas, 46% já haviam sido prefeitas, 28% estiveram em Câmaras de Vereadores e 16% atuaram como vice-prefeitas (CENSO, [2023?]). Em outras palavras, a amostra esquematizada pelo Instituto Alziras infere que os setores destinados a mulheres (ou que despertam maior interesse de ação) ainda são os relativos ao cuidado, ao zelo e à proteção.

Uma das questões assinaladas no campo político é: por que, afinal, mulheres não participam com mais efetividade (ou se candidatam) a cargos públicos? Entre as entrevistadas, 62% consideram que a parcela feminina não está representada de forma proporcional, justa ou equilibrada no comando político. A pesquisa elucida, ainda, que a falta de recursos para a campanha (47%) consiste no maior empecilho experimentado por prefeitas para sua consistência na vida pública. As gestoras consideram, ainda, o desmerecimento de seu trabalho e de suas falas (34%), além de assédio e de violência no espaço político (26%), ausência de apoio da mídia, em comparação com políticos homens (13%), falta de suporte do partido ou base aliada (13%), sobrecarga de trabalho doméstico (12%), e carência de ajuda familiar (2%). Em 2020, mais da metade das prefeitas garantem terem sido vítimas de assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres - o que demonstra um aumento de 5 pontos percentuais em relação às prefeitas do mandato anterior (CENSO, [2023?]).

As ocorrências de denúncias relativas a assédios no ambiente profissional, ainda que subnotificadas, vão ao encontro do índice apontado pelas prefeitas brasileiras. Mas as violências não se restringem a elas. Em setembro de 2021, a então vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB), de Porto Alegre (Figura 10), registrou incômodo contra as investidas do colega Alexandre Bobadra (PSL), quando o parlamentar afirmou que a gaúcha “tinha tesão nele” após Bruna pontuar desconforto com as interrupções do político em suas falas. Após a denúncia, a Delegacia da Mulher de Porto Alegre indiciou Alexandre por crime eleitoral. Em resposta, Bobadra confirmou que não há gravações que comprovem os episódios.

O tópico em questão, neste caso, vai além do assédio em si - mas atinge o constrangimento, a desmotivação, o receio e a vergonha da parlamentar, que se viu impedida (ou, no mínimo, desrespeitada) pelo simples fato de ser mulher e estar em um espaço que, historicamente, não seria designado a ela.

Figura 10 - Vereadora Bruna Rodrigues



Fonte: Câmara... (2022).

A limitação da autonomia de mulheres é cercada pelo fato de que o acesso a posições formais de poder não garante o respeito e a igualdade em relação a colegas (homens). O gênero feminino, portanto, é marginalizado na política.

Em muitos locais de trabalho, as mulheres são expostas cotidianamente a pressões e constrangimentos que não fazem parte da vivência dos homens, do assédio sexual às exigências contraditórias de incorporar tanto o profissionalismo quanto uma “feminilidade” que é construída como sendo o oposto. Em conjunto, a vigência dos estereótipos, as estruturas de autoridade ainda dominadas pelos homens e as múltiplas responsabilidades adicionais, que são típicas da condição feminina nas sociedades marcadas pelo sexismo, tornam a experiência do trabalho assalariado mais penosa para as mulheres do que para os homens, o que, de formas diferentes, ocorre em todos os níveis da hierarquia de ocupações (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 7).

Além de figurar enquanto diferente do homem, a mulher em cargo de liderança/decisão está em uma posição social marcada pela subalternidade - ao que indicam Miguel e Biroli (2014). Isto é, somos mais passíveis de julgamento, humilhação, controle e violências múltiplas - o que nos insere em um trânsito de seres frágeis e inferiores.

Abro parênteses, ainda, para trazer à luz a divisão desigual em tarefas domésticas, apontada por uma parcela das políticas brasileiras. Junto ao acúmulo de uma trajetória externa de trabalho, mulheres adicionam em suas rotinas a chamada jornada dupla, em que o período de descanso em suas residências (ou de estudo/aprofundamento pessoal e profissional) é

destinado a atividades como lavar e limpar. “Isto significa que, além da jornada semanal de trabalho de 40 horas, as mulheres adicionam uma jornada semanal de trabalho doméstico de quase 30 horas – o que resulta em 70 horas de trabalho semanal. Quanto aos homens, acrescentam [...] 5 horas com o trabalho doméstico” (PIOVESAN, 2011, p. 84). São práticas necessárias à manutenção de um lar (da vida, como um todo) - mas que, via de regra, são responsabilizadas a mulheres. A maior parte dos homens, nesta mesma fatia de tempo, aperfeiçoam seus laços políticos, cumprem atividades públicas e/ou descansam.

Os dados de diversos países revelam que, entre ocupantes de cargos públicos, o percentual de viúvas e solteiras é muito maior que o de viúvos e solteiros. A família, que para eles pode representar uma retaguarda de apoio à carreira, para elas conta como um fardo. Em outras palavras: mecanismos de incentivo à participação política podem ser meritórios, mas as condições para o exercício paritário do poder dependem ainda de medidas como creches, divisão das tarefas domésticas e fim da discriminação de gênero no mercado de trabalho (MIGUEL, 2014b, p. 66).

Em fevereiro de 2022, a representante italiana no Parlamento Europeu, Licia Ronzuli, exemplificou a linha tênue que balança entre a rotina privada do lar e o desempenho público profissional de mulheres. As votações que ocorrem em Estrasburgo, na França, são, por vezes, acompanhadas de sua filha Victoria, de dois anos de idade (Figura 11). A questão levantada pela senadora é pontual: com que frequência homens repetem o mesmo ato?

Figura 11 - Senadora Licia Ronzuli com sua filha



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Mídia Ninja*.

A sequência de desvantagens ensinada a mulheres enraíza-se, com ênfase, à destinação de utilidade na vida adulta: a um gênero é associada a domesticidade, enquanto a outro correspondem as funções remuneradas. Um dos indícios deste esvaziamento da voz pública de

mulheres é a redução de rostos femininos proporcionalmente à escalada na hierarquia profissional. Isto é: quanto mais alto o setor, maior é a frequência de homens.

Por serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres deparam-se, no exercício profissional, com desafios que não se apresentam aos homens. Algumas questões se tornam relevantes quando direcionamos nosso olhar para o modo como as relações cotidianas de cuidado são organizadas. Quem se responsabiliza pelo quê? Como a vida doméstica e a necessidade incontornável de cuidado dos mais vulneráveis são resolvidas no dia a dia das pessoas? (BIROLI, 2020, p. 20).

Estas responsabilidades não se concretizam à toa. São resultado de gerações de experimentos em que populações de toda a humanidade conferem atributos específicos a cada um dos gêneros - ao partir de uma referência binária. Homens aprendem, desde cedo, a controlar o pronunciamento e as aparições públicas; ao contrário de mulheres (Mary BEARD, 2018) cujo silenciamento migra entre o chão de fábrica e as cadeiras mais determinantes do Legislativo e Executivo. No entanto, mesmo quando não emudecidas, as profissionais ainda demandam mais esforços para atingir níveis rasos de compreensão e percepção - sobretudo de homens. O fenômeno aparece, por exemplo, na mitologia. Em *Metamorfoses*, é narrado o estupro da jovem princesa Filomena, que vê sua língua cortada pelo autor do crime a fim de evitar quaisquer denúncias. Uma metáfora bastante precisa de como a fala de mulheres é cessada ou negada quando conveniente. “Em outras palavras, as mulheres podem, em circunstâncias extremas, defender publicamente os próprios interesses setoriais, mas não podem falar pelos homens nem pela comunidade como um todo” (BEARD, 2018, p. 25).

O discurso público configura-se não como um mecanismo indeferido ao gênero feminino, mas em uma prática que, em síntese, define o que é o masculino (BEARD, 2018). Como herança desta tradição, parte da humanidade (para não considerar a maioria) ainda não reconhece segurança e autoridade ao escutar uma voz feminina. A inquietude pública diante de uma manifestação feminina tem relação não exatamente com a posição tomada, mas ao simples fato de nós termos algo conciso, de fato, a expressar.

Daí as correntes adaptações do feminino em vistas de mais respeito quanto à autoridade: Margaret Thatcher, por exemplo, executava exercícios vocais para tornar sua voz mais grave (BEARD, 2018), ou seja, mais semelhante à de um homem. Isso porque não há em grandes escalas um modelo de mulher em situação de poder - e, quando o há, ela se aproxima de características atribuídas ao masculino.

As alternativas são adequar-se ao perfil “feminino” e desenvolver sua atuação política dentro do que é entendido como atuação “feminina” ou projetar sua ação e

perfil para fora desses limites, o que por um lado pode lhe proporcionar maior acesso às posições centrais ao lançar-se para áreas e formas de atuação “masculinas”, mas por outro pode marcá-la negativamente, como “desviante”. Seja qual for a escolha, as mulheres são marcadas por estereótipos que se traduzem em obstáculos para sua atuação política. Mobilizadas negativa ou positivamente, eles marcam o que podemos entender como condição feminina: expectativas em relação à trajetória e ao comportamento das mulheres nas esferas pública e privada. E não estão presentes apenas em discursos externos, são parte de estratégias das próprias políticas (MOTA; BIROLI, 2014, p. 5).

Se fecharmos os olhos, em um rápido exercício, e visualizarmos um presidente ou um professor, ainda virá à nossa mente a imagética de um homem. “E isso é verdade mesmo *quando se trata de* uma mulher nessa função: o estereótipo cultural é tão forte que, no âmbito dessas fantasias de fechar os olhos, ainda é difícil para *mim* imaginar a *mim*, ou alguém como eu, em meu papel” (BEARD, 2018, p. 61, grifo do autor).

A ascensão, ainda que primitiva, de mulheres ao poder, se mostra como um processo de cruzamento de limites ou de posse de algo sem direito garantido - porque a separação teórica e prática entre o gênero feminino e espaços de decisão e visibilidade pública estão cravados na história e em heranças perpetuadas ainda hoje, por nós. Em Cambridge, no Reino Unido, a maior parte das universidades construiu banheiros femininos em corredores escondidos, em espaços por vezes inacessíveis (BEARD, 2018), enquanto os masculinos situavam-se em andares e espaços de rápido acesso. O privilégio de exclusão feminina também esteve no Brasil até 2015, quando o Plenário do Senado ainda não possuía banheiro para mulheres - mesmo 55 anos após sua inauguração. Em outras palavras, não “[...] se pode, com facilidade, inserir as mulheres numa estrutura que já está codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura” (BEARD, 2018, p. 93).

Figura 12 - Inspirações para mulheres na política



Fonte: (CENSO, [2023?]).

A motivação, diante desta série de impedimentos, por vezes pertence à rede de suporte feminina - em especial na inspiração de outras mulheres que, seja no meio social ou estritamente no campo político, ecoaram suas vozes além do meio familiar (Figura 12). Como resultado desta teia estrutural entrelaçada entre mulheres, o estudo do Instituto Alziras aponta que mulheres se inspiram em mulheres; e, em média, 45% do secretariado das prefeitas brasileiras é composto por profissionais do gênero feminino (CENSO, [2023?]).

O alerta gerado por estas taxas de ocupação não são dirigidos exclusivamente ao Brasil, mas também a democracias consolidadas que não colocam à vitrine as tarefas ou deveres da mulher na política. A jornada se assemelha nos níveis locais, regionais e nacionais, uma vez que a carência de uma condição paritária entre gestores e gestoras procede na baixa representação de interesses do grupo menos contemplado. Assim, a democracia falha.

Uma estimativa encomendada pelo Universa Uol à Hannah Maruci, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em ciência política pela Universidade de São Paulo, considera que o Brasil levará mais de 120 anos para atingir a paridade de gênero na Câmara dos Deputados e no Senado - tomando como referência os atuais índices de candidaturas e eleições. Apesar de o cálculo não ser exato e definitivo, a realidade é compatível: não será a passos curtos que homens e mulheres serão concebidos como iguais ou semelhantes na política nacional.

A deslegitimação da agenda pública para mulheres não corresponde a um obstáculo único e inédito à validação do feminino; consiste, na realidade, em uma falha da democracia. Há, assim, permanências enraizadas em bloqueios que impedem ou retardam a ocupação de brasileiras em meios de poder e decisão historicamente atribuídos ao masculino - seja em processos sociais, em partidos políticos ou no espaço institucional (BIROLI, 2018b).

Deste modo, o que se quer é muito mais do que uma paridade democrática: o que se quer é fortalecer os direitos das mulheres, para dar visibilidade às diferenças e possibilitar políticas protetivas para que a mulher possa exercer sua liberdade de escolhas e realizar todos os seus direitos, como por exemplo, de viver livre da violência, ir à escola, participar da tomada de decisões, bem como, receber salários iguais para trabalhos iguais (BROGNOLI; DIAS, 2019, p. 244).

Com esta perspectiva, é possível atestar (LOURO, 1997) que as práticas sociais - tal qual a política - são atravessadas e constituintes de articulações de gênero. A igualdade reivindicada e a própria noção de cidadania, contudo, não são neutras, visto que já estão construídas com formulações do masculino (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Ou seja, não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes e mais dignas do que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição social em particular (MIGUEL, 2014c, p. 42).

Uma série de imagens adulteradas propositalmente, em 2015, expõe esta diferença por meio do déficit de ocupação entre os gêneros masculino e feminino: quando destacadas as mulheres em espaços públicos de poder, é cristalino o vácuo no que se refere à igualdade de cadeiras (Figura 13).

Figura 13 - Ocupação de homens e mulheres em espaços de poder



Fonte: MOREIRA (2015).

A raiz da sub-representação política feminina está nas atribuições e distribuições de características de gênero, que são largamente distintas para mulheres e para homens. A nós, é reservada a garantia privada do lar; a eles, o espaço público social. O investimento na equidade de gênero, portanto, consiste em uma reparação histórica (ARAÚJO, 2011) para que se possa conceber a política enquanto integrante da organização social da vida de sujeitos que se relacionam em uma democracia.

Assim, apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social. A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas a assistência social, família ou educação. As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino (MIGUEL, 2014b, p. 66).

Embora uma série de brasileiras, mesmo diante desta sequência de restrições, tenham escrito nomes no mapa da história política nacional, merecem realce as que inauguraram os espaços, abriram as portas e cavaram um trilho para suas sucessoras. É para (e por) elas, também, que estamos aqui. No Brasil, a primeira vereadora eleita em 2 de setembro de 1928 é Joana Cacilda Bessa, em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte. A prefeita que inaugurou esta estrada para mulheres é Luíza Alzira Soriano Teixeira, em Lajes, no Rio Grande do Norte, também em 1928. A primeira deputada brasileira é Carlota Pereira de Queirós, eleita pelo estado de São Paulo em 1934. As senadoras têm sua origem, por sua vez, em Eunice Mafalda Berger Michiles, do Amazonas. A nível regional, a governadora que gera um marco no país é Iolanda Ferreira Lima, em 1986, pelo estado do Acre.

A maior representatividade - seja em número de votos ou em ineditismo histórico - é Dilma Rousseff, presidenta brasileira entre 2011 e 2016, reeleita para comandar o Brasil e extraída do Palácio do Planalto após o *impeachment* que conduziu seu vice, Michel Temer, à Presidência. É motivada pela história reescrita por Dilma que esta tese ancora a Missão das Candidatas, jornada jornalística da heroína referente à trajetória da mulher na política.

### 2.3 Após 35 presidentes, Dilma Rousseff

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. [...] **Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira.** Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. **Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.** Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (Dilma ROUSSEFF, 2011, grifo nosso)

Por 121 anos, o cargo de maior potência e autoridade do Poder Executivo nacional foi apresentado sob o rosto de 35 homens: os presidentes da República Federativa do Brasil. Em 1º de janeiro de 2011, com as mulheres enquanto engrenagem discursiva, este padrão secular é interrompido por meio do início da gestão de Dilma Rousseff, a primeira mulher democraticamente eleita presidenta do país. Ao romper com a tradição desta presença masculina no poder, a brasileira inaugura uma série de sentidos e instaura a reconfiguração de símbolos sobre a política pública nacional ao estrear o que se caracteriza como uma nova era da história do Brasil.

A fim de compreender as formatações que constituem a figura de Dilma Rousseff, apresento os aspectos que narram a construção histórica de uma das mulheres mais significantes para a política brasileira em 500 anos de história.

### 2.3.1 “Diante da tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira”

O dia 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, marca o nascimento de Dilma Vana Rousseff, segunda filha do engenheiro búlgaro Pétar Russév e da professora brasileira Dilma Jane Silva (MARTINS, 2011). As raízes políticas são herdadas do pai, militante do Partido Comunista na Bulgária que desembarca no Brasil em 1930 - quando dá início à relação com a matriarca da família Rousseff (ARAÚJO *et al.*, 2011).

Figura 14 - Dilma Rousseff, pais e irmão



Fonte: Fotos... (2014).

Com a educação na infância norteadas por diretrizes europeias (incluindo aulas privadas de francês), a primeira presidenta do Brasil se desenvolveu como exceção ao

frequentar clubes de elite da capital mineira e colégios tradicionais de Belo Horizonte (Débora Thayane de Oliveira Lapa GADRET, 2011). Na Escola Fundamental Isabela Hendrix, em que cursou os anos iniciais, Dilma era assinalada como uma criança concentrada, que optava por livros em vez de brincadeiras. O mesmo padrão comportamental se repete no avançar da infância, a partir de 1955, quando é transferida para o Colégio Sion, ainda em Belo Horizonte - apontado como um dos mais tradicionais do Brasil à época, com expressiva influência católica. “Somente em sua adolescência é que começou a se destacar por meio de um repertório literário superior aos demais colegas da turma” (MARTINS, 2011, p. 4).

A primeira experiência em uma instituição de ensino pública acontece aos 16 anos de Dilma, em 1964, quando é transferida ao Colégio Estadual Central (Mariele VELLOSO; OLIVEIRA; Juliana MILLEN, 2012). O período efervescia política devido ao golpe militar, o que motivou jovens a atuarem junto a organizações clandestinas. É neste cenário que há indícios da militância de Dilma: a adolescente atua em prol da causa trabalhista enquanto defensora da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, renomeada como Polop (Carolina Maria Moreira ALVES; Janaina Frechiani Lara LEITE, 2011).

Motivada por este contexto, aos 19 anos Dilma Rousseff confirma seu casamento com Cláudio Galeno Linhares, parceiro da Polop (GADRET, 2011). A Organização Revolucionária Marxista, por sua vez, é segmentada em dois grupos: de um deles origina-se o Comando de Libertação Nacional (Colina), integrado pela militante. “O movimento estudantil entra em confronto com o regime militar a partir da formação de guerrilhas, buscando lutar em defesa da revolução socialista no Brasil. No entanto, a guerrilha fracassa devido à pouca quantidade de militantes” (ARAÚJO *et al.*, 2011, p. 2-3). Diante do período ditatorial brasileiro, o Colina definia-se enquanto uma organização que intercedia pela luta armada (ALVES; LEITE, 2011). Em paralelo aos arranjos de guerrilha, Dilma integra a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012), em que reforçou a identidade de liderança combativa.

Vivendo na clandestinidade, em 1969, Dilma usou vários codinomes para não ser encontrada pelas forças de repressão aos opositores do regime. No mesmo ano, o Colina e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) se uniram, formando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Em julho, a VAR-Palmares roubou o “cofre do Adhemar”, que teria pertencido ao ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros. A ação ocorreu no Rio de Janeiro e teria rendido à guerrilha US\$ 2,4 milhões. Dilma negou ter participado dessa operação, mas há quem afirme que ela teria, pelo menos, ajudado a planejar o assalto (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012, p. 13).

Os próximos passos da trajetória política e afetiva de Dilma Rousseff se entrelaçam quando a então universitária assume um novo relacionamento com Carlos Araújo e, na sequência, em 16 janeiro de 1970, em São Paulo, é presa por subversão e torturada por 22 dias nas instalações da Operação Bandeirantes, em atos que incluíam palmatória, pau-de-arara e choques; para, em seguida, também registrar sob interferência do governo militar uma passagem no Departamento de Ordem e Política (Dops) (GADRET, 2011).

Figura 15 - Ficha criminal de Dilma Rousseff



Fonte: Fotos... (2014).

A intenção dos atos de tortura (ARAÚJO *et al.*, 2011) direcionados a Dilma era captar informações referentes a seus companheiros de guerrilha. “Dilma [...] foi presa e torturada na luta a favor da libertação do Brasil do regime ditatorial” (ALVES; LEITE, 2011, p. 6). Em 2008, quatro décadas após a prisão, em audiência pública referente a obras do PAC na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, o então senador José Agripino Maia (DEM) questiona Dilma Rousseff quanto às supostas mentiras emitidas por ela durante a ditadura militar. A futura presidenta depõe que não há comparativos possíveis entre o período ditatorial e a democracia brasileira.

Eu tinha 19 anos, fiquei 3 anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida de seus iguais, entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia, se fala a verdade. **Diante da tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira.** Isto faz parte, senador, e integra minha biografia, da qual eu tenho um imenso orgulho. Eu não estou falando de heróis, feliz do povo que não tem heróis desde tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilimo, porque todos nós somos muito

frágeis, somos humanos, nós temos dor. E a sedução, a tentação de falar o que ocorre, dizer a verdade, senador, é muito grande. A dor é insuportável, o senhor não imagina quanto é insuportável. Eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros da tortura, da morte. Não tinha nenhum compromisso com a ditadura, eu estava em um campo, eles estavam em outro (DILMA..., 2010).

A mineira permanece reclusa pelo regime ditatorial no Palácio Tiradentes até 1972, em um período a que também foi induzida a audiências a fim de detalhar mecanismos da guerrilha – a exemplo do interrogatório agendado em novembro de 1970, em um tribunal militar no Rio de Janeiro (Figura 16).

Figura 16 - Interrogatório em 1970



Fonte: Fotos... (2014).

Após a liberdade, já configurada como uma mulher com uma sólida formação política, transfere-se por um período para Minas Gerais. Em seguida, fixa residência em Porto Alegre. É na capital dos gaúchos que Dilma aguarda a soltura de Carlos Araújo, seu então marido, que também permanecia preso (GADRET, 2011). Estes movimentos incrementam na brasileira o ímpeto de inquietude e o interesse em se comprometer às ações político-partidárias do Brasil: Dilma integra o grupo que dá forma, no fim da década de 70, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Lívia Moreira de ALCÂNTARA *et al.*, 2010).

Concomitante às movimentações de agente política, é na segunda metade desta mesma década, em 1977, que Dilma conclui a Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GADRET, 2011; Claudia Bardal SÓRIA, 2013), no mesmo ano em que nasce sua única filha Paula, fruto do casamento com Carlos Araújo. Advogada e funcionária pública federal concursada, atuante como procuradora do trabalho em Porto

Alegre, Paula é casada com o administrador Rafael Covolo e mãe de Gabriel Rousseff Covolo, que nasce em 2010 (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012).

Oito anos após tornar-se mãe, em 1985, a então pedetista impulsiona (junto do marido Araújo) a candidatura de Alceu Collares (PDT) à Prefeitura de Porto Alegre (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012). É neste período, em 1986, após a vitória do candidato, que a mineira assume sua primeira cadeira de confiança no Poder Executivo: a de secretária municipal da Fazenda da capital gaúcha.

Dilma permaneceu à frente da Secretaria da Fazenda até 1988, quando se afastou para se dedicar à campanha de Araújo à Prefeitura de Porto Alegre, mas foram derrotados na eleição, e o PDT perdeu os cargos no Executivo. Em 1990, Alceu Collares foi eleito governador do Rio Grande do Sul, indicando Dilma para presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE), na qual ela estagiara na década de 1970. Permaneceu ali até fim de 1993, quando foi nomeada Secretária de Energia, Minas e Comunicações, sustentada pela influência de Carlos Araújo e seu grupo político. Permaneceu no cargo até final de 1994. Em 1995, terminado o mandato de Alceu Collares, Dilma afastou-se dos cargos políticos e retornou à FEE, passando a ser editora da revista Indicadores Econômicos. Em 1998, o petista Olívio Dutra ganhou as eleições para o governo gaúcho com o apoio do PDT no segundo turno, e Dilma retornou à Secretaria de Minas e Energia (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012, p. 10).

O ano que marca o novo milênio também caracteriza as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre, em que se intensifica a disputa entre PT (de Tarso Genro) e PDT (de Alceu Collares). Neste pleito, Dilma apoia o governador eleito Tarso Genro - o que provoca a filiação da militante ao Partido dos Trabalhadores em 2001 (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012; ALVES; LEITE, 2011). É esta a etapa substancial para a chegada da mineira ao Palácio do Planalto, em Brasília.

### 2.3.2 Uma mulher ou um poste; tanto faz

O mapa de fatos polêmicos e questionáveis da história política brasileira não é raso ou sequer linear. Um de seus capítulos mais simbólicos e emblemáticos, o *impeachment* de Dilma Rousseff, tem como marco o seu desembarque em Brasília. Após assinar seu ingresso ao PT, a mineira residente em Porto Alegre integra o time que formula o plano de governo da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, seu futuro padrinho político e então candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República do Brasil nas eleições de 2002 (ARAÚJO *et al.*, 2011). Na sequência, após a vitória de Lula, Dilma é encarregada de coordenar a equipe de infraestrutura do governo de transição entre o último ano do mandato

de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano da gestão de estreia do novo presidente, em um processo estruturado entre 2002 e 2003 (ALVES; LEITE, 2011; SÓRIA, 2013).

O avanço da economista em Brasília é orgânico: um mês após Lula obter a maioria dos votos para a presidência, em novembro de 2002, Dilma transfere-se de Porto Alegre para a capital federal - deixando a Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul para firmar-se como a primeira mulher ministra de Minas e Energia do Brasil, em janeiro de 2003 (ARAUJO et al., 2011; MARTINS, 2011). As atividades de Dilma nesta divisão são interrompidas em 2005, devido à crise do mensalão que afasta José Dirceu da Casa Civil; e abre espaço para o novo cargo da parceira política de Lula (SÓRIA, 2013). “Com a reeleição de Lula, em 2007, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma reunião de obras de infra-estrutura e medidas econômicas. A Casa Civil coordena as ações e Dilma é intitulada a ‘mãe do PAC’” (ARAUJO et al., 2011, p. 3).

Figura 17 - Chefe da Casa Civil nomeada em 21 de junho de 2005



Fonte: Fotos... (2014).

São estas articulações que geram a especulação, pela primeira vez, de sua possível candidatura (Perla Haydee da SILVA, 2019) à Presidência do Brasil; em um arranjo em que as movimentações comportamentais de Dilma consistiam na de uma liderança discreta e coadjuvante a Lula (CÂMARA; Olga Maria TAVARES, 2010).

A segunda gestão petista ainda não havia atingido a metade do mandato quando, em novembro de 2008, Lula confirma a pretensão em indicar o nome de Dilma Rousseff para a próxima Presidência da República (confirmando as especulações de que vinha moldando a economista para preencher a cadeira do PT no Palácio do Planalto). A alta popularidade do líder político provocou reações inaugurais que defendiam que Lula elegeria qualquer um - seja uma mulher como Dilma, seja um poste (PINTO, 2018). A estratégia de grupos

insatisfeitos com a indicação é considerar a pré-candidata como sujeito técnico, e não uma figura política. O percurso que se estende entre o anúncio de Lula e a confirmação do *impeachment* da economista é concebido enquanto uma experiência de descrédito profissional atravessado pelo gênero sob uma perspectiva dúbia: ora Dilma é colocada em um extremo, ora é designada a outro.

A ambiguidade surge através da personificação de uma Dilma **desprovida de substancialidade, vazia de atributos pessoais, de capacidade intelectual**, de experiência e de capacidade política, um ser vazio, apesar de uma trajetória de vida intensa. Ao mesmo tempo, **é o ser ameaçador, autoritário, manipulador e ambicioso**. Na vida pública, em um momento é guerrilheira e, portanto, pessoa (ainda mais mulher) violenta que pega em armas; em outro, é apenas a aparência de guerrilheira incapaz, sem coragem de pegar em armas ou de atirar; a ocupar meras posições de apoio [...] (Clara ARAÚJO, 2018, p. 45, grifo nosso).

No eixo privado, a candidata aparece como a mulher divorciada, sem marido e solitária; mas também como a que acumula dois casamentos e submete suas decisões pessoais e políticas a um homem, parceiro na vida pública. Dilma é narrada como um ser perigoso e articulado - mas, em contraponto, também é o sujeito sem habilidade para agenciar o poder (ARAÚJO, 2018). Isto é, a brasileira é construída a partir da lógica do descontrole, do despreparo e do excesso, sem beirar o equilíbrio e a habilidade política.

As representações da mulher tecidas junto à população por meio de narrativas de gênero são associadas, como designa a regra, à então candidata - seja no papel de cuidadora, seja como inábil. Por exemplo: Dilma é nomeada como Mãe do PAC por Lula, ao cumprir, portanto, ao arquétipo de progenitora; e paralela a esta conjuntura, é descrita por opositores a partir de uma lógica homofóbica e sexista, uma vez que há questionamentos quanto à sexualidade e estado civil da candidata (Cláudia LEITÃO, 2018). Ao nascer com vagina, se identificar como mulher e optar por não atender a projeções do feminino, Dilma Rousseff germina um descontentamento em série - em particular ao decidir ser presidenta da República.

Nas análises acerca da personalidade da presidenta, por exemplo, as críticas ao seu estilo de governar sempre foram abundantes, especialmente, nas classes médias e altas, entre homens e mulheres. De um lado, o público masculino denunciava sua incapacidade de “negociar” e sua falta de apetite em urdir acordos políticos – um talento considerado “masculino”; de outro, segmentos de mulheres observavam que o seu modo de ser – de vestir-se, de portar-se – estava distante das expectativas acerca de um certo ethos feminino. Essas percepções são importantes para que possamos observar que, como todo o imaginário, a esfera do político é composta por um complexo de imagens, cujas representações encontram maior ou menor acolhida na vida dos indivíduos (LEITÃO, 2018, p. 57-58).

A configuração identitária da candidata é fabricada de imediato após a indicação de Lula, a partir de alterações estéticas: Dilma aparece na mídia após cirurgia plástica facial, sem óculos e com novo corte de cabelo (BONI; Maria Luisa HOFFMANN, 2009).

No início de abril de 2009, ela figurou em veículos impressos com as mais variadas linhas editoriais, nacionais e internacionais. As revistas femininas *Marie Claire* e *Cláudia* abriram espaço inusitado para uma figura política e trouxeram entrevista em seis páginas com a ministra que foi chamada de “queridinha do presidente” e de “a mulher que quer governar o Brasil”, respectivamente. Os assuntos giraram em torno de beleza e da plástica, da maternidade, dos amores e do trabalho e mostraram uma Dilma “descontraída”, “sorridente” e que cumprimenta as repórteres “com dois beijinhos”. Na revista *Caras*, apareceu dançando com o vice-presidente José de Alencar no aniversário da primeira-dama, dona Marisa Letícia. Na *Piauí*, Luiz Maklouf Carvalho conta a história da infância e adolescência de Dilma Rousseff como filha do advogado búlgaro Pêtar, seu envolvimento com a política até o período em que foi presa durante a ditadura, trazendo relatos de familiares, amigos e companheiras de cela, além de um documento de sua prisão com informações de sua vida pregressa (GADRET, 2009, p. 2).

A transição, porém, não se sustenta na condição visual e midiática da chefe da Casa Civil. Ainda em abril de 2009, Dilma Rousseff e seus médicos informam, em encontro promovido com a imprensa junto ao Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, que a pré-candidata de Lula desenvolveu em sigilo um câncer no sistema linfático (linfoma) de 2,5 centímetros na axila esquerda - e que, com isso, se submeteria a sessões de quimioterapia a fim de controlar a doença (BONI; HOFFMANN, 2009; GADRET, 2009).

Há inferências inauguradas após este movimento, com as repetidas inserções de Dilma Rousseff em palanques que discutem aspectos pessoais, políticos, profissionais e comportamentais da candidata. A ex-ministra e ex-guerrilheira carrega uma “[...] imagem conceitual negativa, imposta pelo regime militar e relacionada à guerra, baderna e desordem e desarmonia social, moral e político-administrativa” (CÂMARA; TAVARES, 2010, p. 6). A conduta diante de câmeras é contrária à do padrinho Lula: enquanto ele é apto a grandes manifestações e eventos públicos, ela mantém-se reservada e discreta (CÂMARA; TAVARES, 2010). A representação da economista confunde-se, ainda, com a de uma líder contundente em suas cobranças, cujas atitudes são enérgicas, precisas e inflexíveis (Fernanda Argolo DANTAS, 2019; Neusa Demartini GOMES; TREIN, 2010). “Os companheiros de partido e ‘aliados’ também ajudavam a construir um imaginário negativo sobre a candidata, a partir de episódios como presenteá-la como um bambolê para que aprendesse a ter jogo de cintura [...]” (DANTAS, 2019, p. 118).

É tecido um discurso verbal e personificado referente a uma candidata inapta à Presidência da República - e que consistiria em uma reprodução feminina do então líder do

Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva (que a acompanhava em aparições públicas e pronunciamentos à população). Então secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2015 e 2016, no governo Dilma, Nilma Lino Gomes (2018, p. 150) descreve que os boicotes à presidenta e sua equipe “[...] iam desde piadinhas nos corredores até xingamentos à forma dura como os homens se sentiam tratados, às escolhas da presidenta, à imposição de um determinado tipo de ordem, à sua negação de se aliar com políticos e empresários corruptos”.

Isto é, desde sua primeira campanha até a conclusão do *impeachment*, Dilma é costurada conforme uma profissional desqualificada e inapta ao cargo (Linda RUBIM; Fernanda ARGOLO, 2018), uma vez que, por ocasiões, é desacreditada enquanto liderança; mas em dados cenários é apontada como impositiva. As investidas com vistas na deslegitimação são uma marca na trajetória de Dilma Rousseff. Apesar de não haver garantias, a narrativa de deslocamento da candidata é inflamada justamente pela sucessora de Lula ser uma mulher - especialmente uma que não atende a expectativas e performances sociais quanto ao feminino. Um sujeito tal qual Dilma Rousseff (ARAÚJO, 2018) provoca desconforto, estranhamento, olhares desviantes e desconfiança porque é excepcional esta ocorrência de mulheres no topo da pirâmide.

Os ajustes no desempenho da economista alinham-se, em especial, no primeiro semestre de 2009, quando o perfil instaurado até então (de uma gestora dura, exigente e autoritária, porém discreta) migra em formato abrupto para o de uma profissional suave, doce, amistosa e gentil.

Como Ministra, Dilma é conhecida por seu perfil exigente, que não admite erros; durona; autoritária; viciada em trabalho; jeitão linha dura e não quer se desfazer deste atributo; resolve tudo pessoalmente; não tem traquejo político; fala muito alto e usa muito vocabulário técnico nas entrevistas e discursos. Porém, como pré-candidata, vem tentando ajustar a sua imagem a um perfil mais light, bem ao estilo paz e amor adotado por Lula. Para tanto, ela fez cirurgia plástica no pescoço, nas pálpebras e nos contornos faciais; mudou o corte do cabelo; trocou os óculos por lentes de contato, optou pelo estilo de roupas menos sisudo, trocando os terninhos escuros por claros e com blusas mais femininas (GOMES; TREIN, 2010, p. 7-8).

O anúncio da retirada do linfoma vem ao encontro deste movimento, em que a candidata se coloca na posição de sujeito comum (BONI; HOFFMANN, 2009). “Cada vez mais, Dilma foi ajustando a sua imagem, tornando-se mais simpática, mais sorridente, mais brincalhona, mais acessível, mais falante. Ou seja, transformando-se em uma figura mais palatável aos desejos da mídia e da opinião pública” (GOMES; TREIN, 2010, p. 13). A modificação se dá com o intuito (Emilly SILVA; LEAL, 2011) de transmitir à população um aspecto mais leve e cativante da mulher até então indicada como ríspida e resistente. “A

imagem da candidata também deveria estar relacionada com a mensagem que o partido desejava passar ao eleitorado, [...] uma vez que a ideia a ser vendida era a continuidade do governo Lula que se daria, justamente, no governo Dilma” (SILVA; LEAL, 2011, p. 6).

Em 13 de julho de 2010, Dilma Rousseff é nomeada oficialmente pré-candidata à Presidência da República do Brasil (ARAÚJO *et al.*, 2011; Fabiana GALINARI, 2017). Apesar desta garantia do Partido dos Trabalhadores, que trazia envolta na campanha não só a trajetória política e profissional da mineira, mas o suporte estratégico e com alto índice de aprovação do então presidente Lula, a economista observa retrabalhos quanto a novas adaptações de sua imagem para a população brasileira. “Dilma, quando quis passar a imagem de uma mulher mais ligada à família, aparecia em ambientes domésticos na posição de avó. Quando criava-se a ideia de uma líder política, o ambiente era ligado ao Palácio do Planalto e nas negociações com outros políticos” (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012, p. 5). É constituída, portanto, uma nova versão de Dilma Rousseff (intensificada a partir do modelo previamente traçado ainda em 2009, após a descoberta de seu linfoma). A identidade da candidata (MARTINS, 2011) é novamente reiterada como a de uma mulher simpática e cortês. Estes arranjos mostram-se urgentes em decorrência do contexto em que Dilma está inserida: denúncias de corrupção (VELLOSO; OLIVEIRA; MILLEN, 2012) referentes ao governo Lula e de tráfico de influência de Eunice Guerra, por exemplo.

Depois de tantas mudanças, o estilo de Dilma finalmente se firmou. Em busca pela identidade maternal na figura da candidata, fez-se necessário adotar um corte de cabelo que a deixasse com uma aparência mais simpática, um figurino mais alegre e, ao mesmo tempo, sereno, tendo os tons de cores sóbrias como carro chefe. O rosto ganhou uma aparência com menos marcas da idade e o desenho das sobrancelhas foi redefinido. **O discurso sobre a importância de se ter pela primeira vez no país uma mulher na presidência, alimentou vários momentos da campanha eleitoral em questão** (ALVES; LEITE, 2011, p. 9, grifo nosso).

Apesar de atuar há mais de três décadas em movimentos de cunho público, Dilma Rousseff ainda projetava sua representação lapidada diante do cenário político. “As aparições de Lula, praticamente, como ‘garoto-propaganda’ da campanha de Dilma foi um fator crucial para a ascensão da candidata que até então era vista como anônima e sem experiência para ocupar o cargo de presidente, pelo fato de nunca ter disputado uma eleição” (SILVA; LEAL, 2011, p. 4). Uma amostra desta intenção de continuidade de Lula para Dilma é o slogan da campanha presidencial da economista, em 2010: *Para o Brasil seguir mudando*, cuja coligação era constituída pelos partidos PRB, PDT, PT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B (GALINARI, 2017).

O molde desta Dilma carismática e popular defendida por Lula é reforçado em espaços digitais com a intenção de propagar, em especial, seus marcos políticos. No *Twitter* (ALCÂNTARA *et al.*, 2010), a candidata apresenta-se em abril de 2010 a fim de replicar conteúdos de campanha de forma rasa - ou seja, sem provocar debates arraigados. O discurso, todavia, é contínuo àquele desempenhado em toda sua campanha: de uma mulher firme e competente, porém afetiva e atenciosa. O *Blog da Dilma* (Camila MONT'ALVERNE; MARQUES, 2012), por sua vez, dispunha de 38 profissionais encarregados de atualizar a página diariamente com conteúdos referentes a todo o contexto da campanha eleitoral.

As estratégicas adaptações imagéticas da candidata, o suporte incontestável de Lula, o título de Mãe do PAC e a garantia de continuidade ao governo federal petista desenhado desde 2003 constituíram, em 31 de outubro de 2010, um marco de estreia e até então inédito na história da política pública brasileira: a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil<sup>5</sup>. Dilma Rousseff é escolhida em segundo turno diante do candidato José Serra (PSDB) com 56% de favoritismo da população brasileira - o que corresponde a 55,7 milhões de votos válidos (ALVES; LEITE, 2011).

A ex-guerrilheira e primeira presidenta da República do Brasil é empossada no primeiro dia de janeiro de 2011, conduzida pela incumbência de conservar a aprovação de brasileiros e brasileiras com os oito anos de governo petista, entre 2003 e 2010.

Figura 18 - Transferência de faixa de Lula à Dilma



Fonte: Fotos... (2014).

---

<sup>5</sup> As eleições de 2010 foram disputadas por nove candidatos à Presidência: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Levy Fidelix (PRTB), José Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Ivan Pinheiro (PCB), Plínio Salgado (PSOL) e Rui Costa Pimenta (PCO) (SILVA; LEAL, 2011).

Os desvios em condutas de gênero são perceptíveis tão logo na posse em 2011. Ao contrário de presidentes anteriores, Dilma Rousseff não percorre a rampa do Palácio do Planalto ao lado de sua esposa ou esposo; mas de sua filha, Paula (Figura 19).

Figura 19 - Posse de Dilma junto à filha Paula



Fonte: Presidenta... (2011).

O simbolismo da dupla de mulheres, todavia, é esvaziado em parte da mídia - que protagoniza os atributos da então companheira do vice Michel Temer. A manchete do jornal *O Globo*, por exemplo, cita que *A beleza da vice-primeira-dama rouba a cena na posse de Dilma*. O conteúdo reforça que Dilma até se esforçou ao detalhar suas vestimentas e adornos, mas que os olhares masculinos foram direcionados à Marcela Temer (Figura 20).

Figura 20 - *O Globo* na posse de Dilma



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O pronunciamento oficial da ex-guerrilheira e ex-ministra (CERVI; GANDIN, 2015) em sua posse somou 3.658 palavras: as que se repetem com mais frequência são *pais* (25 ocasiões), *governo* (19 vezes) e *Brasil* (17 registros). São recorrentes, ainda, os termos *povo*, *vida*, *brasileiro* e *social*. Em síntese, no primeiro discurso de posse de Dilma há a centralidade de dois temas de políticas públicas: “i) na área econômica, vinculado à ideia de desenvolvimento, e ii) na área da educação, vinculado à juventude. Além disso, o discurso também reservou espaço para vincular as conquistas alcançadas até aquele momento à figura do ex-presidente Lula” (CERVI; GANDIN, 2015, p. 9).

O modelo político de seu antecessor, via de regra, estabeleceu parte de programas e propostas de Estado vinculadas ao bem-estar e à assistência social, como o Bolsa Família e o Minha casa, minha vida (SILVA, 2019). O primeiro ano de governo Dilma é atravessado por um reordenamento de classes (Bruna Santos de Almeida ANDRADE, 2019), apesar da recessão econômica visualizada a nível mundial. “No intuito de reverter a crise, a presidenta incrementou a aplicação de capital na infraestrutura brasileira por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em 2011. Além disso, reduziu as taxas de juros, favorecendo a concessão de empréstimos” (SILVA, 2019, p. 39). A crise econômica aparece na sequência, quando parte da base social do projeto desenvolvimentista de Dilma é alterada em um contexto de adversidades “[...] que se entrelaçavam com os cenários político e social, igualmente complexos e desafiadores para o governo” (ANDRADE, 2019, p. 40).

A gestão Dilma propõe uma alteração radical no molde da política econômica, em uma estratégia ancorada no mercado externo com vistas à indústria e no fortalecimento do setor privado por meio de desonerações. As decisões se desenhavam na contramão de conjunturas anteriormente propostas, em que o consumo de classes pobres incentivava a formatação de negócios e investimentos. Logo, neste novo modelo de administração, a projeção idealizada pela presidenta era incrementar as exportações a fim de expandir a oferta de empregos. A lógica, no entanto, não triunfou (Tatiana ROQUE, 2017).

O desequilíbrio governamental diante da população brasileira aparece com maior ênfase em 2013, conforme assinala Andrade (2019), ao passo que a gestão não traçava um diálogo com as reivindicações do povo. Uma amostra deste desagrado é a aprovação pessoal da presidenta: ao final de 2012, 78% dos brasileiros e brasileiras consentiam com as decisões de Dilma Rousseff em relação ao combate à fome e ao controle da inflação; porém, no ano seguinte, a desaprovação é superior e ocorre em todas as áreas do governo.

A instabilidade se agrava quando, diante da crise financeira que acertava a classe trabalhadora, a gestão de Dilma Rousseff investiu recursos públicos para a promoção da Copa

das Confederações no Brasil. Diante destas circunstâncias, no fim do primeiro semestre de 2013 uma parcela da população foi às ruas nos episódios reconhecidos como Jornadas de Junho (SILVA, 2019). “Os protestos, realizados em várias cidades do país, tinham por objetivo exigir soluções aos governantes a respeito dos aumentos nas tarifas de transporte público, à corrupção e aos gastos com a realização da Copa das Confederações em 2014 no Brasil, entre outras reivindicações” (GALINARI, 2017, p. 83). Em vista disso, a cobertura da imprensa é incrementada, em especial porque no mesmo período é registrado o envolvimento da Petrobrás em episódios de corrupção, a partir de investigações da operação Lava-Jato da Polícia Federal (DANTAS, 2019).

O primeiro mandato de Dilma Rousseff é marcado por avanços e crises. Sobre os avanços é possível citar, por exemplo, a ampliação de programas sociais existentes e o lançamento de novos programas como o Brasil Carinhoso e o Mais Médicos. A Presidenta também enfrentou instabilidades em seu governo, como a necessidade de substituir alguns ministros envolvidos em denúncias de corrupção, os escândalos de corrupção na estatal Petrobrás, a queda do PIB e as manifestações de junho contra aumento das tarifas de ônibus e contra os gastos para a realização da Copa das Confederações no Brasil, em 2013 (GALINARI, 2017, p. 88).

Isto é, os quatro primeiros anos de Dilma Rousseff no cargo de maior potência do Poder Executivo são marcados pela inconstância de popularidade e por incertezas quanto às tomadas de decisões da presidenta. A qualificação da líder de governo, diante da imprensa, é a de uma mulher (DANTAS, 2019) incapaz de agir politicamente. “Desse modo, o que se observou nos anos seguintes à eleição de Rousseff foram questionamentos à capacidade da presidenta de lidar com o Congresso, bem como seu eventual envolvimento nos escândalos de corrupção na Petrobrás” (DANTAS, 2019, p. 120).

Entre os desajustes de Dilma Rousseff, a base aliada e a oposição apontam para o emprego do termo *presidenta* em vez de *presidente*, em um ato reivindicado pela economista – e simbólico perante o que, de fato, esta transformação gramatical representa. No entanto, a expressão no feminino não foi adotada em grande escala pela imprensa (DANTAS, 2019). Uma série de seminários, debates e mesas redondas é proposta a fim de mobilizar especialistas em Língua Portuguesa quanto à alteração da palavra. O vocábulo, porém, não consiste apenas em uma adaptação de gênero ao substantivo: ele gera mal-estar ao machismo (Marcia TIBURI, 2018) que impera nos corredores da política. O desconforto de sujeitos conservadores adaptados a dado modelo de gestão pública é, ora, a amostra da derrubada do jogo de linguagem misógina construído no Brasil.

Ao inaugurar o termo, a presidenta Rousseff rompe com 121 anos de uma tradição de homens a comandar a república. E não é sem sentido que, ao ser afastada do cargo pelo impeachment, quem a substitui busca apagar, desde a linguagem até as marcas que podem condensar a memória da sua presença. Uma das primeiras ações de Michel Temer ao assumir interinamente o governo foi “orientar” a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) a não utilizar em seus conteúdos o termo “presidenta” (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 14).

Adicionada a este cenário está a ocorrência da cerimônia de abertura da Copa do Mundo Fifa 2014, no Estádio Arena Corinthians, em São Paulo, em que a presidenta é vaiada por parte da torcida. A circunstância provocou repercussão em espaços de mídia, bem como em redes sociais de todo o país (QUEIROZ, 2014). A fragilidade e a impermanência de práticas do governo federal 2011-2014 não impediram a presidenta de lançar-se, sob o suporte do Partido dos Trabalhadores, à candidatura para reeleição à Presidência da República. A campanha é costurada com ênfase em garantias de continuidade ao modelo empregado em sua gestão estreante em paralelo a discursos investidos contra seus principais oponentes: Aécio Neves e Marina Silva (apesar de existirem, além destes, outros oito em disputa). As promessas, no entanto, beiravam a obviedade e o superficialismo. “De acordo com a presidente, o governo só continuaria generosamente custeando os programas assistenciais criados pelas gestões do PT - como o Bolsa Família, o Mais Médicos e o Minha Casa Minha Vida - se ela permanecesse no poder” (WESTIN, 2017, p. 19).

Em 26 de outubro de 2014, ao repetir o êxito inédito de 2010 e após figurar à frente de seus adversários em toda a campanha, a economista é novamente escolhida pela população brasileira para conduzir o país por meio de 54.501.118 votos legítimos. A coligação *Com a Força do Povo*<sup>6</sup> vence o candidato Aécio Neves (PSDB) em segundo turno, com 51,64% dos votos válidos (CERVI; GANDIN, 2015). Esta é tomada como uma das eleições mais acirradas desde a redemocratização do Brasil (Maria COELHO; OLIVEIRA, 2018).

A reincidência desta mulher ao poder é contestada, como amostra do ressentimento de “[...] políticos representantes das tradicionais classes dominantes do Brasil, que tinham perdido o poder e de classes médias cada vez mais reativas à possibilidade de um país menos desigual” (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 11). O nivelamento, ao menos na paridade de gênero, é trabalhado pela presidenta em seus dois mandatos, caracterizados pela maior presença de mulheres nos ministérios: em seis anos, foram 18 ministras e uma presidenta de empresa pública. Em 2011, primeiro ano da gestão Dilma, o Executivo Federal instituiu que um terço de seu ministério fosse constituído por mulheres (PIOVESAN, 2011).

---

<sup>6</sup> A coligação é integrada pelos partidos PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB. (GALINARI, 2017).

Houve o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres com a indicação de uma ministra ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18%. Em 2015, após reforma ministerial, a secretaria passaria a ter status de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 17).

As políticas sociais em benefício da população pobre (além de negros e mulheres) são incrementadas na segunda gestão Dilma, como amostra do que havia sido desenhado por Lula antecipadamente. O Bolsa Família, por exemplo, é um acesso à cidadania para estes grupos marginalizados; além da entrega de mais de um milhão de documentos de identidade a trabalhadoras rurais sem registro civil e da construção de cisternas para garantir água às casas desprestigiadas no Nordeste do Brasil. O Programa Mulher Viver sem Violência, por sua vez, empregou 360 milhões de reais em seis ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Sob a condução da presidenta, o país aprovou, ainda, a emenda à constituição que garantiu benefícios trabalhistas a empregadas domésticas (Eleonora MENICUCCI, 2018).

Embora as urnas tenham apontado para um desfecho favorável de Dilma, a posse em 1º de janeiro de 2015 não alivia as tensões provocadas por escândalos, em especial, da estatal Petrobras (SILVA, 2019). Somado a esse impasse, aparece apenas quatro dias após o segundo turno de 2014 um pedido de auditoria da eleição protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo PSDB, partido do segundo colocado Aécio Neves (ANDRADE, 2019).

Em novembro e dezembro daquele ano, o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), com a participação de Aécio Neves e outros parlamentares da oposição, convocaram manifestações nacionais. Na Avenida Paulista, em São Paulo, cerca de 2500 pessoas participaram do protesto em 1º de novembro, algumas delas levavam cartazes com os dizeres como “Impeachment já”, “Fora PT” e “90% do PIB não elegeu Dilma”. Além disso, com a auditoria em andamento, o PSDB faz um novo requerimento ao TSE, dessa vez pedindo a cassação da chapa Dilma/Temer e a diplomação de Aécio Neves, que ficou em segundo lugar. A ação, no entanto, só foi apreciada pelo Tribunal em 2017, sendo rejeitada, e a auditoria, que custou cerca de 1 milhão de reais ao partido, não encontrou fraudes no processo eleitoral brasileiro. Ainda assim, o segundo mandato de Dilma foi questionado e sofreu forte oposição dos setores econômicos, políticos e sociais que tiveram seus projetos derrotados pela maioria dos votos em 2014 (ANDRADE, 2019, p. 76).

A disputa acirrada com Aécio Neves no segundo turno do pleito de 2014 articulada aos questionamentos quanto à credibilidade da presidenta e do Partido dos Trabalhadores também abrem um gargalo entre o governo federal e a população brasileira - o que gera, novamente, uma crise institucional e social no Brasil. O discurso de posse de Dilma Rousseff (CERVI; GANDIN, 2015) traz esta inconsistência: ao contrário do pronunciamento oficial emitido em 1º de janeiro de 2011, em sua primeira eleição, esta declaração pública expõe com frequência termos como *medo*, *apoio*, *punir* e *controle*.

Até dezembro de 2014, ano da eleição de Dilma Rousseff, a preocupação dos brasileiros estava mais focada nos temas econômicos e nas pautas materialistas. Contudo, em 2015, a corrupção passaria a ser vista como o principal problema do país e, uma vez associada à presidente, incidiu sobre sua popularidade. Nesse processo, a identidade com os partidos políticos chegou aos mais baixos níveis e apenas 25% dos brasileiros declararam preferir algum partido, contra uma média de 50% dos anos anteriores. O PT, partido até então líder de preferência no país, passou de 29% para apenas 12% de simpatizantes (Helcimara TELLES, 2017, p. 67).

Ao cumprir com o que é estabelecido a candidatas e candidatos em campanha eleitoral, Dilma Rousseff teceu promessas, em 2014, por meio de discursos que asseguravam o controle de impostos, mais empregos e ampliação de direitos básicos a cada cidadão – a fim de garantir a adesão popular em uma disputa acirrada com o peessedebista Aécio Neves, principalmente. “Com todas essas juras, a presidente disse exatamente aquilo que os brasileiros gostariam de ouvir, em especial a imensa classe mais pobre” (WESTIN, 2017, p. 20). Todavia, o desagrado público é acentuado em 2015 após a reeleição da petista; uma vez que o segundo mandato é estreado com anúncios de ajustes fiscais – exatamente o contrário do que havia sido pretendido no ano anterior (TELLES, 2017).

O ano de 2015, o segundo da nova gestão de Dilma, é marcado de imediato por instabilidades e protestos – e aparece como o período decisivo para a história política da presidenta. Na contramão dos prognósticos afirmados em campanha eleitoral, “[...] o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2015, o primeiro ano do governo Dilma 2, em 10,7%. Nos anos anteriores, a inflação havia ficado na confortável casa dos 6%. De repente, tudo ficou mais caro” (WESTIN, 2017, p. 20). Este imposto é o que interfere na economia do cidadão comum, em despesas basilares como transporte (combustíveis), saúde, alimentação e educação. O reflexo imediato é a redução do poder de compra do consumidor (mais pobre); o que também está em desacordo às promessas dirigidas à população em 2014. Assim, os sujeitos passaram a comprar menos “[...] e deixaram em apuros a indústria, o comércio e os serviços. [...] Entre maio de 2014, no governo Dilma 1, e maio de 2016, no governo Dilma 2, o número de brasileiros na fila do emprego saltou de 6,8 milhões (índice de 7%) para 11,4 milhões (11,2%)” (WESTIN, 2017, p. 21).

Após defender o incentivo à educação e instituir como lema da nova gestão *Brasil, Pátria Educadora*, Dilma Rousseff não cumpre a garantia de abrir 12 milhões de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No total, o índice atingiu a marca de cinco milhões. O mesmo período registra a redução do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que permite o parcelamento de mensalidades de estudantes do ensino superior. O Ciências sem Fronteiras, programa que oportunizava a alunas e alunos a

extensão parcial de sua graduação para o exterior, foi provisoriamente congelado. A consequência, ainda, são greves de corpos docentes de universidades federais por cinco meses, em virtude da escassez de verbas e condições salutaras do exercício da profissão. As incoerências traçadas a partir de 2015 poderiam ser previstas ainda no apagar das luzes de 2014, após a reeleição da presidenta, quando a gestora autoriza duas medidas provisórias que interferem justamente em direitos trabalhistas, dificultando a garantia do cidadão ou da cidadã que almejava os benefícios seguro-desemprego, auxílio doença, pensão por morte, abono salarial ou seguro-defeso (WESTIN, 2017).

O desequilíbrio é oficializado quando o apoio até então assegurado da Câmara dos Deputados deixa de existir após Eduardo Cunha (PMDB) romper com a base governista na intenção de ser eleito o próximo presidente da Casa Legislativa. A escalada do então deputado federal ao cargo de maior potência do Congresso Brasileiro é cruzada por jogos de manipulação, arranjos políticos e redes de poder. Cunha visava o protagonismo do PMDB e disparava discursos a seus aliados em que intercedia por mais cargos, ministérios e recursos ao partido; logo, é construída uma conjuntura negativa no entorno de Dilma Rousseff – visto que tais benefícios não eram direcionados por ela a este grupo político, embora ocupassem a vice-presidência com Michel Temer. A chefe do Executivo Nacional, da mesma forma, não fabricou esforços a fim de acariciar deputados e senadores: elaborou projetos e os enviava de forma autônoma à apreciação do Congresso. O suposto autoritarismo de Dilma é incrementado por rumores que a enquadravam enquanto independente e fria, uma vez que não aceitava ou sequer demandava opiniões de parlamentares aliados. Eduardo Cunha, portanto, armou-se destes argumentos com a intenção de sustentar sua ascensão na Câmara dos Deputados: prometeu aos colegas aumento salarial equiparado ao de ministros do Superior Tribunal Federal, a inclusão de esposas e esposos em viagens locais ou estrangeiras, o reajuste de verbas para cada gabinete, e a construção de novas torres junto ao terreno da Câmara a fim de possibilitar mais espaço aos legisladores. Na contramão, Dilma Rousseff resiste às investidas de negociações e não oferece vantagens proporcionais às propostas por Eduardo. Como efeito, o deputado do PMDB é eleito presidente da Câmara com larga superioridade numérica na disputa com o candidato petista Arlindo Chinaglia (WESTIN, 2017). “No comando da Câmara, Cunha tornou-se o grande carrasco da presidente da República, sendo aquele que a conduziu lentamente até o cadafalso do impeachment” (WESTIN, 2017, p. 33).

Ainda no primeiro bimestre de 2015, a relação de tropeços da presidenta reeleita é incrementada pela construção da lista de integrantes em seus ministérios. Dilma Rousseff dispunha de 39 repartições para alocar aliados e apoiadores do PT. Como estratégia, a chefe

do Executivo delegou aos próprios partidos a seleção de seus ministros e suas ministras – em um movimento flexível que resultou na nomeação de sujeitos pouco afinadas tanto internamente quanto com as lógicas da própria gestão petista (WESTIN, 2017).

Dilma Rousseff acolheu ministros que não tinham aptidão para os negócios de suas respectivas pastas, ministros que batiam cabeça com os colegas e ministros que deviam explicações sobre atos suspeitos. Como se fosse pouco, a presidente cercou-se também de ministros que no futuro se revelariam traidores descarados e, em troca das benesses oferecidas pelos conspiradores, a abandonariam durante o processo de impeachment (WESTIN, 2017, p. 71).

Em março de 2015, parte da população brasileira promoveu um panelaço no Dia Internacional da Mulher, durante pronunciamento da presidenta em rede nacional. O discurso, apesar de encaixado em uma data estratégica para cidadãs brasileiras, é atravessado por elementos da crise econômica que se instaura no país. Vídeos com buzinas, panelas e gritos de *Fora Dilma* reverberaram em todo o Brasil, ganhando manchetes em veículos de todas as esferas e espalhando-se em redes sociais digitais (ANDRADE, 2019). “Muitas das pessoas que estavam com o rádio ou a TV ligada nem chegaram a escutar o que a presidente tinha para dizer. Enquanto o pronunciamento era transmitido, um protesto barulhento se reproduziu simultaneamente em inúmeras cidades” (WESTIN, 2017, p. 99). Após o ocorrido, Dilma se afasta de pronunciamentos televisionados.

Figura 21 - Maior protesto anti-Dilma em março de 2016



Fonte: Rovena Rosa (2016).

O ato público aderido em larga escala resulta em protestos em mais de 150 cidades na semana seguinte ao Dia da Mulher. Na Avenida Paulista, em São Paulo, mais de 210 mil

peças bradavam contra a presidenta e em favor do retorno da ditadura militar e da monarquia. Entre março de 2015 e julho de 2016, o Brasil registra sete jornadas contrárias a Dilma Rousseff. Os movimentos organizados aos domingos levavam manifestantes às avenidas uma vez a cada dois meses sob a liderança do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua. O maior dos manifestos é agendado para março de 2016, quando mais de 120 municípios integram as ações e mais de 500 mil pessoas percorrem a Avenida Paulista, em São Paulo (WESTIN, 2017).

A repercussão de massivos desagradados dirigidos à presidenta ecoa em seu aceite junto à Câmara dos Deputados – nesta condição, já sob a diretriz do presidente Eduardo Cunha. Nos 100 dias iniciais do governo em 2011, Dilma havia vencido 100% de votações de seu interesse na Casa Legislativa. Em comparação, nos primeiros 100 dias da gestão em 2015, a gestora obteve êxito em 66% de seus projetos (WESTIN, 2017).

As manobras desordenadas e indefinidas no segundo semestre de 2015 impulsionam a impopularidade da Presidência da República. O sistema político brasileiro inchou em tamanha proporção que quaisquer deliberações relacionadas à Dilma Rousseff eram alvo de contestação, crítica ou negação. Em agosto daquele ano, como decorrência de falhas econômicas, a presidenta não depositou a primeira parcela do 13º salário a aposentados brasileiros, como é executado desde 2006. A intenção seria efetuar o pagamento integral em dezembro. Entretanto, os manifestos contrários sujeitaram a gestora a direcionar a primeira parcela no mês de setembro. É neste mesmo período de desarranjos que Dilma anuncia a extinção de 10 ministérios, como forma de ir ao encontro do desconforto da população. A promessa era de economia; contudo, apenas oito repartições são aglutinadas a outras que permaneceram intactas. Como nova tática de conquista da simpatia do público, Dilma confirma a redução em 10% dos vencimentos salariais dela própria, do vice-presidente e de seus ministros. As intenções são inúteis, visto que em agosto de 2015 mais de 70% da população atestava a reprovação da presidenta (WESTIN, 2017). Todavia, o mesmo percentual incentivava, também, o afastamento definitivo do companheiro de chapa, vice-presidente Michel Temer (TELLES, 2017).

O quadro agrava-se com as prisões do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do ex-ministro do governo Lula, José Dirceu, devido aos esquemas de corrupção da Petrobras (ANDRADE, 2019). Com este panorama, expandem os ruídos de impaciência e intolerância da presidenta, com assessores a nomeando enquanto bruta, agressiva, mentirosa, arrogante e insensível. Cargos vinculados diretamente ao gabinete de Dilma descrevem o alto volume de suas falas em tons de discordância e com reprimendas rígidas tecidas aos subordinados

(WESTIN, 2017). O parêntese que se abre a partir das colocações relacionadas ao temperamento da ex-presidenta faz emergir a dúvida de qual performance é adequada ou projetada a Dilma enquanto chefe do Executivo. Isto é, a expectativa é a de uma líder discreta e coadjuvante; ou a de uma profissional independente e confiante? Está dado que ambos os contextos abordam extremos inapropriados. Contudo, também é acordada a hipótese de que a aceitação da presidenta estaria em escalas maiores caso cumprisse as atribuições vinculadas ao feminino. O perfil desprezado é o de uma gestora autônoma, que “[...] acreditava que podia governar de modo autossuficiente, sem dar bola para o que tinham a dizer seus ministros, parlamentares aliados, seu partido e seu antecessor” (WESTIN, 2017, p. 130).

No segundo semestre de 2015, ao atender às recomendações de Luiz Inácio Lula da Silva, a presidenta cumpre uma agenda de turnê nas cinco regiões do Brasil a fim de retomar a confiança popular – diante das investidas negativas de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados. Não há aderência do público, no entanto. É em meio a este cenário de incertezas que o vice-presidente Michel Temer abandona a coalizão presidencial, em acordo com o também peemedebista Eduardo Cunha; e o partido se afasta de todos os cargos que ocupava na gestão Dilma a fim de se aproximar ao PSDB. As desarmonias do governo federal motivaram, ainda, a nomeação de Lula enquanto ministro da Casa Civil, em um período de poucos dias antes de a designação ser suspensa. Em uma estratégia de frear a popularidade de Cunha e as movimentações de Temer, o ex-presidente petista hospedou-se próximo ao Palácio da Alvorada com a intenção de estreitar relações com deputados e senadores. O então vice de Dilma, porém, executava a mesma operação do Palácio do Jaburu (WESTIN, 2017).

A erosão da confiança da presidenta diante de seus eleitores, a inconsistência em suas decisões, a deslealdade de coligados ao governo e as repetidas acusações de corrupção motivaram o envio de 50 pedidos de *impeachment* para a Câmara dos Deputados entre 2015 e 2016; todos são rejeitados devido à ausência de robustez constitucional (WESTIN, 2017). No entanto, são registrados, ainda:

[...] o déficit de 17,2 bilhões de reais no ano anterior, anunciado em janeiro (e o maior desde que começou a ser feito o registro da série histórica em 1997); a entrada da economia em recessão técnica pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois primeiros trimestres do ano [...]. Além disso, o Planalto ainda enfrentou a prisão do líder do governo do Senado, Delcídio do Amaral (PT), acusado de tentar obstruir as investigações da Lava Jato; e precisou lidar também com a rejeição das contas relativas ao exercício de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de forma unânime (ANDRADE, 2019, p. 78).

Os episódios resultaram na reprodução da expressão *tchau, querida*, em que a população e lideranças políticas contrárias à presidenta incentivam seu processo de *impeachment*. “Adjetivos como ‘louca’, ‘maluca’, ‘doida’, ‘demente’, ‘senil’, ‘caduca’, ‘desorientada’, ‘mongoloide’, ‘retardada’, ‘acéfala’, ‘débil’, ‘perturbada’, ‘doente mental’, ‘esclerosada’, ‘desequilibrada’, foram utilizados reiteradamente [...]” (SILVA, 2019, p. 83). Há o emprego de afirmações direcionadas aos discursos da presidenta, com a alegação de que Dilma não é alfabetizada na Língua Portuguesa, mas em um idioma próprio: o Dilmês. “Suas falas, taxadas como equivocadas pelos enunciadores, são descritas como ‘pérolas da Dilma’, o que nos dá a ideia de algo recorrente e comum. Todos esses recursos linguísticos atualizam a memória de um discurso que atribui às mulheres um estereótipo de burrice” (SILVA, 2019, p. 91). A este movimento acrescenta-se a objetificação da presidenta, com a circulação de memes, tirinhas e montagens de fotografias explorando em um caráter sexual a imagem de Dilma Rousseff. A então presidenta é associada (SILVA, 2019) a símbolos e falas que a designam como *puta*, *vagabunda* e *vaca*.

Na contramão deste panorama, o Brasil sediou em 2015 manifestações pontuais de apoio ao governo. Em São Paulo, em torno de 100 mil pessoas reuniram-se a fim de prestar solidariedade à presidenta Dilma (ANDRADE, 2019). O equilíbrio, porém, não é atingido, visto que as adversidades conceberam um estremecimento amplo e extenso à administração pública e à imagem pessoal da gestora. Isto é, são os múltiplos acontecimentos sociais, de gênero, midiáticos, políticos e econômicos que configuram a ascensão do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2016.

### 2.3.3 “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”

As movimentações que resultaram no impedimento da presidenta eleita duas vezes pelo Partido dos Trabalhadores estão intrinsecamente associadas ao pleito de 2014 e às inconsistências de gestão sequenciais a este período. O campo político, com isso, enfrenta (COELHO; OLIVEIRA, 2018) uma cena de deslegitimação - em especial porque o desgaste de Dilma Rousseff e do PT já era indicado por especuladores e críticos antes da reeleição em 2014 (MARQUES; Camila MONT’ALVERNE; Isabele MITOZO, 2017). A desestabilização da Presidência da República é estimulada, ainda, devido aos esquemas de corrupção revelados em seus seis anos de mandato (ANDRADE, 2019).

Como saldo destas corrosões e indo ao encontro da teoria já instaurada em todo o país, os advogados Helio Bicudo, Miguel Reali Junior e Janaína Paschoal formalizam, em outubro

de 2015, um pedido de *impeachment* (MARQUES; ALVERNE; MITOZO, 2017; ANDRADE, 2019) contra Dilma Rousseff. O argumento empregado pelo trio é de que a presidenta tenha cometido operações contábeis do Tesouro Nacional em que atrasa de forma intencional o repasse de recursos para bancos privados e públicos e para autarquias - o que provocou a interpretação de crime de responsabilidade. A investigação das chamadas pedaladas fiscais é autorizada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que concede início oficial ao processo de *impeachment* em 2 de dezembro de 2015 (COELHO; OLIVEIRA, 2018). A proposta de impedimento é averiguada, de antemão, por deputados e deputadas; para, em seguida, ser dirigido ao Senado Federal para a apreciação final.

A Comissão Especial eleita para analisar o pedido na Câmara dos Deputados é confirmada em 17 de março de 2016 com os nomes de Rogério Rosso (PSD/DF) como presidente e de Jovair Arantes (PTB/GO) como relator, antagonista declarado de Dilma Rousseff (ANDRADE, 2019). A votação que decidiu os próximos cenários em que o Brasil estaria inserido aconteceu de modo excepcional em um domingo, com a aderência massiva de deputados (dos 513, apenas dois não se apresentaram devido a empecilhos de saúde): em 17 de abril de 2016, em uma sessão de mais de 40 horas, os parlamentares concordaram com os indícios de crime de responsabilidade de Dilma Rousseff e aprovaram o encaminhamento do pedido de *impeachment* ao Senado; foram 367 votos a favor, 137 contrários e sete abstenções (WESTIN, 2017; ANDRADE, 2019).

Figura 22 - Votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados



Fonte: Mariz (2016).

A votação incorpora simbolicamente o quadro geral do Brasil à época - e também as conjunturas futuras em que o país adentraria. As narrativas discursivas são envoltas em uma circunstância que beira a confusão; em uma combinação de caos, torcida organizada e desestrutura da ordem pública (Figura 22). A esfera político-partidária tampouco esteve em realce durante a votação, uma vez que os discursos de parte dos parlamentares atentaram-se a justificativas pessoais ao opinar pelo sim ou não ao *impeachment* de Dilma Rousseff - como a citação de Deus, dos cidadãos de bem do Brasil e da família tradicional brasileira.

Em clima de êxtase, houve palmas, vaias, assovios, cantorias e confetes. Muitos deputados levavam a bandeira do Brasil sobre os ombros, como se fosse capa de super-herói. Outros carregavam os cartazes com os dizeres “Tchau, querida”, em referência ao telefonema grampeado entre Dilma e Lula. Cada deputado revelou seu voto ao microfone, com direito a uma brevíssima argumentação. **Quase ninguém se lembrou de mencionar as acusações de manipulação do orçamento federal, que eram a base do pedido de impeachment.** [...] Muitos falaram aos berros. O plenário caiu na gargalhada quando o deputado Tiririca (PR-SP), palhaço profissional, anunciou com ar solene que votava pelo impedimento de Dilma. O deputado pró-impeachment Jair Bolsonaro (PSC-RJ) xingou o colega anti-impeachment Jean Wyllys (Psol-RJ), que revidou com uma cusparada na cara do desafeto. Antes de votar “sim”, Cunha rogou: “Que Deus tenha misericórdia desta nação” (WESTIN, 2017, p. 159, grifo nosso).

Ou seja, a motivação da expressiva maioria dos votos não vê suas âncoras nos crimes de responsabilidade referidos à presidenta. Por exemplo: para ser compatível ao *impeachment*, o argumento do sucessor eleito de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo PSC-RJ, é atracado na ditadura militar, no comunismo e no conservadorismo de famílias cristãs brasileiras. “Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. [...] Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. [...] Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim” (FUNDO ELEITORAL, 2020).

Seja estimulado pela incitação à violência, seja aguçado pela alegria na concretização do processo de *impeachment*, o discurso proferido ao Brasil, na ocasião, por meio de deputados federais, pode ser admitido como um festejo cujo âmage não estava engendrado na busca pela justiça ao país, em respeito à democracia. Os parlamentares favoráveis à deposição (Flávia BIROLI, 2018a), ao manifestar seu voto, intercediam pela família tradicional do Brasil em um modo de organização de relações desvantajosa e prejudicial ao respeito e à dignidade de mulheres enquanto seres humanos. Ou seja, o cenário constitui-se como uma ampla defesa à retomada de um conservadorismo que protege apenas um dos grupos e devolve o poder a estes brasileiros habituados a moldar as parcelas da população mais marginalizadas: os homens, cristãos, brancos, da elite e heterossexuais. Os homens de bem.

Com isso, a sequência do afastamento da presidenta consolida-se como “[...] o principal tema dos noticiários políticos, permeando o tecido social e provocando o envolvimento dos mais diversos setores, mais ou menos interessados no resultado do processo” (ANDRADE, 2019, p. 80). Como efeito, em 13 de março de 2016 em torno de três milhões de brasileiros e brasileiras ocuparam as ruas do país a fim de pressionar o desligamento antecipado de Dilma Rousseff (ANDRADE, 2019).

A imprensa brasileira, assim, é concebida por pensadores, especialistas e pesquisadores como aliada ao procedimento de *impeachment*, em uma espécie de novo partido contra a então presidenta (RUBIM; ARGOLLO, 2018). Não raro, espaços midiáticos traziam marcas de gênero a fim de deslegitimar as ações de Dilma Rousseff, em estereótipos que se revezavam da líder histórica à chefe desprestigiada por seus aliados. É possível perceber que a imprensa nacional “[...] fez uma abordagem bastante desequilibrada, com escasso espaço para defesa do Governo Federal. Os meios de comunicação fizeram fortes críticas aos petistas e, em geral, se juntaram às fileiras dos políticos e dos protestos antigoverno” (TELLES, 2017, p. 71).

Figura 23 - Bela, recatada e do lar

### Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por Juliana Linhares 18 abr 2016, 12h14



Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos Bruno Poletti/Folhapress






 Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toalete, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Veja*.

Após a primeira votação para abertura das investigações, a revista *Veja* traz uma amostra dos atravessamentos de gênero, naquela que seria a antítese da presidenta: a de uma mulher enquadrada como a ideal, que cumpre os atributos nomeados ao feminino. Marcela Temer é a bela, recatada e do lar que protagoniza um criticado artigo que adjetiva o perfil de mulher perfeita - vaidosa, silenciosa, dona de casa e bonita (Figura 23). A edição seguinte do periódico traz, em contraste, um conteúdo com Dilma Rousseff na posição de gestora solitária, cuja personalidade é complexa; além de citar a ausência de gentilezas com funcionários e o abandono por parte de aliados. Isto é, uma mulher que não está no local a que foi destinada, o do lar.

Diante deste contexto, depois do parecer da Câmara dos Deputados, a Comissão Especial do Senado Federal do Brasil (integrada por Raimundo Lira (PMDB/PB) como presidente e Antonio Anastasia (PSDB/MG) como relator, também opositoristas) aceita o pedido formal do processo e vota a admissibilidade do *impeachment* em 12 de maio de 2016: foram 55 votos favoráveis e 22 contrários (WESTIN, 2017). Os debates iniciaram na noite anterior, em 11 de maio, quando Dilma Rousseff acompanhava as movimentações de dentro do Palácio da Alvorada.

Figura 24 - Afastamento da presidenta em 12 de maio de 2016



Fonte: Stuckert (2016).

Como consequência imediata da votação, a presidenta é afastada do cargo por 180 dias e deixa o Palácio do Planalto ao lado de Lula e ministros de seu governo (Figura 24) - quando o vice Michel Temer (PMDB) se encarrega interinamente de comandar a Presidência. A data

de 12 de maio de 2016 é emblemática, portanto, porque marca uma quebra do projeto político que foi eleito para conduzir o país até 2018 (ANDRADE, 2019).

Poucas horas depois, numa cena melancólica, sob o sol quente do meio-dia, ela deixou o Palácio do Planalto pela porta da frente e cumprimentou os militantes anti-impeachment que a aguardavam na Praça dos Três Poderes. Atrás dela, entre os agora ex-ministros, sobressaía Luiz Inácio Lula da Silva, que compulsivamente enxugava com um lenço o suor que lhe escorria pelo rosto e pelo pescoço (WESTIN, 2017, p. 166).

Um indício da crescente disseminação de informações neste período é uma análise da *Folha de São Paulo* entre março e maio de 2016, quando o veículo publica 50 editoriais relativos ao processo em trâmite na Câmara dos Deputados (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2017). Em um primeiro momento, as próprias redes sociais digitais da presidente optaram por não emitir discursos referentes às movimentações em Brasília. As publicações intensificam-se no mês de agosto, com as hashtags #PelaDemocracia e #LutarSempre (MATOS NETO; Tatiana DOURADO; MESQUITA, 2017).

O processo de impeachment de Dilma Rousseff se configura como acontecimento público na medida em que mobiliza o Estado, a sociedade civil e a mídia e se desenvolve como tema de inquestionável interesse público, ao colocar em debate não apenas o futuro do governo, mas outros temas caros como o futuro da Educação no país e de programas sociais, o desenvolvimento da Economia, etc (ANDRADE, 2019, p. 13).

Até o início da segunda metade de 2016, o que se observa no Brasil é um contexto de ritualizações públicas que consistem, na maioria, em manifestações contrárias à permanência de Dilma no Palácio do Planalto. Cidadãos com vestimentas verdes e amarelas, em alusão à bandeira nacional, tomam as ruas a fim de declarar apoio ao *impeachment* - com o suporte de grupos como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (SANTOS, 2019).

É às margens deste palco que o Senado Federal se reúne para a segunda votação de impedimento da presidenta: em 10 de agosto de 2016, 59 favoráveis e 21 contrários permitiram a continuidade ao processo (WESTIN, 2017). Uma semana após o desfecho, a hashtag #QueremosDilmaNaPlayboy figurou como o segundo *trending topic* mais popular do *Twitter*, junto a conteúdos imagéticos em tons de sátira contra a presidenta (SANTOS, 2019). Estes materiais retratam Dilma em posições que expõem a vulva e os seios, acompanhados de reações de brasileiros e brasileiras sorrindo diante do suposto humor. Em outras palavras, são ataques proferidos à mulher e não só à presidenta. A questão de gênero, portanto, é um elemento de disputa que antecede a primeira eleição de Dilma e atravessa os movimentos e decisões de seus dois governos, sendo acionada especialmente no desdobramento do processo

de *impeachment*. O machismo se constitui, sob esta circunstância, como a mais eficaz (TIBURI, 2018) estratégia de banimento de mulheres na política.

Durante a campanha a favor do impeachment, levada a efeito nas redes sociais por grupos conservadores, e nas manifestações de rua lideradas por uma classe média urbana elitizada, a questão de gênero aflorou da forma mais primária possível. **Deixou de ser um preconceito contra mulheres na política para ser simplesmente um preconceito contra a mulher.** A sociedade brasileira mostrou todo seu primarismo, toda a sua ignorância, cultivada nos bairros e nos colégios de elite das principais cidades do país. As ofensas sexuais, em adesivos e nas redes sociais, bem como os palavrões dirigidos a Dilma Rousseff, melhor do que qualquer pesquisa de opinião, são parâmetros do nível de educação cívica e de preconceito contra a mulher no país (PINTO, 2018, p. 30, grifo nosso).

A ideologia de gênero mobilizada em rede nacional pelo senso comum e por estrategistas definidos para incrementar a queda de Dilma Rousseff também atravessa os discursos misóginos e sexistas visíveis, em eminência, no período que antecede o *impeachment* de 2016. Ao que explica Biroli (2018a), revistas semanais costuravam a presidenta a partir de uma suposta incompetência política e de um desequilíbrio emocional. Veículos de circulação diária, por sua vez, referem Dilma a partir de uma derrota já consagrada e legítima aos olhos da lei. Os meios de comunicação ilustravam, de forma geral, conteúdos machistas e estereotipados (GOMES, 2018) cuja Dilma Rousseff descrita é a de um ser em desacordo com suas capacidades mentais. Os registros são fabricados sob a lógica da mulher incapaz de administrar a crise política, mas particularmente incontrolável quanto às suas reações. “O conteúdo sexualmente violento ganhava espaço na internet ao mesmo tempo em que a violência de gênero se expressava na mídia empresarial pela estigmatização de Rousseff e das mulheres como não capazes de atuação na política, sobretudo em contexto de crise” (BIROLI, 2018a, p. 80).

Regado com este ambiente, o momento mais emblemático do julgamento no Senado aparece em 29 de agosto de 2016, quando Dilma afirma, em 14 horas de depoimento, que foi vítima de um golpe em uma arguição de 48 senadores conduzidos por Renan Calheiros. Este é o último ato oficial da mineira como presidenta do Brasil (ANDRADE, 2019). A narrativa tecida às margens da brasileira ainda é, sob este cenário, a de um alguém deslocado, de outro, fora do lugar a que pertence - embora Dilma acumule duas eleições, seis anos de mandato, resistências a boicotes de aliados e uma história desde a adolescência cruzada por articulações e manejos políticos.

Depois de tudo que aconteceu, ainda se ouvia, entre detratores e mesmo entre militantes da esquerda, que ela era dura, ela não tinha jogo de cintura, ela não

negociava, ela não cedia às tramas necessárias, ela não era política. Ela era apenas uma mulher. Mulheres não sabem fazer política, elas podem militar desde 16 anos, ser brutalmente torturadas, ocupar os principais cargos da República, mas serão ditas como não políticas, serão no máximo técnicas competentes, que caem porque não sabem compactuar (PINTO, 2018, p. 31).

A decisão derradeira do *impeachment* de Dilma Rousseff é agendada para o dia 31 de agosto de 2016 (nove meses após o início do trâmite) quando 61 votos favoráveis<sup>7</sup> carimbam a deposição sem prerrogativas da chefe do Executivo Nacional (GALINARI, 2017). O dia 1º de setembro entra para a história porque marca a definição do início oficial de Michel Temer como 37º presidente da República do Brasil.

O discurso de afastamento da mulher que estreou caminhos políticos no país traz, por óbvio, uma narrativa de lástimas e contestações; no entanto, a voz de Dilma Rousseff fortalece a potência que é uma mulher eleita democraticamente em duas ocasiões, após mais de um século de história política brasileira. É o rosto que emerge em meio a dezenas de faces já reconhecidas. A marca é a de um ciclo que se encerra: são 84 anos entre a permissão ao voto de mulheres e a deposição da primeira eleita para chefiar o país.

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. [...] **Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil**, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. [...] Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. **As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.** Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar (ÍNTEGRA..., 2016, grifo nosso).

De imediato após o afastamento de Dilma do Palácio do Planalto, o lema *Pátria Educadora* da gestão petista é realocado para *Ordem e Progresso* de Michel Temer. Há manifestos favoráveis à presidenta eleita em países como Alemanha, Itália, França, Espanha, Chile e Uruguai, em paralelo a depoimentos anti-*impeachment* tecidos, em especial, por artistas nacionais vinculados à música popular brasileira (WESTIN, 2017).

Os 22 meses entre a reeleição e a concretização do *impeachment* acumularam um aglomerado de troços de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores e da base aliada em atuação desde 1º de janeiro de 2015 (embora a relação de incoerência se soma aos quatro anos

---

<sup>7</sup> Também se registraram 20 votos contrários ao impedimento.

anteriores, da gestão de estreia da presidenta). “Uma parte do fracasso do governo Dilma 2 é explicada pela mistura explosiva de crise política, economia em recessão e ira popular, tudo isso inflamado por revelações diárias a respeito do maior esquema de desvio de dinheiro público já descoberto na história nacional” (WESTIN, 2017, p. 8). O incremento de bancadas conservadoras no Congresso Nacional, estimuladas pelo então deputado evangélico Eduardo Cunha, vai ao encontro da demanda populacional que ansiava por lideranças pouco favorável a mudanças – e que aderiu à narrativa liberal associada ao PT. A alta impopularidade da presidenta, entretanto, desponta como um dos fatores mais nítidos nas motivações de seu afastamento (TELLES, 2017).

A combinação de fatos como os escândalos político midiáticos de corrupção, uma oposição ferrenha no Congresso Nacional, a impopularidade da presidente e a pequena diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocados na disputa presidencial, abriram uma janela de oportunidades para os grupos de oposição solicitassem recontagem de votos e acusassem sistematicamente a chapa eleita de produzir fraudes para se eleger. Foram realizados diversos pedidos de afastamento da presidente, como a cassação da chapa PT-PMDB junto ao Tribunal Superior Eleitoral, por suposto “caixa dois” na campanha da chapa Dilma-Temer. Também foram organizados movimentos de protestos nas redes sociais contrários ao governo, que pediam o afastamento da Presidente. Esses reiterados pedidos de afastamento da chefe do governo resultaram no aumento da desconfiança na lisura das eleições, nas próprias urnas eletrônicas e na classe política (TELLES, 2017, p. 68).

A proposta desta tese não é diagnosticar erros e acertos da economista enquanto agente política, tampouco proteger suas escolhas quanto à administração do Brasil. A intenção é, neste caso, expor como o gênero penetra as construções, a identidade e sobretudo as designações do senso comum e do Congresso Federal no que tange suas articulações enquanto primeira mulher presidenta do país; a fim de avaliar como se dá a mulher na política brasileira. O *impeachment* de 2016, logo, é a ilustração de que o poder (TIBURI, 2018) não destitui apenas mulheres, mas a democracia como um todo.

Porém, é válido assinalar: as duas votações mais expressivas transcorridas naquele ano (17 de abril, na Câmara dos Deputados; e 31 de agosto, no Senado Federal) concentram uma média vultosa de homens na tomada de decisão. Na primeira data, foram mais de 90%, enquanto na segunda somam-se em torno de 85% representantes masculinos. Não há garantia (PINTO, 2018) de que a escassez de mulheres em ambos os cenários interfira na aprovação do *impeachment* - contudo é necessário apontar a lacuna de deputadas e senadoras aptas a deliberar quanto ao maior movimento político da história do Brasil.

Entendo que o golpe de 2016 depôs Dilma Rousseff em um contexto de reação às transformações na posição social relativa das mulheres e às poucas, mas

significativas, conquistas no âmbito institucional. O conteúdo de classe do golpe, isto é, seu conteúdo antipopular, claramente revelado nos desdobramentos posteriores – destruição da legislação trabalhista que estabelecia garantias para trabalhadoras e trabalhadores, por exemplo – é uma de suas faces; o conteúdo de gênero é, sem dúvida, outra face. Ambas compõem o processo que converge na deposição da primeira mulher a chegar à presidência (BIROLI, 2018a, p. 78).

Em outras palavras, a provocação é a de que há conflitos e dilemas em todas as esferas ocupadas por mulheres e tradicionalmente conferidas a homens. “Ocupar espaços interditados, saber para poder, conhecer para ser reconhecida, transfigurar símbolos para ampliar imaginários vem sendo uma tarefa árdua e complexa” (LEITÃO, 2018, p. 58). A trajetória pública traçada por Dilma Rousseff vai além das fronteiras do lar e dos limites projetados para ela como mulher - de cuidadora, de mãe, de esposa. O trabalho priorizado pela presidenta é o reprodutivo: não no sentido de parir uma vida, mas de gestar um país.

O golpe de 2016 arremata o ciclo democrático proposto via Constituição Federal em 1988, na sequência de um primeiro golpe: o de 64. São 28 anos de uma agenda pautada pela validação pública de direitos e de deveres, com vistas à Carta Magna que rege o sistema político e humano do país; e garante direitos básicos de sobrevivência à população. Em outras palavras, o panorama pós-*impeachment* rompe com movimentos sociais e desmonta cenários anteriormente traçados quanto à igualdade de gênero (Flávia BIROLI, 2017), ao combate de preconceitos e às defesas de que a população mais pobre, por exemplo, figurasse em um contexto de dignidade. “O golpe se atualiza no casamento infeliz entre novos patamares de privatização da política (neoliberais e antidemocráticos) e os padrões atuais do conservadorismo moral (antiliberais e antidemocráticos)” (BIROLI, 2017, p. 24).

Amarrar a história política de Dilma Rousseff às articulações de gênero é chover no molhado, mas esta consiste em uma tempestade que precisamos evocar sem guarda-chuva. Nós vamos nos molhar.

### 3 QUANDO: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM ARQUÉTIPOS

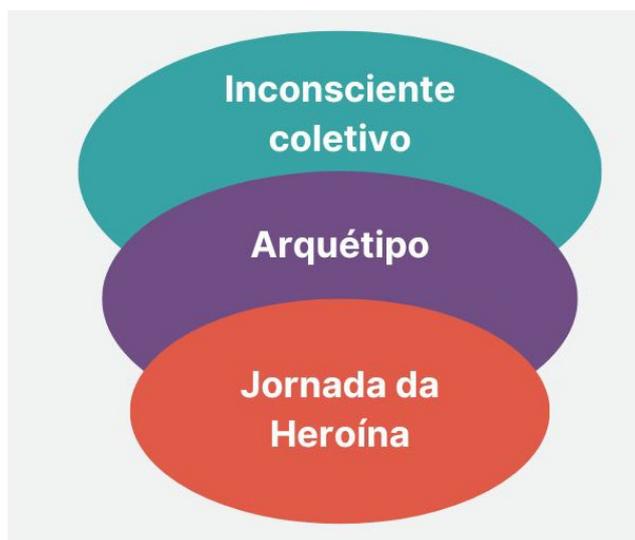
Por isso é um grande erro [...] tratar um arquétipo como simples nome, palavra ou conceito. É muito mais do que isso: é um pedaço de vida.  
JUNG, 2011, p. 589.

A invenção do masculino enquanto referência, a opressão sexista e as fronteiras disparadas ao feminino são resíduos poluídos, impuros e, por isso, intocados, de uma estrutura sólida e binária. Os componentes abstratos da sociedade não são trazidos às práticas e às vivências em um movimento raso ou acelerado; ao contrário, as circunstâncias inscritas em jornais, na escola, na televisão, no corporativismo e em conversas coloquiais do cotidiano são o produto milenar da fabricação social relativa ao homem e à mulher.

A provocação que desenho é a de que o feminino vê seu alicerce remontado em recortes cronológicos da história inacessíveis ao calendário humano, em uma faixa remota da antiguidade que é cruzada, também (e sobretudo), por percursos mitológicos. Isto é: arquétipos primitivos aparecem como agentes que impulsionam a formatação de limites ao homem e à mulher, ao originar mitos conforme a lógica epistemológica de gênero.

O século 20, na década de 1990, traz como efeito deste movimento a Jornada da Heroína: uma amostra de arquétipo guiado por peculiaridades relativas ao feminino. Para reconhecer como os atravessamentos de gênero cortam e moldam esta construção, convido você a regressar a duas etapas - históricas, intrincadas, embaraçadas: os arquétipos e, ainda antes, o inconsciente coletivo (Figura 25).

Figura 25 - Para chegar à Jornada da Heroína



Fonte: Elaborado pela autora.

Isto é: para raciocinarmos sobre a Jornada da Heroína, na sequência, é necessário presumir aquilo que se propõe quanto a inconsciente coletivo e, em uma instância mais analítica, quanto a arquétipo. Sugiro considerar o inconsciente coletivo como um oceano extenso e ainda desconhecido em sua totalidade. O arquétipo, por sua vez, aparece tal qual uma ilha, em que despontam parcialmente pontuais características, restando as obscuridades submersas. As informações, logo, se amarram, tornando-se inacessível a proposta de investigar arquétipos sem também conceber o inconsciente coletivo. De antemão, se faz necessário assinalar que esta não é uma pesquisa vinculada à psicologia analítica, que tampouco traz a pretensão de imergir em um campo tão denso e resistente; é pertinente, contudo, que haja a indicação de quais lentes estão sendo apropriadas (por uma jornalista, friso) na intenção de estabelecer a Missão das Candidatas, nossa jornada jornalística da heroína. Entretanto, a compreensão e a profundidade do estudo serão ascendidos ao se retomar noções ou conceitos precursores ao da Jornada da Heroína, como inconsciente coletivo e arquétipo.

A estrutura para compreender o inconsciente coletivo está em Jung (2014), que o avalia enquanto um depósito de sistemas, ritos e processos firmados junto ao sistema nervoso de todos os sujeitos, em todas as gerações, em cada país do planeta. Assim, constitui-se um panorama de certa forma eterno e atemporal que se concentra no espaço mais inacessível da psique humana. Em outras palavras, o inconsciente coletivo tem sua consistência em uma espécie de repositório de vivências de caráter universal que são herdadas a cada nova geração e, com isso, reproduzidas e potencializadas com o avançar da humanidade.

Os desdobramentos do conceito são resultado (JUNG, 2014) de uma série de evidências coletadas em pesquisas relativas à mitologia em que se analisam elementos comuns em civilizações, comunidades e tribos em décadas distintas da história humana. O que se observa são indícios reproduzidos socialmente, mas em períodos e gerações distintas. O fracionamento de tempo e espaço entre cada geração observada expõe, portanto, que se tratam de condutas já encaixadas no inconsciente de todos os coletivos investigados.

A substância que ancora o conceito é a de um depósito de imagens ativas e vívidas (os arquétipos ou imagens primordiais) que cada sujeito herda ao nascer - da mesma forma como fizeram seus pais e mães, avôs e avós e assim por diante. Não há, com isso, memórias conscientes quanto a tais padrões, mas uma predisposição para agir desta e não daquela maneira. É necessário demarcar que o entendimento não se assemelha ao inconsciente pessoal, visto que este consiste, conforme a nomenclatura sugere, às aquisições e

experimentos individuais de cada sujeito - sem contemplar padrões anteriormente repetidos de modo comum em sociedade.

Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de *complexos*, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de *arquetipos* (JUNG, 2014, p. 53, grifo do autor).

A distinção equivale, portanto, ao caso em que o inconsciente pessoal traz sentimentos elaborados no decorrer da vida do indivíduo; enquanto o coletivo não se aprimora em nível particular, mas comunitariamente, por meio de inferências e lembranças compartilhadas por toda a humanidade. A herança sucessora do inconsciente coletivo aparece como um elemento primordial para a compreensão de formas preexistentes de padrões sociais (ANAZ, 2020). Assim, as experiências individuais formam o inconsciente pessoal; “[...] aquelas compartilhadas com a família ou a etnia, o inconsciente familiar ou étnico e, por último, os elementos inconscientes comuns a todos os indivíduos da espécie humana, o inconsciente coletivo” (SERBENA, 2010, p. 77).

Ou seja, figurativamente o inconsciente coletivo se posiciona um passo atrás do inconsciente pessoal - porque revela-se no nível mais imerso da psique. Por se constituir como um escopo que abriga os arquetipos partilhados por todos os sujeitos, o conceito se manifesta em um território impessoal, sem interferência de experiências singularmente pessoais (JUNG, 2014). A sua formação se dá a partir de “[...] **motivos mitológicos** ou imagens primordiais, razão pela qual os mitos de todas as nações são seus reais representantes. De fato, **a mitologia como um todo poderia ser tomada como uma espécie de projeção do inconsciente coletivo**” (JUNG, 1986, p. 325, grifo nosso). Com isso é possível perceber que, antes mesmo de empreendermos sentidos individualmente (inconsciente pessoal) quanto às construções de gênero, ainda na infância somos lançados a mitos anteriormente definidos pela sociedade (inconsciente coletivo).

As pistas sinalizadas sob este panorama podem fazer emergir a relação de causa e efeito em que gênero aparece enquanto um produto do inconsciente coletivo - se a concepção adotada for a de formas preexistentes de padrões sociais que condizem a construções históricas e intrínsecas ao desenvolvimento da humanidade. Em um movimento analítico introdutório, a associação (gênero + inconsciente coletivo) era admitida nesta pesquisa; o que se considera com o avançar das inferências, porém, é que: embora a elaboração e reprodução

de mitos fosse inconsciente na antiguidade, **a reiteração de arquétipos para validação de desigualdades de gênero, na atualidade, não pode ser concebida como casual.** O desequilíbrio social entre mulheres e homens em séculos correntes se dá em um movimento intencional, projetado, articulado. Logo, não é elemento do inconsciente coletivo. O que proponho, com estas colocações, é que no inconsciente coletivo residem princípios como a Jornada da Heroína (constituídos em um passado primitivo) que firmaram elementos para se reforçar as construções de gêneros a que nos deparamos hoje, a cada dia. É o passado espelhando o presente, portanto.

Esta repetição de comportamentos é impregnada de ingredientes atravessados por questões de gênero e sexualidade. Com este cenário, Jung (1989) batiza de anima a parcela feminina reservada no inconsciente masculino, e de animus o estereótipo do homem na concepção da mulher. Tanto um grupo quanto outro herdaram sistemas psíquicos abastecidos com imagens relativas ao conglomerado inconsciente relativo a ser ele ou a ser ela. São as experiências ancestrais compartilhadas por todas as espécies. Isto é, construção de gênero.

Os arquétipos do inconsciente coletivo se acumulam em nossa psique gerando um molde que, via de regra, é reeditado nas comunidades pelas quais permanecemos. As manifestações culturais destes comportamentos estão amarradas a situações que migram desde a linguagem até os sonhos e desejos particulares - como casar, ter filhos, adquirir um carro, viajar etc. Em uma analogia rasa, porém efetiva, é possível visualizar o inconsciente coletivo como um potente guarda-chuva que envolve e fundamenta os arquétipos (tal qual a Jornada da Heroína). Esta instância cognitiva, portanto, está alheia à cultura, ao tempo, à geografia - e ainda assim interfere na constituição do que entendemos hoje como sociedade.

### **3.1 Os padrões históricos da humanidade**

Modelo, referência primitiva, mito, padrões onipresentes, reiterações de rituais, experiências milenares. Você já pode ter lido, ouvido ou observado aspectos referentes a estes elementos, especialmente quando trazidos separadamente. A proposta de concepção de arquétipo, contudo, abarca estes respectivos componentes - acrescidos a uma série de entrelaçamentos da psique humana. É por meio do coletivo e do inconsciente costurado junto às sociedades milenarmente que as repetições de dados protótipos são concebidas. Ou seja, o arquétipo aparece como resultado deste acúmulo de experiências históricas e cognitivas da humanidade, tal qual o gênero. Compreender suas articulações, formações e perspectivas são fundamentais para construir a jornada jornalística da heroína: a Missão das Candidatas. As

propostas arquetípicas serão empregadas em imagens que povoam a psique humana desde a sua origem quanto à mulher - especialmente aquela em posição de poder e liderança. Os princípios e padrões a serem avaliados manifestam-se, por exemplo, tanto na performance de Dilma Rousseff enquanto presidenta; quanto no discurso tecido via imprensa brasileira.

A trajetória da maior parte dos (se não todos) indivíduos, historicamente, é cruzada por elementos e situações como: mãe, deus, nascimento, morte, casamento, doenças. São padrões conceituados por Jung (2014) justamente como arquétipos, unidades que integram o contexto de inconsciente coletivo - que consiste, por sua vez, no reservatório amplo e irrestrito que dá margem à formação destes arquétipos (ou imagens primordiais). Embora a maximização do estudo seja atribuída ao psicanalista suíço Carl Jung, hipóteses anteriores já desenhavam elementos universais que interferem na cognição humana.

As versões são pinceladas por filósofos como Platão e Kant, além de antropólogos como Claude Lévi-Strauss, Franz Boas e James Frazer. O etnólogo alemão Adolf Bastian enriquece a pesquisa de Jung a partir da noção de ideias elementares - temas que se repetem em distintas culturas, mas de modo diverso (ANAZ, 2020; IMAMURA, 2018). A nomenclatura de arquétipo tem inspiração no termo grego anteriormente identificado por Platão. A evolução da hipótese, no pensamento junguiano, é potencializada na primeira metade do século 19 e cercada de circunstâncias etnográficas e antropológicas acerca de narrativas míticas (ANAZ, 2020). Logo, é sinalizada a ideia de que todo sujeito é permeado por estruturas psíquicas anteriores, primordiais, universais e atemporais. Assim, há a “[...] existência de determinadas formas na psique que estão presentes em todo tempo e em todo lugar” (JUNG, 2014, p. 53). As imagens inconscientes da psique resultam, conforme as coletas do psicanalista, em padrões de condutas não relacionadas aos experimentos singulares de cada indivíduo.

Só podemos falar de um arquétipo quando estão presentes esses dois aspectos ao mesmo tempo. Estando presente apenas uma imagem, ela é tão-somente uma imagem de palavra, como um corpúsculo sem carga elétrica. Ela é, por assim dizer, inerte, mera palavra e nada mais. Mas se a imagem estiver carregada de numinosidade, isto é, de energia psíquica, então ela é dinâmica e produzirá consequências. Por isso é um grande erro [...] tratar um arquétipo como simples nome, palavra ou conceito. É muito mais do que isso: é um pedaço de vida, enquanto é uma imagem que está ligada a um homem vivo por meio da ponte do sentimento (JUNG, 2011, p. 589).

Os fenômenos culturais de gerações precedentes interferem, na concepção de Jung (2014), em moldes do ser e do agir de cada sujeito - que, por sua vez, atua conforme o coletivo e a cultura em que está inserido. O significado deste processo é a constituição de uma

matriz mental que formata a percepção e a interpretação de experiências, de acontecimentos, de rituais. Isto é, arquétipos não são aprimorados isoladamente, mas em um movimento global e com a mediação direta da história de cada período (o que resulta em pensamentos e ações respectivas a cada povo, também). É possível detectar (JUNG, 2014) desde eventos arquetípicos (como a morte e o nascimento) até figuras arquetípicas (como a mulher virgem, o homem corajoso e o idoso sábio).

Isto posto, os arquétipos são percebidos enquanto categorias do inconsciente expressas simbolicamente - e que sugerem uma apropriação qualitativa e de mediação. O movimento ocorre “[...] por meio de uma dinâmica redundante e repetitiva, mas aperfeiçoadora. Esse dinamismo aparece nos ritos, a repetição ao nível comportamental, e nos mitos, uma narrativa simbólica que marca o início do processo de racionalização dos símbolos” (SERBENA, 2010, p. 76). Os elementos inconscientes que integram o processo migram de núcleos próximos ao sujeito a esferas amplas, coletivas e impessoais - uma vez que cada indivíduo integra uma família, um grupo de amigos, um ambiente de trabalho; mas acima destes eixos estão a etnia, a cultura e até a espécie humana. Em outras palavras, os símbolos de estruturas arquetípicas representam situações recorrentes da humanidade tal como o nascimento, o casamento, a morte, a luta por sobreviver (SERBENA, 2010).

**O arquétipo pode ser utilizado como elemento ou base conceitual para compreender e explorar todos os tipos de experiências nas quais a função criativa da imaginação esteja presente**, isto é, imaginais. Isto ocorre devido ao fato do arquétipo manifestar-se ou atuar simultaneamente em vários níveis ou estratos; como imagem, como padrão de percepção ou **filtro da realidade** e como um afeto ou impulso. Por exemplo, se o padrão arquetípico materno está constelado na psique, há a imagem da mãe, existindo então uma vontade ou impulso para comportamentos e atitudes de cuidado a outras pessoas e, desse modo, uma tendência a perceber o mundo sob a ótica do cuidado (SERBENA, 2010, p. 78, grifo nosso).

É indispensável reiterar, com isso, que os arquétipos apenas se constituem devido à repetição histórica de dado tópico ou padrão (JUNG, 2014), justamente porque configuram-se como “[...] formas pré-existentes, ou modelos primordiais que se expressam em todo o tempo, lugar e aspectos” (IMAMURA, 2018, p. 32). A compreensão é mais acessível quando relacionada a mitos: por exemplo, o homem primitivo que não se interessa por questões naturais como o ciclo do sol, mas que, por meio de seu inconsciente, percebeu a necessidade de dominar o fenômeno como se fosse, este, um deus ou um herói (JUNG, 2014).

As estruturas, porém, não são rígidas e imutáveis, uma vez que os símbolos se interpenetram. Assim, os arquétipos apresentam-se de forma pluridimensional e bipolar

justamente porque não se constituem em um conteúdo pré-determinado, mas conforme um padrão da psique que é preenchido com a respectiva experiência individual de cada sujeito. A vivência, no entanto, tem relação a um contexto cultural, histórico e social (SERBENA, 2010). Isto é, por meio de imagens primordiais herdadas de antepassados, reiteradas geracionalmente e potencializadas com o avançar de sociedades, é possível estimular arquétipos e todos os padrões, limitações e comportamentos a eles atribuídos. Este aspecto é intrínseco ao desenvolver a Missão das Candidatas - a versão jornalística do arquétipo da Jornada da Heroína atravessada por questões de gênero.

O conteúdo de dado arquétipo torna-se determinado unicamente quando a imagem primordial se converte em consciente e, com isso, é ocupada pela experiência da consciência. As estruturas comportamentais, assim, repetem-se já em situações comuns (como iniciação social, relacionamento afetivo, nascimentos etc), o que confirma a existência de uma porção de arquétipos proporcional a situações típicas da existência da humanidade. Ou seja: inúmeras, múltiplas, plurais (JUNG, 2014). O conceito, entretanto, não é acessado de modo direto (SERBENA, 2010), mas por meio da repetição de padrões de comportamento diante da sociedade - seja em imagens, em representações ou em produções que se assemelham.

Este dinamismo ocorre pela repetição e redundância da vivência do símbolo e da sua expressão. Uma vez que seu significado é inesgotável e irrepresentável de forma lógica, o esclarecimento e a construção do sentido ou significado do símbolo ocorrem pela circulação ao redor de um centro, com redundância e repetições cada vez mais aproximadas e carregadas de significado, sendo comparável a um movimento em espiral (SERBENA, 2010, p. 79).

Ou seja, arquétipos se confirmam como temas que permeiam todas as culturas ciclicamente, e como consequência geram memórias universais decorrentes da evolução cerebral de cada sujeito. A imagem primordial do que é ser mulher em posição de poder, por exemplo (como a presidência de um país nunca antes liderado, via Poder Executivo, por um ser humano identificado pelo gênero feminino), aparece como um padrão repetido que, ao ser vinculado a conceitos de gênero e sexualidade, auxilia na compreensão dos movimentos percorridos por Dilma Rousseff tanto em suas duas gestões enquanto presidenta, tanto no processo de *impeachment* finalizado em agosto de 2016.

A consistência do arquétipo é, assim, a de uma forma vazia e irrepresentável, preenchida por uma rede de imagens culturais e correspondentes a algo histórico (JUNG, 2014). Em outros termos, um mesmo padrão arquetípico pode ser reproduzido em culturas, situações e contextos distintos. Por exemplo: a composição imagética de mulher traz certa diversidade quando representada em povos e períodos históricos divergentes.

A ocorrência do uso de arquétipos é observada na contemporaneidade, com mais ênfase, em produções audiovisuais. As narrativas do cinema e da televisão, sobretudo em cunho ficcional, trazem o conceito junguiano a partir da Jornada do Herói proposta por Joseph Campbell e, ainda, da Jornada do Escritor desenvolvida por Christopher Vogler (esta, em especial, consiste em um guia para roteiristas). O arquétipo, logo, é materializado na ocasião em que simbolicamente torna-se representado em criações artísticas ou narrativas.

É apropriado atestar, diante do exposto, que a manifestação de arquétipos se dá por meio da produção cultural e simbólica da humanidade - seja na tradição oral, seja na constituição de narrativas míticas (JUNG, 2014). Desta forma, o mito é um “[...] início de racionalização da experiência simbólica na forma de narrativa, exprimindo um esquema ou um conjunto deles, na qual os símbolos traduzem-se em palavras e os arquétipos em ideias, conceitos, esquemas de pensamento e visões racionais do mundo” (SERBENA, 2010, p. 80).

As possibilidades de avaliações dos arquétipos vão ao encontro de suas plurais e possíveis manifestações em sociedade. O processo, no entanto, não é jovem; ao contrário, vê suas raízes em inscrições tecidas na história e cruzado por atributos de gênero que constitui o feminino em um extremo e o masculino, por óbvio, em outro.

### **3.2 Projeções mitológicas para entender o agora**

A função primária da mitologia é a de abastecer a humanidade com símbolos em direção ao seu refinamento, em vez de desenhar fantasias com a intenção de regredir a cognição coletiva (CAMPBELL, 2007). A recomendação para o movimento de autoconhecimento por meio de mitos é mergulhar, em especial, em crenças de povos distintos, de religiões díspares, de rituais desconhecidos. Com este rumo, é possível que a experiência de estarmos vivos se apresente mais nítida, uma vez que mitos se constituem como a inspiração histórica de comunidades e culturas que anseiam por um porquê da existência humana (independente de época, geração ou contexto geográfico).

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos (CAMPBELL; MOYERS, 1990, p. 5).

Para que manifeste um sentido, o mito deve estar associado a uma parcela (ou totalidade) da jornada de cada ser. A compreensão se dá conforme uma das quatro funções

básicas da mitologia: a mística, em que são relatadas as maravilhas do universo e os mistérios que nele habitam; a cosmológica, onde a ciência trabalha a dimensão dos mundos e povos; **a sociológica, que valida a ordem social**; e a pedagógica, quando sujeitos são conduzidos ao aprendizado de como viver diante de qualquer circunstância (CAMPBELL; MOYERS, 1990).

Nas sociedades primevas, os mitos eram as histórias transmitidas de geração em geração com o objetivo de explicar tanto os fenômenos cosmogônicos, isso é, a origem e a evolução do universo, como os fenômenos comuns à espécie humana, entre eles o nascimento, a maturação sexual, a procriação e a morte (MARTINEZ, 2008, p. 33-34).

A garantia é a de que (CAMPBELL, 2007, p. 15-16) estes símbolos ou propostas mitológicas “[...] não são fabricados; não podem ser ordenados, inventados ou permanentemente suprimidos”, visto que são produções espontâneas da psique humana. Com esta concepção, os sonhos aparecem como os mitos personalizados (CAMPBELL, 2007), enquanto os mitos são os sonhos despersonalizados; isso porque nos sonhos a condução se dá conforme questões pessoais do sujeito, ao passo de que nos mitos os enigmas expostos são válidos para a humanidade. O coletivo, com isso, tem interferência direta e constante na performance e na apuração de mitos no instante em que nós, seres pensantes, abdicamos de desejos unilaterais a fim de cumprir formas socialmente determinadas por uma comunidade da qual fazemos parte.

A mitologia tem muito a ver com os estágios da vida, as cerimônias de iniciação, quando você passa da infância para as responsabilidades do adulto, da condição de solteiro para a de casado. Todos esses rituais são ritos mitológicos. Todos têm a ver com o novo papel que você passa a desempenhar, com o processo de atirar fora o que é velho para voltar com o novo, assumindo uma função responsável. Quando um juiz adentra o recinto do tribunal e todos se levantam, você não está se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar (CAMPBELL; MOYERS, 1990, p. 12).

Os ritos e movimentações coletivas não são atuais, como é possível avaliar. Isso porque os mitos, por si só, firmam-se enquanto formadores da realidade desde povos originários que inauguraram modos de expressão e conhecimento. Tanto é que as estruturas míticas facilitaram “[...] ao ser humano compreender em alguma medida os mistérios do universo e os enigmas de sua própria espécie” (MARTINEZ, 2008, p. 48). Ou seja: está dado que as civilizações se fundamentaram em mitos; a imagem primitiva da mitologia, por sua vez, é a da mulher junto à sua filha ou seu filho, que simboliza a experiência inicial de cada indivíduo, o corpo daquela que gerou a vida. “Quando consegue experimentar, em relação ao universo, uma união tão completa e natural quanto a da criança com sua mãe, o indivíduo está

em plena harmonia [...]. Entrar em harmonia e sintonia com o universo, e permanecer nesse estado, é a principal função da mitologia” (CAMPBELL, 1990, p. 7).

No entanto, elementos mitológicos excedem a relação primitiva de mãe-filha/filho. Os rituais de sepultamentos, por exemplo, junto ao mito da existência (ou não) após a morte se manifestam concomitantemente ao Homem de Neandertal, datadas em cerca de 60.000 a.C., onde hoje situam-se Irã e Iraque (CAMPBELL, 1990). O impacto da narração de um mito conforme este contexto primitivo e originário da sociedade em que estamos inseridos hoje pode aparecer como incompreensível. Entretanto, o sujeito ouvinte destas civilizações não atuava passivamente, mas retomava, na prática, os cenários em que a história havia acontecido, supostamente (MARTINEZ, 2008).

As culturas caçadoras também correspondem a mitologias básicas referentes à morte de animais - observadas, então, como um sacrifício autoconsentido. “Ele aceita ser morto. Isso pode ser encontrado em todos os mitos. É com um sentimento de compreensão e gratidão que o animal marcha para a morte, numa cerimônia que lhe permitirá regressar à fonte materna a fim de renascer no ano seguinte” (CAMPBELL, 1990, p. 16). É interessante analisar como, embora o mito seja válido para dado período ou contexto histórico, o avançar das sociedades provoca transformações seja em crenças, seja em formas de considerar o mesmo cenário. Em civilizações anteriores, povos prestavam sua gratidão ao animal por ele se entregar. Na atualidade, parte dos indivíduos agradece à sua noção de divindade religiosa por propiciar o alimento sobre a mesa.

As articulações de gênero e sexualidade, logo, não são privilégios de gerações contemporâneas, mas resultado de uma série de construções e reafirmações quanto ao que é ser homem e ao que é ser mulher. As cavernas de povoados primitivos (milhares de anos antes de Cristo, ao que explica Campbell) eram concebidas, por exemplo, como templos inabitáveis, assustadores, escuros, perigosos que representavam os santuários masculinos em que meninos eram confirmados como homens. Ao ultrapassar as respectivas cavernas, os sujeitos revelavam coragem e capacidade de atingir a maturidade enquanto adultos responsáveis e protetores. Isto é, desde o nascimento “[...] a sociedade começa imediatamente a imprimir sua marca em nós. A máscara que temos de usar nos é imposta pela sociedade” (CAMPBELL, 1990, p. 30).

A partir desta lógica, uma série de ritos é orquestrada tomando como ciclo da vida o percurso útero-túmulo.

Os chamados ritos (ou rituais) de passagem, que ocupam um lugar tão proeminente na vida de uma sociedade primitiva (cerimônias de nascimento, de atribuição de nome, de puberdade, casamento, morte, etc.), têm como característica a prática de exercícios formais de rompimento normalmente bastante rigorosos, por meio dos quais a mente é afastada de maneira radical das atitudes, vínculos e padrões de vida típicos do estágio que ficou para trás (CAMPBELL, 2007, p. 20-21).

Este movimento decorre da ancestralidade, quando sujeitos percebiam o universo mitologicamente. Ou seja: por meio de arquétipos projetados no mundo em que viviam. As mitologias (ANAZ, 2020) configuram-se como fontes de representações das coisas do mundo (sejam reais ou não), em que o inconsciente coletivo se evidencia. O conceito revela, ainda, que o processo é reiterado em cada povo/sociedade, independente da época em que se desenvolve. “De toda forma, é importante destacar que enquanto o arquétipo em si é universal e atemporal, a imagem arquetípica que o preenche ou o materializa no plano simbólico é conectada a aspectos culturais e históricos” (ANAZ, 2020, p. 255). Quer dizer, as interferências e alterações de arquétipos podem variar conforme, apenas, a imagem arquetípica que caracteriza cada padrão de comportamento - porém o arquétipo, em si, é global e absoluto.

Neste caso, as representações arquetípicas são sinônimos de padrões cognitivos inseridos em quaisquer relações de indivíduos com o mundo, cuja atribuição é gerar significados a objetos e ações (JUNG, 2014). Assim, embora as imagens arquetípicas sejam maleáveis e adaptáveis a dados contextos históricos, permanecem impregnadas de mesmos significados de seu respectivo arquétipo.

A proposta de investigação é a de que arquétipos vão além de avaliações clínicas da psicologia junguiana, mas também se concentram na compreensão de fenômenos culturais e estudo das narrativas - tal qual a de heróis e heroínas. O mito, em suma, não denota uma fuga à realidade ou uma fabulação primitiva; mas uma forma de se gerar sentido ao mundo.

As construções mitológicas, de contos de fadas e até narrativas folclóricas são colocadas enquanto elementos de civilizações primitivas, ao passo que a modernidade ultrapassa o estágio de superstições a fim de ser conduzida por uma lógica positivista, da razão e da ciência exata. No entanto, a partir da análise de Serbena (2010, p. 81), a representação de mitos, por exemplo, “[...] satisfaz as necessidades simbólicas e de significado da psique e atua como pano de fundo no senso comum e no conhecimento científico, especialmente nas ciências humanas”. Em vista disso, a etnologia, a psicanálise e a própria ciência humana desmontam a suposta racionalidade inquestionável até décadas precedentes. O movimento de mudança (SERBENA, 1999) inaugura a constatação de que o

indivíduo da sociedade atual é cercado e influenciado por bens culturais e simbólicos - como deuses, heróis, demônios e vilões. É motivada por esta universalização que a cultura de massa e os produtos da indústria cultural recorrem justamente para questões do imaginário humano, como tópicos folclóricos e de mitos. Este imaginário, entretanto, (SERBENA, 1999), não permanece o mesmo de povos ancestrais: o processo transformou-se e foi substituído pela idolatria a mitologias políticas, a cultos de personalidade, ou ainda a ações publicitárias.

O herói, neste caso, conforme estudos junguianos, seja incorporado em um mito ou relatado em um conto de fadas, é a materialização de dado ego ou de certo sujeito. É por isso que a sua “[...] significação em uma sociedade corresponde muito à representação que ela faz do indivíduo ou dos processos inconscientes relacionados a ele” (SERBENA, 1999, p. 6). Este aspecto parece necessário para possibilitar a análise da trajetória mítica de Dilma Rousseff enquanto presidenta do Brasil a fim de constituir a jornada jornalística da heroína na política brasileira. O aspecto a ser considerado é o de que o mito consiste na racionalização da narrativa em que arquétipos traduzem em palavras e ideias - o que pode resultar na configuração de estereótipos.

A transformação dos arquétipos em estereótipos pelas cultura de massa, engessa a dinâmica psíquica própria do arquétipo. Há um processo no indivíduo de diferenciação e individualização, adquirindo uma consciência cada vez maior de si, dos seus desejos, impulsos e limitações e também dos Outros. [...] a dinâmica arquetípica trabalha justamente na diferenciação do coletivo fora de si (normas e regras sociais) e do coletivo dentro de si (os arquétipos). Com o arquétipo identificado com o estereótipo, ele perde justamente este caminho para individualização, a imagem se cristaliza e a projeção atua de modo mais forte, com maior carga afetiva. O indivíduo se torna mais coletivo e identificado com a massa, tornando-se mais difícil para ele diferenciar seus conteúdos projetados da realidade. O indivíduo, em vez de realizar seu próprio processo de desenvolvimento psíquico, torna-se dependente de um processo coletivo (SERBENA, 1999, p. 56).

Ou seja: cabe à mitologia ajustar-se ao universo, mas também às sociedades em que dado relato é entregue aos sujeitos. O arquétipo com ênfase no feminino se manifesta, aqui, sob esta circunstância: um elemento complexo e estruturado, que deve se adequar às mais plurais e distintas formas do ser humano contemporâneo.

### 3.2.1 “Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará”

Na prática social, em uma lógica rigorosa, pragmática e homogênea, há atuações presumidas a quem nasce com a genitália identificada como masculina; e da mesma forma, a quem se origina com o órgão concebido enquanto feminino. Estas ambições, visto que navegam no prisma da imposição, abrem margem à arbitrariedade - para citar o mínimo. Isto

é, são imperativos cruzados por rituais e esperanças cuja semente está fecundada em um solo maciço, encorpado e supostamente impenetrável. A solidez não é efeito de uma invenção vigente: os rastros estão impressos em trilhas milenares, cruzadas por arquétipos projetados via povos primitivos, mitológicos, ancestrais, em um fazer social regido por abstrações, crenças e cultos à deidade.

As pistas traçadas na sequência têm o propósito de indicar direções desta estrada histórica e pedregulhosa que encaixota o feminino a um único destino; para sepultar ambições, desejos e, como sou amostra, uma porção de vida. As regras coletivas verticalizam o homem branco, cis, heterossexual e cristão no topo da pirâmide de poder, enquanto o eixo base é fabricado a partir de mulheres (em específico negras, lésbicas, trans, pobres). O sistema atribui a autoridade em um movimento de cima para baixo, de quem é minoria populacional para quem é maioria, de quem é tomado enquanto norma a quem é originada conforme o desvio; são moldes que corroem o progresso daquelas que são colocadas abaixo (Jean BOLEN, 1990), sobretudo quando não executam suas atribuições a partir do que rege o corpo social, a religião, a escola, a família, o jornalismo, a cultura pop, a mitologia, os contos.

Os arquétipos destas formações do feminino também estão materializados em **deusas** enquanto poderosas forças interiores que evocam desconforto e mudança. Quer dizer, elas são um “[...] tipo complexo de personalidade feminina que reconhecemos intuitivamente em nós, nas mulheres à nossa volta, e também nas imagens e nos ícones que estão em toda parte em nossa cultura” (Jennifer Barker WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 14). São reiteraões de uma mesma dinâmica do feminino (os arquétipos) que é reproduzido em narrativas distintas e contos mitológicos; que, como efeito, vê um reforço em estereótipos de gênero que confrontam a mulher diante do homem. Não raro, a menina aparece como princesa incapaz, rainha ou bruxa - ao passo que o rapaz é o príncipe destemido, o rei eficaz ou o vilão bem instruído. “Deuses são metáforas transparentes que deixam ver a transcendência. Na minha visão da mitologia, as deidades, e até mesmo as pessoas, devem ser compreendidas dessa mesma maneira, como metáforas” (CAMPBELL, 2015, p. 137).

O mito é uma das curvas desta trajetória, uma vez que aparece enquanto elemento vivo que acarreta um sentido às relações cotidianas; quer dizer, é uma justificativa às ocorrências mundanas - tanto físicas quanto subjetivas. Os arquétipos mitológicos do feminino que costuro nestas páginas têm o propósito de oferecer suporte às reflexões intrínsecas às hierarquias e assimetrias de gênero. Isso porque “[...] um mito é sempre uma história” e a “[...] mitologia é o conjunto de mitos organizado dentro de uma lógica que confere alguma

linearidade, consistência e coesão a essas narrativas produzidas por uma cultura” (NOGUERA, 2017, p. 14).

Em escala de abundância discursiva, a Grécia Antiga é a civilização que mais contribuiu para o mapeamento de arquétipos do feminino. O período entre os séculos 14 e 9 a.C. é um fecundo território para se verificar as limitações e os enquadramentos de meninas e mulheres. A âncora para as narrativas mitológicas está na descrição do feminino em conformidade ao imaginário e à simbologia de divindades. O desfecho destes 35 séculos é a repercussão ainda viva e atualizada de modelos daquilo que se constitui enquanto norma de ser mulher: é um eco grave, potente e sagaz, que silencia (ou pretende silenciar) aquelas que o desconsideram. As deusas gregas articuladas a partir destes arquétipos são costuradas via Jean Bolen (1990) e Jennifer e Roger Woolger (2007), conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 1 - Arquétipos da mulher na Grécia Antiga

Jean Bolen	Jennifer Wooler
<b>Deméter (arquétipo de mãe):</b> A deusa nutridora e mãe que liderava as colheitas	<b>Mulher-Deméter:</b> É a deusa das colheitas, que gosta de ser mãe, de amamentar, do nascimento e de ciclos reprodutivos
<b>Perséfone (arquétipo de filha):</b> A jovem apresentava o aspecto passivo e benevolente, porque se considerava a filha que se esforça para satisfazer a mãe	<b>Mulher-Perséfone:</b> A deusa do mundo avernal, que busca espiritualidade e ligações com o oculto, o que é místico e visionário
<b>Hera (arquétipo da esposa):</b> É a deusa do casamento, do comprometimento, por ser a esposa de Zeus. Sua representação é a da mulher virgem, perfeita por ser casada e, na sequência, viúva	<b>Mulher-Hera:</b> A deusa dos céus, do casamento, do poder e de visualizar mulheres como governantes
<b>Afrodite (arquétipo da amante):</b> A deusa do amor e da beleza, com relações românticas oficiais e ocultas	<b>Mulher-Afrodite:</b> É a deusa do amor, que busca relacionamentos humanos, ativar a sua sexualidade. Está vinculada a intriga, beleza, artes
<b>Ártemis (arquétipo da irmã e competidora):</b> Era considerada uma divindade do exterior, das florestas e campos. Especialista em arco e flecha. Decidiu não se casar após ver o sofrimento de sua mãe, no nascimento de seu irmão	<b>Mulher-Ártemis:</b> A deusa das selvas, que é atlética e guiada pela praticidade. É aventureira e preza por uma vida ao ar livre, com respeito ao meio ambiente
<b>Atena (arquétipo da estrategista):</b> A deusa da sabedoria e das artes. É reconhecida	<b>Mulher-Atena:</b> É a deusa da sabedoria e da civilização,

por defender o pai, Zeus, e por suas estratégias de proteção às cidades	que busca realização na carreira. É profissional, gosta de educação, cultura, justiça, política
<b>Héstia (arquétipo da protetora do lar):</b> É a deusa do templo. Simboliza a experiência interior da mulher, e tornou-se idolatrada por proteger o lar e os templos	-

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Jean Bolen (1990) e Jennifer e Roger Woolger (2007).

Na investigação de Jean Bolen (1990), há a segmentação de sete arquétipos que manifestam as projeções da Grécia Antiga para a mulher filha, a mulher mãe, a mulher esposa, a mulher amante; em todas as formas, caixas e moldes que a história há de nos lapidar. As deusas são ordenadas em classes: as vulneráveis e as virgens. Deméter, Perséfone e Hera representam as vulneráveis e incorporam atributos direcionados ao relacionamento familiar (como esposa, mãe e filha), expressando a suposta conduta de mulheres voltadas à adoção e ao vínculo. “São sintonizadas aos outros e sensíveis. Essas três deusas foram violadas, raptadas, dominadas ou humilhadas pelos deuses. Cada uma sofria a seu modo quando um afeto era rompido ou desonrado e apresentavam sintomas que se assemelhavam a doenças psicológicas” (BOLEN, 1990, p. 40). Afrodite, por sua vez, ocupa ambas as classes, justamente porque traz potência em suas relações, mas ainda exibe a autonomia de escolhas. É designada como a mais bela e irresistível - com isso, somou incontáveis romances e descendentes. “Produziu amor e beleza, atração erótica, sensualidade, sexualidade e vida nova. Viveu relacionamentos de sua própria escolha e nunca foi ludibriada. Assim, manteve sua autonomia como deusa virgem, mas nos relacionamentos era uma deusa vulnerável” (BOLEN, 1990, p. 40). Artêmis, Atena e Héstia incorporam as deusas virgens e manifestam a independência e a autossuficiência; não se envolviam em relacionamentos românticos. “Não eram atormentadas e não sofriam. Como arquétipos, elas expressam a necessidade de autonomia e capacidade que as mulheres têm de focar sua percepção naquilo que é pessoalmente significativo” (BOLEN, 1990, p. 39).

Os arquétipos construídos por Jean Bolen são representações de modelos que espelham os cotidianos a partir de uma cultura patriarcal, em que o masculino é a centralidade do poder e da finalidade maior da vivência de cada mulher. De certa forma, as deusas aparecem na posição de modelos daquilo com que o feminino se assemelha ou pode se assemelhar. A estrutura é, assim, sustentada na pluralidade de modos de ser de mulher; desde que o eixo principal ainda seja o masculino. O método é resultado de sua atuação enquanto

psicóloga clínica, professora de Psiquiatria na Universidade da Califórnia e de analista supervisora do Instituto C. G. Jung, em São Francisco, nos Estados Unidos.

A psicologia junguiana tornou-me consciente de que as mulheres são influenciadas por poderosas forças interiores, os *arquétipos*, que podem ser personificados pelas deusas gregas. E a perspectiva feminista me deu a compreensão de como as forças exteriores, ou *estereótipos* - papéis com os quais a sociedade espera que as mulheres se conformem - reforçam alguns padrões de deusa e refreiam outros. Como resultado eu vejo cada mulher entre dois campos de influência: intimamente por *arquétipos* divinos, e exteriormente por *estereótipos* culturais (BOLEN, 1990, p. 25, grifo da autora).

A similaridade entre ações cotidianas de sujeitos comuns e as representações de deusas ou deuses decorre do inconsciente coletivo, uma vez que há modelos a serem compartilhados historicamente que se tornam familiares justamente por imagens arquetípicas trazidas pela ancestralidade. Desta forma, os estereótipos de mulheres sugeridos por Bolen (1990) consistem em modelos progressistas ou conservadores de deusas, se concebermos a lógica de gênero. Os sete arquétipos de deusas apontam condutas aceitáveis socialmente (como os de Perséfone, Hera e Deméter), mas também os questionáveis conforme padrões seculares impostos a mulheres (como o de Afrodite).

Há possíveis perspectivas de diagnóstico sobre o que e como os arquétipos de deusas intervêm naquilo que atuamos e nomeamos na qualidade de feminino. Os moldes de mulheres atuais com inspiração na mitologia de divindades gregas estão, também, em Jennifer Woolger e Roger Woolger (2007), que esboçam seis arquétipos pertinentes às condutas, por exemplo, que uma mulher adota ao estar apaixonada (Afrodite), ao vislumbrar um sonho (Atena) ou ao se formatar enquanto mãe (Deméter).

De acordo com a teoria junguiana, as deusas são arquétipos, o que vale dizer, fontes derradeiras daqueles padrões emocionais de nossos pensamentos, sentimentos, instintos e comportamento que poderíamos chamar de “femininos” na acepção mais ampla da palavra. Tudo o que pensamos com criatividade e inspiração, tudo o que acalentamos, que amamentamos, que gostamos, toda a paixão, desejo e sexualidade, tudo o que nos impele à união, à coesão social, à comunhão e à proximidade humana, todas as alianças e fusões, e também todos os impulsos de absorver, destruir, reproduzir e duplicar, pertencem ao arquétipo universal do feminino (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 16).

Neste mapa, Atena é a que rege a vida urbana, as ocupações civilizadas, a ciência, a educação, os ofícios práticos. É a mulher de perfil ativo e negociador, tal qual Joana D’Arc e rainha Elizabeth I. Sua demonstração é a de habilidade política, de organização social, de gestão pública.

É fácil identificar Atena no mundo moderno, pois, em todos os sentidos da palavra, *ela está no mundo*: editorando revistas, dirigindo os departamentos de estudos femininos nas universidades, entrevistando personalidades na televisão, organizando viagens para averiguar o que de fato está acontecendo na Nicarágua, produzindo filmes, contestando legisladores de sua cidade. A mulher-Atena está sempre em evidência por ser extrovertida, prática e inteligente. A princípio os homens geralmente ficam um tanto intimidados com ela, visto que ela não reage aos lances sexuais normais e é capaz de colocá-los contra a parede em qualquer discussão intelectual (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 16, grifo do autor).

Em contraste aparece a mulher-Ártemis na posição de regente das selvas e de deusa da natureza em sua forma virgem. É o arquétipo do feminino indomado, cujo guia é o instinto mais primitivo; suas atividades prioritárias incluem, a exemplo, cavalgadas em excursões montanhosas ou cultivo da terra no interior de uma civilização. A deusa simboliza a mulher informal, alheia ao contemporâneo. “Ártemis não se destaca muito no mundo moderno. Ela não se sente verdadeiramente à vontade na cidade, com seu ritmo acelerado e altamente tecnológico de vida e seus valores de ascensão social. Quando a encontramos no meio urbano, ela nos parece tímida, esquivada, reservada” (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 77). A força deste arquétipo está na defesa da liberdade - não raro pode ser confundida ou vinculada ao estereótipo do masculino em decorrência da independência e da autonomia.

Afrodite, por sua vez, é a personificação do amor, da eroticidade, da sexualidade, da vida íntima, de relações pessoais. Consiste no arquétipo daquela que incita desejos e está ancorada em talentos relativos à beleza, às artes, à música; é adorada por sua formosura e abundantes características físicas - a exemplo de Greta Garbo, Marilyn Monroe e Elizabeth Taylor. “Afrodite era e é, em tudo, uma presença *sensual*. Para os gregos antigos, ela era a ‘deusa áurea’. Como um sol glorioso, ela brilhava sobre aquela cultura precoce abençoando-a com as artes da escultura, poesia e música” (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 111, grifo do autor). Exibicionista por natureza, a mulher-Afrodite tem aptidões para o meio artístico; e afasta pretensões de matrimônio e maternidade convencionais.

Na contramão deste arquétipo está Perséfone, a deusa dos mortos e da esfera espiritual. Suas atenções são orientadas a aspectos ocultos, visto que rege a mente inconsciente mais profunda, em que habitam os fenômenos psíquicos e da mediunidade. “É possível que a mulher-Perséfone não nos impressione particularmente no primeiro encontro. Não que ela seja tímida ou lhe falte presença, e sim mais pela sua modéstia e discrição” (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 178).

Deméter, no entanto, é a deusa da maternidade e de todas as referências à reprodução e à gravidez por escolha. O arquétipo é vinculado a noções da infância e de defesa daquilo que é pueril, pequeno.

Ela é aquela rodeada de crianças; aquela à qual bebês parecem se agarrar como a uma árvore robusta; aquela que faz e distribui pão com manteiga, café com leite e bolo de fubá; aquela que *sabe* onde estão as fraldas; aquela cuidando dos joelhos esfolados; aquela feliz em cozinhar para os seus amigos que o marido trouxe do futebol sem avisar; aquela que passa a noite inteira acordada cuidando da febre de um filho; aquela com reservas aparentemente inesgotáveis de energia (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 209, grifo do autor).

O arquétipo da rainha maior, estruturada sob o viés do poder e da governança, está em Hera: esposa de Zeus, é a que rege o casamento, o companheirismo e as funções públicas. A deusa traz elementos de moralidade social, de integridade da família, de tradição da sua comunidade e, por óbvio, de valores patriarcais. “Hera sempre se destacará numa multidão. Ela exala confiança em si mesma, tem perfeito domínio de si própria [...]. A consciência de Hera é bem mais percebida em mulheres mais velhas, nos quais o pleno impacto de sua autoridade e dignidade naturais pode ser sentido” (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 141). O fortalecimento da mulher inspirada por Hera está no companheirismo do matrimônio, e justamente por este atributo uma vida sem relacionamentos românticos não é comum. No entanto, apesar de trazer na superfície a estética de uma família alinhada, há o volume da tradição arcaica do eixo patriarcal e conservador. “Mais do que qualquer outra deusa, a mulher-Hera é extremamente consciente de sua posição na sociedade. Ela não só defende todos os valores mais conservadores de sua casta social, como também tenderá a assumir o papel de juíza dos novos gostos e costumes” (WOOLGER; WOOLGER, 2007, p. 142).

A Grécia Antiga, ao que sugerem estes marcadores, fabricam um panorama vasto e potente quanto à suposta superioridade do masculino em oposição à subalternidade do que se assemelha ao feminino. A herança entregue por esta civilização mitológica (NOGUERA, 2017) está na estrutura de organização social regida por um poder vertical, autoritário - logo, patriarcal. Isto é, consiste em uma das origens dos cenários que se abrem a meninas e a mulheres ainda hoje, 35 séculos de história depois. Por exemplo: a mitologia estabelece Pandora como amostra da mulher que traz abundância ao mundo - entretanto, também é a que abre a caixa em que se ocultam os males da humanidade. Ela é o arquétipo, logo, da que gera problemas, que provoca os males, que concebe os contratempos (CAMPBELL, 2015).

Os valores de Ártemis vão ao encontro desta lógica, visto que personificam o sexismo. A rotina em detrimento ao matrimônio está no arquétipo de Hera, cujo protagonismo é ofuscado diante do comando do esposo Zeus, uma vez que encarna os atributos (fiel, discreta, recatada) que uma mulher esposa e mãe adotam com a intenção de se espremer em um estereótipo de gênero. Sua revelação é a de um sujeito passivo, que reforça o

estabelecimento desta natureza vinculado ao feminino; ou seja, gera o mito de uma feminilidade frágil, dependente (NOGUERA, 2017).

A mitologia grega carrega traços originários, ainda, da rivalidade entre mulheres. O mito do casamento de Peleu e Tétis é uma amostra: todos e todas são convidados, à exceção de Éris, a deusa da discórdia. Enquanto vingança, ela cria algo semelhante a um castigo e arremessa um pomo de ouro entre Hera, Afrodite e Atena com a frase “isto é para a mais bela”. Diante da indecisão das três deusas, um júri é estabelecido a fim de eleger, portanto, a divindade mais formosa. Afrodite é a eleita, e como efeito do mito está o embrião do que se apresenta na atualidade enquanto concursos de beleza. Nesta conjuntura, o homem é o juiz que atesta a escolhida, a fascinante, a mais simétrica (NOGUERA, 2017).

As histórias das deusas lançam luz sobre áreas obscuras, chamando atenção para o fato de que as maneiras como interpretamos o amor, a beleza e outros assuntos estão dentro de um contexto patriarcal. [...] Ora, os mitos gregos são construções simbólicas que retratam esse quadro de diversas maneiras e em diversos pontos, desde a obsessão feminina pela beleza até a criminalização social que o sistema patriarcal lança sobre as mulheres autônomas e independentes, associando-as a estigmas sexistas (NOGUERA, 2017, p. 60).

Ao contrastar pistas mitológicas, há indícios de fabricação de uma mulher divina, intocada; sincronicamente à deusa inferior, subordinada. Isto é, a ambiguidade com que o feminino é rastreado expõe as nítidas incertezas sobre quem somos eu, você e as que nos antecedem: divindades ou servas? Perigosas ou desarticuladas? Presidentas ou vítimas de golpe político? Em 1940, com palavras (infelizmente) ainda atuais, Joseph Campbell (2015) repete que a mulher é autônoma e conserva direitos e deveres próprios; embora há cerca de quatro milhões de anos a sua relação com o masculino seja guiada enquanto cooperativa, de quem partilha tarefas, sustenta a vida, gera descendentes e consente com a proteção (frágil que é, portanto).

Em oposição à competência masculina ancorada em saberes, habilidades e intelectualidades, a contemplação do feminino (via de regra) está em propriedades de beleza; e a simetria física não é qualquer, mas norteadas por proporções que ditam dimensões, cores e envergaduras em vistas do belo perfeito. Na Antiga Idade da Pedra (Figura 26), em cavernas do sul da França e do norte da Espanha (de 30.000 a 10.000 a.C.), há indícios da representação deste feminino formoso e escultural em estatuetas de Vênus com a formação de uma figura nua, com o corpo em curvas, em evidência. Não à toa. “Nas primeiras formas do feminino nos períodos Paleolítico e Neolítico, vimos que a ênfase estava nos seios e quadris, na mulher como deusa do nascimento e da fertilidade” (CAMPBELL, 2015, p. 115).

Figura 26 - O corpo feminino em Vênus



Fonte: Campbell (2015).

A dicotomia da concepção do feminino em povos primitivos está fragmentada em tribos caçadoras e tribos coletoras (CAMPBELL, 2015). Nas regiões da antiguidade em que a ênfase é a caça, a mitologia é orientada pelo masculino, com homens evocando o risco diante de animais e na intenção de defesa de esposas e filhas; enquanto nas áreas sustentadas via natureza/plantas, a diretriz é feminina, com mulheres colhendo alimentos da terra e capturando presas de menor porte. “A manifestação mais simples da Deusa nas primeiras tradições agrárias do Neolítico é como Mãe Terra. **Da terra brota a vida, e a terra sustém a vida**, portanto, seus poderes são análogos aos da mulher” (CAMPBELL, 2015, p. 33, grifo nosso). Na contramão, na caça o alimento mais substancial é assegurado pelo homem; portanto, “[...] nas tribos de caçadores há uma ênfase masculina na ação, na coragem, na celebração do indivíduo que mostrou a habilidade de trazer alimento para casa” (CAMPBELL, 2015, p. 34). As similaridades mitológicas de gênero se estendem à Mesopotâmia e à Grécia, em que o céu é um deus e a terra é uma deusa: visto que a chuva tem origem no céu a fim de fertilizar a terra (CAMPBELL, 2015).

Os mitos iorubás também estão intrínsecos à formação de nós, mulheres do século 21. Com proveniência fixada na Nigéria, no Togo, em Gana e em Benim, a etnia não opõe o discurso masculino ao feminino, visto que homem não é sinônimo de humanidade. A articulação do núcleo familiar é protagonizada pela figura da mulher, de quem materna; e há uma participação efetiva de primas e primos, avós e avôs, tias e tios. A linhagem, todavia, ainda é demarcada com exclusividade por meio do masculino, com o desempenho do poder político e daquilo que se relaciona com o público, com o externo (NOGUERA, 2017).

A narrativa que propõe o arquétipo de Oxum traz à margem uma análise potente do masculino a partir do povo iorubá. É ela quem supervisiona as oferendas enviadas por orixás masculinos; no entanto, há a insatisfação em decorrência do desprezo recebido por estas divindades. Oxum, como efeito, gera um feitiço para estabelecer que nada mais fosse fértil - desde a natureza até os corpos físicos. Após um combinado motivado pela angústia dos orixás masculinos, o rito retorna a um suposto normal com um prestígio maior dirigido aos orixás mulheres. A insurgência de Oxum, que traz um discurso ancorado em direitos iguais, emerge a desconstrução destas limitações de gênero e questiona, logo, a prepotência e superioridade inquestionável do masculino (NOGUERA, 2017).

O mito de Oxum pretende nos convidar para uma reflexão: a maneira como as mulheres são percebidas pelos homens e por elas mesmas encobre uma hierarquia de gênero. É contra essa hierarquia, sobretudo, a favor da autonomia feminina que o mito propõe uma recusa aos caprichos masculinos. Oxum representa uma pauta de autoria feminina. [...] A negação de que a mulher esteja sob a tutela do homem está presente em todo o mito (NOGUERA, 2017, p. 76).

O arcabouço espiritual que atravessa a cultura ocidental é sustentado, por sua vez, em preceitos judaico-cristãos transcritos na Bíblia Sagrada. Por lógica, há nestas narrativas uma exposição assídua do feminino legitimada em pregações religiosas do cristianismo - a começar, de fato, pela origem, diante do cenário do Jardim do Éden. O arquétipo de Eva, entretanto, é precedido por outra mulher: Lilith, constituída a partir do barro, junto de Adão (ao contrário de Eva, que se origina da costela do companheiro). Lilith, portanto, carrega elementos de igualdade, de autonomia, de emancipação; visto que não é parte física e conectada de Adão. Ao recusar a inferioridade no ato sexual com o parceiro, abandona voluntariamente o Éden em sinal de protesto, insatisfação e resistência ao domínio (NOGUERA, 2017). A Igreja Católica apaga a narrativa de Lilith a fim de que haja o reforço do protótipo de mulher análogo ao de Eva: a submissa, a domada, a nascida do homem. “A recusa de Lilith em reconhecer a superioridade masculina é um obstáculo às religiões patriarcais. E as versões hegemônicas do judaísmo e do cristianismo mantêm até hoje uma estrutura patriarcal” (NOGUERA, 2017, p. 123).

Apesar de representar a submissão do feminino, Eva também incorpora a desobediência, a ruptura da harmonia. Isto é, a mulher que gera desordem, uma vez que é quem hipoteticamente morde a maçã, fruto proibido. Adão é a vítima, portanto; em oposição à Eva que encarna o pecado e a penalidade. Ele é a imagem e semelhança de Deus, enquanto ela é o desvio, a costela (NOGUERA, 2017). A Bíblia Sagrada (1976), como efeito da transgressão do Jardim do Éden, descreve que Deus declara à mulher: “Multiplicarei

grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará”.

A herança coletiva projetada em arquétipos do feminino e atravessados por mitologias milenares são eco de experiências humanas, de fábulas, de discursos religiosos narrados por toda a humanidade. São padrões preexistentes que interferem no exercício diário de sobrevivência, neste caso, do que se identifica enquanto feminino; e que atende ou não às regras descritas em mitos gregos, no cristianismo, em divindades iorubás (e assim por diante).

As deusas fizeram coisas distintas, questionaram as regras, encenaram seus próprios rituais. **Todas trouxeram à cena um desejo por desnudar o feminino** constituído pelo olhar masculino. Até porque o termo “mulher” é uma abstração - afinal, existem múltiplas subjetividades habitando o corpo de mulheres (NOGUERA, 2017, p. 148, grifo nosso).

Abro parênteses, contudo, para reiterar que violências ainda nítidas e cotidianas não devem ter sua justificativa nestes elementos, no sentido de que há uma construção inconsciente que reproduz os múltiplos arquétipos designados ao feminino. É necessário atentar ao fato de que, embora os mitos estejam criados e propagados, a opressão é voluntária; ou seja, as imagens arquetípicas retomadas nesta pesquisa têm a intenção de reforçar como as construções de gênero não estão vinculadas a um único segmento, período histórico ou instituição - mas que, ao contrário, atravessam todo o fazer social.

As representações do feminino e de expectativas de gênero, logo, cortam a narrativa da história independente do povo, da origem, da crença. Por meio de mitos, a atribuição social de mulheres elege personagens a fim de mapear um mosaico da condição feminina - desde Lilith e Eva a Cleópatra, Cinderela, Virgem Maria e Simone de Beauvoir. Quer dizer, a fabricação do arquétipo feminino consiste em um itinerário marcado pela soma de personagens, de vivências, de histórias.

Existem donzelas emudecidas, Marias interpostas entre a espada e a cruz, amantes confinadas na paixão conventual, Heloíças radiantes que repreendem a Deus por sofrerem tão infinita crueldade, Isoldas confusas, Dalilas intrépidas, Cleópatras que oscilam entre o ímpeto redentor da pátria, o acicate da imortalidade e uma entrega amorosa tingida pelo impossível sonho imperial [...] (Martha ROBLES, 2019, p. 18).

A condição feminina está vinculada à ideia de outro, de desvio da norma, de antagonismo. “Não importa quando nem como um membro de nosso sexo se subleve, sonhe ou batalhe, sempre irá se deparar com o invariável desafio da subcondição de debilidade que lhe é atribuída pelos homens [...]” (ROBLES, 2019, p. 19).

A materialização do simbolismo da mulher e de seu feminino se dá, metaforicamente, no emblema de um vaso enquanto imagem arquetípica. A representação é basilar, uma vez que, ao que expõe Neumann (2006), retoma experiências retratadas ainda na antiguidade no que tange o corpo como guardião da alma. O ícone do vaso traduz o útero na concepção de recipiente que cria a vida. Logo, a que carrega o órgão tem a missão de proteger, de gerar, de conter. A mulher na manifestação de corpo-vaso equivale à que abarca a humanidade em si, em distinção ao homem que é o responsável por inserir a futura vida em seu organismo.

A concretude física do corpo-vaso, cujo interior permanece sempre obscuro e desconhecido, é a realidade do indivíduo, o local onde vivencia todo o mundo instintivo do inconsciente. Tal processo se inicia com as experiências básicas do recém-nascido de fome e sede, que o incomodam de dentro pra fora - a partir da escuridão do corpo-vaso - como todo tipo de ansia, dor e pulsão (NEUMANN, 2006, p. 46).

A projeção de que a mulher é a que acolhe e reproduz está explícita em atributos de gênero que conferem uma identidade específica e limitante aos sujeitos nascidos com vagina. Os efeitos de estereótipos culturais interferem na ação de meninas e mulheres na obtenção e concretização de sonhos e independências típicas de cada uma (BOLEN, 1990). Ao passo que os padrões arquetípicos (e as construções de gênero) são desfeitos, o processo de aprovação exterior ganha novos significados.

Esses poderosos padrões internos - ou arquétipos - são responsáveis pelas principais diferenças entre as mulheres. Por exemplo, algumas precisam da monogamia, do casamento, ou dos filhos para se sentirem realizadas. Elas se afligem e se encolerizam quando não conseguem seus objetivos. Para elas os papéis tradicionais são significativos. Tais mulheres diferem notadamente de outro tipo, aquele que dá mais valor à sua independência, enquanto enfoca alcançar objetivos que são importantes para elas; ou diferem ainda de outro tipo, aquele que procura intensidade emocional e novas experiências e, conseqüentemente, passa de um relacionamento para outro, ou de uma conquista para outra. Ainda outro tipo de mulher procura a solidão, e descobre que a sua espiritualidade significa o máximo para ela. O que é realização para um tipo de mulher pode não ter sentido para um outro tipo, dependendo de qual “deusa” esteja atuando na pessoa (BOLEN, 1990, p. 20-21).

Ao avaliar a mulher sob a perspectiva do jornalismo, é necessário atentar às histórias de vida que revertam impacto e inaugurem contextos no que toca as construções de gênero e os arquétipos do inconsciente coletivo. Ou melhor, é preciso ponderar em específico a trilha profissional e a atuação pública de cada mulher - rompendo as fronteiras do lar. Em contrapartida, o homem visualiza novos cenários e possibilidades até então deslocados de estereótipos vinculados ao masculino.

Enquanto as mulheres conquistaram redutos até então masculinos, o macho da espécie humana, sobretudo o urbano, está sem saber exatamente sua nova função social. Ele já não é mais apenas um provedor, embora ainda se espere que ele cumpra este papel. Com o avanço das técnicas de reprodução artificial, ele não é mais apenas um reprodutor, ainda que se espere que ele cumpra esta atribuição. Ele não é mais o único responsável por proteger a fêmea e seu bando - ainda que no íntimo a mulher queira se sentir protegida, agora talvez menos no plano físico do que no emocional [...] (MARTINEZ, 2008, p. 136).

Seja em narrativas mitológicas ou em contextos cotidianos do mundo real, a constatação é a de que a mulher (BOLEN, 1990) deve ater-se a seus princípios e lealdades a fim de se confirmar na posição-sujeito de heroína apta a executar escolhas ativas - em vez de aguardar as decisões atestadas por outros. “Fazer valer seus direitos é tarefa heróica para as mulheres que foram tão submissas quanto Perséfone; ou que colocaram o marido em primeiro plano, como o faria Hera; ou que deram atenção às necessidades alheias, como Deméter. Agir assim também vai contra o modo como foram criadas” (BOLEN, 1990, p. 383).

O arranjo proposto por meio destas páginas é o de que em cada mulher há uma heroína em potencial: aquela que, em uma trajetória que inicia antes mesmo de seu nascimento, transgride com o estabelecido e cruza pré-conceitos desenhados sobre si.

Conforme viaja numa determinada trajetória deparará indubitavelmente com o sofrimento, sentirá solidão, vulnerabilidade, incerteza, e conhecerá limitações. Pode também encontrar significado, desenvolver o caráter, experienciar o amor e a graça, e aprender a sabedoria. A mulher é moldada por suas escolhas, por sua capacidade de fé e amor, por sua habilidade de aprender da experiência e fazer compromissos. Quando surgem dificuldades, se ela avalia o que pode fazer, decide o que fará e se comporta de modo coerente com seus valores e sentimentos, está agindo como a heroína que protagoniza seu próprio mito (BOLEN, 1990, p. 379).

A heroína, portanto, é a que desconstrói o mito de deusa irreparável e se adequa ao arquétipo apropriado à sua realidade - e não o fabricado e autoritariamente lançado via sociedade para si.

#### 4 O QUÊ: JORNADA DA HEROÍNA COMO LENTE DE GÊNERO PARA NARRAR HISTÓRIAS NO JORNALISMO

O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. MOTTA, 2005a, p. 36.

Parteira, sensitiva, mãe de 16, agricultora, benzedeira. Forçada ao matrimônio aos 19, nona aos 35, bisnona aos 51, tataravó aos 72. É o extrato da mulher pobre e imigrante, mas ainda protegida por ter na pele marcas de uma branquitude e de um territorialismo de privilégio herdados do norte italiano.

Figura 27 - Nona Wilma Cecília Cavallin e nono Fulcio Rossa Neto



Foto: Acervo pessoal (2023).

O relógio não ditava as regras: para a bisnona Wilma Cecília Cavallin, a hora de contar histórias era toda hora. O discurso não-verbal imperava, e sem que nem uma palavra fosse revelada, pouco a pouco, a senhora de coluna curvada, avental enfarinhado e cabelos acinzentados de tão brancos era cercada por um amontoado de crianças que se empilhavam para as próximas e próximas fábulas nem sempre reais que dali nasceriam.

Era mágica, penso. Na verdade, não - eu garanto que era mágica. A fala delgada, porém potente e abarrotada de saberes, abafava o som da rua, das mães convocando para o almoço, dos pais enfurecidos pelo atraso de suas crianças. Nona Wilma, a minha Noninha, cria a sua Jornada da Heroína calcada em um arco de abandono, negligência, sofrimento, ilusão e esperança. É despertada por estas marcas que narrou suas histórias por mais de uma

década, nas tardes de sábados e domingos, a pares de ouvidos curiosos, olhos infantis e sonhos ingênuos. A mulher vítima (mas que também vitimizou, aprendiz do machismo, as filhas, netas e bisnetas mulheres), se entrega a histórias nem sempre - melhor dizendo, quase nunca - autênticas. Descrever a vida que viveu ou planejou viver, acredito, tenha sido a rota de fuga para esbarrar em um mundo um pouco (mas não muito) mais feliz.

As narrativas impregnadas de desejos e cicatrizes retratavam um existir simples, todavia encharcado de complexidades. São descrições embaralhadas (e perturbadoras para crianças, até) daquela que nasceu para servir: ao pai, ao esposo, ao filho; daquela que nasceu para rezar: ao deus que mais tirou do que gerou; daquela que nasceu para parir: seja os seus, seus os de outras sujeitas cruzadas pelo mesmo destino.

Nona Wilma narrou o mundo que viu. Não mencionou princesas, dragões ou farturas. Não construiu um faz de conta. Não enumerou fragmentos de uma vida justa. O que fez em 24 anos de histórias a mim ensinadas (porque partilhar é gerar conhecimento) foi estimular o fascínio por um lugar presente e um rumo futuro ainda desabitados, desconhecidos. Ao lado de tantas crianças cujos rostos estão esquecidos, ouvi descrições assombradas de como Noninha se comunicou com espíritos inquietos na madrugada; do parto de bebês gêmeos que fatalizaram a vida da jovem mãe; da pobreza no interior do Rio Grande do Sul, que se dilatou também aos vilarejos de Santa Catarina - em uma amostra concreta de que a desigualdade não tem endereço fixo; das plantações de trigo que, na verdade, nunca existiram; do racismo e do sexismo de uma família de imigrantes italianos, que aprenderam e ensinaram moldes de exclusão; dos abusos e traições do esposo, pai de outros cinco além do casamento; de um deus misericordioso e de como este mesmo deus se encarregou de levar tão cedo três de suas crias; de como taças e taças de vinho prolongam a vida - e de fato o fizeram, visto que mesmo calejada celebrou quase um centenário daquele 8 de abril, seu aniversário.

A heroína Wilma Cecília Cavallin atravessou a sua jornada por meio da narrativa que escolheu e conseguiu criar e contar. E mesmo assim fez mágica. Em frases inacabadas, verbos não conjugados, pronomes inexistentes, a analfabeta do interior de Gramado apresentou a nós o inacessível. O não vivido. O que eu e um empilhado de primos, primas e anônimos outros desconhecíamos sobre o que era ou o que poderia ser o mundo real. Nona Wilma me introduzia ao mundo; traduzindo vezes em português, vezes em dialeto de italiano, uma sociedade marcada pela crença, pela hierarquia de gênero e sobretudo pela diferença configurada em desigualdade. Aquele corpo de pouco mais de um metro e meio concentrava preconceito, injustiça e julgamento; mas também resiliência, coragem e disciplina.

A voz daquela mulher, conforme descrevi, tênue e miúda, se confundia com o poder e a força do que narrava - e de como narrava. É ela que está aqui, por trás de cada palavra que hoje eu escrevo.

\*\*\*

Nona Wilma não era jornalista; tampouco alfabetizada. Não acumulava conhecimento discursivo, não teorizava sobre a epistemologia de suas referências, não problematizava os rastros de machismo, xenofobia e racismo de sua fala. Mas narrava histórias sobre o mundo em que sobreviveu de 1920 a 2015, e onde interferiu na formatação do que seria (e sobretudo do que não seria) a história de um sem-fim de crianças.

É isto que a narrativa faz, afinal: constrói cenários, formata saberes, desmonta interpretações, reforça arquétipos. A costura de palavras verbalizadas com sentenças não ditas fabricam este movimento de narração que tece a vida - com seus estereótipos, suas concepções de verdade, suas dicotomias que provocam o extremo (masculino/feminino, cristão/ateu, rico/pobre, branco/negro, central/periférico). Elementos da narrativa migram do conto e da fábula ao romance, à novela, às histórias em quadrinhos; e, logo, ao que escreve e descreve o jornalismo sobre quem somos, o que fazemos, onde estamos. **A partir destas aproximações, proponho a jornada da heroína enquanto uma lente de gênero para narrar jornalisticamente as histórias da vida que nos atravessam.** Isto é, a jornada consiste em uma expressão narrativa que pode estruturar as construções do jornalismo conforme o prisma de gênero. Como sequência, trago a Missão das Candidatas: o arco da jornada jornalística da heroína na política brasileira; ou seja, como é narrada no jornalismo a história de vida da mulher no contexto público<sup>8</sup>. São formulações atravessadas, em sobretudo, por elementos de subjetividade que carregam, além do gênero, aspectos intrínsecos à narração da vida - como a raça, o território, a classe. É um método de observação, logo, que sugere o resgate à humanização e o combate à objetividade irrestrita e inquestionável.

O mapa de raciocínio que viabiliza a formação teórico-metodológica tem origem no Capítulo 1 desta tese, com o germinar de inquietações de gênero e poder; no Capítulo 2, com as limitações entregues a meninas e mulheres a partir de uma lógica sexista, machista e misógina, ao entender que tudo é político; e no Capítulo 3, quando há a constatação de que o

---

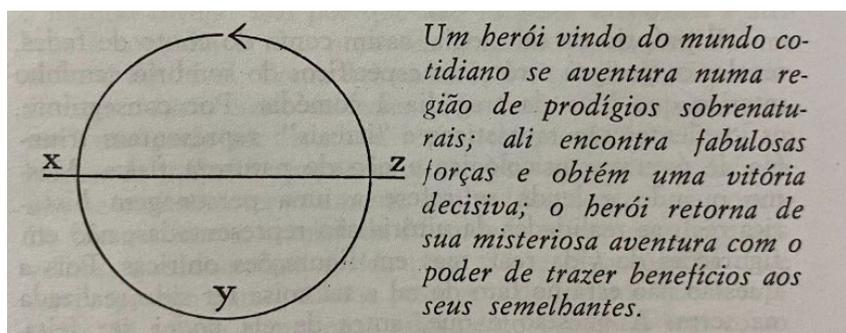
<sup>8</sup> Parece óbvio, porém é necessário atestar que a tese não dá conta de traçar um mapa preciso e único das histórias de vida de mulheres na política – porque são incontáveis brasileiras em conjunturas distintas e em períodos históricos que se diferem. Ou seja, são infinitas versões de histórias de vida. A tentativa é a de assinalar um guia para observação jornalística da narrativa do feminino no contexto público.

mesmo feminino (definitivo e previsível) é encaixotado em arquétipos dentro e fora da ficção. Para considerar a Jornada da Heroína enquanto lente de gênero que narra histórias de vida em jornalismo, é necessário, neste quarto capítulo, derivarmos daquela que precede todas estas noções: a Jornada do Herói.

O conceito junguiano de arquétipo, conforme descrito em páginas anteriores, é adotado por Campbell (2007) enquanto eixo central de seu percurso mitológico. Ao observar a manifestação de determinados padrões em épocas e contextos culturais divergentes, o teórico confirma a hipótese proposta por Carl Jung: há modelos que permitem uma avaliação de como as ideias são expressas com o avançar da sociedade. A estrutura elementar do herói, diante deste contexto, é a de um sujeito que se absteve das próprias escolhas a fim de cumprir algo maior. Isto é, a sua façanha é inaugurada (CAMPBELL; MOYERS, 1990) na ocasião em que algo o é retirado ou negado, ou ainda quando um direito ou experiência normal da sociedade é apagado. “O herói [...] é o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas. As visões, ideias e inspirações dessas pessoas vêm diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humanos” (CAMPBELL, 2007, p. 28).

A conduta primitiva que conduz o herói em sua jornada o direciona a **separar-se**, de antemão, de quaisquer cenas que façam emergir efeitos secundários e desviantes - com o propósito de estrear sua tarefa por regiões da psique em que estão fixadas adversidades culturais. Este é o seu primeiro movimento. Após absorver o processo, o sujeito integra a experiência em si, naquilo que Jung nomeou como arquétipos. Após percorrer e cumprir a **iniciação** de suas tarefas, a terceira façanha heroica nomeada por Joseph Campbell (2007) é a do **retorno** ao meio humano e comum, em que o indivíduo ensina, troca e orienta seus pares quanto às lições de vida que consumiu.

Figura 28 - Aventura mitológica do herói



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Campbell (2007).

É possível visualizar, em termos práticos, que a aventura mitológica do herói cumpre o ritual separação-iniciação-retorno concebido enquanto a unidade central do monomito, conforme assinalado na Figura 28. Um modelo bíblico e popular que incorpora o percurso do herói é o de Moisés, que partiu em direção a Israel (separação), encontrou-se com o povo no deserto de Sinai (iniciação) e rogou a Deus as Tábuas da Lei para, então, regressar à sua comunidade de origem (retorno). As amostras, contudo, são múltiplas, navegando desde heróis de contos de fadas, a deuses intocáveis e a símbolos religiosos que, em suma, são dotados de “[...] dons excepcionais. Frequentemente honrado pela sociedade de que faz parte, também costuma não receber reconhecimento ou ser objeto de desdém. Ele e/ou o mundo em que se encontra sofrem de uma deficiência simbólica” (CAMPBELL, 2007, p. 41).

O que está dado é que: independente de o herói ser configurado enquanto um ser sublime e grotesco, culto ou ignorante, comum ou estimado, a sua trajetória é atingida por poucas (ou raras) variações do mesmo arquétipo. Em determinadas perspectivas, o aspecto físico é o mais descrito; enquanto em contextos outros, os ensinamentos da moral são tomados como prioritários. Há a indicação de que, por vezes (CAMPBELL, 2007), a condição de herói seria predestinada a um sujeito específico: o escolhido - em vez de surgir como resultado de complexas circunstâncias articuladas junto ao desenvolver de sua trajetória. Quer dizer, há a tendência de conferir ao sujeito heroico “[...] poderes extraordinários desde o momento em que nasceu ou mesmo desde o momento em que foi concebido. Toda a vida do herói é apresentada como uma grandiosa sucessão de prodígios, da qual a grande aventura central é o ponto culminante” (CAMPBELL, 2007, p. 309-311).

A lógica é refutada nesta pesquisa, uma vez que o herói é concebido enquanto um ser humano e comum que, por dada razão, cumpre o protagonismo de uma história (seja a sua ou a de uma comunidade).

Essa mesma história identificada por Campbell é a aventura de um protagonista - o herói - que sai de seu mundo ordinário, cotidiano - universo conhecido - para se arriscar em um mundo especial - universo desconhecido -, onde supera adversidades, obstáculos e desafios, ganha força e sabedoria e retorna ao mundo comum de onde partiu, depois de uma transformação que impactará esse mundo de origem. Há, assim, uma estrutura ou um modo universal de contar histórias que envolve basicamente as fases de **separação**, em que um herói sai do mundo conhecido, de **iniciação**, em que o herói adentra o desconhecido e supera os obstáculos, sofrendo uma transformação, e **retorno**, em que o herói transformado volta a sua comunidade trazendo (ou em busca de) alguma recompensa (ANAZ, 2020, p. 260-261, grifo nosso).

A Jornada do Herói de Joseph Campbell aparece como resultado destes processos, pela primeira vez, na obra *O herói de mil faces*, em 1949, confirmando que as narrativas

humanas cumprem um mesmo enredo. Isto é, consiste em um roteiro integrado por uma série de etapas que, parcial ou totalmente, estão em roteiros ficcionais ou reais.

O conceito levantado por Campbell é ancorado em arquétipos junguianos - que, por sua vez, também motivam Christopher Vogler (2015) a traçar um guia para roteiristas a partir da Jornada do Escritor (inspirada nas teses de Campbell). O movimento é o responsável por popularizar o arquétipo junto aos estúdios de Hollywood a partir dos anos 1970. O método de criação no cinema aderido por Vogler (MARTINEZ, 2008) toma como referência a mitologia de Campbell e a psicologia de Jung. No Brasil, por sua vez, a Jornada do Herói é avaliada pioneiramente pelo pesquisador e docente da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Edvaldo Pereira Lima, ainda na década de 1990, no que tange a prática comunicacional do Núcleo de Epistemologia do Jornalismo (MARTINEZ, 2008).

Embora as abordagens se manifestem em múltiplos formatos, a Jornada do Herói se refere a processos vivenciados e praticados tanto em rotinas reais de sociedades e sujeitos contemporâneos, quanto em mitos e histórias narrados a povos de civilizações antecessoras. Na proposta do arquétipo, Campbell (2007) sinaliza que independente do cenário histórico, da circunstância ou da intenção de cada povo, estes heróis (ou mitos) servem de moldes àqueles que o cercam - concebendo, deste modo, um protótipo das etapas (nem sempre lineares) experienciadas por cada sujeito.

Quer escutemos, com desinteressado deleite, a arenga (semelhante a um sonho) de algum feiticeiro de olhos avermelhados do Congo, ou leiamos, com enlevo cultivado, sutis traduções dos sonetos do místico Lao-tse; quer decifremos o difícil sentido de um argumento de Santo Tomás de Aquino, quer ainda percebamos, num relance, o brilhante sentido de um bizarro conto de fadas esquimó, **é sempre com a mesma história** - que muda de forma e não obstante é prodigiosamente constante - **que nos deparamos**, aliada a uma desafiadora e persistente sugestão de que resta muito mais por ser experimentado do que será possível saber ou contar (CAMPBELL, 2007, p. 15, grifo nosso).

A construção de histórias de vida, deste modo, é escoltada por imaginários, interferências externas, desejos e práticas que vão além das decisões do próprio herói. O sentido do viver, contudo, não reside unicamente no grupo ou em atos anônimos (CAMPBELL, 2007), mas também perpassa por aquilo que o indivíduo se propõe a executar. “Nesse cenário, propostas como a Jornada do Herói facilitam a compreensão dos estágios da vida, como a passagem da infância para a maturidade, da vida de solteiro para a de casado, enfim, da mudança dos diversos papéis que levam o indivíduo a assumir novas funções [...]” (MARTINEZ, 2008, p. 39). Em outras palavras, é acrescido aos relatos de vida deste sujeito/mito/herói o viés subjetivo que carrega sensações e intuições. “O material do mito é o

material da nossa vida, do nosso corpo, do nosso ambiente; e uma mitologia viva, vital, lida com tudo isso nos termos que se mostram mais adequados à natureza do conhecimento da época” (CAMPBELL, 1990, p. 7). Assim, justamente por carregar questões imateriais, a Jornada do Herói é subjetiva e ilustra os caminhos conscientes e inconscientes tomados por indivíduos em suas vivências - de forma a reproduzir os rituais de passagem e as narrativas típicos de todos os seres humanos.

É conforme este panorama que Joseph Campbell descreve o monomito em sua jornada heroica, a partir de 17 estágios segmentados em três situações, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 2 - Jornada do Herói de Joseph Campbell

<b>Momento</b>	<b>Estágio</b>	<b>Definição</b>
<b>A partida (separação)</b>	O chamado da aventura	Ação que promete mudar a narrativa do herói
	Recusa do chamado	O sujeito hesita em aceitar ao chamado
	O auxílio sobrenatural	Aparecimento de figuras que geram segurança emocional ao herói
	A passagem pelo primeiro limiar	O guardião do limiar protege o momento que separa o herói da sua experiência
	O ventre da baleia	É a introspecção do protagonista
<b>A iniciação</b>	O caminho das provas	Início das provações que transformarão o herói
	O encontro com a deusa	A última prova é a aproximação com o sexo oposto
	A mulher como tentação	Momento de busca do equilíbrio para não considerar a mulher como mero elemento carnal
	A sintonia com o pai	Quando há uma quebra de padrões com o passado
	A apoteose	Liberdade do herói para seguir com a sua mudança/ação
	A bênção última	É o desafio de ir além da simbologia para agir, de fato, diante de sua jornada
<b>O retorno</b>	A recusa do retorno	O herói deve levar seu conhecimento aos demais
	A fuga mágica	É a dificuldade para voltar ao seu cotidiano

	O resgate com auxílio externo	Outro personagem aparece para auxiliar neste momento
	A passagem pelo limiar do retorno	O momento que, de fato, o herói volta à rotina cotidiana
	Senhor de dois mundos	As suas experiências fazem com que se diferencie dos seus pares
	Liberdade para viver	É a confirmação de que o herói pode desfrutar de sua nova vida

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Campbell (2007).

Embora sequencial, não há imposição quanto à linearidade da Jornada do Herói. Cada estágio pode aparecer paralelo, anterior ou posterior à ordem estabelecida por Campbell. Em vez de se constituir como uma estrutura estanque, o arquétipo (MARTINEZ, 2008) tem a intenção de conectar campos a fim de ofertar um mapa de direções e possibilidades.

Com isso, a Jornada do Herói proposta por Campbell e reproduzida desde a segunda metade dos anos 40 é integrada a partir de três momentos que segmentam 17 estágios do percurso heroico do sujeito. A etapa que inaugura o trajeto é o **Chamado da aventura** (que também dá início ao contexto da partida/separação), na ocasião em que o agente anunciante da façanha do herói (seja um animal ou uma figura já popular) surge em um formato por vezes sombrio ou repugnante. A promessa é a de que, caso prossiga, o escolhido terá escancarado à sua frente um caminho de luzes e desafios. A circunstância em que a aventura é convocada traz certo fascínio e parcelas de curiosidade.

Esse primeiro estágio da jornada [...] significa que o destino convocou o herói e transferiu-lhe o centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida. Essa fatídica região dos tesouros e dos perigos pode ser representada sob várias formas: como uma terra distante, uma floresta, um reino subterrâneo, a parte inferior das ondas, a parte superior do céu, uma ilha secreta, o topo de uma elevada montanha ou um profundo estado onírico. [...] O herói pode agir por vontade própria [...]; da mesma forma, pode ser levado ou enviado para longe por algum agente benigno ou maligno [...]. A aventura pode começar como um mero erro [...]; igualmente, o herói pode estar simplesmente caminhando a esmo, quando algum fenômeno passageiro atrai seu olhar errante e leva o herói para longe dos caminhos comuns do homem (CAMPBELL, 2007, p. 66).

No entanto, não é anulada a possibilidade de o convite à aventura não apresentar resposta. Este estágio consiste em **A recusa do chamado**, quando o indivíduo desvia sua atenção a outros interesses. Em mitos, contos e produções múltiplas, a renúncia tem relação

com os interesses próprios do herói, que abdica de um caminho a fim de traçar outro (CAMPBELL, 2007).

A terceira fase (ainda no momento da partida/separação) consiste em **O auxílio sobrenatural**: a situação em que aqueles que não negaram o chamado vão ao encontro de um ser protetor incumbido de ofertar ao herói artefatos de proteção contra as adversidades previstas a surgir. Ao prosseguir conforme o avançar das consequências, o sujeito “[...] encontra todas as forças do inconsciente ao seu lado. [...] E, quando a ação do herói coincide com a ação para a qual sua própria sociedade está pronta, ele parece seguir o grande ritmo do processo histórico” (CAMPBELL, 2007, p. 76).

A estreia, de fato, da aventura, se dá com **A passagem pelo primeiro limiar**, o quarto estágio em que o herói deverá enfrentar forças ampliadas e ainda desconhecidas. Este conflito (CAMPBELL, 2007) sucede em um cenário que extrapola o conhecimento do indivíduo, com seres distintos, trevas e riscos a grupos como crianças e idosos.

O último e quinto percurso da partida/separação é **O ventre da baleia**, uma ideia que conecta a transição entre o primeiro limiar a um elemento de renascimento - aqui representado por Campbell (2007) como o útero (ou ventre da baleia). É o caso, por exemplo, da personagem Chapeuzinho Vermelho, engolida pelo Lobo Mau. “O herói, em lugar de conquistar ou aplacar a força do limiar, é jogado no desconhecido, dando a impressão de que morreu” (CAMPBELL, 2007, p. 91). Ou seja, trata-se de um formato de auto aniquilação.

O segundo momento da Jornada do Herói corresponde à iniciação, levado à prática por meio do estágio **O caminho de provas**. O ser transita em um cenário de caráter onírico, em que é submetido a uma série de provações. Aqui, o herói é auxiliado por agentes que já conhece ou “[...] talvez, ele aqui descubra, pela primeira vez, que existe um poder benigno, em toda parte, que o sustenta em sua passagem sobre-humana” (CAMPBELL, 2007, p. 102).

Na sequência, **O encontro com a deusa** aparece como a última aventura expressiva em que as intempéries são cumpridas e vencidas. O casamento do herói é o desfecho do sujeito diante de suas provações. A representação da mulher (CAMPBELL, 2007) é a totalidade do que pode ser conhecido. Não há permissão, contudo, para que ela atue acima ou paralela a ele: cabe à companheira atrair, guiar e incentivar à liberdade. É tomada, assim, por ângulos inferiores e reduzida à ignorância, à banalidade e a expressões corporais. Ainda diante destas constatações, o herói que a considerar terá o potencial de soberano do mundo.

O oitavo estágio, na sequência, postula **A mulher como tentação**, em que o casamento da etapa anterior é confirmado enquanto domínio da vida por parte do sujeito. É, portanto, a constatação de sua capacidade para vivenciar o matrimônio, uma vez que

experimentou testes e conflitos de significativa ordem em estágios preliminares (CAMPBELL, 2007).

Como efeito dos processos vivenciados até então, o herói se vê enquanto patriarca de sua família, o que o direciona até **A sintonia com o pai**. As memórias que remanesçam o dirigem à idolatria da inexistência pedagógica (CAMPBELL, 2007) que resultou em uma falta, uma lacuna. Em outras palavras, a reflexão é necessária a fim de alcançar e romper uma lógica equilibrada quanto à masculinidade. “Ele é aquele que nasceu duas vezes: tornou-se, ele mesmo, o pai. Em consequência, agora é competente para representar, por sua vez, o papel do iniciador, do guia, da porta do sol pela qual devemos passar, [...] e em paz na compreensão da revelação do ser” (CAMPBELL, 2007, p. 133).

A rota que conduz à liberdade do herói culmina em **A apoteose**, período em que traça promessas de igualdade às criaturas. Ou seja, é a permissão para que o protagonista prossiga com sua ação após “[...] a transição da eternidade ao tempo, a transformação do um no dois e depois no muitos, assim como a geração de nova vida por meio da recombinação dos dois” (CAMPBELL, 2007, p. 147). O término do momento de iniciação decorre com **A bênção última**, fase em que o herói é fixado enquanto ser superior incorporado em um líder autêntico. Isto é, já não comete erros e os empecilhos são desviados com talento e naturalidade - e, assim, busca a sua glória diante de façanhas (CAMPBELL, 2007).

O terceiro e último momento da Jornada do Herói é representado pelo retorno. O estágio inicial deste movimento é **A recusa do retorno**, que ocorre tão logo seja encerrada a busca do herói, ao que explica Campbell (2007); quando este deve regressar munido de lições e troféus conquistados em etapas anteriores. Entretanto, por vezes, há resistência na retomada para as vivências do mundo cotidiano. A sucessão é a do décimo terceiro estágio: **A fuga mágica**. A narrativa compreende a necessidade de retorno ao cotidiano. Caso o herói obtiver êxito em sua missão (CAMPBELL, 2007), esta etapa será desenvolvida por meio do suporte tanto de poderes extras quanto de guias e pares encontrados na trajetória até então percorrida. Todavia, se o protagonista garantiu o troféu simbólico de façanhas com a oposição de seu mentor, este cenário tende a se configurar em perseguições, conflitos e até atos cômicos.

**O resgate com auxílio externo** consiste na próxima etapa da Jornada do Herói de Campbell (2007), em que o sujeito é resgatado de sua aventura por meio da assistência de seres diversos - que, por sua vez, vão ao encontro do ser a fim de recuperá-lo. “Se o herói [...] não estiver disposto a retornar, aquele que o perturbar sofrerá um pavoroso choque; mas, por outro lado, se aquele que foi chamado apenas estiver sendo retardado [...], é efetuado um

evidente resgate, e o aventureiro retorna” (CAMPBELL, 2007, p. 206). Com isso, o herói enfrenta a sociedade e absorve o impacto de sua retomada à vida cotidiana.

Esta reintegração concebida como um regresso do além, do desconhecido, é detalhada em **A passagem pelo limiar do retorno**, estágio em que o herói compreende as distinções e semelhanças entre os mundos divino e humano. A intenção e o desafio deste pleito é ensinar um povo sobre algo já dado e não apenas estabelecido, como reproduzido historicamente. Esta é, portanto, a última tarefa do herói (CAMPBELL, 2007): traduzir os pronunciamentos a que esteve submetido em sua aventura. Entre as questões consideradas pelo protagonista neste plano está a aceitação da realidade após um período de completude.

O décimo sexto estágio proposto por Joseph Campbell é o **Senhor de dois mundos**, ao passo que o herói assimila a ocorrência de que habitou tanto o espaço divino quanto a esfera humana, tal qual o fez Jesus Cristo. O momento de retorno é encerrado por meio do estágio **Liberdade para viver**. Posterior à partida/separação e à iniciação do herói, ele visualiza o limite de sua jornada quando empreende o significado da passagem e do regresso às suas origens.

Isto posto, a Jornada do Herói confirma o protagonista após o percurso de 17 estágios de provações. A linguagem com predominância masculina não aparece em vão (a começar pela nomenclatura da jornada, que remete ao herói): os percursos, as missões e os impedimentos reportam-se ao movimento estruturado a partir e pelo homem. Assim, há a lapidação de uma história heroica do masculino que cumpre a separação, a iniciação e o retorno mitológico típica aos vencedores, aos supremos, a eles. A premissa que concebo é a de que não há gênero determinado à liderança ou ao poder - ora, eu, você, sua prima, meu tio e tantos outros, outras e outres são capazes de desempenhar funções de gestão, de administração, de execução. Logo, a Jornada do Herói emerge de limitações de gênero em decorrência de atributos designados, sobretudo, ao escolhido, ao homem herói. A representação do feminino é latente no arquétipo de Campbell: na condição de deusa, a mulher está na posição de coadjuvância, daquela que tem a incumbência de guiar o protagonista para o êxito. Ao ser reduzida a um corpo fabricado na ignorância, a parceira está no estágio da tentação – como um dispositivo de teste da vitalidade do herói.

É esta consolidação que desconstruímos a partir da Missão das Candidatas, uma jornada que agrega o feminino em estágios de poder político. A crítica é a de que é possível ir além do herói de Joseph Campbell: não há necessidade ou sequer viabilidade para estancar ou pontuar como regra uma teoria desenhada na primeira metade do século passado - e que, ao que sinaliza o contexto, não é caso de revisões. Tampouco creio que a Jornada da Heroína de

Maureen Murdock descrita na sequência seja a solução derradeira, visto que também concebe o sujeito (neste caso, a mulher) conforme um recorte específico e também limitador de conquistas e adversidades. Tanto o arquétipo do herói quanto o da heroína excluem grupos plurais e diversos; ou, para dizer o mínimo, negam o protagonismo de parcelas da população que nem como minorias se caracterizam, visto a sua dimensão. O que percebo é que são construções complementares, que promovem cenários e mapeiam conjunturas de acordo com o contexto teórico, humano, cognitivo de cada época.

Este movimento que fiscaliza e reformula propostas já consagradas e massivamente reproduzidas é necessário e urgente não para impugnar o que foi descoberto e teorizado antes de nós - mas para aperfeiçoar novas formas de conhecimento e retocar problemáticas ainda não alcançadas. Como efeito, há a reconsideração de estudos aplicados à ficção; e particularmente de discursos sociais como a narrativa jornalística.

A heroína estruturada nas próximas páginas tem como embrião o modelo traçado por Maureen Murdock no fim do século 20, mas não é única e definitiva. Tal qual a jornada de Campbell, serve de guia para formatação da Missão da Candidata, a jornada jornalística da heroína na política brasileira.

#### **4.1 Quem é a heroína**

Coragem, abnegação, força e protagonismo são predicados que produzem o masculino convencionalizado como regular, padrão, modelar. Não à toa, também são traços conferidos habitualmente ao herói: aquele que salva, que luta, que lidera. São coincidências acentuadas para que as aceitemos como eventualidade; isto é, a jornada de 17 estágios sugerida por Joseph Campbell e eficaz em narrativas que permeiam o mundo é um guia complexo, histórico e consagrado de como contar histórias. É fato. Não é preciso, porém, que este seja o único ou principal método de estruturação de contos de heroísmo. O discurso em uma linguagem direcionada com exclusividade ao masculino (e à mulher como sexo oposto) é o atestado de que o monomito tem traços narrativos de limitação social, uma vez que apaga de seu propósito cada sujeito que difere do homem herói.

A Missão das Candidatas é uma revisita a este modelo parcial, contudo basilar, que soma mais de 60 anos de estreias e pioneirismo. De antemão, é crucial perceber quais caminhos formam o feminino que vai de encontro à Jornada do Herói: concepção provocada em 1990 por Maureen Murdock, a Jornada da Heroína é uma resposta ao princípio instituído por Campbell meio século antes, em uma ideia que considera a mulher sob a reivindicação do

poder - no sentido de liberdade de escolha, de igualdade de direitos, de respeito a cada decisão (seja maternar, seja concorrer a um cargo público, sejam ambas as opções). A construção de Murdock aparece no fim do século 20 como um ensaio para observar o feminino em sua totalidade, sem considerar as interferências da organização social historicamente apontada ao homem branco, cristão, heterossexual, cisgênero, ocidental.

Pensar a Jornada da Heroína, em qualquer aspecto, só é possível porque mulheres e homens, antes de nós, estiveram dispostos a quebrar ciclos de discurso hegemônico patriarcal, nos quais o homem é / era a medida e o padrão para qualquer perspectiva e construção social. O viés etnocêntrico e androcêntrico foi revelado na vigência do determinismo biológico no Ocidente por séculos, mesmo após ser refutado cientificamente. Coube aos Movimentos Feministas, no século XX, construir uma luta e um arcabouço que promoveram uma das maiores revoluções da civilização ocidental. As mulheres se uniram em torno da pauta dos seus direitos humanos e, entre outras conquistas, começaram a contar e perpetuar a própria história (Jéssica FEIJÓ; Glória RABAY, 2021, p. 3).

As inquietações que formatam a Jornada da Heroína, então, são iluminadas por incertezas quanto ao posicionamento da mulher diante de seu feminino; visto que os moldes do sucesso têm como estrutura traços do masculino. Mergulhada no contexto da segunda onda do feminismo, Maureen Murdock entrevista em 1981 o mitólogo e ex-professor Joseph Campbell (já com os rascunhos de sua teoria em mente): o percurso feminino da heroína, com isso, incorpora a Jornada do Herói e atualiza elementos que conectam mulheres a quem são ou poderiam ser. Para aplicar a experiência feminina à jornada de heroísmo, é tecido um relato que confronta o herói masculino cuja missão não partilha ou sequer considera particularidades do feminino no mesmo espaço. A escrita de Murdock pode ser confundida com um protesto individual, uma afronta ao protagonismo do homem; ou, sobretudo, como uma voz que inicia sua fala por muitas de nós. O que a mitóloga apresenta é um modelo que permite a insatisfação (Sandra Trabuco VALENZUELA, 2019) quanto à jornada limitada da narrativa masculina de Joseph Campbell.

A premissa desta nova jornada é o incômodo da suposta esterilidade de mulheres quando ajustadas à Jornada do Herói. São sujeitas que se espremiam para entrar em estereótipos edificados justamente para segregar – não para relacionar. Este vazio, logo, é o efeito de um sistema em que heroínas precisam negar quem são em detrimento de serem concebidas como gente. Portanto, a Jornada da Heroína “[...] tem como princípio recuperar o significado da natureza feminina e valorizar o que é ser mulher em seus múltiplos significados, sempre questionando a oposição dual do que é socialmente definido como o arquétipo feminino e arquétipo masculino” (Stéfanie Garcia MEDEIROS, 2019, p. 16).

A diretriz do que a jornada apresenta é amarrada por complexidades, porém sugere uma versão simples da sociedade em que o feminino não se finde na proteção do lar ou no bem-estar da família. A lógica ancorada em preceitos do feminismo traz uma heroína que reivindica os direitos do herói: de guerrear em causas impossíveis, de se incumbir de cenários severos, arriscados, duros. O arquétipo traz, todavia, os princípios do feminino em vez de fronteiras estritamente biológicas, no que descrevem Monica Martinez e Tamara Araújo em 2022. Isto é, a proposta é romper com as já listadas certezas arraigadas quanto à fragilidade da mulher e à bravura do homem, visto que, no que apreende Campbell (1990, p. 9-10), o corpo do “[...] macho foi feito para a luta, para a defesa. De fato, cada músculo do corpo humano está impulsionado para a ação, e a pessoa só se sente plenamente viva quando está em ação. [...] Na comunidade masculina, o que importa é a preeminência, a hierarquia [...]”.

A concepção preliminar é a de que mulheres e homens são distintos porque carregam características díspares quanto à anatomia de seus corpos. Como resultado, a liderança masculina aparece como orgânica, o que reproduz em larga escala uma sociedade patriarcal. Isto é, a aparição masculina em espaços de domínio público e de liderança lançaram um privilégio a homens desde o seu nascimento (seja em tempos primitivos, seja em períodos contemporâneos): eles podem ascender socialmente, enquanto nós integramos uma comunidade a fim de zelar pela família. Esta invisibilidade feminina é uma consequência constatada e confirmada, com pontuais registros de meninas e mulheres apropriando-se de zonas até então direcionadas a meninos e homens. Não à toa, em 135 anos de República constituída, o Brasil registra em sua história a eleição de apenas uma única mulher presidenta, Dilma Rousseff. A política, a exemplo, é um campo não apenas integrado majoritariamente por homens, mas que carrega um discurso masculinista. Portanto, a aparição do rosto masculino em espaços públicos não é privilégio de décadas ou milênios passados.

Justamente por se constituírem enquanto seres divergentes e construídos em formatos diferentes não apenas devido aos elementos biológicos, mas sobretudo sociais, homens e mulheres devem ser examinados sob óticas opostas. A Jornada do Herói, então, apesar de se consolidar como uma proposta centrada no ser humano, ainda traz elementos que tendem a uma análise masculina de histórias de vida. A variante feminina do método se justifica, ao que cita Martinez (2008), em distinções biológicas de mulheres e homens que acarretam interpretações e performances também segmentadas na sociedade.

Há três décadas, os estágios da heroína rompiam com um modelo masculino apreciado e cultuado diante da hierarquia de poder que gere as sociedades desde que o mundo é mundo. O padrão arquetípico inédito desta nova jornada serve, assim, como reconhecimento da

experiência digna e representativa do feminino (MURDOCK, 2022). O deslocamento de meninas e mulheres em missões de heroísmo, prosperidade ou êxitos cotidianos se dá justamente porque quem figura enquanto célebre e triunfante, via de regra, é o masculino - ou mulheres que aderem a propriedades do masculino para se validarem enquanto sujeitas. Ou seja, o modelo da Jornada do Herói, no parecer de Murdock, renega quem nós somos - daí o porquê de não nos enquadrarmos. “Elas precisam de um novo modelo que entenda quem e o que é a mulher” (MURDOCK, 2022, p. 22). A proposta é rejeitada de imediato por Joseph Campbell, quando consultado pela própria autora: o mitólogo assinala, ao que cita Maureen, que a mulher já integra as jornadas da vida - logo, não há razão para a sua própria teoria de heroísmo. Esta posição, por óbvio, é suprimida pela autora americana, que insiste em um arquétipo descritivo da trajetória de mulheres de sua geração que reconhecem os valores patriarcais como destrutivos não só ao feminino, mas à sociedade enquanto meio democrático e justo para todas e todos. A conformação de Campbell, no entanto, não surpreende. Herdeiro de uma procedência marcada por estigmas inflexíveis de gênero, o escritor desenvolve o seu saber entranhado em lacunas cruzadas por um patriarcado que ignora a equidade social.

A narrativa da vida (no jornalismo, na ficção) traduz a mesma lógica masculina, com uma estrutura dominante que minimiza a história geral da humanidade à única versão do homem compatível à da credibilidade (aqueles que não são pobres, negros, orientais e gays, por exemplo). A jornada do feminino, em especial aquele que escapa às normas acachapantes do suposto normal, é subordinada à coadjuvância - e, ainda assim, a narração vem conforme um discurso que é deles. Tanto é que a vida de mulheres é discursada em um arco distinto ao dos homens. Nós negamos quem somos quando medimos “[...] sucesso, realização ou satisfação pelos marcos da jornada do herói. Na época, eu queria que as mulheres entendessem que o preconceito contra nós e contra os valores femininos é uma força que parte da sociedade, não um indicativo de nossas próprias fraquezas” (MURDOCK, 2022, p. 17).

Idealizar o êxito a partir do prisma masculino é inútil, visto que há caminhos que agregam características conferidas ao feminino (sutilidade, atenção, mansidão) também habilitados a garantir o sucesso. Ou seja, o que Maureen Murdock (1990) preconiza é a rejeição de modelos de poder estabelecidos por homens como a única regra vigente para certificação do triunfo - seja no âmbito público ou privado da vida. Há meios plurais, livres e igualitários para que o viver não se confirme apenas como sobreviver. “Nossa heroína veste sua armadura, pega sua espada, escolhe seu corcel mais rápido e se lança à batalha. Então ela encontra seu tesouro: um diploma de doutorado, um alto cargo corporativo, dinheiro e autoridade. Os homens sorriem, apertam a mão dela e a aceitam no clube” (MURDOCK,

2022, p. 26). A jornada desta mulher que incorpora cada uma de nós desfaz a referência masculina do que é ser bem-sucedida; logo, percebemos que há a esperança de presente e de futuro também sob aquilo que entendemos e aceitamos como destino. “Quando decide parar de seguir as regras do patriarcado, a mulher não tem diretrizes para lhe dizer como agir ou sentir” (MURDOCK, 2022, p. 27). A intenção é, no que sugere as já citadas Monica Martinez e Tamara Araújo (2022), que a mulher conserte a estabilidade de quem é, e não de quem precisa ser; e que, assim, identifique e recupere a sua integridade.

A conversão de um contexto para outro não é rasa ou breve, uma vez que acarreta séculos de tradições parcialmente consagradas sobre como agir (e de quem pode agir, afinal). Mas onde há apreensão, há potência de poder. A presidenta Dilma Rousseff, à frente do maior cargo de robustez do país por cinco anos e meio, por exemplo, não nega o desassossego perante as decisões que tomou (e também das que aceitou), sobretudo aquelas conduzidas por argumentos de gênero - o que se tornou uma marca em seus dois mandatos.

O que vivi foi reflexo de uma grande misoginia. Ou eu era muito dura e por isso não me abatia, ou vivia no mundo da lua. A mulher é sempre histérica ou descontrolada. Se você não é nenhuma dessas coisas, é um trator, não uma mulher. Isso é machismo. A mensagem por trás disso tudo é a de que a mulher é frágil. Se fosse um homem, diriam: “Ele é firme”. Tenho de mostrar que coragem não nos falta. Acho que minha missão [de vida], além de lutar pela democracia, é deixar claro que a mulher, nas piores condições, não se curva nem se entrega. Não tenho dúvidas de que queria deixar um legado mais positivo. **Mas deixo o legado da resistência feminina. Vou resistir até o último momento. Não pensem que me atemorizam.** Não estou embaixo da cama nem morrendo de tristeza, como gostariam. Morro é de injustiça (Dilma ROUSSEFF, 2016).

A alegação da presidenta é de que a mudança entre o feminino frágil para o feminino resistente não é simples; porém é possível. As mulheres, ora, não adotaram a Jornada do Herói porque era este o cenário ideal para seus rastros de vida, mas “[...] porque não havia outras imagens para emular: ou eram ‘bem-sucedidas’ numa cultura masculina ou eram dominadas e dependentes” (MURDOCK, 2022, p. 30). Estas alterações impulsionadas no século 20 e ainda ajustadas em caráter de urgência no século 21 interferem na renovação das heroínas de contos de fadas, no que sugere Fernanda Aprile Bilotta (2010), para protagonistas corajosas, guerreiras e destemidas. “Elas estão se levantando agora para tomar seus lugares em um novo panteão que está reformulando a nossa noção do que constitui o heroísmo. Isso requer não apenas inteligência e coragem, mas também cuidado e compaixão: tudo o que é preciso para ser uma verdadeira heroína” (Maria TATAR, 2022, p. 19). Abro parênteses para uma crítica reveladora: o que se desenha a partir da constituição de uma heroína feminina é a história de vida da mulher que não precisa se calcar nos ideais de força e de resistência para

formar a sua representação. Quer dizer, é uma desconstrução de padrões heteronormativos de um mito do herói masculino.

É daí que se origina a etapa primordial da Jornada da Heroína, com a rejeição da passividade, da improdutividade e da volatilidade como traços exclusivos de meninas e de mulheres. Ou seja, como as protagonistas reinventam formas de heroísmo que emergem quando ocupam seus espaços, se apropriam de seus acentos e cruzam suas pernas diante de homens habituados a ordenar em vez de consentir.

A partir deste panorama, os 10 estágios que formatam o arquétipo da mulher heroica, na sinalização de Murdock (2022), são apresentados em formato cíclico, com as etapas em cruzamento e não necessariamente na ordem apresentada (Quadro 4). Da mesma forma, uma mesma etapa pode ser repetida ou até ignorada - visto que não há um único formato ou roteiro para rabiscar a biografia de milhares de milhares de mulheres em todo o mundo. Assim, a “[...] jornada da heroína é um ciclo contínuo de desenvolvimento, crescimento e aprendizado” (MURDOCK, 2022, p. 24).

Quadro 3 - Jornada da Heroína de Maureen Murdock

<b>Estágio</b>	<b>Definição</b>
Separação do feminino	Acontece quando a heroína concebe o modelo feminino como passivo
Identificação com o masculino	A protagonista percebe que questões masculinas têm mais valor do que as femininas
O caminho de provas	Este é o momento em que a aventura, de fato, começa
A dádiva ilusória do sucesso	Depois do período de provações, aparece a fase de sucesso
Mulheres fortes podem dizer não	A sensação de estar fora de sincronia consigo mesma, que pode aparecer em forma de doença
Iniciação e descida para a Deusa	É a fase de recolhimento e de introspecção
Anseio urgente de reconexão com o feminino	Se inspirar em outras mulheres para valorizar o que é feito por todas
Curando a ruptura mãe/filha	Quando a heroína resgata a sua natureza feminina

Encontrar o homem interior com coração	A personagem encontra um perfil masculino gentil, educado e cativante
Além da dualidade	O equilíbrio se dá pelo casamento sagrado, quando masculino e feminino unem-se em harmonia

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Maureen Murdock (1990).

O primeiro estágio traz a **Separação do feminino**, quando qualidades atribuídas ao que é ser mulher são rejeitadas com veemência pela heroína, que não consente com a caracterização de inferior, impotente ou passiva (MURDOCK, 2022). O percurso começa na observação da maternidade, em que o meio social deposita uma série de cobranças e limitações à mulher que opta (e sobretudo àquela que não opta) por maternar. Este desafio às estruturas patriarcais é incorporado “[...] pela mãe, e a primeira tarefa da heroína em direção à individualização é separar-se dela” (MURDOCK, 2022, p. 34).

No entanto, há a projeção de que a ruptura com o feminino sustentará a salvação do que é ser mulher. É compreensível: aquela que desperta para a jornada não quer como destino um aglomerado de sentidos arraigados na inferioridade e subordinação, mas na relevância e execução. O que a mulher rejeita neste estágio, como reforça Medeiros (2019), não é o seu gênero - mas as dinâmicas patriarcais que nos margeiam como inconstantes, emocionais, manipuladoras e apáticas. Contestar a mãe é o primeiro recurso, “[...] um alvo conveniente para culpar pela confusão e a baixa autoestima experimentada por muitas filhas em uma cultura que glorifica o masculino” (MURDOCK, 2022, p. 35). A renúncia da mãe é a renúncia de si mesma, do próprio feminino, em uma complexidade estampada na literatura e em contos de fadas onde a mãe está morta, é a vilã ou não existe (MURDOCK, 2022).

É a mãe que materializa para meninas, embora por muitas vezes sem a intenção, estreitos moldes de concessão, de permissividade, de servidão. O movimento que coloca homens (em especial, os brancos, heterossexuais, cristãos e ocidentais) no topo da pirâmide do poder é consequência deste percurso que ensina as meninas a refutarem quem são - para buscarem cada vez mais atributos do masculino a fim de se reconhecerem como sujeitos.

Como são vistas como manipuladoras ou fracas quando reconhecem as limitações de seu corpo físico, as mulheres aprenderam a ignorar a dor para acompanhar os homens. Assim, o corpo feminino é tanto um objeto de desejo quanto de desdém. A rejeição ao corpo feminino - que, em nossa cultura, tem origem no Antigo Testamento, na representação de Eva como uma sedutora - é reforçada nas religiões dominadas pelo masculino através de tabus sobre a sexualidade feminina há mais de 5 mil anos. O gênero da mulher é usado como desculpa para excluí-la do poder tanto nas instituições políticas quanto nas religiosas (MURDOCK, 2022, p. 45).

Não à toa, a **Identificação com o masculino** aparece como estágio sequencial da Jornada da Heroína. Ao crescer, a menina é posicionada diante de uma dicotomia: a autoridade, o dinheiro e o prestígio masculino, ou a fragilidade, a dependência e a impotência feminina. O dilema parece simples de ser decifrado. Embora haja um incontestável progresso nas lacunas de gênero preenchidas após a insatisfação de movimentos feministas, Murdock (2022) reforça que ainda há profundas pegadas masculinas (ou formatadas por homens) no território que define quais pessoas, posições e acontecimentos têm mais valor.

A relação da heroína com o masculino é antônima à conexão com o feminino: enquanto a primeira é almejada, a segunda é censurada. O pai, sob este eixo, é a âncora de confiança que designa se meninas e mulheres serão aceitas em seu mundo. Durante este percurso, a mulher pretende se identificar com o masculino “[...] ou ser salva por ele. Quando decide romper com as imagens estabelecidas do feminino, ela inevitavelmente inicia a tradicional jornada do herói: veste sua armadura, monta seu corcel moderno, deixa os entes queridos para trás e segue em busca do tesouro reluzente” (MURDOCK, 2022, p. 56). A hierarquia do poder categorizada a partir de um gênero está inscrita, assim, no desenvolver do ego de cada sujeito. “Nisto, a jovem que cresce em uma sociedade patriarcal rejeita os papéis tradicionalmente reservados para as mulheres e busca através da ambição conquistas que a colocará no mesmo patamar da figura paterna” (MEDEIROS, 2019, p. 22). Quer dizer, a negação do feminino ou a exaltação do masculino (que cumprem os dois primeiros estágios da jornada) determinam quem serão os aliados da heroína: via de regra são o pai, o namorado, um padre, um professor, um chefe, um deus ou uma mulher cujos predicados se assemelham à performance de um homem (MURDOCK, 2022).

A terceira etapa proposta neste rito de redescoberta e reconexão do feminino é **O caminho de provas** em que a protagonista descobre adversários e panoramas inesperados com a intenção de desviá-la de sua missão; isto é, são preconceitos, estigmas, incertezas e padrões que aparecem materializados em sujeitos ou verbalizados em narrativas sociais. É este estágio que concentra a finalidade central da jornada: combater as tentativas de impedimento de seus êxitos (MURDOCK, 2022).

O caminho exterior de provas a conduzirá através da esperada trajetória repleta de obstáculos que leva à graduação acadêmica, a promoções, a títulos de prestígio, ao casamento e ao sucesso financeiro. Os dragões estarão lá aguardando a dádiva, dizendo-lhe que ela não vai conseguir, que ela na verdade nem quer fazer isso, que há muitas outras pessoas mais qualificadas na sua frente. Às vezes, esses dragões serão assustadores e terão alguma semelhança com pais, professores e chefes. O dragão mais desafiador de todos, porém, é o réptil da sociedade, que lhe diz, sorrindo, “Sim, querida, você pode fazer tudo o que quiser” enquanto continua

sabotando seu progresso, oferecendo menos oportunidades, salários baixos, poucas opções de cuidado para os filhos e promoções demoradas. Na verdade, o que esse dragão está dizendo é: “Sim, querida, você pode fazer tudo o que quiser, desde que faça o que *nós* queremos” (MURDOCK, 2022, p. 69, grifo da autora).

O caminho de provas traz como oponentes os mitos da inferioridade, do silêncio, da dependência de um amor romântico e heterossexual; meninas que desde a infância sinalizam trilhas de emancipação ou autonomia são observadas, logo, enquanto desviantes da regra, rebeldes e diferentes, porque não, dado que a perspectiva lançada a nós é justamente oposta - a de servidão (MURDOCK, 2022). O que se manifesta, todavia, é uma dubiedade: de um lado, há a projeção do feminino como frágil, dócil e instável. Mas por outro aspecto, somos concebidas enquanto as forças mais capazes de proteger, amparar, resolver. A validação da mulher como ser humano aparece, neste estágio, ao que lembra Medeiros (2019), vinculada à resolução do amor romântico e da procriação: ou seja, de uma biografia em benefício de outras vidas que não a sua.

A dinâmica familiar é contagiosa e educativa para estruturar este saber, e está ilustrada na figura da mãe que coloca suas demandas próprias em segunda escala para priorizar o pai, as crianças e a família enquanto conjunto. O movimento está impregnado em sutilidades do cotidiano, com a cozinha (trabalho) se configurando como o espaço do feminino e a sala de estar (descanso) se confirmando como o ambiente do masculino. Com as suas qualidades particulares rebaixadas, “[...] é improvável que a mulher se valorize como mulher. Ela é vista e se vê como carente e age a partir do mito da inferioridade. Ela olha ao redor e vê as conquistas de homens - homens que não são tão inteligentes, criativos ou ambiciosos quanto ela” (MURDOCK, 2022, p. 75). O poder de revolta, porém, é intrínseco à mudança. Ao questionar os porquês de diferenças se ajustarem como desigualdades, a heroína interrompe o ciclo de dúvidas em que relaciona suas habilidades às possíveis faltas atribuídas pela sociedade. Em outras palavras, é preciso desacreditar em mitos do poder vertical encabeçado por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, ocidentais, ricos e cristãos para aceitar as múltiplas habilidades e conhecimentos também de mulheres negras, lésbicas, trans, pobres (e mais um infinito de pluralidades).

O próximo estágio da Jornada da Heroína se mistura ao anterior, em um processo contínuo de exploração de nós, protagonistas de nossas histórias. **A dádiva ilusória do sucesso** propõe que sobretudo a infância e a adolescência condicionam comportamentos encaixados para meninos e para meninas - a partir dos moldes institucionais de pais e mães, professores, religião, mídia e amigos. A ruptura se dá em um percurso de luta e luto, com a exclusão de expectativas e até de pessoas para obtenção de seu projeto de independência. O

sucesso é confirmado quando a mulher se identifica como assertiva e inteligente, de acordo com Medeiros (2019); todavia, a recompensa positiva é breve e tão logo abre espaço ao sentido de incompletude.

A narrativa de nunca ser suficiente (porque não nasceu ou não se identifica como homem) atravessa a biografia da heroína. Daí a acomodação de sua identidade conforme o padrão masculino de produção; no entanto, o mergulho (MURDOCK, 2022) em princípios que não são seus a afastam da conquista do plano final - e confirmam a hipótese de que nunca será satisfatória, completa e aceitável como ser humano. “Quando o masculino inconsciente assume o controle, a mulher pode sentir que não importa o que faça ou como faça, porque nunca será suficiente. Ela nunca se sente satisfeita ao completar uma tarefa, porque ele sempre a incita a passar logo para a próxima” (MURDOCK, 2022, p. 90).

Na sequência, ao cumprir metade da jornada e atingir o ápice de enfrentamentos e novos paradigmas, há o estágio em que **Mulheres fortes podem dizer não**. A heterogeneidade deste tópico reside justamente no fato de ser tão simples que dispensa maiores explicações: nós somos orientadas na maior parte da vida adulta a desconhecer as emoções em espaços profissionais e educativos a fim de garantir respeito e segurança (MURDOCK, 2022), ao passo que aderir a qualidades consideradas masculinas (frieza, força, linearidade) é sinônimo de aceitação e possível sucesso. “As heroínas, então, devem aprender a parar de somente fazer e simplesmente ser. A heroína deve ouvir sua voz interior, o que significa silenciar - dizer ‘não’ - a voz ansiosa que diz o tempo todo o que ela deve fazer” (MEDEIROS, 2019, p. 32).

Ao negar, portanto, elementos que são previamente assegurados como os mais adequados para um futuro de idoneidade, a mulher estabelece que é a líder de seu destino - seja pessoal, seja profissional. O trajeto, contudo, é árduo, visto que quando diz “não” a algo que está dado, “[...] a heroína sente um desconforto extremo. Para ela, a alternativa ao heroísmo é o comodismo, a passividade e a desimportância. Em nossa cultura, isso significa morte e desespero, pois o caminho valorizado é o da conquista de posições: mais, melhor e mais rápido” (MURDOCK, 2022, p. 106).

O deslocamento entre aceitar o desejo social quanto ao que pode ou não desempenhar e reivindicar para si maneiras individuais de ser não é ingênuo. A **Iniciação e descida para a Deusa** demanda um encontro com o submundo, depressões e questionamentos motivados por perdas transformadoras percebidas no afastamento de entes queridos, na necessidade de adequação do trabalho, na remodelação do grupo social. É a ruptura. O movimento de introspecção que motiva a reflexão é justificado quando um ciclo se encerra, como o de filha,

de esposa, de mãe (MURDOCK, 2022). “Essa jornada ao submundo é repleta de confusão e tristeza, alienação e desilusão, raiva e desespero. A mulher pode se sentir nua e exposta, seca e frágil ou em carne viva e virada pelo avesso” (MURDOCK, 2022, p. 110). É o ciclo em que a heroína, na visão de Medeiros (2019), silencia as vozes de tiranos que a cercam - aqui corporificados em sujeitos portadores de preconceitos, estigmas, certezas de gênero.

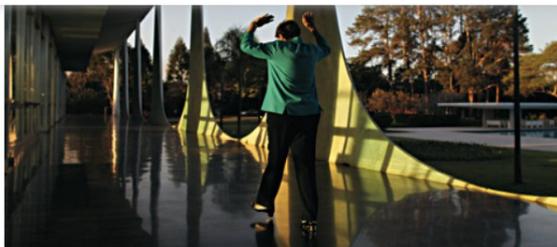
A quebra de padrões patriarcais gera um novo estágio: o **Anseio urgente de reconexão com o feminino**. É uma das etapas substanciais ao cumprimento da jornada, pois consiste na recuperação de quem é - com interesses, sonhos e sabedorias próprios. O reencontro consigo mesma percorre, ainda, a quebra de tabus (MEDEIROS, 2019) e o reconhecimento do valor do corpo e da sexualidade enquanto instrumentos de poder. Faz parte deste processo interrogar o porquê de a mulher ser cultuada como tentação e objeto sedutor ou, na contramão, enquanto bagageira do ventre sagrado que dá luz à vida (MURDOCK, 2022). É um cenário ambíguo que se coloca para nós: pecadoras ou santas.

O corpo das mulheres é de domínio público [...]. Todos têm uma opinião sobre o que uma mulher deve fazer ou não com o próprio corpo. Quando se trata do mercado de trabalho, muitas figuras paternas imploram às filhas que emagreçam e mantenham as aparências para conseguir um bom emprego como assistentes. Essas mesmas filhas poderiam ter a intenção de alcançar cargos de gerência, nos quais conquistariam poder e status, porém é dito a elas que se adaptem fisicamente ao que é apropriado para uma mulher num papel de apoio (MURDOCK, 2022, p. 137).

Não só o corpo físico feminino é alvo de apreciação explícita. Os hábitos e desempenhos, conforme assinalado no Capítulo 2, constroem a mulher sob o arco da histeria e do descontrole quando suas ações são movidas com a firmeza típica aos homens. Em 1º de abril de 2016, a revista *IstoÉ* publica uma amostra empírica do que teorizo nesta tese: na reportagem *Uma presidente fora de si* (Débora BERGAMASCO; PARDELLAS, 2016), a narrativa descreve Dilma Rousseff a partir do descontrole, desequilíbrio e da ausência de condições emocionais para governar o Brasil (Figura 29).

O texto publicado e repetido em todo o país reitera as sucessivas explosões nervosas e a situação de uma líder irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. O conteúdo é a coroação de um processo jornalístico desenhado em toda a candidatura, campanha eleitoral e mandatos da presidenta - e que vai ao encontro da performance de gênero adequada para uma mulher em viés de poder.

Figura 29 - Uma presidente fora de si



DESCONTOLE A presidente se antope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares ()

SÉRGIO PARDELLAS E DÉBORA BERGAMASCO

01/04/2016 - 20:00

Compartilhe

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impérios. Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas do seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados. Mesmo assim, dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. Por isso, os mais próximos da presidente têm evitado tecer comentários sobre a evolução do processo de impeachment. Nem com Lula as conversas têm sido amenas. Num de seus acessos recentes, Dilma reclamou dos que classificou de “traidores” e prometeu “vingança”. Numa conversa com um assessor, na semana passada, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. “Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo”, disse. Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *IstoÉ*.

A injustiça que corta este ser e crescer deságua no estágio em que a mulher está **Curando a ruptura mãe/filha**. A marcha é contínua e constante, de maneira que ainda não está encerrada; todos os dias, eu e você ainda desatamos projeções de gênero e lutamos para a garantia de equidade. Logo, “[...] é imperativo recuperar e reintegrar as partes reprimidas do feminino que são personificadas como bruxas, madrastas malvadas e mulheres loucas” (MURDOCK, 2022, p. 169). O desequilíbrio, por óbvio, não é causado geracionalmente de mãe para filha: a ferida é anterior, milenar, pois tem referência com produções histórias que glorificam, nas palavras de Medeiros (2019), o arquétipo masculino. A mãe, logo, também é uma das vítimas da fabricação social do que é ser mulher.

Não à toa, em fábulas infantis as madrastas más são as que interrompem a felicidade de crianças inocentes - sempre descritas como bruxas manipuladoras, cruéis e egoístas. Suas mortes, também sem coincidência, são construídas sob o aspecto do terror: em *João e Maria*, ela é queimada no forno, em *O Mágico de Oz*, a Bruxa Má do Oeste derrete e em *Branca de Neve* a madrasta dança até a morte (MURDOCK, 2022).

O penúltimo estágio da Jornada da Heroína tem a missão de **Encontrar o homem interior com coração**, guiado na escrita de Murdock (2022) enquanto uma força arquetípica em vez de um gênero. A relação com este outro se coloca como destrutiva quando a estrutura

validada para a heroína é a combativa, vertical e restritiva - também atributos convencionados a quem é homem. “É no momento em que o arquétipo masculino respeita o arquétipo feminino como seu igual, livre para fazer as próprias escolhas, livre da repressão e silenciamento, que a heroína aproxima-se de curar suas feridas e divisão interna” (MEDEIROS, 2019, p. 44). Isto é, a percepção que considero desta etapa da jornada consiste menos em encontrar um amor romântico e mais em absorver camadas (usualmente conferidas) do masculino que enriqueçam a personalidade de meninas e de mulheres: como a disciplina, a solidez e a coragem.

Se escolheu de modo consciente ou inconsciente o caminho do guerreiro masculino, ela pode prosseguir estoicamente nesse caminho sozinha, afinando a própria identidade e descobrindo a amplitude e o alcance do poder e da aclamação no mundo, ou pode internalizar as habilidades aprendidas na jornada do herói e integrá-las à sabedoria de sua natureza feminina (MURDOCK, 2022, p. 180)

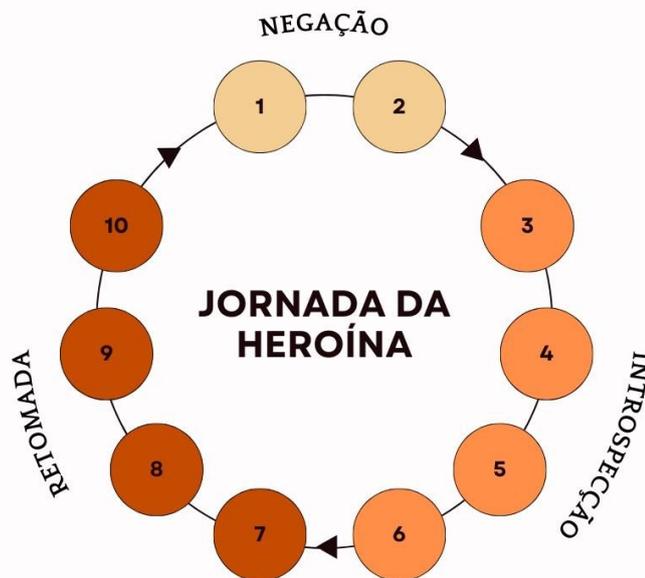
Esta cultura dualista que sustenta polaridades (mulher ou homem, preto ou branco, rico ou pobre) contribui para a escala do poder autoritário, de cima para baixo, que verifica privilégios a um grupo e apagamento a outro. A Jornada da Heroína, logo, “[...] “tenta recuperar o significado da natureza feminina e valorizar o que é ser mulher em seus múltiplos significados, sempre questionando a oposição dual do que é definido socialmente como o arquétipo feminino e arquétipo masculino” (VALENZUELA, 2019, p. 4).

Em **Além da dualidade**, estágio final da Jornada da Heroína, Murdock (2022, p. 192) atesta que a divisão gera nada além do que desconfiança, prejuízo e separação; e que tais rupturas são reforçadas em sistemas religiosos, políticos, midiáticos, de propriedade e de procriação. Nas relações patriarcais como a que vivemos, apenas uma pessoa ou um mesmo grupo pode ter a certeza do topo. “Assim, há sempre quem controla e quem é controlado. Para preservar seu poder, a personalidade dominante precisa manter seu parceiro em uma posição inferior. Isso cria uma mentalidade específica na qual uma pessoa espera estar no controle e a outra espera ser controlada”.

Em síntese, há três movimentos que identifico para a heroína: **negação, introspecção e retomada**. Ao reconhecer os valores do feminino como secundários, a mulher se desfaz de traços elementares à existência humana (**negação**), como sensibilidade, generosidade ou proteção - visto que são marcadores culturalmente costurados a nós desde a infância. A fim de ser admitida como forte e protagonista, ela se vincula ao masculino; e é com estes preceitos que enfrentará a aventura da vida (com o meio familiar, a escolha profissional, o desempenho social, enfim). O esgotamento potencializado após a sua separação de si motiva um vazio

existencial, a imprecisão quanto ao futuro (**introspecção**). Ao direcionar sua coragem para o interior, onde descobre feridas e desejos, a heroína restaura, de fato, quem é, em uma cura com o feminino e também com o masculino (**retomada**).

Figura 30 - Negação, introspecção e retomada



Fonte: Elaborado pela autora.

Em paralelo à jornada convencional de luta e de sonhos, é exigida da mulher a imersão mais profunda em seu interior. A aventura não se resume a um circuito ingênuo, mas a uma percepção visceral de incômodos que a cercam desde a infância, com paredes edificadas em bases sólidas de restrições de gênero - que a reduzem a desejos que não são seus. “Os arquétipos masculino e feminino nos permitem entender o que é reprimido e o que é prestigiado dentro do ser humano. Todos são vítimas dessa dualidade, mas especialmente as mulheres porque já nascem ‘aquém’ na disputa por poder” (FEIJÓ; RABAY, 2021, p. 25). Quer dizer, há um empenho específico à heroína que deve se reconhecer como sujeito digno de humanidade independente de atravessamentos de cor, classe, território ou religião.

A reestruturação é definida em um contexto onde a mulher tem suas identidades comparadas e decretadas, até, a partir do que o masculino atesta como regra. Concordo com Katia Kreutz (2020) quando a pesquisadora assegura o processo de emancipação da heroína como abrangente e particular, visto que abarca evoluções internas peculiares a cada uma de nós; vivemos (e muitas sobrevivemos) diante de um reposicionamento de gênero, de sexualidade, de maternidade, de carreira. De vida, afinal. “O ser protagonista implica em

permanência, em se reconhecer e ser reconhecida como uma mulher indubitavelmente emancipada, dona de seu próprio destino e única responsável pelas decisões e ações da própria vida” (KREUTZ, 2020, p. 109). A desigualdade que oscila direitos e deveres - mas sem afetar quem está no topo - torna inacessível a estabilidade que confirma uma mulher enquanto protagonista. **Logo, por vezes não somos heroínas; mas estamos heroínas em um movimento contínuo de enfrentamento.**

Diante da numerosidade de significados empregados ao termo heroína, o que sublinho é a da mulher livre, capaz e autônoma; a que cumpre a sua jornada com aliados e aliadas cujas performances não se amarrem a estereótipos ou determinações pré-concebidas de gênero, de raça, de território (e etc). A proposta é que não haja esta segmentação ou binarismo: ora, que entendamos as diferenças tal qual como são - diferenças. E não em designações que se configurem em narrativas de desigualdade.

A validade da Jornada da Heroína enquanto abordagem metodológica ou inspiração para construções teórico-metodológicas (o caso desta tese) está sinalizada no avanço de seus usos e técnicas sobretudo desde 2017. O emprego da estrutura, porém, ainda é escasso: o portal de Periódicos da Capes trazia em 2021 uma soma de 36 artigos relacionados à Jornada do Herói - porém todos desconsideram questões de gênero ou atributos do feminino; paralelo a duas pesquisas relativas à Jornada da Heroína. Em um cenário que se assemelha, a plataforma de Teses e Dissertações da Capes agrupava 82 estudos da Jornada do Herói e sete da Jornada da Heroína. Ou seja, enquanto as análises referentes ao protagonista homem equivalem a 95% das ocorrências, há 5% de interesse da academia em avaliar o feminino enquanto narrativa (MARTINEZ; ARAÚJO, 2022). No Brasil, esta escassez de investigações sinaliza quem importa e para quem importa; também expõe quais narrativas estamos reforçando enquanto espaço acadêmico e a profundidade da lacuna que pretere as já atestadas invalidações e apagamentos dos femininos. Daí reside, ainda, o incômodo transfigurado em incentivo para o enraizar desta tese: é preciso tomar as rédeas e abrir caminhos, ao lado de tantas mais, para que engrossemos o coro entoado por Maureen Murdock há mais de 30 anos.

A história está escrita e inscrita para os que já nasceram, os que já morreram e aqueles que ainda virão - os heróis retornam ao lar com bênçãos e vitórias, e as heroínas lutam por dignidade e reconhecimento. Enquanto eles estão armados para a batalha, nós somos direcionadas a ações sociais, de zelo e proteção. “Confinadas dentro de casa, escravizadas, exiladas ou presas, as heroínas apresentam a desvantagem de serem mais julgadas do que encaradas por suas jornadas. Porém, há algo errado na divisão do heroísmo por gêneros: de um lado, está a ação, e, do outro, o sofrimento” (TATAR, 2022, p. 44). A consideração pode

parecer rasa, mas junto ao senso comum o heroísmo ainda é vinculado em maior escala ao masculino em vez do feminino - vide a menor repetição de pesquisas tematizadas via Jornada da Heroína. O atraso também está na aparição da palavra heroína na Língua Inglesa, em 1609; enquanto o termo herói data de um século antes, em 1522 (TATAR, 2022).

As fórmulas do herói e da heroína em suas jornadas de separação, aventura, descoberta, negação, cura e retomada resultam de observações compatíveis às suas eras; portanto, limitam-se a paradigmas de um mundo em frequente adaptação, com identidades sendo (re)formatadas a cada dia e sentidos que estreiam novas (ou antigas) formas de ser e agir. A mesma crítica tecida à teoria de Joseph Campbell, que configura o masculino e despreza as camadas do feminino em um arquétipo insuficiente e já previsível, cabe à heroína de Murdock que também é suscetível a ajustes - uma vez que apresenta a experiência de mulheres em um contexto universal, atemporal e encerrado. O abandono da interseccionalidade, como concorda Medeiros (2019), exclui sujeitas demarcadas por raça, território, classe, religião e sexualidade distintas às que se aproximam do eixo-padrão (brancas, ocidentais, ricas, cristãs, cisgêneras, heterossexuais). “Seguindo este raciocínio, a jornada da heroína não seria a jornada de todas as heroínas” (MEDEIROS, 2019, p. 49). O arco constituído na década de 90 é aceito, nesta pesquisa, enquanto um guia que inaugura um cenário escondido, porém não inexistente, de avaliação de narrativas: em que a mulher está no centro da história, se apropria do discurso e traça sua história com um querer que é só seu. A Missão das Candidatas é, com orgulho e ousadia, uma revisita às jornadas clássicas do herói e da heroína, em uma reconfiguração do que pode também ser a história de vida de mulheres na narrativa do mundo.

Tal movimentação é necessária porque as mulheres estão na história da humanidade tal qual os homens, sem dúvida. Contudo o enredo que ensina quem somos e de onde viemos traz o pronome masculino à frente de cada verbo de ação.

Mesmo os registros feitos em séculos passados precisam ser recuperados e repensados pela historiografia, para se apontar caminhos de narrativas femininas. Os próprios textos publicados em jornais voltados ao público feminino nos séculos XIX e XX davam vazão à ideia da mulher submissa, com pautas predominantemente voltadas ao lar, à aparência e aos anseios amorosos. Ao serem privadas do poder e do discurso, as narrativas das mulheres ou sobre elas, sua existência, presença na vida pública ou subjetividade foram desconsideradas e apagadas da história (FEIJÓ; RABAY, 2021, p. 4).

Embora haja cenários que narrem quem foram e o que fizeram mulheres históricas do Brasil, a exemplo da primeira presidenta da República Federativa, após 135 anos de

democracia chefiada por homens, a versão ainda traz um discurso costurado com ênfase em atributos do masculino como regra ou do feminino como sinônimo de fragilidade. De louca à incompetente, os adjetivos que descrevem quem foi Dilma Rousseff por meio da narrativa jornalística reforçam o que desenho desde a primeira linha desta tese: o lugar designado a nós é o do silêncio. Caso marchemos na contramão, a vitrine que se revela é a da fraqueza e inabilidade, conforme descreve o veículo *El País* com a jornalista Carla Jiménez (2015), que assinala que a ex-presidenta “frágil encara outra vez a prova de fogo das manifestações”; e a revista *Veja* com Augusto Nunes (2018) assegurando que “Dilma, a Vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca”.

O que provooco é como a narrativa masculina do jornalismo reforça o arquétipo do feminino e designa o heroísmo masculino a espaços restritos como a política, por exemplo. No entanto, presumo que há modelos de mulheres que sugerem uma reconstrução destes enredos (tal qual Maureen Murdock, em 1990, e Dilma Rousseff, em 2010) - e são elas que tornam o mundo mais humano, justo e horizontal. O convite que estendo, acompanhada de Maria Tatar, é o da reflexão quanto aos valores embutidos naquilo que narramos. É vital que despertemos para o repertório discursivo (no jornalismo, em especial) que retrata mulheres como as que suportam e esperam - a exemplo das fábulas de *Cinderela*, *Branca de Neve* e *Bela Adormecida*. “Por um lado, há o herói masculino autônomo buscando a autorrealização por meio da aventura e da conquista [...]; de outro lado, está a heroína paciente, sofredora e autorreflexiva [...]” (TATAR, 2022, p. 71-72). Nós não somos ensinadas a vencer - tampouco a agir ou competir. Como efeito, são perpetuados mitos que naturalizam o enredo patriarcal que posiciona meninas e mulheres a partir da lente do padecimento. Logo, é orgânico perceber que o “[...] herói está numa jornada e a heroína, numa missão” (TATAR, 2022, p. 56). A Missão das Candidatas.

#### **4.2 E como o jornalismo narra as nossas jornadas?**

Bairro da Aclimação, São Paulo, 1994. Maria Aparecida Shimada, Icushiro Shimada, Paula Milhim Alvarenga e Maurício Monteiro de Alvarenga são acusados via imprensa brasileira por abuso sexual direcionado a quatro crianças de uma instituição de ensino infantil, no episódio que eu e você conhecemos como Escola Base (Fernanda TALARICO, 2022). Três décadas depois, a história ainda repercute em salas de aula de jornalismo como um manifesto de como não comunicar, persuadir ou apurar.

A acusação adiantada e injusta motivou o encerramento das atividades escolares e uma série de investigações que, como efeito, arquivaram o processo em decorrência da falta de provas. O efeito gerado com a precipitação de uma narrativa incompleta, imatura e ingênua que lança a vulnerabilidade de crianças na conjuntura de violência sexual e de gênero é inacabável - de modo que ainda é um exemplo a ser lembrado.

Não sou a primeira a opinar sobre o jornalismo formatar sociedades e contextualizar o que concebe como realidade; tampouco suponho que haja na produção de redações uma universalidade discursiva que assentaria a imprensa no ultrapassado quatro poder. Nem ao céu, nem ao inferno. O exame epistemológico que proponho é o do jornalismo na qualidade de narrativa que conta quem somos nós, mulheres em sua jornada. A Missão das Candidatas é o arco que resulta deste modelo de análise que rompe com estereótipos tão reproduzidos desde que o mundo é mundo: aqui construímos a jornada jornalística da heroína na política brasileira a fim de apresentar um guia narrativo que indique metodologicamente quais etapas podem ser cumpridas via mídia ao discursar sobre a história do feminino em um poder atravessado por rastros de gênero.

A Jornada da Heroína é a lente que amplia estas marcas e serve como estrutura teórico-epistemológica para avaliação do jornalismo, a exemplo do que Monica Martinez (2008) propôs anteriormente via Jornada do Herói. A âncora deste percurso está nas alterações sociais (muitas atrasadas, porém ainda urgentes) que pedem a renovação na forma de narrar - sem alienação quanto às identidades de gênero, de sexualidade, de território, de raça, de classe, de religião. Somos muitos e muitas, afinal, para que o discurso jornalístico seja descrito conforme as mesmas margens, normas e critérios de noticiabilidade. Há novas perguntas que demandam novas respostas: como as mitologias de Joseph Campbell e de Maureen Murdock interferem na construção jornalística da mulher no poder? Como a narrativa jornalística projeta mulheres na política? Quem são as heroínas, por fim?

O conhecimento que guia as relações humanas, as identidades, os mitos, os valores e as crenças que dão corpo à nossa sociedade é traduzido, em escala objetiva e subjetiva, em relatos de narração. Ao que compartilha o professor Luiz Gonzaga Motta (2005b, p. 2), é a partir de enunciados como os do jornalismo que “[...] somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo”.

O desejo de contar e recontar histórias que permeiam a vida é o incentivo elementar, portanto, do ato narrativo. É o movimento que pode revelar “[...] legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do

mundo” (RESENDE, 2009, p. 3). As notícias e reportagens que descrevem como, onde e de qual forma a vida que importa acontece elencam sentidos que narram (RESENDE, 2009) as experiências que vivemos dia após dia, em cada cidade de cada estado de cada país e de cada continente do planeta. Isto é, narrar a existência é gerar um entendimento do que é e de como funciona o mundo. O movimento narrativo não é estático, na medida em que pode estar em representações visuais, na linguagem escrita, no discurso oral, na performance de sujeitos, nas páginas de jornais.

[...] está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, nas notícias de jornal, na conversação. Além disto, sob estas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; **não há, não há em parte alguma povo algum sem narrativa**; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e freqüentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente [...] (BARTHES, 2001, p. 103-104).

As formas quase infinitas de representação narrativa referidas por Barthes motivam, graças à sua diversidade de saberes gerados, a configuração de enredos cruzados por um caráter ético e moral (MOTTA, 2005a) - em que se criam ou se reajustam as manifestações sociais, as inferências coletivas e, porque não, as certezas de gênero, de território, de raça e de poder. Em outras palavras, as notícias apresentadas todos os dias revelam mitos enraizados naquilo que concebemos como mundo: o crime não compensa, a corrupção deve ser punida, “[...] a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente” (MOTTA, 2005b, p. 15).

Isto é, são micro fragmentos que acontecem ordinariamente que, ao serem narrados por meio do jornalismo, ganham corpo como história e geram significados sobre a vida. A arte de contar enredos e elencar personagens que retratam a fatia da humanidade que é do interesse público é o elo que relaciona o jornalismo, por exemplo, à literatura - daí o porquê de a Jornada do Herói e a Jornada da Heroína, ao que inspira a professora Monica Martinez (2008), também se configurarem enquanto estruturas de análise jornalística. Desta forma, o ato de narrar é percebido como um jogo (MOTTA, 2005b) entre o que é real e o que é abstrato, como os sentidos próprios e singulares a cada sujeito que interferem em sua interpretação do que está sendo informado; quer dizer, são estratégias que formam significados a partir de certo contexto.

É por meio do que veicula o jornalismo, então, em sua narrativa, que nós acessamos o espetáculo da vida (MOTTA, 2005b, p. 9) - com heróis e heroínas projetados conforme critérios de noticiabilidade, em um “[...] lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro”. Este poder inaugural da narrativa, seja no jornalismo ou na literatura, é impregnado de articulações contextuais que a incorporam em uma lógica sequencial: isto é, não há narração jornalística sem uma trama que considere fatos previamente publicados e projete possíveis acontecimentos vindouros.

[...] há que se compreender o ato de narrar não como o que provém tão-somente da oralidade: ele é, por excelência, fruto da necessidade que o homem tem de contar e recontar de um para outro, as histórias que permeiam sua vida. E esse contar pode nascer, hoje principalmente, nos vários lugares em que a vida acontece. Mais ainda, o ato de narrar deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive (RESENDE, 2005, p. 89).

A corda que amarra o passado, o presente e o futuro é potente, apesar de invisível; e é por meio deste conjunto que a história é escrita e recomposta. O assassinato de um nordestino negro, a eleição de uma mulher, o alagamento de um vilarejo, a família com fome no norte, o imigrante apagado por não ser daqui, o estupro da criança na escola, a graduação da mãe solo, a inelegibilidade do ex-presidente: o episódio, por si só, emerge na notícia, mas ao ser incorporado em um contexto anterior tem como efeito a narrativa. “Ou seja, é na observação da sequência de notícias que compõem uma cobertura jornalística que se pode observar a conformação de um enredo que compõe então uma história completa” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 36). Cada notícia entregue a mim e a você todos os dias, portanto, não é única, embora apareça, por vezes, independente e sem relação a ganchos prévios: ela cumpre uma coerência de enredo povoada por mais cenários, sujeitos, possibilidades, perspectivas e subjetividades que a atravessam e a constituem enquanto narração no jornalismo. Não à toa, ao que enfatizam Motta, Costa e Lima (2004, p. 36), “[...] não é numa única e isolada notícia que encontraremos uma narrativa a contar uma história, mas num conjunto delas sobre o mesmo assunto, no contínuo acompanhamento de fatos que se sucedem ao longo de dias ou semanas seguidas”.

Quer dizer, histórias já narradas retornam ao que é discursado no agora, em uma espécie de continuidade e ressignificação dos fatos; por isso, preveem alterações semânticas (CARVALHO; LEAL; JÁCOME, 2021) de comportamentos, fatos e certezas previamente concebidos de nosso cotidiano. O texto narrativo, em si, é aquele que traduz uma história, ao que compartilha o professor Luiz Gonzaga Motta (2005a); todavia, não é ele a própria história - visto que justamente há estes cenários precedentes que interferem naquilo que está sendo

elaborado no agora. “As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral. É assim que percebemos e construímos, através da memória, a nossa realidade no mundo da vida [...]. Construímos então as nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro” (MOTTA, 2005b., p. 3). As palavras tecidas no hoje, logo, carregam um amontoado de sentidos e saberes anteriores que geram um arco curvo e rico de conhecimento social.

É daí que se sustenta a distinção entre os atos de descrever e de narrar no jornalismo, visto que sempre há um propósito no narrar: ele nunca é inocente ou espontâneo (MOTTA, 2005b, p. 3). O ato jornalístico de narrar é labiríntico não à toa, mas pontualmente porque se sustenta enquanto um jogo de poder e de linguagem que constitui cenários, modela opiniões, relaciona sujeitos, aproxima histórias, forja (ou pretende forjar) o amanhã. Narrar é entrelaçar ao fato um sem-fim de estereótipos, certezas fragilmente concebidas, convenções para quem merece ter a voz amplificada, e arquétipos daqueles sujeitos que valem o esquecimento.

Em outras palavras, narrar nada mais é do que recontar um fato que se estende e se produz ao longo do tempo, em um sistema complexo, inacabado e em frequente atualização do acontecimento atravessado por subjetividades. O ir e vir da humanidade é marcado, assim, por episódios que reivindicam o relato histórico; entretanto, este enredo não é acompanhado do fato puro e enxuto, por si só.

As narrativas em geral, não só as jornalísticas, voltaram à moda, pois as pessoas se deram conta de que vivemos sobre um manto de histórias. Contamos histórias, e não só as fictícias, mas também aquelas que acreditamos ser verdadeiras, como as de religiões, lendas, crenças e várias outras narrativas. Nesse meio tempo houve uma redescoberta da narrativa jornalística que, em princípio, não existiria porque o jornalista não conta histórias, e sim, ele escreve os acontecimentos. Mas, se pensarmos na seriedade desses acontecimentos, teremos, por exemplo, as matérias políticas sobre o processo do impeachment, narradas, sucessivamente, por relatos parciais que se constituem em uma narrativa política (MOTTA, 2016).

Não há a mesma linearidade sequencial que a ficção, por exemplo, promete: no jornalismo, a narrativa transita em percursos instáveis e livres, visto que acompanha a factualidade dos acontecimentos. O encadeamento de notícias enquanto narrativa traz significados parciais que, ao serem somados, descortinam um cenário completo de sentidos. O ordenamento da sequência destas notícias históricas sobre um mesmo assunto é que cria uma estrutura “[...] sintática entre as várias unidades nucleares (as notícias individuais) e confere ao todo um sentido de uma grande narrativa. Cada notícia relata uma ou mais ações e o conjunto destas ações gera reações em cadeia similares à estrutura de sintaxe da narrativa literária” (Christa BERGER; MOTTA, 2003, p. 93).

O ato narrativo no jornalismo, então, promove a contação de histórias conectadas por fios temáticos que aglutinam sentidos e enriquecem a produção de conhecimento referente a toda e qualquer ocorrência. O golpe de 2016, por exemplo, não incorpora apenas a figura de Dilma Rousseff. Além da presidenta, há marcas precedentes do que é ser mulher (e mais, mulher em situação de poder político) no Brasil, justamente porque a narrativa revela o contexto no qual deliberações são firmadas (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004) e posições políticas, em especial, são acertadas. Há um passado que reflete no *impeachment*, portanto. Esta narrativa executada no entorno da candidatura, eleição e impedimento de Dilma tem, por óbvio, a petista no protagonismo; porém, incorpora notícias e reportagens anteriores que produzem quem é e o que é ser mulher neste país de mais de 108 milhões de brasileiras.

A Missão das Candidatas revela um feminino que carrega um passado narrativo. Está ancorado nas vias do poder político - logo, privilegiado e representado por uma líder branca, ocidental e pertencente a uma contagem de marcadores tomados como padrão aceitável; mas e o que diz a narrativa jornalística sobre a mulher periférica, lésbica e negra? Sobre a mãe solo, pobre e líder comunitária do espaço de resistência em que vive? Sobre Erika Hilton? Sobre Sonia Guajajara? E Alzira Soriano? E Fátima Bezerra? E Marielle Franco?

Quando o jornalismo constrói a história de Dilma Rousseff, é a vida de cada uma de nós que também é narrada. Ou seja, aquilo que se comunica “[...] é mais do que aquilo que se diz [...]”, pois “[...] há outros significados para além dos conteúdos proposicionais dos enunciados das notícias” (BERGER; MOTTA, 2003, p. 98). O dispositivo comunicacional que promove estes significados de humanidade, portanto, conecta fatias de mundo, encadeia a cronologia e absorve, a seu critério, aquilo que para aquela narratividade parece importante. Os conteúdos que despertam o alerta da imprensa e percorrem noticiários podem aparecer uma ou duas vezes, por vezes se reproduzirem em semanas, eventualmente em períodos mais elásticos ou, ainda, estarem em diária aparição em jornais, televisão, rádios e tudo que nomeamos como meios de comunicação - as notícias do cotidiano, por exemplo, são fragmentos específicos e curtos que não narram uma história em sua expressividade (MOTTA, 2005b), mas carregam uma significação parcial do mundo.

Para ir ao encontro de uma narrativa coerente e complexa, que ofereça respeito à sociedade e se desvincule de conservadorismos e ideias pré-concebidas, o jornalismo tem a incumbência de considerar a continuidade e a justaposição do tema em evidência - com aquilo que já foi escrito, enunciado ou ilustrado em notícias isoladas. A sucessão do acontecimento está vinculada não apenas ao tópico em si, cru e direto; mas às personagens, aos ganchos, aos efeitos, aos panoramas constituídos a partir e por meio dele (MOTTA, 2005b). Ora, é

conceber o golpe de 2016 além do golpe de 2016, por exemplo: antes e paralelo ao episódio há o petismo, o antipetismo, o machismo, a misoginia, a hierarquização do poder, as imposições de gênero, os rastros do feminismo e a desestabilização do sistema político brasileiro. É a remontagem da história (MOTTA, 2005b) que permite a unidade de significados capazes de dar sentido à história como uma narrativa, de fato.

Com a reconfiguração das seqüências em um enredo coerente, o que antes parecia desconectado vai ganhando continuidade e coesão, vai surgindo uma nova intriga complexa que confere ao objeto outra significação. Essa re-significação surge no transcorrer da montagem da serialidade do enredo, da identificação do fundo moral ou fábula que vai se tornando cada vez mais nítida e do descobrimento das estratégias narrativas utilizadas em cada caso ou situação comunicativa (MOTTA, 2005b, p. 5).

É por meio destas narrativas que são tecidos os conhecimentos do mundo e “[...] a partir delas, outros saberes são construídos. Logo, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos media, ela acontece na e através da narrativa” (RESENDE, 2005, p. 87). É a coletividade que muda; e, logo, o ato de narrar acompanha (ou deveria acompanhar) toda e qualquer renovação.

Se cogitamos a comunicação como espaço que percebe, analisa e traduz o mundo em movimento (Vera FRANÇA, 2004) e a narrativa no aspecto de mediação social (RESENDE, 2009), parece possível admitir o narrar do jornalismo como a atribuição de certo nexos ao acontecimento, com bens simbólicos que, na descrição de Baitello Júnior (1999), associam o fato a encadeamentos particulares que atravessam cada um e cada uma de nós em uma tessitura subjetiva. Quer dizer, a vida que acontece lá fora repercute aqui dentro.

A produção jornalística representa o cotidiano, as ações de mulheres e homens com tragédias, dramas, sagas e conquistas. Logo, as notícias são retratos recortados e contraditórios sobre a nossa existência, “[...] sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações” (MOTTA, 2005a, p. 36).

Como efeito, a narrativa na condição de produtora de conhecimento gera “[...] ênfase à idéia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (RESENDE, 2009, p. 36). É por meio desta lente que não só observamos a conduta de sujeitos naquilo que a imprensa atesta como informação; mas somos treinados a acolher quais representações indicam o que e quem percebemos como importantes. “As

narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as **condições sociais de hierarquia e de poder**” (MOTTA, 2005b, p. 3, grifo nosso). A construção consiste em um processo inacabado, visto que a cada dia novas vidas são narradas e múltiplos sentidos são apurados, escritos e comunicados. “Desse modo, as narrativas jornalísticas são lidas e compreendidas como histórias que geram outras. O fato não se encerra nele próprio, ele gera significado. No exercício da narrativa, ele produz sentido, formando, quem sabe, outros pólos possíveis de compreensão do cotidiano” (RESENDE, 2009, p. 41). O que importa, então, é a análise da versão construída pelo jornalismo de determinada realidade histórica, com suas lacunas, combates, vilões e mocinhos - não a história em si.

As importâncias e significações geradas por meio da organização narrativa do texto jornalístico, veja, não são ingênuas - por maior que se apresente a utopia da objetividade e de um discurso neutro na construção de realidades sociais. Há, no parecer de Motta (2005b, p. 3), contextos pragmáticos e políticos que fabricam efeitos nas camadas de sujeitos acessadas por estas narrativas. Quer dizer, é por onde a história é não só relatada - mas também criada em formas de exercício de poder e de hegemonia “[...] nos distintos lugares e situações de comunicação. O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam dos jogos de linguagem, todos realizam ações e performances sócio-culturais, não são só relatos representativos”.

Não há inocência, portanto, naquilo que é relatado: importa mais como o fato é materializado via jornalismo do que o episódio em si. Daí a reflexão de quais conceitos, abordagens e perguntas são praticados sobre “[...] as questões que nos interpelam socialmente, ou seja, em como se constitui essa pele da notícia produzida. Ela nasce em (e é produzida por) uma base racializada, generificada, hierarquizada e que se percebe como fiadora de uma humanidade e de uma verdade universais” (MORAES, 2022, p. 10). É na instância desta produção de sentidos sobre o que é o mundo que a expressão narrativa da realidade fornece significados de acordo com o que escreve, ilustra ou verbaliza o jornalismo.

As estratégias para representar o real em suas tessituras, contudo, demandam maturidade e subjetividades ao ato jornalístico - ao entender os limites da objetividade (como discuto mais adiante) e perceber que narrar é mediar vozes em conflito, fatos desamarrados e histórias já relatadas. O que se vê a partir da perspectiva da imprensa é um recorte embebido de sentidos outros que motivam a avaliação do enquadramento epistemológico da narrativa jornalística a fim de que, empiricamente, sejam nítidos os limites do que aconteceu e daquilo que, de fato, está narrado. Ou seja, não interessa apenas questionar o conceito desta narrativa

(DALMONTE, 2010), mas ir além e verificar as marcas que fazem de determinado aglutinado de informações uma narração. O ato de narrar, no jornalismo, atende ao autoritarismo (RESENDE, 2005) exigido por práticas diárias, objetivas e tradicionais de contar as histórias do cotidiano; e é então que está o seu desafio. Ainda hoje, “[...] manuais de redação ditam as regras sobre as quais se deve fundar a narrativa jornalística. E, desse modo, além de legitimar as regras com as quais se deve produzir o efeito de verdade, a existência de tais manuais propicia aos jornalistas uma aparente neutralidade” (RESENDE, 2005, p. 92).

Nesta intenção, o jornalismo opera como agente mediador de discursos sociais em um diálogo direcionado ao interesse público, com métodos que rastreiam mais coerência à sua narrativa: como os critérios de noticiabilidade, os manuais de redação e as técnicas de apuração que observam a divulgação dos fatos em semelhança à realidade. “Da mesma forma, este é um ponto crucial para a estruturação da narrativa jornalística, visto que o real apenas acontece, no mundo, no hic et nunc, no aqui e agora. Todo ato de narrar é uma tentativa de reportar o fato tal como acontece [...]” (DALMONTE, 2010, p. 220).

Este movimento, no entanto, não trata tão só do conteúdo de cada discurso, mas do contexto em que é empregado e de sentidos prévios que resgata ao produzir novo conhecimento. A narrativa jornalística, assim, pode apresentar um cenário a ser descoberto a cada fato que descreve.

Há algo singular no caráter da narrativa jornalística, além de sua configuração moral. Diferentemente da história, a narrativa jornalística, ainda que utilize predominantemente o pretérito perfeito ou imperfeito em seu discurso, refere-se ao presente, ao momento contemporâneo. **Um momento fugaz, fugidio, sempre provisório.** Essa coetaneidade confere uma singularidade à narrativa jornalística em relação às narrativas da história ou da literatura. O jornalista narra continuamente a história do presente imediato, **uma história fugidia, inacabada, aberta, mas, uma história.** Negar às narrativas jornalísticas o caráter de história é fazer coro com a atitude positivista que negou à atualidade a dignidade de história [...]. (MOTTA, 2005a, p. 43-44, grifo nosso).

São processos que oferecem aos atores sociais, no que descreve o já citado professor Fernando Resende (2005), perspectivas e possibilidades de existência. Deste modo, a narrativa se dá como “[...] uma forma de representação coletiva, **como um elemento que cria e recria sociabilidades**, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem, na sociedade mediatizada, para o alargamento dos horizontes de experiência” (RESENDE, 2005, p. 88, grifo do autor).

A Missão das Candidatas tem esta tarefa: a de sugerir a partir da jornada jornalística da heroína que a narrativa de mulheres na política brasileira constrói, conforme as fronteiras

em que vivemos e sobrevivemos, uma sociedade preparada (ou não, como veremos) para lideranças do feminino em espaço de poder - que é usualmente atribuído a um formato específico do masculino. Não à toa: é intrínseco à narrativa do jornalismo problematizar um fato de conotações dramáticas, em um princípio que desorganiza a ordem do mundo concebida como natural. Naquilo que narra, a teia jornalística identifica suas personagens como heróis ou heroínas, líderes ou loucas, presidentes ou presidentas, em situações conflituosas e desestabilizantes. “Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, **um golpe**, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto” (MOTTA, 2005b, p. 5, grifo nosso).

Esta renovação na percepção do mundo tem como eixo a atualização da realidade social e como é narrada por meio do jornalismo enquanto algo que dá forma e sentido à vida. O que gera desassossego é perceber quais são as construções sobre aquilo que está dado. Por exemplo, qual é a comunidade que a narrativa política cria por meio do jornalismo? Quais são as existências tecidas entre comunicação e eleitores brasileiros, que votam ou não em mulheres? Como se descreve a mulher que ocupa, pela primeira ocasião em mais de um século, a cadeira de presidenta da República - e que novos saberes este movimento gera? A intenção, por óbvio, não é esgotar a inquietação sobre a expressão narrativa do jornalismo e seus modos de interpretação - mas propor uma tese que revise estas construções.

#### 4.2.1 Por um jornalismo de verdade (ou de mentira?)

A comunicação é de natureza popular, programada por e para sujeitos. Na ausência da interferência física e cognitiva do ser humano, o ato de transmitir é inútil: há um sentido de partilha que demanda não menos do que duas pessoas. A atribuição mútua de significados implica, então, um espírito de comunidade em que cada uma e cada um interfere, contraria, assiste, reivindica, produz. Quer dizer, há deslocamentos ancorados nas rédeas do poder que qualificam quem comunica, para quem comunica e quando comunica. Estes embaralhamentos que dão corpo à vida em sociedade têm com um de seus pilares a desigualdade de gênero (em paralelo às distinções de raça, território, sexo, religião e classe), com identidades múltiplas e inomináveis, até, de quem são os sujeitos que protagonizam fatos, produzem notícias, reforçam enredos e recebem a informação.

Reportar as histórias que conferem ao cotidiano uma tessitura de narrativa exige, assim, jornadas (por vezes, infelizes) marcadas pela diferença: o pastor fervoroso de Santa

Catarina, a adolescente aprovada em seis vestibulares, o segurança negro agredido até o óbito, a mãe solo que zela por todos, o ex-presidente preso, a menina nordestina ícone na ciência, o jovem gay que se esconde da família, a brasileira trans impedida de entrar no toalete feminino, a presidenta retirada por homens de seu lugar.

À exceção de quando é configurada em desigualdade, a diferença é primordial para a evolução da existência da humanidade - em um exercício de alteridade intrínseco ao viver (e não sobreviver) em meio ao todo. É esta vida calejada, combativa e feliz que, a cada dia, o jornalismo narra (ou deveria narrar). O âmago do que proponho está aqui: por que há histórias que importam mais? Por que uma dor vale menos do que a outra? Por que há vivências escondidas, vozes emudecidas, rostos apagados? Por que nós, jornalistas, desaparecemos em uma suposta neutralidade objetiva e camuflamos os desejos e as escolhas em amontoados de aspas de terceiros?

O diálogo sugerido nesta tese não é calcado em critérios de noticiabilidade e no tecnicismo de manuais de redação enquadrados ainda nas salas de aula da graduação em jornalismo; a problemática que convido à análise é a de como a tão abonada objetividade do jornalismo de verdade impõe fronteiras à criação subjetiva de histórias nas quais eu e você tropeçamos todas as manhãs, tardes e noites; quando não somos nós mesmos os protagonistas destas jornadas. A provocação é a de que, no jornalismo, todas as escolhas são “[...] políticas e, sim, também arbitrárias. Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos” (MORAES, 2022, p. 10). O sentido de comunidade está no vínculo que agrupa estas identidades distintas e flexíveis mencionadas pela pesquisadora; e no fenômeno social que representa esta sociedade por meio de uma narrativa no jornalismo.

Isto é, a relação coletiva e diversa “[...] existe, dentro dessa perspectiva, quando algo é efetivamente compartilhado com o outro: é a partir desse princípio que a narrativa se desenha como um elemento por excelência do ato comunicacional” (MARTINO, 2016, p. 44). As jornadas que organizam a identidade particular de cada sujeito (e, como efeito, a do lugar em que está imerso) estão assentadas em aprendizagens da existência que trazem as marcas daquilo que o jornalismo traduz ou pretende traduzir (ALSINA, 2009). Esta subjetividade sugere, deste modo, que as histórias sejam narradas a partir de certa interpretação - e não só como um referencial neutro e imparcial. É com a adoção desta técnica que os significados que permeiam a vida serão agregados de valores e convenções plurais. Assim, estão entranhados na narrativa jornalística os conteúdos simbólicos e as subjetividades universais que contribuem para a forja de um conhecimento social “[...] que se difunde como um dos meios

contemporâneos mais poderosos de ensinar a ser sujeito na sociedade. Como tal, são discursos, e como discursos, no âmbito da cultura, nos dizem muito sobre as relações sociais do contexto em que estão inseridos” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 47-48).

A legitimação da sociedade - como funciona, o que é verdade e como ela se consolida - por meio do jornalismo está amarrada à lógica da produção de conhecimento social, conforme acentua Veiga da Silva. A noção é balizada, de antemão, por Robert Park em 1940, quando define a notícia como um guia da sociedade cuja atribuição é orientar sujeitos por meio daquilo que explana sobre a humanidade (PARK, 2008). Na validação deste sentido, o conteúdo jornalístico é estabelecido como não neutro justamente por arrematar visões de mundo que interferem nos valores que circulam em cada contexto. “O jornalismo é, nesse sentido, um dos modos de constituir uma natureza consensual da sociedade e de contribuir naquilo que nos une como sociedade e cultura através dos processos de significações rotineiramente produzidos em forma de notícias” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 35).

Por estar atravessado sobre a história da vida humana, o jornalismo na condição de conhecimento social equivale a um sistema de operações em fluxo, em construção - logo, não há a previsão de uma narrativa neutra, visto que está em repetidos ajustes e alterações e, em especial, “[...] porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo **implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade**” (MEDITSCH, 1992, p. 31-32, grifo nosso). Em amplo aspecto no que tange a produção de conhecimento, o efeito da narração é remontar os fragmentos de histórias experimentadas por um ou mais sujeitos - com suas características não só respeitadas, mas reveladas e reconhecidas. Daí a alteridade enquanto dispositivo que promove o vínculo entre cognição e afetividade (MARTINO, 2016, p. 46) na narrativa, dado que é possível estreitar relações por meio de histórias compartilhadas. Logo, é ver no outro a minha própria diferença.

A narrativa é um espaço de encontro com o outro. Ao contar histórias, são criados vínculos que ultrapassam qualquer dimensão estritamente pessoal ou subjetiva para a formação de algum tipo de repertório comum que constitui uma espécie de substrato de ligação entre um eu que narra e um outro com quem essa narrativa é compartilhada. Ao mesmo tempo, é preciso observar de saída que esse gesto narrativo do compartilhamento demanda imediatamente algum tipo de interação com a alteridade.

Ao narrar, o jornalismo se coloca em frente a este outro em um ciclo de troca, de conhecimento e de compreensão da realidade, no que sinaliza Motta (2012). É um fundamento que fornece um viés específico de perceber a complexidade das configurações do

mundo; e as marcas do contexto em que estas características são validadas ou rejeitadas. O conhecimento do mundo que coletamos, desta forma, é de segunda mão (MARTINO, 2016), visto que não observamos empiricamente fatos icônicos como a chegada de Colombo à América, a queda das torres gêmeas em Nova Iorque, a chegada à lua de Neil Armstrong etc. A aproximação àquilo que acontece em cada cidade de todo país do mundo é viabilizada a partir de narrativas tecidas por outros e outras e entregues aqui, para mim e para você.

São estas construções jornalísticas que designam o que apropriamos ou desconsideramos do mundo; sejam fatos, sejam formas de ser e agir. A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, “[...] é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque **esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral**, alguma lei, algum consenso cultural” (MOTTA, 2005b, p. 14). Isto é, não apenas o que eu conhecerei das histórias da humanidade, mas como eu serei moldada a admitir certas condutas como as mais convenientes. Por isso há estranhamento quando o que foge à regra da mídia se torna protagonista: sujeitas do norte, quando fontes no jornalismo, são trazidas enquanto excentricidade, ao passo que o homem branco de Brasília, por exemplo, tem a fala adequada. É a voz universal que narra o cotidiano em aspas recortadas de um contexto alimentado com marcas de gênero, território, raça, classe, religião e sexualidade, para citar o mínimo. Com suas âncoras em pressupostos moderno-iluministas (Fabiana MORAES; Marcia VEIGA DA SILVA, 2019, p. 6), a produção do conhecimento via jornalismo e também via ciência é permeada de “[...] valores políticos, econômicos e culturais hegemônicos legitimados pelo paradigma moderno e resultam na manutenção do status quo em ambas as instâncias [...]”. Ou seja, há o fortalecimento de estados comuns que legitimam discursos sobre todo político ser corrupto, toda mulher ser exagerada, toda (a única) presidenta ser inapropriada.

A provocação que eu instigo vai além, sob o amparo das pesquisadoras e professoras Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva. O exercício jornalístico reforça estigmas por meio desta narrativa que, ao se assegurar neutra e objetiva, descreve o fato a partir, apenas, do que observou - na ausência de reflexão, de contestação, de análise; ou então do que outros (aquela mesma voz masculina, branca, ocidental) garantem ter presenciado. É a isenção da culpa mascarada em notícia: não sou eu que estou informando que Dilma Rousseff tem explosões nervosas, é o que assessores em Brasília relatam; não sou eu que ignoro a fome, o feminicídio, a exclusão, são os critérios de noticiabilidade de meu manual de redação que me impedem de ir além; não sou eu que naturalizo casos de estupro, de misoginia, de transfobia, é a escassez

de tempo em uma rotina tão abarrotada de notícias mais importantes que me impedem de olhar adiante do horizonte da pauta.

Este jornalismo vertical, positivista e ocidental é o espelho de uma humanidade que descarta sujeitos e suas jornadas em detrimento de outros poucos - aqueles que significam poder e valor. O risco em se produzir um conhecimento insuficiente é reforçar comportamentos de segregação e delimitar a um grupo a escolha de quem seremos e o que faremos enquanto sociedade; ou seja, ao não refletir sobre o que narra, o jornalismo entrega a gerência de cada vida à caneta das vozes universais deste cidadão padrão já tão citado: o homem heterossexual, cristão, branco, cisgênero. O dono da verdade. O voto da razão. E nós, o resto, permanecemos às margens abafados em tentativas de remanescer.

Ao estabelecer seu cânone maior na objetividade, no “apenas relatar os fatos”, o campo do jornalismo, que a princípio surgiu para iluminar áreas obscuras para a sociedade, eximiu-se de trazer, de maneira consistente e complexa, problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade. As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 1-2).

A estrutura epistemológica que atesta este movimento desigual é fundamentada na racionalidade moderna e positivista (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019) que vê a pureza das informações como sinônimo de verdade - como se o jornalismo objetivo narrasse a realidade em proporções mais fidedignas do que quando também é atravessado por subjetividades. Parece possível perceber que desde o princípio jornalistas são estimulados a se esconder em verbos declaratórios a fim de camuflar emoções, percepções, assimilações próprias desta mesma realidade. Isto não transforma um fato em mentira e tampouco anula a neutralidade e a ética da profissão; porém permite a entrega de informações horizontais e, ao menos, mais humanizadas ao não esquecer daquelas e daqueles que vivem às margens. O simples e direto, veja, nem sempre (ou quase nunca) é o real. A racionalidade na compreensão dos acontecimentos (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019) tem como efeito a noção de verdade em uma base simplificadora, que interdita uma cognição mais transparente - e que, por lógica, amplie os horizontes para todas e todas que precisam e podem ser narrados. A subjetividade da história humana, perceba, não trata do *eu*, mas do *nós*.

Quando apresento um enquadramento crítico do jornalismo em sua epistemologia, por efeito legítimo técnicas de apuração ampla, checagem de dados, confirmação de informações e escrita acessível; estes procedimentos, porém, não devem ser objetivos em si (MORAES,

2022) porque servem de guia para o conhecimento que chegará ao público. Logo, é impraticável um procedimento de fabricação de narrativas jornalísticas único, inquestionável, neutro e imparcial que responda sempre às mesmas perguntas; porque o resultado será um conteúdo enosado e reducionista do acontecimento. Ora: recebemos as mesmas respostas para as mesmas equações. Então que se denota a subjetividade na condição de agente que narre valores-notícias plurais, em dimensões de militância e por meio da interseccionalidade que promova o alargamento das diferenças como formadoras da sociedade.

O ato de narrar, assim, prevê a indicação de mundos, sonhos e desejos permitidos, na configuração de uma vida possível a quem é mulher, a quem é trans, a quem é negro, a quem vive ao norte. Não se trata de incentivar um atentado ao jornalismo (MORAES, 2022), mas de pressupor a potência de uma narrativa comunicativa que retrate mulheres e homens em suas díspares, porém autênticas definições de vida; que discorra sobre um nordeste além da dor, do desvio e do fracasso; que perceba a população negra além do 20 de novembro, das páginas policiais e dos números de assassinatos. Estas convenções que percorrem o status quo não decorrem de uma ou duas notícias já veiculadas, mas de um histórico e emaranhado marco narrativo que impõe arquétipos e projeta futuros prováveis para uns e silêncios previsíveis para outros. Quer dizer, são o produto de pressupostos neutros e distantes maculados por meio da objetividade “[...] assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um ‘normal’ e um ‘Outro’” (MORAES, 2022, p. 22).

Se não pesquisarmos, defendermos e reivindicarmos um jornalismo que reconheça esta densidade da vida, quem seguirá nas capas de jornais? E sob quais narrativas? Mulheres na política permanecerão com suas explosões nervosas? Homens brancos ainda serão os heróis? É imediato atentar à limitação dos critérios de objetividade que, na visão de Fabiana Moraes (2022), são insuficientes na produção de sentidos sobre indígenas, negros, pobres e mulheres como formadores do mundo que habitamos. Ademais, é no pretexto da neutralidade que se escondem manchas de raça, endereço, gênero e poder em um exercício que precariza cidadanias e desconsidera as massas propositalmente, acredito, nomeadas como minorias. Diante de 131 pessoas trans mortas em 2022, de mais de 31 mil denúncias de violência de gênero doméstica e de 83% de pessoas presas injustamente serem negras, não há espaço para justificar a estigmatização de sujeitos ou de grupos inteiros (Kellen BARRETO; Luciana de OLIVEIRA, 2023; EXCLUSIVO..., 2021; BRASIL..., 2022).

No prisma do jornalismo, esta população é formada por exceções, não por pessoas. Ou, ao menos, não são as pessoas que protagonizam narrativas que extrapolem o arquétipo já

concebido: o negro ladrão, o branco herói, a mulher histérica, o gay exibicionista, a bissexual incerta, o nortista padecedor. A narrativa é este “[...] lugar construído, organizado e técnico que nos ajuda tanto a pensar nosso cotidiano e a hierarquizar nossas escolhas quanto também nos diz, por exemplo, quem são as pessoas e lugares que valem mais - e, portanto, as pessoas e lugares que valem menos” (MORAES, 2022, p. 21). As molduras dadas como únicas possíveis impregnam no tecido social as hierarquizações de território, raça, gênero, sexo, religião e classe; são justamente as que modelam as narrativas jornalísticas em um roteiro engessado, sem questionamentos ou ponderações.

Quer dizer, é um sistema de cumprimento de pautas e check-lists que hierarquiza, com isso, as humanidades. São estratégias de manutenção do poder, no que reitera Moraes (2022), em uma continuidade comunicativa originada há séculos e que elenca, ainda, quem são os heróis habilitados a salvar a população frágil, minoritária e ignorante. Aquela feminina, trans, que mora ao norte. Neste quadro de construção de narrativas encenadas são revelados os mecanismos que segregam com âncora na diferença. O gênero, a exemplo, orienta a produção noticiosa e gera mais ou menos visibilidade justamente ao visar a neutralidade - visto que o neutro, na linguagem, é o masculino. O aspecto colonizador enraizado no fazer jornalístico (MORAES, 2022, p. 58) aponta, como se vê, para “[...] racialização e uma generificação epistêmicas que fundamentam boa parte de nossa imprensa e seus modos de ver e fazer”. Isso porque reforçar estereótipos e arquétipos é também reiterar quem está no poder.

Com isso, a objetividade jornalística é materializada em uma narrativa opaca, distante das margens e centrada em uma democracia parcial que admite uma civilização excludente, racializada e generificada. A neutralidade, então, é o escudo que afasta o recorte histórico brasileiro, as exigências de uma população desnivelada, o *impeachment* motivado pela misoginia, a extinção de quem é pobre (e tantos outros etc etc etc). É sob este manto que se articula o cotidiano, com uma “[...] objetividade calcada em um modelo de racionalidade binária que dispensa a complexidade cotidiana e silencia milhões” (MORAES, 2022, p. 97).

Na contramão, as técnicas objetivas ensinadas desde o princípio em salas de aula de graduações de jornalismo articulam meios para a produção de um conhecimento científico e social exemplar, resultado de etapas bem executadas: a pauta, a apuração, a entrevista, a descrição, a publicação. Ao atender às regras, contudo, cada jornalista se esquia de provocações e avaliações mais dilatadas, que escapam em frestas nem tão pequenas - como o racismo, o machismo, a xenofobia. A reprodução destas ideologias “[...] nos conhecimentos produzidos pelo jornalismo vem sendo sustentada por uma racionalidade que historicamente delinea uma condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na

reprodução de estereótipos e preconceitos” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2-3). O efeito deste trabalho são notícias rasas e triviais, mas que cumprem fórmulas neutras e objetivas enraizadas em um sistema que, ora, não é exato e demanda reflexão. Como resultado também estão as pistas apresentadas por este conhecimento social (GENRO FILHO, 1987) que confirmam a voz de um sujeito universal que narra os fatos do mundo: são eles que estão protegidos pelo privilégio epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) de definir o que é a verdade e quando ela pode ser anunciada.

Enquanto instituição que forja identidades e saberes, o jornalismo é constituído e também produtor de paradigmas de gênero - **como o masculino na condição de narrador oficial da história da humanidade**. São as suas práticas objetivas e neutras que motivam a normatização de valores e condutas em relações sociais que incidem (VEIGA DA SILVA, 2010) na definição de masculinidades e feminilidades legítimas e ilegítimas, adequadas ou não para este ou aquele espaço: a eles, a gestão; a elas, a proteção.

É possível perceber, então, uma universalidade colonizadora assentada em um conhecimento positivista e vertical fabricado por um restrito círculo masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (GROSFOGUEL, 2012). Daí que as ciências mais bem concebidas na modernidade são as exatas - e também por isso que há a insistência em configurar a narrativa jornalística conforme estas mesmas molduras de exatidão e suposta precisão de dados. Ou seja, o jornalismo de verdade é aquele que resulta de fórmulas tecnicistas em uma ode à racionalidade que quer aproximar a comunicação das ciências exatas; e é a partir deste sistema que são definidas as referências epistêmicas dos saberes aceitos como reais.

Entre essas, destacam-se a **objetividade, a neutralidade e a universalidade**, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico. As marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social. Ainda situado numa **racionalidade que simplifica muito mais do que complexifica** as formas como a realidade é concebida, o conhecimento produzido pelo jornalismo pode ser pensado em analogia aos modos de produção do conhecimento científico, não apenas compreendido de forma cartesiana-positivista, como também masculinista [...] (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 5, grifo nosso).

A narração jornalística é praticada por meio desta classificação e percepção da realidade, em um processo de interpretação particular de cada um e de cada uma que apura, escreve, descreve e, por vezes, narra. São as cicatrizes, valores e crenças específicas da identidade de cada jornalista que decodificam o fato; a narração, portanto, não é neutra e

carrega subjetividades prévias apreendidas no decorrer da bagagem cultural de quem informa. É um exercício elaborado por meio de enquadramentos possíveis “[...] que se impõe no momento da (re)codificação do mundo efetuada na narrativa. É a partir dessa apreensão prévia da realidade que se formam as narrativas - que, por sua vez, se tornam parte do que entendemos por ‘realidade’” (MARTINO, 2016, p. 45).

Aquilo que percebemos do cotidiano e apropriamos como verdade está trançado em subjetividades narradas via mídia; porém o eixo que sustenta este discurso no jornalismo ainda está cravado na objetividade exigida na prática da comunicação. São estas notícias que navegam entre a precisão dos fatos e a imaterialidade afetiva que, no que retrata Fernando Resende (2005, p. 86), interferem no senso comum e recriam modos de vida “[...] de forma às vezes tão imperativa que se tomam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida”. Isto é, são as normas de como o mundo funciona e, ao inverso, de como os sujeitos devem funcionar neste mundo.

A partir da voz que tem rosto branco, ocidental, masculinista e heterossexual são designadas lentes categóricas que referenciam sonhos, desejos, conceitos e moldes de se comunicar, de se vestir, de caminhar, de com quem dormir, de onde morar. É neste movimento (VEIGA DA SILVA, 2010), coagidos por meio da mídia, que nos sujeitamos a adequar fatias de nossa identidade para ir ao encontro do que é *normal*. A narrativa jornalística, logo, fornece a base para produção do conteúdo simbólico que percorre e dá forma às histórias constituídas conosco e em nosso entorno: são os significados e as representações culturais, religiosas, discursivas, comportamentais e sociais em um todo, por fim. A mídia enquanto dispositivo que narra se coloca, deste modo, em:

[...] um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, **como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante**. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação - ao lado da escola, da família, das instituições religiosas (Rosa Maria Bueno FISCHER, 2002, p. 153, grifo nosso).

Por esta razão, merecem vigília as narrativas engendradas via jornalismo que versam sobre objetos que fogem ao que prega o estatuto do bom cidadão: homens gays na vitrine, meninas trans reivindicando espaço, nordestinos, nortistas e centro-oestinos firmando visibilidade, mulheres em cargos deliberativos na política. É assim que os significados do

mundo vão se reajustando e editando os nada inéditos modos de viver às jornadas específicas de cada uma e cada um. Daí a urgência em se inferir (VEIGA DA SILVA, 2010) sobre o exercício de alteridade da prática jornalística ao hierarquizar quais acontecimentos serão (e como serão) retratados em notícias. A função pedagógica do jornalismo, logo, pode ser percebida na reprodução “[...] e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. [...] O jornalismo é, na perspectiva desta pesquisa, um conhecimento social e cultural que ensina” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 33).

Este jornalismo de subjetividade proposto por Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) e reconhecido nesta tese pretende subverter os métodos de objetivação narrativa que geram uma epistemologia ancorada no racismo e no sexismo. O saber objetivo e subjetivo, logo, não se excluem; mas, na contramão, se integram para gerar legitimidade à narração jornalística da realidade. Isto é, a interpretação social de fatos do cotidiano se traduz em significados humanizados (mais justos, por consequência) após ser apurada sistematicamente nas regras do jornalismo. É a objetividade na integração com a subjetividade, afinal.

Atender com exclusividade à prática neutra da comunicação contribui para o alargamento de prejuízos a quem não reside no grupo de voz universal: são mulheres, pessoas negras, população LGBTQIA+, brasileiros pobres e situados ao norte de um país habituado a honrar quem está ao sul. Isto é, uma abordagem ancorada nestes pressupostos não quer dizer que o texto será percorrido pela emoção: “ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no desenho de nossa realidade. Ou devemos ignorar, em nome de uma ‘isenção’, o meio no qual vivemos, somos assujeitados e do qual extraímos nossas temáticas?” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 14).

Não há um propósito em demonizar a objetividade jornalística ou em beatificar a subjetividade narrativa. Nem a um extremo, nem a outro. Há a segurança epistemológica de que é admissível comunicar o fato tal qual se apresenta por meio de linhas que, sem manipular, transportam saberes prévios e percepções inseparáveis daquilo que aconteceu para aquilo que é narrado. O perigo de uma narração tradicional que ignora aquele que conta a história (e suas especificidades enquanto ser humano) está na condensação de um texto vazio que foge do que exige, por essência, a narratividade: um percurso fiel ao fato, embora amarrado aos sentidos precedentes que contextualizam e dão vida à história contada - que arremata, com isso, as observações e análises também de quem narra. O resultado do exercício jornalístico preso nos dois lados da história e no discurso direto de fontes (sempre as

mesmas, aliás) que repetem o que o coletivo está adaptado a ouvir, é a frustração de quem escreve sem poder narrar e da pobreza informacional - de quem só reproduz o que viu ou ouviu. Em contrapartida, os arranjos de uma redação, os manuais de como noticiar, os limites da prática profissional em que comunicadores se escondem em mais *não* do que *sim*, e a fragilidade de um campo em frequente embate público não são impeditivos para gerar a narração de notícias com fragmentos das histórias de cada dia “[...] ou nas várias histórias que se complementam nos vários fragmentos de significados que vão se constituindo nesse amálgama, nessa síntese que é o conto e a história. Portanto, digamos que há essa introdução da subjetividade na objetividade jornalística” (MOTTA, 2016), conforme também assinalaram Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva.

Ainda que vulnerável, o jornalismo age na condição de contrato social com a verdade, em uma produção do real que ensina, por sua narrativa, o que é certo ou errado, quem fala e quem é rejeitado, como se vive e como se morre. Isto é, o fazer jornalístico é o mediador (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004) com habilidade a apresentar a realidade social do mundo - onde também atua como dispositivo de ressignificação. É inegável, logo, atestar que a memória subjetiva (de quem envia a informação e também de quem recebe) se confunde com a objetividade imparcial da notícia. “Portanto, mesmo as notícias jornalísticas objetivas são agentes construtores de uma realidade discursiva e não mera reprodução como um espelho da realidade na medida em que narram histórias” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 36).

Os arquétipos que constituem as hierarquias de poder tal qual o homem perspicaz ou a mulher desequilibrada, por exemplo, estão encravados nesta complexificação da sociedade que marca a diferença como um abismo de desigualdade - em que aquela ou aquele que foge ao padrão universal de cidadania é assumido na condição de desvio, de fraude. É importante demarcar que “[...] colonialidade e objetividade não surgem em separado, pelo contrário: fazem parte de um mesmo projeto de outremização - ou seja: de transformar tudo o que não cabe nos modelos predeterminados de existências em um outro estranho, exótico ou mesmo descartável” (MORAES, 2022, p. 36). Os valores hegemônicos são reproduzidos a partir de uma lógica que assegura validade ao conhecimento dominante (*de verdade*), fabricado na racionalidade de um discurso masculinista, racista e ocidental.

O saber que produzimos e reproduzimos, por lógica, não é descorporificado (MORAES, 2022); ao contrário, traz as marcas do sujeito universal na pele do homem branco, cristão e heterossexual. A pirâmide do poder, logo, é constituída por lugares e por pessoas que valem mais e por lugares e por pessoas que valem menos. É este saber que lemos, ouvimos e assistimos rotineiramente, há décadas, por meio do que retrata a narração do jornalismo.

Todos os dias são centenas de exemplos que demonstram o quanto o jornalismo não vem sendo capaz de complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo. No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 12).

Os conflitos, as utopias, as frustrações, os conflitos, os sonhos e as esperanças da vida humana são habituais, portanto, à rotina do coletivo. No cotidiano há notícias da vida e da morte, de calamidades e vitórias, de heróis e vilões: são fragmentos do tecido social que transformam o mundo em mundo - mas nem por isso merecem ser banalizados, veja bem. É por meio do que eu vivo (e do que entendo sobre o que os outros vivem) que a experiência de existir ganha significado. “Como num ritual, a cada dia que passa, mais um dia é narrado. Um dia a ser posicionado na suprema narrativa humana. E nela, alcançar sentidos” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 34). A vida, porém, não se restringe a quem eu sou ou ao lugar em que habito: esta é uma obviedade, mas há um sem fim de sujeitos e de regiões que extrapolam a minha noção do que é real, e são estas distinções que nos configuram em uma comunidade múltipla cujas identidades se cortam e se entrelaçam em um sistema de riqueza cultural que, em vez de apagado, haveria de ser celebrado, incluído e narrado.

A estruturação do sistema e suas ordens políticas, econômicas e sexuais com ênfase no respeito à diversidade não é linear, no argumento de Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 12); entretanto, o jornalismo como prática social é um agente intrínseco à mudança e deve bancar em sua narrativa a descolonização do poder e a formatação de um discurso que integre e não discrimine. Logo, não pode ser descontextualizado “[...] dos sistemas de poder e de saber que regem as políticas (econômicas, culturais) da sociedade, nem das racionalidades e condições epistêmicas mais amplas nas quais está interseccionado em suas formas prevalentes de conhecer e de produzir conhecimentos”. Ao entender o jornalismo enquanto potente dispositivo capaz de encabeçar debates que alterem a ordem encaixotada e estereotipada da sociedade, a subjetividade aparece na posição de eixo central (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 13-14) sobre o qual são narrados episódios elementares à vida humana.

Desta forma, é preciso dizer que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de

um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante.

É fundada neste panorama que se dá a investigação da jornada jornalística da heroína, em uma avaliação teórico-metodológica que investiga a narrativa de brasileiras na política como intrínseca à forma que eu compreendo o mundo. A subjetividade que atravessa meu fazer na circunstância de jornalista e minha existência enquanto mulher (apesar de encoberta de privilégios outros) é a questão primordial que serve de guia à pesquisa; portanto, é indissociável a prática científica e objetiva da produção afetiva de marcas que me constituem.

Quero atestar, com isso, aquilo que percebi em sistemas de representação que ordenam significados de coisas e de pessoas; e como é arrumada esta relação com vertentes teóricas do jornalismo, de gênero e das projeções do feminino através de arquétipos. Isto é, interessa perceber como as formas de conhecimento são pautadas via jornalismo e quais sentidos (relativos, neste caso, às mulheres na narrativa política) emergem deste estreitamento de valores e da pirâmide que generifica o poder.

As escolhas teóricas, metodológicas e de objeto não são ingênuas, certamente. A intenção com esta pesquisa empírica, objetiva e legítima é ir além e lançar um olhar subjetivo aos paradigmas que atravessam os saberes arquetípicos de gênero e sobretudo os jornalísticos. Ou seja, significa observar as produções simbólicas complexas “[...] que, histórica e culturalmente, vão se constituindo e permeando os modos de vida, as normas sociais, e que, através da (e na) mídia, cada vez mais são (re)produzidas de forma lúdica, atrativa, consumível, veloz, inteligível e, sobretudo, como parâmetro da realidade” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 27). Isso porque o jornalismo está no centro deste fenômeno que integra as instâncias de poder e os valores culturais que atravessam o fazer social, em uma produção contínua e colaborativa entre sujeitos que produzem os fatos e aqueles que os narram, a cada dia, noticiosamente e, deste modo, formulam as lentes com as quais a população apreende o mundo e gera significados.

A relação de objetivos específicos deste estudo traz a pretensão de resgatar etapas e ir além das construções já dadas e performadas por nós: é preciso problematizar os caminhos traçados via jornalismo para entender as marcas constituídas por meio de convenções de gênero. Quer dizer, como os contextos globais produziram certezas quanto a masculinidades e a feminilidades - e qual método a narrativa jornalística apreendeu para reproduzir em larga proporção os fundamentos do que é ser homem e do que é ser mulher.

Visto que também é um dispositivo que não só opera, mas também é constituído por marcadores de gênero, o jornalismo fornece pistas cotidianas e factuais sobre qual o seu parecer diante de tudo que permeia o mundo: a fome, a pobreza, o machismo, o sexismo. Portanto, é imperativo o rastreio do porquê conhecimentos sociais tão escassos, limitados e preconceituosos são legitimados em páginas de jornal, em exemplares de revista, no som do rádio, na imagem da televisão. Como ainda permitimos o apagamento de multidões e a reverberação de minorias na condição de eixo universal da verdade? Como as diferenças são costuradas e apresentadas enquanto desigualdade bem aqui, à nossa frente? Qual a minha contribuição enquanto jornalista mulher para a reprodução em série destes paradigmas? Há um teor nobre que confere à comunicação a habilidade de ensinar didaticamente o que deve ser concebido como norteador de uma sociedade. É dever, logo, inferir sobre toda e qualquer produção que atravesse o nosso fazer.

Em *A pauta é uma arma de combate*, a tão citada e instigadora professora Fabiana Moraes atesta que enquanto estudava os pormenores da produção jornalística, na circunstância de pesquisadora, também o exercia em redações. Me identifico: apesar de já descoberto pelo Brasil, Gramado ainda é um município com arranjos de interior - então há disputas (como a de gênero na política) ainda em caráter de inauguração. Em um contexto predominante branco, masculino e de posicionamento político que beira a extrema direita, atuo em redações de jornais impressos e assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores desde 2008. A tese diz muito sobre quem eu sou, o que defendo, qual exercício jornalístico eu pratico e quais dores carrego; mas, não por isso, é de caráter menos teórico ou acadêmico. Vejo potência nas construções que trago em paralelo à orientação da professora Maria Clara Aquino: aqui são armados saberes sobre o meu fazer nas editorias de política dos veículos em que atuei, por exemplo, e os reforços de estereótipos de valores notícia engendrados naquelas narrativas - tal qual os arranjos de poder. É com esta subjetividade jornalística, política e afetiva que narro estas linhas.

## 5 ONDE: MISSÃO DAS CANDIDATAS

Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista como objeto frágil, e isso é imperdoável. E aí começa a história das mulheres duras.

Dilma Rousseff, 2009.

A jornada jornalística da heroína na política brasileira é gerada com ênfase na proposta de **como** as notícias de mulheres em vias de poder funcionam; e, por consequência, sobre o que elas pretendem ou têm a expressar. A natureza desta pesquisa é qualitativa, uma vez que trago um estudo de cunho estritamente social - portanto, uma análise que avalia as múltiplas qualidades de dado discurso é a mais apropriada. A intenção, sobretudo, é complexificar a produção do conhecimento (no que tange os aspectos de jornalismo e gênero) no sentido de aprofundar e problematizar os espaços noticiados e ocupados por mulheres brasileiras na política do país - isto é, como o jornalismo constrói a jornada de suas heroínas.

A materialização da Missão das Candidatas se dá com a sugestão de um método acessível, nomeado como **Marcos de Dilma**, que se ancora em uma articulação científica que seja mais próxima a todos os sujeitos, pesquisadores ou não. Isto é: a avaliação trazida das próximas páginas é carregada de um fazer pragmático que atende à sua metodologia, porém sem afastar as subjetividades que atravessam o estudo. A intenção é abrir a pesquisa para que cada palavra descrita aqui transite socialmente - e que, com isso, produza conhecimento para todas e para todos.

### 5.1 Como cheguei até aqui: procedimentos teórico-metodológicos

As técnicas que fabricam esta pesquisa são segmentadas em etapas específicas a fim de organizar a formatação de informações e o avançar de descobertas. A metodologia do estudo em comunicação, na perspectiva de práxis investigativa, é intrínseca à construção de uma tese concreta, bem delineada e com aportes que sustentem os marcos teóricos. No entanto, o que os movimentos aqui apresentados sugerem é a elaboração de um fazer científico flexível, que respeite normas e articulações indispensáveis à pesquisa - mas que expanda as possibilidades de experimentação e de inferências, visto que se trata de uma análise social e qualitativa. Isto é, a intenção deste doutorado em Comunicação é traçar a metodologia nomeada como **Marcos de Dilma**, de caráter particular, próprio a esta tese, e que atenda às demandas de seus objetivos; o estímulo à criação destas estratégias criativas (porém ainda técnicas) está na linha de pesquisa Linguagens e Práticas Jornalísticas e no grupo

Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos: é aqui que somos convidadas e convidados, enquanto estudantes e agentes da pesquisa humana, a romper as fronteiras do que está dado a fim de gerar novos meios de conhecimento.

As formas adotadas para dar continuidade à Missão das Candidatas dão conta de um lugar constitutivo que possibilita a condução teórica e empírica da investigação. A metodologia, portanto, aparece como uma dimensão que norteia, orienta, encaminha os processos “[...] de construção da pesquisa, em todos os seus níveis; como instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que vão dando feição ao objeto do conhecimento, que vão se inscrevendo em lógicas atuantes *na captura e fabricação pensada deste objeto*” (Jiani BONIN, 2010, p. 2, grifo da autora). Neste caso, é a jornada de como o jornalismo elabora a mulher na política brasileira.

A operação metodológica deve ser projetada em uma ação consciente da tomada de decisões, visto que resultará em efeitos na pesquisa. O modelo proposto nesta tese é a de um conjunto de escolhas que conferem lógica aos atos dinâmicos da investigação justamente porque não se adequam a determinada metodologia pré-concebida ou já enraizada no fazer científico. São, sobretudo, alternativas inspiradas em elementos e conceitos anteriormente aplicados; e absorvidos, assim, conforme as demandas desta respectiva análise.

A pesquisa da pesquisa aparece como componente substancial aos esquemas metodológicos, na medida em que expande a oferta de estímulos quanto aos procedimentos adotados. É uma prática, logo, que nos possibilita tomar referências de produções que vêm ao encontro da Missão das Candidatas - com noções de gênero, política, métodos, jornalismo e arquétipo que possibilitem novas aquisições a fim de contribuir com o avançar da análise.

Realizar pesquisa da pesquisa implica trabalhar concretamente com investigações produzidas no campo (e em áreas de interface) relacionadas ao problema/objeto, para fazer dessa produção elemento ativo na sua elaboração. Tal movimento exige tanto ações mais operativas de levantamento das pesquisas quanto trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que possibilite ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos de proposições, em vários níveis. Um mapeamento geral das pesquisas realizadas é importante para situar-se nesse processo, e orientará o trabalho de reflexão aprofundada daquelas que se mostrem relevantes (BONIN, 2010, p. 7).

O movimento é necessário para que sejam cessados problemas já investigados e, ainda, a fim de adiantar conhecimentos obtidos por pesquisadoras e pesquisadores em um período precedente. Isso para que possamos construir novas dimensões ao fenômeno da comunicação. A metodologia enquanto item planejado (BONIN, 2010) atravessa a relação

teoria/empíria, que nesta pesquisa será especialmente necessária na formação da linha do tempo política de Dilma Rousseff, objeto de análise da tese. Os marcos trazidos a seguir serão imbricados não apenas pela trajetória da ex-presidenta, mas também (e sobretudo) por conceitos anteriormente estruturados - como gênero, arquétipo e Jornada da Heroína. É sob este contexto que cabe enfatizar a cruzada de conhecimentos que penetram a comunicação, visto que, neste campo, “[...] nossos objetos são multidimensionais; exigentes, portanto de formulações complexas para apreendê-los; daí a necessidade de confluência de saberes disciplinares, apropriados e repensados para responder aos objetos comunicacionais” (BONIN, 2010, p. 4).

Diante destas considerações relativas às escolhas e dinâmicas metodológicas, explico em etapas as ações desempenhadas nos oito semestres de formulação da pesquisa. O berço deste estudo, em sua **primeira fase**, está em uma investigação exploratória que integra a pesquisa da pesquisa (de março a dezembro de 2020), em que foram ingeridas as concepções úteis à problemática em questão. O processo gerou inferências relacionadas à urgência em se elencar índices da mulher na política brasileira e à demanda de intercalar as noções de Jornada do Herói com o arquétipo da Jornada da Heroína.

A apuração bibliográfica incorpora um **segundo momento** da pesquisa, em que um sumário introdutório é arquitetado a fim de prever quais possíveis capítulos envolveriam os conceitos basilares para viabilização da análise empírica. Esta etapa do cronograma da pesquisa pleiteou um maior período da investigação: de janeiro de 2021 até agosto de 2022, em que foram alinhados os referenciais teóricos, os objetivos, o problema de pesquisa e os procedimentos teórico-metodológicos. Nesta fase, a observação de notícias transcorreu em um formato orgânico. Visto que não há demanda de coleta factual de informações ou dados, os conteúdos a serem analisados são visitados em quaisquer períodos (justamente porque estão armazenados nas plataformas de seus respectivos veículos de comunicação).

A análise e a reconfiguração de noções teóricas constituem o **terceiro elemento** dos esquemas metodológicos desenhados para esta tese (de setembro de 2022 a dezembro de 2023). Por meio da articulação de noções de gênero, mulheres em situação de poder, Jornada da Heroína e jornalismo, proponho a constituição da Missão das Candidatas, em que traçamos marcadores da imprensa brasileira projetados quanto ao itinerário percorrido por mulheres na política. O mapeamento se dá a partir da figura mais expressiva deste contexto no país, a ex-presidenta Dilma Rousseff, à frente do Poder Executivo entre os anos de 2011 e 2016. Estão entre as finalidades específicas do estudo: avaliar como o jornalismo reafirma seu discurso masculino; comparar os marcadores masculinos já estabelecidos na teoria da Jornada do

Herói; e averiguar como as atribuições e construções de gênero atravessam os espaços de decisão na política brasileira.

A fim de viabilizar tais propostas, a verificação se dá a partir de um eixo principal e estrutural da tese: a linha do tempo explorada por Dilma Rousseff desde seu anúncio inédito enquanto pré-candidata à presidência da República, pelo então presidente Lula da Silva, em 2008; até seu afastamento definitivo do Palácio do Planalto, 2016, em decorrência do encerramento do processo de *impeachment*. O intervalo de tempo é considerado o mais adequado porque, de fato, coloca Dilma enquanto figura política passível da escolha de eleitores brasileiros - uma vez que, até então, a ex-presidenta ocupava cargos em caráter voluntário ou em nível de indicação (porém, sem a necessidade efetiva de eleição por meio do voto democrático da população). Deste modo, justamente por esta tese construir a Missão das Candidatas, será concebido o período em que Dilma Rousseff estreou, oficialmente, enquanto candidata a um cargo público.

A linha do tempo é resultado de um levantamento teórico-histórico detalhado no Capítulo 2, em que estão dispostos os elementos da infância, juventude, militância e filiação político-partidária da então presidenta. As 12 datas que dão nome à metodologia desta tese são os **Marcos de Dilma**, e estão carregadas de definições de gênero, de arquétipo e de jornalismo a fim de não serem constituídas enquanto ocasiões cronológicas meramente eventuais. Cada item assinalado na linha do tempo é sobreposto por sua dimensão histórica em paralelo a seus significados para as mulheres na política e, ainda, aos sentidos jornalísticos. Isto é: consistem, neste caso, em acontecimentos da trajetória de Dilma Rousseff na política brasileira. Em um caráter contextual, os Marcos de Dilma são percorridos a seguir.

Figura 31 - Marcos de Dilma



Fonte: Elaborado pela autora.

### **Marco 1 - Sucessora**

**Quando: 14 de novembro de 2008**

**O quê:** O então presidente Lula confirma a intenção de indicar o nome de Dilma Rousseff para a Presidência da República. Reações de

aliados e da oposição sinalizavam que, devido à sua alta popularidade, Lula elegeria qualquer indicado, seja uma mulher ou um poste. Há a inauguração de estratégias que colocam Dilma enquanto profissional técnica, e não uma figura política. A pré-candidata é concebida a partir de dois extremos: ora é a mulher divorciada, sem marido, solitária, perigosa e articulada; ora é a que acumula dois casamentos, é submissa e consiste em um sujeito sem habilidade ao poder.

### **Marco 2 - Remodelada**

**Quando: 25 de abril de 2009**

**O quê:** As formatações estéticas da pré-candidata são alteradas com cirurgia plástica facial, ausência de óculos e novo corte de cabelo. Dilma aparece em veículos impressos nacionais e internacionais - e é citada, por vezes, como a *queridinha do presidente* e a *mulher que quer governar o Brasil*. As abordagens estão relacionadas à maternidade, aos amores e aos cuidados de bem-estar. Nesta data, é anunciado o desenvolvimento de um câncer no sistema linfático (linfoma) de 2,5 centímetros na axila esquerda, que demandaria sessões de quimioterapia.

### **Marco 3 - Indicada**

**Quando: 13 de junho de 2010**

**O quê:** Dilma Rousseff é nomeada oficialmente pré-candidata à Presidência da República do Brasil com o slogan de campanha *Para o Brasil seguir mudando*. A coligação era constituída pelos partidos PRB, PDT, PT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B. As remodelações de sua imagem diante da população e de seus aliados continua. Há a preocupação de relacionar a candidata à família e à ideia de uma mulher capaz de gerir o país. A identidade de Dilma é reiterada como a de uma mulher simpática e cortês. O discurso sobre a eleição inédita de uma mulher começa a ser enfatizado.

### **Marco 4 - Eleita**

**Quando: 31 de outubro de 2010**

**O quê:** A data marca a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil. Dilma Rousseff é escolhida em segundo turno diante do candidato José Serra (PSDB) com 56% da preferência da população, o que corresponde a 55,7 milhões de votos válidos. Na posse em 1º de janeiro de 2011, ao contrário de presidentes anteriores, Dilma Rousseff não sobe a rampa do Palácio do Planalto ao lado de sua esposa ou esposo; mas de sua filha, Paula. A mídia, no entanto, atenta ao suposto protagonismo da companheira do vice-presidente Michel Temer, Marcela Temer.

#### **Marco 5 - Vaiada**

**Quando: 12 de junho de 2014**

**O quê:** Na cerimônia de abertura da Copa do Mundo Fifa 2014, no Estádio Arena Corinthians, em São Paulo, a presidenta e candidata à reeleição é vaiada por parte da torcida, que demonstra desagrado com a condução do país. O período também está relacionado a denúncias de corrupção do Partido dos Trabalhadores.

#### **Marco 6 - Reeleita**

**Quando: 26 de outubro de 2014**

**O quê:** Com 54.501.118 votos legítimos, Dilma Rousseff é reeleita presidenta do Brasil. A coligação *Com a Força do Povo* (dos partidos PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB) vence o candidato Aécio Neves (PSDB) em segundo turno, com 51,57% da preferência da população, sob o slogan *Governo novo, ideias novas*. Ao somar o mandato anterior com o atual, Dilma caracteriza seus governos pela maior presença de mulheres nos ministérios: em seis anos, foram 18 ministras e uma presidenta de empresa pública.

#### **Marco 7 - Protestada**

**Quando: 8 de março de 2015**

**O quê:** O segundo ano da nova gestão de Dilma é marcado por instabilidades e protestos. O apoio da Câmara dos Deputados deixa de existir quando Eduardo Cunha (PMDB) vence o candidato Arlindo

Chinaglia (PT) e torna-se o presidente da Casa Legislativa. No Dia Internacional da Mulher, em 2015, parte da população brasileira promove um painel durante pronunciamento da presidenta em rede nacional. Vídeos com buzinas, panelas e gritos de *Fora Dilma* reverberaram em todo o país. O quadro agrava-se com as prisões do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do ex-ministro do governo Lula, José Dirceu, devido aos esquemas de corrupção da Petrobras. Há o emprego de adjetivos como louca, caduca e desequilibrada para definir a presidenta, em paralelo a ironias como o Dilmês, em que sujeitos alegavam a criação de um novo idioma da petista. A objetificação e sexualização da presidenta também são reproduzidas por meio da circulação de memes, tirinhas e montagens de fotografias.

### **Marco 8 - Julgada**

**Quando: 2 de dezembro de 2015**

**O quê:** A desestabilização da Presidência da República e os esquemas de corrupção revelados nos seis anos de mandato motivaram os advogados Helio Bicudo, Miguel Reali Junior e Janaína Paschoal a formalizar, ainda em 2015, um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. O argumento empregado pelo trio é de que a presidenta tenha cometido operações contábeis do Tesouro Nacional em que atrasa de forma intencional o repasse de recursos para bancos privados e públicos e para autarquias - o que provocou a interpretação de crime de responsabilidade. O processo das chamadas pedaladas fiscais foram autorizadas pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que deu início oficialmente ao processo de *impeachment* em 2 de dezembro de 2015. A Comissão Especial eleita para analisar este pedido na Câmara dos Deputados foi confirmada em 17 de março de 2016 com os nomes de Rogério Rosso (PSD/DF) como presidente e de Jovair Arantes (PTB/GO) como relator.

### **Marco 9 - Votada**

**Quando: 17 de abril de 2016**

**O quê:** A votação na Câmara dos Deputados aconteceu em 17 de abril de 2016, em uma sessão de mais de 40 horas, quando os parlamentares aprovaram o encaminhamento do pedido de *impeachment* ao Senado por 367 votos a favor e 137 contra. O cenário, na ocasião, foi incorporado por ares político-partidários, em que parte dos deputados e deputadas atentaram-se a justificativas pessoais ao opinar pelo sim ou não ao *impeachment* de Dilma Rousseff - como a citação de Deus, dos cidadãos de bem do Brasil e da família tradicional brasileira. Por exemplo: para ser compatível ao *impeachment*, o argumento do sucessor eleito de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo PSC-RJ, é enraizado na ditadura militar brasileira, no comunismo e no conservadorismo de famílias.

#### **Marco 10 - Afastada**

**Quando: 12 de maio de 2016**

**O quê:** Após o parecer da Câmara dos Deputados, a Comissão Especial do Senado Federal do Brasil (integrada por Raimundo Lira (PMDB/PB) como presidente e Antonio Anastasia (PSDB/MG) como relator) aceita o pedido formal do processo e vota a admissibilidade do *impeachment* em 12 de maio de 2016: foram 55 votos favoráveis e 22 contrários. Como consequência imediata, a presidenta é afastada do cargo por 180 dias e deixa o Palácio do Planalto ao lado de Lula e ministros de seu governo. O vice Michel Temer (PMDB) se encarrega interinamente de comandar a Presidência da República. Há a reiteração de materiais que retratam Dilma em posições objetificadas, com a exposição da vulva e dos seios, acompanhados de reações de brasileiros e brasileiras sorrindo diante do suposto humor.

#### **Marco 11 - Ouvida**

**Quando: 29 de agosto de 2016**

**O quê:** Nesta data Dilma afirma, em 14 horas de depoimento, que foi vítima de um golpe. A arguição acontece diante de 48 senadores (conduzidos por Renan Calheiros). Este é o último ato oficial da

mineira como presidenta do Brasil. A narrativa tecida a ela ainda é a de um alguém deslocado, fora do lugar a que pertence.

### **Marco 12 - Destituída**

#### **Quando: 31 de agosto de 2016**

**O quê:** O *impeachment* é votado, por fim, em 31 de agosto de 2016, quando 61 votos favoráveis afastam em definitivo a mineira da presidência do Brasil. São 84 anos que separam a permissão ao voto de mulheres e a deposição da primeira eleita para chefiar o país. O dia 1º de setembro de 2016 entra para a história porque marca a definição do início oficial do governo de Michel Temer como 37º presidente da República do Brasil. Como resultado das votações transcorridas naquele ano (17 de abril, na Câmara dos Deputados; e 31 de agosto, no Senado Federal) concentram uma média de 90% de homens na tomada de decisão.

A viabilização da pesquisa transcorre por meio da avaliação de dois jornais brasileiros: *Estadão*, em São Paulo; e *O Globo*, no Rio de Janeiro. A seleção é justificada na **circulação impressa das publicações**, ao que assinala, em 2022, o Instituto Verificador de Comunicação (IVC): os veículos são os mais expressivos em seus respectivos Estados (que, por sua vez, são escolhidos para esta pesquisa em decorrência de suas dimensões ao noticiar acontecimentos jornalísticos no Brasil). O registro assinalado pelo IVC é de que, em junho de 2022, *Estadão* atingiu a circulação média de 63,8 mil exemplares; enquanto *O Globo* confirmou a marca de 65,3 mil. Ao constituir uma análise atravessada por dois meios de comunicação brasileiros, considero que há perspectivas mais largas de tecer um panorama acerca da mulher na política nacional - em vez de atentar a apenas um veículo, por exemplo. No entanto, há a certeza de que a investigação não tem consistência para falar sobre todo o jornalismo produzido no Brasil de 2008 a 2016. O que se observa por meio desta tese é uma amostra da narrativa jornalística que serve como lupa para constituição da jornada da heroína.

Sem a pretensão de conferir, neste momento, uma caracterização ao jornalismo empregado por estes meios, é possível verificar a notoriedade de ambos enquanto negócios, visto que apresentam à população suas próprias agências de notícia homônimas, que distribuem conteúdos a demais jornais do país. *Estadão* e *O Globo* também estão entre os três veículos mais lidos por deputados federais, conforme indicou em 2016 um estudo elaborado

pela FSB Pesquisa. A avaliação contabilizou a resposta de 30 parlamentares de 26 partidos - que atestam, ainda, a preferência em jornais impressos (43%) como principal fonte de informação diária.

Ao propor novos ângulos a fim de experimentar a pesquisa e seus possíveis resultados, a metodologia Marcos de Dilma tem seu estímulo tensionado sobre o texto em movimento, em aspectos mais flexíveis de **como** o texto funciona. A viabilização da Missão das Candidatas se dará em um processo no qual serão expostas as relações de gênero e narrativa jornalística sob um contexto do espaço político e social mediado pelo discurso de *Estadão* e *O Globo*. A partir deste recorte no espaço social, o discurso jornalístico está no lugar da produção de interações referentes à informação e à produção do conhecimento público. A finalidade não será analisar o texto em si enquanto material jornalístico e suas caracterizações; mas as sentenças e elementos atribuídos à Dilma Rousseff enquanto candidata e eleita a fim de coletar ingredientes que visem a construção do arco jornalístico Missão das Candidatas. Ou seja, o que a imprensa brasileira (por meio de *Estadão* e *O Globo*) projeta sobre a mulher no contexto político. A investigação, desta forma, se desenvolve a partir dos procedimentos abaixo listados.

1) Para cada Marcos de Dilma (Marco 1, Marco 2, Marco 3 etc) será selecionada uma notícia de *Estadão* e uma notícia de *O Globo*. Deste modo, a análise final será composta por um corpus de 24 materiais, visto que são 12 marcos;

2) O período a ser analisado em cada veículo corresponde a três dias anteriores e a três dias posteriores à respectiva data de cada marco, totalizando sete dias de análise;

3) A seleção da notícia se dará sob o critério de relevância em sua disposição no jornal: capa, notícia primária no interior da edição, notícia secundária no interior da edição, primeira notícia na editoria de política. A seleção ignora os textos opinativos de colunas e editoriais;

4) Após selecionadas as duas notícias de cada marco (uma de *Estadão* e uma de *O Globo*), serão destacados trechos narrativos que mais concentram informações relativas à Missão das Candidatas;

5) Destes trechos narrativos, por sua vez, serão assinalados os atributos aqui nomeados como **estágios de sentido** que mais emergem em cada notícia avaliada quanto à mulher na política brasileira, a partir do que constrói o jornalismo. A ideia é que apareçam distintos estágios de sentido, que resultarão no arco final da jornada jornalística da heroína;

6) Também serão analisadas as imagens enquanto discurso estático, mas que comunicam. As fotografias devem ser observadas em dois aspectos: expressão facial de Dilma Rousseff e o plano no qual ela é retratada;

7) A partir destas construções, por fim, será criado o mapa que reúne estes estágios de sentido que resultarão na jornada jornalística da heroína - a Missão das Candidatas.

### 5.1.1 Marco 1 - Sucessora

O Marco 1 - Sucessora<sup>9</sup> data de 14 de novembro de 2008 e consiste na intenção do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em indicar Dilma Rousseff para a Presidência da República. A proposta central desta análise não é estritamente comparar a abordagem entre os dois meios de comunicação selecionados como *corpus*, porém uma aproximação entre o discurso dos veículos será necessária - uma vez que tratam de uma mesma cobertura referente a Dilma Rousseff. Isto é, a pesquisa não se constitui perante uma comparação, mas ela deve ser efetuada visando as construções referentes à mulher na política.

Figura 32 - Marco 1 em *Estadão*

## Lula diz que Dilma é a candidata, mas 'não será fácil' ganhar em 2010

Em entrevista a jornais italianos, ele elogia 'potencial extraordinário' da petista, que o acompanha em visita ao papa

**Leoncio Noss**  
ENVIADO ESPECIAL  
ROMA

A ministra-chefe do Caso Civil, Dilma Rousseff, recebeu "selção" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como sua candidata na disputa pelo Palácio do Planalto em 2010. Mas presidente reconhece que não será "fácil ganhar". Em entrevista a cinco diários italianos publicados ontem, Lula deu a largada no seu pensamento presidencial. "Eu, na verdade, tenho um nome no cabeçalho, o da Dilma, chefe da Casa Civil do governo. Ajuda não falei com ela, mas creio que poderá ser uma boa candidata", disse, segundo o *Corriere della Sera*. "Queria que o Brasil, depois de mim, fosse governado por uma mulher, e já existe a pessoa ideal: Dilma Rousseff", afirmou, no registro do *La Repubblica*.

O jornal *Il Manifesto* publicou outro trecho da declaração do presidente. "Creio que o PT deve construir uma base sólida para levar adiante o projeto que estamos implantando no Brasil", disse Lula, segundo o diário. "O partido vai discutir sua candidatura e eu já repeti mais de uma vez, direi que a minha ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem potencial extraordinário para ser a candidata. Mas isso não é importante para nós: é construir uma aliança entre diversas partes e um programa sólido", ressaltou. "Se continuar o nosso movimento a qual no momento, o governo chegou à data das eleições em posição de força."

Diante da repercussão da entrevista de Lula aos jornais italianos, uma Dilma sorridente, de sorriso aberto, apareceu na área residencial do Vaticano com o presidente e outros três ministros, para uma audiência com o papa Bento XVI. Minutos antes de ser cumprimentado pelo

**MINISTROS CATÓLICOS** - Usando véus, Dilma e Maria Leticia recebem terços de presente do papa Bento XVI, observadas por Lula: presidente ganhou uma carreta

**Presidente debate crise com o papa Bento XVI**  
Lula disse ter pedido que ele aborde o tema em suas falas

do Tivoli, um espaço próximo à biblioteca e decorado com dois quadros do pintor renascentista Rafael, na companhia do primeiro-dito: Maria Leticia e dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Celso Amorim (Relações Exteriores), Luiz Dulci (Secretaria-Geral) e Nelson Jobim (Defesa). "Muito

compartilha atenção: o fim do encontro de Lula com Bento XVI. Foi quando o ministro brasileiro teve acesso à biblioteca.

O único que beijou a mão do papa foi o general-de-brasão Gonçalves Dias, chefe da segurança de Lula. Dilma, Maria e o embaixador

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>9</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abrir.link/mR871>.

O Marco 1 - Sucessora em *Estadão* é observado a partir da notícia *Lula diz que Dilma é a candidata, mas 'não será fácil ganhar' em 2010*. O conteúdo é publicado em 14 de novembro de 2008, mesma data que dá origem à linha do tempo de análise da ex-presidenta. A notícia consiste na principal foto de capa da edição do veículo, e a manchete abre a editoria de Nacional, na página 4, ocupando 80% de todo o espaço disponível. O jornalista autor do material é Leonencio Nossa, enviado especial a Roma.

Conforme a metodologia proposta, o período investigado equivale a três dias anteriores ao Marco 1 (de 14 de novembro) até três dias posteriores à data. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 935 páginas. A notícia selecionada atende ao primeiro critério de escolha desta análise: é a única manchete de capa entre todos os conteúdos relacionados à sucessão de Dilma como presidenta do Brasil.

Quadro 4 - Trechos narrativos em Marco 1 (*Estadão*)

<b>Marco 1   Sucessora   Novembro de 2008</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	14 de novembro de 2008, sexta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Nacional. Página 4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Lula diz que Dilma é a candidata [...]. (TN 1)
	A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, recebeu a “bênção” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como sua candidata na disputa pelo Palácio do Planalto em 2010. (TN 2)
	Mas o presidente reconheceu que “não será fácil ganhar”. (TN 3)
	“Queria que o Brasil, depois de mim, fosse governado por uma mulher, e já existe a pessoa ideal: Dilma Rousseff”, afirmou [...]. (TN 4)
	“O partido vai discutir sua candidatura e eu, já repeti mais de uma vez, direi que a minha ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem potencial extraordinário para ser a candidata [...]”. (TN 5)
	[...] uma Dilma sorridente, de terninho preto, apareceu na área residencial do Vaticano com o presidente e outros três ministros, para uma audiência com o papa Bento XVI. Minutos antes de ser cumprimentada pelo papa, ela chegou a sorrir para jornalistas. (TN 6)
Durante os cinco dias em que estive em Roma, a ministra Dilma Rousseff deu duas rápidas entrevistas à imprensa. Fez compras na loja Marvin & Friends,	

	compareceu de forma discreta aos jantares oferecidos à comitiva brasileira e chegou a dizer a jornalistas que adorava Roma. (TN 7)
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia de *Estadão* relata a viagem do então presidente Lula a Roma, em ocasião de visita ao papa Bento XVI. O encontro aconteceu em 13 de novembro de 2008 e é, portanto, noticiado no dia seguinte pelo enviado especial à capital italiana. A intenção da audiência fechada entre papa e presidente é debater a crise financeira internacional que acometia, também, o Brasil. A chefe da Casa Civil, na ocasião, Dilma Rousseff, acompanhou seu antecessor na viagem ao Vaticano. A fotografia retratada por *Estadão* traz o papa Bento XVI em frente à Dilma, com mãos unidas em sinal de cumprimento. Ambos estão em protagonismo na imagem, com o presidente Lula em segundo plano, ao lado do pontífice. A expressão facial da futura presidenta traz um riso simples e discreto, em sinal de reverência e pacificidade. O véu que cobre a cabeça de Dilma traz mais elementos de cortesia e apreço à maior liderança religiosa da Igreja Católica. Ou seja, se constrói uma imagem de acordo e de harmonia entre o governo brasileiro (em especial, de Dilma, que está em protagonismo na imagem) e o Vaticano. É o discurso que vai ao encontro do que narra a notícia.

Apesar de o encontro simbolizar uma considerável relação cordial entre o Brasil e a Igreja Católica em sua sede na Itália (o que gera, assim, potencial jornalístico), a centralidade da informação é invertida e a conversa de Lula com Bento XVI aparece em um contexto periférico, em um discurso secundário. A ida a Roma para detalhar a crise financeira internacional é substituída por um novo elemento: a confirmação inesperada de Dilma Rousseff enquanto possível candidata à Presidência do Brasil.

A garantia de que dois anos antes das eleições nacionais de 2010 o Partido dos Trabalhadores sinaliza a continuidade com a ministra da Casa Civil é expressa de antemão no título da notícia em que “Lula diz que Dilma é candidata” (TN 1), a fim de não restar dúvidas referentes ao posicionamento do presidente - maior e mais emblemática figura do PT até então. A indicação é atravessada pelo depósito de confiança do presidente brasileiro àquela parceira política que aparecia, já, como sua extensão; a “bênção” (TN 2) mencionada em *Estadão* faz referência a esta continuidade: seja do PT no poder, enquanto partido político, seja de Lula e de Dilma enquanto um só, com os mesmos atributos de identidade. Isto é, o presidente não direcionaria seu atestado de segurança a um sujeito oposto a si, que carrega condições contradizentes às suas para se lançar ao cargo de maior potência política do Brasil.

O indício de que “não será fácil ganhar” (TN 3) é emendado à aspiração de Lula em de que o Brasil “fosse governado por uma mulher” (TN 4). O presidente, ao que apresenta a narrativa jornalística de *Estadão*, estreia sentidos de gênero que colocam Dilma como distinta àquilo que brasileiras e brasileiros estão aptos a visualizar no Palácio do Planalto: homens no poder. Ou seja, caso confirmada a pré-candidatura da chefe da Casa Civil, os enfrentamentos tradicionais em uma eleição de caráter nacional ainda seriam acrescidos pelo fato de que Dilma é, afinal, mulher. A relação traçada por Lula em *Estadão*, de uma vitória difícil a uma sucessora do gênero que não é o masculino, aparece como elemento essencial para visualizar o princípio da trajetória de Dilma Rousseff na posição de candidata. É um sujeito desviante da regra que poderá ocupar o maior cargo de gestão pública do país.

A qualificação da futura eleita é assegurada, conforme já mencionado, por seu antecessor, que a coloca como “minha ministra da Casa Civil” cujos atributos são de um “potencial extraordinário” (TN 5). Há a urgência aparente em reforçar as habilidades de Dilma antes ainda de sua garantia como pré-candidata pelo PT - embora sua trajetória política traga décadas de experiência em atuação no meio público.

A narrativa descrita em *Estadão*, nesta notícia, consiste na maior parte em reproduções de falas de Lula dirigidas a jornais italianos (nas entrevistas em que o presidente sinalizou a indicação de Dilma). Quando o jornalista opta pela notícia em terceira pessoa, há elementos que retratam o perfil da futura candidata, em uma atenção natural direcionada à aliada de Lula. A mineira é descrita como um ser simpático, visto que “ela chegou a sorrir para jornalistas”, cujo vestuário é elegante e discreto (TN 6); de suas entrevistas, apresentadas como rápidas, o que se pontua não são estratégias ou decisões políticas, mas a informação de que “adorava Roma” (TN 7). Apesar de um propenso interesse em se descrever Dilma Rousseff na viagem à Itália, as definições ainda a colocam em um cenário simples e raso, construído a partir de seu sorriso, sua roupa e suas compras em Roma. Não é tecida uma construção narrativa que retome, embora brevemente, o percurso técnico e político da brasileira, ou que estabeleça um perfil de quem é Dilma politicamente - o que importa, de fato, para o Brasil. Ela é a protagonista da notícia, visto que poderia ser a próxima presidenta do país; mas sua posição em *Estadão* é a de aliada secundária de Lula que, ao que sinaliza o presidente, receberá o seu aval para as próximas eleições gerais.

O anúncio do presidente, seja intencional ou não, é promovido em um formato espontâneo, para a imprensa italiana e em um cenário que foge ao ambiente político. Ainda: há a interferência religiosa por meio do contexto católico junto ao papa Bento XVI. Não consiste, portanto, em uma informação oficial trazida em coletiva de imprensa ou ato formal

do Partido dos Trabalhadores; a intenção em lançar Dilma Rousseff como primeira presidenta do Brasil tem como conjuntura o cumprimento tradicional e restrito do maior líder religioso do mundo. Com isso, o estágio de sentido que mais emerge em *Estadão* referente ao Marco 1 - Sucessora é do **Conservadorismo** abençoado por Lula e até pelo papa.

Figura 33 - Marco 1 em *O Globo*

## 'Tenho um nome na cabeça. O de Dilma Rousseff'

Em Roma, Lula assume preferência por chefe da Casa Civil como candidata à sua sucessão, na disputa de 2010

**Deborah Berlinck**

*Enviada especial*

• ROMA. Pela primeira vez, de forma direta, o presidente Luiz Inácio da Silva anunciou sua candidata à sucessão: Dilma Rousseff, a chefe da Casa Civil. A cinco jornais italianos, Lula disse que Dilma tem "uma potencialidade extraordinária para ser a candidata". As declarações foram confirmadas à imprensa brasileira. Cada jornal italiano transcreveu a

resposta de uma forma diferente. Mas a mensagem era inequívoca: Dilma.

— Eu, na verdade, tenho um nome na cabeça. O de Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil do governo. Ainda não falei com ela, mas creio que poderá ser uma boa candidata — disse Lula, segundo o "Corriere de la Sera", um dos principais jornais da Itália.

O presidente afirmou aos jornalistas brasileiros:

— Acho que a Dilma pode

ser uma boa candidata para o Brasil.

Quando os italianos perguntaram quem será o candidato do PT em 2010, Lula começou respondendo que já está "com saudades" de ser candidato, porque a próxima campanha presidencial será a primeira desde 1989 em que ele não participa.

— O partido vai discutir a candidatura, e eu já disse publicamente mais de uma vez: vou dizer que a minha ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem um potencial extraordinário para ser a candidata — disse Lula, segundo o "Il Manifesto", jornal comunista, que o Planalto considerou o "mais fiel" na transcrição da resposta do presidente.

Lula acrescentou que era importante "construir antes uma aliança" e ter um programa sólido. E disse que o governo vai chegar à data das eleições "em posição de força":

— Depois, se venceremos ou não, serão os eleitores brasileiros que vão decidir. Mas eu sou otimista.

Aos jornalistas brasileiros, antes de embarcar para Washington, Lula fez uma longa introdução, insistindo que era preciso "primeiro construir uma candidatura junto à base aliada". Mas deixou claro que sua candidata é Dilma:

— Depois de construir com a base, o partido tem que apresentar o candidato, e acho que a Dilma pode ser uma boa candidata para o Brasil. Entretanto,

sequer conversei com a ministra Dilma. E quem conhece a Dilma sabe que ela tem um potencial e poderá ser escolhida.

Lula insistiu que 2009 não é ano de campanha eleitoral e que a prioridade do governo será a consagração do PAC.

— Todos nós temos que trabalhar com muito afinco em 2009, sem pensar em campanha política. Quem estiver esperando que eu vá fazer campanha em 2009, pode começar a tirar isso da agenda. ■

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 1 - Sucessora em *O Globo* é observado a partir da notícia *'Tenho um nome na cabeça. O de Dilma Rousseff'*. O conteúdo é publicado em 14 de novembro de 2008, mesma data que a edição de *Estadão*. A notícia consiste na principal foto de capa da edição do veículo, também semelhante à de *Estadão*; e a manchete abre a editoria de O País, na página 5, ocupando aproximadamente 30% do espaço disponível, sem foto. A jornalista autora do material é Deborah Berlinck, enviada especial a Roma.

O período investigado equivale a três dias anteriores ao Marco 1 (de 14 de novembro) até três dias posteriores à data. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 236 páginas. A notícia escolhida para análise atende ao primeiro critério de seleção: é a única manchete de capa.

Quadro 5 - Trechos narrativos em Marco 1 (*O Globo*)

Marco 1   Sucessora   Novembro de 2008	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	14 de novembro de 2008, sexta -feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de O País. Página 5. Foto de capa

<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Pela primeira vez, de forma direta, o presidente Luiz Inácio da Silva anunciou sua candidata à sucessão: Dilma Rousseff, a chefe da Casa Civil. (TN 1)
	A cinco jornais italianos, Lula disse que Dilma tem “uma potencialidade extraordinária para ser a candidata”. (TN 2)
	“Acho que a Dilma pode ser uma boa candidata para o Brasil”. (TN 3)
	“Entretanto, sequer conversei com a ministra Dilma. E quem conhece a Dilma sabe que ela tem um potencial e poderá ser escolhida”. (TN 4)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia de *O Globo* traz, também, o relato da comitiva brasileira em Roma, liderada pelo presidente Luiz Inácio da Silva. O encontro de 13 de novembro de 2008 é publicado no dia seguinte, em 14 de novembro, após Lula reunir-se com o papa Bento XVI a fim de tratar da crise financeira internacional que atingiu o Brasil. A fotografia disposta na capa do veículo é semelhante à de *Estadão* (com o pontífice em frente à Dilma, com mãos unidas e em primeiro plano). No entanto, na reportagem não há imagens. Ao contrário do veículo de São Paulo, *O Globo* anuncia já no dia 13, em uma notícia secundária, que Lula está a caminho de se encontrar com o papa em Roma. Antes disso, no dia 9, a publicação traz uma manchete de abertura de página descrevendo como Dilma já aparece como possível sucessora de Lula.

A notícia do dia 14 de novembro, no entanto, apesar de posicionar o acontecimento na capa do exemplar, não é ampliada na mesma escala no interior de *O Globo*. Não há fotografia ilustrando o material (o que emerge a hipótese de que não haviam mais opções além da imagem exposta na capa). Entretanto, o material ainda se limita a reproduzir entrevistas de Lula a jornais italianos quanto à possível indicação de Dilma Rousseff, sem descrever por meio da enviada especial como decorreu, de fato, a viagem; ou quais foram os comportamentos e movimentações da futura candidata na Itália.

Por outra perspectiva, contudo, se observa a evidência em reiterar as falas na íntegra do presidente, incluindo os mais variados ângulos e abordagens da imprensa italiana a fim de abranger as intenções e os discursos de Lula no que tange a próxima candidatura. A narrativa jornalística traz, em um espaço inaugural, Dilma Rousseff como “a chefe da Casa Civil” (TN 1) - não a restringindo apenas como possível sucessora do PT na Presidência. A qualificação é direta e atravessa todo o desenvolver da notícia.

Há o reforço de que o anúncio de Lula não foi proferido a um veículo de comunicação italiano, mas que no mínimo cinco jornais (TN 2) da imprensa de Roma noticiaram a sua

“potencialidade extraordinária para ser a candidata”. Ora, assim, há certa defesa e considerável insistência nas competências e habilidades de Dilma Rousseff. Os enunciados diretos de Lula em *O Globo* mencionam a garantia de que ela será uma “boa candidata para o Brasil” (TN 3) e reiteram a capacidade reconhecida por quem atua junto à Dilma, visto que “quem conhece a Dilma sabe que ela tem um potencial” (TN 4). Estes atestados de confiança na narrativa jornalística vão ao encontro da popularidade do então presidente que, embora relacionado, por vezes, a investigações e controvérsias em seu governo, ainda acumula índices expressivos de satisfação do eleitorado do país - o que motivou aliados e oposição a assegurar que Lula elegeria qualquer um, seja uma mulher ou um poste. O presidente reeleito confere (e repete por sequenciais ocasiões) sua anuência à candidatura de sua ministra da Casa Civil. Quer dizer, o sujeito masculino e branco que atende a padrões da universalidade do poder está designando a outro indivíduo o atestado de eficácia.

O conteúdo de *O Globo* não traz elementos relativos à possibilidade de eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, ou sequer ao fato de ela ser mulher. O que é evidente são as descrições de como o então líder público do país confia e deposita sua segurança política e partidária em Dilma - que atua conforme uma réplica sua, ao reproduzir atos e repetir posturas direcionadas à simpatia e popularidade (características não apontadas pelo senso comum como naturais à Dilma). Há duas análises possíveis para este aspecto: na primeira, *O Globo* não faz distinções de gênero por compreender que tanto mulheres quanto homens têm a capacidade de gerir o país; e no segundo viés, o veículo ignora as potências inaugurais de uma brasileira ocupar pela primeira vez em mais de um século de República a cadeira da presidência do país.

Esta sequência de defesas em benefício da futura candidata pode ser avaliada, neste contexto, como uma demanda de apoio político ou suporte emocional para que ela seja eleita. Ou seja, alguém que fale por Dilma, que a proteja, que a oriente, que a carregue (para Roma, por exemplo) como sua apadrinhada. Com isso, o estágio de sentido que mais emerge em *O Globo* referente ao Marco 1 - Sucessora é a defesa do **Padrão** político do poder reforçado nas falas de Lula.

## 5.1.2 Marco 2 - Remodelada

O Marco 2 - Remodelada<sup>10</sup> tensiona as formatações da pré-candidata após rumores e indícios do então presidente Lula quanto à sua candidatura. Esta etapa da linha do tempo Marcos de Dilma se refere à data de 25 de abril de 2009, ocasião em que a brasileira anuncia a retirada de um câncer no sistema linfático (linfoma) de 2,5 centímetros na axila esquerda, que demandaria sessões de quimioterapia.

Figura 34 - Marco 2 em *Estadão*

## Dilma trata câncer linfático e diz que mantém ritmo de trabalho

Candidata de Lula para sua sucessão em 2010, ministra da Casa Civil confirma doença em entrevista coletiva

Silvia Amorim

Principal nome do governo para a sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, confirmou ontem que há cerca de três semanas se submeteu a cirurgia para retirada de um tumor na axila esquerda no Hospital Sírio-Libanês, na capital paulista. Segundo os médicos, a biópsia detectou, há três dias, que se tratava de um linfoma - um tipo de câncer no sistema linfático.

O anúncio sobre o quadro de saúde da ministra, de 61 anos, foi feito à tarde. A própria Dilma, em entrevista no hospital, revelou a doença e disse estar diante de um novo desafio em sua vida. Ela desconversou sobre o eventual impacto do câncer nos planos de lançar-se candidata à Presidência e disse que manterá a rotina de trabalho.

"O que está em pauta é enfrentar esse desafio e sair mais forte do lado de lá", afirmou. "Do ponto de vista da minha atividade, vou mantê-la no mesmo ritmo, até porque não há incompatibilidade entre uma coisa e outra. O tratamento não implica que eu tenha de me retrair. Pelo contrário, acho que vai ser até um fator para me impulsionar."

O nódulo extraído tinha cerca de 2 centímetros e foi descoberto, há cerca de 30 dias, durante tomografia de rotina na região do tórax. "Fizemos um rastreamento no organismo da ministra e o nódulo estava localizado", explicou o cardiologista Roberto Kallil, médico pessoal de Dilma e de Lula. Ela disse que faz exames de prevenção com regularidade. O último havia sido há um ano e dois meses. A hematologista Yana Augusta Sarkis Novis explicou que a chance de cura é de mais de 90% porque a doença foi descoberta em estágio inicial. "Graças aos exames, o diagnóstico foi precoce. A ministra tinha um linfoma em estágio inicial, pequeno e que foi retirado", disse. "As perspectivas são as melhores. Ela vai fazer quimioterapia apenas complementar e por, mais ou menos, quatro meses", completou o oncologista Paulo Hoff, que integra a equipe que assiste a ministra.

### TRANQUILIDADE

Dilma disse que recebeu a notícia "como qualquer pessoa", mas agora está tranquila. "Ninguém gosta de saber que está com uma doença. Mas recebo com tranquilidade, porque tive a sorte de ter esse diagnóstico precoce."

Também se mostrou otimista com a cura. "Estou certa de que vai ser algo que será superado", afirmou. E falou em desafios: "Acho que na vida sempre ficamos diante de desafios. Esse é mais um que vou ter. Tenho certeza de que, como milhares de homens e mulheres anônimos que enfrentam esse processo, o meu objetivo é enfrentar e viver minha vida de forma bastante intensa. Tenho de comemorar a vida diante da doença."

Dilma fará uma sessão de quimioterapia a cada três semanas. Cada uma dura em torno de quatro horas, mas, segundo os médicos, ela será liberada no



TRANQUILA - Dilma Rousseff ao lado do ministro Franklin Martins na chegada ontem ao Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo: "Quero dizer que me sinto muito segura"

### Revelação explica choro em Belo Horizonte na semana passada

Com fama de dura, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tentou a todo custo não demonstrar abatimento ao saber que estava com tumor no sistema linfático. Demorou para falar sobre a doença com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não contou nada nem mesmo para os amigos mais íntimos. Acostumada a ser vista como uma fortaleza, Dilma segurou o problema sozinha. No último dia 17, porém, mesmo sem revelar nada a ninguém, não conteve a emoção e caiu no choro durante

entrevista na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fieng).

O assunto, aparentemente, era trivial: sua ligação com Belo Horizonte.

Ao ser questionada se aquele retorno à capital mineira, sua cidade natal, era uma "viagem sentimental", a pré-candidata do PT à Presidência ficou com a voz embargada. "É o som da infância esse sentimento", disse ela, em prantos.

Silêncio na sala. A entrevista chegou a ser interrompida por

alguns segundos, sem que ninguém entendesse por que Dilma estava tão emocionada.

"Deixem eu me recompor", pediu a ministra. Ainda com os olhos marejados, a chefe da Casa Civil lembrou o escritor Guimarães Rosa e destacou a musicalidade da fala mineira. "Belo Horizonte é o lugar em que eu nasci, me criei, passei minha juventude e fiquei adulta. É muito forte para mim, porque eu acho que temos uma característica única: esse som que eu disse, essa melodia que tem na fala também tem no

meio de ser, na relação com as pessoas", insistiu. E, mais uma vez, chorou.

A exposição da ministra na Fieng sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seguida de entrevista, foi o primeiro de uma série de compromissos que começaram logo cedo e só terminaram perto das 23 horas. Três dias depois de cumprir essa agenda carregada, Dilma chegou às 8 horas ao Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Salu de lá só à noite.

VERA ROSA

desenvolvidos. Até algum tipo de vírus pode ser a causa. Mas nada disso foi constatado na ministra", explicou Yana.

Para a extração do tumor, chamado de linfoma B de grande célula, foi realizado um procedimento cirúrgico simples em ambulatório, que durou 45 minutos. Não foi preciso anestesia, apenas uma sedação.

O anúncio do estado de saúde da ministra foi cercado de suspense. Kallil, ao chegar ao hospital, não quis dar declaração. Dil-

ma, que entrou pela porta da frente do Sírio-Libanês minutos depois, acompanhada do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Franklin Martins, também não deu entrevista. Sorridente, maquiada e de cabelo escovado, apenas pediu aos repórteres que esperassem pela entrevista coletiva.

Dilma ficou sabendo que o tumor era maligno há três dias. Mas à mãe, à filha e ao presidente Lula ela somente deu a notícia anteontem à noite.

Mais informações na pág. A6

### FRASES

**Dilma Rousseff**  
Ministra da Casa Civil  
"O que está em pauta é enfrentar esse desafio e sair mais forte do lado de lá"

"Do ponto de vista da minha atividade, eu vou mantê-la no mesmo ritmo, até porque não há uma incompatibilidade entre uma coisa e outra"

"Recebi como qualquer pessoa. Ninguém gosta de saber que está com uma doença. Mas recebo com tranquilidade, porque tive a sorte de ter esse diagnóstico precoce"

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>10</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/g0jq>.

O Marco 2 - Remodelada em *Estadão* é observado a partir da notícia *Dilma trata câncer linfático e diz que mantém ritmo de trabalho*, publicado em 26 de abril de 2009. A notícia consiste na principal foto de capa da edição do veículo, e a manchete abre a editoria de Nacional, na página 4, ocupando a totalidade do espaço - somando intertítulos e espaços de opinião. A jornalista autora da notícia principal é Silvia Amorim, que conta com a colaboração das colegas Vera Rosa, Sonia Racy, Clarissa Oliveira, Patrícia Campos Mello e Rejane Lima.

O período investigado equivale a três dias anteriores ao Marco 2 (de 25 de abril) até três dias posteriores à data. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 792 páginas. A notícia escolhida para análise atende ao primeiro critério de seleção: é a única manchete de capa com foto.

Quadro 6 - Trechos narrativos em Marco 2 (*Estadão*)

Marco 2   Remodelada   Abril de 2009	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	26 de abril de 2009, domingo
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Nacional. Página 4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Principal nome do governo para a sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010, a ministra-chefe da Casa Civil [...]. (TN 1)
	[...] e disse estar diante de um novo desafio em sua vida. (TN 2)
	Ela desconversou sobre um eventual impacto do câncer nos planos de lançar-se à Presidência e disse que manterá a rotina de trabalho. (TN 3)
	Dilma disse que recebeu a notícia “como qualquer pessoa”, mas agora está tranquila. (TN 4)
	Também se mostrou otimista com a cura. (TN 5)
	“Acho que na vida sempre ficamos diante de desafios. Esse é mais um que eu vou ter”. (TN 6)
	Sorridente, maquiada e de cabelo escovado, apenas pediu aos repórteres que esperassem pela entrevista coletiva. (TN 7)
	Desde o início do ano, ela intensificou sua agenda política e até fez no fim do ano passado uma cirurgia para suavizar as linhas de expressão do rosto. (TN 8)

	Com fama de durona, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tentou a todo custo não demonstrar abatimento ao saber que estava com tumor no sistema linfático. (TN 9)
	Acostumada a ser vista como uma fortaleza, Dilma segurou o problema sozinha. (TN 10)
	No último dia 17, porém, mesmo sem revelar nada a ninguém, não conteve a emoção e caiu no choro durante entrevista [...]. (TN 11)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia que preenche na íntegra a página 4, que abre a editoria de Nacional, é uma construção narrativa da coletiva de imprensa capitaneada por Dilma Rousseff na tarde de 25 de abril de 2009, ao lado de sua equipe médica, a fim de anunciar e detalhar a retirada de um tumor linfático da axila esquerda. Não há a presença de lideranças do Partido dos Trabalhadores - sequer de Lula. O diálogo traz, com ênfase, questionamentos e respostas quanto à possível futura campanha eleitoral da então pré-candidata. Em um caráter descritivo e previsto, até, para uma reportagem cujas dimensões podem interferir no rumo político da nação, o discurso de *Estadão* manifesta as possíveis causas do câncer de Dilma (a partir da fala da equipe médica que cerca a brasileira), os estágios da quimioterapia a que será submetida a paciente e à ordinaryidade da doença, descoberta com antecedência em exames periódicos da então ministra-chefe da Casa Civil.

A narrativa jornalística é amarrada de antemão com o fundamento de que ela é o principal nome da base governista para comandar o país a partir das eleições gerais de 2010 na “sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (TN 1). A confirmação está desenhada na primeira linha da notícia e por ventura é retomada em relatos mais breves ou sutis no decorrer do conteúdo. Isto é, a noticiabilidade óbvia que gera impacto e maximização do que está escrito é vinculada de imediato a quem é Dilma Rousseff naquele abril de 2009: não só a ministra-chefe da Casa Civil, mas a principal e provável sucessora de um dos presidentes mais populares da história política brasileira. Com isso, *Estadão* faz emergir de imediato tensões relativas ao futuro eleitoral da pré-candidata; ora, haverá habilidade física para permanecer tanto em seu cargo, mas sobretudo em campanha política?

As resoluções aparecem na sequência, naquilo que trago como o primeiro de dois aspectos centrais da análise deste Marco 2: a resiliência no enfrentamento de um novo desafio (TN 2 e 6) ancorada em uma suposta barreira cuja força não afetará sequer a rotina de trabalho de quem se vê diante de um tratamento oncológico (TN 3). Ou seja: Dilma Rousseff é inquebrável e carrega rastros de adaptabilidade a quaisquer que sejam os cenários adversos

revelados em sua história. Veja, há demasiada romantização em tal narrativa jornalística - uma vez que, embora a construção noticiosa apenas retrate as informações e percepções apresentadas linearmente a repórteres em coletiva de imprensa, ainda há elementos que demandam hesitação: uma idosa de 61 anos é diagnosticada com tumor linfático que, embora curável, ainda exige quatro meses de quimioterapia a fim de cessar com a doença. Esta mulher é uma das principais candidatas a governar mais de 210 milhões de brasileiros e brasileiras, à época (e seria, ainda, a primeira do gênero feminino a estrear no cargo). Isto é: não há normalidade no anúncio, tampouco tamanha serenidade ou ignorância quanto ao caso recém-descoberto. Não clamo por alardes descomedidos ou sensacionalismo sem fundamentação, mas à especulação criteriosa e ajustada à gravidade e importância, afinal, da doença - visto que pode afetar, a menos de um ano e meio, a Presidência da República do Brasil.

A narrativa é impregnada com pegadas de um apaziguamento do tumor (TN 4), seja nas citações diretas da fala de Dilma Rousseff ou nas sentenças costuradas em terceira pessoa pela autora da notícia. Não há contradição: ambas concordam que o câncer na axila é sinônimo de um marcador trivial na rotina da pré-candidata. A constatação está na garantia de continuidade de atividades laborais da ministra-chefe da Casa Civil, que permanecem sem manutenção - inclusive com agenda de viagens ao lado do presidente Lula. Ainda que haja liberação médica e condições físicas que não impeçam Dilma de avançar em suas ações públicas, não há resquícios, mesmo que sóbrios, de cautela ou de fragilidade diante da descoberta e do tratamento do linfoma. O sentido que faz eco, logo, é o da força inabalável, da saúde inquestionável, do otimismo inflexível (TN 5). Em outras palavras, o comportamento e a narrativa jornalística tecida a partir desta conduta é a de uma mulher na política brasileira (o que já se configura enquanto raridade) que atua mediada por atributos de robustez, de frieza, de insensibilidade, de disciplina e de sensatez. A tranquilidade na abordagem e na compreensão do que é o câncer em sua trajetória particular e política desvendam subsídios de que a pré-candidata não se retrai perante adversidades; e que a missão pública por meio do trabalho é a protagonista de sua rotina - em vez da fragilidade sugerida em decorrência do tratamento oncológico.

Nesta esteira, há pistas subjetivas de quem escreve e descreve Dilma Rousseff sob tais ângulos de passividade e praticidade. O histórico de a ministra ter “fama de durona” (TN 9) é retomado nesta narrativa jornalística na corrente de um fio que, conforme observado no Capítulo 2, amarra o percurso profissional da pré-candidata. Isto é, os traços de dureza e rigidez são características regularmente associadas a Dilma - logo, estão impregnadas em percepções do senso comum, incluindo jornalistas que narram informações vinculadas à

ministra. Há o vislumbre de um jornalismo neutro e objetivo que reproduz as falas não só da paciente, mas de médicos especialistas que conduzem o caso; entretanto, os intertítulos somados a escolha de palavras como “durona”, “tranquila” e “otimista” condizem com escolhas próprias de quem discursa, via jornal, sobre o fato: a jornalista.

As manifestações recorrem com insistência, no texto, ao silêncio de Dilma Rousseff, que não comunicou a descoberta com anterioridade para colegas de partido, para o então presidente Lula da Silva ou para familiares próximos, como a mãe e a filha (estes últimos haviam sido informados apenas na véspera). Há ênfase, portanto, do jornalismo do veículo, em demarcar relatos de desconhecimento de lideranças do PT, que questionavam a veracidade do fato. Quer dizer, a decisão de Dilma por experimentar a sós a ocorrência do linfoma (TN 10), em silêncio, e apenas após a cirurgia de remoção do nódulo comunicar família, partido político e população, vai ao encontro do padrão de atuação que performa em sua trajetória: a da mulher resistente, impenetrável, independente. São configurações que, a saber, estão acorrentadas a produções e expectativas do masculino.

Daí o alerta que faço para o segundo item crucial na avaliação do Marco 2 de Dilma Rousseff: a contradição na narrativa jornalística de *Estadão* está na conduta que, por um viés, explora a força e a mansidão da pré-candidata diante da quimioterapia; contudo, por outra perspectiva o texto coloca a ministra em face da vaidade quando retrata o sorriso, o cabelo escovado e a maquiagem (TN 7) em extensão à cirurgia plástica “para suavizar as linhas de expressão do rosto” (TN 8). Ora, são qualidades que não interferem no cunho central da notícia - a não ser que estas atividades estejam relacionadas ao bem-estar de Dilma mesmo diante do linfoma. O prognóstico validado nesta tese é o de que, embora estejam íntimos à ministra os traços conferidos com maior frequência ao masculino, ainda há ensaios para reiterar marcas de uma construção feminina no estereótipo de quem é a pré-candidata de Lula: uma mulher que está maquiada, foi ao cabeleireiro, é emotiva (TN 11) e está gentil mesmo em tratamento oncológico. São particularidades destas construções de gênero que escapam sobre o padrão feminino que não é correspondido por Dilma Rousseff tal qual a projeção do senso comum anseia.

A fotografia que abre a reportagem vai ao encontro destas constatações: uma pré-candidata que aparece em primeiro plano sorridente, pacífica, em um caminhar equilibrado. Está amparada da equipe médica que também a contorna durante a entrevista coletiva - reafirmando a segurança de que, apesar da decisão de enfrentar os primeiros períodos do tumor sem o apoio de colegas, amigos e familiares, há uma rede de amparo profissional à

ministra. Isto posto, o estágio de sentido que mais emerge em *Estadão* referente ao Marco 2 - Remodelada é o de **Fortaleza** da mulher na política brasileira.

Figura 35 - Marco 2 em *O Globo*



A MINISTRA DILMA Rousseff com um de seus médicos, o cardiologista Roberto Kalil Filho, na entrevista em que a ministra e os especialistas explicaram a doença, em São Paulo: otimismo com a recuperação

## Dilma faz tratamento contra câncer linfático

Tumor, descoberto em estágio inicial, foi retirado. Ministra inicia quimioterapia e diz que manterá atividades

Wagner Gomes e Ricardo Galhardo

• SÃO PAULO. Principal nome do presidente Lula e do PT para disputar a Presidência da República em 2010, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, está em tratamento contra um câncer linfático. Em entrevista ontem no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, onde vem sendo atendida, Dilma, de 61 anos, contou ontem a retirada de um linfoma na axila esquerda e afirmou que fará quimioterapia, "assim como tantas mulheres e homens". A ministra acrescentou ter certeza de que vai superar a doença e sair "mais forte do lado de lá".

Segundo Dilma, o câncer — chamado de Linfoma de Grandes Células — foi constatado em exames de rotina, 20 ou 30 dias atrás, e o gânglio, extraído numa cirurgia ambulatorial. Ela disse ter recebido dos médicos a garantia de que não precisará diminuir o ritmo de trabalho. A quimioterapia deverá durar cerca de quatro meses, e cada sessão terá aproximadamente quatro horas.

— Na vida, a gente enfrenta desafios. A vida é um desafio permanente. Este é mais um desafio que estou tendo e tenho certeza que o enfrentarei. Nós, brasileiros, somos capazes de superar obstáculos e sair inteiros do lado de lá

cial. O oncologista Paulo Hoff, que também participou da entrevista, afirmou que um linfoma detectado em estágio inicial, como no caso de Dilma, tem chance de cura superior a 90%. Segundo ele, é possível considerar o paciente totalmente curado após o tratamento. Neste momento, segundo Hoff, não há evidência de sintomas na ministra, que, por sua vez, disse que está se sentindo muito bem.

— Sinto-me perfeitamente bem. Meu objetivo é enfrentar este processo e viver minha vida de forma bastante intensa — disse a ministra, acrescentando que este é inclusive, momento para comemorar a vida.

Depois da entrevista em São Paulo, Dilma voltou ontem mesmo para Brasília. ■

Ainda não se sabe se a quimioterapia poderá causar queda de cabelo, já que reações a tratamentos são diferentes de pessoa para pessoa. A ministra disse que, apesar da doença, vai manter o mesmo ritmo de trabalho.

— Vou manter o mesmo ritmo que venho mantendo até porque, vocês podem perguntar para os médicos, não há nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra. Esse tratamento não implica que eu tenha de retrair ou deixar de comparecer às minhas atividades. Pelo contrário, acredito até que será um fator para me impulsionar — afirmou ela.

A ministra se manteve segura durante a entrevista, mas não escondeu a dificuldade de passar por um tratamento como esse. Segundo ela, a quimioterapia foi recomendada como tratamento complementar.

— A quimioterapia é sempre algo muito desagradável, mas, como tantas mulheres e homens que enfrentam esse desafio e superam, tenho certeza que nesse caso vou ter um processo de superação dessa doença.

Atualmente, os cuidados pré-quimioterápicos atenuam muitos os sintomas — disse a hematologista Yana Novits, da equipe responsável pela ministra.

As sessões de quatro horas vão se estender pelos próximos quatro meses, a cada três semanas. Segundo os médicos, o linfoma foi encontrado durante tomografia de rotina no pulmão.

Imediatamente os médicos retiraram o tumor de aproximadamente 2,5 centímetros em uma intervenção que durou 45 minutos, executada pelo cirurgião Raul Younes.

A biópsia revelou se tratar de um linfoma agressivo (alto grau e velocidade de desenvolvimento) não-Hodgkin (LNH) do tipo



DILMA ROUSSEFF deixa o hospital Sírio-Libanês, após a revelação do tratamento contra um linfoma; ontem mesmo ela voltou para Brasília

## Quimioterapia deve durar quatro meses

Depois das sessões, ministra terá de ter acompanhamento periódico

• SÃO PAULO. A ministra Dilma Rousseff será submetida à primeira sessão de quimioterapia dentro de aproximadamente dez dias. Embora os médicos do hospital Sírio-Libanês digam que as atividades da ministra não serão afetadas, o tratamento pode provocar enjoos, queda da imunidade e sensação de cansaço, além da queda de cabelos. A intensidade dos sintomas depende de cada paciente.

Em outubro de 2007, a ministra Dilma Rousseff foi internada no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, com quadro de diverticulite aguda (processo inflamatório no intestino grosso). De acordo com boletim divulgado à época pelo hospital, Dilma foi tratada com antibióticos e seu estado de saúde era estável, não havendo necessidade de cirurgia. Internada por dois dias, Dilma foi assistida por uma equipe de gastroenterologistas.

Dilma fora fazer exames de rotina, quando foi diagnosticado o problema. A doença é provocada pela falta de fibras na dieta alimentar. Desde então, Dilma passou a tomar mais cuidado com os hábitos alimentares, optando por saladas, queijos e carnes leves. A dieta, inclusive, a fez ficar mais magra. Ontem, os médicos disseram o câncer agora descoberto não tem qualquer relação com a diverticulite.

R. nível IA numa escala até 4. Esse tipo de câncer afeta os linfócitos, glóbulos brancos que integram o sistema imunológico. As células malignas se multiplicam de maneira anormal, rapidamente, tomando o espaço das células saudáveis e se acumulando nos linfonos, conhecidos como gânglios, que funcionam como anteparos do sistema linfático. Uma vez afetados, os gânglios ficam dilatados.

Ainda não existem pesquisas que indiquem com precisão as causas do câncer linfático. Entretanto, apontam maior grau de incidência em países industrializados como Austrália, Nova Zelândia, EUA e Europa.

Isso leva a especulações de que os linfonos podem ser consequência do estilo de vida moderno, poluição e alimentos industrializados ou com muitos agrotóxicos.

No caso da ministra, o linfoma foi descoberto ainda em fase inicial, o que aumenta muito as chances de cura. Segundo os médicos, apenas um gânglio na axila esquerda foi contaminado (e extirpado).

A decisão de submeter Dilma a quimioterapia tem os objetivos de eliminar as células malignas do sangue e, eventualmente, outros gânglios que possam ter sido contaminados mas não foram detectados nos exames.

Depois da quimioterapia, Dilma terá de passar periodicamente por exames para prevenir o surgimento de novos gânglios contaminados. Segundo pesquisas, a maior parte dos casos de reincidência acontece até dois anos depois do término do tratamento. (Ricardo Galhardo) ■

### Em 2007, diverticulite

Médicos negam qualquer relação

• Em outubro de 2007, a ministra Dilma Rousseff foi internada no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, com quadro de diverticulite aguda (processo inflamatório no intestino grosso). De acordo com boletim divulgado à época pelo hospital, Dilma foi tratada com antibióticos e seu estado de saúde era estável, não havendo necessidade de cirurgia. Internada por dois dias, Dilma foi assistida por uma equipe de gastroenterologistas.

Dilma fora fazer exames de rotina, quando foi diagnosticado o problema. A doença é provocada pela falta de fibras na dieta alimentar. Desde então, Dilma passou a tomar mais cuidado com os hábitos alimentares, optando por saladas, queijos e carnes leves. A dieta, inclusive, a fez ficar mais magra. Ontem, os médicos disseram o câncer agora descoberto não tem qualquer relação com a diverticulite.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 2 - Remodelada em *Estadão* é observado a partir da notícia *Dilma faz tratamento contra câncer linfático*, publicada em 26 de abril de 2009. O material integra uma cobertura ampla, que totalizam cinco páginas - além da manchete de capa com fotografia. O conteúdo principal aparece na página 11, na editoria de O País (que será analisado nesta pesquisa). Na sequência, há uma notícia de página inteira que aborda as chances de cura indicadas por especialistas, em uma narrativa mais técnica; o próximo texto relata a perspectiva do presidente Lula que sugeriu a divulgação do tratamento; a página seguinte traz uma construção relacionada ao Partido dos Trabalhadores e aos rumores quanto à eleição de 2010; e para finalizar, a narrativa jornalística de *O Globo* apresenta a solidariedade de PSDB e DEM à doença da petista.

A autoria da notícia da página 11, em análise no Marco 2, é de Wagner Gomes e Ricardo Galhardo. O período investigado equivale a três dias anteriores ao Marco 2 (de 25 de abril) até três dias posteriores à data. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 302 páginas. A notícia escolhida para análise atende ao primeiro critério de seleção, aparecendo como a manchete de capa com foto.

Quadro 7 - Trechos narrativos em Marco 2 (*O Globo*)

Marco 2   Remodelada   Abril de 2009	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	26 de abril de 2009, domingo
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de O País. Página 11. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Principal nome do presidente Lula e do PT para disputar a Presidência da República em 2010, a ministra da Casa Civil [...]. (TN 1)
	“Assim como tantas mulheres e homens”. (TN 2)
	A ministra acrescentou ter certeza de que vai superar a doença e sair “mais forte do lado de lá”. (TN 3)
	Ainda não se sabe se a quimioterapia poderá causar queda de cabelo [...] (TN 4)
	“Esse tratamento não implica que eu tenha de retrainir ou deixar de comparecer às minhas atividades. Pelo contrário, acredito até que será um fator para eu me impulsionar”. (TN 5)
	A ministra se manteve segura durante a entrevista [...]. (TN 6)

	“A quimioterapia é sempre algo muito desagradável, mas, como tantas mulheres e homens que enfrentam esse desafio e superam, tenho certeza que nesse caso vou ter um processo de superação dessa doença”. (TN 7)
	[...] o tratamento pode provocar enjoos, queda da imunidade e sensação de cansaço, além da queda de cabelos. (TN 8)
	Segundo pesquisas, a maior parte dos casos de reincidência acontece até dois anos depois do término do tratamento. (TN 9)
	A dieta, inclusive, a fez ficar mais magra. (TN 10)

Fonte: Elaborado pela autora.

O texto do Marco 2 em *O Globo* integra a totalidade da página 11 da editoria de O País com o relato da coletiva de imprensa que, em 25 de abril de 2009, anuncia a retirada de um linfoma na axila esquerda da pré-candidata. A narrativa tem caráter de descrição e se desenvolve em ordem cronológica, apresentando linearmente a descoberta da doença, a gravidade, o tratamento, as probabilidades de cura. Os desdobramentos aparecem em conteúdos posteriores, em outras quatro páginas de ganchos da reportagem. Nesta notícia, Dilma Rousseff é a protagonista do relato do veículo - e aparece ao lado da equipe médica do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. O texto atende a uma condição técnica, com definições de causas e sintomas da doença da petista. Não há participação ou sequer menção do presidente Lula ou de lideranças do Partido dos Trabalhadores.

A noticiabilidade da narrativa jornalística é sinalizada de imediato na sentença de abertura da notícia (TN 1), em que Dilma Rousseff não é apontada enquanto suposta ou pré-candidata, mas como principal nome tanto de Lula da Silva quanto do Partido dos Trabalhadores na conjuntura de aglomeração político-partidária. Isto é, o texto inaugura seus sentidos aos leitores e às leitoras motivado em comunicar sobre a provável sucessora do então presidente - que circula entre a popularidade da massa de eleitores brasileiros.

Não há referência direta à petista na condição do gênero feminino, com a listagem de caracterizações próprias do senso comum; sequer é mencionada a particularidade de Dilma ser mulher, ou de ser a possível primeira mulher na Presidência da República. No entanto, é possível perceber movimentos discursivos indiretos, que caminham na esteira da descrição (TN 4, 8, 10) e que, embora sutis, vinculam seu efeito à vaidade e à fragilidade habitualmente coladas ao feminino. Ao narrar uma presumível queda de cabelo, enjoos, cansaço e magreza (em decorrência de uma doença anterior, em 2007), a construção noticiosa em *O Globo* confere marcos de vulnerabilidade e debilidade da ministra da Casa Civil. Veja, por óbvio,

enquanto paciente oncológica, Dilma atravessa percursos que comprometem sua performance física e têm como resultado sintomas que margeiam a fraqueza e a redução de atividades corriqueiras; todavia, indícios de peso, de situação capilar ou de fragilidade narrados por um veículo no anúncio do tratamento quimioterápico potencializa sentidos de instabilidade, logo, associado ao gênero feminino.

Na contramão desta natureza, entretanto, aparece no texto de *O Globo* o discurso enfático de Dilma Rousseff quanto à imunidade de suas execuções diárias (TN 5), que permanecem no mesmo ciclo precedente ao da doença. A pré-candidata é enfática ao não alarmar para as causas ou efeitos do linfoma, visto que entrega à imprensa - e por consequência à população - pistas de otimismo ao se igualar a tantas “mulheres e homens” (TN 2) que já percorreram os trilhos do tratamento de câncer e que “saíram mais forte do lado de lá” (TN 3). Logo, há a segurança conferida não só na fala direta da pré-candidata, mas na narrativa do veículo, ao justificar que a petista “se manteve segura” (TN 6) durante o anúncio da descoberta da doença e que a reincidência completa é possível e decorre em um período de caráter breve, em até dois anos após a conclusão do tratamento (TN 9).

A linha do tempo da trajetória política, sobretudo, de Dilma Rousseff, carrega marcadores de superação em virtude de adversidades sociais, culturais, de gênero. Não há intenção em beatificar ou proteger o currículo e as decisões da brasileira, mas atentar aos traços que integram (a ver no Capítulo 2) o percurso público da então pré-candidata (a exemplo de centenas de milhares de brasileiras e de brasileiros que transpassam desafios de cunho mais rígido e doloroso, até, do que os percalços de Dilma). O que está dado é que as decisões da mineira e os acasos da vida, porque não, a conduziram a uma série de adversidades urgentes de serem combatidas. O tumor é uma referência nesta biografia. Não à toa, portanto, a ministra-chefe da Casa Civil tem uma fala reproduzida na íntegra por *O Globo* em que garante o “processo de superação dessa doença” (TN 7). A conduta, conforme sinalizado anteriormente, tem relação com a maturidade profissional de não enfraquecer sua capacidade de comando via governo federal - o que impacta em um cenário direto a vida diária de milhões de brasileiros e brasileiras. Ou seja, é necessário se apresentar confiante e tranquila para não gerar incertezas e instabilidades na população. Da mesma forma, é transparente a intenção seja de Dilma, seja da narrativa espelhada por meio do jornalismo, de reforçar a superação tão reproduzida na história da pré-candidata em uma circunstância que normaliza, de certa forma, a ocorrência de um câncer a uma liderança de Estado do país - e possível futura presidenta da nação.

É possível perceber uma aproximação ao arquétipo de guerreira retratado em mitos e contos da sociedade: é aquela que combate, aguerrida e incansável. A que supera. Quem é a heroína, afinal, se não a que resiste, que tolera, que luta? Neste movimento, há medidas de encantamento diante de infelicidades suscitadas pela vida, em uma trivialidade da dificuldade; quer dizer, a tragédia é justificativa para tornar-se forte, para ver-se mais resistente. A justiça (de quem informa a população), a disciplina (de quem não faltará ao trabalho), o compromisso (de quem seguirá com suas atribuições) e a coragem (de quem não se demonstra frágil) são atributos que formatam este arquétipo que vai ao encontro da performance da pré-candidata, por meio da narrativa de *O Globo*, defronte ao linfoma.

As duas fotografias que ilustram a notícia dão conta da ambiguidade de significados na conduta de Dilma Rousseff - e, em especial, naquilo que narra o veículo quanto à doença. A imagem de abertura traz a pré-candidata na condição passiva de ouvinte do médico que, ao seu lado, explana sobre a descoberta do linfoma. Não há expressão de ânimo ou desgosto, mas certa neutralidade que beira a inércia, a indiferença. A mão que ampara o rosto dá indícios de reflexão, indo ao encontro da posição de retaguarda: naquele instante captado e reproduzido por *O Globo*, ela é a paciente que está na escuta do diagnóstico. Logo abaixo, em categoria secundária, o que aparece aos olhos do leitor é outra Dilma: cercada de jornalistas e fotógrafos, é registrada ao descer do veículo oficial na chegada ao hospital instantes antes da coletiva de imprensa. Os elementos-chave desta figura revelam uma pré-candidata alegre, pacífica, disposta; está em uma conduta contrária à passividade anterior, justamente aparentando vigor diante das câmeras. Caso apenas uma das imagens fosse selecionada para esta página de *O Globo*, a expressividade não seria tão extrema; porém, como estão a centímetros de distância, se percebem duas movimentações de apresentação da petista por meio do jornalismo do veículo: a paciente que pondera e a pré-candidata que atua.

O poder político generificado entra neste emaranhado de sentidos ao se espelhar em um jornalismo que narra as jornadas de mulheres sem complexificar esta inércia, esta naturalização da gravidade dos fatos. A elas, tudo é brando. A elas, tudo é corajoso. Ou, em controvérsia, a elas tudo é frágil e caótico. São as histórias de vida do jornalismo que carregam subjetividades e retratam o funcionamento do mundo: pessoas têm câncer, e o que fazem com este câncer? Mulheres na política sobrevivem? Mulheres na política, com câncer e idosas, sobrevivem? E como sobrevivem?

As notícias integram um movimento coletivo, uma vez que se liberam de sua singularidade ao estampar a página de um jornal. A informação narrada via jornalismo chega ao mundo, portanto, e corta o cotidiano de cada um e cada uma de nós; ou seja, de que forma

me afeta como mulher visualizar uma idosa de 61 anos trabalhando incansável apesar de um linfoma? Quais sentidos são despertados, o da coragem ou o da loucura? O da força ou o do descuido? Como posso me proteger de descobrir, também, um tumor? Não há uma análise jornalística sobre quais subjetividades são costuradas neste texto, apenas o relato de uma mulher privilegiada, cercada de médicos de alto nível, que salutarmente em seus exames de rotina particulares (não via longas fila de espera do SUS) descobriu previamente um linfoma. A cura é provável, mas a quantos e quantas outras também seria ou será provável? Quantas outras Dilmas não descobrem todos os dias seus cânceres, em estágio final? Quantas mulheres não narradas no jornalismo (ou, pior, narradas em micro escala) vivem e morrem com seus tumores, sejam eles quais forem? O jornalismo é uma instituição social que gera conhecimento e partilha saberes; é dever de quem está por trás de cada palavra se responsabilizar por efeitos que interferem na rotina especialmente de quem, ao contrário da petista, não tem o privilégio da garantia de um tratamento qualitativo, pacífico, atencioso.

Retomo a perspectiva do poder político: é uma das escamas sociais forjada em instâncias do masculino vinculadas à rigidez, à solidez, à bravura, à coragem. Caso fuja destes atributos, Dilma desce degraus na escala já tão íngreme da hierarquia pública no Brasil - tanto diante de seus futuros eleitores, quanto (e principalmente) diante de partidários e prováveis concorrentes à Presidência da República. A humanização da petista, até cogitada em entrelinhas por *Estadão* e *O Globo*, não é permitida a ela - caso contrário, perde a essência de ser quem é, uma candidata em meio a dezenas de centenas de candidatos na política; caso contrário, lembrarão que é ela só mais uma mulher.

Lembro que esta não é uma análise para qualificar o jornalismo destes veículos, mas para subjetivamente, com o amparo teórico de capítulos precedentes e com crenças que sustentam o meu fazer de jornalista e de ser humano, apresentar os marcos que este jornalismo escancara quanto às mulheres na política brasileira. Por conseguinte, o estágio de sentido que mais emerge em *O Globo* referente ao Marco 2 - Remodelada é o de **Superação**.

### 5.1.3 Marco 3 - Indicada

O Marco 3 - Indicada<sup>11</sup> da linha do tempo histórica de Dilma Rousseff faz referência ao dia 13 de junho de 2010, quando a então ministra-chefe da Casa Civil é nomeada oficialmente como pré-candidata do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, na condição de sucessora do popular líder Luiz Inácio Lula da Silva. A campanha

---

<sup>11</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/g3nI>.

da petista se dá a partir do slogan *Para o Brasil seguir mudando*, ao lado da coligação integrada pelos partidos PRB, PDT, PT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B.

### Figura 36 - Marco 3 em *Estadão*

**Sucesso.** Lançada oficialmente pelo PT como candidata à sucessão presidencial, ex-ministra assume o figurino de herdeira política do atual titular do Planalto, responde a José Serra com discurso em tom agregador e promete "continuar o Brasil de Lula"

## Em festa dominada por Lula, Dilma acusa adversários de usar 'veneno'

Vera Rosa | BRASÍLIA

Na convenção do PT que oficializou ontem sua candidatura ao Palácio do Planalto, Dilma Rousseff prometeu fazer um governo de "união de forças" e vestiu o figurino de herdeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no inventário petista. Numa espécie de simbiose com seu padrinho político, ela disse que, eleita, continuará o "Brasil de Lula", com alma e coração de mulher.

"Sei como buscar a união de forças e não a divisão estéril", afirmou Dilma. "Sei como estimular o debate político sério e não o envenenamento, que não serve a ninguém." Foi, na prática, um recado ao adversário do PSDB, José Serra, para quem o governo do PT jogou "jogos contra ricos" e quer dividir o País.

O PT preparou um megaespetáculo para o lançamento de Dilma, com show de luzes e cores, mas a estrela da festa foi mesmo Lula, de longe o mais aplaudido. Ao lembrar que pela primeira vez seu nome não estará na cédula, desde a redemocratização e em 30 anos do PT, o presidente disse que o povo sentirá sua falta e aproveitou para colar sua imagem à de Dilma.

"Vai ter um vazio na cédula e, para que esse vazio seja preenchido, eu mudei de nome e vou colocar Dilma lá", gritou Lula, sob aplausos da plateia, composta por cerca de 1,8 mil petistas. "Eu quero passar o bastão da campanha para você!", emendou, dirigindo-se à ex-ministra da Casa Civil.

Dilma fez um discurso de 50 minutos, mas não empolgou os militantes. Citou 18 vezes Lula e em outras 22 iniciou a frase com um "Para o Brasil seguir mudando", nome da coligação que sustenta sua candidatura, formada por sete partidos (PT, PMDB, PSB, PC do B, PDT, PR e PRB). Ela prometeu "aprofundar o olhar social", "governar para todos" e "erradicar a miséria".

**'Estorvo e carga.'** Ao lado do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), candidata a vice em sua chapa, Dilma invés-

#### • Jogo casado

**LULA**  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
"Vai ter um vazio na cédula e, para que esse vazio seja preenchido, eu mudei de nome e vou colocar Dilma lá. Ai as pessoas vão votar"

**DILMA ROUSSEFF**  
CANDIDATA DO PT À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
"Para ampliar e aprofundar o olhar de Lula, ninguém melhor do que uma mulher na Presidência da República"

tiu no discurso agregador, contra a divisão do País, dando estocadas em Serra e na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Embora sem citar o nome dos tucanos, não deixou dúvidas sobre quem falava.

"Historicamente, quase todos os governantes brasileiros governaram para um terço da população. Para muitos deles, o resto era peso, estorvo e carga", afirmou a candidata do PT. "Falavam que tinham que arrumar a casa primeiro. Falavam e nunca arrumavam, porque é impossível arrumar uma casa deixando dois terços dos filhos ao relento, à margem do progresso e da civilização."

**Palavra.** Ainda sem entusiasmas a plateia, que soltava tímidos aplausos, Dilma comparou o Brasil de gestões passadas a "uma casa dividida", marcada pela injustiça e pelo ressentimento. Temer, que apoiou o governo Fernando Henrique, garantiu que o PMDB entrará "com a sua alma" na campanha de Dilma. "A classe média, convenhamos, foi ao paraiso no governo Lula", comentou.

A candidata do PT dedicou boa parte do pronunciamento à apresentação de linhas gerais de seu programa de governo, como reforma política e ampliação dos investimentos em educação. "Continuar não é repetir. Avançar", insistiu.

Gouveia ao presidente do PT, Jo-

sé Eduardo Dutra, fez os ataques mais contundentes a Serra: "Ele conhece o fracasso do governo de que participou."

Sem responder diretamente às críticas do rival tucano, que na convenção do PSDB, na véspera, disse não ter caído de paraquedas na política, Dilma pregou um "dêutero de alto nível". Destacou, porém, que vai confrontar "projetos e programas". A estratégia do comando petista prevê uma campanha plebiscitária entre Dilma e Serra.

"Vamos esclarecer ao povo que somos diferentes dos outros candidatos. Mas, depois de eleitos, governaremos para todos, como fez Lula, o presidente que mais uniu os brasileiros", argumentou a candidata.

**Mulheres.** Decorada com imensos painéis exibindo uma Dilma sorridente, de mãos dadas com Lula e ao lado dos novos aliados - desafetos do PT num passado não muito distante, como o presidente do Senado, José Sarney (PMDB) -, a convenção petista foi preparada para ser uma celebração à mulher. Várias delas, que se destacaram na arte e na política, em épocas diferentes - como Anita Garibaldi, Chiquinha Gonzaga, Paga e Rose Marie Muraro - foram ali homenageadas.

"É mais que simbólico que, nesse momento, o PT e os partidos aliados estejam dizendo: 'Chegou a hora de uma mulher comandar o País'", afirmou Dilma. "Creio que eles têm toda razão. Nós, mulheres, nascemos com sentimento de cuidar, amparar e proteger."

Ao contrário de outras convenções do PT, em que o vermelho predominava, o ato de ontem foi marcado pelas cores da Bandeira do Brasil. Muitas outras bandeiras, empunhadas por militantes, eram brancas.

Escaladas pelo marqueteiro João Santana, oito meninas - filhas de funcionários e dirigentes do PT - subiram ao palco, ao fim do ato, ostentando a faixa presidencial. Dilma deixou a convenção jogando beijos para a plateia e fazendo um coração no ar, com as mãos.



Festa. PT preparou megaespetáculo para Dilma, mas a estrela foi mesmo Lula

• Filha lança pai em 2014  
No Twitter, no dia da oficialização da candidatura de Dilma, Lurian, filha do presidente Lula, defende volta do pai ao Planalto em 2014: "Graças ao gov. Lula, milhares de brasileiros já andam de cabeça erguida e c/ + dignidade! Eu me orgulho dele! # volta Lula 2014"

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

O Marco 3 - Indicada em *Estadão* é avaliada por meio da notícia *Em festa dominada por Lula, Dilma acusa adversários de usar 'veneno'*, publicada em 14 de junho de 2010. Nesta edição, o veículo traz em páginas distintas mais textos relativos à campanha presidencial que elegerá o novo ou a nova liderança do Executivo do Brasil. O conteúdo validado para esta análise está na abertura da página A4, da editoria de Nacional, sob autoria da jornalista Vera Rosa. A notícia ocupa a maior parte da página (em torno de 80%), abrindo espaço apenas para um intertítulo também relacionado à política nacional - mas não ao anúncio da candidatura de Dilma.

O período investigado é compreendido entre os dias 10 e 16 de junho de 2010 - três anteriores e três posteriores ao Marco 3, referente à data de 13 de junho. São sete edições

analisadas, em um total de 984 páginas. A notícia selecionada para análise atende ao primeiro critério de seleção, aparecendo como a manchete de capa de *Estadão*.

Quadro 8 - Trechos narrativos em Marco 3 (*Estadão*)

Marco 3   Indicada   Junho de 2010	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	14 de junho de 2010, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Nacional. Página A4. Não há fotografia na capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Em festa dominada por Lula, Dilma acusa adversários de usar ‘veneno’. (TN 1)
	[...] e vestiu o figurino de herdeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no inventário petista. (TN 2)
	[...] continuará o “Brasil de Lula”, com alma e coração de mulher. (TN 3)
	O PT preparou um megaespetáculo para o lançamento de Dilma, com show de luzes e cores, mas a estrela da festa foi mesmo Lula, de longe o mais aplaudido. (TN 4)
	“Vai ter um vazio na cédula e, para que esse vazio seja preenchido, eu mudei de nome e vou colocar Dilma lá”. (TN 5)
	Dilma fez um discurso de 50 minutos, mas não empolgou os militantes. (TN 6)
	Ainda sem entusiasmar a plateia, que soltava tímidos aplausos [...]. (TN 7)
	Decorada com imensos painéis exibindo uma Dilma sorridente, de mãos dadas com Lula e ao lado dos novos aliados [...], a convenção petista foi preparada para ser uma celebração à mulher. (TN 8)
	“É mais que simbólico que, nesse momento, o PT e os partidos aliados estejam felizes estejam dizendo: ‘Chegou a hora de uma mulher comandar o País’”. (TN 9)
	“Creio que eles têm toda razão. Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, de amparar e proteger”. (TN 10)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia selecionada do Marco 3 em *Estadão* está visível em torno de 80% da página A4 da editoria de Nacional, no espaço de abertura, e narra a convenção do Partido dos

Trabalhadores que anuncia em tom oficial a candidatura e a campanha eleitoral de Dilma Rousseff como concorrente ao pleito geral de 2010 - na condição de sucessora petista na Presidência da República. O conteúdo reproduz falas de Lula, da candidata e do presidente do PT à época, Eduardo Dutra. Apesar de haver uma narrativa descritiva quanto à festa organizada para a ex-ministra da Casa Civil, o texto também traz vestígios de movimentações políticas direcionadas a adversários diretos do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2010 (PSDB e José Serra), e de governantes que precederam o governo petista brasileiro (como Fernando Henrique Cardoso). O protagonismo da notícia, a ser visto na sequência, é tanto de Dilma quanto de Lula.

O palco estruturado para inaugurar a mineira na condição de grande estrela do PT em 2010, todavia, não certificou a figura, a conduta, os propósitos, o currículo e a história da candidata. Apesar de conduzir um discurso de 50 minutos diante de filiados e lideranças petistas, é na voz de Lula da Silva que está o heroísmo capaz de solidificar uma nação de mais de 210 milhões de brasileiros e brasileiras. Dilma Rousseff não é narrada em sua individualidade ou sequer diagnosticada perante virtudes que conferem ou não a habilidade para chefiar um país continental da dimensão do Brasil. É latente o gargalo que a repousa na condição de coadjuvante, de quem observa, acata e obedece; visto que aparece em um clímax na trajetória política da mineira, a candidatura não é resgatada por *Estadão* enquanto um marco temporal, definitivo e inédito, por óbvio, na construção pública da atuação de Dilma. Esta será a primeira ocasião em que a ex-ministra da Casa Civil concorre, de fato, a um posto diante de um pleito eleitoral - as posições anteriores são efeito de cargos comissionados e de confiança de suas lideranças. E mais: em seu ensaio de estreia frente à população e às urnas eletrônicas, a candidata se propõe à cadeira mais poderosa, responsável e intocável do governo republicano: a da Presidência do Brasil. Como adição, é mulher - e uma que não atende a padrões nominalmente convencionados enquanto regulares (não é ela a esposa delicada e discreta, mãe de família inerte e passiva). Estes são elementos razoáveis para conferir uma noticiabilidade potente à notícia veiculada em *Estadão*. O anúncio não carrega tão-só a oficialização de um candidato à chefia do Executivo nacional; mas a de uma profissional técnica que tem a qualificação para reinventar a conjuntura política brasileira - a primeira mulher em 121 anos de redemocratização do país.

É na contramão destas possibilidades de construções narrativas que o jornalismo descreve, neste texto em análise, quem é a candidata. Dilma Rousseff é enunciada a partir do plano de adjunta, em um estado de ramificação do presidente Luiz Inácio: é o braço direito e também o esquerdo, o sujeito de confiança, a liderança estratégica, a personificação da

sobrevivência do projeto de Lula na Presidência – perceba que este movimento vai além das fronteiras do partido político, ao romper com a hierarquia costumeiramente orquestrada de partido>eleito>candidato>filiados; no panorama da candidatura da mineira, o ícone central não é o Partido dos Trabalhadores ou tampouco ela própria, mas o então presidente Lula. A garantia é instantânea nas cinco primeiras palavras escritas pela jornalista de *Estadão* já no título da notícia (TN 1), “Em festa dominada por Lula”. Para a narrativa do jornalismo do veículo, não restam dúvidas de que Dilma vestiu o “figurino de herdeira” de seu presidente (TN 2). A provocação que estímulo, entretanto, é: qual a linha que distingue a decisão política e comportamental em se colocar à escura de Lula da imposição que a encaixota ao lugar de filha, de extensão, de herdeira, afinal? São sentidos inexplorados nesta narrativa jornalística, que reproduz em caráter raso as percepções da jornalista; e justifico esta apresentação curta e banal na carência de uma problematização concreta quanto à invisibilidade de Dilma Rousseff como protagonista - que neste acontecimento é, de fato.

O jornal aponta que, nas palavras da candidata, o país permanecerá no quadro de “Brasil de Lula” (TN 3), porém encerra a discussão e a reflexão antes ainda de iniciar: não há aprofundamentos sociais de gênero, por exemplo, que façam emergir junto ao público a produção de conhecimento que é da essência do jornalismo. As informações são tecidas em um tecido objetivo, na neutralidade positivista que narra o observado sem a autenticação de valores subjetivos que cortam o que está aqui, escancarado a nossos sentidos: Dilma Rousseff é narrada sem curvas à penumbra de Lula, “a estrela da festa” e “de longe o mais aplaudido” (TN 4). O alerta é acentuado de forma a não restar arestas escapadas quando o presidente, no fervor discursivo de quem entregará o comando do país no auge de sua popularidade, crava que na cédula eleitoral não estará mais o seu nome - mas que, no entanto, alterou a alcunha e atenderá, na ocasião, por Dilma Rousseff (TN 5). Ora: seja na fala de Lula, seja na narrativa de *Estadão* que reproduz a frase do presidente, o que está dado é a anulação da candidata. Aqui, ela beira o imperceptível, o imaterial, o inexistente. Não é a primeira mulher com prováveis brechas de debutar um rosto feminino após 35 ciclos presidenciais encabeçados homens; não é profissional graduada, técnica em minas e energia; não é a liderança política leal e hábil que transferiu-se do Rio Grande do Sul, onde constituiu família, para Brasília, a fim de ser sustento da gestão de Lula; não é ativista política desde a adolescência, com trilhos na guerrilha e em campanhas de aliados anteriores; aqui, no auge de seus 62 anos, na experiência de quem empregou uma vida à política, Dilma Rousseff é o vulto que ladeia Lula.

A fotografia estampada na vertical, em duas colunas, em proporção não muito inferior ao percentual de texto, é a coroação deste movimento: o sorriso no rosto e o amparo do

vermelho do Partido dos Trabalhadores em seu vestuário não minimizam o eixo central do que grita a imagem, desenhada a partir da silhueta do então presidente. Dilma Rousseff é uma mulher colada à sombra de Luiz Inácio Lula da Silva, um homem. A matriz de sua performance histórica, engrossada com adubos de um poder político generificado que segrega cadeiras altas a uns e assentos triviais a outros, é desprezada por uma agremiação partidária e, sobretudo, por uma narrativa jornalística que se limita a contar o que está visível ou ao que é dito justamente por aqueles que lapidaram a arquitetura destes tijolos empoderadores que verticalizam o espaço público brasileiro.

Aqui não cabem esquemas de heroísmo ou juízos de valor relativos à candidata. O que assinalo é a insuficiência de uma narrativa jornalística que se esgota em sóbrias palavras, nas construções frasais reivindicadas e protegidas por uma neutralidade que não argumenta os porquês de Dilma Rousseff ser acomodada no encargo da coadjuvância; e que, ao contrário, se esconde em uma máscara de objetividade restrita a repetir o que outros (sempre eles, as fontes oficiais) falam e fazem. Isto é, o que está no jornal é resultado de uma escolha, portanto, subjetiva, de quem esteve diante de centenas de milhares de palavras, mas optou por *esta* ou *aquela*; de quem pôde conduzir o sentido da notícia por plurais ângulos, porém selecionou *este* viés; de quem recebeu certa variedade de fotografias, entretanto filtrou exatamente *aquela*. Uma vez que não atende a equações exatas (ou não deveria atender, acredito), o jornalismo é passível de maleabilidades que não se aproximam do sensacionalismo simplório - mas de uma humanização de nós, profissionais da comunicação, que a cada apuração entregamos ética e respeito junto a um amontoado de afetos e desejos próprios indissociáveis do fazer jornalístico.

Repito, com isso: na notícia de *Estadão* não há ganchos de memórias que justifiquem Dilma estar onde está, ou sequer uma retomada da narrativa, por meio do jornalismo, que refresque ao leitor os fios que conduzem os marcadores históricos da candidata. Isto é, um dos elementos-chave de quem narra relatos de vida em páginas de jornais é resgatar notícias precedentes que integram este grande escopo social e cultural onde se erguem significados sobre as jornadas cotidianas de heroínas e heróis, por óbvio. Um texto jornalístico não é único, isolado; ele carrega subjetividades enraizadas no passado, que navegam no presente e integram a construção de narrações daquilo que ainda virá.

Visto que Lula e Dilma estão colados na perspectiva jornalística e também no senso comum da população brasileira, por consequência, é orgânica a comparação entre ambos. Não entendo, no entanto, que este paralelo se apresente normal: é efeito destas vinculações insistentes que amarra a então candidata ao então já eleito. A resposta para o confronto é

única: alguém ganha, alguém perde; alguém é melhor, alguém é pior. Na ótica de *Estadão*, quem cruza a linha de chegada com larga vantagem é o presidente Lula, visto que Dilma “não empolgou os militantes” (TN 6) em seu discurso e não entusiasmou a plateia, que “soltava tímidos aplausos” (TN 7). O texto coloca o protagonismo no colo de Luiz Inácio a partir do que manifestaram os filiados do PT durante a convenção - mas, na contramão, reforça em sua narrativa que a figura central do evento gerava tédio e desinteresse aos partidários. Logo, fervem os sentidos de superioridade de um para inferioridade de outro: nunca ninguém será tão íntegro, tão popular, tão correto, tão encaixado para o Brasil quanto Lula. É esta a engrenagem do poder vertical, hierárquico, que prende no topo o sujeito padrão (masculino, ocidental, branco, cristão, heterossexual) que está amparado em camadas, nas bases da pirâmide, por todos aqueles que escapam ao protótipo deste heroísmo. Somos nós, os outros, os que sobram; aqueles indivíduos que têm a tarefa de auxiliar, preservar.

É aqui que abro um massivo parêntese à definição de Dilma Rousseff sobre a atribuição do gênero feminino em sociedade (em um discurso de 50 minutos cercado por fotografias de ícones da história brasileira - como Anita Garibaldi e Pagu): com microfone em mãos e os holofotes do Brasil apontados à sua fala, a futura presidenta carimba o nascimento de cada mulher com o destino de “cuidar, de amparar e proteger” (TN 10). A petista não fala de si em particular, de sua filha ou de uma amiga; ao fechar a cicatriz que há séculos tanto lateja, é lacrada a ferida que disfarçava as lutas e dores de nós e de todas as que nos antecedem. Não restam dúvidas: nascemos para ser coadjuvantes do protagonista que rege as leis, que gere o país, que nos engravida, que padroniza o certo e errado, que faz do mundo, este mundo. Afinal, conforme quais gêneros construídos e constituídos desempenhamos quem somos, onde sobrevivemos e quando morremos (embora vivas, mas em silêncio)? A perspectiva teórica dos Estudos Feministas pós-estruturalistas que pilotam a vertente do que trago nestas páginas não aborda mulheres e homens em funções já designadas e enclausuradas; na contramão, se percebe que é na circunstância das instituições (como o jornalismo), em suas normas e símbolos, que estão atravessadas e editadas as representações do que é o pressuposto do feminino e também do masculino (SCOTT, 1995). Quer dizer, é na narrativa jornalística de *Estadão*, a contar do que explana Dilma Rousseff, que se fortalece a produção do conhecimento fornecido sobre o que é a mulher: aquela que está às margens com a sombra do masculino, a que ampara, a que cuida, a que protege.

A convenção que concretiza a primeira petista no espaço de candidata à Presidência da República é a brecha mais produtiva e apropriada possível para que a mulher seja reorganizada narrativamente na condição de agente público e político - visto que “foi

preparada para ser uma celebração à mulher” (TN 8). O enredo, não obstante, teima em se conservar no lugar onde está desde antes de o Brasil se firmar República: o de uma nação que romantiza e inferioriza o feminino (tanto no discurso de seus líderes, quanto nas páginas de jornais), em um país “com alma e coração de mulher” (TN 3). No discurso de Dilma Rousseff, é chegada “a hora de uma mulher comandar o país” (TN 9); mas quais ingredientes de liderança são esperados da candidata? O que pretendem o Partido dos Trabalhadores, Lula, a população, o jornalismo com a presidência de Dilma Rousseff? Qual mulher, afinal, está se celebrando - a que presta auxílio?

Aos 62 anos de idade, extrapolando quatro décadas de ativismo político e tecnicismo científico em seu fazer profissional, a ex-ministra da Casa Civil não sobe ao palco estrelado do PT, no ápice da popularidade partidária, por mérito ou resolução própria. Dilma Rousseff está ao lado (e sempre abaixo) de Luiz Inácio Lula da Silva, o protagonista. O estágio de sentido, portanto, que se ergue no Marco 3 - Indicada em *Estadão* é o de **Coadjuvante**.

Figura 37 - Marco 3 em *O Globo*

# A 'continuidade da mudança'

Ao oficializar a candidatura ao Planalto, Dilma destaca seu vínculo com Lula

Leila Suwvan, Luiza Damé, Diana Fernandes e Gerson Camarotti

BRASÍLIA

Com o peso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no palco, no jingle e nos discursos, o PT honrou o ontem a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República na coligação batizada de "Para o Brasil seguir mudado", com Michel Temer, do PMDB, para a vice e o apoio de mais quatro partidos: PDT, PSB, PCDOB e PR. O PRB deve formalizar a aliança no próximo dia 26. A festa petista estampou o lema da "continuidade da mudança", além de esbanjar euforia, otimismo e ataques aos adversários tucanos. A presidente-electível anunciou que "chegou a hora de uma mulher comandar o país". Lula, empolgado, disse que a chance de vitória é "quase absoluta".

A convenção do PT, que teve como tema a mulher, honrou os heróis do passado e personalidades atuais — conferido à campanha de Dilma um status de "marco histórico".

— Não é por acaso que, depois desse grande homem, o nosso Brasil possa ser governado por uma mulher. Por uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula, mas que fará um Brasil de Lula com alma e coração de mulher. Lula mudou o Brasil e o Brasil quer seguir mudando. A continuidade que o Brasil deseja é a continuidade da mudança — disse Dilma, maquiada e bem penteada, de blazer vermelho e pérolas.

Quando os principais convidados estavam na mesa, Dilma desceu sozinho uma escadaria sob holofotes até o palco. Lou um discurso de 50 minutos e citou Lula mais de 20 vezes. Em poucos momentos, empolgou a plateia, que antes vibrou com Lula no palco.

O presidente alertou que "não existe eleição fácil", e estimulou a militância a trabalhar 24 horas por dia:

— Estou convencido de que as possibilidades de ganhar as eleições são totais, eu diria quase que absolutas. Mas, eleição e mineração, o agente só conhece o resultado depois da apuração.

## A estreia do jingle da campanha

• Para mostrar a ligação entre os dois, Lula frisou que votar em Dilma significava votar em Lula, nome que estará ausente das "cédulas" eleitorais após cinco corridas presidenciais.

— Vai haver um vazio naquela célula e, para que esse vazio seja preenchido, mudem o nome e vou colocar Dilma na célula. E aí as pessoas vão votar — apostou Lula.

O auditório do Unicef Palace, um espaço de festa para casamentos e shows, estava lotado com cerca de 1.500 militares. A festa seguiu o roteiro idealizado pelo marqueteiro João Santana, que estreou o jingle: "Lula tá com ela, eu também tô". O presidente foi o astro do evento, no qual também discursaram o presidente do PT, José Eduardo Dutra, com forte ataques aos tucanos, e Michel Temer, em curta participação de cinco minutos.

— Durante o governo do presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar. Com a clara consciência de que continuar não é repetir. É avançar — ressaltou Dilma.

Sobre a coalizão feita com sacrifícios de candidaturas petistas nos estados, ela ponderou:

— Da mesma forma que foi preciso somar forças para conquistar a democracia no passado, é preciso somar forças hoje para alargar ainda mais o caminho aberto pelo presidente Lula.

A coalizão foi prestigiada por líderes partidários, incluindo o presidente do Senado, José Sarney (PMDB). O vice-presidente do PT, Mirko Negromonte, foi chamado no meio da convenção, apesar de a sigla permanecer indefinida e assediada pelos tucanos. Estavam presentes sete governadores e diversos ministros, deputados e senadores.

Dilma apresentou uma longa lista de intenções, todas propostas já anunciadas na pré-campanha. E tentou demonstrar ser uma política hábil, apesar de estroante nas urnas.

— Sei como buscar unidos de forças



LULA E DILMA, diante de Michel Temer: convenção em Brasília, que formalizou candidatura do PT, foi marcada por jingles e discursos com referências ao presidente

## 'Garantia de liberdade de imprensa'

• **MISÉRIA:** "Vamos erradicar a miséria nos próximos anos. Vamos transferir de país emergente para país desenvolvido no qual a população desfruta de serviços públicos de qualidade, educação de qualidade e bons empregos".

• **EDUCAÇÃO:** "Educação de qualidade, dando sequência à transformação educacional em curso — da creche à pós-graduação. Dar especial atenção à formação continuada de professores para o ensino fundamental e médio. É preciso que professor seja sobretudo respeitado e, quando forem colocados suas legítimas reivindicações, não sejam repudiados com políticas armadas, como em muitos lugares desse país se faz".

• **SÁUDE:** "Nossas prioridades na saúde estarão baseadas em três pilares: financiamento adequado e estável para o sistema; valorização das práticas preventivas; e organização dos vários níveis de atendimento, garantindo atendimento básico, ambulatorial e hospitalar de alta resolutividade em todos os estados brasileiros. Estamos

falando de construir, no mínimo, mais 500 unidades de pronto atendimento, as UPAs 24 horas. E mais 8.600 novas unidades básicas de saúde em todo o país".

• **SEGURANÇA:** "Para o Brasil seguir mudando, é preciso investir em segurança pública. Isso exige uma ação planejada e concertada de segurança nas áreas urbanas, a exemplo do que vem acontecendo com o Provac (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), e maior capacitação federal nas áreas de fronteira e de inteligência. É preciso lutar contra o crime organizado, contra o tráfico de drogas".

• **INFRAESTRUTURA:** "Para o Brasil seguir mudando é preciso continuar investindo em infraestrutura. Vamos seguir estimulando, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a parceria entre os setores público e privado. Vamos construir e melhorar as pontes, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias. Ampliar e garantir maior eficiência ao nosso sistema elétrico e aos nossos meios de transporte, incluindo o trem de alta velocidade e o transporte de carga".

• **HABITAÇÃO:** "Precisamos vencer o déficit habitacional já na década que se inicia. Com o Minha Casa, Minha Vida, adotamos um vigoroso caminho nesta direção. E já temos pronto o projeto para mais dois milhões de moradias".

• **MEIO AMBIENTE:** "Para o Brasil seguir mudando, temos que priorizar a economia de baixo carbono, consolidando o modelo de energia renovável que consultamos. É preciso incentivar projetos de reflorestamento em áreas degradadas e cumprir as metas que levamos à COP 15 (conferência da ONU sobre mudanças climáticas), em especial a redução do desmatamento".

• **IMPOSTOS:** "É preciso assegurar a estabilidade e continuar as reformas que melhoraram o ambiente econômico, em particular a reforma tributária. A nossa estrutura tributária é complexa, apesar de áreas de excelência na administração, e, se não tivermos coragem de reconhecer isso, jamais faremos esta reforma tão urgente e necessária. Entre

outras coisas, investir na informalização de todo sistema de tributos para alargar a base da arrecadação e diminuir a alíquota dos impostos. Outra grande meta é ampliar a desconexão do investimento, por seu forte efeito sobre as taxas de crescimento".

• **REFORMA POLÍTICA:** "Quero dizer com todas as letras aos partidos políticos e ao país: não dá mais para adiar esta reforma. Ela é uma necessidade vital para corrigir equívocos, vícios e distorções". Para dar eficácia ao voto do eleitor a credibilidade à representação parlamentar".

• **IMPrensa:** "A consolidação do estado democrático de direito passa, igualmente, pela garantia e manutenção da ampla liberdade de imprensa e da livre circulação e difusão de ideias. Exige, cada vez mais, a ampliação do direito à informação da população, com a multiplicação dos meios de comunicação. E que sejamos capazes de dar respostas abrangentes e inclusivas às inúmeras demandas e às fantásticas possibilidades abertas pela internet".

## Depois da Copa, Lula entra em campo nos palanques

Presidente suspenderá viagens internacionais

• BRASÍLIA. O presidente Lula vai estreiar no palanque oficial da sua candidata, Dilma Rousseff, após a Copa do Mundo e com muita disposição. Lula mandou suspender viagens internacionais em agosto e setembro para se dedicar à campanha eleitoral da petista e dos aliados nos estados.

Lula estará fora do Brasil entre 1º e 11 de junho, em viagem oficial a países africanos, que se encerrará na África do Sul, na final da Copa. No fim de semana de 17 e 18 de julho, ele pretende subir no palanque da candidata. Mas a agenda ainda está sendo definida pelo comando da campanha. Provavelmente, o evento será realizado no Estado de São Paulo. Em acordo com Dilma e a assessoria do Palácio do Planalto, o presidente definiu que vai participar dos compromissos de campanha nos fins de semana e, quando necessário, à noite nos dias úteis.

e não a divisão estéril. Sei como estimular o debate político sério e não o envenenamento que não serve a ninguém — acrescentou a candidata.

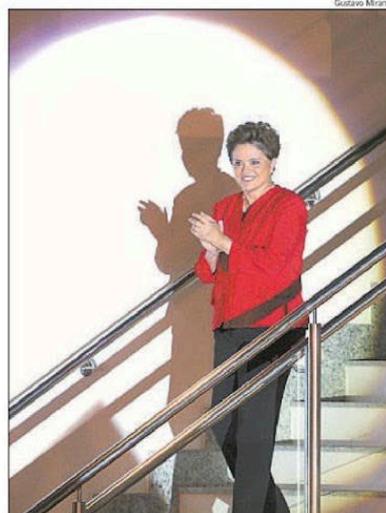
Aos tucanos, ela fez críticas veladas. Alirrou que governos anteriores excluíam dois terços da população, que consideravam ser um "restório".

Ao discursar, Lula contou o tempo que resta até a eleição: três meses e 20 dias. Em tom de despedida, anunciou que desce a rampa do Planalto daqui a seis meses e 18 dias:

— No dia 12 de junho, depois de passar a faixa para a candidata Dilma, eu, o Zé Alencar e as duas Maristas desceremos a rampa do Palácio, por onde subimos, de cabeça erguida, com o sentimento de dever cumprido. ■

o GLOBO NA INTERNET

▶ A seguir o discurso de Dilma Rousseff ao ser oficializada candidata do PT: [globo.com.br/pais](http://globo.com.br/pais) [globo.com.br/](http://globo.com.br/)



SOB HOLOFOTES, Dilma desceu a escadaria até o palco, onde discursou por 50 minutos

O Marco 3 - Indicada em *O Globo* é avaliado por meio da notícia *A 'continuidade da mudança'*, veiculada em 14 de junho de 2010. O material é a abertura da editoria de O País e ocupa a totalidade da página 3 - logo, é apresentada de prontidão no exemplar. Há um gancho na sequência, na página 4, em um conteúdo onde Lula acusa a oposição de fazer “jogo rasteiro” (que não será analisado nesta ocasião). A notícia de anúncio da candidata é a manchete secundária da capa de 14 junho - a única relacionada ao Marco 3 entre os sete dias pesquisados - portanto atende aos critérios de seleção da tese.

A autoria do texto é dos jornalistas Leila Suwwan, Luiza Damé, Diana Fernandes e Gerson Camarotti. O período investigado equivale a três dias anteriores ao Marco 3 até três dias posteriores à data, de 10 a 16 de junho de 2010. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 493 páginas.

Quadro 9 - Trechos narrativos em Marco 3 (*O Globo*)

Marco 3   Indicada   Junho de 2010	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	14 de junho de 2010, quarta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de O País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Com o peso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no palco, no jingle e nos discursos, o PT homologou ontem a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República [...]. (TN 1)
	A presidenciável anunciou que “chegou a hora de uma mulher comandar o país”. (TN 2)
	A convenção do PT, que teve como tema a mulher, homenageou heroínas do passado e personalidades atuais - conferindo à campanha de Dilma um status de “marco histórico”. (TN 3)
	“Não é por acaso que, depois desse grande homem, o nosso Brasil possa ser governado por uma mulher. Por uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula, mas que fará um Brasil de Lula com alma e coração de mulher”. (TN 4)
	[...] maquiada e bem penteada, de blazer vermelho e pérolas. (TN 5)
	Para mostrar a ligação entre os dois, Lula frisou que votar em Dilma significa votar em Lula [...]. (TN 6)
	A festa seguiu o roteiro idealizado pelo marqueteiro João Santana, que estreou o jingle: “Lula tá com ela, eu também tô”. (TN 7)

	O presidente foi o astro do evento [...]. (TN 8)
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 3 em *O Globo* está em 100% da página 3, na editoria de O País, em que são apresentadas as principais e mais factuais informações do cotidiano de brasileiros e de brasileiras. O texto narra a convenção do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, que atesta a candidatura de Dilma Rousseff para a liderança do Palácio do Planalto. O tom de festejo é reiterado no discurso do veículo, que explica desde artefatos da decoração do ambiente até as propostas eleitorais da presidenciável de Lula. As atenções narrativas estão direcionadas à personagem central da notícia, por óbvio; e sobretudo ao então presidente - com a reprodução de suas falas e com o fortalecimento do vínculo discursivo entre os dois petistas.

As representações sociais são intrínsecas à natureza do jornalismo. Ora, é da mídia, também, a incumbência de acomodar ou provocar os processos de distinções e desigualdades entre sujeitos - que têm como efeito o recorte nem sempre (ou quase nunca) homogêneo do exercício do poder. As aspas, os verbos, os adjetivos, as vírgulas, as ilustrações filtrados em cada notícia estão guarnecidos por subjetividades de quem escreve, de quem fotografa e de quem edita; e são estas repercussões que caem ao colo de cada leitora e cada leitor todos os dias. Na página em que trabalha a candidatura de Dilma Rousseff, *O Globo* é específico ao manifestar que “chegou a hora de uma mulher comandar o país” (TN 2), nas palavras da presidenciável. Ainda: a narrativa traz o feminino como “tema” da convenção, em um ensaio para homenagear “heroínas do passado e personalidades atuais” (TN 3). Há um indício, portanto, que prevê um enredo noticioso inclinado a tecer simbolismos e complexidades acerca da potente e estrelada candidatura da petista, a primeira mulher brasileira com brechas mais largas para ascender à Presidência; a investida, todavia, não vai além e se limita a trechos narrativos curtos que não informam empiricamente o porquê de a mulher ser o tema do encontro, quais femininos estão privilegiados na homenagem, quem são as supostas heroínas honradas por Dilma no evento - ou, para reivindicar o mínimo, a apresentação de propostas da candidata para estas mulheres em princípio aplaudidas e reverenciadas no festejo do Partido dos Trabalhadores. Não há a aparição de um plano de governo específico para a jornada de brasileiras negras, periféricas, mães solo, violentadas, lésbicas, trans, pobres; mas há espaço para retratar em um box a agenda do presidente Lula nas próximas semanas de campanha eleitoral (a de Dilma, não a dele, perceba). A narrativa jornalística de *O Globo* registra uma homenagem às heroínas do passado - contudo não informa quem são elas, o que

fizeram, de que forma interferem na construção de quem é Dilma Rousseff. Sequer aparecem referências precedentes de vereadoras, deputadas, governadoras ou ativistas do Brasil, em uma justa celebração ao que o passado resguarda. Isto é: qual a motivação em tematizar um evento a partir da conjuntura feminina, se nós não protagonizamos a linguagem verbal e visual da convenção petista? Por que Lula é mais bem exposto do que Alzira Soriano, do que Leolinda Daltro, do que Bertha Luz, e do que Dilma Rousseff, afinal? Repito: um país de mulheres governado por homens e narrado na voz do masculino.

O “marco histórico” (TN 3) da estreia da mineira em eleições gerais se restringe a duas palavras redigidas entre aspas e impressas na página de *O Globo*. Não há produção de conhecimento mais íngreme sobre o impacto deste símbolo já mencionado pelo veículo na representação de gênero e da política do Brasil. Inteirado de sua responsabilidade comunicacional, o jornal banaliza a dimensão da mulher em instâncias de poder em uma cortina de fumaça que enfeita e romantiza o que, portanto, importa: a decisão de quem será o sujeito escolhido para suceder a Lula.

Daí a urgência em perceber o que faz e como faz o jornalismo, uma vez que sua narrativa contribui “[...] para a legitimação de determinados modos de vida, pensamentos e comportamentos e atua na definição dos limites das disputas, na legitimação de atores e posições político-ideológicas” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 2). Em outras palavras, ao reproduzir a fala da presidente sobre uma mulher “que vai continuar o Brasil de Lula” (TN 4), é engrossado o mérito inquestionável do líder do PT em paralelo ao próprio apagamento de seu protagonismo. Ou seja, até ao falar de si Dilma Rousseff transfere o holofote ao antecessor masculino; e reforça, inclusive, o estereótipo de gênero ao lembrar desse “grande homem”. Como efeito, há a validação de uma performance social que interage nos moldes de poder, de palco político, de vínculos de gênero - uma vez que a mulher presidente é a “maquiada e bem penteada, de blazer vermelho e pérolas” (TN 5).

Estas referências estão desenhadas nas duas fotografias que ilustram a página 3 da editoria de O País. O retrato de abertura vai ao encontro do título e do que narra o texto em palavras: Dilma e Lula como um só, de mãos unidas. Veja, contudo, que a condição de ativo é conferida ao presidente: é ele quem está com o microfone (ou seja, a voz do evento) e também parte dele a iniciativa de erguer o braço de sua candidata; o elemento-chave de Dilma é o da lutadora que vence a batalha, com a mão elevada ao céu em sinal de vitória. A fotografia em que aparece sozinha, sorridente, como protagonista, está em segundo plano, no último espaço que o leitor dirigirá seu olhar: canto inferior direito, ocupando duas colunas - em vez das

quatro da imagem de abertura. A escassez de uma pluralidade na política constitucional, observe, está escancarada na narrativa jornalística.

O palco da convenção petista é a arena que espelha o Julgamento de Páris, conto da mitologia grega que promove a história de Hera, Atena e Afrodite por meio de seus arquétipos de deusas singulares em suas individualidades, porém conectadas em razão de serem as preferidas. O conto relata que Éris, a deusa da discórdia, se chateia por não ser convidada para uma festa no Olimpo; como vingança, envia ao encontro uma maçã de ouro endereçada e *pertencente à mais bela*. Logo, as três deusas estrelas reivindicam para si o fruto com o título de escolhida. Incapaz de optar por uma vencedora, Zeus atribui a seleção a Páris, príncipe de Tróia - que então promove um julgamento para eleição da mais bela. No Brasil, o veredicto não é sobre quem carrega maiores atributos de beleza (embora não sejam descartados os elementos do feminino) - mas a quem será o sujeito designado para suceder o incomparável presidente. Zeus é Lula, que confere a um julgamento (de Páris ou do Partido dos Trabalhadores) a sua mais bela: Hera, Atena, Afrodite; ou Dilma Rousseff.

A Jornada da Heroína da presidenciável é embebida do arquétipo de mulher desejada, que ao ser cortejada se enfeita com pérolas, blazer vermelho e maquia seus traços faciais a fim de anular marcas da idade, da experiência, do que já viveu. É a protegida, a favorita dos deuses do Olimpo - e o seu mérito se encerra aqui, em ser a eleita por eles. A centralidade das decisões, os acordos inegociáveis, a fotografia estampada em jornais, os aplausos entusiasmados dos filiados é para quem está à frente, para quem finca suas raízes no pódio mais alto da popularidade pública. Em uma notícia que narra a estreia de uma mulher do Partido dos Trabalhadores com ampla potência de ser presidenta do Brasil, *O Globo* revela o seu texto, já na frase de abertura, a partir do “peso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no palco, no jingle e nos discursos” (TN 1). A festa é dela, mas quem é narrado jornalisticamente é ele, o “astro do evento” (TN 8).

A amarra entre quem é Lula e quem será Dilma viabiliza uma amarração labiríntica na relação eleito-candidata. Como se dá amparada em arquétipos de gênero e de poder, em que um lidera e o outro acompanha, a parceria traz a intenção de se assemelhar justa e parelha; o que escapa, entretanto, são gritos simbólicos de uma suposta amizade sustentada em confiança e mérito - mas que escancara, na verdade, quem é o protagonista e quem é a coadjuvante na jornada política. Se o presidente “frisou que votar em Dilma significa votar em Lula” (TN 6) e se o jingle reforça que “Lula tá com ela, eu também tô” (TN 7), a narrativa que se apresenta em *O Globo*, a partir do que anteriormente definem os petistas, é a de invisibilidade de uma candidata que empresta o seu nome e o seu rosto para a campanha

eleitoral - porque quem estará nas urnas concorrendo novamente à Presidência da República será o sujeito padrão, o normativo, o confiável.

Quando Lula apaga metaforicamente a figura de Dilma Rousseff da cédula de voto, o que se anula são as conquistas históricas e sofridas de séculos de reivindicações de mulheres pelo direito de ser, de estar, de querer e de conseguir; de reconhecimento, no mínimo, igual a homens que já redigiram leis e geriram países desde que o mundo é mundo. O apagar de Dilma é o silenciar de todas nós, sejamos políticas ou não. E é o que reproduz sem indagações ou hesitações a narrativa jornalística de *O Globo*, que veste a lente míope do poder político generificado e imprime em seus exemplares a objetividade neutra de uma comunicação sem compromisso com a promoção do conhecimento social. Não há humanização no retrato da Jornada da Heroína da petista ou a elaboração de uma história de vida em que é retratada a escultura do personagem (MARTINEZ, 2008).

A apresentação de quem é Dilma é simples: a escolhida de Lula. Isto é, anterior e acima a ela há um sujeito que atende ao masculino, ao cristianismo, à heterossexualidade, ao ocidentalismo, à branquitude; é ele quem a elege, antes de brasileiras e brasileiros a cogitarem na cadeira de presidenta. O primeiro voto em Dilma é o de Lula. O que *O Globo* narra é que ela não está no palco do PT por mérito ou decisão própria, mas porque há um indivíduo padrão que conferiu a ela a habilidade de ser sua sucessora, a preferida. Por consequência, o estágio de sentido que aparece no Marco 3 - Indicada em *O Globo* é o de **Escolhida**.

#### 5.1.4 Marco 4 - Eleita

O Marcos de Dilma traz, na sequência, o símbolo histórico que solidifica décadas de protestos em favor do direito político de brasileiras: a primeira mulher é eleita presidenta do Brasil em 31 de outubro de 2010, em segundo turno, diante de José Serra (PSDB), com 56% da preferência da população. São 55,7 milhões de votos válidos que conferem a Dilma Rousseff a insígnia de situar o gênero feminino nas instâncias do poder público.

Na posse em 1º de janeiro de 2011, ao contrário de presidentes anteriores, Dilma Rousseff não sobe a rampa do Palácio do Planalto ao lado de sua esposa ou esposo; mas de sua filha Paula. As referências estão descritas no Marco 4 - Eleita<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/g5jj>.

Figura 38 - Marco 4 em *Estadão*

**TODOS OS PRESIDENTES DO BRASIL EM ORDEM CRONOLÓGICA**

→

FONTE: SITE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

								
DEODORO DA FONSECA 15/11/1889-25/7/1891	DEODORO DA FONSECA 25/7/1891-23/11/1891	FLORIANO PEIXOTO 23/11/1891-15/11/1894	PRUDENTE DE MORAES 15/11/1894-15/11/1898	CAMPOS SALLES 15/11/1898-15/11/1902	RODRIGUES ALVES 15/11/1902-15/11/1906	AFFONSO PENNA 15/11/1906-14/6/1909	NILO PEÇANHA 14/6/1909-15/11/1910	HERMES DA FONSECA 15/11/1910-15/11/1914
								
WENCESLAU BRAZ 15/11/1914-15/11/1918	DEL FIM MOREIRA 15/11/1918-28/7/1919	EPITÁCIO PESSOA 28/7/1919-15/11/1922	ARTHUR BERNARDES 15/11/1922-15/11/1926	WASHINGTON LUIS 15/11/1926-24/10/1930	JÚLIO PRESTES ELEITO, MAS NÃO EMPOSSADO	JUNTA GOVERNATIVA MENA BARRETO 24/10/1930-3/11/1930	JUNTA GOVERNATIVA ISAÍAS DE NORONHA 24/10/1930-3/11/1930	JUNTA GOVERNATIVA AUGUSTO FRAGOSO 24/10/1930-3/11/1930
								
GETÚLIO VARGAS 20/7/1934-10/11/1937	GETÚLIO VARGAS 10/11/1937-29/10/1945	JOSÉ LINHARES 29/10/1945-31/1/1946	EURICO GASPARD DUTRA 31/1/1946-31/1/1951	GETÚLIO VARGAS 31/1/1951-24/8/1954	CAFÉ FILHO 24/8/1954-11/11/1955	CARLOS LUZ 8/11/1955-11/11/1955	NERFÚ RAMOS 11/11/1955-31/1/1956	JUSCELINO KUBITSCHKEK 31/1/1956-31/1/1961
					<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;"> <h2 style="margin: 0;">Dilma, a 1ª presidente do Brasil</h2> <p style="font-size: small; margin: 0;">ADRIANO MACHADO VALIAR ECONOMISTA</p>  </div> <div style="flex: 1;"> <p><b>O</b> presidente Luiz Inácio Lula da Silva alcançou ontem seu objetivo de obter a terceira vitória consecutiva em uma eleição presidencial. A maioria dos eleitores atendeu ao seu chamado de votar na ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, tornando-a a primeira mulher presidente da história do Brasil.</p> <p>Desconhecida de grande parte dos brasileiros até este ano, Dilma chega aos 62 anos à Presidência sem ter disputado eleição antes, derrotando José Serra, de 68, que foi senador, prefeito e governador de São Paulo, entre outros cargos. Apurados 99%, Dilma obteve 55,96% dos votos válidos, e Serra, 44,04%. Ao longo da contagem, a diferença entre ambos manteve-se na casa dos 10 milhões de votos. Apesar do feriado prolongado, a abstenção ficou no padrão histórico: 21,42%.</p> <p>Assim como no primeiro turno, o Nordeste desempenhou papel importante na vitória da candidata do PT. Dilma obteve cerca de 70% dos votos na região e seu adversário do PSDB, os restantes 30%. Ambos cresceram por igual na região, com a saída de Marina Silva (PV) da disputa. Como ocorrerá no dia 3 de outubro, o Sul voltou a ser a única região em que Serra foi mais votado, com cerca de 54%, ante 46% para Dilma. Mas a petista cresceu apenas 4 pontos no Sul, enquanto Serra subiu 10 pontos. Nas demais regiões também Serra aumentou sua votação no segundo turno mais do que Dilma, mas não em proporção grande o suficiente para alcançá-la.</p> <p>Em quatro dos cinco Estados em que disputava eleições para governador no segundo turno, o PSDB mantinha-se na dianteira ontem até o fechamento desta edição. Simão Jatene já havia derrotado matematicamente Ana Júlia (PT) no Pará, e em Goiás, onde a apuração já havia acabado, Marconi Perillo venceu Iris Rezende (PMDB).</p> </div> </div>			
PASCHOAL R. MAZZILLI 25/8/1961-8/8/1961	JOÃO GOULART 8/8/1961-24/7/1963	JOÃO GOULART 24/7/1963-31/3/1964	PASCHOAL RANIERI MAZZILLI 2/4/1964-15/4/1964	CASTELLO BRANCO 15/4/1964-15/3/1967				
								
COSTA E SILVA 15/3/1967-31/8/1969	JUNTA MILITAR AURÉLIO LYRA TAVARES 31/8/1969-30/10/1969	JUNTA MILITAR AUGUSTO RADEMAKER 31/8/1969-30/10/1969	JUNTA MILITAR MÁRCIO MELLO 31/8/1969-30/10/1969	EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI 30/10/1969-15/3/1974				
								
ERNESTO GEISEL 15/3/1974-15/3/1979	JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO 15/3/1979-15/3/1985	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES ELEITO, MAS NÃO EMPOSSADO	JOSÉ SARNEY 15/3/1985-15/3/1990	FERNANDO COLLOR 15/3/1990-2/10/1992				
								
ITAMAR FRANCO 2/10/1992-19/1/1995	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 19/1/1995-19/1/1999	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 19/1/1999-19/1/2003	LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA 19/1/2003-19/1/2007	LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA 19/1/2007-19/1/2011				

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

A notícia *Dilma, a 1ª presidente do Brasil* é a nomeada para o Marco 4 - Eleita em *Estadão*. O texto é publicado em 1º de novembro de 2010, procedendo a data das eleições gerais que cravaram a mineira na Presidência da República. A página está mencionada na capa do veículo, correspondendo à manchete da edição (com foto); e abre um caderno especial de 16 páginas que traz a cobertura do pleito nacional, com notícias que apontam as intenções da presidenta, a atuação de Lula na política nacional, os números que elegeram a petista, o relato do segundo colocado José Serra, o trabalho da equipe de transição, o retrato de eleitores e eleitoras no domingo de ir às urnas, a expectativa do Congresso, as previsões para os presidenciais de 2014, a presença do PSDB em governos estaduais, e as projeções da população com a vitória da sucessora de Lula.

O conteúdo validado para esta análise está na abertura da página H1, do caderno Eleições 2010, e não traz autoria específica. A notícia ocupa a totalidade da página - sendo cerca de 20% de texto e o restante de fotografias. O período investigado corresponde aos dias 28 de outubro e 3 de novembro de 2010, três exemplares antes e três exemplares depois à data exata do Marco 4. São sete edições analisadas, em um total de 1.046 páginas.

Quadro 10 - Trechos narrativos em Marco 4 (*Estadão*)

<b>Marco 4   Eleita   Outubro de 2010</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	1º de novembro de 2010, segunda-feira
<b>Posição</b>	Abertura do caderno especial Eleições 2010. Página H4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Dilma, a 1ª presidente do Brasil. (TN 1)
	Embalada por Lula, a antes quase desconhecida Dilma obtém mais de 55% dos votos e derrota Serra. (TN 2)
	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alcançou ontem seu objetivo de obter a terceira vitória consecutiva em uma eleição presidencial. (TN 3)
	A maioria dos eleitores atendeu ao seu chamado de votar na ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff [...]. (TN 4)
	Desconhecida de grande parte dos brasileiros até este ano, Dilma chega aos 62 anos à Presidência sem ter disputado eleição antes [...]. (TN 5)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia do Marco 4 em *Estadão* apresenta quatro parágrafos, em um texto de menor proporção, uma vez que a centralidade da página está na construção imagética. O conteúdo mostra a confirmação da vitória de Dilma Rousseff em paralelo a números que resultaram do voto da população brasileira - tanto o percentual final da eleição quanto a divisão por regiões que mais e que menos optaram pela mineira nas urnas em 31 de outubro. Não há a reprodução de falas, apenas esta breve narração em tom de resumo do pleito de 2010.

O discurso não verbal é o eixo que dirige a construção narrativa do jornalismo em *Estadão*, quanto à legitimação da vitória de Dilma Rousseff nas urnas. A imagem grita: a fotografia colorida da presidenta eleita, nas cores rubis do Partido dos Trabalhadores, sob a armação de um riso aberto, porém discreto (o que vai ao encontro do perfil da petista), é a única em três colunas de altura e três de largura - e também é a ilustração que entrega vida à página, em meio ao preto e branco que compõem os elementos coadjuvantes. A ilustração acompanha a linha do tempo cronológica em que *Estadão* narra a história de todos os presidentes do Brasil, a começar por Deodoro da Fonseca em 1889. É o enredo político, cultural e social do país costurado por meio de 49 fotografias incolores daqueles que precederam Dilma Rousseff: os homens que, desde a Proclamação da República em 1888, propagam padrões, votam suas leis, aprovam a exclusão e institucionalizam a generificação do poder político.

A cor que grita na imagem de Dilma Rousseff é a de dezenas de centenas de mulheres que não se enxergavam em Getúlio Vargas, Júlio Prestes, Affonso Pena ou Ernesto Geisel; tampouco em Luiz Inácio Lula da Silva. A representação central e em cores da primeira presidenta eleita subverte a matriz enraizada há 121 anos, a contar de 2010, em que o rosto em evidência em capas de jornais é o masculino, branco, ocidental. O que *Estadão* faz ao estampar 49 homens em escala menor, sem cores, em torno de uma mulher em proporção maior, e em cores, é quebrar o paradigma de que a política não é deles - perceba, até já foi, mas desde 31 de outubro de 2010 uma mulher rescindiu o contrato público de que no Brasil quem governa é o masculino.

O discurso visual não cala e não se coloca enquanto complementar: ele é o âncora da página, que diz por meio da diagramação quem está no âmago da história. A narrativa de Dilma como núcleo prevaemente da notícia rompe com o masculino na condição primeira da hierarquia não só do poder político, mas da ordem humana de valor. A mulher dá início a uma jornada de abandono, por meio da vitória da presidenta, à idealização do feminino como inadequado, divergente, incapaz. “Afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico” (LOURO, 2003, p. 44).

É um exercício que promove a diferença, porém exclui a chance de desigualdade: ela não é igual aos seus 49 antecessores, mas também não é subalterna - visto que alcançou os mesmos (e até mais) votos válidos computados entre milhões de brasileiras e de brasileiros. A urgência em desenhar Dilma Rousseff em tamanha distinção na capa de um caderno especial vai ao encontro do gargalo agudo que inabilita mulheres a vestirem o seu vermelho e a sorrirem suas vitórias. A história não mente: em 129 anos anteriores ao êxito da petista, em 1881, é que aparece o primeiro indício de mudança na validação de brasileiras como cidadãs por meio da Lei Saraiva, que estreava a possibilidade de mulheres exigirem o seu registro eleitoral. Veja: mais de um século depois a primeira presidente mulher é eleita democraticamente, em um acúmulo de combate, apagamento e segregação de gênero - sem somar, ainda, as distinções de raça, território, sexo, classe social que aprofundam em maior dimensão as mulheres do país no poço da desigualdade.

As narrativas jornalísticas aparecem, logo, como símbolos culturais hegemônicos “[...] produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes” (VEIGA DA SILVA, 2010, p 50). Em outras palavras, as segmentações de gênero, em específico, incentivam as relações desiguais entre o feminino e o masculino em tudo aquilo que atravessa o que nomeamos de vida: as práticas cotidianas, o casamento, o jornalismo, a religião, os corpos, as formatações de família, as cadeiras do poder político.

O movimento da narrativa textual, ao contrário do significado do discurso imagético da página, não constrói uma mulher na iminência do poder, com traços de êxito e visibilidade. Se na apresentação fotográfica Dilma Rousseff é o eixo basal da informação, com a estreia de sentidos ímpares na política brasileira, nas palavras descritas por *Estadão* a vitória é do antecessor Luiz Inácio Lula da Silva. A divergência de narrativa entre imagem e texto é ancorada em um único trecho (o título da notícia) que coloca a petista como “a 1ª presidente do Brasil” (TN 1), ainda sem maior alarde; em contrapartida a uma série de frases que conferem ao ex-presidente do país o mérito do triunfo do PT nas urnas.

A edição da equipe de jornalistas de *Estadão* filtra verbos e adjetivos de vínculo masculino, o que reforça este gênero na narrativa jornalística. Enquanto instituição que é fabricada e cruzada a partir de regras e validações masculinas (VEIGA DA SILVA, 2010), o jornalismo é frágil na produção de conhecimento que rompe com aquilo que vem narrando há séculos: o sujeito padrão na via do poder incontestável. Quando um marco extrapola com este modelo estratégico de vida, o que se noticia é uma Dilma “embalada por Lula” e antes “quase desconhecida” (TN 2), que vence “sem ter disputado eleição antes” (TN 5). A hegemonia é a

do “presidente” (descrito no presente, não no passado, visto que não ocupa mais o cargo) que “alcançou ontem seu objetivo de obter a terceira vitória consecutiva em uma eleição presidencial” (TN 3); uma vez que a maioria dos eleitores “atendeu ao seu chamado de votar na ex-ministra da Casa Civil” (TN 4). A jornada jornalística da heroína de Dilma Rousseff ignora os mais de 55 milhões de votos confirmados a ela em 31 de outubro de 2010, visto que transfere ao masculino a supremacia desta vantagem eleitoral, de preferência e de glória. Quem ascendeu ao Palácio do Planalto é ele, não ela - em um rito histórico que apaga o feminino das páginas da história de uma nação. Na oportunidade inédita em mais de 12 séculos de predominância masculina, *Estadão* desconsidera os feitos de uma série de brasileiras que, antes de Dilma, desmataram a estrada até então (e ainda) nebulosa para a representatividade pública e política do feminino.

Quando não problematiza o arquétipo de coadjuvância àquela que marcou sua pegada onde nenhuma outra sequer caminhou, a narrativa jornalística fortalece os contextos anteriores que discursam sobre mitos corajosos, viris, hábeis, independentes; e sobre deusas frágeis, submissas, inaptas, anônimas. Ou seja, a história de vida da mulher no contexto público da notícia é narrada em uma jornada de silêncio, de desimportância e de inexistência, ao indício do que mostra *Estadão* na vitória presidencial de Dilma Rousseff. A urgência em se atentar para a produção de notícias cotidianas, das mais banais até as que emergem de acontecimentos de cunho histórico, é que cada conteúdo informativo entregue à população não é isolado ou único, mas carrega ganchos anteriores em uma narrativa embebida de cenários, sujeitos, perspectivas e subjetividades que já foram apresentadas a mim e a você. Isto é, há uma continuidade discursiva que embora pareça invisível, é o fio que conduz o conhecimento gerado sobre o que acontece e como acontece no mundo. Ao apresentar a eleição da primeira presidenta como efeito da indicação e da excelência de Lula, o jornalismo promove a aparência de que é ela quem está no poder - mas na sequência quebra com o disfarce ao narrar quem, de fato, importa: o sujeito padrão masculino.

O que a Missão das Candidatas identifica é este arco narrativo que percebe que uma história nunca está sozinha, uma vez que consiste em um conjunto de sentidos possíveis de serem assimilados nesta continuidade jornalística que, camada a camada, ergue a compreensão coletiva sobre todo e qualquer assunto (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004). Daí a intenção de apresentar uma investigação traçada por meio do Marcos de Dilma, os 12 pontos históricos da trajetória da mulher na política. Se nesta primeira circunstância em que a petista deixa de ser a indicada de outro, em um cargo de confiança sem demanda de voto da população, e parte para o espaço em que mais de 55 milhões de brasileiras e brasileiros a

atestam enquanto escolhida para gerir o país, o jornalismo ainda a narra às margens, escondida textualmente atrás da liderança masculina de Lula, o que se percebe é: primeiro, a contradição ao estampar fotografias com um sentido e escrever a mesma notícia com outro; segundo, a confusão ao não entender qual Dilma é narrada - a presidente eleita ou a protegida de Lula; e terceiro, o disfarce que a apresenta no poder, quando na prática quem alcança o terceiro mandato na Presidência é ele. Portanto, o sentido que emerge do Marco 4 - Eleita em *Estadão* é o da **Ilusão** da mulher desconhecida eleita em via independente para ocupar um cargo de gestão política no país - visto que, na verdade, o escolhido é ele.

Figura 39 - Marco 4 em *O Globo*

# ‘Estendo minha mão à oposição’

Candidata de Lula, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil

Gerson Camaroti e Diana Fernandes

BRASÍLIA

**D**ilma Vana Rousseff, de 62 anos, foi eleita ontem a primeira mulher presidente da República do Brasil com mais de dez pontos de vantagem sobre seu adversário, José Serra (PSDB), mostrando a força política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que trabalhou com obsessão ao longo do último ano para atingir essa vitória. A 40ª presidente do Brasil chegou à sua primeira eleição que disputou na vida. Do alto de seu capital de presidente mais popular da história, Lula passou por cima do PT, escolheu a candidata e conseguiu eleger como sucessora uma co-advogada de perfil técnico, estabelecendo outro fato inédito: o terceiro mandato presidencial consecutivo para um mesmo partido eleito democraticamente.

As primeiras palavras de Dilma, depois de eleita, foram feitas de dentro do carro, ao sair de sua casa para o hotel onde fez seu pronunciamento:

— Eu agradeço a todos os brasileiros e prometo honrar a confiança que depositaram em mim.

No discurso, minutos depois, ao lado do vice eleito, Michel Temer (PMDB), e dos principais coordenadores da campanha, Dilma ressaltou a importância da mulher brasileira e prometeu governar para todos, além de falar pela “tampa e freixo” (liberdade de imprensa, de religião e de respeito aos direitos humanos). Reafirmou a promessa de erradicar a miséria e afirmou que vai perseguir todos os compromissos que assinou na campanha. Defendeu a reforma política e censou a adversários.

— Estendo minha mão à oposição — discursou ela, num pronunciamento que só a deixou emocionada quando agradeceu a Lula e exaltou o presidente.

Com 92 dias de urnas apuradas, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, confirmou oficialmente no início da noite a vitória de Dilma com 55,3% dos votos válidos, contra 44,6% de Serra. Com 99,94% dos votos apurados, Dilma tinha 56,05% dos votos e Serra, 43,95%, confirmando os resultados das pesquisas. Dilma obteve mais de 55 milhões de votos.

No início do ano, quando já chamava Dilma de “a mãe do PAC” em eventos oficiais do governo país além, Lula disse que o seu governo não seria um sucesso se não conseguisse fazer seu sucessor. Conseguiu, mas ontem fez silêncio sobre a vitória depois do resultado oficial.

— O dia hoje é de Dilma — disse mais cedo, no Palácio da Alvorada.

O consenso de que o peso eleitoral do presidente foi determinante para a vitória e o tamanho da influência que ele exerceu diretamente ao longo da campanha reforçam a suspeita de que o futuro de Lula permanecerá rondando Brasília. Um dos deslizes de Dilma é se livrar da imagem de que não passa de uma sombra de seu criador. Mas não a ponto de se descolar dele. A presidente eleita do Brasil repetiu ontem que baterá sempre à porta de Lula, e que tem certeza de que a encontrará aberta.

O presidente do PT, José Eduardo Dutra, resumiu à noite o tamanho da influência de Lula. A que já exerceu e a que ainda terá no governo de sua criatura.

— Não tem como negar: o presidente Lula foi o grande eleitor dessa disputa. ■

DILMA ROUSSEFF faz seu primeiro pronunciamento como presidente eleita: ela ressaltou a importância da mulher brasileira e disse que cumprirá tudo o que prometeu



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 4 - Eleita em *O Globo* é investigado por meio da notícia ‘*Estendo minha mão à oposição*’, veiculada em 1º de novembro de 2010. O texto abre a editoria de O País, na página 3, e ocupa 100% do espaço (atendendo ao critério de seleção); além de inaugurar uma série de mais de 20 páginas em conteúdos que discursam sobre: o discurso na íntegra da presidenta eleita, as projeções da economia após o resultado, um relato do jantar de Dilma com o ex-marido na noite anterior, o retorno de Lula em 2014, a carreira política de José Serra, a perspectiva de Aécio Neves, uma lista das promessas de campanha para cobrar de Dilma, o percurso da oposição, as opiniões de Palocci, a contribuição de Marina Silva, as especulações sobre a equipe de governo petista, quem foi Lula durante o pleito de 2010, o novo estilo que substitui o do ex-presidente, o destaque de Dilma na imprensa mundial, o resultado da votação em cada estado brasileiro, a abstenção de eleitores, e o material que integra a página 25 com uma narração direcionada ao gênero, em que aborda a estreia de uma mulher no Palácio do Planalto.

Há, ainda, em um espaço sequente, um caderno especial nomeado como *De Silva para Rousseff*, em que *O Globo* narra a transição de Lula para Dilma. Apesar de existir a sombra do líder petista, as 12 páginas são costuradas com o protagonismo da mineira, por meio de conteúdos que discursam sobre sua jornada de vida: os primeiros movimentos estudantis, o legado da militante, o recomeço na vida no Sul, a fabricação de Lula, um tabuleiro com todas as etapas da trajetória da presidenta, rastros da campanha, opiniões de Dilma na gestão do país, as expectativas da população e características peculiares da eleita.

O período investigado corresponde aos dias 28 de outubro e 3 de novembro de 2010, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 4. São sete edições analisadas, em um total de 333 páginas.

Quadro 11 - Trechos narrativos em Marco 4 (*O Globo*)

Marco 4   Eleita   Outubro de 2010	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	1º de novembro de 2010, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de O País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	[...] Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do país. (TN 1)
	Dilma Vana Rousseff, de 62 anos, foi eleita ontem a primeira mulher

	presidente da República do Brasil [...]. (TN 2)
	[...] mostrando a força política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que trabalhou com obsessão ao longo do último ano para atingir essa vitória. (TN 3)
	A 40ª presidente do Brasil chegou lá na primeira eleição que disputou na vida. (TN 4)
	Do alto de seu capital de presidente mais popular da História, Lula passou por cima do PT, escolheu a candidata e conseguiu eleger como sucessora uma ex-assessora de perfil técnico [...]. (TN 5)
	No discurso, minutos depois, ao lado do vice eleito, Michel Temer (PMDB), e dos principais coordenadores de campanha, Dilma ressaltou a importância da mulher brasileira e prometeu governar para todos [...]. (TN 6)
	“O dia hoje é de Dilma”. (TN 7)
	Um dos desafios de Dilma é se livrar da imagem de que não passa de uma sombra de seu criador. (TN 8)
	A presidente eleita do Brasil repetiu ontem que baterá sempre à porta de Lula, e que tem certeza de que a encontrará aberta. (TN 9)
	“Não tem como negar: o presidente Lula foi o grande eleitor dessa disputa”. (TN 10)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 4 - Eleita no jornal *O Globo* é examinado por meio da notícia que ladeia uma fotografia em três colunas da presidenta Dilma Rousseff, na altura completa da página. A posição, o volume e a expressividade da petista não geram dúvidas sobre quem é a personagem central da informação e da conjuntura histórica do pleito democrático de 2010. O vestuário em tom neutro, os acessórios visíveis, porém discretos, o sorriso sutil e as mãos amparadas junto à população vão ao encontro do perfil desenhado desde antes da campanha oficial da então candidata: uma mulher moderada, que não gera alarde em quaisquer circunstâncias - a exemplo da descoberta do linfoma na axila esquerda, em 2009.

As intenções emotivas captadas na fotografia traduzem uma Dilma pacífica, acolhedora, a Mãe do PAC nomeada pelo antecessor e padrinho político Lula. Isto é, a narrativa imagética transfere sentidos amarrados ao arquétipo da maternidade - a que cuida, a que sorri, a que acolhe. É o arco de performance e de personalidade rascunhado desde antes de sua candidatura ser formalizada pelo Partido dos Trabalhadores. Abro parênteses para assinalar que este era o projeto bem apresentado por meio de PT e de Lula; na contramão,

porém, está o caráter particular de Dilma Rousseff, que rompe com o arquétipo de mãe passiva: ela é a agente técnica, a profissional estrategista, a mulher do campo público, a militante política, a guerrilheira que combate a ditadura militar. Não é a mãe cômoda e pacata que, por vezes, esteve na mira da construção estereotipada de instituições como o jornalismo e a política partidária. Fecho o parêntese para assinalar que, embora haja contradições no perfil de quem é e como se apresenta, de fato, esta Dilma, quem é narrada em *O Globo* por meio da fotografia central que anuncia sua vitória é a presidenta do povo, equilibrada e feliz.

O texto aparece em menor escala em comparação à fotografia. São nove parágrafos curtos, segmentados em uma coluna na diagramação. Há falas diretas reproduzidas de Dilma, de Lula e do presidente do PT, José Eduardo Dutra. A narração dos jornalistas Gerson Camarotti e Diana Fernandes, autores do conteúdo em Brasília, é um marco de objetividade vinculada à subjetividade. A história da vida de Dilma é, também, a história de vida de Lula. Não à toa colado aos méritos da então eleita, o líder petista é o sujeito que alavancou os espaços primários desbravados por ela ao ser a mulher que lança e prende o rosto feminino no âmbito masculino da política. O risco de acorrentar jornalisticamente a Jornada da Heroína desta brasileira à condição de réplica de Luiz Inácio está na aniquilação de sua história particular e de dezenas de lutas humanas cravadas por uma população precedente, que vibrou em reivindicação de direitos de igualdade. Ou seja: Lula é uma figura elementar para entender a cronologia política, social, racial (e etc) do Brasil; tal qual Dilma também é um indivíduo ímpar para explicar a evolução de gênero, de poder, de desigualdade do país.

É este movimento que tece *O Globo* em sua narrativa jornalística ao validar Lula, mas centralizar Dilma. Ele ainda é, por vezes, o protagonista que favoreceu a campanha e a conquista do PT em 2010; mas em paralelo ela é referida como a heroína eleita para chefiar a nação brasileira por quatro anos. Quer dizer, é possível (e necessário, até) narrar uma história de vida no jornalismo que retome e incorpore figuras outras que são cruciais para a jornada do personagem - mas sem anular a centralidade de quem está, ora, ao centro.

O jornalismo representa a vida e as ações dos homens (bons e maus), relata as tragédias e as epopéias modernas. Contam as histórias de nossos heróis e vilões, nossas batalhas, conquistas e derrotas. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas, é habitado, como as artes e a literatura, pelo *mythos*. Tem uma ética e uma poética, como outras linguagens estéticas, ainda que o jornalismo não resolva os conflitos que traz [...] (MOTTA, 2005b, p. 11).

O jornalismo narrativo produz significações e projeta o imaginário de quem o consome; logo, produz conhecimento. Entre os conflitos mencionados por Motta, elenco as disputas políticas do poder generificado que carecem de problematização na narração

jornalística. O que *O Globo* traz na notícia de vitória de Dilma Rousseff é o contrário: a notícia entrega uma costura subjetiva, de enredos anteriores, com o atestado neutro de um trabalho ancorado na objetividade. Ao passo que descreve Dilma Rousseff como a primeira mulher presidente do país (TN 1, 2 e 4), que já em seu primeiro discurso pontua a “importância da mulher brasileira” (TN 6), a narrativa do jornalismo não esconde seu posicionamento subjetivo, carregado de significados resultantes de notícias anteriores, em que o presidente Lula (nomeado no presente, como se ainda estivesse no cargo) é a “força política” que “trabalhou com obsessão” para atingir a vitória (TN 3). A liderança petista, para *O Globo*, é o presidente mais popular da história que “passou por cima do PT, escolheu a candidata e conseguiu eleger como sucessora uma ex-assessora de perfil técnico” (TN 5); e também para o Partido dos Trabalhadores, que na voz do presidente José Eduardo Dutra confirma que “Lula foi o grande eleitor dessa disputa” (TN 10). Em outras palavras, é inegável a interferência de Luiz Inácio na defesa de Dilma, na campanha eleitoral, na conquista da eleição de 2010; a jornada do político estava nas ruas, na mídia, no discurso verbal e não verbal da população que todos nós, na condição de cidadãos, ouvimos e reproduzimos. Enquanto potência popular, o petista ergueu em seu entorno um movimento nacional que rompe as fronteiras da política partidária - atravessando o fazer social da nação (por meio de performances de gênero, de poder, de branquitude, de privilégios, aliás). É ingenuidade, portanto, dissociar a existência de Lula em uma eleição geral que aparece no auge de sua notoriedade em todo o país.

No entanto, é possível costurar uma passagem narrativa que, embora traga o ex-presidente nesta conjuntura, ainda consiga lançar atenção justa e apropriada a quem está sob os holofotes em decorrência dos 55 milhões de votos, sem dúvida - mas sobretudo por ser um sujeito inédito, desviante, que gera um alerta porque com coragem e ousadia (tanto a dela, quanto a de Lula) consolidou o nome de uma mulher no mapa de presidentes do Brasil.

Quando repete a fala do petista que prefere não se manifestar após a vitória da sucessora porque o “dia hoje é de Dilma” (TN 7), o jornalismo inaugura um sentido mais próximo da amizade genuína dos colegas partidários do que da suposta manipulação que ele exerce sobre ela; tanto é que, na sequência, a narrativa descreve que a presidenta “baterá sempre à porta de Lula, e que tem certeza de que a encontrará aberta” (TN 9). Há, assim, uma notícia amparada em três vias: Lula interfere no resultado da eleição, Dilma é a primeira mulher a alcançar o cargo, e a parceria da dupla permanecerá na nova gestão do PT. A Jornada da Heroína da nova gestora escolhida pela população, deste modo, atravessa a tentativa de “se livrar da imagem de que não passa de uma sombra de seu criador” (TN 8). O

Marco 4 - Eleita em *O Globo*, com isso, traz o sentido de **Desafio**; porque mesmo já vitoriosa nas urnas, ainda há batalhas de gênero e de poder a se enfrentar nas instituições que regem o país - como o jornalismo e a política, por exemplo.

### 5.1.5 Marco 5 - Vaiada

Em 12 de junho de 2014, após episódios semelhantes em ocasiões anteriores, é registrado o Marco 5 - Vaiada<sup>13</sup>, quando a então pré-candidata à reeleição Dilma Rousseff é ironizada pela torcida brasileira na cerimônia de abertura da Copa do Mundo Fifa, no Estádio Arena Corinthians, em São Paulo.

Figura 40 - Marco 5 em *Estadão*

## Dilma adota tática antivaia, mas mesmo assim ouve coro de protestos no estádio

Pré-candidata à reeleição, a presidente Dilma Rousseff adotou uma tática discreta a fim de evitar vaia ontem, dia da abertura da Copa do Mundo no Brasil, mas acabou sendo alvo de protestos na Arena Corinthians, em São Paulo, onde o time brasileiro venceu a equipe croata por 3 a 1.

Por três vezes, parte dos torcedores entoou o coro: "Ei, Dilma, vai tomar no c...". A primeira após ela chegar ao estádio, a segunda depois da execução do hino nacional e a terceira no finalzinho do jogo. Ainda durante a partida, quando Neymar fez o gol de pênalti, Dilma e vice, Michel Temer, foram mostrados no telão do estádio comemorando bastante. Acabaram vaiados. A excitação estava no script. Havia uma ordem da Fifa para não mostrá-la, justamente para evitar a saia-justa.

Cerca de 6 mil pessoas compareceram ontem à abertura da Copa. O preço pago pelos ingressos variou, no mercado oficial, de R\$ 160 a R\$ 990.

A perista fez de tudo para evitar exposição excessiva ontem. Como esperado, abriu mão do tradicional discurso presidencial de abertura dos jogos. Há algumas semanas, ela disse num jantar com jornalistas que desistiu de fazer um pedido ao presidente da Fifa, Joseph Blatter - ele também

foi alvo de protesto ontem no estádio da zona leste paulistana. Dilma também evitou discursos públicos nos eventos dos quais participou antes do jogo.

Pela manhã, teve um encontro com a presidente do Chile, Michelle Bachelet, no Palácio do Planalto. Abordada por jornalistas ao final da reunião, afirmou: "Hoje eu não falo, hoje é assim...". Fazendo sinal de positivo com as mãos. A presidente viajou em seguida para São Paulo. Aproveitou para falar pela internet, postou tuítes elogiando a Copa.

Já na capital paulista, almoçou num hotel com chefes de Estado que vieram ao Brasil em razão do evento e fez um breve discurso a portas fechadas. Lá dentro comemorando bastante. Acabaram vaiados. A excitação estava no script. Havia uma ordem da Fifa para não mostrá-la, justamente para evitar a saia-justa.

Cerca de 6 mil pessoas compareceram ontem à abertura da Copa. O preço pago pelos ingressos variou, no mercado oficial, de R\$ 160 a R\$ 990.

A perista fez de tudo para evitar exposição excessiva ontem. Como esperado, abriu mão do tradicional discurso presidencial de abertura dos jogos. Há algumas semanas, ela disse num jantar com jornalistas que desistiu de fazer um pedido ao presidente da Fifa, Joseph Blatter - ele também

seu governo ruim ou péssimo é maior do que o índice dos que o consideram bom ou ótimo. Em junho do ano passado, em meio à série de manifestações que tomou o País, Dilma foi vaiada em discursos na abertura da Copa das Confederações, evento de preparação para o mundial.

Desde então, a mistura de protestos, gastos públicos com a Copa e sentimento de insatisfação se tornou um problema para o governo. O Planalto começou a investir em publicidade para tentar promover o evento e se defender das críticas sobre o desembolso excessivo de dinheiro.

Na terça-feira, a presidente usou a cadeia nacional de TV para defender obras da Copa e chamar de "pessimistas" seus opositores. A ideia foi compensar a ausência de discurso ontem no estádio - desde 1986, os mundiais de futebol são abertos oficialmente pelo presidente do país-sede.

No fim do dia, Dilma voltou à internet para elogiar os "belíssimos gols" da seleção. / JAMIL CHAGUE, FERNANDO PAULINO, ISADORA PERON E LISANDRA PARAGUASSU

A cautela de Dilma ao se expor ontem está num contexto de queda de popularidade - a mais recente pesquisa Ibope mostra que, pela primeira vez desde que ela tomou posse, em 2011, o índice de pessoas que consideram

#### DO PLANALTO AO APUJO

**9h10** Dilma recebe a presidente do Chile, Michelle Bachelet, no Planalto, para reunião privada.

**10h** A presidente se despede de Bachelet no Planalto e, em seguida, embarca para São Paulo.

**12h** Em três posts no Twitter, petista diz que o povo brasileiro tem confiança na seleção.

**12h15** A presidente chega para o almoço, em hotel em São Paulo, com chefes de Estado.

**14h10** Deixa o almoço no hotel e segue para a Arena Corinthians.

**14h15** De forma discreta, chega ao estádio acompanhada do presidente da Fifa, Joseph Blatter.

**17h** É alvo de coro de protestos durante o jogo da Seleção.

**19h** Pelo Facebook, elogia os "três belíssimos gols" do Brasil.



"Hoje eu não falo" Dilma Rousseff, ao se despedir de Michelle Bachelet no Planalto



"Concentremo-nos" Dilma, após almoço com chefes de Estado

TV Estadão. Veja vídeo de Dilma após almoço com chefes de Estado [www.estadao.com.br/e/dilmaocopa](http://www.estadao.com.br/e/dilmaocopa)

#### 'O que é que você quer, que ela chore?', afirma ministro

• A presidente Dilma Rousseff chegou à Arena Corinthians de helicóptero e foi direto para uma sala VIP, onde estavam várias autoridades, entre elas o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), além de chefes de Estado que vieram ao Brasil para acompanhar a abertura do evento. No camarote das autoridades, Dilma se sentou ao fundo para evitar exposição. Ficou ao lado da filha, Paula, e do presidente da Fifa, Joseph Blatter. Quando o coro com xingamento à presidente foi ouvido pela primeira vez, antes do início da partida, muitos dos chefes de Estado que não entendem português se perguntavam o que estava sendo gritado - "Ei, Dilma, vai tomar no c...". Os intérpretes traduziram o coro para os curiosos, criando certo mal-estar.

Questionado sobre as vaia, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, respondeu: "O que é que você quer, que ela chore? Ela é a presidente do Brasil". / J.C.



Figs. Dilma ao lado de Blatter e da filha

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>13</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/g8fr>.

A notícia selecionada para o Marco 5 - Vaiada em *Estadão* é conduzida a partir do título *Dilma adota tática antivaia, mas mesmo assim ouve coro de protestos no estádio*. O conteúdo é veiculado um dia após o acontecimento, em 13 de junho de 2014; e a autoria é dos jornalistas Jamil Chade, Fernando Paulino, Isadora Peron e Lisandra Paraguassu. O texto atende ao critério principal de seleção (é a notícia de capa com foto) e abre a editoria de Política do exemplar, na página A4, ocupando em torno de 80% do espaço.

O período investigado compreende três dias antes e três dias depois ao Marco 5 (de 12 de junho), totalizando sete edições avaliadas em 750 páginas.

Quadro 12 - Trechos narrativos em Marco 5 (*Estadão*)

Marco 5   Vaiada   Junho de 2014	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	13 de junho de 2014, sexta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Por três vezes, parte dos torcedores entoou o coro: “Ei, Dilma, vai tomar no c...”. (TN 1)
	Havia uma ordem da Fifa para não mostrá-la, justamente para evitar a saia-justa. (TN 2)
	A petista fez de tudo para evitar exposição excessiva ontem. Como esperado, abriu mão do tradicional discurso presidencial de abertura dos jogos. (TN 3)
	Aproveitou para falar pela internet: postou tuítes exaltando a Copa. (TN 4)
	A cautela de Dilma ao se expor ontem está num contexto de queda de popularidade [...]. (TN 5)
	“O que é que você quer, que ela chore? Ela é a presidente do Brasil”. (TN 6)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 5 - Vaiada em *Estadão* explica a rotina da presidenta Dilma Rousseff na data de abertura da Copa de 2014, em São Paulo. Há inclusive uma relação cronológica de horários que ilustram a jornada em três turnos da pré-candidata à reeleição. A intenção do veículo é desvendar a discrição da petista diante da suposta possibilidade de reações negativas da torcida brasileira a partir de sua presença na Arena Corinthians. Não há reproduções de falas

da presidenta, visto que cancelou o seu pronunciamento oficial - apenas comentários breves dirigidos a jornalistas que ensaiavam uma abordagem antes da partida entre Brasil e Croácia.

As três fotografias não se contradizem, uma vez que trazem a presidenta em um mesmo efeito de bem-estar, confiança e austeridade. As duas imagens superiores à página ocupam duas colunas, em uma escala menor, e acompanham a rotina cronometrada de Dilma das 9h10 às 19h. A primeira ilustração traz a petista com a presidente do Chile, Michelle Bachelet, ainda em Brasília, onde acena para jornalistas e reforça que não fará aparições de cunho exibicionista na Arena Corinthians; a segunda figura apresenta Dilma já em São Paulo, no turno da tarde, em um almoço com chefes de Estado de onde partirá para o local da abertura da Copa do Mundo. A foto principal, porém, que é posicionada na metade inferior da página, centraliza a presidenta do Brasil ladeada pelo presidente da Fifa, Joseph Blatter, pelo vice Michel Temer, e pela filha Paula Rousseff.

Além de elementos carregados de intenções como concentração e sociabilidade, Dilma é captada e reproduzida em *Estadão* em caráter de simpatia e de otimismo - visto que em todas as expressões faciais há o sorriso amparado pelas figas em torcida pelo Brasil. Não há pistas de apreensão ou instabilidade diante das suspeitas de vaias que poderiam ocorrer no evento esportivo; o que se percebe é uma líder de nação coerente, em um discurso corporal que traduz mais serenidade do que perturbação.

A narrativa textual vai ao encontro do que falam as fotografias: em uma notícia que descreve a manhã, a tarde e parte da noite de Dilma Rousseff, os sentidos construídos pela equipe de jornalistas beira a discrição e o desconhecimento ou desconsideração das provocações geradas por parte da torcida brasileira - e atento a um cuidado bastante presente na história contada por *Estadão*, que em nenhuma ocasião generalizou as vaias direcionadas à presidente como um ato coletivo da população que acompanhava a partida do Brasil. A precaução a fim de resguardar a petista de disputas políticas junto aos eleitores, em uma data que não contesta as decisões partidárias, mas a abertura do campeonato mundial de futebol, é determinada via narrativa jornalística por meio do reforço de que havia uma “ordem da Fifa para não mostrá-la” no telão do estádio (TN 2), em especial porque a presidenta “abriu mão do tradicional discurso presidencial de abertura dos jogos” (TN 3). Isto é, há um ensaio registrado desde o título e reproduzido em toda a história de vida de Dilma Rousseff, neste contexto, que visa eliminar brechas que provoquem uma fricção política na gestão do país.

Como efeito, a conduta da presidenta aparenta desconhecer ou descartar a queda de popularidade do governo em 2014, ano de reeleição (TN 5), embora os únicos comentários direcionados a ela na solenidade e durante a partida foram de coros pejorativos e

sexualizados, como “vai tomar no c...” (TN 1). Ao término do embate de estreia do Brasil, e com a vitória da seleção sede, Dilma se pronuncia por meio do *Twitter*, onde exalta a ocorrência da Copa do Mundo (TN 4). É evidente que o silêncio público da presidenta é resultado de uma estratégia do Partido dos Trabalhadores que a afasta, portanto, de manifestações de desagrado quanto à condução do país meses antes da eleição geral; logo, é inegável que a postura de discrição de Dilma tem relação exclusiva com o perfil da pré-candidata ou com a opção de emprestar todas as atenções ao futebol.

O que desperto é a narrativa jornalística que renova o discurso sóbrio da petista, em um recorte daquela mulher em via pública que sorri apesar da adversidade. A costura de *Estadão* descarta a emoção de Dilma: não há indícios de ignorância dos fatos, de esperança com o time brasileiro, ou sequer de contestação às acusações direcionadas a ela e ao PT. Quando traz um box em destaque, com o título em aspas do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, o exemplar assume que a gestora é impenetrável: “O que é que você quer, que ela chore? Ela é a presidente do Brasil” (TN 6). Há um movimento de praticidade em atender a críticas por meio de enunciados jornalísticos que retomam contextos anteriores - veja, uma das características da narração de histórias de vida na comunicação noticiosa. Quem é apresentado a este texto de *Estadão* pode de imediato familiarizar a conduta de Dilma Rousseff àquela já performada, por exemplo, quando anuncia a quimioterapia para tratar um linfoma na axila esquerda - meses antes de iniciar a campanha para as eleições de 2010; ou à atitude perante as comparações e os apagamentos em decorrência do protagonismo de Lula. A jornada da mulher na política narrada no jornalismo é a da cidadã armada em uma casca que não quebra, cuja praticidade em trabalhar sustentada na rejeição é habitual. Embora este seja o perfil particular de Dilma (e aqui parto de hipóteses, visto que não conheço a petista), o que importa é como se dá a construção jornalística destes valores e a carência de reflexões que levem ao senso comum as provocações sobre a representação do feminino na política e os efeitos do temperamento de uma mulher na maior instância do poder público da nação brasileira. É dever do jornalismo preservar a neutralidade que sustenta um fazer justo, equânime; da mesma forma é tarefa incrementar as subjetividades narrativas que cortam a escolha por cada verbo, de fotografias, de substantivos para legendas e linhas de apoio. Enquanto instituição fabricada no coletivo, é uma das fontes (para não arriscar como sendo a maior delas) a traduzir o que acontece - e, sobretudo, como acontece no cotidiano.

Não apenas porque o jornalismo, como conhecimento social, se relaciona diretamente com os saberes legítimos e produzidos nas instâncias de poder, mas também porque a mídia participa dos processos didáticos de explicação dos

conhecimentos que devem ser partilhados e tomados como norteadores da sociedade (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 62).

Esta explicação dos conhecimentos se dá por meio da narrativa que nunca se esgota nela mesmo, mas se ancora em um processo contínuo de formação de significados. Cada notícia é um tijolo a mais na edificação discursiva de um acontecimento, em uma espécie de acréscimo de camadas informativas que formatam as histórias de vida do personagem narrado. Isto é, a jornada do sujeito no jornalismo não é consistente se concebida a partir de um único recorte noticioso; mas é por meio de uma continuidade informativa, na combinação de uma série de narrativas jornalísticas, que se percebe o fio que fabrica e apresenta a história de vida de cada um e cada uma relatado em páginas de jornais.

Quer dizer, são sentidos impregnados em notícias anteriores que retornam àquilo que é informado no agora. Por exemplo: um ataque terrorista nos Estados Unidos traz significados comparativos ao 11 de setembro; a morte de uma celebridade jovem, motivada por drogas ilícitas, resgata fatalidades anteriores, como Kurt Cobain e Amy Winehouse; e a narração de uma presidenta mulher fria, reservada e coadjuvante atualiza valores já noticiados desde a pré-campanha eleitoral, quando é postulada como a assistente escolhida de Lula, a paciente de câncer que não reduzirá o trabalho em virtude do tratamento, a candidata mulher que sustenta elementos-chave do masculino, como rigidez e coragem. O texto narrativo, desta forma, no que garante o professor Luiz Motta (2005b), não consiste na própria história de vida do sujeito: o arco amplo em que se pode visualizar quem é a persona descrita está na repetição de notícias precedentes e daquelas que ainda virão. Isso porque a informação narrada em uma página de um único exemplar de jornal não é isolada, mas integra um acontecimento maior - a história de vida daquele sujeito. Neste caso, a Jornada da Heroína de Dilma Rousseff narrada no jornalismo. É a partir dela que se constituem as memórias e as realidades de mundo, por exemplo, da mulher na instância de poder da política brasileira, em um fluxo que reforça identidades e prevê a nomeação de marcadores de gênero, de raça, de classe.

Ao narrar a firmeza da presidenta à frente de hostilizações públicas (descartando, aqui, o juízo de valor que valida ou não o descontentamento da população brasileira), o estágio de sentido que se apresenta a partir do Marco 5 - Vaiada em *Estadão* é o de **Resiliência**, porque tanto a narrativa visual quanto a verbal divulgam referências de uma Dilma que se preservou de ataques (com a ausência de um pronunciamento oficial), mas que fisicamente mantém uma conduta pacífica e otimista para a Copa do Mundo no Brasil - sem falas de contrariedade às manifestações, por exemplo, a fim de ilustrar que o não dito também carrega significados.

Figura 41 - Marco 5 em *O Globo*

BOLA FORA

# Xingar não é do jogo

Para analistas, insulto a Dilma na abertura da Copa é desrespeito à democracia e machismo

PAULA FERREIRA, RAFAELA MARINHO  
E SÉRGIO ROXO  
opais@oglobo.com.br

**-RIO E SÃO PAULO.** O xingamento sofrido pela presidente Dilma Rousseff na última quinta-feira, durante a abertura da Copa do Mundo, na Arena Corinthians, em São Paulo, causou polêmica nas redes sociais e entre sociólogos, economistas e cientistas políticos. Estudiosos ouvidos pelo GLOBO veem o ato como uma postura anticidadã, que não respeita a instituição democrática da Presidência da República. Avaliam também como uma demonstração de machismo, pois, de acordo com pesquisadores, a insatisfação contra o governo e as divergências ideológicas não teriam se expressado na forma do "Vai tomar no c...?", proferido pela torcida, caso o ocupante da Presidência fosse um homem.

— Acho que seria muito pouco provável que fizessem isso com o Fernando Henrique ou com o Lula. O fato de Dilma ser mulher lhes deu (torcedores) um empoderamento para insultar que eles não teriam tanto caso tivessem um presidente homem. Temos uma elite despreparada para ver uma presidenta mulher. Humilharam a mulher brasileira na pessoa da Dilma — argumenta Ana Thurler, socióloga colaboradora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

— Economista dedicada à questão de gênero, Hildete Pereira de Melo, da equipe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, aponta o ato como reflexo de uma sociedade conservadora.

— A ideia de que para mulher se pode dizer tudo está por trás do xingamento.

## CÓDIGO DA FIFA PROÍBE XINGAMENTO

Na cerimônia de 2007, o ex-presidente Lula foi vaiado em seis momentos da festa, todas as vezes quando teve seu nome citado ou apareceu em um telão. Ele acabou não cumprindo o papel cerimonial de declarar abertos os Jogos no Rio; na época, a tarefa ficou por conta de Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Mas Lula, na ocasião, não foi xingado.

Segundo o código de conduta da Fifa para a Copa de 2014, entre as proibições nos estádios durante os jogos está "entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenofobos".

Cientistas políticos condenaram os xingamentos à presidente, mas consideraram as vaías uma reação esperada diante da impopularidade do governo federal entre as classes sociais mais altas, público majoritário na partida. Do total de 62.600 torcedores



**Agressão.** Dilma participa de inauguração em Pernambuco, com o governador do estado, João Lyra, um dia depois de ser xingada

“A vaia era de se esperar por causa da impopularidade do governo diante daquele público”

**Cláudio Couto**  
Cientista político e professor da FGV

no Itaqueraão naquele dia, 26.636 tinham ingressos comprados, e os demais eram convidados.

— A vaia é de se esperar por causa da impopularidade do governo diante daquele público. Não era uma festa popular, dado o preço dos ingressos. A maioria era classe média e alta. As pesquisas mostram que esse público tende a ser mais refratário ao PT — diz o cientista político Cláudio Couto, professor da FGV, para quem faz parte da cultura futebolística xingar autoridades, árbitros e jogadores. — O clima político é negativo em relação à Copa por causa dos gastos com estádios e atrasos nas

obras, o que não só é responsabilidade dela, mas que, como presidente, ela acaba representando.

Já o cientista político Carlos Melo, professor do Insper, entende que os xingamentos levam a disputa política para um lado perigoso, que não é benéfico para o debate democrático, e que, por conta disso, os outros principais presidencialistas, o senador Aécio Neves (PSDB) e o ex-governador Eduardo Campos (PSB), deveriam condenar os insultos:

— Os xingamentos atingiram muito mais do que a Dilma, atingiram um símbolo do país. Ela estava lá como chefe da nação.

Filiado ao PSDB, o cientista político Bolívar Lamounier também considera que os xingamentos não foram razoáveis:

— Não aprovo esse tipo de atitude contra nenhuma autoridade.

Hildete Pereira de Melo acrescenta que a questão foi também ideológica. Para ela, as pessoas que estavam no estádio não simpatizam com Dilma porque pensam projetos de país diferentes dos que o governo vem pondo em prática:

— Era uma plateia que não gosta dela porque ela é mulher, mas também porque não compartilha dos mesmos projetos que o governo. Eles não gostam da Dilma; as empregadas deles é que gostam — completa.

Ensaísta e colunista do GLOBO, Jo-

## NAS PESQUISAS

### REJEIÇÃO MAIOR ENTRE MAIS RICOS

Estão entre os mais ricos e na Região Sudeste os maiores índices de rejeição à presidente Dilma Rousseff, segundo as pesquisas de intenção de voto. Isso pode ajudar a explicar, em parte, a hostilidade sofrida por ela no jogo de abertura da Copa do Mundo em São Paulo.

A pesquisa Datafolha divulgada este mês, por exemplo, mostrou que Dilma tem sua maior rejeição entre os eleitores com renda acima de 10 salários mínimos (46%). Isso representa 11 pontos percentuais a mais do que a média nacional (35%). O Sudeste tem a mais alta reprovação à presidente (41%).

O desejo de mudança, medido pela mesma pesquisa, também alcança entre os mais ricos e no Sudeste os maiores percentuais. Enquanto a média nacional foi de 74%, entre os mais ricos ela chega a 81%, e no Sudeste, 79%.

## Opinião

### FORA DO TOM

**NADA RIVALIZOU** com o que houve dentro do campo, na vitória brasileira, do que as manifestações no estádio contra a presidente Dilma, sentada discretamente na tribuna de honra. O fato está registrado também na imprensa internacional.

**COMEMORE-SE** A vitória no futebol, mas é necessário fazer menção ao mau comportamento da plateia: vaiar uma pessoa pública é parte do jogo democrático. Ofendê-la, não.

A CAMPANHA eleitoral tende a subir de temperatura, e será péssimo para o país se o saudável embate entre as forças políticas assumir o tom do Itaqueraão.

sé Miguel Wisnik, autor do livro "Veneno remédio: o futebol e o Brasil", considera que o xingamento é uma característica inerente a uma torcida no ambiente do estádio, apesar de ser "uma grosseria".

Ana Thurler ressalta também a presença predominantemente de adultos no estádio:

— Não foi feita uma pesquisa de gênero, mas acredito que 3/4 da torcida deveriam ser homens, homens adultos. Não eram meninos nem adolescentes, eram adultos, que acabaram dando péssimo exemplo.

**"UMA BAIXARIA", DIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA** Fundador do PT, mas que rompeu com o partido em 2003, o sociólogo Francisco de Oliveira diz que, apesar de hostilidades fazerem parte da cultura dos estádios, o ato contra Dilma foi condenável:

— Acho isso uma baixaria.

O xingamento também repercutiu nas redes sociais. Mais de 218 mil tweets sobre a presidente Dilma foram postados ontem, boa parte deles citando a saia-justa no Itaqueraão. O insulto foi reproduzido nas redes, e as opiniões se dividiram. Houve quem apoiasse a torcida, mas muitos criticaram quem pagou o preço caro dos ingressos para, no fim, hostilizar a presidente. (Colaborou Ana Lucia Valinho) ■

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O exemplar de *O Globo* que complexifica o Marco 5 - Vaiada é veiculado em 14 de junho de 2014, dois dias após à data referência da análise do acontecimento (que é de 12 de junho). A notícia investigada é *Bola fora: xingar não é do jogo*, que abre a editoria de País, na página 3, ocupando em torno de 80% do espaço (os outros 20% também debatem o caso, mas em uma coluna de opinião que não é validada nesta pesquisa). Há uma notícia publicada no dia anterior, em 13 de junho, inclusive com chamada de capa, que informa de imediato a

cobertura das vaia dirigidas a Dilma Rousseff na abertura da Copa de 2014. No entanto, a potência e a problematização narrativa do acontecimento estão em maior dimensão no conteúdo divulgado em 14 de junho - que também traz uma chamada na capa da publicação (desta forma, também atende ao critério de seleção da pesquisa). Além da notícia escolhida, que ocupa a página 3, há uma sequência na página 4 que fala sobre Dilma não se abater diante de empecilhos.

O período investigado está entre os dias 9 de junho e 15 de junho de 2014, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 5. São sete edições analisadas, em um total de 406 páginas.

Quadro 13 - Trechos narrativos em Marco 5 (*O Globo*)

<b>Marco 5   Vaiada   Junho de 2014</b>	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	14 de junho de 2014, sábado
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Para analistas, insulto a Dilma na abertura da Copa é desrespeito à democracia e machismo. (TN 1)
	Estudiosos ouvidos pelo GLOBO veem o ato como uma postura anticidadã [...]. (TN 2)
	Avaliam também como uma demonstração de machismo, pois, de acordo com pesquisadores, a insatisfação contra o governo e as divergências ideológicas não teriam se expressado na forma do “Vai tomar no c...” proferido pela torcida, caso o ocupante da Presidência fosse um homem. (TN 3)
	“Acho que seria muito pouco provável que fizessem isso com o Fernando Henrique ou com o Lula. O fato de Dilma ser mulher lhes deu (torcedores) um empoderamento para insultar que eles não teriam tanto caso tivessem um presidente homem”. (TN 4)
	“Temos uma elite despreparada para ver uma presidenta mulher. Humilharam a mulher brasileira na pessoa da Dilma”. (TN 5)
	“A ideia de que para mulher se pode dizer tudo está por trás do xingamento”. (TN 6)
	Mas Lula, na ocasião, não foi xingado. (TN 7)
	Cientistas políticos condenaram os xingamentos à presidente [...]. (TN 8)

	“Não era uma festa popular, dado o preço dos ingressos. A maioria era classe média e alta”. (TN 9)
	“Os xingamentos atingiram muito mais do que a Dilma, atingiram um símbolo do país. Ela está lá como chefe da nação”. (TN 10)
	“Era uma plateia que não gosta dela porque ela é mulher, mas também porque não compartilha dos mesmos projetos que o governo. Eles não gostam da Dilma; as empregadas deles é que gostam”. (TN 11)
	[...] o ato contra Dilma foi condenável. (TN 12)
	[...] vaiar uma pessoa pública é parte do jogo democrático. Ofendê-la, não. (TN 13)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 5 - Vaiada é avaliado por meio de uma notícia densa de *O Globo*. De autoria dos jornalistas Paula Ferreira, Rafaela Marinho e Sergio Roxo, a narrativa tem um caráter editorial, com amarrações complexas e aprofundamentos gerados por meio da pesquisa junto a sociólogos, economistas e cientistas políticos. A fotografia em três colunas que completa o conteúdo vai de encontro ao corpo mais espesso do texto, porque tem maior utilidade de ilustração do que de problemática, de referência informacional. A imagem traz Dilma Rousseff ao lado do governador de Pernambuco, João Lyra, em uma solenidade oficial de inauguração após as vaias direcionadas a ela na abertura da Copa do Mundo. A expressão facial da presidenta se assemelha às de notícias anteriores, em uma narrativa de pacifismo e serenidade; o movimento gestual em formato de uma casa indica que na captação da fotografia, a gestora falava ao público sobre a habitação popular no Nordeste. Há traços de discrição e uma escassez que elementos mais simbólicos que promovam uma reflexão do leitor sobre os sentidos que emergem desta representação fotográfica. Atento, no entanto, à percepção de que a escolha da imagem é amarrada à subjetividade do time de repórteres - logo, houve a opção de trazer uma Dilma pós-xingamento em uma fotografia que não carregasse significados intrincados, enigmáticos. Isto é, a fotografia pode ser a protagonista de uma notícia, mas também pode aparecer como mera ilustração que colore a página. O não dito, desta forma, também espelha a intenção narrativa do jornalismo de *O Globo*.

Na contramão da praticidade informativa da fotografia, o texto do Marco 5 é um emaranhado de provocações e de confrontos opinativos que não poupam elementos para a jornada da história de vida de Dilma Rousseff. A narrativa é explícita ao desenhar que não é sobre a presidenta que se pronuncia a publicação - mas sobre a todas as mulheres brasileiras

que em dado momento se perceberam constrangidas diante das vaias de 12 de junho de 2014. O quadro anunciado na abertura da Copa do Mundo, quando a presidenta quebra o protocolo de três décadas ao ser a primeira gestora política a não discursar nesta solenidade, ignora o fato de que a crise do poder generificado não é inédita: há uma posição enviesada, de um sujeito que está onde não deveria, de um feminino que subverte a norma masculina que resistiu no topo da pirâmide até as eleições gerais de 2010, quando *o presidente* se tornou *a presidenta*. A história de vida narrada por meio do jornalismo expõe estas lacunas em um relato que teima em se adequar ao atributo rígido conferido ao masculino. “Falta à maior parte dos comunicadores uma visão clara destas crises vivenciadas pelo ser humano para interpretá-las na hora de captar um perfil ou realizar uma reportagem” (MARTINEZ, 2008, p. 40).

Esta falta de habilidade em fugar as subjetividades a fim de traduzi-las em narrativa não é verificada em *O Globo*, que traz um texto absorvido de contextos precedentes, em uma obra acessível e palpável a quem lê - sem empecilhos de linguagem ou agravantes que, em vez de aproximar, separam a população da informação. A notícia vai além do caráter curto e direto do fato (as vaias na abertura da Copa): a produção do conhecimento está no aprofundamento, na pesquisa, no debate gerado por meio da conversa referenciada entre os profissionais entrevistados. São especialistas (mulheres e homens) que, embasados em suas próprias investigações de gênero, de política, de economia e de ciências sociais organizam ideias teóricas e práticas sobre o que simboliza, para o Brasil, uma presidenta mulher ser hostilizada durante o lançamento do maior evento esportivo do país. Não são opiniões, mas elaborações coletivas que, por meio da página do jornal, têm a intenção de gerar a observação analítica de quem lê. Uma vaia, logo, não é só uma vaia.

O movimento jornalístico nesta narrativa é ir adiante da razoabilidade da informação que a rotina diária da redação sugere; e onde boa parte dos jornalistas ainda se esconde para proteger a objetividade de suas notícias. Na publicação de *O Globo*, dois dias após o início da Copa do Mundo, o Brasil já havia sido informado das provocações de parte dos torcedores; é dever do jornalismo, portanto, extrapolar este óbvio e entender os porquês do acontecimento. É o que se percebe quando a linha de apoio aponta de imediato que o “insulto a Dilma na abertura da Copa é desrespeito à democracia e machismo” (TN 1) e o primeiro parágrafo resume que estudiosos veem o ato “como uma postura anticidadã” (TN 2). Este início dá o tom da publicação, que traz a neutralidade por meio de entrevistas com indivíduos qualificados, mas não desconsidera as subjetividades tanto de quem escreve quanto de quem está no protagonismo da notícia; há muito mais entre a torcida que vaiou e a presidência de Dilma que a objetividade cartesiana e exata pode explicar. Há situações que demandam

crítica, análise e maturidade para repercutir - e cabe ao time de jornalistas identificar com suas subjetividades, portanto, até onde e como se deve chegar.

Isto é, nem ao céu e nem ao inferno: há uma larga fenda que se abre em meio a um texto que pode carregar a segurança epistemológica da neutralidade jornalística em paralelo às percepções prévias de jornalistas quanto àquilo que já aconteceu e àquilo que ainda emerge na sociedade: o racismo, o machismo, a xenofobia, a homofobia e todos os “ismos” e “fobias” que confirmam a diferença como desigualdade. Por exemplo, a narrativa da notícia do Marco 5 prioriza o verbo “condenar” em duas ocasiões para descrever o acontecimento de 12 de junho: quando cientistas políticos “condenaram os xingamentos à presidente” (TN 8) e também na concepção de que “o ato contra Dilma foi condenável” (TN 12). Há a marcação jornalística em fortalecer este desconforto diante de insultos direcionados não só a uma liderança política; mas à primeira mulher a ocupar esta liderança política. A pretensão de *O Globo* é anular e desaprovar, por meio da escolha cirúrgica de verbos e substantivos, o comportamento da torcida brasileira frente à Dilma Rousseff - não à toa, há a garantia de que “vaiar uma pessoa pública é parte do jogo democrático. Ofendê-la, não” (TN 13).

A narrativa confronta marcadores que organizadamente se atravessam na sociedade: há raça, gênero, classe, geografia, sexo, religião que formatam sujeitos e resultam em uma humanidade heterogênea, que se assemelha em dados aspectos ao passo que se distancia em certas circunstâncias. A notícia conta que a festa da Copa do Mundo não era popular, pois a “maioria era classe média e alta” (TN 9) e que a plateia não gosta de Dilma porque “as empregadas deles é que gostam” (TN 11). Ainda: os xingamentos atingiram mais do que a presidenta, mas “um símbolo do país” (TN 10). Ou seja, há acréscimos emblemáticos na narração que dimensionam a infiltração de elementos de classe social e de democracia às vaias encaminhadas para Dilma Rousseff na Arena Corinthians. O enredo complexificado pelo exemplar traz as distintas formas de ser e de estar em sociedade. A vaia e o insulto narrados por intermédio do jornalismo superam a presidenta e recaem em mulheres, em pobres, em todas e todos os que estão onde supostamente não deveriam estar.

Embora estas condutas estejam friccionadas em *O Globo*, a condição que mais emerge na construção em terceira pessoa do exemplar e também em falas dos profissionais entrevistados é o machismo. A publicação retoma um acontecimento precedente (típico da narrativa jornalística), em que o ex-presidente Lula também foi vaiado na cerimônia da Copa de 2007, mas que “não foi xingado” (TN 7); e amparada na avaliação de pesquisadores, apresenta o ocorrido como “uma demonstração de machismo” porque a insatisfação contra o governo e as divergências ideológicas não teriam se expressado na forma do “vai tomar no

c...” “caso o ocupante da Presidência fosse um homem” (TN 3). A fala direta, trazida entre aspas na narrativa da notícia, também acrescenta que “seria muito pouco provável que fizessem isso com o Fernando Henrique ou com o Lula” (TN 4) e que a elite brasileira é despreparada para uma presidenta, pois “humilharam a mulher brasileira na pessoa da Dilma” (TN 5). A produção de supostas verdades não está intrincada apenas à neutralidade jornalística, observe: a designação de uma cadeia de sentidos, saberes e expectativas *reais* sobre o ser mulher, o ser homem ou o não ser nem mulher e nem homem são fertilizados já na fecundação do feto. É menino ou é menina? Vai ser bombeiro ou professora? Ele vai ser *pegador*? Ela vai casar com quantos anos? Ele vai sonhar com qual carreira? Ela vai ter quantos filhos? Quando estas múltiplas táticas de tonificar identidades duradouras do masculino e do feminino (excluindo o que vai além destes gêneros) são negadas, o padrão é reconstituído e o que resta para o senso comum é a confusão sobre como agir: quer dizer, ela pode ser presidenta? Apesar de não alimentar atributos do feminino (o que por si só já é uma quebra da norma) e ainda representar um rosto privilegiado de sujeito branco e classe média, Dilma Rousseff ousou ir até onde nenhuma outra conseguiu realizar. O machismo tem raízes ancestrais e perturbadas que demandam maiores explicações, mas aqui aparece como efeito desta desordem gerada pelo rosto de uma presidenta mulher em mais de 120 anos de República Federativa do Brasil. O homem habituado a se ver representado no poder e a elite econômica familiarizada com uma gestão que privilegia os seus privilégios não reconhece esta brasileira que é narrada jornalisticamente como maior nome do poder político do país. As etapas percorridas por mulheres na carreira política são atravancadas justamente porque as instituições não favorecem a produção e a viabilização de candidaturas; mas, ao que problematiza *O Globo*, “[...] as representações convencionais do feminino e do masculino presentes na mídia podem também contribuir para o insulamento temático das mulheres na política” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 4).

A permissão para agredir verbal ou fisicamente quem está em trincheiras opostas à sua é naturalizada, em especial quando a vítima ocupa os marcadores acomodados na mais inferior camada da pirâmide do poder e do respeito humano. O jornalismo do veículo carioca confirma, por meio de entrevista, que o fato de Dilma ser mulher conferiu à torcida “um empoderamento para insultar que eles não teriam tanto caso tivessem um presidente homem” (TN 4) e que a ideia “de que para mulher se pode dizer tudo está por trás do xingamento” (TN 6). Há um senso de impunidade que não se solidifica em vão: o incentivo à violência política está na isenção de culpa para quem ofende, agride, insulta. A regra que apaga as manifestações violentas contra mulheres está inscrita, por exemplo, no Conselho de Ética da

Câmara dos Deputados (Vanessa GRAZZIOTIN, 2022): criado em 2001, há mais de duas décadas, apenas analisou nove casos arquivados e nunca puniu registros de violência contra parlamentares mulheres. Ou seja: há permissão para a agressão de gênero.

Desta forma, o Marco 5 - Vaiada em *O Globo* identifica o estágio de sentido de **Machismo** representado pela reiteração do “ei, Dilma, vai tomar no c...” diante de milhares de pessoas e televisionado para todo o mundo na abertura da Copa do Mundo de 2014.

### 5.1.6 Marco 6 - Reeleita

O êxito inédito de 2010 é repetido em 2014, quando Dilma Rousseff é novamente escolhida pela população brasileira com 54.501.118 votos válidos em 26 de outubro de 2014. A data se refere ao Marco 6 - Reeleita<sup>14</sup>, em que a presidenta reforça seu mandato por meio da coligação *Com a Força do Povo* e vence o candidato Aécio Neves (PSDB) em segundo turno, com 51,57% das urnas.

Figura 42 - Marco 6 em *Estadão*

## Dilma chama brasileiros à união e prega reforma política e combate à corrupção

Presidente diz que toda eleição é momento para mudança e que energia das divergências deve se converter em disposição para diálogo



Vitória. A presidente da República reeleita, Dilma Rousseff, faz pronunciamento em hotel de Brasília, após o resultado das eleições, acompanhada do vice-presidente Michel Temer (à dir.)

BRASÍLIA

Reeleita presidente da República com 51,64% dos votos válidos, Dilma Rousseff defendeu ontem diálogo com a sociedade, mudanças e reformas no discurso que fez em Brasília, logo após ser anunciada vencedora pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sem citar no pronunciamento o nome do candidato opositor, Aécio Neves, Dilma reforçou a ideia de que vai lutar

que essas eleições tenham dividido o País ao meio. Em lugar de ampliar divergências, criamos fôssos, tenho forte esperança de que a energia mobilizadora tenha preparado um bom terreno para a construção de pontes”, afirmou a presidente reeleita.

Para ela, as divergências devem ser usadas para melhorar o diálogo. “O calor liberado no fragor da disputa pode e deve agora ser transformado em energia construtiva de um novo

mostra que resultados apertados produzem mudanças mais rápidas do que vitórias muito amplas. “Essa é a minha certeza de que vai ocorrer a partir de agora no Brasil. O debate, as ideias, o choque de posições pode produzir espaços em processos que podem mover a sociedade naquilo que almejamos”, disse. “Nas democracias maduras, união não significa necessariamente unidade de ideias. Nem ação monolítica conjunta. Em

● **Esperança**  
“Não entendo que essas eleições tenham dividido o País ao meio. Em lugar de ampliar divergências, criamos fôssos, tenho forte esperança de que a energia mobilizadora tenha preparado um bom terreno para a construção de pontes”  
**Dilma Rousseff**  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA REELEITA

te invocado foi reforma. Sei que estou sendo reconduzida à Presidência para fazer as grandes mudanças na sociedade brasileira. Naquilo que meu esforço e meu poder alcançam, podem ter certeza de que estou pronta a responder a essa convocação”, prometeu ela.

**Reformas.** “Entre as reformas, a primeira e mais importante, deve ser a reforma política. Meu compromisso, como ficou claro

te à corrupção, criando instituições de controle. “Proponho mudanças na legislação atual, para acabar com a impunidade, que é protetora da corrupção.”

Ela afirmou ainda que vai procurar diálogo com todos os setores da economia, em especial o industrial. “Quero a parceria de todos os setores produtivos e financeiros nessa tarefa que é responsabilidade de cada um de nós. Seguirei combatendo com rigor a inflação avançando no ter-

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>14</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hbcB>.

O Marco 6 - Reeleita é examinado em *Estadão* por meio da notícia *Dilma chama brasileiros à união e prega reforma política e combate à corrupção*, de autoria dos jornalistas Adriana Fernandes, Daiene Cardoso, João Domingos, Nivaldo Souza, Rafael Moraes Moura, Ricardo Della Coletta, Tania Monteiro e Vera Rosa. O material está publicado no dia 27 de outubro de 2014, data que sucede as eleições gerais que escolheram a Presidência da República. O texto atende ao critério de seleção porque está indicado na capa do exemplar; a notícia que ocupa 100% da página é a primeira do caderno especial Eleições 2014.

O período investigado compreende três dias antes e três dias depois ao Marco 6 (de 26 de junho), totalizando sete edições avaliadas em 755 páginas.

Quadro 14 - Trechos narrativos em Marco 6 (*Estadão*)

<b>Marco 6   Reeleita   Outubro de 2014</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	27 de outubro de 2014, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia do caderno especial Eleições 2014. Página H2. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Presidente diz que toda eleição é momento para mudança [...]. (TN 1)
	Reeleita presidente da República com 51,64% dos votos válidos [...]. (TN 2)
	[...] Dilma reforçou a ideia de que vai lutar por uma reforma política a partir de um plebiscito e afirmou que criará mecanismos para combater a corrupção. (TN 3)
	“Sem exceção, chamo todos os brasileiros para nos unirmos em favor de nossa Pátria, nosso País, nosso povo”. (TN 4)
	Para ela, as divergências devem ser usadas para melhorar o diálogo. (TN 5)
	Dilma afirmou que a História mostra que resultados apertados produzem mudanças mais rápidas do que vitórias muito amplas. (TN 6)
	“Esta presidenta aqui está disposta ao diálogo e é este o meu primeiro compromisso para o segundo mandato, o diálogo”. (TN 7)
	“Naquilo que meu esforço e meu poder alcançam, podem ter certeza de que estou pronta a responder a essa convocação”. (TN 8)

Fonte: Elaborado pela autora.

A narrativa jornalística apresenta a síntese da vitória de Dilma Rousseff pela segunda eleição consecutiva, com ênfase em suas propostas de governo para os próximos quatro anos. Os detalhamentos do pleito acontecem na sequência, nas demais páginas do caderno especial, com conteúdos sobre: entrevista com Aécio Neves, segundo colocado; comemoração de aliados do PT; projeções da economia; hipóteses sobre o retorno de Lula; trajeto de Marina Silva; personalidades públicas indo às urnas; votos por estados e regiões; posição de parlamentares diante do resultado; e mapa dos 12 anos do PT no poder.

O texto de *Estadão* é cercado por cinco fotografias: a primeira e mais expressiva ocupa toda a largura da página, exibindo sua relevância para a publicação, e traz a presidenta reeleita ao lado do vice-presidente Michel Temer. Logo após o resultado das eleições, Dilma Rousseff é novamente registrada em vestes de tom neutro e sem manifestações excêntricas ou particulares: aparece com as mãos à boca, em sinal de quem envia um beijo de aceno para a população. O gesto é simbólico porque traduz a afetividade da petista diante da disputa acirrada nas urnas; isto é, o que a imagem ilustra no jornal é uma presidenta feliz e satisfeita, porém comedida. Há uma pista de prudência de quem consegue discernir uma vitória folgada de um êxito mais justo, concorrido. Dilma Rousseff agradece os cidadãos pelo resultado, entretanto tem o discernimento de que não é a preferida de quase metade de brasileiros e de brasileiras - por isso, acredito, não há o registro de uma fotografia de êxtase, de ânimos extrapolados, o que seria típico de uma vitória desta dimensão.

Logo abaixo, ao pé da página, há quatro imagens que se assemelham, com a festa da vitória em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A impressão é a de que as fotografias são colocadas nesta página a fim de quebrar o tom de sobriedade da notícia - que não trata propriamente do entusiasmo pós-eleição, mas das condutas da presidenta agora que está reeleita. As figuras aparecem para lembrar o leitor que está se narrando um acontecimento que, ao menos para uma parcela do país, é de festa e de euforia.

No topo da página há um elemento que também desconversa com o teor da notícia: o início de uma linha do tempo da jornada de Dilma Rousseff desde o nascimento em 1947. O restante das informações está na página ao lado, que não será analisada nesta pesquisa. Assinalo que o conteúdo diverge porque aqui a construção é direcionada ao protagonismo da petista, às suas militâncias, à participação técnica de profissional na política pública. Não há uma narrativa que vá ao encontro das propostas austeras do texto principal, e tampouco as fotografias de festividade no inferior da página.

Ou seja, o jornalismo de *Estadão* aparenta certa desordem discursiva sobre os três sentidos que pretende expressar com a página que abre o caderno especial das eleições de

2014: primeiro, a moderação e as projeções do segundo governo de Dilma; segundo, os festejos populares de quem venceu a eleição; e terceiro, a linha do tempo que retoma a trajetória política da petista.

Quanto à narrativa da notícia, há um roteiro temático que exprime a maturidade do governo que chega à segunda jornada. Apesar de designar que “toda eleição é momento para mudança” (TN 1) e que “resultados apertados produzem mudanças mais rápidas do que vitórias muito amplas” (TN 6), o texto não entrega a ideia de que há arranjos ou alterações significativos para a nova gestão do PT - mas o amadurecimento de propósitos já desenhados com Dilma de 2011 a 2014. O equilíbrio discursivo está na confirmação metódica do fato na primeira linha da notícia, que informa a reeleição da “presidente da República com 51,64% dos votos válidos” (TN 2). É possível constatar que não há enredos de êxito que celebram o triunfo de uma candidata que alcançou 54,5 milhões de votos, mas uma narrativa sóbria, seca, exata - que vai ao encontro, logo, da objetividade jornalística que reproduz índices e falas sem a complexidade que, por vezes, o tópico exige e merece. O conteúdo de *Estadão* não beira a simplicidade, uma vez que descreve em minúcias a conduta discursiva de Dilma após a reeleição; mas também não traz neste primeiro movimento o sentido de vitória eleitoral que se equipara, por exemplo, às fotografias diagramadas na metade inferior da página.

A maturidade é narrada desde o desejo de mudança daquilo que não atende às demandas da população (TN 1 e 6) até à neutralidade de quem noticia a reeleição presidencial na mesma proporção que um fato corriqueiro que acontece todos os dias, todos os anos (TN 2). O compromisso profissional da gestora que repete o feito inédito de quatro anos antes se revela neste mesmo eixo, quando já no primeiro pronunciamento tonifica a conjuntura do (nem tão) novo governo: Dilma reforça que “vai lutar por uma reforma política”, que “criará mecanismos para combater a corrupção” (TN 3) e que está “pronta a responder a essa convocação” (TN 8). A união e o diálogo entram no mesmo quadro que solidifica a maturidade da petista na condição de líder popular e de gestora política, ao que transcreve a narrativa. As falas diretas do discurso da reeleita atestam que há um chamado para todos os brasileiros se unirem “em favor de nossa Pátria, nosso País, nosso povo” (TN 4); e que as exigências da população serão atendidas, visto que “as divergências devem ser usadas para melhorar o diálogo” (TN 5). As palavras de Dilma recriadas no jornalismo carimbam que “é este o meu primeiro compromisso para o segundo mandato, o diálogo” (TN 7).

Quer dizer, a narrativa neutra em *Estadão* referente ao Marco 6 anuncia uma jornada jornalística com âncoras no diálogo, na maturidade e no compromisso da heroína reeleita para o poder político brasileiro. Estes três elementos combinam com a história de vida imaginada e

erguida jornalisticamente para Dilma Rousseff desde o Marco 1, em que estreia como pré-candidata à Presidência da República. O arco que se esboça traz uma protagonista apadrinhada por um sujeito padrão (homem, branco, cristão, ocidental etc), que resiste às intempéries, rechaça comoções e adapta o seu fazer ao molde universal do respeito e da voz que é aceita: a do masculino. A frieza, a amenidade e a praticidade com que os marcos da linha do tempo de Dilma Rousseff são narrados reaparecem na reeleição; isto é, o contexto anterior da estrada política é revisto em 2014, nas eleições gerais para Presidência da República. Ela é o indivíduo de passado adverso, mas que conquistou seu êxito - e após quatro anos repete o sucesso. A escalada ao topo não se dá em uma cruzada plana e mansa: pelo contrário, é o auge de uma ascensão íngreme, de guerrilha e apagamento.

Por mencionar este apagamento, aliás, não há, no clímax de uma nova vitória, referências ao gênero de quem figura no campo vencedor, e sequer uma menção às propostas de Dilma Rousseff para a fatia feminina da população brasileira - em especial àquelas que vivem às margens de vulnerabilidades e são colocadas na condição de minorias subalternizadas. Este silêncio fala. Enquanto no discurso da primeira eleição, em 2010, a presidenta eleita ineditamente é referida como a primeira após dezenas de homens, em fotografias e textos que remetem à performance enquanto mulher e aos desafios que deverá encarar (ver Marco 4), a narrativa jornalística em *Estadão* para a reeleição da candidata é nula. O rosto de Dilma é naturalizado nesta notícia e o marcador de gênero, que constitui a subjetividade de sua jornada, desaparece.

O arquétipo da heroína que reitera a dinâmica do feminino (embora seja a do estereótipo de gênero que confronta a mulher diante do homem) não é alcançada nesta construção jornalística que retrata um feito novamente inédito para quem se vê em Dilma Rousseff: isto é, além de não haver o vínculo da eleita ao seu gênero e a todos os simbolismos profundos que o pleito representa, também não há ao menos uma narrativa rasa e curta que lembre que ela é, ora, mulher - aquela mesma escolhida por Lula em 2009. Para não mencionar Dilma Rousseff como sujeito do gênero feminino, o jornalismo a coloca como uma pessoa neutra, um indivíduo comum, um presidente normal reeleito - que, portanto, se equipara à normalidade do masculino.

O estágio de sentido que se revela em *Estadão* no Marco 6 - Reeleita é o de **Provação** porque: mesmo mulher novamente no poder, ainda há resistência em se referir a ela como tal; a vitória é o resultado de cinco décadas de ativismo político que não são mencionadas na notícia; e ainda há a reiteração de um perfil comprometido, sóbrio e técnico da petista.

Figura 43 - Marco 6 em *O Globo*

JOÃO MÁXIMO  
maximo@globo.com.br

Há mais de uma versão para possível divergência entre Carlos Lamarca e Dilma Rousseff sobre a intensificação da luta armada contra a ditadura. Ele a favor. Ela, contra. Dois pontos, porém, coincidem: aconteceu em 1969, em reunião da VAR-Palmares, e nela a militante de 22 anos já teria demonstrado a personalidade firme que a acompanha até hoje. Dilma sempre atribuiu sua formação — na política como na vida — a aqueles tempos, em especial aos dias em que esteve presa e foi torturada: “É quando você passa a conhecer seus próprios limites e fragilidades.”

Fragilidade não é bem a palavra que cabe na caminhada da atual presidente ou, como prefere, presidenta. E sua história não cabe em uma página. Em que outra uma jovem que pega em armas, assalta bancos, aposta em ações extremas na tentativa de derrubar a ditadura em seu país consegue, 40 anos depois, chegar democraticamente à Presidência desse mesmo país?

Uma história de mudanças. A primeira deu-se aos 17 anos, completados sete meses depois do golpe militar. Mudança, na época, percebida por poucos. Colegas de turma só foram saber de seu interesse pela política quando sua foto apareceu em primeiras páginas como “procurada”, segundo os órgãos de repressão, por atos de terrorismo.

Filha de um socialista búlgaro, que migrou para o Brasil pouco antes de estourar a Segunda Guerra e que morreu em 1962 como vitorioso empresário de Belo Horizonte, Dilma Vana Rousseff começou a mudar quando saiu do Colégio Nossa Senhora de Sion para cursar o clássico no Colégio Estadual Central. Foi de uma instituição religiosa, conservadora, para outra, de ensino moderno e agitação estudantil, sobretudo a partir de um ano em que as liberdades democráticas começavam a ser abolidas. O Estadual Central funcionava num prédio projetado por Oscar Niemeyer em cujo muro podia-se ler frase pintada pelos alunos: “Só morrem as causas pelas quais ninguém morre por elas.”

#### TORTURADA FÍSICA, PSÍQUICA E MORALMENTE

Nos dois anos na nova escola, Dilma transformou ideias possivelmente ouvidas do pai numa prática que, opondo-se ao regime militar, levava ao socialismo. Di-se então sua adesão à Política Operária (Polop). O grupo — cujo núcleo era a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde Dilma ainda estudaria — pregava a luta armada, em discordância com as facções de esquerda que se batiam por um trabalho junto às bases, de organização dos trabalhadores. Na Polop, Dilma se aproximou de Claudio Galeno de Magalhães Linhares, no grupo desde 1962. Casaram-se em 1967.

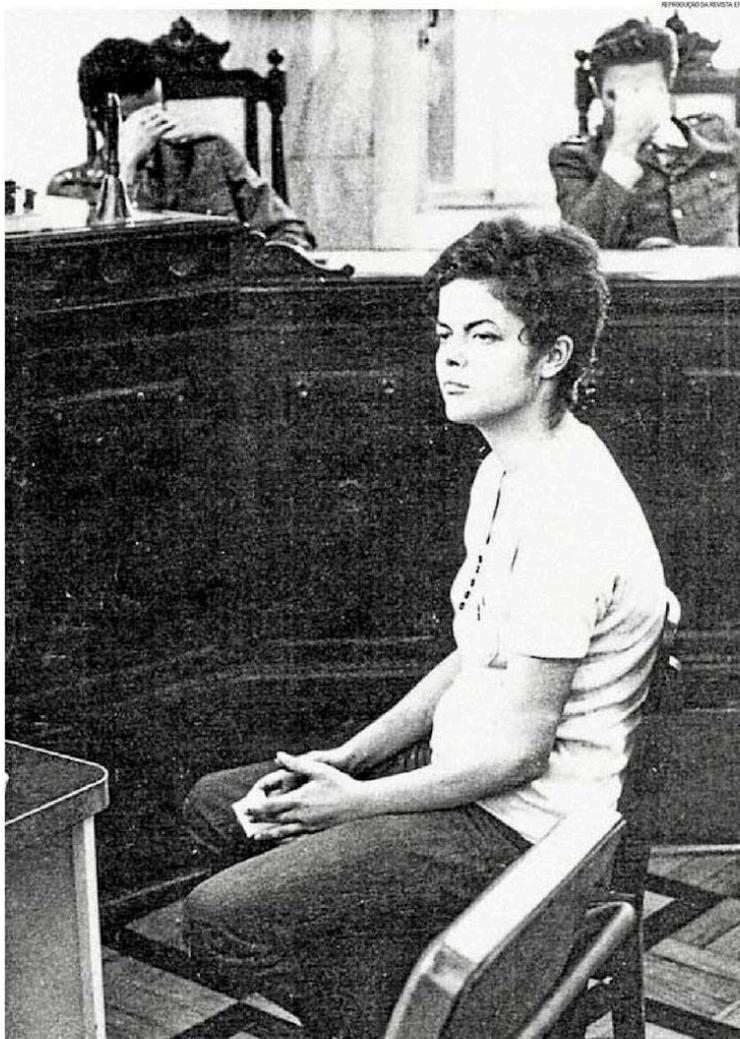
Outras mudanças estavam a caminho: sua ida para o Rio e de Galeno para Porto Alegre, a troca da Polop pelo Comando da Libertação Nacional (Colina) e a fusão deste com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Lamarca. A fusão deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em 1969, no encontro em que Dilma discorreu de Lamarca e deixou a impressão de ser uma líder, “meia a intelectual”, a defender um trabalho mais de base. Mudava, também, a vida pessoal. Ao lado dela, no encontro com Lamarca, nomeado um dos líderes da VAR-Palmares, estava o advogado gaúcho Carlos Franklin Araújo de Araújo, que seria seu segundo marido e pai de sua filha, Paula, ficaram casados por 30 anos.

Das ações a ela atribuídas como guerrilheira, Dilma não assume todas, negando, inclusive, a mais falada: o assalto aos cofres do ex-governador Ademar de Barros, que teria acontecido depois da marcha com Lamarca. Mas sua importância no grupo seria reconhecida pelos militares que a prenderam em São Paulo, em 1970. Segundo dados levantados pelo GLOBO 30 anos depois, Dilma foi apontada como administradora de “grandes quantias em dinheiro da VAR-Palmares”, “muito mestra e um dos cérebros dos esquemas revolucionários”, “pessoa de dotação intelectual bastante apreciável”. Reconhecimento que inspirou a substituição de seus codinomes (Sheila, Marina, Maria Lúcia, Luisa, Wanda, Patrícia), em sua ficha no Dops, pelos cognomes “Joana d’Arc da Subversão” e “Papisa da Guerrilha”. Presa e torturada (“física, psíquica e moralmente”, disse ela em depoimento ao Brasil Nunca Mais), foi condenada a quatro anos, mais 13 meses, pena da qual cumpriu metade, sendo libertada em 1972. No ano seguinte, muda-se para Porto Alegre, onde Carlos Araújo ainda estava preso. Quando o marido foi solto, os dois fizeram da capital gaúcha seu campo de ação nos 30 anos seguintes.

#### REJEITADA POR PETISTAS PELO PASSADO BRIZOLISTA

Mudança, ainda, no modo de fazer política. Ela e o marido ajudam a criar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola à frente. Enquanto Carlos se dedica à política partidária, Dilma, já formada pela UFRGS, ocupava importantes cargos administrativos, entre eles os de secretária municipal de Finanças e secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações. Em sua segunda passagem por esse último, ela rompe com o PDT, por ter Brizola retirado o apoio ao governo do petista Olívio Dutra. E filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma Rousseff afirma-se como figura nacional quando Lula, eleito em 2002, faz dela a ministra de Minas e Energia. Para “testar o apoio”, mandam os jornais no noticiário a escolher. Mas, sem que se pudesse prever, para tornar-se a mais importante aliada do presidente. Fato que se confirmou quando Lula a escolheu para ocupar a vaga deixada por José Dirceu na Casa Civil. Houve quem apelidasse o presidente pela indicação técnica. Mas houve, também, em importantes segmentos do partido, quem preferisse o nome de um “petista autêntico”. Muitos não esqueciam o passado brizolista de Dilma, o que, para Lula, nada significava. Em abril de



Trajatória. A presidente Dilma, acima em interrogatório em 1970, atribui sua formação, na política e na vida, a tempos como aquela em que esteve presa e foi torturada.

#### PERFIL

# DILMA ROUSSEFF

## A extraordinária história da clandestinidade à reeleição à Presidência

2009, já aguardando a oficialização de sua candidatura, Dilma viveu um mau momento: o diagnóstico de câncer linfático. Apesar de classificado como “do tipo mais agressivo”, o fato de ter sido descoberto no começo facilitou o tratamento. Com a quimioterapia e a queda dos cabelos, passou a usar peruca, enquanto se especulava se teria condições de levar a candidatura adiante. Cinco meses depois, estava curada. E o mau momento, superado.

Se a indicação para a Presidência, em 2010, não contou com unanimidade, menos apoio ainda teve a sua decisão de candidatar-se à reeleição; os mesmos petistas que não a consideravam autêntica queriam a volta de Lula. Mas a aliada optava pelo direito de brigar por mais quatro anos. Assim, de tudo que passou a jovem militante até chegar aonde está, o que fica é a mulher determinada, de ideias e vontades. Gaúcha nascida em Minas, paulista na devoção ao trabalho e carioca no senso de humor. Dessas qualidades, as duas últimas só são conhecidas, a primeira, por quem a vê atuando, e a segunda, por quem a ouve nas suas horas livres. Presidente, no mais das vezes, é séria, compenetrada, só fala o que lhe parece necessário. Diferente da moça rebelde que uma contemporânea descreve como “sombadona, engraçada, brincalhona”.

No trabalho, é mais do que devotada. Suas ordens são dadas em voz firme, ou mesmo agressiva, num estilo em que os aliados veem autoridade. E os adversários, autoritarismo. Exigente, faz as equipes virem a noite até que tudo esteja perfeito — e ela própria cosuma mexer no computador para esmiuçar detalhes de um relatório, um projeto.

A leitura ainda é um de seus maiores prazeres, embora, hoje, os livros técnicos sejam mais constantes. Curte música, cinema, arte em geral. É torcedora do Internacional e, menos, do Atlético, mas sua aproximação com o futebol nunca foi maior do que na última Copa, de triste lembrança para a seleção e para ela, pelos insultos sofridos no Itaquero, na abertura. Diz ter superado mais esse mau momento. Quem a conhece garante que sim. ●

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 6 - Reeleita em *O Globo* está publicado em 27 de outubro de 2014, um dia após as eleições gerais que escolheram as novas lideranças do país. O texto *Dilma Rousseff: a extraordinária história da clandestinidade à reeleição à Presidência* consiste em um perfil com elementos de reportagem em profundidade, indo além da notícia da reeleição. O conteúdo preenche a totalidade da página, e é de autoria do jornalista João Máximo. Neste exemplar do veículo há um caderno especial (que abriga esta narrativa, na página 8) que está sinalizado na capa da publicação. Além do objeto selecionado para análise, há notícias que versam sobre: a postura de Aécio Neves após a derrota, especulações do mercado financeiro, projeções para eleições de 2018, análise opinativas da campanha e do futuro de Dilma, o mapa da votação no Brasil, o que falam os eleitores, relatos sobre a campanha na internet, a fala da presidenta sobre a maturidade de sua gestão e a emoção da festa petista.

O período investigado inicia em 23 de outubro e encerra em 29 de outubro, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 6. São sete edições analisadas, em um total de 338 páginas.

Quadro 15 - Trechos narrativos em Marco 6 (*O Globo*)

Marco 6   Reeleita   Outubro de 2014	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	27 de outubro de 2014, segunda-feira
<b>Posição</b>	Perfil em caderno especial das eleições. Página 8. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	[...] e nela a militante de 22 anos já teria demonstrado a personalidade firme que a acompanha até hoje. (TN 1)
	Dilma sempre atribuiu sua formação - na política como na vida - àqueles tempos, em especial aos dias em que esteve presa e foi torturada: “É quando você passa a conhecer seus próprios limites e fragilidades”. (TN 2)
	Fragilidade não é bem a palavra que cabe na caminhada da atual presidente ou, como prefere, presidenta. (TN 3)
	Em que outra uma jovem que pega em armas, assalta bancos, aposta em ações extremas na tentativa de derrubar a ditadura em seus país consegue, 40 anos depois, chegar democraticamente à Presidência desse mesmo país? (TN 4)
	Segundo dados levantados pelo GLOBO, 30 anos depois, Dilma foi apontada como administradora de “grandes quantias em dinheiro da VAL–Palmares” [...]. (TN 5)

	Reconhecimento que inspirou a substituição de seus codinomes (Stela, Marina, Maria Lúcia, Wanda, Patrícia), em sua ficha no Dops, pelos cognomes “Joana d’Arc da Subversão” e “Papisa da Guerrilha”. (TN 6)
	Presa e torturada (“física, psíquica e moralmente”, disse ela em depoimento ao Brasil Nunca Mais) [...]. (TN 7).
	Houve quem aplaudisse o presidente pela indicação técnica. Mas houve, também, em importantes segmentos do partido, quem preferisse o nome de um “petista autêntico”. (TN 8)
	Mas a afilhada optava pelo direito de brigar por mais quatro anos. (TN 9)
	Assim, de tudo que passou a jovem militante até chegar aonde está, o que fica é a mulher determinada, de ideias e vontades. (TN 10)
	Gaúcha nascida em Minas, paulista na devoção ao trabalho e carioca no senso de humor. (TN 11)
	Suas ordens são dadas em voz firme, ou mesmo agressiva, num estilo em que os aliados veem autoridade. E os adversários, autoritarismo. (TN 12)

Fonte: Elaborado pela autora.

A narrativa do texto, que se caracteriza como perfil, apresenta um cunho de profundidade em que não são assinalados acontecimentos factuais da trajetória da presidenta reeleita, mas os percursos íntimos mapeados por ela desde o ingresso na jornada política - com ativismos, defesas e clandestinidade. A construção discursiva do Marco 6 em *O Globo*, deste modo, se dá em um formato distante das notícias anteriormente avaliadas, uma vez que propõe um mergulho em individualidades de Dilma Rousseff.

A Jornada da Heroína é a lente que amplia as marcas de gênero impregnadas no texto: há rastros de um passado de 50 anos, desde o ingresso à Polop, em 1964, com feridas cicatrizadas e torturas tatuadas em uma pele que carrega mulheres e sujeitos subjugados para o espaço da democracia, da voz ativa, do direito de exercer a cidadania. O arco da heroína que conduz os significados inscritos em *O Globo* é engrossado com partículas da personagem que rompem com o fator decisivo do recém-eleita - a ocorrência do pleito geral de 2014 é coadjuvante e atua apenas na condição de critério de noticiabilidade que fornece o gancho necessário para o aprofundamento além de explicações óbvias e diretas do acontecimento. O conteúdo em análise vai além: mostra explicações mais à frente da notícia em uma narrativa que centraliza os fochos de luz para a petista antes ainda de o Partido dos Trabalhadores ingressar em sua biografia. Isto é, a construção jornalística e histórica não se limita a descrever pontos chave do indivíduo em um tom de relatório; mas retoma versões

precedentes, enriquece o texto com advérbios e substantivos e empilha, frase após frase, sentidos complexos que têm a potência de provocar a reflexão de quem lê sobre esta Dilma Rousseff reeleita.

A narrativa é sólida e afetiva, costurada em uma combinação de palavras que expõem o mergulho de quem escreve. É um fazer jornalístico humanizado, sem a intenção de mascarar a eleição consecutiva de uma mulher com páginas e páginas de um passado político em favor do Brasil que julga ser digno e respeitável. Há a alegação de uma “militante de 22 anos” com “personalidade firme” (TN 1) que atribui a sua formação aos dias em “que esteve presa e foi torturada”, porque é “quando você passa a conhecer seus próprios limites e fragilidades” (TN 2). É um enredo jornalístico que provoca - seja o eleitor ou o opositor de Dilma. É um texto que se configura em história, dado que reconstrói a jornada em um episódio inédito da vida da personagem. É uma narrativa que produz conhecimento social, de sociologia, de economia, de classe, de gênero, de política, de formação institucional, sobre aquela que está à frente por mais quatro anos de 214 milhões de cidadãos e cidadãs. Quer dizer, é uma obra que forma e que informa.

A abordagem é imperativa na comunicação que traduz a “atual presidente ou, como prefere, presidenta” (TN 3) com o substantivo no feminino, a exemplo do que discursa a eleita em pronunciamentos. Por muito tempo, ao que recorda Virgínia Woolf, *anônimo* significou *mulher* - daí a urgência em se nomear linguisticamente o gênero de sujeitos. Há, ainda, o atestado de que “fragilidade não é bem a palavra que cabe na caminhada” da petista, cuja jornada narrada em *O Globo* traz resgata um passado da jovem “que pega em armas, assalta bancos, aposta em ações extremas na tentativa de derrubar a ditadura em seus país” e décadas depois chega “democraticamente à Presidência desse mesmo país” (TN 4). Nesta direção, é a brasileira presa e torturada “física, psíquica e moralmente” (TN 7) na temporada de ditadura militar que acometeu o Brasil. Perceba: apesar de parecer linear, a história de vida de Dilma Rousseff contada jornalisticamente neste episódio anuncia um entrelaçamento de sentidos e de valores que se repetem, se intercalam, tornam a acontecer e, sobretudo, permanecem enraizados na identidade do sujeito em evidência: é a Jornada da Heroína que se faz e refaz cronologicamente, mas com etapas que, embora sequenciais, podem se cruzar e resultar em um enredo complexo, denso, emaranhado de saberes. Os acontecimentos que marcam eventos específicos desta trajetória não se encerram derradeiramente quando outros iniciam; pelo contrário, o percurso se dá em uma construção mútua, paralela e contínua que formata a identidade do indivíduo narrado nas páginas de jornais, na imagem da televisão, na expressão fotográfica, na voz do rádio. Isto é, a vida em ação que é narrada via jornalismo.

O perfil da reeleição de Dilma Rousseff em *O Globo* abre brechas discursivas para que a população indague quem é esta persona que ocupa novamente o poder; quer dizer, que seja provocada para exaltar a marcha da petista ou para condenar os feitos de sua presidenta extremista. É um texto que detalha, escava, posiciona o leitor e a leitora diante de memórias de guerrilhas, de ditadura, de tortura, de socialismo, de PDT e de PT. A Dilma Rousseff narrada no exemplar é a administradora de “grandes quantias em dinheiro da VAL–Palmares” (TN 5) que se esquivou da censura ditatorial em dezenas de codinomes como “Stela, Marina, Maria Lúcia, Wanda, Patrícia” (TN 6).

A defesa de uma narrativa subjetiva está no âmago de que ela é tão jornalística quanto a objetiva que idealiza a isenção de quem está por trás de cada palavra redigida, cada fotografia selecionada. Sobretudo em histórias de vida ampliadas por um arquétipo como a Jornada da Heroína, é indispensável o resgate de mitos pregressos do sujeito retratado e de elementos que mostrem a evolução única, pessoal e intransferível de sua linha do tempo. Esta obra textual subjetiva é possível por meio do uso de adjetivos, advérbios e substantivos que configurem a figura narrada com termos não neutros - por exemplo, Dilma Rousseff é citada como militante, de personalidade firme, sem fragilidade, determinada, devota ao trabalho e agressiva. Não há isenção nestas palavras que concebem Dilma Rousseff reeleita para a Presidência do Brasil em 2014.

O movimento que resiste à narrativa de *O Globo* é contrário à permeabilidade seletiva e à baixa pluralidade da política, que estão refletidas, via de regra, em um jornalismo masculino tanto no discurso quanto na conduta convencional e conservadora da mídia (MOTA; BIROLI, 2014). Isto é, apesar de avanços (como o do respectivo perfil em análise), o que prevalece é um jornalismo com teor dominante e masculinista, efeito da influência de todos os campos e de todas as instituições atravessados e feitos através de relações de gênero - e que permeiam os modos como se apresenta o conhecimento sobre o que percebemos do mundo, das pessoas, dos acontecimentos que emergem todos os dias do cotidiano.

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 63).

Digo isso tudo para interceder por um jornalismo que seja informação, mas também introspecção. Que relate, que aponte dados, que noticie; mas que não se afaste da essência

humana que mantém todos nós, a cada dia, vivos: a urgência em manter-nos próximos, em coletivo, afetivos e afetados com o outro que existe e persiste ao meu lado (ou no lado inverso do mundo, não importa). Um texto em essência jornalística deve atentar aos limites da neutralidade que, com respeito, entrega conhecimento apurado na materialidade da notícia. Porém não há motivações que neguem a coexistência de unidades subjetivas com memórias sobre marcos de gênero, de classe, de raça, de sexo, de religião, de origem geográfica. Quer dizer, de todas características que, em vez de enriquecer a identidade única de cada um e de cada uma, se constitui como um segregador que fornece o poder da existência digna para uns em detrimento de outros.

Quando não se encaixota nesta narrativa verbalizada pelo senso comum e espelhada no jornalismo (ou vice-versa), o sujeito fere o olhar, a audição, a voz de quem está habituado a receber os holofotes. Ou seja, os sentidos primários do ser humano são afetados em uma escala quase que primitiva de luta pelo poder. Dilma Rousseff incomoda. E o faz porque, ao ser escolhida por Lula, homem branco padrão, em meio a tantas dezenas de homens brancos padrão, é negada para que em seu lugar fosse indicado um “petista autêntico” (TN 8): isto é, aquele que atende ao que se espera do modelo universal (que nada tem a ver com ser mulher). A narrativa em *O Globo* apresenta uma gestora política ancorada em atributos múltiplos: ela não é só uma, constituída em uma identidade limitada e restrita. A mulher reeleita para gerir o país é a “gaúcha nascida em Minas, paulista na devoção ao trabalho e carioca no senso de humor” (TN 11). Em outras palavras, o jornalismo incorpora em Dilma elementos diversos do Brasil que a elegeu novamente para pleitear demandas, sonhos e mobilizações. A perspectiva é pertinente porque acontece em um campo onde há exclusão histórica de grupos subalternizados, como as mulheres na política. As crises que têm um discurso aparentemente atual não são recentes; na verdade, são continuidade de um processo de apagamento sem data de origem - e ainda sem previsão de término. A impopularidade da mulher no poder político (em especial a negra, a lésbica, a pobre, a periférica etc) é enraizada na sociedade brasileira por meio de instituições que consagram uma conduta masculina e branca. Esta legitimação se cumpre em instituições como o jornalismo, que pode reforçar ou quebrar paradigmas de gênero e de poder, por exemplo.

Quando publica um perfil em um caderno especial sobre as eleições gerais, com uma página integral direcionada à construção subjetiva da presidenta mulher que permanece na instância mais alta da política pública e democrática, a narrativa jornalística vai ao encontro deste rompimento de expectativas sobre a imparcialidade única que empobrece a produção do conhecimento social. A Dilma Rousseff apresentada no exemplar é a “jovem militante” que se

tornou uma “mulher determinada, de ideias e vontades” (TN 10) que optou pelo “direito de brigar por mais quatro anos” (TN 9) com ordens proferidas “em voz firme, ou mesmo agressiva” (TN 12). Ora, a partir destes trechos narrativos é possível perceber uma presidenta disciplinada (pela militância), resiliente (por querer seguir no poder, ao contrário do que esperam dela) e masculina (por reforçar um discurso firme naturalizado ao homem). O estágio de sentido, portanto, que se revela no Marco 6 - Reeleita em *O Globo* é o de **Guerrilha**, visto que a narrativa traduz Dilma Rousseff diante de batalhas desde a década de 60 - quando dá origem à jornada heroica de transgressões, de descumprimento de regras do feminino, de combate às projeções institucionalizadas do jornalismo masculino.

#### 5.1.7 Marco 7 - Protestada

A metodologia Marcos de Dilma traz na segunda metade da linha do tempo o Marco 7 - Protestada<sup>15</sup> referente à data de 8 de março de 2015, ainda no trimestre inicial da nova gestão petista. As instabilidades e protestos fervilham em meio à ruptura da Câmara dos Deputados com Palácio do Planalto após a vitória do parlamentar peemedebista Eduardo Cunha para presidência da casa legislativa. O concorrente direto era o candidato Arlindo Chinaglia, do PT. Como efeito da ausência de apoio do Congresso e da população, no Dia Internacional da Mulher, em 2015, parte dos cidadãos brasileiros promove um painel durante pronunciamento da presidenta em rede nacional. Vídeos com buzinas, painéis e gritos de *Fora Dilma* reverberaram em todo o país.

O quadro agrava-se com as prisões do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do ex-ministro do governo Lula, José Dirceu, devido aos esquemas de corrupção da Petrobras. Os episódios têm como efeito a repercussão da expressão *tchau, querida*. Há o emprego de adjetivos como louca, caduca e desequilibrada para definir a presidenta, em paralelo a ironias como o Dilmês, em que sujeitos alegavam a criação de um novo idioma da petista. A objetificação e sexualização da presidenta também são reproduzidas por meio da circulação de memes, tirinhas e montagens de fotografias.

---

<sup>15</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/heSj>.

## Figura 44 - Marco 7 em *Estadão*

**Planalto em crise.** Um dia depois de ser alvo de painéis em diversas cidades do País durante seu pronunciamento na TV, presidente critica quem tenta criar um 'terceiro turno' e diz que o Brasil está amadurecido a ponto de não permitir 'ruptura democrática'

# Dilma reage a manifestações e afirma que não há razões para impeachment

Tânia Monteiro  
Rafael Moraes Moura / BRASILIA

No dia seguinte ao painel realizado em diversas cidades do País durante seu pronunciamento em rádio e TV, a presidente Dilma Rousseff disse ontem não ver motivo para um pedido de impeachment de seu mandato, criticou a tentativa de se criar um "terceiro turno" e avisou que a sociedade brasileira está amadurecida a ponto de não permitir uma "ruptura democrática". A presidente defendeu, no entanto, o direito das pessoas se manifestarem, desde que sem violência. Uma série de novas manifestações contra seu governo está programada para ocorrer no próximo domingo.

"Eu acho que há de caracterizar razões para o impeachment, e não o terceiro turno das eleições. O que não é possível no Brasil é gente também não aceitar a regra do jogo democrático. A eleição acabou, houve o primeiro e o segundo turno", disse Dilma, depois de participar de solenidade no Palácio do Planalto em que sancionou lei que tipifica o crime de feminicídio.

"Terceiro turno das eleições para qualquer cidadão brasileiro não pode ocorrer, a não ser que você queira uma ruptura democrática. Se quiser uma ruptura democrática, eu acredito que a sociedade brasileira não aceitará rupturas democráticas e acho que nós amadurecemos suficiente para isso."

Questionada se as manifestações pró-impeachment seriam legítimas, Dilma respondeu: "Convocar, quem convocar, convoco do jeito que quiser, ninguém controla quem convoca. A manifestação vai ter as características que tiver seus convocadores. Ela em si não representa nem a legalidade nem a legitimidade de pedidos que rompem a democracia".

Sobre a manifestação de brasileiros com painéis, vias e xingamentos durante a transmissão do pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, Dilma disse que na democracia é preciso "conviver com diferença". E comemorou o fato de no Brasil as pessoas poderem se manifestar. "O Brasil tem uma característica que eu julgo muito importante e que todos nós temos de valorizar, que é o fato



**Sob pressão.** Dilma durante evento no Palácio do Planalto: em entrevista a jornalistas, ela afirmou que 'eleição acabou'

### Petistas dizem que painel é obra de 'burguesia golpista'

Dirigentes do PT disseram ontem que o painel ocorrido durante o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em rádio e TV foi uma "orquestração com viés golpista" protagonizada por setores da "burguesia e da classe média alta". As declarações foram dadas pelo secretário nacional de Comunicação do PT,

de que aqui as pessoas podem se manifestar, e têm espaço para isso, e têm direito a isso. Eu sou de uma época que, se a gente se manifestasse, fizesse alguma coisa, acabava na cadeia, podia ser torturado ou morto. O fato de o Brasil evoluir, passar pela Constituinte de 1988, pas-

José Américo Dias, e pelo vice-presidente, Alberto Cantalice, e publicadas em uma notícia no site oficial da legenda.

Na avaliação dos dirigentes petistas, as manifestações "fracassaram". "Mas foi um movimento restrito que não se ampliou como queriam seus organizadores", disse José Américo.

Sem mencionar nomes ou siglas, o secretário de Comunicação da legenda de Dilma atribuiu o ato a partidos da oposição em razão do material divulgado na rede. "Tem circulado cliques ele-

trônicos sofisticados nas redes, o que indica a presença e o financiamento de partidos de oposição a essa mobilização", afirmou José Américo.

Cantalice, também coordenador das redes sociais do PT, comparou as reações contra a gestão petista às "Marchas da Família", ocorridas durante o governo

João Goulart, em 1964, pouco antes do golpe militar. "Existe uma orquestração com viés golpista que parte principalmente dos setores da burguesia e da classe média alta", disse.

João Goulart, em 1964, pouco antes do golpe militar. "Existe uma orquestração com viés golpista que parte principalmente dos setores da burguesia e da classe média alta", disse.

não podemos aceitar, mas manifestação pacífica elas são da regra democrática", ressaltou.

Já perdeu. Mais cedo, o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, minimizou o painel, ao dizer que as manifestações ocorreram em cidades e em bair-

**Autodefesa**  
"Eu acho que há de caracterizar razões para o impeachment, e não o terceiro turno das eleições. O que não é possível no Brasil é a gente também não aceitar a regra do jogo democrático. A eleição acabou, houve o primeiro e o segundo turno"

"Terceiro turno das eleições para qualquer cidadão brasileiro não pode ocorrer, a não ser que você queira uma ruptura democrática. Se quiser uma ruptura democrática, eu acredito que a sociedade brasileira não aceitará rupturas democráticas e acho que nós amadurecemos suficiente para isso"

"O Brasil tem uma característica que todos nós temos de valorizar, que é o fato de que aqui as pessoas podem se manifestar, e têm espaço e direito a isso. Eu sou de uma época que, se a gente se manifestasse, fizesse alguma coisa, acabava na cadeia, podia ser torturado ou morto"

Dilma Rousseff  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ros onde a presidente petista perdeu as eleições "por uma grande diferença". Usou também a mesma expressão de Dilma ao dizer que está querendo promover um terceiro turno.

"A primeira regra do sistema democrático é reconhecer o resultado das urnas. Só tem dois turnos, não tem terceiro turno. Nós vencemos pela quarta vez (as eleições)", declarou o ministro, argumentando que Dilma sempre usa a cadeia de rádio e televisão para o dia da mulher.

Mercadante destacou que toda manifestação pacífica "é um direito da população", mas pediu que não haja "intolerância" ou "radicalismo". Ele demonstrou ainda "preocupação" com o momento pelo qual o País atravessa: recém-saída de uma eleição "bastante polarizada", no momento de "radicalização".

"Precisamos construir uma cultura de tolerância, de diálogo e respeito. Uma agenda de convergência é fundamental para o País poder superar dificuldades conjunturais o mais rápido possível, garantir a estabilidade (econômica) e a retomada do crescimento", disse.

Mercadante aproveitou para voltar a defender o ajuste fiscal e comprou a necessidade de adotar essas duras medidas, com a ideia de "ajustar o fisco". "Ninguém quer, mas de vez em quando tem que ir", disse ele, ao comentar que o governo "segurou" os instrumentos que vinha adotando para enfrentar a fase mais aguda da crise e que agora parte do sacrifício terá de ser dividido com a sociedade. Foi o mesmo argumento usado por Dilma no domingo na TV.

**NA WEB**  
Vídeo: Veja imagens do painel  
estadao.com.br/panelao

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

A análise do Marco 7 - Protestada em *Estadão* se dá por meio da notícia *Dilma reage a manifestações e afirma que não há razões para impeachment*, publicada em 10 de março de 2015 com autoria de Tânia Monteiro e Rafael Moraes Moura. O texto abre uma série de quatro páginas que trazem, na sequência, notícias sobre: as siglas de oposição que dão suporte aos protestos organizados para a semana de 15 de março; entrevista com Fernando Henrique Cardoso em que o ex-presidente afirma não ser o momento de afastar Dilma do poder, e uma análise sobre o cenário antipetista que se desenha no início de ano.

O conteúdo investigado ocupa 80% da página A4 e abre a editoria de Política. Está sinalizado na capa da publicação, o que atende ao critério de escolha sugerido pela metodologia. O período investigado é compreendido entre os dias 5 e 11 de março de 2015 -

três anteriores e três posteriores ao Marco 7, referente à data de 8 de março. São sete edições analisadas, em um total de 619 páginas.

Quadro 16 - Trechos narrativos em Marco 7 (*Estadão*)

<b>Marco 7   Protestada   Março de 2015</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	10 de março de 2015, terça-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Um dia depois de ser alvo de pannels em diversas cidades do País [...]. (TN 1)
	Dilma reage a manifestações e afirma que não há razões para impeachment. (TN 2)
	[...] disse Dilma, depois de participar de solenidade no Palácio do Planalto em que sancionou lei que tipifica o crime do feminicídio. (TN 3)
	“Se quiser uma ruptura democrática, eu acredito que a sociedade brasileira não aceitará rupturas democráticas e acho que nós amadurecemos suficiente para isso”. (TN 4)
	“Convocar, quem convocar, convoque do jeito que quiser, ninguém controla quem convoca”. (TN 5)
	[...] Dilma disse que na democracia é preciso “conviver com a diferença”. (TN 6)
	E comemorou o fato de no Brasil as pessoas poderem se manifestar. (TN 7)
	“O que nós não podemos aceitar é a violência, qualquer forma de violência não podemos aceitar, mas manifestação pacífica elas são da regra democrática”. (TN 8)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia selecionada para o Marco 7 em *Estadão* narra a construção de pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff dois dias após o pannel promovido em meio a xingamentos de parte da população em 8 de março de 2015. O conteúdo é elaborado por meio de manifestações da petista durante e após uma solenidade em Brasília, e traz falas diretas da gestora em meio ao discurso em terceira pessoa do jornal.

O texto, portanto, não consiste em um material factual, mas em uma investigação do acontecimento de dois dias antes. Isto é, a movimentação que indica a notícia é a de reverberação de sentidos que eclodiram em 8 de março, na data simbólica do Dia da Mulher, e que repercutem em todo país ainda 48 horas depois. Esta decisão editorial em permanecer no tema depois de a sua eclosão não é rara no jornalismo, sobretudo quando o que se informa é a rejeição da presidenta do país. O que provoco é a emergência de três lógicas a partir da notícia desenhada por *Estadão*: o silêncio sobre questões de gênero no Dia da Mulher, a contradição do jornalismo em situar Dilma Rousseff ora como um alvo com reações incisivas ora como defensora da democracia e de suas manifestações, e a conformação narrativa que fabrica um discurso torto e falho a fim de reiterar a precariedade de sentido naquilo que articula a presidenta. Todos estes ingredientes navegam para um mesmo horizonte: de um jornalismo masculino e masculinizado em sua imparcialidade e seu apagamento de conhecimentos pertinentes ao social, ao que importa. É o que argumento na sequência.

Primeiro, portanto: tanto na notícia de 9 de março que se refere ao pronunciamento presidencial do Dia da Mulher, em transmissão aberta em emissoras de televisão e de rádio, para todo o país, no turno da noite, quanto na narrativa de 10 de março observada nesta análise, que ainda reflete as vaias e insatisfações da população, os elementos de gênero são abertamente ignorados. Dilma Rousseff desconsidera a data histórica e representativa que resgata as lutas e reivindicações milenares de mulheres em todo o mundo - incluindo, por óbvio, o Brasil, em exigências anteriormente protestadas por ela; em sincronia, o jornalismo de *Estadão* também descarta a data que extrapola o campo do simbólico, invadindo o meio material particularmente na fatia da história em que há uma (a primeira) presidenta mulher eleita democraticamente por duas ocasiões consecutivas. O que encorajo, aqui, não é uma mera reprodução de frases soltas e de enunciados políticos vazios apenas a fim de cumprir a agenda sugerida pela data, seja de Dilma ou da imprensa - mas a ocupação do 8 de março como espaço de memória, de acolhimento, de prestação de contas sobre quem é a mulher no governo desta presidenta e quais as perspectivas de vida são entregues a todas as camadas do feminino do Brasil (o que podem esperar as negras, quais as oportunidades para as trans, em que ambientes estão inseridas as indígenas, o que se projeta para as mães solo, para qual direção seguem as que estão na instância do poder político).

A notícia mencionada na capa de *Estadão* e que abre a editoria de Política do exemplar é organizada após Dilma Rousseff conversar com jornalistas em solenidade no Palácio do Planalto que sancionou a “lei que tipifica o crime do feminicídio” (TN 3) 24 horas depois do Dia Internacional da Mulher. A informação oferecida e o conhecimento gerado para

a população, via jornalismo, se encerra nesta única e rasa frase. A percepção da presidenta sobre a legislação, as alterações que importam às mulheres brasileiras, as proteções que deverão minimizar as vítimas e todas as dúvidas que eu, você e os mais de 210 milhões de cidadãos podemos ter não são respondidas - ou sequer questionadas. Isto é, a narrativa jornalística do 8 de março, data reconhecida em todo o mundo desde 1975 em homenagem e reflexão à vida e à morte de mulheres, é excluída do dicionário da comunicação em um dos veículos de maior circulação e alcance do Brasil.

O consentimento é a tradução de um silêncio que retumba nas páginas dos jornais. É da missão do jornalismo ser a instituição que não se restringe a redigir, mas a apurar, a desassossegar, a entregar para cada ser humano o compromisso de trabalhar para um meio mais justo e coletivo. Esta horizontalidade do poder pode ser produzida por meio das apropriações de gênero, da ressignificação de uma hierarquia que é fabricada, entre outros marcadores de interseccionalidade, por convenções do *ser homem* ou do *ser mulher*. Quer dizer, o poder generificado na política pode ser esgotado por meio de um jornalismo subjetivo, que se propõe a não emudecer perante o que o meio social escancara todos os dias: a voz que importa é a do homem, o masculino é o que rege as instituições, o acordo omisso e coletivo é o de descartar as mulheres (ao não comunicar, por exemplo, sobre o 8 de março).

A falha narrativa está na resignação de um jornalismo que se limita a repetir o que diz a fonte oficial. Cabe aos profissionais que carregam bloco e caneta enquanto escudos questionar o que Dilma Rousseff não falou e o porquê não falou; o que representa uma mulher estar na televisão e no rádio em 8 de março, pelo quinto ano consecutivo como presidenta do Brasil; e sobretudo o que significa a data pesada e penosa ser transfigurada em um pronunciamento político-partidário sobre ajustes fiscais. Um jornalismo reproduzidor de aspas é desrespeitoso com o compromisso firmado diante da população: informar com qualidade, gerar conhecimento, entregar condições de reflexão que motivem uma sociedade mais global, diversa e heterogênea.

A história de vida que *Estadão* narra é a da mulher presidenta que rejeita as milhares de eleitoras que estiveram nas urnas em seu favor naquele 26 de outubro de 2014. Os atributos de gênero escondidos no jornalismo do veículo e no discurso de Dilma Rousseff são a lacuna para que apareçam os rastros de corrupção do governo, as justificativas para ajustes fiscais, as projeções econômicas para os próximos meses. A política deixa de ser pública para ser partidária. O jornalismo deixa de ser subjetivo para ser mecânico. A ocasião de uma data de luta é transformada por Dilma Rousseff e por uma narrativa jornalística de abrangência nacional em uma batalha política privada, de disputa de vozes de poder. Este é o primeiro

argumento do porquê o jornalismo narrativo é masculino, conforme o que desenha *Estadão* por meio do Marco 7.

A próxima observação quanto à precariedade que anula os femininos está na indecisão de sentidos que cercam a presidenta após o acontecimento. Por uma perspectiva, ela é “alvo de panelaços em diversas cidades” (TN 1) e “reage a manifestações” (TN 2), em um movimento ativo de ação categórica e afiada que vai ao encontro da conduta proposta em narrativas anteriores sobre a postura combativa de Dilma Rousseff. A partir de outro ângulo, todavia, a petista garante que “é preciso conviver com a diferença” (TN 6) e “comemorou o fato de no Brasil as pessoas poderem se manifestar” (TN 7). Em uma narrativa os substantivos e verbos (“alvo” e “reage”) sugerem uma performance de guerrilha, enquanto que em uma construção sequente há a pacificação do comportamento da presidenta com o emprego de palavras (“conviver” e “comemorou”) em tom de harmonia e serenidade - também indo ao encontro de um perfil já reiterado de Dilma Rousseff. Isto é, por vezes ela é exigente, inflexível e combativa; e por vezes é apaziguadora, resiliente, moderada. O instinto é de que a confusão jornalística acerca de quem é esta mulher no poder está vinculada ao ineditismo do feminino em ambientes onde, até 2010, em princípio apenas trafegavam sujeitos com rostos ou atributos convencionados ao masculino.

Encaradas como pertencentes à esfera privada, as mulheres que conseguem adentrar a esfera política permanecem marcadas. A maior ênfase no corpo e na vida privada e a **permanente ambiguidade nas reações a sua presença como mulheres na esfera pública** – o estranhamento porque são mulheres, a expectativa de que atuem como mulheres – estabelece vieses importantes na construção da sua imagem no jornalismo e nos discursos políticos e em sua atuação (MOTA; BIROLI, 2014, p. 5, grifo nosso).

O distanciamento entre o jornalismo e a realidade que é formada em corpos atravessados por gênero (e tantos outros marcadores de identidade) está na masculinização de redações em todo o país. É a profissão do super-homem, como compartilha conosco Fabiana Moraes (2023): a atividade requer doses de coragem, arrogância, competitividade e frieza. Não à toa, são características convencionadas e conformadas a homens “[...] presentes em nosso imaginário como os desbravadores por excelência do espaço público”. Para talhar frestas que encaixem a entrada no campo político, mulheres via de regra se ajustam para operar nesta dinâmica que respeita quem performa de cima para baixo, em um aparente autoritarismo irreduzível. O heroísmo, então, é merecido por quem exerce um padrão de solidez pragmático, insensível, imparcial: traços que, não por coincidência, são intrínsecos ao fazer jornalístico que se restringe à objetividade em um ensaio que aspira a neutralidade. O

jornalismo é o homem que exerce o poder do topo da pirâmide hierárquica que define quem importa, quando importa e para quem importa.

Como efeito, o jornalismo favorece a ascensão profissional do masculino - tanto em sua narrativa quanto na ocupação física de quem escreve e comanda as redações (MORAES, 2023). Ou seja, se são eles que brilham, quem eles farão brilhar? Quem farão parecer inteligentes e apropriados de seu discurso? Quais são os rostos que estampam as capas de publicações? Como será narrada a mulher, especialmente aquela que não se conforma e tem o atrevimento de ir até onde a haviam negado? Quem será deslegitimado por não ser branco, heterossexual ou cisgênero? Uma redação masculinizada e embranquecida terá em suas páginas, imagens e vozes uma narrativa que condiz com o molde de ser humano de quem escreve, fotografa, fala e produz.

O recurso parece nebuloso, mas pode ser acessível. A subjetividade narrativa que colocará todos os seres humanos (em suas múltiplas identidades) em caráter de paridade, com respeito às diferenças físicas e sociais, se dá de antemão por uma presença mínima de quem escapa ao modelo masculino, branco, cis, hetero, cristão, pai, ocidental, graduado. E mais: ao respaldo de igualdade de direitos e de deveres. No papel, uma história revolucionária. Na prática, um gargalo a longas distâncias de ser preenchido. Em 2018, por exemplo, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo organizou um levantamento no qual 53,4% de 477 mulheres ouvidas garantiram ter menos oportunidades do que colegas homens nos veículos em que atuam. A pesquisa sinaliza que 35,4% das entrevistadas verificaram que ser mulher as impediu de receber aumento salarial, enquanto 39,4% também foram preteridas em situações de promoções de cargos (ABRAJI, 2018).

Reforço a manutenção do homem na condição de super-herói das redações e do discurso masculino do jornalismo enquanto agentes na construção de narrativas ambíguas como as apresentadas por *Estadão* na notícia do Marco 7 de Dilma Rousseff. Meios que privilegiam o masculino e reproduzem particularidades a priori neutras, mas hoje já consagradas para homens, resultarão em nada além de uma repetição massiva, enquadrada e padronizada de narrativas e estereótipos de onde está e quem é a mulher - na Missão das Candidatas, em quais arcos de sentido se lapidam as cidadãs narradas politicamente por meio do jornalismo brasileiro.

O terceiro movimento desta notícia que fortalece a masculinização da imprensa está no defeito enquanto condição que deslegitima a mulher. Está no senso comum o sentido de Dilma Rousseff não aparentar habilidade discursiva em pronunciamentos oficiais, em ocasiões que “virou piada” (Bruna GÓES, 2015) após trechos de frases desconexas serem

espalhadas em situação de desvalidação. Há três aspas apresentadas em *Estadão* que atestam a incapacidade da presidenta reeleita em formar sentenças coesas: quando descreve que “se quiser uma ruptura democrática, eu acredito que a sociedade brasileira não aceitará rupturas democráticas e acho que nós amadurecemos suficiente para isso” (TN 4), ao opinar que “convocar, quem convocar, convoque do jeito que quiser, ninguém controla quem convoca” (TN 5) e na qual escreve que “o que nós não podemos aceitar é a violência, qualquer forma de violência não podemos aceitar, mas manifestação pacífica elas são da regra democrática” (TN 8). É comum ao jornalismo alterar a pontuação e a formatação da frase emitida por uma fonte a fim de reproduzi-la em um texto mais fluente - uma vez que a elaboração de enunciados tende a ser mais coloquial quando falada do que quanto escrita. Quer dizer, os jornalistas admitidos para produção da notícia têm a permissão de ajustar o diálogo de Dilma Rousseff para que aparecesse de forma harmônica nas páginas da publicação. No entanto, o que aparece são frases repetidas tal qual pronunciadas pela presidenta: com a repetição de palavras desnecessárias e vírgulas mal empregadas que carimbam a ineficiência discursiva da gestora brasileira - após ser vaiada por parte da população justamente no Dia da Mulher.

A falha narrativa de Dilma Rousseff exclui a autenticidade e compromete a capacidade cognitiva da liderança política. É um ato intencional, visto que se dá em pelo menos três ocasiões no texto avaliado, em um jornalismo que se certifica como masculino ao ser intrinsecamente operado por “[...] sujeitos generificados, bem como que todos os procedimentos adotados na produção das notícias estão perpassados por concepções de gênero e por relações de gênero e poder” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 64).

Para coroar estes três movimentos argumentativos, a fotografia que ilustra a página também traz a presidenta com um teor de sobriedade, frieza e introspecção - que não remete à data de 8 de março, mas traz elementos simbólicos atribuídos à solidez do masculino. Desta forma, diante do exposto, o estágio de sentido em *Estadão* referente ao Marco 7 é o **Masculino** enquanto narrativa que condiciona o fazer das notícias.

Figura 45 - Marco 7 em *O Globo*

REAÇÃO EM CADEIA

# Sem paciência

Dilma vai à TV pedir compreensão com ajuste fiscal, mas vira alvo de panelaço e vaias

RENATO ONOFRE E CATARINA ALENCASTRO  
opais@oglobo.com.br

**SÃO PAULO E BRASIL.** Enquanto ontem à noite a presidente Dilma Rousseff pedia paciência à população em cadeia nacional de rádio e TV, moradores protestavam com panelaços e buzinações em várias cidades do país. Diante do primeiro pronunciamento à Nação deste segundo mandato, em que a presidente fez breve menção ao escândalo da Petrobras, mas destacou "a coragem do Brasil" para investigar um esquema "lamentável", moradores de cidades como São Paulo, Rio, Brasília, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Salvador e Goiânia foram às janelas protestar contra o governo. Em meio a uma das maiores crises políticas desde o mensalão, Dilma falou na TV sobre "justiça contra corruptos".

Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras — afirmou.

Dilma também tentou criar empatia com o público. Ela garantiu compreender a irritação e a preocupação dos brasileiros diante do cenário atual, marcado por inflação em alta, economia fraca e aumento do endividamento das famílias. Mas a presidente perdeu a confiança da população e clamaram a todos a se unirem em um esforço coletivo para a retomada do crescimento.

— Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários. E esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento. Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país, e uma delas é você — afirmou.

As palavras, porém, não bastaram para conter uma onda espontânea de indignação. Em bairros nobres e periferias de várias cidades, pessoas foram às janelas de casas e edifícios com gritos e batidas de panelas. Houve até quem estourasse rojões.

## DILMA DIZ QUE DIREITOS SÃO SAGRADOS

O panelaço e vaias ficaram restritos às casas. Em bairros de classe média e alta como Higienópolis, em São Paulo, e Leblon e Barra da Tijuca, no Rio, as pessoas chegaram a gritar contra a presidente. Em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, gritos de "fora Dilma" e "fora PT" ecoavam das janelas. Vídeos postados nas redes sociais mostravam internautas acendo e apagando luzes em repúdio às palavras da presidente — e às medidas de ajuste para retomar o crescimento econômico. A hostilidade, alegavam muitos manifestantes, era apenas um "aperitivo" antes da marcha pró-impedimento programada para o próximo domingo.

O pronunciamento da presidente foi estratégico. Após ouvir reclamações de aliados e de seu próprio partido por não fazer uma defesa enfática do pacote de ajuste enviado ao Congresso, Dilma usou a maior parte do pronunciamento para explicar e pedir apoio às medidas. Ela negou que o Brasil esteja passando por uma crise de grandes dimensões. E disse, ainda, que depois do início da crise econômica internacional de 2008, o governo agora teve coragem de mudar a estratégia de enfrentamento do problema agravado por conta da seca e da consequente crise hídrica.

A presidente fez questão de frisar que os direitos dos trabalhadores são sagrados e não serão prejudicados. E que o país não vai parar. O esforço, garantiu ela, será "passagêiro".



Protesto. Morador na sacada de prédio do bairro Pompéia, Zona Oeste de SP, faz panelaço durante pronunciamento de Dilma; reação se repetiu em outras cidades do país

## Presidente quer vice na coordenação política

Sem apoio de Renan no Congresso, Dilma apela para Temer; encontro será hoje

FERNANDA KRAROVICS E SIMONE IGLESIAS  
opais@oglobo.com.br

**BRASÍLIA.** Em um dos momentos mais difíceis de seu governo, devido ao forte impasse com a classe política, a presidente Dilma Rousseff reuniu ontem os ministros da articulação política para avaliar o impacto da abertura de investigação contra 34 parlamentares, sendo 33 deles de partidos da base aliada, e para discutir a extensão dos danos na relação com o Congresso. Duas decisões foram tomadas por Dilma: ela fará um apelo ao vice-presidente Michel Temer para que se integre à coordenação política, e outro ao PT, para que apoie incondicionalmente as medidas provisórias que restringem o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários. Segundo fontes do governo, ela teria se convencido que há muitas resistências na Câmara e no Senado aos seus ministros da articulação.

O governo sabe que será atrelado nas votações de projetos de seu interesse e busca formas de passar por cima da crise para aprovar o ajuste fiscal. A prioridade do Planalto é que as votações dessas medidas não sejam paralisadas. Por isso, hoje à noite, a presidente convidou as bancadas do PT na Câmara e no Senado para juntarem no Alvorada. Ela fará um apelo para que apoiem os projetos. Há dez dias, o **CLUBO** fez um levantamento mostrando



Rede nacional. Dilma durante pronunciamento ontem na TV, pediu de paciência à população para enfrentar a crise

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 7 - Protestada que mapeia o acontecimento de vaias direcionado à presidenta Dilma Rousseff em 8 de março de 2015 é verificado em *O Globo* a partir da notícia *Sem paciência*, publicada no dia seguinte, em 9 de março. O texto abre a editoria de País, na página 3, e é de autoria dos jornalistas Renato Onofre e Catarina Alencastro. O conteúdo integra 100% do espaço da publicação.

O período investigado está entre os dias 5 e 11 de março de 2015, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 7. São sete edições analisadas, em um total de 372 páginas.

Quadro 17 - Trechos narrativos em Marco 7 (*O Globo*)

<b>Marco 7   Protestada   Março de 2015</b>	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	9 de março de 2015, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Sem paciência. (TN 1)
	Enquanto ontem à noite a presidente Dilma Rousseff pedia paciência à população em cadeia nacional de rádio e TV, moradores protestavam com painéis e buzinações em várias cidades do país. (TN 2)
	[...] mas destacou a “coragem do Brasil” para investigar um esquema “lamentável” [...]. (TN 3)
	Em meio a uma das maiores crises políticas desde o mensalão [...]. (TN 4)
	Dilma também tentou criar empatia com o público. (TN 5)
	Ela garantiu compreender a irritação e a preocupação dos brasileiros diante do cenário atual, marcado por inflação em alta, economia fraca e aumento do endividamento das famílias. (TN 6)
	“O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários”. (TN 7)
	As palavras, porém, não bastaram para conter uma onda espontânea de indignação. Em bairros nobres e periferias de várias cidades, pessoas foram às janelas de casas e edifícios com gritos e batidas de panelas. Houve até quem estourasse rojões. (TN 8)
	Em bairros de classe média e alta como Higienópolis, em São Paulo, e Leblon e Barra da Tijuca, no Rio, as pessoas chegaram a gritar contra a presidente. (TN 9)
	A hostilidade, alegavam muitos manifestantes, era apenas um “aperitivo” antes da marcha pró-impeachment programada para o próximo domingo. (TN 10)
	Ela negou que o Brasil esteja passando por uma crise de grandes dimensões. (TN 11)
	O pronunciamento, feito por ocasião do Dia Internacional da Mulher, reservou pouco espaço para a listagem de ações de gênero do governo. (TN 12)

	A aliados, disse que decidiu se recolher à condição de vice, já que Dilma não lhe dá ouvidos. (TN 13)
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

A narrativa jornalística abordada por *O Globo* no dia posterior às manifestações de parte da população contra a presidenta Dilma Rousseff traz um panorama de como se constituiu o protesto em todo o país. O texto traz elementos de aparência neutra, com relatos descritivos dos bairros, cidades e estados mais expressivos nesta noite de reivindicação contra o governo petista. Há trechos do pronunciamento da presidenta, e um intertítulo que articula um arranjo interno com maior coordenação política para o PMDB de Michel Temer.

As duas fotografias que configuram as informações da notícia evidenciam o primeiro ingrediente que emerge sentidos discursivos: Dilma Rousseff está em segundo plano, na metade inferior da página, junto ao recorte que trata das conexões com o vice-presidente. A centralidade fotográfica está em uma imagem em três colunas, que ocupa pelo menos um quarto da página, e que retrata um cidadão com panela em mãos reagindo à fala da petista na zona oeste de São Paulo. É certo que há critérios de noticiabilidade pertinentes para a exposição desta figura, com tamanha expressão. O que provoco é a ordem categórica que coloca uma foto acima da outra: em uma escolha do time de jornalistas e editores, o que importa comunicar à população é o sujeito em vias de manifesto sonoro e físico que vive em situação de contrariedade à gestão pública do país em 2015. A legenda informa que o cidadão reside no bairro Pompéia, concebido como área nobre da capital paulista. Ou seja, há um corte de classe que eclode da conjuntura de indignação social; enquanto o ângulo de gênero está no perfil do brasileiro fotografado - homem, branco, magro, sem camisa. Uma amostra do sujeito universal que detém a voz que condiz com a verdade. Abaixo dele, em dimensão menor, está a presidenta reeleita - a mulher que, embora branca e de classe privilegiada, está representada em uma fotografia 50% menor que a do cidadão acima. A diagramação imagética é uma metáfora à pirâmide hierárquica do poder: no topo aparece quem rege as regras sociais, em um corpo grifado por marcadores de interseccionalidade que conferem distinções e liberdades; enquanto na base está quem acolhe, obedece, sobrevive.

O aspecto inaugural da notícia enquanto obra textual aparece em uma das últimas frases dos últimos parágrafos, quando há a informação de que o “pronunciamento, feito por ocasião do Dia Internacional da Mulher, reservou pouco espaço para a listagem de ações de gênero do governo” (TN 12). A produção de conhecimento verificada a partir do discurso da Presidência da República no 8 de março, data histórica e emblemática não só para mulheres,

mas para o fortalecimento democrático do mundo, se restringe a uma única sentença que exprime exatamente o contrário do que poderia se cogitar para o discurso de uma liderança feminina: não há nada de relevante a ser dito sobre o tema. Quando *O Globo* lembra que a fala de Dilma Rousseff “reservou pouco espaço” para as ações de gênero (sem nem citar a palavra “mulher”), é carimbado o atestado de conformação sobre a inexistência de informações, de dados apurados, de empatia para a população brasileira. O Dia Internacional da Mulher, seja para Dilma ou para a narrativa jornalística, é reduzido ao pedido reiterado de paciência para uma massa de cidadãos saturados com a economia brasileira. Os femininos, as mulheres, as lacunas de gênero são apagadas - tal qual efetuaram as dezenas de presidentes e notícias que antecedem o governo petista de 2015.

O próximo movimento observado no material em análise faz continuidade ao retrato de Dilma Rousseff percebido desde o Marco 1, em que é cogitada para a condição de pré-candidata à Presidência, em 2008. É sabido que, por vezes, os veículos avaliados neste estudo a colocam como pacífica e resistente; e por outras é a líder autoritária e inatingível. Este trânsito de informações é comum à inconsistência da mulher em vias de poder, nas instâncias em que há desconforto com a sua presença e permanência insistente. No entanto, apesar da confusão narrativa de quem escreve e compartilha conhecimento sobre Dilma Rousseff, a linearidade da história de sua vida transmitida via jornalismo é a da sujeita segura, convicta, resolutiva. Estas perspectivas apontam para um senso de otimismo na notícia que traz relatos de manifestos contrários às suas ações e deliberações; isto é, apesar de contrariedades registradas e repetidas nas cinco regiões brasileiras, a presidenta que vai ao rádio e à televisão, em horário nobre e em rede aberta, é a que comunica esperança. Os trechos narrativos em *O Globo* amarram estas interpretações quando revelam que “a presidente Dilma Rousseff pedia paciência à população em cadeia nacional” (TN 2) enquanto destacava a “‘coragem do Brasil’ para investigar um esquema ‘lamentável’” (TN 3) de corrupção da Petrobras. Há a informação de que “Dilma também tentou criar empatia com o público” (TN 5) ao pronunciar que o “Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários” (TN 7). A presidenta, na concepção do veículo, “garantiu compreender a irritação e a preocupação dos brasileiros diante do cenário atual” (TN 6). Por fim, negou que o país “esteja passando por uma crise de grandes dimensões” (TN 11).

Ou seja, apesar de o contexto que cerca o governo Rousseff, recém iniciado para o segundo mandato, ser de crise financeira, arranjos fiscais e alterações inflacionárias que caem no bolso de todos os cidadãos (sobretudo os da camada de base), o perfil de Dilma Rousseff na narrativa jornalística e *O Globo* é a de otimismo. Não há revolta ou combate originados

pela presidenta: ao contrário, há o afinco para se manter viva, de pé, em liderança. Com a subjetividade que envolve as concepções de mundo e as construções de gênero, os valores-notícia deste jornalismo revelam que há um espaço permeado por esperança, acolhida e identificação com os seus pares. A história de vida da mulher na política narrada no jornalismo diante de vaia e otimismo corresponde ao arquétipo daquela que tudo soluciona: é a mãe a quem se clama por socorro quando o trem foge do trilho, quando o país se arma para uma crise. É o padrão de Ártemis, na condição do arquétipo da competidora, a deusa das selvas, da praticidade, da solução; é a aventureira livre, que incorpora a independência e a autossuficiência. O que Dilma Rousseff manifesta por meio de Ártemis naquilo que narra *O Globo* é a autonomia e a habilidade de mulheres em se empenhar naquilo que é pessoalmente e profissionalmente significativo (BOLEN, 1990).

Tanto a anulação do Dia Internacional da Mulher quanto o arquétipo de otimismo da Presidência da República vistos até aqui apontam para uma nova disputa de sentidos na narrativa jornalística do Marco 7 - Protestada: o de renúncia. Parte da população não só desempenha uma performance de insatisfação com o comando de Dilma Rousseff, mas requer uma interrupção no pleito iniciado há três meses por meio do *impeachment* que destituiria a eleita do Palácio do Planalto. O roteiro jornalístico apresenta um eleitorado “sem paciência” (TN 1), anunciado de prontidão no título da notícia principal da editoria de País - a mais significativa da publicação, visto que está na página 3 do exemplar; e informa ainda no primeiro parágrafo que, em paralelo ao pronunciamento de Dilma no rádio e na TV, em 8 de março, “moradores protestavam com panelaços e buzinaços em várias cidades do país” (TN 2). A circunstância política da petista é imersa em “uma das maiores crises políticas desde o mensalão” (TN 4), não à toa as palavras de paciência e otimismo proferidas pela gestora “não bastaram para conter uma onda espontânea de indignação” (TN 8). Os grandes centros metropolitanos do país registraram com maior ênfase as ocasiões de descontentamento com Dilma, como em bairros de classe média e alta de São Paulo (Higienópolis) e Rio de Janeiro (Leblon e Barra da Tijuca), onde “as pessoas chegaram a gritar contra a presidente” (TN 9). Ao que anunciavam os manifestantes, de acordo com *O Globo*, a hostilidade “era apenas um ‘aperitivo’ antes da marcha pró-impeachment programada para o próximo domingo” (TN 10), em um teor de ameaça que tem a intenção de desestabilizar o governo da mulher presidenta.

A rejeição está intrínseca à seletividade de diálogo daquilo que diz Dilma Rousseff. Ela explica, eles não aceitam. Ela sugere paciência, eles bravejam. Ela representa o país após a eleição democrática, eles a negam. Ela pede união, eles respondem com ruptura. Por *elas*, perceba, me refiro a todos e a todas nós que, enquanto agentes do meio social, estamos

inseridos em decisões coletivas. O jornalismo narra a história de vida de uma personagem confiante, astuta e resiliente em personalidade, em um movimento que vai ao encontro do otimismo percebido anteriormente, na insistência em permanecer onde julgam não ser o seu lugar; ao mesmo tempo em que apresenta sua protagonista rejeitada justamente por aqueles e aquelas que almeja acalmar e liderar. Isto é: a renúncia *versus* a resistência. Eles não me aceitam, mas eu insisto em sobreviver.

Há um corte de classe nomeado em duas ocasiões nesta narração jornalística: quando jornalistas reforçam de onde se originam os protestos. Ao informar que bairros de zonas nobres do país organizam as dinâmicas de insatisfação, é acrescido a quem lê *O Globo* o sentido de que o governo petista de Rousseff é feito para e por camadas populares do país - o que, por suposição e diante do que observamos no cotidiano, é uma hipótese plausível. Chama a atenção, porém, que o marcador interseccional de classe tem maior ênfase e repetição na notícia do que, por exemplo, os nós que permeiam as questões de gênero a serem disputadas no discurso do Dia Internacional da Mulher.

A jornada jornalística não restringe a rejeição de Dilma Rousseff aos cidadãos e às cidadãs do país, mas explica que a recusa é anterior e interna, procedendo do próprio governo com a ruptura de negociações que integrem o PMDB de Michel Temer. O vice-presidente é o pioneiro deste quadro: o homem maduro, branco, cis, heterossexual. A experiência política de relacionamento com o Legislativo é evidenciada nos atributos do vice-presidente, o que alega, portanto, que a presidenta não dispõe de tal característica. A aliados, Temer afirmou que “decidiu se recolher à condição de vice, já que Dilma não lhe dá ouvidos” (TN 13), em uma conduta infantil, que beira a imaturidade de quem se encolhe quando não é engrandecido. Quer dizer, o jornalismo noticia que o sujeito universal que já está no plano do poder (ora, a vice-presidência) se recolhe na condição de vítima porque a sua liderança (que está na presidência) define certos rumos do país de modo autônomo. A vitimização de Temer o coloca como o grande articulador que tem a habilidade de salvar o governo desequilibrado da petista - porque ela, portanto, não é eficaz. Dilma Rousseff é a gestora insuficiente para seus subordinados, para a narrativa jornalística e para parte da população.

A coletividade, em 2015, não confia na presidenta porque não é ela que deve estar no comando da nação. As construções da imprensa via texto e por meio de fotografias a revelam na posição de alvo, de quem está na mira de ser destituída - ameaça ocorrida antes em uma única vez, em 1992 com Fernando Collor de Mello, entre os mais de 120 anos de constituição. A primeira mulher eleita e reeleita é advertida por um *impeachment* sem o reconhecimento de crime político, civil ou de quaisquer outras ordens. O que a notícia expressa é que Dilma

Rousseff não emprega confiança a quem a elegeu ou, sobretudo, a quem não a elegeu. Quando o vice-presidente homem é cogitado como uma possível solução para acalmar os ânimos de parlamentares e, por efeito, de parte do povo, o atestado que se arma é que a mulher presidenta nunca será suficiente: ela não tem rosto de homem, não nasceu com pênis, não é casada com alguém com pênis (ao contrário, se divorciou de um) e não oferece protagonismo ao vice que não se atenta ao lugar para qual foi eleito, o de vice. Mesmo quando é ela a escolhida pela maioria, a narrativa social e jornalística é a de que ele também deveria estar lá, na condição de igual - como se a igualdade aparecesse como natural. A ironia está justamente na reivindicação de Michel Temer que exige semelhança ao ser incluído como agente político - movimento contrário do que foi executado, ao menos desde 2008, com a sua presidenta Dilma Rousseff, que se ergueu em vias de desigualdade. Os direitos e os deveres, logo, são seletivos: para uns, são obrigatórios, enquanto que para outros são facultativos.

A interrupção das falas da petista enquanto se pronunciava via rádio e TV é simbólica, uma vez que é do senso comum a percepção de que mulheres são silenciadas ou atrapalhadas em muitos de seus discursos. Ao ir às sacadas, janelas e ruas para protestar contra a presidente no momento em que ela está no lugar de fala, o sentido expresso é aquele que autoriza a deslegitimação do que nós temos a dizer. A Jornada da Heroína como lente para observar a narrativa jornalística de gênero na política tem origem nesta hipótese de omissão dos femininos do arco do poder. Isto é, o que pretendo é interpretar as dinâmicas sistemáticas do fenômeno noticioso. Com isso, o propósito é entender todas as camadas subjetivas do objeto empírico como intencional em minha trajetória enquanto mulher, jornalista e cientista. Não há isolamento de sentidos, portanto: tudo é articulado com jornadas anteriores (as nossas, as de Dilma), tal qual prega a continuidade de sentidos da narrativa de histórias de vida.

Portanto, diante do argumentado, o estágio de sentido do Marco 7 - Protestada em *O Globo* é o de **Rejeição**: da articulação de gênero no Dia Internacional da Mulher, da justificativa política diante de uma crise econômica iniciada sete anos antes, do otimismo resiliente de quem lidera mais de 210 milhões de pessoas.

#### 5.1.8 Marco 8 - Julgada

A linha do tempo do Marcos de Dilma identifica em 2 de dezembro de 2015 a fronteira que designa a ruptura democrática do governo da presidenta. O Marco 8 - Julgada<sup>16</sup> põe em curso a desestabilização da Presidência da República e os esquemas de corrupção

---

<sup>16</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hg3H>.



A notícia *Eduardo Cunha abre processo de impeachment contra Dilma* é a definida para o Marco 8 - Julgada em *Estadão*. O texto é publicado em 3 de dezembro de 2015, na data posterior ao ponto chave do acontecimento. A página corresponde à manchete da edição, com foto, e abre a editoria de Política, com conteúdo integrando a totalidade do espaço. Na sequência, há outras notícias que avançam no tema: Cunha relatando que vê participação da presidenta em crime fiscal, entrevista com Dilma afirmando que não possui contas no exterior, o apoio de Aécio Neves ao processo, a defesa dos três autores da ação, e o Partido dos Trabalhadores alegando que o ato corresponde a um golpe.

O texto em análise está na página A4 e é de autoria dos jornalistas Daniel Carvalho, Daiene Cardoso e Igor Gadelha. O período investigado está entre os dias 29 de novembro e 5 de dezembro de 2015, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 8. São sete edições analisadas, em um total de 676 páginas.

Quadro 18 - Trechos narrativos em Marco 8 (*Estadão*)

Marco 8   Julgada   Dezembro de 2015	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	3 de dezembro de 2015, quinta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Eduardo Cunha abre processo de impeachment contra Dilma. (TN 1)
	Após o anúncio de Cunha, Dilma fez um pronunciamento no Palácio do Planalto no qual manifestou “indignação” e atacou o presidente da Câmara. (TN 2)
	A decisão de Cunha foi tomada após o PT, partido de Dilma, ter anunciado que não apoiaria o presidente da Câmara no Conselho de Ética [...]. (TN 3)
	Segundo ele, a decisão foi ‘técnica’. (TN 4)
	Em sua decisão, Cunha diz haver “justa causa” e “indícios de autoria”. (TN 5)
	Cunha recebeu com indignação a notícia de que a bancada do PT na Câmara havia decidido seguir a orientação do presidente nacional da legenda, Rui Falcão, e votaria pela continuidade do processo contra ele no Conselho de Ética. (TN 6)
	Sentiu-se traído por Wagner e começou a receber peregrinação de parlamentares em seu gabinete. (TN 7)

	O impeachment foi a principal bandeira da oposição ao longo deste ano. (TN 8)
	Ciente disso, Cunha jogou com os dois lados. Ameaçava abrir o processo para cativar a oposição, mas dava sinais de que não faria nada sempre que precisava do governo. (TN 9)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia do Marco 8 em *Estadão* narra pontualmente a abertura do processo de *impeachment* no Congresso Federal. Há a apresentação factual, de início, da decisão do parlamentar Eduardo Cunha, continuada com o enredo que descreve a cronologia da decisão - desde a ruptura do PT com o PMDB até a deliberação do presidente da Câmara. O texto traz um esboço didático dos próximos passos da investigação, em um itinerário acessível que explica as etapas de análise e votação do pedido de destituição de Dilma.

Os recursos de imagem são explorados a fim de sintetizar para quem lê o arco cinematográfico que se estrutura: no topo da página, uma fotografia clássica da presidenta Dilma Rousseff com expressões corporais e faciais que indicam força, comando e segurança. O vestuário vem em tom neutro e o ângulo registrado e escolhido para a página não expressam insubordinação ou autoritarismo. É a figura tradicional da liderança em vias de poder, que vai ao encontro com a fotografia estampada no Marco 6 em *O Globo*, de uma Dilma Rousseff de cabeça erguida e olhos para o horizonte. Logo abaixo está em uma escala reduzida o rosto recortado de Eduardo Cunha, diagramado junto ao box com os próximos passos da investigação - em uma sincronia óbvia que vincula o presidente da Câmara ao encaminhamento futuro do processo de *impeachment*. É estratégica a conexão do parlamentar com o conteúdo que trata justamente do futuro de Dilma Rousseff, uma vez que é este teor de divergência e disputa que percorre todas as linhas da notícia. Na base da página, por sua vez, está o elemento visual mais emblemático da narrativa: uma hipótese da linha sucessória da Presidência da República, com a petista no topo e quatro fios que sinalizam os possíveis novos presidentes: Michel Temer (vice), Eduardo Cunha (presidente da Câmara), Renan Calheiros (presidente do Senado) e Ricardo Lewandowski (presidente do STF). Os três primeiros, do PMDB à época; o último nunca confirmou filiação partidária, embora fosse próximo de ações também peemedebistas. Isto é, o gráfico desenha em cores e palavras que a rivalidade pelo poder está entre Dilma Rousseff, do PT, de um lado, e quatro outros personagens, do PMDB, de outro. A concorrência vai além: o jornalismo mostra que há uma mulher acima, ameaçada por quatro homens abaixo. São quatro sujeitos que combinam com o perfil universal admitido como absoluto e digno de confiança, uma vez que representam a

verdade objetiva e a voz homogênea de uma sociedade segregadora como a narrada jornalisticamente no Brasil. Ou seja, é a história da vida de uma mulher que perdura no topo escoltada por quatro homens que entendem ser habilitados a decidir onde ela deve ou não deve estar. Quem detém o poder, afinal?

O sentido discursivo de rivalidade percorre (e sobretudo conduz) a narrativa da notícia que desvenda a investigação do Congresso Nacional perante as deliberações do Palácio do Planalto. O procedimento é legítimo, todavia descortina uma disputa que extrapola a fiscalização entre poderes de ordem pública do Brasil: é uma dinâmica encabeçada por dois partidos políticos que geram a dicotomia de Dilma Rousseff *versus* Eduardo Cunha. O que conta o *Estadão* em 3 de dezembro de 2015 é que há arranjos políticos de cunho partidário, sem dúvida, em um sistema frágil como é o da democracia brasileira, mas sobretudo essas combinações têm como efeito o confronto entre sujeitos em vez de instituições. A nomeação do combate é anunciada sem demora no título da notícia, no texto denso e substancial que faz a abertura da discussão na editoria de Política. Quer dizer, não é uma escrita qualquer, em especial porque atesta o início de uma apuração que beira o ineditismo no Brasil (antes disso, o *impeachment* foi acatado apenas em 1992, com Fernando Collor de Mello). Quando assegura que “Eduardo Cunha abre processo de impeachment contra Dilma” (TN 1), a narrativa jornalística descarta os poderes que legislam e executam os direitos e deveres da população - em detrimento à evidência dos personagens centrais da história. Eduardo Cunha e Dilma Rousseff são os protagonistas de um embate social, de gênero, de classe, de poder.

O acirramento ideológico de valores decisivos para gerenciamento do Brasil orquestrou a concorrência polarizada de Cunha e de Rousseff. A noticiabilidade em *Estadão* retrata um jogo entre o real e o abstrato, em estratégias narrativas que geram significados de lealdade e resiliência a partir do contexto político; isto é, através do que conta o jornalismo em suas histórias de vida é possível acessar o espetáculo da existência humana em sociedade (MOTTA, 2005b), com seus heróis e heroínas, vilões e vilãs - e é a partir desta lente que se reconfigura o passado e reedita as projeções de futuro.

A notícia do Marco 8 é rigorosa ao escrever as motivações de Eduardo Cunha e do PMDB para acatar o impedimento de Dilma Rousseff: no que narra *Estadão*, a decisão do parlamentar “foi tomada após o PT, partido de Dilma, ter anunciado que não apoiaria o presidente da Câmara no Conselho de Ética” (TN 3), em um nítido movimento de punição - semelhante ao noticiado no Marco 7 quanto ao distanciamento opcional de Michel Temer diante da Presidência da República, uma vez que a presidenta não o validava em suas resoluções. Eduardo Cunha, por sua vez, garante, na concepção do veículo, que “a decisão foi

‘técnica’” (TN 4), embora haja “‘justa causa’ e ‘indícios de autoria’” de crime fiscal (TN 5). Há um percurso narrativo que desvenda os veredictos que validam o *impeachment*, e não há falhas nesta construção - ao contrário, é da substância do jornalismo questionar os porquês do acontecimento. O que merece atenção é a construção de sentidos da imprensa: a notícia não informa sobre como o Congresso Nacional irá apurar supostas pedaladas fiscais do Governo Federal; mas sobre o desagrado de Eduardo Cunha com o governo PT, que resulta na inauguração de um processo de destituição de Dilma Rousseff. É ele contra ela.

A conjuntura jornalística aponta, como amostra desta constatação, que o presidente da Câmara dos Deputados “sentiu-se traído” (TN 7) por Jaques Wagner, ministro da Casa Civil, que anteriormente havia garantido apoio da situação em plenário - o que não ocorreu. Como efeito, “Cunha jogou com os dois lados. Ameaçava abrir o processo para cativar a oposição, mas dava sinais de que não faria nada sempre que precisava do governo” (TN 9). Em outras palavras, o *impeachment* da primeira presidenta eleita e reeleita do Brasil é narrado via jornalismo como moeda de troca: se você não obedecer, será expulsa. Não à toa, o processo de impedimento “foi a principal bandeira da oposição” em 2015 (TN 8).

O embate originado com o deputado e direcionado para a presidenta traz uma semelhança discursiva em *Estadão*: no roteiro do jornal, ambos são reconhecidos conforme a perspectiva da indignação. Primeiro, “Cunha recebeu com indignação a notícia de que a bancada do PT na Câmara havia decidido seguir a orientação do presidente nacional da legenda, Rui Falcão, e votaria pela continuidade do processo contra ele no Conselho de Ética” (TN 6). Em contraponto, Dilma Rousseff executa um pronunciamento no Palácio do Planalto após o anúncio do parlamentar, “no qual manifestou ‘indignação’ e atacou o presidente da Câmara” (TN 2). O verbo de ação *atacar* também fortalece o âmago de disputa acirrada de um *versus* o outro. Não há a constatação de que a presidenta está decepcionada com o Congresso ou com a Câmara; tampouco com o PMDB. O ataque é nomeado na narrativa e carrega a subjetividade quem escolheu apontar Dilma contra Cunha, pessoalmente.

A volatilidade da história jornalística da vida da mulher no poder conversa com a escassez da representatividade feminina em bancadas e em governos. Parece mais descomplicado travar uma batalha diante daquela sem pares para a defender, em um exército de uma soldada só. Em 2022, por exemplo, quando o contexto político no Brasil é mais favorável à eleição de mulheres do que em 2014, ano de reeleição da presidenta, há 91 eleitas diante de 442 homens na Câmara dos Deputados. Ou melhor, de todos os assentos parlamentares, apenas 21% é destinado a brasileiras. O quadro de deputados e deputadas não é exceção: o mesmo se repete em governos estaduais (25 homens para duas mulheres), nas

assembleias legislativas (849 homens para 186 mulheres), no Senado (23 homens para quatro mulheres) e na Presidência da República (com um presidente e um vice, e nenhuma mulher).

A falha democrática está na contabilidade que verifica mais cidadãs entre a soma populacional do Brasil e também a maioria entre sujeitos aptos a votar. Digo, somos nós, pessoas identificadas com o gênero feminino, que podemos designar o futuro político do país por meio de eleições regionais e gerais; mas não o fazemos por uma série de empecilhos. As barreiras são construídas antes do nascer da criança, com expectativas de comportamento que se conformam com o gênero. Os bloqueios são enfatizados na adolescência e vida adulta, com instituições encorajando a disputa binária de homens *versus* mulheres. Ele só pode isso, ela só pode aquilo. Quem fugir à regra é castigado, excluído, desconsiderado. Ou, em instâncias do poder político, ela é destituída por meio de um processo de *impeachment* impregnado de movimentações de gênero quando é autorizado por ele.

É a mulher diante da conformação do governo, da narrativa do jornalismo, da projeção de gênero. A instituição objetiva, imparcial e positivista da imprensa tonifica a guerrilha embranquecida que certifica o masculino (e suas muitas dezenas de governadores, deputados e presidentes homens) contra o feminino (e suas raras unidades de governadoras e deputadas). Por meio desta perspectiva, o gênero é aplicado enquanto lente que observa as minúcias de convenções sociais para eles e para elas, em uma produção cruzada por organizações sólidas e enrijecidas como a religião, a família, o governo, a escola e, sem dúvida, o jornalismo. Quer dizer, são estratégias que estimulam a produção de desigualdades originadas em relações de poder. A exclusão publicada no Marco 8 de *Estadão* reconfigura a ideia de cidadania que questiona, afinal, quais são os critérios que descartam quem é diferente do padrão universal de verdade e de coerência - e porque o poder político atua enquanto agente que segrega, em vez de unificar. Romper com aquilo que foi conquistado democraticamente é rasgar o pacto social que respeita a integridade do ser humano porque os direitos “[...] se escrevem com as tintas do poder, da luta, da negociação. Direitos são datados e trazem a marca dos atores políticos envolvidos em sua configuração, assim como as marcas de seu tempo histórico” (PITANGUY, 2011, p. 21).

A jornada jornalística da heroína na política brasileira é a narrativa de uma história marcada por provações e confrontos, sobretudo ao incluir camadas interseccionais da população. A escassez de empatia aos problemas de mulheres negras, por exemplo, para ir além da branquitude de Dilma Rousseff, é escorada no fato de que suas demandas não são adotadas como situações coletivas - mas enquanto incômodos individuais de sua vida privada. “Querem uma heroína negra forte sempre na condição de subalterna. É essa a ideologia

dominante que impera nesse processo de esquecimento da pauta racial da mulher negra” (RAMOS, 2017, p. 169).

Diante das lacunas, rivalidades e binarismos narrados em *Estadão* para anunciar o início do processo que tem como propósito destituir a presidenta Dilma Rousseff, o estágio de sentido que se manifesta é o de **Disputa** em um panorama no qual o feminino é o alvo de confronto estimulado com a autorização do masculino.

Figura 47 - Marco 8 em *O Globo*

CRISE E VINGANÇA

## A retaliação de Cunha

Abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma, que rebate com ataque; oposição comemora, e PT irá ao STF

Emparedado por uma série de denúncias de corrupção e abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu vingar-se e acolheu ontem a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), o primeiro a ser analisado pelo Congresso depois da renúncia do ex-presidente Fernando Collor, em 1992. Cunha concordou com os argumentos apresentados pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaina Paschoal, que apontam a existência de crime fiscal no

orçamento deste ano. A tramitação começa hoje, com a leitura da denúncia no plenário.

A presidente reagiu imediatamente. Convocou reunião de emergência e contra-atacou, em pronunciamento em cadeia de TV, citando as acusações contra o adversário.

— Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara. Não existe ato ilícito praticado por mim. Não possuo conta no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas — afirmou a presidente. O PT anunciou que recorrerá ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha. Já a oposição comemorou no Congresso. A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo. Ontem, um pequeno grupo de manifestantes pró-impeachment foi às ruas em São Paulo para festejar.

O presidente da Câmara usou o impeachment como moeda de troca para barrar o avanço do processo de cassação a que ele mesmo respondeu no Conselho de Ética. E aderiu à tese do impedimento logo depois que os três petistas com assento no colegiado, contrariando orientação

do Palácio do Planalto, anunciaram que votariam contra ele. Cunha negou ato de vingança.

— Não faço isso por motivação política e rejeitaria (o pedido) se estivesse em desacordo com a lei. Autor da denúncia de afastamento da presidente, Miguel Reale Jr, sentenciou:

— Cunha escreve certo por linhas tortas porque usou o impeachment o tempo todo como instrumento de barganha. No desespero, joga o impeachment como areia nos olhos da nação. Após o anúncio de Cunha, o valor das ações da Petrobras subiu nos Estados Unidos



**Ação e reação.** O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anuncia que aceitou pedido de impeachment da presidente Dilma, menos de cinco horas após saber que petistas não votariam a seu favor no Conselho de Ética da Casa

## Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma

**BRASÍLIA.** Cinco horas após ser informado que a bancada do PT não o apoiaria para evitar a abertura do processo por quebra de decoro contra ele no Conselho de Ética da Casa, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, aceitando o pedido apoiado pela oposição e apresentado por juristas em outubro deste ano. Logo depois da decisão do PT, Cunha fez reuniões com aliados e integrantes da oposição que o convenceram que abrir o impeachment seria a única alternativa para criar uma cortina de fumaça em relação às acusações contra ele. Dilma se tornaria o foco das atenções, concluíram.

O anúncio no Salão Verde da Câmara atraiu curiosos e deputados, além da mídia, e foi feito no momento em que o governo aguardava a aprovação do projeto que altera a meta fiscal de

vingança. — Estou praticando um ato de ofício. Cunha disse que foi muito cobrado para se posicionar a respeito dos 34 pedidos de impeachment que chegaram a suas mãos. Ele rejeitou 31; ainda há dois pendentes.

— Repito, nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment como neste mandato — afirmou.

**CUNHA AVISOU TEMER QUE ACEITARIA O PEDIDO**

Para convencê-lo a aceitar o pedido de impeachment, os aliados de Cunha sustentaram que, com o foco voltado para Dilma, a oposição deixaria de ser hostil a ele, até porque se concentraria em defender o afastamento da presidente. Segundo líderes da oposição, não houve compromisso com uma mudança de posição de seus deputados no Conselho de Ética. No entanto, ponderou-se que a repercussão da aber-

núncio, pediu aos aliados que o deixassem só em seu gabinete. Minutos antes de sair do gabinete, o presidente da Câmara telefonou para o vice-presidente Michel Temer e para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para comunicá-los da sua decisão. O impeachment será lido em plenário hoje, às 14h.

Na última segunda-feira, Cunha avisara Temer, durante um almoço entre eles, que deflagraria o impeachment, se o PT decidisse votar pela continuidade do processo de cassação do seu mandato no Conselho de Ética. Ontem, Temer não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara. Apenas avisou ao ministro Jacques Wagner (Casa Civil), que, segunda-feira, já havia sido alertado o vice-presidente das intenções de Cunha.

— Acho que ele (Cunha) se equivocou com o pedido. O impeachment é o tipo de procedimento que conflata não só a Câmara, mas o ambiente político como um todo — avaliou o líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ).

**LÍDER PETISTA SE DIZ INDIGNADO**

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) disse que está indignado com a abertura do impeachment, mas que o governo vai encarar com “absoluta naturalidade” o decorrer do processo. E chamou o ato de Cunha de “presepada”.

— Recebemos isso com indignação porque não há fato nenhum, a não ser mera disputa política da oposição, e portanto temos que encarar isso com a mais absoluta naturalidade. Guimarães disse ser melhor saber a posição de Cunha do que viver com “várias espadas nas costas”, numa possibilidade sempre em aberto

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

A publicação de *O Globo* que explora o Marco 8 - Julgada corresponde a 3 de dezembro de 2015, um dia após a confirmação do processo de *impeachment* por parte do Congresso Nacional. A notícia investigada é *A retaliação de Cunha*, que abre a editoria de País, ocupando 100% do espaço da página. Não há autoria informada. Na sequência há mais conteúdos, em páginas seguintes, que aprofundam o acontecimento, todos sob a cartola *Crise e vingança*: relato da presidenta sobre estar indignada com a decisão, reação do líder do PT, garantia da oposição de que o processo irá se concretizar, detalhes do ritual da investigação, e contagem de votos favoráveis ou contrários ao processo na Câmara.

O período investigado está entre os dias 29 de novembro e 5 de dezembro de 2015, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 8. São sete edições analisadas, em um total de 336 páginas.

Quadro 19 - Trechos narrativos em Marco 8 (*O Globo*)

Marco 8   Julgada   Dezembro de 2015	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	3 de dezembro de 2015, quinta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Crise e vingança. (TN 1)
	A retaliação de Cunha. (TN 2)
	Abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma, que rebate com ataque. (TN 3)
	Emparedado por uma série de denúncias de corrupção e abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu vingar-se e acolheu ontem a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) [...]. (TN 4)
	A presidente reagiu imediatamente. Convocou reunião de emergência e contra-atacou, em pronunciamento em cadeia de TV, citando as acusações contra o adversário. (TN 5)
	A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo. (TN 6)
	O presidente da Câmara usou o impeachment como moeda de troca para barrar o avanço do processo de cassação a que ele mesmo responde no Conselho de Ética. (TN 7)

	Cunha negou ato de vingança. (TN 8)
	“Cunha escreve certo por linhas tortas porque usou o impeachment o tempo todo como instrumento de barganha”. (TN 9)
	Cunha fez reuniões com aliados e integrantes da oposição que o convenceram que abrir o impeachment seria a única alternativa para criar uma cortina de fumaça em relação às acusações contra ele. Dilma se tornaria o foco das atenções, concluíram. (TN 10)
	Ontem, Temer não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara. (TN 11)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 8 - Julgada em *O Globo* narra o consentimento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para a investigação do *impeachment* de Dilma Rousseff. O texto apresenta discurso em terceira pessoa da equipe de jornalismo junto a falas de Cunha, Dilma e lideranças do PT e do PMDB. É uma construção densa em caracterizações e justificativas que motivaram a decisão do parlamentar - incluindo a escolha de substantivos, verbos e adjetivos que direcionam as atenções de quem lê, conforme explico a seguir.

A única fotografia da notícia é veiculada em quatro colunas de largura, ocupando toda a dimensão horizontal da página, e aparece no primeiro bloco de informações em um curso que apresenta as intenções do que é informado: o protagonismo é de Eduardo Cunha, a partir do que já adianta a manchete da editoria de País. Os microfones de jornalistas inclinados em direção ao parlamentar agem feito holofotes, enquanto dispositivos que conferem a voz a quem detém o poder da voz. Não há imagens da presidenta Dilma Rousseff, objeto da investigação. O deputado federal aparece no centro da importância fotográfica, então, com os olhares fixos e os braços estendidos de repórteres em direção ao dono da notícia em formato de setas que indicam para onde as atenções devem ser orientadas neste momento crucial da história política brasileira. Eduardo Cunha, por sua vez, com a boca entreaberta, demonstra estar em pronunciamento; é o sujeito ativo que tem o que dizer sobre o acontecimento.

O discurso textual referente à Dilma Rousseff aparece em vestígios curtos, embora resolutivos. Há duas vertentes de construção narrativa que representam a presidenta: no primeiro, ela é a que age conforme a lógica da alteração ofensiva, quando “rebate com ataque” (TN 3) as decisões da Câmara dos Deputados e quando “reagiu imediatamente” para convocar “reunião de emergência e contra-atacou, em pronunciamento em cadeia de TV, citando as acusações contra o adversário” (TN 5); no segundo movimento jornalístico, a

petista é concebida sob a perspectiva da fraqueza, uma vez que “não resistirá se as ruas apoiarem o processo” (TN 6). Os sinais de volatilidade da permanência de uma liderança no poder para o qual foi reeleita é o fio que costura a redação noticiosa de um dos pontos chave da trajetória democrática da política brasileira. Dilma Rousseff, para o jornalismo, é legitimada na condição de sujeito munido de descontrole que reage e ataca; o que motiva a desestabilização de sua voz de comando junto ao povo, que então é inclinado a apoiar o impedimento do mandato presidencial.

Ao narrar a Presidência da República em teor de ataque e de fragilidade, o enredo jornalístico recorda elementos precedentes de um passado não distante - em que mulheres garimpavam a duras dores os direitos de respeito e permanência. O marcador de gênero pode não ser o único agente que define as estratégias de destituição de Dilma Rousseff (visto que as artimanhas políticas de um país cuja democracia é debilitada são imensuráveis); porém, da mesma forma é inegável que um processo de *impeachment* desencadeado por um parlamentar masculino, branco, heterossexual e exemplar do sujeito universal votado, eleito e validado para governar o Brasil traz substâncias eficazes para se avaliar qual é a história narrada sobre esta mulher - não esqueçamos, a primeira a estar onde antes só viveram sujeitos semelhantes a Eduardo Cunha. Isto é, a sub-representação do feminino na política não deve e sequer pode ser ignorada em um estudo que investigue jornalismo, gênero e campo eleitoral, porque é pontualmente no cruzamento destas dinâmicas que se percebem arranjos institucionais que servem de compreensão para fenômenos sociais contemporâneos, como o processo de *impeachment* de 2015 e 2016.

A condução da narrativa jornalística em *O Globo* ao explicar a ação de Dilma Rousseff após o anúncio de Eduardo Cunha se limita a um escopo ancestral que privilegia aquele que historicamente esteve no topo. A inversão de papéis é o que confunde, porque em 2015 o que se apresenta é um rosto distinto do padrão que pronuncia as mesmas frases discursadas por dezenas de presidentes no passado. No entanto, ao serem enunciadas por esta voz que escapa do molde aceito enquanto verdade, o sentido é o do ataque e o da fragilidade. Trago esta provocação para pensarmos juntos: se gênero (e raça, também) não são critérios de legitimação para o poder, por que há, em 2020, 44% de homens brancos eleitos para as Câmaras de Vereadores do Brasil, em oposição a 9% de mulheres brancas ou, em uma desigualdade ainda mais gritante, 6% de mulheres negras? E qual a razão de existir, em 2022, 83% de candidaturas de homens para os governos estaduais, na contramão de 17% de mulheres brasileiras? A interseção entre as eleitas também indica gargalos quilométricos atravessados por marcadores de sexo e raça: ao que explico no Capítulo 2, em 2020 foram

registradas as eleições de 5.941 mulheres brancas como prefeitas e vereadoras, em oposição a 28 trans e travestis, 501 negras e 31 indígenas. Em um campo extremo ao destas cidadãs, os homens brancos eleitos foram 28.897. Ou seja: para cada vereadora/prefeita branca escolhida para gerir os municípios brasileiros, há 4,8 homens brancos; e a cada indígena eleita existem 932 prefeitos e vereadores.

A base numérica serve de suporte teórico para o cenário que se desenha na prática: sujeitas negligenciadas em decorrência de gênero, classe, origem, sexo, religião. É a ordem hierárquica que remete à produção simbólica de valores e de merecimento: quem pode e quem deve estar em certos espaços, e quem pode e quem deve estar em outros. Agente decisivo na estruturação organizacional do poder, o gênero é verificado a partir de duas concepções (BONETTI, 2011): analítica, quando problematiza as convenções de feminilidades e de masculinidades no contexto sócio histórico; ou teórico-epistemológica, quando é concebido como ator da sociedade impregnado por elementos de disputa de poder. É com ênfase neste fundamento que a representatividade política de mulheres é falha, visto que a representatividade se dá com raras aparições do feminino em cadeiras de Câmara de Vereadores, de Prefeituras Municipais, do Senado, da Presidência, da Câmara dos Deputados. Nas ocasiões em que há candidatas e eleitas, a missão destas cidadãs é cortada e constituída conforme o que regem instituições tal qual o jornalismo, em uma estereotipização que vai ao encontro do elemento chave de sua existência: ser mulher. Quando Dilma Rousseff é a que ataca, contra-ataca e reage, o que tem como resposta narrativa é a revolta da população - que, ao que conta o jornal, irá incentivar e concretizar o seu impedimento de gestão.

Com a exclusão da presidenta, quem assumirá o comando do país será um dos quatro homens na linha de sucessão. Quer dizer, o afastamento da petista resulta na retomada de um governo moldado conforme uma perspectiva predominantemente masculina - com normas que, via de regra, privilegiam quem já é ancorado em privilégios. A destituição da mulher da Presidência da República, em uma abordagem de nível humano e social, acarreta em: menor representatividade feminina na política, o que compromete ações democráticas que podem ser negligenciadas, como igualdade salarial, violência de gênero, condições de reprodução, licença maternidade; e na descrença na democracia, uma vez que a maioria populacional é composta por mulheres, mas o quociente de cidadãos que mais conclui as eleições de forma vitoriosa é integrado por homens.

Ou seja, a quebra de paradigmas masculinos em uma instituição forjada e gerenciada por homens como é a política brasileira, em um contexto negado a mulheres até há cerca de 90 anos (embora ainda hoje o cenário seja adverso), é uma jornada digna de heroínas. A

narrativa jornalística que confere a Dilma Rousseff verbos como atacar e reagir em paralelo a garantias de que ela não resistirá se adiciona aos obstáculos informais que atrapalham a participação do feminino na política institucional e a ruptura de paradigmas históricos que reforçam a desigualdade.

Os estereótipos de gênero são forjados rente ao julgamento de competência política. A inabilidade para o meio público conferida ao feminino faz alusão à performance da vida privada, do lar e da família. A representação escassa de mulheres na política tem relação a um conjunto de problemas resumido por Flávia Biroli (2010) como o insuficiente funcionamento das democracias liberais, que exclui grupos em decorrência de uma suposta igualdade de direitos. De maneira específica, há outro agravante que segrega o feminino de espaços de voz pública: a manutenção “[...] das mulheres em posições subalternas em sociedades nas quais o direito à participação política foi universalizado”. Na condição de dispositivo do fazer social, a mídia pode ser pensada como “[...] esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de gênero” (BIROLI, 2010, p. 46). As divisões e as hierarquias que marginalizam a mulher da ação política partidária são reforçadas em uma pesquisa que ilustra as candidatas e as eleitas na situação de invisibilidade em noticiários - e, quando aparentes, estão na centralidade das narrativas aquelas brasileiras produzidas a partir de filtros que “[...] reafirmam, de múltiplas maneiras, as separações tradicionais que associam as mulheres à esfera doméstica e íntima, à emotividade e ao corpo” (BIROLI, 2010, p. 46).

A regularidade discursiva que fabrica um panorama de falta de habilidade e de estereótipos de fraqueza e de histeria reforça um conjunto imaginário que ensina a população sobre quem deveria estar em qual lugar: na política, em casa, no escritório, na rua, no matrimônio. Estas certezas enraizadas na história do mundo podem guiar as escolhas de poder daqueles que ocupam como herança os corredores e gabinetes do Congresso Nacional, por exemplo. O jornalismo é um ator político quando serve de aliado narrativo para estes paradigmas que fortalecem desigualdades em suas páginas - ou quando sequer questiona a objetividade destas desigualdades.

No quadro de quem alimenta os saberes sobre o Brasil, a imprensa tem a competência de produzir sentidos referentes ao que falta e ao que sobra no país; é isto, afinal, o que propõe investigar a Missão das Candidatas. A escolha editorial que coloca em *O Globo* o confronto entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha não pode parecer ingênua: o presidente da Câmara dos Deputados é sinalizado desde a capa e o título da notícia como o agente de vingança

política contra a Presidência da República. A cartola que conduz todas as páginas de cobertura está grifada sob as palavras “Crise e vingança” (TN 1), enquanto o título da publicação é enfático ao garantir a “retaliação de Cunha” (TN 2). A estratégia de costurar o teor de ameaça e de vingança é a prioridade narrativa: por exemplo, ao ser “abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma” (TN 3); e, na concepção do jornal, quando é “emparedado por uma série de denúncias de corrupção e abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu vingar-se” (TN 4). Aponto para a repetição em duas ocasiões do parlamentar na condição de abandono, em uma retórica que fortalece o extremismo da rivalidade entre Congresso e Planalto: um lado desprotegeu o outro, Dilma abandonou Cunha. A narrativa é endossada quando garante que o presidente da Câmara “usou o impeachment como moeda de troca para barrar o avanço do processo de cassação a que ele mesmo responde no Conselho de Ética” (TN 7), em uma denúncia de benefício próprio arranjada por meio do cargo público ao qual foi eleito; inclusive na voz de um dos autores da proposição de *impeachment*, Miguel Reale Jr., *O Globo* insiste que Cunha usou o processo de impedimento “o tempo todo como instrumento de barganha” (TN 9).

A intenção política em um cerco que privilegia a si mesmo na situação de sujeito investigado por atos ilícitos é construída a cada linha da notícia, que descreve as movimentações estratégicas do presidente da Câmara dos Deputados por meio de reuniões com aliados e com a oposição (ou seja, parceiros de Dilma) “que o convenceram que abrir o impeachment seria a única alternativa para criar uma cortina de fumaça em relação às acusações contra ele” (TN 10), uma vez que quem estaria nos holofotes seria a presidenta Rousseff. A perspectiva de vingança é calcada, ainda, na figura do vice Michel Temer, anteriormente narrado como contrariado às decisões governamentais da petista. Ao que informa o veículo, o peemedebista supostamente aliado de Dilma “não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara” (TN 11).

Em contraponto às arguições que atestam com convicção o ato proposital do parlamentar, o jornalismo se defende ao escrever, em cinco palavras, a justificativa de que “Cunha negou ato de vingança” (TN 8). Esta escolha narrativa é favorável à objetividade jornalística que, com a pretensão de parecer mais credível, apresenta todos os lados da história. A finalidade é justa, sem dúvida, mas apenas quando as versões são respeitadas em sua integridade - o jornalismo de verdade não é o que narra histórias de vida com supostas percepções do fato, sem análises profundas, e com uma ou duas únicas frases que queiram

compensar as anteriores em uma tentativa falha de apresentar todos os ângulos. Quando acontece, este é um equívoco que compromete o fazer objetivo e subjetivo porque: primeiro, a objetividade jornalística que sugere a narrativa factual, empírica e neutra demanda os dois, três ou quaisquer versões da história, mas em uma paridade de espaços, discussões e entrevistas (o que não aconteceu na notícia de *O Globo*); e segundo, a subjetividade jornalística que requer o aperfeiçoamento do tema em um texto que carregue marcadores de vivências, de contextos, de sujeitos atravessados pelo acontecimento (o que também não ocorreu na notícia de *O Globo*). Isto é, o plano de trazer o jornalismo de verdade na página que abre as informações sobre o provável impedimento da presidenta do Brasil é infundado quando narra a verdade, em síntese, em terceira pessoa do veículo de comunicação. Quer dizer: uma mentira contada mil vezes pode virar jornalismo?

Isto posto, diante das constituições noticiosas expostas em *O Globo*, o estágio de sentido que eclode no Marco 8 - Julgada é o de **Vingança**, porque além da rivalidade entre Cunha e Dilma há um fio de ameaça e de moeda de troca que percorre toda a construção da narrativa jornalística.

#### 5.1.9 Marco 9 - Votada

A linha do tempo Marcos de Dilma traz o Marco 9 - Votada<sup>17</sup> referente à emblemática data de 17 de abril de 2016, quando é registrada a sessão de 40 horas em que parlamentares aprovam, na Câmara dos Deputados, o encaminhamento do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff ao Senado. Há 367 votos favoráveis e 137 contrários.

O cenário, na ocasião, foi incorporado por ares político-partidários, em que parte dos deputados e deputadas atentaram-se a justificativas pessoais ao opinar pelo sim ou não - como a citação de Deus, dos cidadãos de bem do Brasil e da família tradicional brasileira. Por exemplo: para ser compatível ao impedimento, o argumento do sucessor eleito de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo PSC-RJ, é enraizado na ditadura militar brasileira, no comunismo e no conservadorismo de famílias.

---

<sup>17</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hoTW>.

## Figura 48 - Marco 9 em *Estadão*

Oposição obtém vitória no plenário da Casa e escancara o isolamento político da presidente, que agora terá o processo de afastamento analisado pelos senadores; o resultado foi comemorado com fogos e panelaços em capitais; derrotados se dizem vítima de um 'golpe'

# Câmara aprova impeachment de Dilma; presidente diz que vai lutar no Senado

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o prosseguimento (admissibilidade) do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso. A vitória da oposição, que atingiu os 342 votos necessários às 23h07, dimensiona o isolamento político da petista. Apesar de ter oferecido cargos em troca de votos, Dilma não conseguiu reunir os 172 apoios para travar o impedimento na Casa. Apenas PT, PC do B e PSOL permaneceram totalmente fiéis ao lado de Dilma na votação em plenário, que começou às 17h46 e não havia terminado até a conclusão desta edição. A presidente, segundo relatos colhidos pelo *Estado*, afirmou que não renunciará o cargo para o qual foi eleita pela segunda vez em 2014 e disse que vai lutar no Senado para manter o mandato.

A vitória da oposição foi comemorada nas ruas das principais capitais brasileiras logo após o plenário da Câmara dos Deputados ter referendado o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), que recomendou o julgamento de Dilma no Senado pelo crime de responsabilidade. De acordo com o relator, a presidente desrespeitou a lei na abertura de créditos suplementares, por meio de decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional e tomou emprestados recursos do Banco do Brasil para pagar benefícios do Plano Safra, nas chamadas pedaladas fiscais. Dilma nega ter cometido crime. A sessão de ontem foi presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) por conta das investigações da Operação Lava Jato.

A partir de agora, conforme o rito do impeachment determinado pelo Supremo, o processo será analisado pelos senadores. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) acompanhou a votação no Palácio do Jaburu, junto de aliados. De acordo com o STF, Temer só assumirá o cargo se Dilma renunciar ou após o Senado considerar a denúncia admissível e decidir que ela precisa ser afastada por até 180 dias, período no qual acontecerá o julgamento final da presidente na Casa, composta por 81 senadores. A previsão é de que essa etapa do processo dure ao menos até a primeira quinzena do mês que vem. Ontem, o Placar do Impeachment no Senado do *Estado* mostrava que a situação é desfavorável ao governo: 44 favoráveis ao impeachment e 21 contra o afastamento da presidente.



Nas ruas. População festeja o voto 342 que deu sinal verde ao impeachment de Dilma



No plenário. Câmara comemora a aprovação da abertura do processo de impeachment

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

O Marco 9 - Votada em *Estadão* é observado por meio da notícia *Câmara aprova impeachment de Dilma: presidente diz que vai lutar no Senado*, publicada em 18 de abril de 2016 sem autoria especificada. O texto abre uma série de mais de 20 páginas, em que o veículo narra a cobertura da noite anterior, na sessão histórica protagonizada por deputados federais. As notícias seguintes informam sobre: a análise da situação petista, as negociações de Michel Temer com Renan Calheiros, a votação de 17 de abril, o mapa de votos favoráveis e contrários, as articulações do Senado, as projeções do ex-presidente Lula, o posicionamento do PSDB, as manifestações em ruas do país, espaços de opinião, investigados da Lava-Jato que votaram contra Dilma, o que dizem os eleitores, a movimentação de brasileiros no exterior e o julgamento das supostas pedaladas fiscais pelo Tribunal de Contas da União.

O conteúdo investigado ocupa 80% da página A4 e abre a editoria de Política. Está sinalizado na capa da publicação, o que atende ao critério de escolha sugerido pela metodologia. O período investigado é compreendido entre os dias 14 e 20 de abril de 2016 - três anteriores e três posteriores ao Marco 9, referente à data de 17 de abril. São sete edições analisadas, em um total de 672 páginas.

Quadro 20 - Trechos narrativos em Marco 9 (*Estadão*)

Marco 9   Votada   Abril de 2016	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	18 de abril de 2016, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Oposição obtém vitória no plenário da Casa e escancara o isolamento político da presidente [...]. (TN 1)
	O resultado foi comemorado com fogos e panelaços em capitais. (TN 2)
	A vitória da oposição, que atingiu os 342 votos necessários às 23h07, dimensiona o isolamento político da petista. (TN 3)
	Apesar de ter oferecido cargos em troca de votos, Dilma não conseguiu reunir os 172 apoios para travar o impedimento na Casa. (TN 4)
	A presidente, segundo relatos colhidos pelo <b>Estado</b> , afirmou que não renunciará ao cargo para o qual foi eleita pela segunda vez em 2014 e disse que vai lutar no Senado para manter o mandato. (TN 5)
	O vice-presidente Michel Temer (PMDB) acompanhou a votação no Palácio do Jaburu, junto de aliados. (TN 6)

Fonte: Elaborado pela autora.

O conteúdo impresso em *Estadão* um dia após a sessão que admitiu o processo de impedimento contra Dilma Rousseff é o clímax de uma semana de análises e informações que explorou as possibilidades de votação na Câmara dos Deputados. A notícia em análise, portanto, que abre a cobertura extensa e detalhada do acontecimento, é mais sucinta - com a intenção de anunciar de prontidão os resultados e os efeitos imediatos da decisão parlamentar. O texto, que não está assinado nominalmente por jornalistas, tem um formato enxuto, com três parágrafos em terceira pessoa. Não há a citação de falas, apenas a reprodução do que

parecer ter dito Dilma Rousseff após o resultado. Ou seja, é a notícia factual e objetiva que produz o conhecimento urgente e necessário para a população.

As fotografias, por sua vez, são elementos recortados do texto que devem funcionar sem as palavras que explicam, via de regra, o que querem informar. As duas imagens que ocupam em torno de 60% de toda a página roubam a atenção de quem se depara com a notícia de abertura de Política: são elas que comunicam antes, ainda, do título, dada a expressividade, as cores e os componentes que discursam sobre o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. A petista, inclusive, não aparece, embora o cunho narrativo caia inteiramente sobre as consequências de seu mandato - e o silêncio fotográfico, a exemplo de marcos anteriores, conta a história de apagamento daquela que deveria estar, de fato, no eixo principal da informação. A prioridade é publicar duas fotografias: a primeira, à esquerda, de uma cidadã com a bandeira do Brasil, na rua, em ambiente festivo para celebrar os votos favoráveis ao afastamento da presidenta; e a segunda, à direita, em um recorte panorâmico, que também sinaliza a comemoração do processo de *impeachment* - desta vez, de deputados que autorizam a exclusão de Dilma Rousseff em teor de diversão. Os retratos imprimem referências de festividade tanto em uma escala micro (da brasileira) quanto em um olhar macro (do plenário da Câmara dos Deputados), em um mapa de celebrações atado pelo verde e amarelo do Brasil. A alusão direta à bandeira nacional é a síntese narrativa do que a população e os parlamentares concebem e do que o jornalismo informa: o ato que pretende impedir a presidenta reeleita de exercer o mandato consiste em uma prática democrática, nacional, em benefício da nação. O verde e o amarelo são o símbolo do povo que, nas ruas e nos plenários, celebra o isolamento de Dilma Rousseff.

O único parecer da presidenta indicado na notícia cogita a hipótese de renúncia - mas não traz pronunciamentos ou informações empíricas de onde está, o que faz e o que pensa a investigada. Na voz da imprensa, há o relato a partir de fontes de *Estadão* que garantem que Dilma não abdicará do “cargo para o qual foi eleita pela segunda vez em 2014” e que ela lutará “no Senado para manter o mandato” (TN 5). Ou seja, o que importa noticiar sobre a presidenta na deliberação histórica que pode impedir do poder a primeira mulher eleita e reeleita é a possibilidade de renúncia e a certeza da luta. Apesar de válida a intenção de apresentar o indivíduo como parte da história, as duas frases soltas não implicam imediatamente com o sentido da notícia - que permanece o de vitória para a nação brasileira. A jornada jornalística da heroína de Dilma Rousseff é a da que possivelmente desiste, mas também é a da que resiste, em um enunciado múltiplo em sua razoabilidade. A interpretação plural do que quer informar *Estadão* vai ao encontro da escassez narrativa: se não é dito muito

sobre Dilma Rousseff, há menos meios de a população que consome a notícia refletir sobre o acontecimento e seus efeitos a curto, médio e longo prazo. A presidenta, desta forma, incorpora o arquétipo de Ártemis, em um perfil que reforça a passividade e a fragilidade da natureza do feminino. É a mulher em vias de julgamento, de alvo, de aprovação.

A construção narrativa de Dilma Rousseff remete ao isolamento nas fotografias da notícia, que não a consideram; na ausência de informações mais densas sobre sua condição na noite de votação dos deputados; e na comunicação jornalística que percorre o sentido do texto. A palavra aparece, aliás, em duas ocasiões chave: na linha de apoio que trata da vitória na oposição no plenário e que “escancara o isolamento político da presidente” (TN 1), e na terceira linha da redação, quando o êxito de opositores é reiterado e “dimensiona o isolamento político da petista” (TN 3). Isto é, a presidente narrada na notícia que inaugura o processo de *impeachment* enquanto possibilidade concreta é a isolada: nas fotografias, nas falas, no jornalismo. A ausência de suporte político reforça este prisma, uma vez que “Dilma não conseguiu reunir os 172 apoios para travar o impedimento na Casa” apesar de ter “oferecido cargos em troca de votos” (TN 4). O seu vice, Michel Temer, que por ventura e por óbvio serviu de parceiro, “acompanhou a votação no Palácio do Jaburu, junto de aliados” (TN 6). Quer dizer, os aliados dele, não dela. Para coroar a negação à permanência da petista no Planalto, o jornalismo explica o que vê nas ruas: um resultado “comemorado com fogos e painéis em capitais” (TN 2).

A história de vida contada por meio do jornalismo é a da mulher na política que se percebe isolada, em uma luta solitária para não renunciar ou ser renunciada. A narrativa remete a contextos anteriores, em cenários dilatados e intrincados, que indicam a solidão histórica da mulher. A segregação do feminino na camada pública é resultado deste agudo processo de fechamento político (BIROLI, 2018b) que interfere no fechamento da democracia - ou mais, na solidificação de uma democracia forjada por um mesmo sujeito acostumado a estar e ser o poder. O que se lê em *Estadão* é sinônimo de uma obra engendrada em marcadores de interseccionalidade, como classe e gênero, que tem como produto o isolamento da mulher. Isto é, o texto narrativo não é a própria história, em uma alusão à Teoria do Espelho que qualifica o jornalismo como reprodução literal da realidade; mas a tradução de uma história carregada de subjetividades, atravessamentos e dizeres de terceiros, quartos, quintos (etc) sujeitos que cercam a produção do acontecimento na notícia. Dilma Rousseff ser retratada como isolada na página jornalística que anuncia a aprovação inicial do processo que a impedirá de ser presidente significa resgatar elementos precedentes que colocam o feminino em um lugar bastante específico na política: o da exclusão.

O acontecimento integral não é a votação na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 - este é apenas um fragmento da narrativa. O isolamento da presidenta é datado jornalisticamente antes ainda de sua pré-candidatura, em 2008, quando é validada na condição de coadjuvante do então presidente Lula da Silva. As palavras impressas em 2016, 2017, 2018 e assim por diante, portanto, transportam uma série de saberes e de sentidos anteriores aparentes desde as primeiras intenções da mulher na política - em um arco cognitivo que gera o discernimento do senso comum sobre o masculino e o feminino, sobre o poder público, sobre direitos e deveres de classe, sobre humanidades, enfim. Ou seja, há um propósito intencional no ato jornalístico do narrar, em um jogo de linguagem e de poder que forja o futuro com âncoras no passado e no presente.

Quando informa que Dilma Rousseff está isolada, *Estadão* remete à exclusão de centenas de outras que nem chegam a ser ouvidas, vistas, respeitadas: as candidatas e eleitas negras, as indígenas, as LGBTQIA+. São existências apagadas (e isoladas). Não há, nesta página da notícia, sequer uma fala curta da presidenta, apenas um relato raso de fontes próximas ao jornal. Esta produção não informa, não resulta em conhecimento - apenas se retém a confusão e a burburinhos que vão de encontro à promessa ética do jornalismo de formar saberes na linha contínua que narra acontecimentos históricos. Quer dizer, a história de vida revelada é a da mulher deixada de lado: Dilma, mais uma vez, não é a presidenta do Brasil; ela é todas nós, as esquecidas e narradas via jornalismo como isoladas, como desviantes, como indignas de estar.

Não é a intenção desta pesquisa vitimizar Dilma Rousseff ou proteger a presidenta de acusações de infrações políticas, sociais, criminais. O que a Missão das Candidatas analisa é como o jornalismo brasileiro representado por dois grandes conglomerados da mídia narra a história da mulher na política - e aqui, em um novo episódio, a protagonista da cena não aparece<sup>18</sup>. Quando citada, todavia, está isolada, na luta unitária por um poder que deveria ser de direito. A presidenta está sozinha porque não vê pares, quer dizer, não há brasileiras semelhantes a ela em gênero para engrossar o coro anti-impedimento; ao contrário de Eduardo Cunha, de Luiz Inácio Lula da Silva, de Renan Calheiros, de Michel Temer, que são cercados dos seus. Ao abrir o leque para mulheres negras, trans, lésbicas, pobres, o gargalo é mais íngreme e a representatividade política - e, por óbvio, de direitos - é ainda mais negligente. O pertencimento está vinculado à identidade inacabada e múltipla de cada brasileira que navega

---

<sup>18</sup> Reitero, mais uma vez, para a inviabilidade de se perceber o jornalismo brasileiro como único e fechado - visto que além destas duas formas aqui narradas há outras incontáveis maneiras de noticiar a mulher na política.

sobre o ser ou não ser autorizada a trafegar em certos espaços. A exclusão e a reivindicação por se adequar percorrem o saber da mulher na política desde, por exemplo, 1932, quando é admitido o voto eleitoral às cidadãs do país. O tardio reconhecimento destas sufragistas na condição de ser humano provoca uma ordem de comportamentos discriminatórios que não estão expostos diretamente na notícia de *Estadão*, mas que fazem parte de um emaranhado de informações precedentes que edificam a narrativa jornalística da mulher na política brasileira - via de regra vinculada à solidão. A história geral da humanidade, tal qual a história da democracia do país, é arranjada em um quadro masculino, branco, cristão, conservador, elitista que vai expelir todo e toda que desviar do ciclo vicioso do poder. Ou, em outras palavras, vai isolar.

O isolamento revela muito sobre a biografia da mulher no mundo, em um sintoma macro de exclusão. As privilegiadas, tal qual Dilma Rousseff, escalam muros baixos, ao contrário de paredes quilométricas de preconceitos outros experimentados por um feminino que vive às margens - mas o que está cravado na cronologia feminina de modo geral é o não pertencimento ao ambiente público. O embranquecimento e a masculinização de campos que regem as leis, decidem os crimes, escrevem as notícias e ordenam o mundo contribuem para o fortalecimento de um mesmo corpo e uma mesma cor nas instâncias de poder: no jornalismo, por exemplo, as redações são integradas na maioria por profissionais homens e brancos - que ocupam os degraus mais altos de gerência e direção, inclusive. Pessoas negras aparecem em funções vinculadas à operação e com faixas salariais mais baixas, que demandam um segundo emprego em veículos de comunicação (Havolene VALINHOS, 2021). Ou seja, a deliberação da vida está nas mãos deles. A narração jornalística das jornadas de vida também.

Não causa estranheza, portanto, perceber os porquês de as notícias discursarem sobre a mulher política segregada, abandonada e rejeitada. As ruas celebram o que o plenário da Câmara dos Deputados festeja: o repúdio à gestão feminina do Brasil, por vezes concebida enquanto frágil e incapaz, por vezes atestada como autoritária e inflexível. Uma pesquisa encabeçada pelo órgão Benenson Strategy explica que a solidão prejudica a saúde, os relacionamentos e as oportunidades de crescimento profissional de mulheres. Entre as entrevistadas, 55% em nível sênior de suas carreiras afirmou se sentir isolada em suas tarefas de trabalho pelo menos uma vez ao mês - enquanto 69% asseguram se sentir desamparadas no ambiente empregatício. A maioria (60%) das profissionais também confirma que o sentimento de solidão e exclusão aumentam à medida que suas carreiras progridem. Ou seja, quanto mais acima, mais isolada (ESTUDO APONTA..., 2023).

Diante da narrativa jornalística em *Estadão* e das inferências por meio da notícia, o estágio de sentido sugerido para o Marco 9 - Votada é o de **Isolamento** da mulher na política brasileira, em decorrência dos movimentos sociais (incluindo a imprensa) que empurram o feminino para o escanteio da solidão.

Figura 49 - Marco 9 em *O Globo*

# AVISO PRÉVIO

## Dilma perto do afastamento



Na Avenida Paulista. Manifestantes pró-impeachment comemoram o resultado da votação no plenário da Câmara, que, sob o comando de Eduardo Cunha, réu na Lava-Jato, autorizou abertura de processo contra a presidente eleita

**BRASÍLIA.** Por 367 votos a 137, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a autorização para a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, um ano e três meses depois da eleição que lhe deu 54,5 milhões de votos. É a segunda vez desde a redemocratização que o Senado é autorizado a processar um presidente da República. Assim, após quase 24 anos da saída de Fernando Collor de Melo do Palácio do Planalto, o Congresso poderá voltar a afastar de seu mandato nas próximas semanas um presidente eleito. A eventual saída de Dilma simboliza não só uma derrota individual da presidente, mas o fim dos 13 anos de governo do PT.

A decisão foi tomada após uma série de sessões que se iniciaram na manhã de sexta-feira e tomaram duas madrugadas seguidas. A votação ocorreu sob clima de tensão. Condutor do processo e réu na Lava-Jato, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RR), foi alvo de falxas e gritos, mesmo entre aqueles que votaram pelo impeachment. A migração de votos foi determinante para a derrota de Dilma. Também houve, no plenário, ataques ao vice Michel Temer, que assistiu à votação em seu QC, em Brasília. Conforme avançava a votação, maior era o clima de festa no Palácio do Jaburu, residência do vice. Coube a Bruno Araújo (PE), ex-líder do PSDB na Câmara, o fatídico voto 342, que corresponde a dois terços da Câmara, às 23h07m.

O processo segue agora para o Senado, que deve instalar já na quarta-feira a comissão especial para analisar se Dilma cometeu crime de respon-

sabilidade ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais". Caso a maioria dos senadores decida abrir o processo, Dilma será afastada imediatamente por até 180 dias, enquanto a Casa analisa se há provas para cassar seu mandato em definitivo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deseja realizar essa votação entre os dias 10 e 11 de maio. Outros senadores, no entanto, já tentam encurtar esse prazo para afastá-la antes.

Ao longo do dia, cerca de 150 mil pessoas foram às ruas, nos 26 estados e no Distrito Federal. Contrastando expectativas de tensão, os protestos ocorreram de forma pacífica. No momento do voto decisivo, manifestantes pró-impeachment explodiram em clima de Copa do Mundo.

Após ardar de bicicleta nos arredores do Palácio da Alvorada logo cedo, a presidente se fechou na residência oficial com seus mais próximos aliados e se debruçou sobre a contabilidade dos votos. Desde cedo, no entanto, o clima no governo e no PT era de pessimismo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda voltou de manhã para Brasília na tentativa de garantir alguns votos que impedissem a derrota. Não surtiu efeito. No Congresso, o deputado Silvio Costa (PDT-PE), o mais folclórico e histérico defensor da presidente Dilma, era um dos poucos que ainda tentavam mostrar convicção de que a vitória era possível.

A presidente acompanhou a votação com seu principal auxiliar, o assessor especial Giles Azevedo, o ministro chefe de gabinete, Jaques Wagner, o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, e os governadores Tião Vianna (PT-AC), Wal-



Tristezza. Com o filho, eleitora de Dilma no Rio chora

dez Goes (PDT-AP) e Camilo Santana (PT-CE). Lula passou a maior parte do dia com Dilma, mas voltou para o hotel que se transformou em seu QC pouco antes da votação, e retornou ao Alvorada quando 113 votos já haviam sido dados. Nesse momento, estavam todos calados no Alvorada, concentrados, fazendo as contas dos votos.

No Jaburu, o clima era oposto. Reunidos com seus assessores mais próximos, com o senador Romero Jucá e com os ex-ministros Eliseu Padilha e Henrique Eduardo Alves, Jucá e Padilha foram os principais articuladores da vitória do vice-presidente na votação de ontem e desde o início da votação viam os votos no plenário espelhar rigorosamente suas planilhas. Tranquilos, quando os cem primeiros votos pró-impeachment haviam sido dados, a vitória já era considerada garantida. No Salão Verde da Câmara, os líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), entre eles Kim Kataguiri e Roman Santos, faziam transmissões em redes sociais colocando o impeachment no prério antes mesmo de a votação se iniciar.

Com o peso da votação da Câmara, lideranças que defendem o impeachment pretendem reduzir os prazos no Senado. O novo presidente nacional do PMDB, senador Romero Jucá (RR), disse que o ritmo será definido "pelas circunstâncias". A ideia é que haja um acordo para uma data intermediária, com a votação que pode afastar Dilma ocorrendo entre os dias 4 e 5 de maio. De acordo com o levantamento do GLOBO, 46 dos 81 senadores aprovaram o impeachment. São necessários os 50% dos votos dos presentes mais um. ■

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 9 - Votada em *O Globo* está publicado em 18 de abril de 2016, um dia após a sessão da Câmara dos Deputados que atestou a continuidade do processo de *impeachment* de

Dilma Rousseff. A notícia *Aviso prévio: Dilma perto do afastamento* não tem autoria e ocupa a integridade da página 3, na abertura da editoria de País.

Na sequência, há uma continuidade de 20 páginas que exploram a cobertura da votação, com informações sobre: Michel Temer reforçar as ações de governo, a indignação do Partido dos Trabalhadores, o clima da sessão presidida por Eduardo Cunha, as projeções de voto no Senado, a continuidade de investigações na Lava-Jato, o mapa de quem votou favorável e quem foi contrário, e a comemoração de cidadãos nas ruas. O período investigado inicia em 14 de abril e encerra em 20 de abril, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 9. São sete edições analisadas, em um total de 330 páginas.

Quadro 21 - Trechos narrativos em Marco 9 (*O Globo*)

Marco 9   Votada   Abril de 2016	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	18 de abril de 2016, segunda-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Pela segunda vez após a redemocratização [...]. (TN 1)
	Aviso prévio: Dilma perto do afastamento. (TN 2)
	[...] um ano e três meses depois da eleição que lhe deu 54,5 milhões de votos. (TN 3)
	É a segunda vez desde a redemocratização que o Senado é autorizado a processar um presidente da República. (TN 4)
	Assim, após quase 24 anos da saída de Fernando Collor de Mello do Palácio do Planalto, o Congresso poderá voltar a afastar de seu mandato nas próximas semanas um presidente eleito. (TN 5)
	A migração de votos foi determinante para a derrota de Dilma. (TN 6)
	Outros senadores, no entanto, já tentam encurtar esse prazo para afastá-la antes. (TN 7)
	Ao longo do dia, cerca de 150 mil pessoas foram às ruas, nos 26 estados e no Distrito Federal. (TN 8)
	Desde cedo, no entanto, o clima no governo e no PT era de pessimismo. (TN 9)

	O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda voltou de manhã para Brasília na tentativa de garantir alguns votos que impedissem a derrota. (TN 10)
	Tristeza. Com o filho, eleitora de Dilma no Rio chora. (TN 11)

Fonte: Elaborado pela autora.

A construção discursiva da notícia é apropriada ao que propõe o jornalismo em sua epistemologia: informar o que aconteceu, onde e de qual forma. Apesar de oferecer um mapa sintético que originará uma sequência de páginas em que o fato se desdobra, este conteúdo traz um panorama intrigante sobre o episódio: em um texto de oito parágrafos (ou seja, não longo, mas também não curto), é possível perceber a construção das sessões de votação, a localização e o comportamento das pessoas chave do acontecimento (Dilma, Cunha, Temer e Lula). A atmosfera política e os engendramentos futuros também estão narrados - embora que, por vezes, o texto carece de dados concretos, em um discurso em terceira pessoa sem sinalização de fontes oficiais ou não oficiais.

Há duas apreensões pertinentes ao Marco 9 em *O Globo*. A memória narrativa é a primeira, que abre as intenções do roteiro jornalístico: desde a linha de apoio e em especial no *lead* da notícia há referências ao passado, à repetição de episódios que se desdobram no presente. De antemão é lembrado a quem lê que o processo de *impeachment* acontece “pela segunda vez após a redemocratização” (TN 1), em que “o Senado é autorizado a processar um presidente da República” (TN 4). A recordação cita o evento anterior do início dos anos 90, quando “após quase 24 anos da saída de Fernando Collor de Mello do Palácio do Planalto, o Congresso poderá voltar a afastar de seu mandato nas próximas semanas um presidente” (TN 5). O lembrete do texto está, ainda, em quem é Dilma Rousseff: a sujeita investigada “um ano e três meses depois da eleição que lhe deu 54,5 milhões de votos” (TN 3).

A memória narrativa traz elementos de negociação, em um fio condutor que tem a habilidade de explicar como as notícias funcionam; e não necessariamente o que elas têm a dizer. Isto é, quem consome o conteúdo apresentado em *O Globo* é capaz de validar o contexto amplo que esta análise propõe: perceber a narrativa jornalística na condição de um conjunto de enredos entrelaçados sobre o que aconteceu, o que está acontecendo e o que poderá acontecer - com este cordão que encadeia os sentidos em um formato não linear e tampouco cronológico, mas sempre referencial a saberes já contados. Tão logo traz à discussão o *impeachment* de Collor, mais de duas décadas antes, o jornalismo convida a população a resgatar os sentidos preliminares de emoções vivenciadas à época. Quem

experimentou o caso em 1992 é lançado a um contexto de lembretes em 2016, em um novo recorte da história que pode carregar lamentos, traumas, êxitos ou apreensões. Ao comparar o que aconteceu antes com o que pode ocorrer agora, é improvável que haja uma separação de sentimentos: quer dizer, o que vivenciei nos anos 90, com Collor, pode se repetir em 2016, com Dilma. A estratégia é perigosa, contudo, tem a devida legitimidade. É do propósito do jornalismo (ou deveria ser) a promoção do conhecimento social, da reflexão coletiva, da cognição crítica; e recordar a leitora e o leitor do processo de *impeachment* decorrido no país mais de 20 anos antes tem esta competência de provocar certa bagunça na memória política da população - uma bagunça, por sinal, válida e necessária para o possível reordenamento de ideias sobre o reconhecimento ou não do impedimento da presidenta Dilma. Ou seja, todo e qualquer movimento jornalístico que complexifique a informação (não em um tom de dificuldade, mas de profundidade) é útil, sobretudo em um episódio que tem a potência de alterar o curso da cidadania, da democracia e da história geral do Brasil.

Quando se resgatam os marcos do passado, são atualizadas para o presente as versões de desassistência política e de desamparo social, por exemplo. A narrativa jornalística, com a memória do *impeachment* de Collor, reapresenta uma nação sem liderança e desprotegida por aqueles indivíduos eleitos e eleitas para executar justamente o contrário: a garantia de uma sociedade harmônica e justa. Ora, conforme já sinalizado, narrar nunca é um ato ingênuo e espontâneo (MOTTA, 2005b), mas uma prática intencional arranjada, especialmente, em cenários e sentidos anteriores.

A jornada jornalística da heroína equivale a uma perspectiva de histórias de vida narradas no jornalismo. É imprescindível para esta construção entender que as experiências não são isoladas, momentâneas ou únicas, ao contrário: elas integram um extenso mapa de preconceitos, de culturas e de práticas que extrapolam o que está escrito na data de hoje na página do jornal. Esta notícia simboliza um recorte em meio a centenas de outros recortes, que quando colados em semelhança organizam o quadro (um pouco mais) completo da história de vida. Em outras palavras, são fragmentos breves, porém imprescindíveis, que interferem na produção da memória sobre tudo o que sabemos e vivemos no coletivo.

O mosaico textual da política brasileira de 1992 a 2016 produz uma narrativa jornalística em caráter de fonte histórica cruzada por uma diversidade geográfica, cultural e populacional. O viés discursivo é a reconstituição do passado e a lembrança de que aquilo que já foi estampado nas páginas de jornais, na verdade, existiu de fato. O jornalismo, logo, aparece como criador e guardião da memória social.

A segunda apreensão relativa ao Marco 9 em *O Globo* é direcionada à derrota de Dilma Rousseff antecipada na notícia de 18 de abril. O título indica a proximidade da despedida da presidenta, ao citar o “aviso prévio: Dilma perto do afastamento” (TN 2). No desenrolar do texto, há a justificativa de que “a migração de votos (*de deputados*) foi determinante para a derrota de Dilma” (TN 6) e de que senadores projetam antecipar a sua votação do *impeachment* a fim de “encurtar esse prazo para afastá-la antes” (TN 7). As ações do Partido dos Trabalhadores também não são inclinadas a sentidos de confiança, visto que o “ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda voltou de manhã para Brasília na tentativa de garantir alguns votos que impedissem a derrota” (TN 10). A frustração é enfatizada quando, desde cedo, “o clima no governo e no PT era de pessimismo” (TN 9). A legenda de uma das fotografias da página, que ilustra uma mãe amamentando sua criança em lágrimas, descreve sob a cartola de “tristeza” que, “com o filho, eleitora de Dilma no Rio chora” (TN 11), em uma mítica percepção de derrota. Ao contrário, a vitória de quem defende o impedimento da presidenta do Brasil celebrou os mais de 300 votos na Câmara dos Deputados, quando “cerca de 150 mil pessoas foram às ruas, nos 26 estados e no Distrito Federal” (TN 8).

O eixo da notícia é erguido por meio de um roteiro de derrota, sem dúvida; contudo, não em um viés de falha ou de perda enquanto efeito natural de uma disputa, mas na posição de fracasso que carrega a frustração e a ruína de quem, em princípio, decaiu. É um quadro que anuncia o pesar daquela que precisa ser afastada com urgência, cuja anulação é comemorada nas ruas abaixo das cores verde e amarela da bandeira nacional, como símbolo da proteção patriota. Trago para esta inferência a responsabilidade política do jornalismo na cobertura de conflitos, em narrativas que determinam o curso da história diante de rivalidades extremas e binárias de esquerda e de direita, de certo e de errado, de mulher e de homem. A ideia parte da consciência de que aquilo que escreve o jornalismo interfere nas jornadas de vida narradas. A mediação se dá em um ato preciso e concreto, naquilo que os sujeitos afetados pelo acontecimento farão ou deixarão de fazer. Quer dizer, é lançar um olhar subjetivo para toda e qualquer escolha que recaia sobre quem está do outro lado, no recebimento da informação.

Esse é o ponto chave para se pensar: escrever, reportar, trabalhar como jornalista pensando nos efeitos daquilo que você produz. Essa é uma ruptura fundamental com uma posição mais enraizada na cultura profissional jornalística que é pensar “eu informo, e o que as pessoas fazem com a informação é assunto delas”. Isso não funciona assim. As pessoas fazem com a informação aquilo que você permite que façam, desde o que você escreve, isto é, o que você produz tem possibilidades de influenciar, em diversos sentidos, a vida das outras pessoas, e você precisa se preocupar com isso. Aí está a mudança de perspectiva (MARTÍ, 2020, p. 195).

A repercussão em discursar sobre a trajetória política de uma mulher reeleita para a Presidência da República de um país imaturo democraticamente, cujos gargalos de desigualdade são escancarados a quem queira enxergar, pode atingir (e, como vimos, de fato atingiu) escalas desmedidas de impacto naquilo que pensa e opina o público. Não é conferir ao jornalismo o poder absoluto de moldar a percepção alheia, mas entender que a imprensa trabalha como agente substancial na formação de conhecimento que, então, formará a capacidade intelectual e crítica da população diante do fato. No papel de instituição que fabrica a sociedade (com seus temores, discriminações e certezas), o jornalismo define estrategicamente e intencionalmente o conteúdo inscrito em coberturas globais que alteram a rota do mundo. A prática da narrativa jornalística não pode ser concebida como uma ação isolada (MARTÍ, 2020), mas na qualidade de um conjunto de ações passíveis de construir uma sociedade mais homogênea e com marcadores de interseccionalidade mais nítidos.

A derrota reiterada e adiantada de Dilma Rousseff nas páginas de *O Globo* atinge as vias de socialização e de humanização da política pública, sem dúvida, mas também da noção de pertencimento do sujeito especificado como inadequado desde antes de sua primeira eleição legítima. Daí a defesa por um jornalismo subjetivo, que valide marcos da identidade específica da Jornada da Heroína de cada história narrada - isto é, uma comunicação humanizada e acessível que considere todas as camadas de quem vive e sobrevive no país, não restringindo a redação noticiosa a quem está no topo da pirâmide vertical do poder.

Porque é necessário explicá-lo racionalmente, mas também se deve fazê-lo emocionalmente. Com mais humanidade, com mais empatia, com mais sentimento de solidariedade com os marginalizados. Ou seja, sentirmo-nos mais como um só gênero humano. E isso significa transmitir também emoções. Acredito que não estamos fazendo isso o suficiente. Fazemos, mas não muito bem, e não no volume que poderíamos (MARTÍ, 2020, p. 196).

De certa forma, esta explicação menos neutra aparece em frases específicas da narrativa de *O Globo*, dentro de um panorama que via de regra não consideraria a humanização do acontecimento. Em uma observação macro, contudo, a construção textual ainda se ancora em valores de isenção, de um jornalismo que retrata a verdade com a exposição suposta de todos os lados da história. É preciso ir além. Quer dizer, não é suficiente relatar a tensão que percorre os quase 500 votos na sessão da Câmara dos Deputados, mas indagar os efeitos, as causas e as manobras geradas para se chegar onde chegou. Em um movimento semelhante, por exemplo, pode se noticiar o desmatamento da Amazônia com um número *X* de árvores ceifadas - ou, então, romper com a neutralidade ao expor o impacto em comunidades ribeirinhas, na purificação do ar, no enriquecimento de garimpeiros. O conjunto

a ser reconhecido é o que implica o sistema patriarcal, capitalista, branco, cristão e ocidental que rege o mundo. A urgência (MARTÍ, 2020) é a de perceber o panorama do sujeito retratado e as condições às quais é submetido em sua jornada; descrever os fatos problemáticos da sociedade não é o bastante, é necessário que se narrem os meios para percorrer a sua transformação. “É preciso, por isso, romper com o paradigma de jornalismo neutro, ou não comprometido, que apenas espelha a realidade. Ora, por favor, esse autoengano é um mecanismo de defesa da mídia para não colocar em risco o lugar que trabalham os seus companheiros” (MARTÍ, 2020, p. 199).

O jornalismo concebido nesta tese é o que perfura as camadas da fabricação social e organiza métodos de raciocínio sobre o que acontece, quando acontece e onde acontece. Apesar de não ser absoluta, a interferência é direta e possível, extrapolando o controle de repórteres, produtores e editores. É justamente por ser uma instituição plural e próxima de todos os cidadãos que não há a possibilidade de isenção ou neutralidade - visto que quem escreve também é afetado por este meio social que discrimina, julga e segrega.

As duas fotografias retratadas na página, por sua vez, são antagônicas: a de abertura, em quatro colunas (e isso explica muito do sentido impresso na notícia, de quem venceu e de quem perdeu), traz parte da população em festa, com vestes em verde e amarelo, com a vibração dos votos favoráveis ao afastamento da presidenta. Logo abaixo, em uma coluna, há o registro único de uma eleitora de Dilma Rousseff que amamenta o filho enquanto chora, em uma locação que aparenta estar transmitindo os votos na Câmara dos Deputados. É a dicotomia que polariza o país entre os que festejam e os que lamentam. Entre os vitoriosos, elementos como a figura do ex-presidente Lula em uniforme penitenciário e a camiseta da seleção brasileira de futebol na condição de uniforme; entre os derrotados, uma mulher que simbolicamente (e não ingenuamente, sabemos), é a escolhida para representar a fragilidade de quem amamenta, exposta, e em lágrimas lastima o impedimento de sua liderança política.

O estágio de sentido que se manifesta no Marco 9 - Votada em *O Globo*, a partir das percepções de memória e de derrota, é o **Fracasso**. Além de resgatar o episódio em que um presidente renuncia diante de um pedido de *impeachment*, a narrativa traduz a provável queda da presidenta reeleita com 54,5 milhões de votos. Em ambas as perspectivas o fracasso está ancorado porque expõe as mazelas de quem não só falha - mas é excluído. O texto e as fotografias trazem mais do que uma derrota, porque perder, afinal, é do jogo democrático, é da natureza da humanidade. O fracasso, contudo, está vinculado ao peso de quem não triunfou. Apesar de se falar em derrota, Dilma não perdeu. Ela fracassou.

## 5.1.10 Marco 10 - Afastada

O Marco 10 - Afastada<sup>19</sup> da linha do tempo histórica de Dilma Rousseff faz referência ao dia 12 de maio de 2016, quando a Comissão Especial do Senado Federal do Brasil aceita o pedido formal do processo e vota a admissibilidade do *impeachment*: foram 55 votos favoráveis e 22 contrários. Como consequência imediata, a presidenta é afastada do cargo por 180 dias e deixa o Palácio do Planalto. O vice Michel Temer (PMDB) se encarrega interinamente de comandar a Presidência da República.

Figura 50 - Marco 10 em *Estadão*

**Perfil\***  
Dilma Rousseff

Presidente da República afastada  
\* Nascida em Belo Horizonte há 68 anos, Dilma é economista e iniciou carreira política no PDT de Leonel Brizola. Perseguida política durante a ditadura, foi ministra de Minas e Energia e do Gabinete Civil de Lula, antes de substituí-lo na Presidência.

## O PREÇO DA FALTA DE 'JOGO DE CINTURA'

Na Presidência, Dilma reforçou comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso

**Tânia Monteiro**  
Leocencio Nossa / BRASILIA

A distância mantida por Dilma Rousseff em relação a setores desgastados do Congresso foi uma tentativa da presidente de deixar uma marca durante sua passagem pelo Planalto e, ao mesmo tempo, uma das razões de seu drama político. O estilo insular da primeira mulher a ocupar a Presidência da República – somado à fama de gestora eficiente e que combatia a corrupção – garantiu índices elevados de popularidade nos primeiros anos de mandato, mas depois resultou no derretimento da coalizão de partidos aliados e de sua capacidade de sobreviver às crises econômica e política.

Em cinco anos e quatro meses de poder, Dilma fez desse distanciamento uma característica de quase todas as suas relações como presidente. Uma queixa inclusiva do PT antes mesmo de ela comandar pela primeira vez o País. Foi o PMDB, no entanto, o partido que deixou mais claro o desconforto pelo comportamento centralizador e autossuficiente, visto por muitos como prepotência. Em 2008, os deputados pemedebistas Michel Temer (SP), Eduardo Cunha (RJ) e Henrique Eduardo Alves (RN) procuraram a então ministra-chefe da Casa Civil, No encontro, Alves lhe ofereceu um bambolê. O presente inusitado era uma crítica à falta de "jogo de cintura" da ministra em liberar cargos no setor clerical. A gargalhadinha solta por Dilma não deixou clara a postura que adotaria no comando do Executivo, três anos depois. Naquela época, a relação com o PMDB não preocupava a futura candidata indicada ao posto pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vivia o auge de sua popularidade.

Nas conversas com aliados, Dilma nunca escondeu que emergia o exercício do poder como um peso e não um prazer. A Presidência era uma missão recebida. Mas a necessidade de iniciar um governo que tivesse características próprias ficou evidenciada dias antes de Lula lhe entregar a faixa. Dilma saiu em defesa da iraniana Sakineh Ashtiani, condenada ao apedrejamento. A manifestação ia além de uma postura contrária à prática medieval de assassinar mulheres. A presidente eleita rejeitava em público a política externa do antecessor, que custurava negócios de mineradoras com regimes de violações de direitos humanos. Nas semanas seguintes, Dilma surgiu como uma presidente técnica, que fugia dos extremismos e recebia para jantar até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na festa de 31 anos do PT, dois meses depois da primeira posse de Dilma, Lula discursou para negar que estava com ciúmes da sucessora

ela também se afastava de Lula.

**Faxina.** Em menos de dois anos de governo, Dilma perdeu sete ministros por corrupção, muitos demitidos em meio à pressão. Mas a chamada "faxina" só reforçou a imagem da presidente. Ela chegou a aprovação pessoal de 78% na pesquisa do Ibope. A limpeza no governo, porém, causou sangria interna na coalizão liderada por PT e PMDB. Wagner Rossi, ministro da Agricultura indicado pelo agora vice-presidente Michel Temer, foi demitido em meio à acusação da Polícia Federal de que liderava uma organização criminosa. Alirio do Nascimento, dos Transportes (hoje, deputado federal pelo PR, do Amazonas), e Luiz Antonio Pagot, diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ligado ao senador Blairo Maggi (PP-MT), calaram sob suspeita de esquemas no setor rodoviário. A faxina chegou à Cobal. O presidente do órgão, Evangelivaldo Moreira dos Santos, irmão do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), saiu disparando contra Temer. Mais tarde, Arantes foi o relator da proposta de admissibilidade do impeachment de Dilma na Câmara. O governo sofreu impacto maior nas demissões dos ministros Antonio Palocci, da Casa Civil, sob suspeita de aumento ilegal do patrimônio, e Nelson Jobim, da Defesa, por críticas a colegas.

A decisão de Dilma de desmontar esquemas do PR, PT e PMDB nos Transportes resultou em melhoria nas pesquisas e, ao mesmo tempo, no proliferação de uma máquina de obras que deixava de funcionar. O PAC começou a desandar. A presidente foi criticada ainda por não ter jogo de cintura na relação com as empreiteiras, protagonistas desde o governo de Juscelino Kubitschek.

**Em 2008, em encontro com pemedebistas, entre eles Temer e Cunha, Dilma recebeu de presente um bambolê**

Lula deixou o Palácio do Planalto em 2010 como novo "pai dos pobres". Dilma, formada no brizolismo, encarnou a "mãe dos pobres", personagem que Lula lhe deu, mas ignorou que a realidade econômica do País mudou. A presidente adotou políticas populistas, segurando o preço da gasolina e da energia, além de manter os gastos públicos em patamares insustentáveis. Sua aprovação pessoal atingiu 79% em março de 2013, outro recorde. Mas metade desse percentual se perdeu em junho e julho daquele ano, quando protestos contra o aumento da tarifa de ônibus e pênalti em São Paulo – de R\$ 3 para R\$ 3,20 –, concedido pelo prefeito Fernando Haddad (PT), e a repressão violenta

berto Carvalho, amigo pessoal de Lula, foi afastado depois. Nada de MST e CUT no Sítio Nobre do Planalto e no gramado do Alvorada. Durante seu governo, a presidente evitou a pauta de temas tradicionais de movimentos de esquerda, como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, a aplicação de investimentos mais robustos na educação e a melhoria da saúde. No campo, ela manteve a aliança com o agronegócio construída por Lula. Os ruralistas, porém, deixaram a aliança em 2016 e apoiaram o impeachment. Por ironia do destino, o clique sempre muito explorado por Lula foi a que se fez presente no apoio nas ruas nestes momentos finais de seu governo.

**12 dias.** A fase mais crítica e decisiva que se abriu a partir da presidente começou em 4 de março deste ano, quando Lula foi conduzido de forma coercitiva para depor na Polícia Federal, e terminou 12 dias depois, em 16 do mesmo mês, data em que o ex-presidente tomou posse no cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Logo após o anúncio de que Lula entraria para o governo, Sérgio Moro divulgou áudios de telefonemas dos dois. Trechos desses áudios foram avaliados como conversas de Lula sobre uma suposta estratégia de ganhar foro privilegiado com a posse. O homem que conquistou multidões trazia a crise ainda mais para dentro do Planalto. Esse episódio abalou tanto a presidente que, no fim de semana seguinte, ela pegou o avião presidencial e foi buscar conforto na família, em Porto Alegre.

Mesmo com mais de 60% de rejeição nas pesquisas, Dilma não deixou de, praticamente todas as manhãs, pagar sua bicicleta e pedalar nas pistas próximas ao Palácio da Alvorada, por cerca de uma hora. "Isso me revigora", confidenciou ela. Disciplinada, apesar das angústias e percalços, manteve sob rígido controle o peso e a saúde, evitando até mesmo uso de remédios para controlar a ansiedade.

Por causa das pressões, Dilma se viu obrigada a substituir muitos dos seus fiéis aliados. Mantendo ao seu lado, porém, o assessor especial Giles Azevedo e desenvolveu uma ligação muito próxima com o José Eduardo Cardoso, ex-Juiz de Paz e agora advogado-geral da União. O ex-ministro da Casa Civil, que ocupa hoje a Educação, Afonso Mello, foi substituído por Jaques Wagner, que, agora, não sai de seu lado. Mas Dilma também tem momentos de isolamento



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>19</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hrWD>.

O perfil *O preço da falta de ‘jogo de cintura’* é o objeto de análise do Marco 10 - Afastada em *Estadão*. Publicado em 12 de maio de 2016, o conteúdo é de autoria dos jornalistas Tânia Monteiro e Leonencio Nossa. O conteúdo ocupa a página A14 da editoria de Política, e está na série de notícias referenciada na capa do exemplar (emblemática, por sinal, conforme descrevo a seguir). O texto em análise faz parte de um conjunto de mais de 20 páginas que narram o afastamento em até 180 dias da presidenta Dilma Rousseff após a aprovação de admissibilidade do *impeachment* por parte do Senado Federal. Os materiais fazem referências: ao programa de governo do então substituto Michel Temer, a um perfil que traça a trajetória política do vice, ao relato da votação iniciada em 11 de maio e que se estendeu até 12 de maio, à participação de José Sarney, ao anúncio do ato que marcará a despedida de Dilma, a preparação de Lula para 2018, às movimentações no Banco Central, ao perfil do ex-presidente Lula, à perda de hegemonia do PT no poder, às repercussões em redes sociais, às supostas falhas de Dilma Rousseff em cinco anos de mandato, às ações lideradas pela presidenta na primeira e na segunda gestão, e na projeção para o governo de Temer.

O período investigado é compreendido entre os dias 9 e 15 de maio de 2016 - três anteriores e três posteriores ao Marco 10, referente à data de 12 de maio. São sete edições analisadas, em um total de 637 páginas.

Quadro 22 - Trechos narrativos em Marco 10 (*Estadão*)

<b>Marco 10   Afastada   Maio de 2016</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	12 de maio de 2016, quinta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	O preço da falta de ‘jogo de cintura’. (TN 1)
	Na Presidência, Dilma reforçou comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso. (TN 2)
	A distância mantida por Dilma Rousseff em relação a setores desgastados do Congresso foi uma tentativa da presidente de deixar uma marca durante sua passagem pelo Planalto e, ao mesmo tempo, uma das razões de seu drama político. (TN 3)
	O estilo insular da primeira mulher a ocupar a Presidência da República - somado à fama de gestora eficiente [...]. (TN 4)

	Foi o PMDB, no entanto, o partido que deixou mais claro o desconforto pelo comportamento centralizador e autossuficiente, visto por muitos como prepotência. (TN 5)
	No encontro, Alves lhe ofereceu um bambolê. O presente inusitado era uma crítica à falta de “jogo de cintura” da ministra em liberar cargos no setor elétrico. (TN 6)
	Nas conversas com aliados, Dilma nunca escondeu que enxergava o exercício do poder como um peso e não um prazer. A Presidência era uma missão recebida. (TN 7)
	Em muitas ocasiões, ela também se afastava de Lula. (TN 8)
	A presidente foi criticada ainda por não ter jogo de cintura na relação com as empreiteiras, protagonistas desde o governo Juscelino Kubitschek. (TN 9)
	Dilma, formada no brizolismo, encarnou a “mãe dos pobres”, personagem que Lula lhe deu [...]. (TN 10)
	A área que a diplomou - ela é formada em economia - foi justamente o motivo de sua impopularidade. (TN 11)
	Disciplinada, apesar das angústias e percalços [...]. (TN 12)
	Mas Dilma mantém momentos de isolamento no poder. (TN 13)

Fonte: Elaborado pela autora.

O conteúdo previsto para análise no Marco 10 - Afastada é um dos mais complexos e reveladores ao contar a trajetória da mulher na política brasileira. O texto é um clássico perfil que foge da noticiabilidade que exige uma notícia, porque equivale a uma construção narrativa encorpada, estruturada em simbolismos e ditadora de marcadores de gênero e de classe. Além deste perfil, *Estadão* publica outros três: o de Michel Temer, o de Lula e o de Henrique Meirelles, escolhido para ministro da Fazenda do novo presidente. O material de Dilma Rousseff resgata o percurso da presidenta desde a extrema popularidade até a crise que assolou sua gestão e o Partido dos Trabalhadores. Há memórias, inclusive, do período em que ainda era chefe da Casa Civil de Lula. Em um perfil longo, onde há muito a dizer na data enigmática de afastamento da presidenta, a dupla de jornalistas não economiza atestados à conduta de Dilma Rousseff que selam a produção de um conhecimento unilateral e decisivo sobre a primeira mulher a chefiar o país.

A ilustração que compõe a página corresponde a um desenho da petista em vias de caricatura, com elementos apresentados em exagero - como o cabelo penteado para trás, as

sobrancelhas arqueadas em sinal de alerta e o olhar baixo em estado de apreensão. Não se trata de uma figura cômica, que zombe da imagem da presidenta, mas uma alternativa a escancarar a já fragilizada pessoa em um formato que fuja das tradicionais fotografias que, por certo, devem percorrer as páginas de todos os jornais do Brasil. O mesmo acontece, diga-se de passagem, nos perfis de Temer, Lula e Meirelles. A decisão por ilustrar um perfil tão característico com um retrato também tão expressivo vai ao encontro do que propõe o texto: remexer na imagem da presidenta e solidificar atributos bastante específicos da gestora junto à população brasileira.

Um dos primeiros indícios de registro de gênero conferido a Dilma Rousseff foi a titulação de Mãe do PAC, antes ainda de ser conhecida como pré-candidata à Presidência da República. O arquétipo de matriarca não tem origem concreta, uma vez que se sustenta da concepção feminina da então ministra: é mulher, será a mãe. Na perspectiva de ser um pedaço de vida e não só um conceito (JUNG, 2011), o arquétipo apresenta um modelo enraizado de atuação e de expectativas que demanda informações de classe, de sexo, de raça e de identidade como um todo para ser suportado e reproduzido. Para ser mãe, via de regra, é suficiente ser mulher - e, como efeito, uma cadeira de saberes cercará o ser humano na execução desta maternidade. Dilma Rousseff, já na condição de presidenta, “encarnou a ‘mãe dos pobres’, personagem que Lula lhe deu” (TN 10). Quer dizer, a nomeação não representa uma escolha particular, mas um título entregue por outro. É este outro que dita a regra, que intitula, que simboliza a voz universal anunciadora da verdade. Para ela é qualificado o arquétipo de mãe de Deméter, a deusa da antiguidade grega que projeta um feminino que nutre, que colhe, que reproduz; é a que garante a proteção, que zela por aqueles infortunados, que se incumbe de garantir o bem-estar dos que estão sob o manto de seu cuidado. É esta a Dilma Rousseff construída politicamente, mas sobretudo na cobertura midiática que não esquece do arquétipo de matriarca justo na data em que é afastada por aqueles que, supostamente, viviam perante o seu abrigo.

A história de vida da mulher na política é narrada por um jornalismo que não economiza o encargo da culpa. Além de não ser a mãe que protege suas crias, a eleita para presidir uma nação continental o faz em um sistema de deliberações fundamentadas em valores próprios, em uma linguagem particular e em uma rotina inédita de transgressão; ou seja, sem a permissão daqueles que trilharam os modos pelos quais se deve gerir um país. Os trechos narrativos que exponho na sequência integram este mapa de saberes sugerido em *Estadão* que está de acordo com a desobediência de Dilma Rousseff: a mãe que fugiu à norma ao não ser doce e ao não permanecer em casa.

A masculinidade do jornalismo está gravada nesta organização intencional da notícia que privilegia aspectos da imparcialidade e do conservadorismo. O feminino, veja, é o gênero da flexibilização, que molda a conduta daquelas que nascem com o sistema reprodutor uterino. A vagina é a promessa de gentileza. Caso contrário, na narrativa estratégica do jornalismo, o que resta é a deficiência em ser obediente e submissa. É o que escreve *Estadão* desde o título do perfil que confere a Dilma Rousseff “o preço da falta de ‘jogo de cintura’” (TN 1). O enunciado faz alusão ao episódio em que os então deputados do PMDB Michel Temer, Eduardo Cunha e Henrique Alves presentearam a chefe da Casa Civil com um bambolê. O presente “era uma crítica à falta de ‘jogo de cintura’ da ministra em liberar cargos no setor elétrico” (TN 6), em um exemplo de descumprimento às expectativas dos parlamentares - que sinalizavam já em 2008 que não consentiam com a condução do trabalho da petista. Em um novo episódio, a “presidente foi criticada ainda por não ter jogo de cintura na relação com as empreiteiras, protagonistas desde o governo Juscelino Kubitschek” (TN 9).

A jornada jornalística da heroína em uma narrativa intencional de masculinizar o poder promete este acordo que destitui Dilma Rousseff do lugar para qual foi eleita. Não há, em um perfil extenso de uma página, evidências que interroguem a validade do processo de impedimento, ou que questionem as investigações de Eduardo Cunha, parlamentar que arquiteta o *impeachment*. Com o título que certifica a falta de jogo de cintura da presidenta e por meio de parágrafos que revivem o vai e vêm da popularidade petista, o que a imprensa constrói é um senso de insegurança e de ruptura do eleitorado com o sistema democrático brasileiro. Isto é, há a permissão para que o processo constitucional que elegeu uma representante por vias legítimas seja questionado e derrubado porque a ela faltou jogo de cintura. A culpa, portanto, é desta mulher que ousou ascender ao poder duas vezes e, estando lá, deliberou conforme suas pretensões e conhecimentos os métodos de governabilidade do Brasil - sem considerar a interferência das centenas de sujeitos padrão que navegam em torno do Planalto e do Congresso há décadas, em um pertencimento do poder político que está intrínseco a quem eles são, os homens do colarinho branco.

A convicção jornalística está ancorada em uma denúncia e em duas votações de parlamentares e senadores que não comprovam, na materialidade, o crime de responsabilidade fiscal tão repetidamente confiado a Dilma Rousseff. É um acontecimento velado de que todos sabem, embora não verbalizem. O perfil publicado em *Estadão* admite que a presidenta está afastada temporariamente por até 180 dias porque não flexibilizou suas relações com a Câmara dos Deputados, com o PMDB e com o Senado Federal - e não porque executou um crime. Ora, se a liderança máxima de um país é acusada (e isolada de seu cargo) a

incumbência mínima e básica do jornalismo é promover a informação que desvende o que aconteceu, quando, onde e quais os efeitos imediatos à população. Na contramão, o que se lê em uma razoabilidade simplória é apenas que há a investigação por crime de responsabilidade fiscal - seguida de uma justificativa de três ou quatro linhas que sintetizam as supostas pedaladas. Há uma pretensão proposital em não gerar este conhecimento para os cidadãos e as cidadãs do Brasil. Quando o jornalismo silencia sobre um acontecimento que abala as estruturas democráticas e sociais de uma nação, o que resta não é apenas a negligência da imprensa - mas a cumplicidade que concorda, confirma e contribui para a repercussão do plano político oficializado em dezembro de 2015.

É dever do jornalismo, ao tecer narrativas históricas, validar a noticiabilidade objetiva que assegura a essência da notícia e da informação; ao mesmo tempo em que consome a subjetividade de marcadores intrínsecos ao Brasil para a produção desta versão da história: a corrupção, os golpes de Estado, a misoginia, o antipetismo. À medida em que ignora a crítica severa entre o que acontece e o que é narrado, o jornalismo se coloca na condição de aliado das sequelas da humanidade. Na qualidade de instituição que formata a sociedade, não pode permitir o esvaziamento ético e moral de um fazer útil e sobretudo necessário para a coletividade. Ao esgotar a essência básica de produção e divulgação de informações comprometidas, apuradas e provocativas, a narrativa presta um desserviço que vai além da desinformação - e promove o retardamento cognitivo de uma população por meio da polarização política, do machismo, do sexismo e da misoginia.

A falta de jogo de cintura de Dilma Rousseff, ao que escreve *Estadão*, custou a Presidência da República àquela representante reeleita com 54,5 milhões de votos válidos. Quando não argumenta a legalidade e a serventia de um movimento como o *impeachment*, o jornalismo venda seus olhos - e os de todos aqueles que compactuam com suas narrativas - e assina o acordo de cumplicidade com quem idealiza e orchestra o acontecimento. Ou seja: você cria e eu noticio. A fragilidade deste pacto é tamanha que desmonta o jornalismo como um dos pilares da democracia, uma vez que deveria proteger o livre acesso à informação empenhada e honesta.

A deslegitimação é um dos mecanismos que contribui para o enriquecimento da narrativa negativa do ator político, em um movimento que explica ao eleitorado o porquê um sujeito não deve estar onde está. O veículo apresenta em terceira pessoa, na voz da dupla de repórteres, que a área que diplomou Dilma Rousseff, visto que é graduada em Economia, “foi justamente o motivo de sua impopularidade” (TN 11). Ou seja, esta mulher é incapaz de permanecer no poder porque não carrega a habilidade sequer naquilo em que pretende ser

especialista. É um engano, portanto, admitir que a subjetividade não interfere no fazer da notícia, uma vez que a instituição política do jornalismo é fabricada todos os dias por jornalistas que também são atores políticos - logo, por óbvio, impregnam as páginas que escrevem com tendências particulares e intransferíveis. A linha tênue separa esta subjetividade natural e necessária, até, daquela que se vale de opiniões veladas com a intenção subliminar (às vezes, nem tanto) de manipular as conclusões de quem recebe a informação. Quer dizer: onde começa e onde termina a contaminação noticiosa com as minhas questões pessoais? A resposta parece simples: a brecha para uma construção narrativa transparente está ancorada na apuração, na integridade e no respeito diante do fato e do leitor.

As notícias, os perfis e as reportagens produzidos sobretudo por conglomerados da mídia central do país quanto ao afastamento da presidenta da República entregam à população o reconhecimento da realidade - daí a urgência em não ceder à racionalidade colonizadora, mas à informação democrática. Em nações jovens e conservadoras como o Brasil, as tensões jornalísticas aparecem com maior escala quando o governante eleito é aquele que desvia do modelo elitizado, branco e masculino proposto para a democracia. Dilma Rousseff não só é mulher, mas é a mulher que não obedece aos homens; e, ao que narra *Estadão*, deve ser responsabilizada por não atender ao protocolo brasileiro de fazer política. A punição é o afastamento, o isolamento, em uma conduta infantil que deixa de castigo quem não se subordina. Os trechos narrativos do perfil de Dilma Rousseff estão empenhados em fabricar um conhecimento pontual sobre o impedimento: ela é a culpada. Em outras palavras, há uma espécie de apoio institucional ao *impeachment*, visto que o jornal justifica a decisão do Congresso Federal. O efeito da objetividade narrativa é rebote, portanto, porque ao estar impregnado do jornalismo de verdade, veículos de larga circulação apresentam discursos unilaterais como o de *Estadão*.

Quando repete que Dilma Rousseff não tem jogo de cintura, a versão da história de vida gerada textualmente cria uma agenda parcial, com intenções narrativas nítidas, sem escudo. Assim, se constrói a Jornada da Heroína da mulher na política em uma Missão das Candidatas forjada na intencionalidade de segregar o diferente. *Estadão* escancara, neste perfil em análise do Marco 10, que há uma distância considerável entre o que o jornalismo se propõe e o que de fato executa. Os valores subjetivos da empresa e do time de jornalistas estão costurados nesta rede de informações que fogem da objetividade - mas em um movimento contrário ao sugerido nesta tese, que validaria os marcadores de interseccionalidade de cada sujeito. O que aparece é uma fala isolada, manipuladora, estratégica que revela uma assimetria entre o que o jornalismo quer ser e o que de fato é.

Em correspondência à ausência de jogo de cintura de Dilma Rousseff, a narrativa providencia o elemento de prepotência à conduta da presidenta. Deste modo, há o enriquecimento de valores da personagem construída para a população diante de um previsto e justificado afastamento. Não é suficiente atribuir à petista a responsabilidade do *impeachment* em decorrência de sua inflexibilidade - ainda é preciso fortalecer o perfil isolado e arrogante de governabilidade. Na Presidência, ao que conta *Estadão*, “Dilma reforçou comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso” (TN 2) em um “estilo insular da primeira mulher a ocupar a Presidência da República” (TN 4). O PMDB aparece na posição de um dos agentes do impedimento, visto que foi o partido “que deixou mais claro o desconforto pelo comportamento centralizador e autossuficiente, visto por muitos como prepotência” (TN 5). Há certa sutileza discursiva ao informar sobre a relação entre a agremiação política de Michel Temer e de Eduardo Cunha, em um cenário aparentemente harmônico e dialógico em que PMDB (e seus homens) propôs pacificamente o estreitamento de relações, mas Dilma (uma mulher prepotente) negou a participação íntegra e honesta do outro partido político. É esta a versão da história narrada na página A14 do *Estado de S. Paulo*, em 12 de maio de 2016.

O isolamento não é privilégio único do PMDB ou do Congresso, porque “em muitas ocasiões, ela também se afastava de Lula” (TN 8). A separação de aliados, em primeira instância, é explicada como “uma tentativa da presidente de deixar uma marca durante sua passagem pelo Planalto e, ao mesmo tempo, uma das razões de seu drama político” (TN 3). O enredo teatral para o desfecho da história de Dilma Rousseff está neste panorama de isolamento, de prepotência, de solidão e de “angústias e percalços” (TN 12) a que se resumiu a jornada política da primeira mulher presidenta do país. E a culpa, percebam, é dela.

O crime é de comprometimento fiscal, mas não há detalhamento. O contexto é de crise, mas não há explicações profundas sobre quais atritos políticos e quais agentes da Câmara dos Deputados desencadearam o processo de impedimento (e porque o fizeram). O que está impresso é uma narrativa enviesada, pois embora seja um perfil jornalístico, ainda assim há de se moldar às perspectivas éticas da comunicação - porque não se trata de um texto opinativo. Os parágrafos trazem confusão de paradigmas, porque por vezes parece que se está diante de uma coluna de opinião em decorrência da razoabilidade de argumentos. É volátil a apresentação desta mulher isolada, inflexível e autossuficiente. Ora, o que, na prática, há de crime nesta conduta? A condenação é a de uma presidenta que rege o país em um perfil centralizador? A crítica pode navegar no campo comportamental, de pontos de vista sobre o que eu e você, enquanto cidadãos eleitores, identificamos como certo ou errado; mas

convenhamos que são percepções rasas e sem impacto no que importa - a gestão de um país. A representação é simplória para um veículo de comunicação da magnitude de *Estadão* categorizar Dilma Rousseff como alvo de um *impeachment* porque aparenta um estilo insular de gestão. O mesmo critério pode ser aceito a futuros governantes, portanto - em um método imaturo de descontentamento que pune com a deposição do cargo aquele que for quieto demais ou expressivo demais, gay demais ou mulher demais, índio demais ou negro demais.

A resistência e a força do feminino na política não são toleradas por este jornalismo que não admite se é objetivo ou subjetivo. Por ora, ela é a economista incapaz que gerou as pedaladas fiscais, por outra é a dura gestora que gera temor a aliados e opositores. Em uma tentativa frágil de categorizar narrativamente Dilma Rousseff, o jornalismo cria uma colcha de retalhos comprada em superfaturamento por parte da população.

A quem o espaço público é desautorizado, a garantia do poder não é definitiva. A Jornada da Heroína que alcança o topo é descreditada quando o veículo anuncia que “Dilma nunca escondeu que enxergava o exercício do poder como um peso e não um prazer. A Presidência era uma missão recebida” (TN 7): a Missão das Candidatas na política brasileira. Apesar de não haver a comprovação sobre a presidenta estar na sucessão de Lula por desejo próprio ou não, o jornal se sente confortável em assegurar que a escolha não é dela - foi de outros. Daí os seus “momentos de isolamento no poder” (TN 13). Isto é, mesmo quando o gênero feminino ascende ao comando político, não é em decorrência de uma escolha particular. O jornalismo narra que a Jornada da Heroína da mulher na política não pode ser de desejos, identidades e decisões próprias; ela precisa ser quem designam que ela seja, em um modelo pronto que reproduz os valores implementados na República democrática desde antes da retomada constitucional pós-ditadura. Ela deve se assemelhar às que antecederam as sufragistas, que sem voz e sem voto, obedeciam às regras do lar e não eram punidas por desejarem ser quem não eram autorizadas a ser. Dilma quis ser quem não podia, em um meio onde não devia. Ela desautorizou a jornada destinada à mulher, e a narrativa jornalística inscreve na história o seu castigo por tamanha desobediência.

O estágio de sentido do Marco 10 - Afastada na página do perfil de *Estadão* é o de **Punição**, portanto, por Dilma Rousseff não ser a mãe que idealizavam, por não consentir com o jogo de cintura da política, por não obedecer à ordem heteronormativa e masculina da gestão, por não aceitar a honra do poder, e por não acatar ajuda diante de seu tão reiterado isolamento frágil feminino.

Figura 51 - Marco 10 em *O Globo*

## TROCA DE COMANDO



# Dilma acusa Temer de ameaçar conquistas

Presidente afastada volta a falar em 'golpe' e que sai do governo com 'a dor inominável da injustiça'

FERNANDA KRAKOVICS,  
CATARINA ALENCASTRO E  
EDUARDO BARRETTO  
opais@oglobo.com.br

**-BRASÍLIA.** -Afastada da Presidência da República, Dilma Rousseff afirmou ontem que o maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos "sem voto" e insistiu que a gestão Michel Temer coloca em risco as conquistas sociais dos últimos 13 anos. Pela primeira vez, Dilma admitiu que pode ter cometido erros, mas ressaltou que não cometeu crimes. Ela convocou seus apoiadores a continuarem mobilizados, de forma pacífica, contra seu processo de impeachment, classificado por ela como "golpe".

— O risco, o maior risco para o país neste momento, é ser dirigido por um governo dos sem voto, um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira. Um governo que não terá a legitimidade para propor e implementar so-

luções para os desafios do Brasil. Um governo que pode se ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. Um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento, nasce de uma espécie de eleição indireta, um governo que será ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política em nosso país.

#### DISCURSO PARA A MILITÂNCIA

Logo após ser notificada de seu afastamento, Dilma fez um pronunciamento de cerca de 15 minutos no Salão Leste do Palácio do Planalto, acompanhada de seus ex-ministros, deputados e senadores do PT e do PC do B. Na sequência, ela deixou o palácio e praticamente repetiu o discurso, desta vez do lado de fora, dirigindo-se à militância.

— O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, aos jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a va-

lorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal.

O embasamento do processo de impeachment é a acusação de que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal ao fazer manobras orçamentárias. E o pano de fundo é uma presidente que sempre teve dificuldade de se relacionar com o Congresso e de fazer política. Centralizadora e de temperamento forte, Dilma ensaiou apenas ontem fazer uma autocrítica, reconhecendo que "pode" ter cometido erros.

— Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer — afirmou ela, acrescentando:

— Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão.

Ao longo do pronunciamento, Dilma, acompanhada de Lula visivelmente abatido, classifi-



Discurso. Dilma, que estava acompanhada de Lula, disse à militância que país corre risco com governo dos "sem voto"

cou seu processo de impeachment como "fraudulento"; "um verdadeiro golpe"; "frágil"; "juridicamente inconsistente"; "injusto, "farsa jurídica e política".

Embora a cúpula do PT e integrantes do governo considerem "remotíssima" a chance de Dilma reassumir o mandato, após o julgamento de mérito do processo de impeachment pelo Senado, a estratégia é manter a militância e movimentos sociais mobilizados:

— Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independen-

temente de posições partidárias, façam um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta pela democracia não tem data para terminar.

Dilma comparou seu afastamento à tortura sofrida durante a ditadura militar e ao enfrentamento de um câncer linfático, em 2009:

— O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e

grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política. ●



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O Marco 10 - Afastada em *O Globo* está publicado em 13 de maio de 2016, dois dias após o início da votação de impedimento do exercício da presidência de Dilma Rousseff. A sessão foi oficialmente encerrada da manhã de 12 de maio. O texto *Dilma acusa Temer de ameaçar conquistas* é de autoria dos jornalistas Fernanda Krakovics, Catarina Alencastro e Eduardo Barretto; e ocupa em torno de 80% da página, com um texto de abertura e um intertítulo lateral. O conteúdo está na página 20 da editoria de País. A notícia é a penúltima da série intitulada como *Troca de Comando*, que em páginas anteriores traz informações sobre: a mudança de filosofia de governo com a chegada de Temer, o primeiro discurso do peemedebista, a posse dos novos ministros, a formatação da nova equipe de Temer, a crítica popular à falta de mulheres e negros na gestão do PMDB, um perfil de Michel, uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso, e o relato da despedida da presidenta eleita.

O período investigado inicia em 9 de maio e encerra em 15 de maio, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 10. São sete edições analisadas, em um total de 402 páginas.

Quadro 23 - Trechos narrativos em Marco 10 (*O Globo*)

<b>Marco 10   Afastada   Maio de 2016</b>	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	13 de maio de 2016, sexta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 20. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Presidente afastada volta a falar em ‘golpe’ [...]. (TN 1)
	Afastada da Presidência da República, Dilma Rousseff afirmou ontem que o maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos “sem voto” e insistiu que a gestão Michel Temer coloca em risco as conquistas sociais dos últimos 13 anos. (TN 2)
	[...] classificado por ela como “golpe”. (TN 3)
	E o pano de fundo é uma presidente que sempre teve dificuldade de se relacionar com o Congresso e de fazer política. (TN 4)
	Centralizadora e de temperamento forte, Dilma ensaiou apenas ontem fazer uma autocrítica, reconhecendo que “pode” ter cometido erros. (TN 5)
	[...] Dilma, acompanhada de Lula visivelmente abatido, classificou seu processo de impeachment como “fraudulento”, “um verdadeiro golpe”, “frágil”, “juridicamente inconsistente”, “injusto”, “farsa política e jurídica”. (TN 6)
	A presidente afastada Dilma Rousseff acusou ontem, em seu pronunciamento, setores da oposição de sabotarem seu governo [...]. (TN 7)
	Na tentativa de desqualificar o processo de impeachment, Dilma fez referência, mais uma vez, ao presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmando que não tem contas no exterior. (TN 8)

Fonte: Elaborado pela autora.

A construção narrativa da notícia do Marco 10 em *O Globo* traz a síntese do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff na manhã de 12 de maio de 2016, quando é oficialmente informada do encerramento da votação no Senado Federal. O texto é organizado por meio da fala indireta de repórteres e de transcrições literais do discurso da petista. A fotografia em duas colunas não é enigmática, beirando a simplicidade até: a figura traz a presidenta em primeiro plano, com vestuário branco, e o ex-presidente Lula logo atrás, em veste formal, porém sem o acréscimo de gravata, por exemplo. Percebe-se, com isso, que há

etiqueta sem uma pragmática acentuada, embora o ato se configure como um encontro oficial de governo. A expressividade facial de ambos é de desgosto e de frustração. Não há sorriso, embora no próprio pronunciamento tenham sido registrados momentos de interação junto à militância e à imprensa. Quer dizer, é da escolha de *O Globo* imprimir na notícia principal de afastamento temporário de Dilma a captura que a coloca, de imediato, na situação de descontente com a decisão. Por certo ela não estava feliz - mas a imagem de desaprovação também destina maior frieza à ruptura do Congresso com a economista. O movimento no qual ela está retratada, por sua vez, é ocasional e não corresponde à solenidade em que, no centro das atenções, fala de pé diante de um microfone. A narrativa da notícia não pretende designar protagonismo à presidenta - justamente a razão por ela estar fotografada ao lado de Lula, em um insistente vínculo de ambos. É uma nova tentativa de deslegitimação.

A notícia, à vista desta conjuntura, não atende à construção da pirâmide invertida que apresenta preliminarmente em um caráter básico as noções centrais daquela informação. O discurso aponta sem tardar para a interpretação de um dos posicionamentos de Dilma Rousseff em relação ao novo governo de Michel Temer; mas não há, por exemplo, a referência no *lead* de onde acontece o pronunciamento e do porquê do ato. Os elementos aparecem na segunda metade da notícia. Quer dizer, o revelador para o veículo é indicar o mais breve e mais rápido possível a conduta passivo-agressiva da petista contra o peemedebista - e não construir um conhecimento pertinente à população que, favorável ou não, vê sua presidenta reeleita ser afastada em uma decisão inédita da República do Brasil.

A estratégia narrativa vai ao encontro da performance do personagem lapidado para Dilma Rousseff: embora confuso, porque por vezes ela é a inflexível e por ora é a líder frágil, o roteiro aponta nesta análise para um sentido entre a histeria de quem diz estar sofrendo e a masculinidade de quem ainda mantém o enrijecimento de emoções. Na tentativa de formatar um perfil único e desqualificador da primeira presidenta, o jornalismo extrapola os arranjos do jornalismo de objetividade e sobretudo os de subjetividade, com valores empresariais e pessoais do veículo atravessando a escolha de palavras e de imagens.

O uso de aspas, por exemplo, é um recurso da língua portuguesa empregado para destacar palavras ou expressões, para apontar citações e também para salientar termos irônicos. Há quatro ocasiões no texto de *O Globo* que trazem as aspas em um discurso em terceira pessoa, assinado por jornalistas, a fim de explicar a conduta da presidenta. Não há a percepção de que este mecanismo é aplicado na intenção de reproduzir a fala literal de Dilma Rousseff - mas com a pretensão de inabilitar e até desacreditar em um tom sarcástico o que pronuncia a petista. Ao que conta o jornal, a “presidenta afastada volta a falar em ‘golpe’”

(TN 1), enquanto assegura que o processo de *impeachment* é “classificado por ela como ‘golpe’” (TN 3). No discurso classificou, ainda, o método de investigação “como ‘fraudulento’, ‘um verdadeiro golpe’, ‘frágil’, ‘juridicamente inconsistente’, ‘injusto’, ‘farsa política e jurídica’” (TN 6). Na metade final do texto, quando narra a justificativa de Dilma Rousseff que discorda da decisão do Congresso Federal por não haver crime passível de afastamento, o veículo garante que “Dilma ensaiou apenas ontem fazer uma autocrítica, reconhecendo que ‘pode’ ter cometido erros” (TN 5). Isto pode significar que *O Globo* prefere se abster da responsabilidade da fala da gestora, ao conferir nominalmente a ela os termos protegidos por meio de aspas; mas pode evidenciar, também, a depreciação e o desrespeito àquela que em um primeiro ato oficial (e diante de um crime não comprovado) defende os porquês de ser vítima de uma injustiça.

A intenção desta pesquisa não é creditar juízo de valor ao pronunciamento da petista, mas buscar compreender o que motiva o jornalismo a não questionar as motivações pelas quais Dilma fala o que fala. Há uma ferida exposta que não é cicatrizada porque não há a destinação de páginas à pesquisa da origem do crime de responsabilidade fiscal, do vasculhamento de números, de entrevistas com sujeitos habilitados a resolver tecnicamente as dúvidas de parte da população. Na contramão da natureza jornalística de apurar para informar, o veículo promove um jornalismo declaratório raso e isento que reproduz aspas em pouco mais de 50% do espaço (o restante é destinado à publicidade) na página de número 20 do exemplar; quer dizer, antes disso há pelo menos duas dezenas de temas mais relevantes, na concepção de *O Globo*, a serem encaminhados aos cidadãos. É uma espécie de check-list a ser cumprido: encontramos um espaço sem relevância, repetimos o discurso da presidenta e publicamos, em um movimento de obrigatoriedade noticiosa que neutraliza o trabalho de investigação tão necessário e urgente neste episódio histórico da democracia brasileira. Com isso, a narrativa entregue à população é de inteiro compromisso da própria população - com suas interpretações, hesitações e certezas.

A história de vida ampliada por esta Jornada da Heroína na política é reduzida a 10 ou 11 parágrafos declaratórios que se protegem no jornalismo de verdade que objetiva a narração do fato. Ao não problematizar e, ao contrário, conferir aspas ao que postula a presidenta, a notícia lava as mãos para os vestígios de responsabilidade que caem sobre o colo de todas e de todos que vivenciaram 2015 e 2016, contra ou a favor de Dilma e do Partido dos Trabalhadores. Quando não complexifica a acusação de crime contra a primeira mulher eleita presidenta, quando reproduz com aspas irônicas a sua manifestação e quando promove uma narrativa curta e superficial sobre o discurso de afastamento da petista, o jornalismo, na

qualificação de poder que promove a tradução do acontecimento em informação, falha agudamente ao ignorar o juramento primordial da profissão: honrar quem protagoniza e quem receberá a notícia.

A desqualificação está na adoção do termo “presidente afastada” (TN 1, 2, 7) a fim de atestar que Dilma Rousseff não integra formalmente o governo ao qual foi eleita; e na incapacitação que subestima as habilidades técnicas e afetivas da presidenta ao caracterizá-la como a profissional “que sempre teve dificuldade de se relacionar com o Congresso e de fazer política” (TN 4), com uma conduta “centralizadora e de temperamento forte” (TN 5). O tom de sensacionalismo em uma narrativa melodramática esculpe as marcas da mulher na política sobre os pilares do descontrole, do egoísmo e da confusão. É um enredo arcaico, porém autorizado e vigente nas páginas de jornais. A presidenta reeleita com 54,5 milhões de votos válidos da população brasileira é afastada por até 180 dias para confirmação do processo de *impeachment* que decorre de um crime não justificado e de um já noticiado arranjo partidário entre o PMDB e a Câmara dos Deputados; mas para *O Globo*, esta mulher se reduz à gestora rude, egocêntrica e instável.

O desconhecimento que ignora o marcador de gênero e o simbolismo que a queda do rosto feminino na política representa são silêncios que se introduzem a cada nova linha da notícia. Não há alusão à personagem mulher, tampouco aos êxitos e às representações que sua figura à frente do país significa. O contexto sócio-político-econômico de um país vulnerável como o Brasil é definitivo para perceber como se dá a construção narrativa de um jornalismo positivista que se escora no paradigma da objetividade declaratória do fato. Por se conformar como uma instituição de múltiplas definições e compreensões, os meios de comunicação se protegem em sua própria percepção de fazer notícia: ao que expõe *O Globo*, por vezes a escolha é de supostamente oferecer um espelho da realidade. Esta certeza da neutralidade e da imparcialidade recorrem ao conjunto de práticas institucionalizadas que geram brechas para um jornalismo acrítico - mas que, contudo, quando traz a subjetividade crítica não se vale da noticiabilidade, de apuração e da honestidade, mas da opinião rasa transfigurada em notícia.

Quando informa que a “presidente afastada” garante ser vítima de um golpe após ter demonstrado “dificuldade de se relacionar” ao ser “centralizadora e de temperamento forte”, a narrativa jornalística que inscreve a Jornada da Heroína na história é a versão da mulher inadequada, em um dispositivo argumentativo que incentiva a generificação do poder. “É importante salientar que as narrativas são recursos discursivos que os jornalistas utilizam socialmente de acordo com suas pretensões, além de serem formas de relações estabelecidas por causa da cultura, das condições sociais e hierarquias de poder” (MOTTA, 2005b, p. 73).

Quer dizer, há intenção em produzir a notícia com o amparo de valores como a descrença e a deslegitimação.

A violência simbólica da injustiça está na voz da petista reproduzida entre aspas, ao se situar na posição de heroína humanizada - embora em conjunturas precedentes a narração era a de uma Dilma resiliente e inabalável. A presidenta resgata em sua narrativa própria as marcas anteriores de sofrimento que a acometeram, como a tortura durante a ditadura militar, o câncer que antecedeu a candidatura ao primeiro mandato e, em 2016, a luta pela democracia anti-golpe. A problematização de *O Globo*, entretanto, não inclui a justificativa de Dilma Rousseff, e age na contramão ao explicar em um discurso combativo que a presidenta “acusou ontem, em seu pronunciamento, setores da oposição de sabotarem seu governo” (TN 7), que ainda “afirmou ontem que o maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos ‘sem voto’” e também “insistiu que a gestão Michel Temer coloca em risco as conquistas sociais dos últimos 13 anos” (TN 2). Antes de encerrar a notícia, o veículo destaca que “na tentativa de desqualificar o processo de impeachment, Dilma fez referência, mais uma vez, ao presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmando que não tem contas no exterior” (TN 8).

A investida da petista narrada nestes trechos vai ao encontro do comportamento individualista e rigoroso versado à jornada quando ainda estava no patamar de pré-candidata à Presidência da República, em 2008; portanto, são pelo menos oito anos de construção narrativa que categorizam Dilma Rousseff em um viés de intransigência e aspereza. A condução textual é nomeada aqui como estratégica porque se crê que não é ingênua ou inconsciente sobretudo quando impulsionada por um cenário dramático como o de um escândalo, um golpe, um crime ou quaisquer anormalidades que rompam com o cotidiano. É nestes enredos que as personagens são individualizadas e construídas em sua particularidade na circunstância de protagonista ou de antagonista, de herói ou vilão (MOTTA, 2005b); e também o estabelecimento de punições e de recompensas, conforme observado no Marco 10 em *Estadão*. A mediação da narrativa jornalística é cortada por um relato que, ancorado no presente, pretende antecipar o futuro em uma negociação de valores, de tempo e de sujeitos construídos a partir de marcadores em princípios reais, sem dúvida; mas também de características específicas de quem escreve e da empresa na qual a notícia é publicada.

O contrato da jornada da mulher na política em *O Globo* traz a versão da heroína em uma naturalização da personagem sobre as âncoras da desconsideração, da descrença e do descaso. Para destrinchar a realidade discursiva, é preciso lançar atenção ao ambiente em que se travaram as eleições gerais de 2014, a partir de um encadeamento de disputa acirrada e de

polarização política do petismo e do antipetismo que estampou, por certo, as páginas de jornais do país. Por meio desta versão da história que impede a presidenta mulher do exercício do poder é possível reconhecer tanto o jornalismo quanto a política no campo da legitimidade e da apreciação de valores que são mais aceitos ou menos aceitos no coletivo. Isto é, são capitais simbólicos que sustentam a disputa de quem ocupará cada posição na pirâmide hierárquica do poder; e, ainda, de quem pode ser respeitado, validado, creditado. A narrativa jornalística é o filtro que traduz para a população o acontecimento nas vidas cotidianas e, em uma jornada enredada entre objetividade e subjetividade, admite a reafirmação e a naturalização de valores; com isso, fabrica em suas páginas, vozes e imagens a estratégia que apresenta uma versão de mundo.

Assim, o que é legítimo na política está narrado na história de jornais: é dali que vem o crédito, o respeito, a validação - e são exatamente estes princípios anulados em Dilma Rousseff no exemplar de *O Globo*. Por esta razão, o estágio de sentido no Marco 10 - Afastada é o de **Depreciação**, uma vez que a presidenta processada por pedaladas fiscais em um movimento de vingança e retaliação partidária, não é prestigiada na condição de sujeito hábil e digno de explicações políticas, jornalísticas e jurídicas sobre o caso.

#### 5.1.11 Marco 11 - Ouvida

A tensão pré-votação final do *impeachment* de Dilma Rousseff está narrada no Marco 11 - Ouvida<sup>20</sup>, que corresponde ao dia 29 de agosto de 2016. Nesta data, a presidenta afirma, em 14 horas de depoimento, que foi vítima de um golpe. A arguição acontece diante de 48 senadores conduzidos por Renan Calheiros no Congresso Federal. Este é o último ato oficial da mineira como presidenta do Brasil.

---

<sup>20</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hwxV>.

Figura 52 - Marco 11 em *Estadão*

# Política



**Planalto**  
Temer diz que não teve 'tempo' de assistir à defesa. Pág. A8

## COLUNA DO ESTADÃO

ANDRÉZA MATAIS  
MARCELO DE MORAES  
COLUNA DO ESTADÃO  
POLÍCIA ESTADÃO@BR/BOLOGUEJORNALDOESTADÃO

### Senadores só votam em Dilma se for em grupo

Os esforços dos defensores da presidente afastada Dilma Rousseff em angariar os 28 votos de que ela precisa para se livrar da cassação do mandato esbarra numa condição colocada a cada conquista. Senadores têm dito ao ex-presidente Lula que aceitam votar contra o impeachment desde que ele garanta ter número suficiente para liquidar a fatura. Por isso, a contabilidade do grupo pró-Dilma inclui votos pré-acertados. "Ou vai em bloco ou não vai ninguém", resumem. Afinal, quem vai se indispor com o governo central a dois anos das eleições?

» **Caça-votos.** A ala pró-Dilma busca os votos de senadores de Alagoas, Maranhão e Tocantins. Nos dois primeiros, encontrou foco de insatisfação com Temer acusado de valorizar apenas Renan Calheiros e o ex-senador José Sarney.

» **Vai não vai.** Voltou a ficar indefinida a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prometido para o SD. Agora, a antiga pasta pode virar uma secretaria na Agricultura.

» **Fim de papo.** Após o impeachment, o Senado vota o reajuste salarial do STF e do procurador-geral da República. Serão as últimas categorias a ter aumento.

» **Vale tudo.** Já em Tocantins, Lula tenta ajuda de Valdemar da Costa Neto, condenado no mensalão, para virar o voto do senador Vicentinho Alves (PP). Os governistas, contudo, contabilizam 60 votos pelo impeachment.

» **Audiência.** A sessão do Senado com a presença de Dilma Rousseff teve pico de audiência de 140 mil pessoas no canal da TV Senado, no YouTube.

» **Recorde.** A maior audiência do impeachment, até agora, porém, foi a votação que autorizou o julgamento do processo pelo Senado: o canal da TV Câmara teve quase 3 milhões de acessos.

» **Migel.** O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira, encontrou Dilma na saída para o almoço ontem. "Eunicinho, vem cá", disse ela, dando-lhe um caloroso abraço. O senador, que está com problema na coluna, suou frio. Ele continua senado pró-impeachment.



» **CLICK.** O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, ficou nervoso com o atraso do ex-ministro Nelson Barbosa, que carregava a mala com os documentos da defesa.

» **Fumacê.** Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Blairo Maggi (Agricultura) estudam a liberação de crédito oficial a plantadores de fumo. Os governos Lula/Dilma restringiram o acesso à verba seguindo política de combate ao consumo de cigarros.

» **Culpa da crise.** Os ministros defendem a medida,

## O JULGAMENTO DO IMPEACHMENT

**Congresso.** Presidente afastada faz sua defesa no Senado e ataca o governo interino de Michel Temer; fala da petista é contestada e não muda cenário desfavorável na Casa

# Dilma reitera tese do golpe, mas não assegura apoios

Ao se defender ontem no plenário do Senado, a presidente afastada Dilma Rousseff reiterou a versão de que o processo de impeachment é um "golpe na Constituição" que "resultará na eleição indireta de um governo usurpador". Em seu pronunciamento de cerca de 45 minutos e em respostas aos senadores, a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer. Considerada a última cartada para tentar impedir a condenação, a presença de Dilma no Senado não serviu para reverter votos favoráveis ao impeachment, como admitiram aliados, ou conquistar apoios de indecisos na votação final – prevista para ocorrer hoje e terminar na madrugada de amanhã. Ciente das dificuldades, a defesa da petista já prepara um recurso ao Supremo Tribunal Federal caso o Senado confirme o afastamento definitivo.

A petista fez um discurso sereno, mas embargo a voz ao citar a tortura na ditadura militar e a superação de um câncer. "Hoje eu só temo a morte da democracia", disse.

Ao longo do dia, porém, em suas falas, senadores pró-impeachment contestaram a tese do golpe defendida por Dilma, rebateram dados econômicos usados por ela e reafirmaram a responsabilidade da petista sobre as chamadas pedaldadas fiscais. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSBD-SP) disse que a petista cometeu crimes de responsabilidade "de caso pensado" e questionou: "Como golpe? Golpe com a supervisão do Supremo Tribunal Federal? Golpe quando a senhora vem exercendo todo o seu direito de defesa?"

Atos pró-Dilma foram registrados em São Paulo, Brasília e no Rio. Em SP, a Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar o protesto na Avenida Paulista.



4º dia de julgamento. Presidente afastada Dilma Rousseff apresentou defesa e respondeu a perguntas de senadores

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

O Marco 11 - Ouvida em *Estadão* é observado a partir da notícia *Dilma reitera tese do golpe, mas não assegura apoios*, publicada em 30 de agosto de 2016. A notícia consiste na principal foto de capa da edição do veículo, e a manchete abre a editoria de Política, na página A4, ocupando a totalidade do espaço - junto a intertítulos e espaços de opinião. A autoria é de Ricardo Brito, Beatriz Bulla, Isadora Peron, Carla Araújo, Igor Gadelha, Vera Rosa e Idiana Tomazelli. A notícia é a primeira de uma cobertura que traz, na sequência, mais conteúdos sobre: senadores avaliarem se o depoimento mudará seus votos, o apoio de Lula e de Chico Buarque, os atos da política para dispersar manifestantes, a ausência de Temer na sessão, e movimentos da defesa de Dilma.

O período investigado nesta etapa equivale a três dias anteriores ao Marco 11 (de 29 de agosto) até três dias posteriores à data. Portanto, são sete edições analisadas, em um total de 736 páginas.

Quadro 24 - Trechos narrativos em Marco 11 (*Estadão*)

<b>Marco 11   Ouvida   Agosto de 2016</b>	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	30 de agosto de 2016, terça-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A4. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Presidente afastada faz sua defesa no Senado e ataca o governo interino de Michel Temer. (TN 1)
	Fala da petista é contestada e não muda cenário desfavorável na Casa. (TN 2)
	Ao se defender ontem no plenário do Senado, a presidente afastada Dilma Rousseff reiterou a versão de que o processo de impeachment é um “golpe na Constituição” [...]. (TN 3)
	Em seu pronunciamento de 45 minutos e em respostas aos senadores, a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer. (TN 4)
	Considerada a última cartada para tentar impedir a condenação, a presença de Dilma no Senado não serviu para reverter votos favoráveis ao impeachment [...]. (TN 5)
	A petista fez um discurso sereno [...]. (TN 6)
	Em seu discurso, Dilma afirmou que a oposição trabalhou desde sua reeleição para criar um ambiente de instabilidade no País propício ao processo de impeachment. Por isso, disse, a Câmara rejeitou projetos econômicos do governo e aprovou pautas-bomba. (TN 7)
	Ela insinuou que opositores só conseguiram viabilizar o impeachment quando ganharam apoio de integrantes do PMDB que tentavam colocar freios nas investigações da Operação Lava Jato. (TN 8)
	Segundo ela, Cunha abriu o processo de impeachment em dezembro de 2015 em uma “chantagem explícita”. (TN 9)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia que preenche a página A4, que abre a editoria de Política, é uma construção narrativa da sessão extraordinária do Senado Federal, que integra o julgamento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesta etapa da deliberação, a petista é ouvida por senadores a fim de apresentar a sua defesa. O ato acontece durante cerca de 14 horas, ao iniciar às 9 horas da manhã e se estender até à noite. A duração do encontro em que a presidenta responde às perguntas de senadores, no entanto, não é mencionada na notícia.

Há um diagnóstico sistemático que refuta a hipótese de golpe, constata que não haverá apoio para a petista e confirma o afastamento definitivo da eleita. A Jornada da Heroína por meio do jornalismo conta a história de vida da cidadã acusada de um crime, a priori ainda não comprovado, e que é condicionada a uma defesa diante de quem parece estar convicto do futuro democrático do país. O texto constrói as alegações e as resistências de Dilma Rousseff em um viés passivo, no enquadramento de quem tem o dever de intervir pela piedade do sujeito universal que rege as normas mundanas do cotidiano. A retórica jornalística conta que a “presidenta afastada faz sua defesa no Senado” (TN 1) e que “ao se defender [...] reiterou a versão de que o processo de impeachment é um ‘golpe na Constituição’” (TN 3). Há o reforço de que a petista não é julgada no contexto de presidenta eleita, mas de presidenta afastada - em um contínuo movimento de deslegitimação do poder escalado por ela em 2010 e em 2014. Em duas ocasiões, ao contrário da passividade de defesa de quem está sob julgamento, *Estadão* justifica a conduta ativa da ré: quando Dilma “ataca o governo interino de Michel Temer” (TN 1) e quando, “em seu pronunciamento de 45 minutos e em respostas aos senadores, a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer” (TN 4). O verbo atacar é recorrente na narrativa jornalística que lapida a Jornada da Heroína de Dilma Rousseff, a exemplo do que explicam os 10 marcos anteriores. Em contradição, todavia, a notícia aposta que “a petista fez um discurso sereno” (TN 6), embora sejam reiteradas as atuações discursivas de afronta à gestão peemedebista que ocupa interinamente o Palácio do Planalto.

Quer dizer, a notícia narra o simbolismo da ambiguidade entre os códigos do feminino e os do masculino na agenda que define os regulamentos dicotômicos entre a culpa e a inocência, a feiura e a beleza, a voz e o silêncio - e todas as polarizações que lançam um grupo para o topo e o resto para a base negligenciada. Esta concentração extremista de herói ou de vilão pode gerar brechas para a desorganização do estereótipo narrado: Dilma Rousseff, por vezes, é a infratora, a que manipula e ataca; por outras, é a economista incapaz, a que é irreduzível e isolada. Os valores-notícia que impulsionam a história jornalística são inconstantes, visto que se revezam conforme o molde a ser narrado na notícia: a fala de Dilma

Rousseff é o ataque, enquanto a fala da oposição (seja de Cunha ou de Temer) é o diálogo. Há certa normalização neste enquadramento hegemônico que rivaliza a mulher diante de homens, na ausência de uma problematização jornalística que justifique legal e constitucionalmente o processo de *impeachment* da presidenta.

A intenção desta pesquisa, conforme já assinalado, não é proteger a trajetória da presidenta, embora haja um posicionamento intrínseco que me atravessa no contexto de mulher brasileira que se afeta pelo acontecimento do golpe de 2016 e de jornalista que se incomoda com as construções apresentadas via imprensa desde a reeleição de 2014. A pretensão é trazer uma tese coberta de subjetividades que consideram os marcadores de interseccionalidades substanciais à prática do jornalismo e da política. A crença é a de que são estas as duas instituições sociais que, em extrema dimensão, constituem as regras e autenticam os valores a serem performados por todas e por todos no cotidiano de nossas jornadas. O alerta é eminente quando estes dois campos atuam em conjunto para apresentar como isolada, depreciada e insuficiente a primeira mulher brasileira eleita e reeleita após 12 décadas de democratização, vítima de tortura no regime militar por defender a liberdade democrática - e novamente culpada por este crime, por meio de sujeitos que reproduzem os padrões do masculino, em um crime articulado e não comprovado.

A identificação de que é alvo de uma articulação arquitetada nos corredores da Câmara dos Deputados, com Eduardo Cunha, e do Palácio do Jaburu, com Michel Temer, é reconhecida e reivindicada por Dilma Rousseff em narrativas precedentes e, ainda, em *Estadão* na data de 30 de agosto de 2016. Nos quatro parágrafos finais do texto, o enredo de quem se defende ao precisar provar inocência, capacidade e merecimento é direcionado à origem do que a presidenta reforça como golpe em todos os seus pronunciamentos. Dilma Rousseff, por exemplo, “afirmou que a oposição trabalhou desde sua reeleição para criar um ambiente de instabilidade no País propício ao processo de impeachment. Por isso, disse, a Câmara rejeitou projetos econômicos do governo e aprovou pautas-bomba” (TN 7). No recorte noticioso do jornal, “ela insinuou que opositores só conseguiram viabilizar o impeachment quando ganharam apoio de integrantes do PMDB que tentavam colocar freios nas investigações da Operação Lava Jato” (TN 8); e, por fim, a petista atesta que “Cunha abriu o processo de impeachment em dezembro de 2015 em uma ‘chantagem explícita’ (TN 9). Ou seja, há a insistência discursiva de Dilma Rousseff em ser retratada como sujeito vitimizado por uma fissura legislativa - e na contramão, não há aprofundamento ou consideração da denúncia da presidenta, apenas um jornalismo declaratório que reproduz fala em paralelo à construção textual de verbos controversos como *insinuou*.

O atrito narrado em *Estadão* é o clímax do acontecimento político instaurado em maior magnitude no pleito geral de 2014, como resgata a presidenta, em uma vitória presidencial marcada por uma concorrência acirrada seguida da exigência da recontagem de votos da coligação derrotada (que, por ventura, incentiva a formalização do *impeachment*). Todas estas histórias não são invenções: elas estão narradas nas páginas de jornais como *Estadão* e *O Globo*. A dramatização da conjuntura política de 2014 e 2015 é incrementada por capítulos de corrupção do Partido dos Trabalhadores, de denúncias ao presidente da Câmara dos Deputados e de uma Copa do Mundo protagonizada por vaia contra a presidenta reeleita. O agravamento é noticiado dia após dia nas editorias de Política e de País, em capas emblemáticas e em apurações que fabricam a narrativa jornalística da democracia nacional atravessada por marcadores de gênero, de sexo, de raça, de origem. A crise política e institucional instaurada no Brasil desde o anúncio de Dilma Rousseff como pré-candidata de Lula à Presidência da República abre margem ao antipetismo - mas sobretudo à segregação daquilo que é diferente da norma corrupta, branca e masculina do Congresso e do Planalto. É esta a história de vida que informa o jornalismo brasileiro ao se estabelecer como aliado discursivo do afastamento da mulher na política. A crítica não é à investigação da presidenta ou sequer à viabilidade de um *impeachment*, mas à naturalização do caso e à cegueira diante da procedência orquestrada de um julgamento que se escora na fragilidade do PT, na superioridade masculina do machismo e no arranjo partidário de quem, por meio do *jeitinho brasileiro*, almeja retornar ao topo do poder.

Em meio à turbulência de saberes entregues para a população, o conhecimento produzido por meio do jornalismo é indispensável para a configuração de uma sociedade pautada por informações sensatas, honestas e reflexivas. É diante do caos de acontecimentos que a narrativa inscreve a sua pertinência para o mundo: como forma sentidos e com qual técnica provoca a cognição interpretativa do receptor - aquele que, ao contrário do que imaginávamos com a Teoria Hipodérmica, é parte integrante da história contada. Por isso que, ao não esmiuçar as razões que motivaram a investigação e as votações do impedimento presidencial, o jornalismo desrespeita a leitora e o leitor na omissão de explicações.

Após entender que a notícia de *Estadão* traz Dilma Rousseff como a investigada que deve comprovar a inocência frente a um crime não comprovado e não justificado, em uma controvérsia discursiva de comoção e agressão, também há um outro movimento analítico: o que ela fala, como fala e de onde fala é inútil porque não há o quociente necessário de senadores para ouvi-la. Não menciono a quantidade numérica, mas simbólica: é em vão que Dilma Rousseff pronuncia a argumentação do porquê não deve ser condenada. A deliberação

sobre o seu futuro está firmada, a partir do que noticia o jornal. Quer dizer, é insuficiente a justificativa da inocência e da inexistência de provas. A narrativa certifica que a “fala da petista é contestada e não muda cenário desfavorável na Casa” (TN 2). Da mesma forma, “considerada a última cartada para tentar impedir a condenação, a presença de Dilma no Senado não serviu para reverter votos favoráveis ao impeachment” (TN 5).

O sentido comunicado para os cidadãos do país, com estes trechos narrativos, confirma a hipótese de que a presidenta será afastada em definitivo. Não há frestas para reverter o processo originado em dezembro de 2015, oito meses antes. Embora a probabilidade de vitória da situação é estreita, a narrativa jornalística lança a última pá de terra sobre as remotas possibilidades de igualdade - e produz o conhecimento social que adianta em um dia a derrota de Dilma Rousseff (visto que o julgamento final será em 31 de agosto). O depoimento de 14 horas da presidenta na sessão extraordinária do Senado Federal, em 29 de agosto de 2019, se resume a uma etapa obrigatória do protocolo de investigação - e não a um recurso legítimo de defesa concebido com dignidade, respeito e cautela. Ela fala, mas eles não ouvem. Há uma voz muda que engole os silêncios e os gritos de centenas de milhares de mulheres que, materializadas em Dilma Rousseff, são engolidas na submissão desafiada pelo poder branco e masculino (seja da política, seja do jornalismo).

Com ênfase na insuficiência da presidenta da República do Brasil, que não atinge os níveis de governabilidade e de gestão financeira, a representatividade da mulher eleita corresponde à da mulher excluída. Isto é, são três décadas para vencer e oito meses para despençar. A Jornada da Heroína da que vence, mas é isolada e destituída, é narrada por meio do jornalismo que desencoraja a participação ativa de mulheres em um discurso que pulveriza em massa as instabilidades que o feminino enfrenta na política. Não à toa, 89% das mulheres não se sente representada por homens no campo político (ANDRILL, 2021) porque há esta construção narrativa de que o masculino controla os benefícios a quem é seu semelhante.

As desqualificações da postura de comando e do pulso para administrar são movimentos comuns à conformação do estereótipo que vão ao encontro da voz emudecida como a de Dilma Rousseff no Senado Federal. Há certa naturalização do apagamento feminino na esfera pública, em um reforço de masculinizar o ambiente social que não depende de pênis ou de vagina para existir; ou seja, não requer a sexualidade, tampouco o gênero. Para negociar o afastamento de mulheres das fronteiras da decisão política, as instituições recorrem a mecanismos como o ensurdecimento de suas reivindicações e a acusação de suas condutas - a exemplo do que apresenta o Marco 11 em *O Globo*.

Parece menos arriscado, portanto, formalizar para o masculino o debate político e a flexibilidade de gerir o poder e para o feminino a vida privada do universo doméstico e da maternidade. Para o ambiente público, nós somos as subordinadas porque estamos a centenas de anos da luta pela suficiência: a mulher não é eficiente para a política porque não é negociadora, não é moldável, não é rígida o bastante; mas quando o é, decepciona ao não cumprir com o que é previsto para o seu feminino. Isto é: a mulher nunca será suficiente porque, antes de mais nada, ela não é homem o suficiente.

O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, [...] está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres *da e na* esfera política (BIROLI, 2010, p. 46, grifo da autora).

A segmentação direcionada da imprensa é traduzida em um viés midiático que corrobora com as configurações de gênero binário. O homem é, via de regra, noticiado entre tópicos de economia e de política, enquanto a mulher é narrada em campos de educação e cultura (BIROLI, 2010). A constatação empírica concorda com o pressuposto de que há menos ocupação do feminino em espaços de prestígio e de voz ativa. Entretanto, a presença física de mulheres em cadeiras até então destinadas a homens não é satisfatória, tendo em vista que em parte dos casos persiste a exigência de a performance ser vinculada a princípios do masculino - ou, então, a luta pela igualdade esbarra em uma atuação que demanda mais esforços da prática feminina diante de um deslocamento mínimo do trabalho masculino. Quer dizer, a linha de partida não é a mesma para eles e para nós. O ponto de chegada, como efeito, também não. A mídia é, com isso, a organização que tem a habilidade e a potência de desconstruir paradigmas ou de reproduzir estes valores, em uma configuração estratégica que narra a participação e a representação da mulher e do homem na política. Os estereótipos narrados por meio das histórias de vida do jornalismo estão intrincados em uma dinâmica atravessada por quem exerce, de fato, o poder. Como efeito, são narrativas cristalizadas que são ativadas quase que espontaneamente quando a mulher ingressa no fazer político do primeiro escalão, sobretudo (BIROLI, 2010).

A avaliação do Marco 11 em *Estadão* traz, conforme observamos, a presidenta Dilma Rousseff em dois cenários: o primeiro é o da defesa encarecida e insistente diante de um crime não explicado na narrativa do jornal; e o segundo é o da fala inútil e desconsiderada, porque o texto já parte da confirmação do *impeachment*. A fotografia que ilustra a publicação

vai ao encontro desta conjuntura, porque traz uma imagem apática e sem elementos que informem além do que a notícia já diz: Dilma Rousseff está de pé, em pronunciamento, de onde respondeu a questões do Senado Federal - e que, conforme diz o jornal, não alteraram o rumo do processo de impedimento.

Com isso, o estágio de sentido que se manifesta no Marco 11 - Ouvida em *Estadão* é o de **Insuficiência** da jornada da mulher na política, dado que os empenhos, os discursos e as condutas do feminino não são o bastante para as instituições que regem e que escrevem o que é admitido ou não na sociedade do país.

Figura 53 - Marco 11 em *O Globo*

# O ÚLTIMO ATO

Em discurso, presidente afastada, Dilma Rousseff, não consegue reverter votos para mudar panorama no julgamento de hoje, avaliam aliados e adversários

**-BRÁSILIA-** Em uma sessão que durou mais de 12 horas, a presidente afastada, Dilma Rousseff, fez ontem seu último discurso antes do julgamento final do impeachment e, possivelmente, também sua derradeira fala como presidente da República. Com um tom emotivo e com forte teor político, o discurso de Dilma foi elogiado por alguns senadores que ainda resistiam em declarar seus votos publicamente, mas, no próprio PT, a avaliação era que não funcionaria para alterar o placar de hoje.

O presidente interino, Michel Temer, por sua vez, preferiu agir como se nada de extraordinário ocorresse no Congresso. Do outro lado da Praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto, Temer recebeu atletas olímpicos e provocou risos ao vestir uma touca de polo aquático. E demonstrou pouco interesse pelo discurso de Dilma, afirmando que não teve tempo de acompanhar porque ficou "trabalhando nos despachos".

Temer chegou a telefonar para senadores aliados para saber como estava o clima na sessão e demonstrou angústia com a possibilidade de não tomar posse a tempo de viajar à China na manhã de quarta-feira.

Sua tranquilidade pareceu ser justificada após ouvir a impressão de parlamentares de que o discurso de Dilma Rousseff não trouxe grandes surpresas e que a margem para uma reviravolta no esperado resultado pró-impeachment era mínima. A mesma avaliação fizeram petistas, que destacaram, no entanto, a importância da fala da petista para a construção da narrativa do "golpe".

— A esta altura, acho muito difícil que ainda haja alguém indeciso a ponto de mudar de ideia. Mas a presidente deu um tom político que foi importantíssimo, porque estamos na disputa pela versão dos fatos. Historicamente, é fundamental — disse o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

A própria presidente reconheceu a dificuldade, indiretamente, em seu discurso, ao dizer que, apesar de estar presente para se defender, isso em nada mudaria o resultado. Ao final, a presidente afastada disse que, caso perca, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) após o processo, que considerou "ilegítimo", apesar da presença do presidente da Corte, o ministro Ricardo Lewandowski, no comando da sessão.

— Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votariao contra mim de qualquer jeito. Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente — disse Dilma.

Golpe foi uma palavra que Dilma usou em diversos momentos. Somente em seu discurso, foram nove vezes. A presidente afastada, que lembrou as sevícias que sofreu durante a ditadura militar; negou que tivesse cometido crime

de responsabilidade e fez alusão a momentos históricos distintos em que houve ruptura democrática para comparar à sua situação. Assim como os ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, Dilma se colocou como vítima de reação de "setores da elite econômica e política" que tiveram interesses feridos com sua reeleição. Curiosamente, o único presidente desde a redemocratização alvo de impeachment no Brasil antes dela, Fernando Collor, afastado em 92 envolvido em denúncias de corrupção, não foi citado em seu discurso.

Na plateia de convidados, além de aliados e ex-ministros, Dilma contou com a presença de um visivelmente abalado ex-presidente Lula e de um solenote Chico Buarque, presentes para demonstrar solidariedade. Do lado de fora do Congresso, um número de manifestantes bastante inferior ao que se viu no início do impeachment, um retrato da desmobilização nesta reta final do processo. ●



**Esforço final.** Por mais de 12 horas, a presidente afastada, Dilma Rousseff, discursou e respondeu perguntas de senadores em seu processo de impeachment: tom emocional, referências à época da ditadura e tese do 'golpe' marcaram fala

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

O exemplar de *O Globo* que constrói o Marco 11 - Ouvida é veiculado em 30 de agosto de 2016, um dia após à data referência da análise do acontecimento (que é de 29 de agosto). A notícia investigada é *O último ato*, que abre a editoria de País, na página 3, ocupando 100% do espaço. Na sequência, há conteúdos que dão continuidade à cobertura do julgamento do processo de *impeachment*: o recurso de Dilma no STF, a tendência do placar pró-cassação, a torcida de Chico Buarque, uma avaliação criteriosa do discurso da presidenta, o passado e o futuro do PT, o posicionamento neutro de Michel Temer e as articulações do tucano Aécio Neves.

O período investigado está entre os dias 26 de agosto e 1º de setembro de 2016, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 11. São sete edições analisadas, em um total de 394 páginas.

Quadro 25 - Trechos narrativos em Marco 11 (*O Globo*)

Marco 11   Ouvida   Agosto de 2016	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	30 de agosto de 2016, terça-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 3. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Em discurso, presidente afastada, Dilma Rousseff, não consegue reverter votos para mudar panorama no julgamento de hoje, avaliam aliados e adversários. (TN 1)
	[...] sua derradeira fala como presidente da República. (TN 2)
	O presidente interino, Michel Temer, por sua vez, preferiu agir como se nada de extraordinário ocorresse no Congresso. (TN 3)
	[...] o discurso de Dilma Rousseff não trouxe grandes surpresas e que a margem para uma reviravolta no esperado resultado pró-impeachment era mínima. (TN 4)
	A própria presidente reconheceu a dificuldade, indiretamente, em seu discurso, ao dizer que, apesar de estar presente para se defender, isso em nada mudaria o resultado. (TN 5)
	[...] Dilma contou com a presença de um visivelmente abalado ex-presidente Lula e de um sonolento Chico Buarque [...]. (TN 6)
	Do lado de fora do Congresso, um número de manifestantes bastante inferior ao que se viu no início do impeachment, um retrato da desmobilização nesta

	reta final do processo. (TN 7)
	[...] presidente afastada insiste no discurso de ‘golpe’ ao se referir ao impeachment. (TN 8)
	Lembrou seu passado de luta contra a ditadura militar e da cena de seu julgamento na época em que aparece de cabeça erguida diante de seus julgadores, dizendo que repete a cena agora. (TN 9)
	Com a voz levemente embargada, lembrou que esteve diante da morte duas vezes, quando foi torturada por vários dias e quando enfrentou um tratamento de câncer. (TN 10)
	Ela destacou o papel do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de ter dado início ao processo [...]. (TN 11)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Marco 11 - Ouvida é avaliado por meio de uma notícia emblemática de *O Globo*. De autoria dos jornalistas Cristiane Jungblut e Eduardo Bresciani, a narrativa tem um uma direção que reconhece o rumo político de Dilma Rousseff e da democracia brasileira, naquilo que se pode testemunhar como a saudação final da dispensa da presidenta do país. Não há espaço de discussão, a exemplo de notícias anteriores, sobre os porquês da deliberação de deputados e de senadores; tampouco se investiga a validade das sentenças pronunciadas pela petista tanto no discurso de 15 minutos quanto no depoimento em resposta aos legisladores na sessão extraordinária de mais de 14 horas. O aprofundamento, de certo modo, aparece enviesado em conteúdos expostos em páginas seguintes - mas a análise que se apresenta é que na notícia que abre a cobertura do último dia do julgamento do processo de *impeachment*, a Jornada da Heroína da mulher na política é a da incompetência que tem como efeito a insignificância perante os 54,5 milhões de votos somados em 2014 - em um retrato da misoginia que desacredita a mulher em uma aversão àquilo que se assemelha ao feminino.

A fotografia não foge ao enredo. Um recorte micro do rosto de Dilma Rousseff escancara as linhas de expressão, o batom desgastado após o pronunciamento, o lápis de olho consumido depois de curtas lágrimas, e a observação visual por meio de um olhar rígido. Ela está no centro da notícia e da imagem, em um protagonismo nem sempre aplicado quando o critério de noticiabilidade consistia nela própria, a presidenta. O elemento que gera impacto é a dimensão da fotografia, distribuída na largura integral da página, com o recorte ampliado da face de Dilma, em uma posição imediatamente abaixo do título também dilatado em três palavras: *O último ato*. A dramaticidade da despedida está escrita e desenhada.

O horizonte que cerca o Marco 11 em *O Globo* é armado com pílulas de trivialidade, em uma narrativa misógina que parece não importar ou absorver o impacto que cada linha noticiada e que cada voto do Senado Federal gera no cotidiano palpável da população. A batalha do *impeachment* que é estabelecida na cartola da página está ampliada no título e na fotografia, apenas; o alarde, porém, não é concretizado na construção jornalística. Parece haver certa normalização do fato, em uma banalidade de sentidos emergentes.

O resgate de histórias de vida precedentes é intrínseco ao discurso da presidenta, a partir do que se avalia em etapas anteriores da linha do tempo Marcos de Dilma. Na sessão que antecede o julgamento, a petista recorre ao recurso da memória a fim de lapidar a jornada de mais de três décadas de relação democrática no Brasil. A defesa não é que haja o endeusamento do perfil da investigada, e tampouco a hipervalorização do percurso político desde o ativismo popular na adolescência; o que proponho é a consideração de que a narrativa jornalística de *O Globo* vulgariza a história (seja de Dilma, seja da política nacional) ao descrever como corriqueiro o acontecimento verbalizado na voz da presidenta. O time de jornalistas, por exemplo, coloca que a ré “lembrou seu passado de luta contra a ditadura militar e da cena de seu julgamento na época em que aparece de cabeça erguida diante de seus julgadores, dizendo que repete a cena agora” (TN 9) e que, “com a voz levemente embargada, lembrou que esteve diante da morte duas vezes, quando foi torturada por vários dias e quando enfrentou um tratamento de câncer” (TN 10). A banalização da dor humana revela o que não é critério para estampar a página de um exemplar de jornal: a morte, a tortura, o regime militar, o câncer. São dispositivos empregados por Dilma Rousseff para promover repercussão em sua fala, sem dúvida; o que não alivia ou reduz a ocorrência dos episódios. A narrativa normaliza as palavras da mulher presidenta que sobe ao púlpito do Senado Federal para reivindicar a inocência perante um crime não comprovado.

Esta razoabilidade não confere crédito à voz da cidadã que desvia do sujeito padrão universal de respeito e de valor. É uma via de mão dupla: quando Eduardo Cunha encabeça a investigação do delito de responsabilidade fiscal de Dilma Rousseff, há a reiteração dos porquês de a infração ser passível de *impeachment*; mas quando a presidenta, na contramão, fundamenta o processo de impedimento em um jogo de poder e arranjo político (indo ao encontro do que o jornalismo de *Estadão* e *O Globo* narram, por vezes), o discurso é naturalizado e mascarado em frases declaratórias. Em um trecho narrativo ao fim do texto do Marco 11, por exemplo, é apresentado que Dilma “destacou o papel do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de ter dado início ao processo” (TN 11). A escolha do verbo neutro (destacar) e a passageira construção frasal vão ao encontro do sentido que venda

os olhos e cobre os ouvidos da população para a informação complexa e apurada. Isto é, sequer é justificada a razão de o peemedebista não figurar mais na presidência do parlamento federal e a motivação de Dilma Rousseff reiterar o deputado como articulador daquilo que nomeia como golpe. É o arranjo misógino disfarçado de notícia objetiva.

Ao tornar comum o peso discursivo e o contexto de impedimento de uma presidenta eleita (para além da fotografia e do título), a narrativa jornalística explica a quem lê qual é o Brasil que importa - ou, ainda, qual é o Brasil que não merece importância: o daquela que repete à imprensa, à população, a adversários, a aliados, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal que é a mira de um acordo injusto e desonesto para redirecionar ao poder político quem, na concepção do sujeito universal, detém a habilidade e a competência de figurar no topo. É esta a história de vida de uma jornada intrincada em uma democracia frágil e recente que sustenta o jornalismo do Brasil em agosto de 2016. O Brasil de mulheres, portanto, que é governado, legislado, protegido e conspirado por homens.

A trivialidade narrativa de *O Globo* está reforçada em uma sequência de trechos que anunciam o fracasso consumado de Dilma Rousseff. A estratégia jornalística não é, porém, a de maximizar o acontecimento, mas de conferir certa indiferença quanto ao último depoimento da petista como chefe do Palácio do Planalto. O descaso está na confirmação de que o pronunciamento é a “derradeira fala como presidente da República” (TN 2). Há a convicção textual de que, mesmo com a insistência discursiva no Senado, ela “não consegue reverter votos para mudar panorama no julgamento” (TN 1). Estas assertivas são dadas sob o quadro de certeza, de comunicado oficial que antecede a votação definitiva do processo (agendada para o dia posterior à sessão extraordinária do Senado).

A objetividade formalizada na notícia traz para quem lê o conhecimento de que as 14 horas de defesa da presidenta do país são pueris, uma vez que até o interino Michel Temer “preferiu agir como se nada de extraordinário ocorresse no Congresso” (TN 3). A insignificância histórica do episódio está narrada enquanto condição primária da noticiabilidade: são nos parágrafos introdutórios que o time de repórteres inaugura os saberes que fabricam esta versão da Jornada da Heroína. A leitora e o leitor são orientados de imediato à descoberta de que o discurso de Dilma Rousseff é executado em vão, porque “não trouxe grandes surpresas”, já que “a margem para uma reviravolta no esperado resultado pró-impeachment era mínima” (TN 4). A derrota abonada por meio do Congresso Federal está, ainda, na voz da presidenta, que “reconheceu a dificuldade, indiretamente, em seu discurso, ao dizer que, apesar de estar presente para se defender, isso em nada mudaria o resultado” (TN 5). Quer dizer, o encontro entre investigadores e investigada tem a incumbência única de

cumprir protocolo, visto que o impedimento da presidenta é incontestável a partir do que narra o jornalismo. A desimportância da fala de Dilma Rousseff está conferida no recurso de aspas novamente empregado na estratégia de *O Globo*, ao dizer que a “presidenta afastada insiste no discurso de ‘golpe’ ao se referir ao impeachment” (TN 8). A pá de cal que sepulta a presidência de menos de seis anos da mulher reeleita está no desestímulo de aliados no decorrer da sessão no Senado; quando “Dilma contou com a presença de um visivelmente abalado ex-presidente Lula e de um sonolento Chico Buarque” (TN 6), além de observar na área externa do Congresso “um número de manifestantes bastante inferior ao que se viu no início do impeachment, um retrato da desmobilização nesta reta final do processo” (TN 7).

A imparcialidade teórica e empiricamente insustentável do jornalismo é um princípio que norteia o fazer misógino, machista, embranquecido e burguês de uma imprensa que versa sobre a exatidão e sobre a objetividade que privilegia o masculino. Isso acontece porque é a versão do sujeito branco, homem, cristão e ocidental que via de regra estabelece a matriz do que é verdade - portanto, quais perspectivas devem conduzir a produção da notícia. A narrativa é o documento histórico que tem a aptidão de distorcer o que é dado como realidade, daí a emergência em não permitir um discurso jornalístico medíocre sobre acontecimentos que transformam a história democrática do país. A mídia aparece como um dos eixos que pode interditar a atuação de lideranças políticas, em palavras da própria ex-presidenta Dilma Rousseff. A petista associa os recursos estratégicos do jornalismo à deslegitimação de grupos nomeados como minoritários: a mulher, a negra, a lésbica, a pobre, a mãe solo, a trans. “Nesse contexto, a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar” (Dilma ROUSSEFF, 2022, p. 58).

Embora esteja permeada por subjetividades e comoções, a fala de Dilma é um parecer importante para refletir sobre o prisma de quem se julga vítima da misoginia política. A cobertura midiática da reeleição em 2014 e das articulações para o golpe de 2016, ao que sugere a presidenta, atropela a norma ética, o conceito jornalístico e o princípio da civilidade com a intenção de desinformar; ou, ainda, de justamente formar saberes sobre a validade e a justiça do *impeachment*.

Nenhuma artimanha lhe foi estranha, apelou a todos os recursos: mentiras, falsificações, facciosismo, inversão dos fatos, pressão sobre autoridades e instituições, teorias da conspiração, preconceitos de classe e, especificamente no meu caso, escancarada misoginia. Predominou, sempre, a manipulação para iludir o público e induzi-lo a erro de avaliação (ROUSSEFF, 2022, p. 59).

Quer dizer, a desimportância do depoimento da presidenta no Senado Federal que está narrada em *O Globo* está de acordo com forças patriarcais que têm o propósito de desmontar a competência da mulher na Presidência da República. Aquilo que Dilma Rousseff nomeia como tsunami de manipulação é o efeito dominó de notícias publicadas em jornais impressos logo pela manhã e que repercutem, no mínimo, durante todo o dia. Nesta esteira, ao público resta a confusão de entender o que é o fato e o que é a acusação midiática.

O estereótipo da mulher como o sujeito mediano que não merece atenção sequer do vice Michel Temer no julgamento final do Senado é explorado por meio deste discurso que coloca a derrota como aliada do feminino, no campo da inferioridade. A construção de uma notícia hostil com a imposição da misoginia é um dispositivo empregado com a pretensão de desautorizar a mulher na via do poder público (Leticia FREITAS, 2018). A concepção de que o feminino é frágil entra neste panorama que anula a autoridade: uma amostra é a sugestão da imprensa, conforme apresentado em marcos anteriores, para que Dilma Rousseff renunciasse ao mandato antes da votação final.

Em seguida, a imprensa passou a defender a tese de que eu não deveria ir pessoalmente ao Senado para me defender, no dia da votação do impeachment, porque seria confrontada e hostilizada pelos senadores da oposição, sobretudo a maioria formada por homens. De novo estavam evidentes ali a misoginia, o menosprezo e o machismo de quem entende que uma mulher não pode ter força para enfrentar uma situação tão difícil (ROUSSEFF, 2022, p. 67).

O viés misógino é reforçado quando o feminino desvia de padrões dominantes em áreas conservadoras como a política. A norma de que cabe aos homens o exercício do poder é extrapolada por cidadãs como Dilma Rousseff, que faz companhia àquelas que também estiveram na mira da segregação e do silêncio. Ao enfrentar o homem, embora já supostamente derrotada, a mulher deixa de cumprir o papel de passividade e provoca a inquietude diante de sua desobediência.

Com isso, o jornalismo do Marco 11 - Ouvida em *O Globo* não resta brecha à compreensão de que a parcialidade da imprensa brasileira não tem partido político - mas tem gênero. A incompetência associada à presidenta, a desimportância do depoimento ao Senado e a trivialidade com que sua fala é narrada apresenta a **Misoginia** como estágio de sentido, porque invalida a mulher na condição de agente digno de significado e de respeito.

## 5.1.12 Marco 12 - Destituída

O último estágio da linha do tempo Marcos de Dilma traz a data histórica de 31 de agosto de 2016 por meio do Marco 12 - Destituída<sup>21</sup>. O *impeachment* é votado, por fim, no Congresso Federal, quando 61 votos favoráveis (e 20 contrários) de senadores cassam em definitivo a petista da Presidência da República. São 84 anos que separam a permissão ao voto de mulheres e a deposição da primeira eleita para chefiar o país. O dia 1º de setembro de 2016 marca a definição do início oficial do governo de Michel Temer como 37º presidente da República do Brasil.

Figura 54 - Marco 12 em *Estadão*

## ‘Grupo corrupto’ assume governo, afirma Dilma

Acompanhada de Lula, presidente cassada afirma durante discurso no Palácio da Alvorada que história será ‘implacável’ com governo

Vera Rosa  
Murilo Rodrigues Alves  
Leoncio Nossa | BRASÍLIA

Em seu primeiro discurso após o impeachment, Dilma Rousseff afirmou que “um grupo de corruptos investigados” assumiu o poder e pregou uma oposição “determinada” contra eles. Acompanhada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Salão de Mármore do Palácio da Alvorada, a presidente cassada avaliou que a história será “implacável” com o novo governo.

“Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão en-

ganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”, disse Dilma, num pronunciamento de 15 minutos.

Vestida com um blazer vermelho, a cor do PT, ela citou o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) ao afirmar que não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. Dilma disse, ainda, que foi derrubada por contrariar interesses e combater o desvio de recursos públicos.

“Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações

desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados”, provocou ela, aplaudida por manifestantes.

**Modificações.** Preparado ao longo dos últimos dias, o discurso de Dilma no começo da tarde sofreu modificações até o último minuto. Ao saber que não ficaria inelutável, ela resolveu falar de improviso e ensaiou um pronunciamento de uma futura candidatura. “Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer ‘até daqui a pou-

co”, afirmou. Em seguida, encaixou uma frase que não estava no script. “Ou eu ou outros assumirão este processo. Eu, a partir de agora, lutarei para continuar a construir um Brasil melhor. Tenho certeza de que outros outros assumirão, no futuro, um papel que está baseado na eleição direta”, insistiu. Embora o destino político de Dilma ainda não esteja claro, há rumores de que ela pode se candidatar ao Senado, em 2018.

O ex-ministro José Eduardo Cardozo, advogado da petista, decidiu apresentar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a “justa causa” do impeachment e outra ação apontando vícios no processo.

Sob gritos de “Dilma, guerreira, da pátria brasileira”, a petista disse que o seu grupo político não pretende voltar apenas para satisfazer seus “desejos” e “ vaidades”. “Acabam de derrubar a primeira mulher presidente do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitu-

cional para este impeachment”, afirmou. “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”

Após um processo que durou quase nove meses desde que o pedido de impeachment foi aceito pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e depois de 112 dias (fastada do cargo, Dilma acompanhou a votação no Senado do lado de Lula, do presidente do PT, Rui Falcão, e dos ex-ministros Jaques Wagner e Carlos Gabas. “Saio da presidência como entrei sem ter incorrido em qualquer ato ilícito, sem ter traído qualquer dos meus compromissos, com dignidade.”

Para Lula, os senadores que votaram pela cassação “rasgaram” a Constituição, numa das “grandes injustiças” da história. “Gonçandaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar”, repetiu. “É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.”

**NA WEB**  
Vídeo: Assista ao pronunciamento de Dilma  
estadao.com.br/e/discursodilma

### ‘Indignação’ MANHÃ DE ABRACO E ‘TRAIÇÃO’

BRASÍLIA

Em 15h05 quando Dilma Rousseff assinou o documento mais triste de sua trajetória política. No Palácio da Alvorada, ela recebeu a notificação do impeachment das mãos do senador Vicentinho Alves (PR-TO), um de seus aliados na votação. Sem graça, Vicentinho disse a ela que se posicionou contra a sua inabilitação para cargos públicos.

Horas antes, Dilma havia assistido ao seu julgamento pela televisão. Quando viu que o senador Telmário Mota (PDT-RJ) votou por seu impeachment, não se conteve. “Mas esse senador esteve aqui hoje”, disse. “A grande marca desse processo é a traição. Começou com uma e acabou com outra.”

Telmário dizia que estava indeciso, mas na segunda-feira, quando Dilma apresentou sua defesa ao Senado, garantiu apoio a ela. Na terça, conversou com o então presidente em exercício Michel Temer e, pressionado, mudou de opinião. Na manhã de ontem, porém, antes de se dirigir ao plenário, passou no Alvorada para dar um abraço em Dilma.

Ela entendeu que contraria com o voto de Telmário. O senador, no entanto, se aliou aos defensores do impeachment. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou indignado.

/V.R., M.R.A. e L.N.



Despedida. Foto é retirada do Planalto

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

<sup>21</sup> As notícias estão disponíveis na íntegra em: <https://abre.ai/hB14>.

O Marco 12 - Destituída em *Estadão* é observado por meio da notícia ‘*Grupo corrupto assume governo, afirma Dilma*, publicada em 1º de setembro de 2016 com autoria dos jornalistas Vera Rosa, Murilo Rodrigues Alves e Leonencio Nossa. O texto integra a cobertura de quase 20 páginas sobre a formalização da cassação de Dilma Rousseff e a posse oficial de Michel Temer na condição de presidente. As notícias que fazem parte da série falam sobre: a postura do peemedebista à frente do Planalto, a punição para Dilma, o placar final da votação, os trâmites para posse de Temer, protestos em todo o país, relação dos EUA com o Brasil após o *impeachment*, ações emergenciais para o governo ainda em 2016.

O conteúdo investigado ocupa 100% da página A12, na editoria de Política. Está sinalizado na capa da publicação, o que atende ao critério de escolha sugerido pela metodologia. O período investigado é compreendido entre os dias 28 de agosto e 3 de setembro de 2016 - três anteriores e três posteriores ao Marco 12, referente à data de 31 de agosto. São sete edições analisadas, em um total de 570 páginas.

Quadro 26 - Trechos narrativos em Marco 12 (*Estadão*)

Marco 12   Destituída   Agosto de 2016	
<b>Veículo</b>	<i>Estadão</i>
<b>Data da notícia</b>	1º de setembro de 2016, quinta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de Política. Página A12. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Em seu primeiro discurso após o impeachment, Dilma Rousseff afirmou que “um grupo de corruptos investigados” assumiu o poder e pregou uma oposição “determinada” contra eles. (TN 1)
	“Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar”. (TN 2)
	[...] ela citou o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) ao afirmar que não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. (TN 3)
	Dilma disse, ainda, que foi derrubada por contrariar interesses e combater o desvio de recursos públicos. (TN 4)
	“Acabaram de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment”. (TN 5)
	“O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência”. (TN 6)

	Para Dilma, os senadores que votaram pela cassação “rasgaram” a Constituição, numa das “grandes injustiças” da história. (TN 7)
	“Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar”, repetiu. (TN 8)
	“A grande marca desse processo é a traição. Começou com uma e acabou com outra”. (TN 9)

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia que encerra a linha do tempo Marcos de Dilma em *Estadão* narra o discurso derradeiro da presidenta Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada após a formalização do *impeachment* carimbado horas antes via Congresso Federal. O indício que inaugura os saberes desta informação está na posição estratégica do texto, que aparece na página 12 em uma cobertura de mais de 20 folhas. A data que institui, portanto, o afastamento jurídico e político da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, mediante a carência de provas empíricas, é traduzido na minimização do acontecimento: o que importa ao jornalismo noticiar são as medidas emergenciais adotadas pela nova gestão do PMDB e um apanhado da votação no Senado na véspera da publicação do exemplar. As negociações que resultam no impedimento da petista, os impactos da exclusão de uma mulher reeleita por 54,5 milhões de cidadãos e os precedentes cavados com um processo atravessado por intersecções de gênero, de classe e de sexo são ignorados; quer dizer, é na segunda metade da cobertura jornalística histórica de 1º de setembro de 2016 que a imprensa de *Estadão* narra em tom trivial a dispensa de Dilma Rousseff da Presidência da República.

A amostra é significativa para perceber quais critérios de noticiabilidade importam para a produção do conhecimento midiático. E mais: quem pode estar na primeira página da cobertura, qual é o protagonista, onde estão as provocações reflexivas que cabem ao jornalismo, como estão diagramados os personagens da história de vida? A negligência informativa é estabelecida quando o pronunciamento de uma liderança democraticamente eleita não está na primeira, segunda ou terceira prioridade - nestes espaços, ao contrário, performam os sujeitos que atendem à normativa de corpo e de voz associados à hierarquia do poder social e político. O significado desta decisão editorial tem relação com os valores-notícia do jornalismo, sem dúvida; mas sobretudo é vinculado aos vereditos subjetivos que convertem sujeitos diferentes por natureza em desiguais. Novamente, repito não há intenção em proteger ou inocentar Dilma Rousseff nesta análise, mas entender qual a articulação que o jornalismo designa àquela que é, de fato, diferente, porque descumpriu a ordem eleitoral do

país em 132 anos de democracia política. Ela é a primeira mulher. E ela é a primeira a ser condenada por um *impeachment* sem renunciar ao cargo, atestando discursivamente sua honestidade. O embaralho não está na condição de Dilma Rousseff ser diferente de quem a antecedeu porque ela não é homem, mas no contexto que a designa enquanto desigual justamente por ser mulher. Não há problema na diferença: mas na desigualdade que reconhece uns em detrimento de outros.

Pertencer à espécie humana deveria ser o único critério para a titularidade de direitos humanos. Não existe, entretanto, uma justaposição entre ser humano do ponto de vista biológico e ser sujeito de direitos. Ao longo da história, e ainda hoje, determinadas classes, categorias e grupos sociais têm se definido como mais humanos, ou seja, mais titulares, do que outros (PITANGUY, 2011, p. 23).

A legitimação de discursos políticos dominantes está nas notícias restritas a Michel Temer e a Lula, que integram as primeiras páginas da cobertura midiática do dia em que a presidenta é impedida jurídica-parlamentarmente de continuar o mandato ao qual foi eleita até dezembro de 2018. Não há validação, na narrativa jornalística de *Estadão*, que construa o fio informativo sobre a petista estar no topo de um campo ao qual, oito décadas antes, mulheres sequer gozavam da permissão de observar. O que o texto esconde (e, com isso, diz muito) é a lacuna temporal da democracia política feminina: foram extensos 78 anos entre o voto de mulheres e a eleição da primeira presidenta; e apenas seis para a deposição da cidadã escolhida para governar o país. A subida é íngreme, mas a descida é efêmera.

Este primeiro aspecto de anulação do protagonismo de Dilma Rousseff no episódio em que se desliga do Palácio do Planalto tem vínculo com as violências registradas desde o Marco 1, em 2008, no anúncio de que possivelmente seria o nome da sucessão de Lula para o pleito geral de 2010. São nove anos de coadjuvância, de resiliência, de apagamento e de estereótipo sobre a Mãe do PAC, aquela que admitiu ser a matriarca de mais de 210 milhões de brasileiros e brasileiras. As jornadas da primeira mulher a escalar muros corpulentos e masculinos da política nacional estão no senso comum das ruas - mas têm origem sobretudo na narrativa que o jornalismo conta todos os dias em suas páginas, em conglomerados de mídia que regem o fazer da notícia e agendam as pautas de interesse público do dia, da semana, quiçá do ano. É nas histórias de vida retratadas por meio da imprensa (em uma sobreposição de acontecimentos e de versões que extrapolam o tempo, em uma narrativa longínqua e complexa) que estão escancaradas as subjetividades ou as objetividades que têm como efeito a violência sistêmica que acomete quem está na base da pirâmide do poder. O *impeachment* de 2016 ilustra como os meios de comunicação “[...] ativamente conspiraram

para esvaziar a legitimidade não apenas dos governantes eleitos [...], mas do próprio princípio do voto popular como base da autoridade política, caracterizando-o como tendo uma natureza populista e fundamentada na ignorância”. Assim, a ação da imprensa na cobertura midiática do afastamento de Dilma Rousseff foi reivindicar “[...] para si o papel de porta-voz da opinião pública esclarecida, cuja responsabilidade inclui atenuar ou corrigir o resultado de más decisões populares” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 179). Quer dizer, o desrespeito jornalístico não se restringe à conjuntura da violência de gênero - mas também à desonra à população que herda informações desviantes mascaradas na objetividade do jornalismo de verdade, aquele que descreve em tom declaratório o que acontece no cotidiano do mundo.

A narrativa de violência é tênue, porém afiada: está, por exemplo, no parágrafo que abre a notícia, quando “Dilma Rousseff afirmou que ‘um grupo de corruptos investigados’ assumiu o poder e pregou uma oposição ‘determinada’ contra eles” (TN 1), em um texto com a sensação de derrota para a presidenta. A autoria do texto reforça a fala de contestação da presidenta, ao repetir que “eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar” (TN 2). Os trechos narrativos estão costurados por esta linha que narra Dilma Rousseff como a sujeita violentada que perde, mas que insinua um contra-ataque. A Jornada da Heroína no jornalismo de *Estadão* apresenta a inspiração do antropólogo Darcy Ribeiro na voz da petista, ao “afirmar que não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores” (TN 3). Este movimento narrativo de derrota-luta-resistência é sinônimo da violência estruturada com ênfase desde dezembro de 2015, com a inauguração oficial do processo de *impeachment*. A notícia de 1º de setembro de 2016, portanto, é o resultado de um ativismo político, midiático e jurídico que tem como propósito noticiar exatamente o que narra o jornalismo: a derrubada do feminino petista da instância do poder. Por exemplo: “Dilma disse, ainda, que foi derrubada por contrariar interesses e combater o desvio de recursos públicos” (TN 4) em uma reprodução literal do pronunciamento, em que reforça que “acabaram de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment” (TN 5).

Ao entender a narrativa jornalística como intencional e estratégica na produção de conhecimento, a versão da história de vida da heroína em protagonismo na notícia pretende entregar uma Dilma Rousseff que se despede em ânimos de derrota, em uma violência simbólica (porém real e potente) de democracia política e de gênero, uma vez que é ignorada a informação substancial de que é a primeira mulher do país a estar onde está - e de que saiu pelos motivos que saiu. No entanto, porventura há a reprodução de um trecho discursivo da presidenta que, entre aspas, requer holofote sobre as justificativas do processo de

*impeachment* - alerta, contudo, que as palavras não são escritas em terceira pessoa por *Estadão*, mas retiradas na íntegra do que comunica Dilma Rousseff ao dizer que “o golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência” (TN 6).

O protagonismo dos meios de comunicação (BIROLI, 2018a) no afastamento da presidenta da República do Brasil, em 2016, está organizado em uma narrativa de violências subliminares e nem sempre cristalinas; mas que arranjam notícias de cunho antipopular da mulher que favorecia camadas plurais da população sob seu comando.

Assim que Rousseff foi deposta, o ministério de homens brancos de Michel Temer passou a desfilhar seus corpos e a disparar declarações sexistas que indicavam sua distância em relação às transformações sociais em curso no país e sua convicção de que o lugar das mulheres é na vida doméstica, garantindo assim o protagonismo masculino. O ambiente em que as performances sexistas do novo establishment se tornaram possíveis é aquele em que a competência das mulheres para a vida pública e, especificamente, para a política foi abertamente contestada (BIROLI, 2018a, p. 78).

As violências narrativas da notícia estão, ainda, na contestação da parcialidade do julgamento (jurídico, midiático e parlamentar) do impedimento presidencial. O texto da página 12 da editoria de Política reitera o arquétipo da injustiça conferido a Dilma Rousseff, cuja opinião é a de que “os senadores que votaram pela cassação ‘rasgaram’ a Constituição, numa das ‘grandes injustiças’ da história” (TN 7); visto que “condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar” (TN 8). Ao encerrar o conteúdo, a notícia explica também na fala de Dilma que “a grande marca desse processo é a traição. Começou com uma e acabou com outra” (TN 9).

A jornada jornalística escrita e impressa para a história é a que permite o reforço de hierarquias na política, como a de gênero. A conformação perante as acusações repetidas pela investigada não é absorvida - apenas transcrita com a ordinariedade de quem copia e cola sentenças soltas sem propósito, sem provocação, sem diálogo. A violência, portanto, ao que compartilha Maria do Rosário (2022), ocupa um espaço de maior ênfase na política do que a própria complexidade de ideias democráticas que projetem o futuro honesto e justo para o país. Ou seja, “[...] a violência política pode ser considerada a matriz sobre a qual as demais expressões violentas, que são as graves e sistemáticas violações aos direitos humanos em natureza diversa que ocorrem no Brasil, atingem a sociedade e destroem a vida das pessoas” (ROSÁRIO, 2022, p. 138).

As palavras jornalísticas que informam a população brasileira sobre o pronunciamento final de Dilma expõem, ao que indicam os nove trechos narrativos apresentados, a negação das mulheres à competência da atuação política; sobretudo ao não mencionar a circunstância em que a presidenta é, ora, mulher, em um cenário organicamente estruturado para e por homens. É na naturalização da notícia que reside a violência política de gênero. As narrativas do jornalismo, logo, atuam como agentes ativos na refutação da habilidade política e na anulação da parcialidade com que o processo é verificado. Com isso, a construção da imagem de “[...] Rousseff e a configuração dos posicionamentos favoráveis a sua deposição podem ser descritos como formas de violência política contra as mulheres [...]. Atingem Rousseff, ao mesmo tempo em que colocam em xeque a condição das mulheres como atores políticos” (BIROLI, 2018a, p. 79).

As ações que desencadeiam a notícia de 1º de setembro de 2016 têm um histórico enraizado nas autorizações e sobretudo nas proibições produzidas para mulheres desde que se há registros do mundo (conforme você lê no Capítulo 2). Há rastros de limitação de fronteiras para ela, que deve se confinar ao espaço privado do lar; em uma dinâmica que, de início involuntária, é espalhada ao inconsciente coletivo. Isto é, a mulher é a gestora do lar. Está dito, está escrito, está definido - e assim será. Nas páginas do jornal, nove décadas depois de a primeira mulher ser habilitada a ir às urnas, a narrativa parece ainda cicatrizar a mesma ferida: há estigmas para quem pode disputar a agenda política da voz pública. Dilma Rousseff não é digna de uma sentença idônea ou de uma notícia que valide a dimensão do afastamento de uma liderança de Estado. Não há amarras subjetivas deste jornalismo escorado em declarações rasas, ao que demonstra *Estadão*, que legitime a barreira rompida pela petista em 2010, ao ser a brasileira que transfere ao feminino o substantivo *presidente*, que por mais de 130 anos é escrito no masculino. É por isso que “[...] o jogo que culmina na sessão fatídica de 2016 começou a desvelar algo até então enganosamente percebido como episódico e não como estrutural: a violência política de gênero e a histórica exclusão das mulheres das decisões políticas e dos espaços de poder” (ROSÁRIO, 2022, p. 140).

Ao que traduz a narrativa jornalística, o impedimento da presidenta Dilma é a linha que simboliza a autorização parlamentar, jurídica e midiática da exclusão de mulheres na política brasileira. Não há pistas de inquietude do jornalismo quanto à condenação da petista e sequer a cogitação de que o processo é efeito de uma combinação partidária entre PMDB e Congresso Nacional; este arranjo em específico, inclusive, é narrado via imprensa por meio do Marco 8. O silêncio relativo às negociações que resultam na posse de Michel Temer como presidente do Brasil é a conformação da violência de gênero no jornalismo. Em outras

palavras, é a permissão de segregar a mulher à esfera da derrota. A representação está na fotografia que abre a página, com 10 mulheres na linha de frente do discurso de despedida de Dilma Rousseff: são elas que fornecem suporte à presidente, da mesma forma que é para elas que a eliminação da política também é estendida.

O ato de violentar física, moral, patrimonial e/ou psicologicamente é um mecanismo naturalizado ao feminino - em uma série de práticas verbais (como a do jornalismo) que se tornam invisíveis. Na política, a violência de gênero está no histórico apagamento ou na proibição de coexistência em espaços institucionais, ao que demonstra a narrativa de *Estadão*. “A ausência ou ínfima representação institucional das mulheres não é um acaso, mas resultado de um processo cultural articulado para manter as instituições políticas sem a presença feminina [...]” (ROSÁRIO, 2022, p. 140).

A jornada jornalística que o jornalismo narra é a da mulher que na derrota promete lutar, em um estereótipo de resistência. É a história marcada pela traição, pela vingança, pelo arranjo político. A estrutura do descolamento feminino da categoria política é sintetizada na violência política, aqui marcada expressamente pelo argumento do gênero. “A violência pode ter o nosso rosto e aparentar ser sobre nossa vida, mas não tem como objetivo parar apenas uma de nós, e sim desencorajar todas” (Manuela D’ÁVILA, 2022, p. 11). Dilma Rousseff é invalidada enquanto profissional capaz de articular com o Congresso Federal, em uma desautorização do exercício do poder equilibrado e legítimo. É da narrativa da personagem o senso comum da instabilidade, do despreparo, do isolamento, do autoritarismo. A punição por esta inflexibilidade é o impedimento de exercer o seu mandato - visto que ela desobedece a ordem daqueles que via de regra estão vinculados à hierarquia política e partidária. É a violência de gênero na política que cassa Dilma Rousseff.

O Marco 12 - Destituída em *Estadão*, a partir deste panorama, apresenta o estágio de sentido de **Violência política de gênero** da mulher na política brasileira.

Figura 55 - Marco 12 em *O Globo*

Enérgica, Dilma Rousseff é aplaudida por aliados no Palácio Alvorada: ex-presidente fez um discurso duro contra seus opositores e disse que sua saída abre espaço para que o poder seja ocupado por "um grupo de corruptos investigados"

## ‘VOLTAREMOS’ Na saída, Dilma promete oposição incansável

Ex-presidente pede a aliados para não chorar e convoca petistas a combater de forma enérgica governo que afirma ser corrupto

CATARINA ALENCASTRO  
catarina.alencastro@o1b0globo.com.br

**BRASÍLIA** - Duas horas depois de proclamada a sua cassação, a ex-presidente Dilma Rousseff fez um discurso de 12 minutos dizendo que a decisão dos senadores condena uma inocente e que isso entrará para a "história das grandes injustiças". Almirou que se sentia como se estivesse sofrendo o segundo golpe de sua vida: o primeiro, o militar, em 1964; e este, o que considera um golpe parlamentar amparado por uma "farsa jurídica". Embora não tenha dado pistas sobre os seus próximos passos fora da Presidência, chamou a todos os mais de cem ativistas que a cercavam no púlpito montado no Palácio da Alvorada e aos que a assistiam a se juntarem a ela na batalha que disse querer continuar travando.

— Eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer — prometeu.

Em seu último dia como presidente, Dilma acordou às 7h. Ela abriu mão do exercício e foi até a biblioteca, local escolhido para assistir à votação de seu julgamento pelo plenário do Senado. Antes

das 9h, Dilma já tinha decidido que faria um pronunciamento à imprensa sobre o resultado. Dilma transformou sua última cena no palácio presidencial Alvorada num ato político-social. Cercada por parlamentares, ex-ministros, dirigentes partidários e representantes de movimentos sociais, Dilma desceu a rampa espelhada e forrada de tapete vermelho do principal salão do Alvorada, falou, não chorou e não respondeu a perguntas. Mais de cem pessoas se espremiaram no salão. O ex-presidente Lula não desceu, preferiu assistir à fala de Dilma no segundo andar do salão. Estava abastado e olhava para baixo. Foi embora pouco depois.

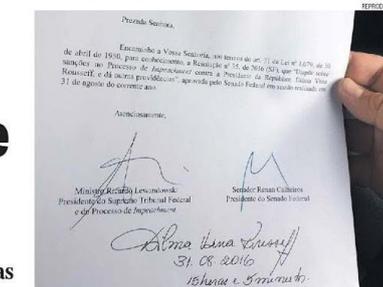
No discurso, Dilma avisou que recorrerá "em todas as instâncias possíveis". Sem citar o nome do presidente Michel Temer ou da Operação Lava Jato, disse achar surpreendente que sua saída abra espaço para que o poder seja ocupado por "um grupo de corruptos investigados".

— É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derrubou do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

“

“Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano”

Dilma Rousseff  
Ex-presidente



Oficial. A assinatura de Dilma no documento que a notificou da cassação do seu mandato

É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis — discursou, atacando em seguida o governo que assume em seu lugar. — Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa História, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

Dilma disse que a descrença e a mágoa são "péssimas conselheiras"; mas prometeu continuar lutando pela democracia:

— Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Numa narrativa lapidada ao longo dos 112 dias que viveu como presidente afastada, Dilma pregou que o "golpe" foi desferido contra toda uma agenda progressista e voltada para a redução das desigualdades sociais e de respeito às minorias. Para ela, "o golpe é misógino, homofóbico e racista".

— O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isso foi apenas o começo. O golpe é contra os

movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres — disse, num discurso lido.

Dilma encerrou sua fala fazendo uma defesa do governo que comandou durante cinco anos e quatro meses, algo que certamente pensou em deixar registrado para a História.

— Saio da Presidência como enterei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos. Eu vivi a minha verdade. — disse ela, que concluiu citando o poeta russo Vladimir Maiakóvski: — Não estamos alegres, é certo. Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da História é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las. Rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta".

Após discursar, Dilma abraçou a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que ameaçou chorar. Falou em seu ouvido: "Não chora". A militância chorou. Muitos se abraçaram. (Colaborou Renata Mariz) •

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *O Globo*.

A publicação de *O Globo* que explora o Marco 12 - Destituída corresponde a 1º de setembro de 2016, um dia após a confirmação final do *impeachment* de Dilma Rousseff. A notícia investigada é *'Voltaremos': na saída, Dilma promete oposição incansável*, que integra a editoria de País, na cobertura de mais de 20 páginas do desligamento da chefe do Executivo. O conteúdo ocupa 100% do espaço, incluindo elementos de opinião. A autoria é da jornalista Catarina Alencastro. A série de informações traz textos que versam sobre: a saída da presidenta, a primeira fala de Michel Temer, as promessas do peemedebista, o placar da votação no Senado, as previsões do mercado, entrevista com Eliseu Padilha, a opinião dos leitores, colunas de jornalistas e um perfil da primeira-dama Marcela Temer.

O período investigado está entre os dias 28 de agosto e 3 de setembro de 2016, três exemplares antes e três exemplares depois da data exata do Marco 12. São sete edições analisadas, em um total de 372 páginas.

Quadro 27 - Trechos narrativos em Marco 12 (*O Globo*)

<b>Marco 12   Destituída   Agosto de 2016</b>	
<b>Veículo</b>	<i>O Globo</i>
<b>Data da notícia</b>	1º de setembro de 2016, quinta-feira
<b>Posição</b>	Notícia da editoria de País. Página 10. Foto de capa
<b>Trechos narrativos (TN)</b>	Ex-presidente pede a aliados para não chorar e convoca petistas a combater de forma enérgica governo que afirma ser corrupto. (TN 1)
	[...] a ex-presidente Dilma Rousseff fez um discurso de 12 minutos dizendo que a decisão dos senadores condena uma inocente e que isso entrará para a “história das grandes injustiças”. (TN 2)
	Afirmou que se sentia como se estivesse sofrendo o segundo golpe de sua vida: o primeiro, o militar, em 1964; e este, o que considera um golpe parlamentar amparado por uma “farsa jurídica”. (TN 3)
	Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. (TN 4)
	Dilma transformou sua última cena no palácio presidencial Alvorada num ato político-social. (TN 5)
	Sem citar o nome do presidente Michel Temer ou da Operação Lava-Jato, disse achar surpreendente que sua saída abra espaço para que o poder seja ocupado por “um grupo de corruptos investigados”. (TN 6)
	“É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo”. (TN 7)
	“Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos”. (TN 8)
	Numa narrativa lapidada ao longo dos 112 dias que viveu como presidente afastada, Dilma pregou que o “golpe” foi deferido contra toda uma agenda progressista e voltada para a redução das desigualdades sociais e de respeito às minorias. Para ela, “o golpe é misógeno, homofóbico e racista”. (TN 9)

<p>“O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isso foi apenas o começo. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções”. (TN 10)</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 10 trechos narrativos, a avaliação da notícia de *O Globo* arremata a análise da linha do tempo Marcos de Dilma. Em um texto factual que preza pela descrição declaratória e objetiva do acontecimento, o jornalismo conta a versão da história que se insere no mapa político-social do Brasil: o desligamento da primeira presidenta mulher reeleita a menos de dois anos antes. A emergência de sentidos, como se observa a seguir, não danifica apenas a participação direta de Dilma Rousseff na política; mas em larga escala, afeta a integridade do feminino em espaços de voz ativa e democracia horizontal.

O aspecto que aparece de imediato é a fotografia em cinco colunas de largura, que ocupa a dimensão lateral de toda a página. A presidenta é a protagonista com o vermelho do Partido dos Trabalhadores em evidência: ela é o elemento central que a passos largos e corpo ereto se inclina de cabeça erguida para a despedida do Palácio do Planalto. A expressão facial de confiança e de equilíbrio são traduzidos na performance corporal de quem a cerca - são aliados e aliadas em preto e vermelho que aplaudem, de pé, a líder que se despede. Caso a imagem não estivesse vinculada à notícia de *impeachment*, poderia ser facilmente conectada a algum êxito da presidente (tamanho a linguagem de consagração dos sujeitos que integram o cenário). A convicção que se manifesta com o registro em relação ao título da notícia é de que, apesar do revés, há indícios de um ressurgimento. A ressurreição, todavia, é a prática intrínseca a quem morre; e na representação política, a luta política de Dilma vai a óbito. Esta dinâmica que a empurra para além dos limites de Brasília é nomeada na voz da presidenta como golpe de governo.

A queda da primeira eleita e reeleita para o Planalto é brusca porque quanto mais alto o cargo, mais íngreme é o declínio. Caso a jornada se dê em um universo regido por sujeitos familiarizados com o poder (como Michel Temer e Eduardo Cunha), a voz no jornalismo será a destes “[...] homens masculinos, fazendo coisas masculinas, de formas masculinas” (Georgia DUERST-LAHTI, 2008, p. 96). É o que escreve *O Globo* ao lembrar que a presidenta considera “surpreendente que sua saída abra espaço para que o poder seja ocupado por ‘um grupo de corruptos investigados’” (TN 6). O golpe político a que se refere Dilma Rousseff, então, pode e deve ser testemunhado também como um ato jornalístico e

generificado: é na página do jornal que estão escondidas as verdades que mascaram a divisão igualitária do poder para homens e para mulheres.

A comunicação social do Brasil emprega no público a certeza de que é ao masculino que está verificada a credibilidade política - não de honestidade, mas de competência e autorização a circular em corredores cercados por aliados brancos, ricos, cristãos, cisgêneros e heterossexuais. A exemplo dos 12 marcos e das 24 notícias avaliadas na Missão das Candidatas, a narrativa jornalística reitera a história do campo político como vinculado ao homem; porque é ele que regula o modo de fazer política há séculos anteriores sequer ao direito de o voto feminino ser atingido. As regras do jogo do poder, por lógica, são estabelecidas por eles: não à toa Eduardo Cunha encabeça o processo de *impeachment* que conduz Michel Temer à Presidência da República em uma cena na qual ele próprio é investigado por atos ilícitos na Câmara dos Deputados. Como efeito, aqueles que atendem à semelhança do ser humano permitido pelo jornalismo ao exercício do poder político são o “[...] grande modelo masculino de liderança” (DUERST-LAHTI, 2008, p. 98). A mulher é a que está alheia a este modelo, e a exemplo da presidenta Dilma Rousseff merece ser afastada.

Não à toa, a intervenção final da petista no Palácio da Alvorada se resume “num ato político-social” (TN 5). Com esta afirmação, o jornalismo gera brechas para a população perceber o caráter simbólico que vai além do protocolo de impedimento de uma chefe de Estado: Dilma Rousseff luta contra o golpe no pronunciamento de 12 minutos em que enfatiza como “a decisão dos senadores condena uma inocente e que isso entrará para a ‘história das grandes injustiças’” (TN 2). É possível identificar que, embora não compactue com a manifestação do golpe e que escreva a expressão, via de regra, entre aspas (a fim de deslegitimar a sua existência), a narrativa jornalística fornece pistas para que o leitor e a leitora reparem no senso de arbitrariedade defendido na fala de Dilma. Ainda na linha de apoio, por exemplo, há a nota de que ela “convoca petistas a combater de forma enérgica governo que afirma ser corrupto” (TN 1). A reivindicação explode diante de um movimento irregular e injusto (o golpe), daí a urgência em discordar da ordem final. Caso o *impeachment* fosse legal, qual a possibilidade de contestação? O jornalismo narra a intenção de retorno de Dilma Rousseff porque não ignora as ínfimas chances de o Partido dos Trabalhadores comprovar, em certa instância, que o processo de impedimento é inconsistente.

As candidatas e as eleitas são produzidas a partir do horizonte da inviabilidade: na narrativa midiática, como sugerem os 12 marcos analisados, as cidadãs são confrontadas quanto à permanência, equilíbrio, flexibilidade e eficácia em se enquadrar às fronteiras políticas do masculino. A anulação não é privilégio de Dilma Rousseff, de Marina Silva, de

Ségolène Royal, de Sonia Guajajara, de Bruna Rodrigues, de Michelle Bachelet. A desqualificação é o dispositivo que engata a engrenagem da violência política de gênero por vezes retratada em golpe. O efeito da depreciação narrativa de mulheres é múltiplo; a regra, porém, é a mesma - invalidar uma para invalidar todas.

O feminino que ousa exceder as demarcações da vida privada do lar está na mira de instituições que prezam por uma lógica generificada do poder a fim de assegurar o topo da cadeia social para um específico grupo de sujeitos. À medida que avança em territórios proibidos, a mulher é narrada na história da vida como a desviante: a que se elege como opositora do governo não por infringir suas leis constitucionais, mas por desobedecer às normas morais de quem exerce o poder político. Assim, a afronta do feminino é ser candidata e ser eleita para governar. “No entanto, [...] a novidade que vem com o fenômeno da primeira mulher demonstra o quão extraordinário é uma mulher chegar ao topo da política: elas são novatas em um negócio masculino, e têm de se familiarizar com [...] essa engrenagem” (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 50).

Por isso o incômodo e o embaralhamento que desassossega o jornalismo habituado a noticiar a versão do masculino na Presidência, no Estado, nas Assembleias, nas Câmaras, no Senado, nas Prefeituras. O nome de Dilma Rousseff não é complexificado em 1º de setembro de 2016, no ato de despedida de Brasília, porque a comunicação midiática do país é frágil e não dá conta de financiar os porquês de a primeira mulher ser impedida de exercer o trabalho ao qual foi democraticamente escolhida.

O jornalismo como organização que interfere no fazer social e nas transformações democráticas do coletivo cotidiano está inter-relacionado com estereótipos de gênero e com os arranjos que formam a política (HOLTZ-BACHA, 2013). É utópico ignorar o que está impresso na página do jornal de circulação diária, portanto. É imprescindível atentar à produção de conhecimento gerada sobre o feminino na política, uma vez que são referências que parecem nortear as deliberações da população sobre o homem e a mulher, o herói e a vilã, o eleito e a afastada, em uma relação dicotômica de gênero e de poder.

O processo que retira o feminino da Presidência da República está expresso em seis trechos narrativos que repetem a incidência de golpe. Todos estão conferidos à fala da petista ou, então, incluem a palavra entre aspas. Na narrativa de *O Globo*, Dilma é vítima do “segundo golpe de sua vida: o primeiro, o militar, em 1964; e este, o que considera um golpe parlamentar” (TN 3): o pronunciamento diz que “o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para

o qual fui eleita pelo povo” (TN 7). É motivada por esta parcialidade que, nas palavras da presidenta, “haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer” (TN 4). A contestação de quem é injustiçada está na garantia de que “a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos” (TN 8). Por fim, ao reiterar a “narrativa lapidada ao longo dos 112 dias que viveu como presidente afastada, Dilma pregou que o ‘golpe’ foi deferido contra toda uma agenda progressista e voltada para a redução das desigualdades sociais e de respeito às minorias. Para ela, ‘o golpe é misógino, homofóbico e racista’” (TN 9) - visto que não foi cometido “apenas contra mim e contra o meu partido. Isso foi apenas o começo. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções” (TN 10). Quer dizer: ao derrubar uma, são derrubadas todas.

Embora talvez não se relacionem ou nem mesmo se conheçam, mulheres na política estão conectadas por este fio invisível, porém escancarado. É a costura por meio da violência que, desde 2016, faz referência à deposição da primeira a fixar residência onde nenhuma outra sequer caminhou. Quando cai Dilma Rousseff, cai também a mulher periférica, a mãe solo, a lésbica, a negra, a pobre; por que com o emudecimento da presidenta, o que resta para as que vivem às margens? Com a invalidação do jornalismo, o que sobra para as que mesmo aos gritos são silenciadas? O *impeachment* narrado em notícias desde a posse da reeleição em janeiro de 2015 não equivale à Dilma Rousseff: mas às Alziras, às Eunices, às Irenes, às Cecílias, às Erikas, a mim e também a você. Nós que somos conduzidas para a porta de saída das salas do exercício do poder em que mexem e remexem as canetas hábeis do sujeito padrão escolhido (por vezes, em eleição; por vezes, em ditadura) para reger o futuro de uma nação. O afastamento da primeira mulher eleita duas vezes para romper com a bolha de conformações de gênero e com a mudez narrativa do jornalismo de massa quanto à inviabilidade do processo investigativo são as rachaduras estruturais da já tão frágil democracia brasileira.

O jornalismo aparece como ator social que contradiz a suposta invenção da objetividade narrativa. Se a ambição é simular a imparcialidade, na prática a repercussão é o arranjo do acontecimento no ritmo que soa a orquestra - mas conforme o que regem os maestros homens que detém a voz da verdade e da confiança. A discrepância é profunda porque estas negociações se concretizam em um campo que tem como fundamento a defesa da pluralidade de pontos de vista, a vigilância sobre poderes formais e a rigorosa checagem de informações; é dever do jornalismo o respeito para a população por meio de notícias afiadas, consistentes e construtivas para um senso comum provocado ao saber (CARVALHO, 2019).

Quando a narrativa não complexifica a gênese do processo de *impeachment* mediante a ausência de provas empíricas, o meio de comunicação presta um desserviço que não só aparvalha o povo - mas desvia o olhar da autêntica motivação que afastou a presidenta de Brasília. “Tal prática sempre foi expediente adotado por governos anteriores, assim como é recorrente em administrações estaduais e municipais, sem punições a quem as tenha executado, incluindo os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva” (CARVALHO, 2019, p. 2). Não à toa, em 2023, sete anos após a votação do Congresso Nacional, ainda há sinais de ambiguidade quanto à veracidade do crime; inclusive com a isenção de culpa na investigação do Tribunal Regional Federal. Veja, se não há ato ilícito e se há o arquivamento do processo, qual a justificativa para Dilma Rousseff ser vítima de um *impeachment*? E por que não há resquícios de uma narrativa jornalística horizontal, que descasque a ferida?

A democracia brasileira está em ameaça quando a razoabilidade de um jornalismo disfarçado de objetivo e isento narra a história da vida cotidiana. O prejuízo, via de regra, recai sobre o mesmo sujeito: o pobre, o nordestino, o negro, o oriental, a mulher, a trans, o gay, a umbandista, o órfão, a mãe solo. São os seres humanos desviantes, os outros, os deslocados. É a que não pertence. É o que será negligenciado. É a presidenta impedida. O estágio de sentido de *O Globo* no Marco 12 é, por óbvio, de **Golpe** contra a mulher que ousa reivindicar os direitos que são seus por natureza: o de existir e ser narrada como protagonista de sua própria história.

## 5.2 Enquanto os homens exercem seus podres poderes

Figura 56 - Tchou, querida



Fonte: Deputados... (2023).

### Quem tem medo de Dilma Rousseff?

De Dom Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva, de Deodoro da Fonseca a Jair Bolsonaro, de Castelo Branco a Fernando Collor: em 510 anos de história monarquista, republicana e ditatorial brasileira, quem resolve as regras de cidadania e sociabilidade do Brasil é o masculino. São os reis portugueses, são os militares ricos, são os empresários brancos que configuram desde 1500 a noção de representatividade no poder que decreta os valores masculinos, cristãos, ocidentais e conservadores de um país majoritariamente formado por mulheres, indígenas, negros e pobres. A matemática não é exata, portanto: a terra é nossa, mas a regra é deles.

O jornalismo é a organização que permite ao povo o conhecimento sobre quem está e quem formata a política - por lógica, quais as interferências de cada parecer na vida cotidiana. Ao se sustentar em um discurso masculinizado (VEIGA DA SILVA, 2010), a narrativa generifica o poder de acordo com o domínio deste homem que se repete a cada império, eleição ou golpe. Mas cinco séculos depois, Dilma Rousseff acontece. É o rosto que quebra a regularidade fincada em solo brasileiro desde o desembarque de Portugal, em 1500. Não é ela a exceção: somos eu e você (as que chegaram antes e as que ainda virão) que escalamos a rampa do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2011. Não é ela a desacreditada: somos nós que nascemos para servir. Não é ela a única: somos todas as mulheres que desobedecem ao exigir o direito de viver, afinal.

É a voz da imprensa que alimenta a jornada jornalística da heroína na política do Brasil. A Missão das Candidatas é o arco de estágios de sentidos que derivam de 24 notícias segmentadas em 12 etapas da linha do tempo Marcos de Dilma (que agrupa as datas mais simbólicas da candidatura, da eleição e da gestão da presidenta). A mulher retratada nestas análises não é propriamente a petista: Rousseff aparece como espelho das brasileiras que atuam na esfera da política. Embora vinculada a um modelo específico de sujeita privilegiada (branca, rica, graduada, ocidental, cisgênera), há a consciência de que não caracteriza todas as camadas do que é ser mulher no Brasil - justamente porque nasce e se desenvolve diante de prerrogativas que permitem o acesso a vielas não frequentadas a outras irmãs de cidadania. Da mesma forma, o jornalismo representado nesta pesquisa não condiz com a absoluta totalidade da produção informativa do país; o que trago é um recorte da comunicação social brasileira.

As 24 notícias que desestruturam a objetividade e a subjetividade da narrativa jornalística por meio da atenção crítica ao gênero no exercício de poder estão ordenadas a partir dos estágios de sentido que emergem do Marco 1 ao Marco 12, entre 2008 e 2016.

Quadro 28 - Os estágios de sentido dos Marcos de Dilma

<b>Marco</b>	<b>Estágio de sentido</b>	<b>Veículo</b>
Marco 1 - Sucessora	Conservadorismo	<i>Estadão</i>
	Padrão	<i>O Globo</i>
Marco 2 - Remodelada	Fortaleza	<i>Estadão</i>
	Superação	<i>O Globo</i>
Marco 3 - Indicada	Coadjuvante	<i>Estadão</i>
	Escolhida	<i>O Globo</i>
Marco 4 - Eleita	Ilusão	<i>Estadão</i>
	Desafio	<i>O Globo</i>
Marco 5 - Vaiada	Resiliência	<i>Estadão</i>
	Machismo	<i>O Globo</i>
Marco 6 - Reeleita	Provação	<i>Estadão</i>
	Guerrilha	<i>O Globo</i>
Marco 7 - Protestada	Masculino	<i>Estadão</i>
	Rejeição	<i>O Globo</i>
Marco 8 - Julgada	Disputa	<i>Estadão</i>
	Vingança	<i>O Globo</i>
Marco 9 - Votada	Isolamento	<i>Estadão</i>
	Fracasso	<i>O Globo</i>
Marco 10 - Afastada	Punição	<i>Estadão</i>
	Depreciação	<i>O Globo</i>
Marco 11 - Ouvida	Insuficiência	<i>Estadão</i>
	Misoginia	<i>O Globo</i>

Marco 12 - Destituída	Violência política de gênero	<i>Estadão</i>
	Golpe	<i>O Globo</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com a intenção de unificar os resultados defendidos nas 24 notícias e por entender que é possível apresentar a jornada jornalística da heroína a partir de um recorte mais justo, o Quadro 30 traz a versão final proposta para a Missão das Candidatas. Há o agrupamento de todos os estágios de sentidos que simbolizam a história de vida narrada no jornalismo da mulher na política brasileira.

Apesar de aparecer em uma lógica contínua, o arco não carece da linearidade para ser coerente. Quer dizer, é possível que haja a atuação de um, de cinco, de 10, ou da totalidade de estágios em uma ordem inversa à sugerida. A sequência cronológica projetada na Missão das Candidatas é um esboço da técnica teórico-metodológica que serve de observação do jornalismo em narrações do feminino na instância do poder. Assim, não tem a pretensão de representar todas as notícias de todas as narrativas do país: ao contrário, é a amostra de uma jornada fabricada conforme a lente de gênero que concebe os arquétipos designados para o feminino no intrincamento histórico da humanidade.

Quadro 29 - Missão das Candidatas

<b>Estágio</b>	<b>Sentido</b>	<b>Jornada</b>
Ato 1: voto	<b>Padrão do perfil conservador</b>	A mulher é protegida e defendida por um sujeito padrão (homem, branco, rico) diante de seu ingresso na vida pública
	<b>Fortaleza que supera a rotina</b>	As adversidades que aparecem na trajetória do feminino são aliadas que nascem para a sua superação
	<b>Escolhida para coadjuvância</b>	A candidata está apta para perseguir os votos da população, mas o protagonista ainda é o masculino
Ato 2: eleição	<b>Desafio ilusório da vitória</b>	Agora eleita, a cidadã encara o empecilho de ver a sua vitória como mérito dos homens que a auxiliaram
	<b>Machismo que é resiliente</b>	A mulher deve combater a exclusão de quem a insulta com xingamentos machistas por considerar sua eleição deslocada e desviante

	<b>Guerrilha da nova provação</b>	Ao ser reeleita para avançar no projeto de governo, ela deve comprovar de novo que é capaz
	<b>Masculino que rejeita</b>	Com vaias e gritos, em uma perspectiva masculinista de protesto, a potência da mulher é mais uma vez rejeitada
	<b>Vingança na disputa patriarcal</b>	O masculino superior aparece agora como o agressivo rival que planeja a queda do feminino por meio de um crime arranjado
Ato 3: exclusão	<b>Fracasso do feminino isolado</b>	A reeleita está sozinha e introspectiva, em uma exclusão da qual não pode escapar: ela é desprezada até por supostos aliados ao ser condenada, na primeira votação, por um crime sem provas
	<b>Depreciação que pune a desobediência</b>	Em uma segunda votação, é novamente aprovada a condenação da mulher; assim, ela é castigada por não obedecer às ordens de quem historicamente governa o mundo
	<b>Misoginia a quem é insuficiente</b>	A gestora defende sua inocência à população e ao júri político, em uma fala ignorada porque ela não é suficiente o bastante
	<b>Violência política do golpe</b>	Na mira de violências sistêmicas de gênero, a mulher será a derrotada e a frustrada que se despede no apagar das luzes

Fonte: Elaborado pela autora.

A mulher narrada no jornalismo está inscrita em uma história de vida engatada na objetividade imparcial da notícia. É com a máscara da isenção que a narrativa rabisca os moldes deste sujeito que não nasce para governar; e que ao desviar das algemas do lar provoca o desconforto àqueles que instituíram e se apropriaram do exercício do poder político. O que o jornalista conta não é nítido em todos os textos - todavia, a intenção miúda que se agiganta diante de informações curtas e sem complexidade subjetiva está traduzida em um conhecimento enviesado. As páginas de jornal narram a Jornada da Heroína amparada em versões anteriores, de um passado remoto e que ainda lateja. Ela é a mãe, é a força familiar, é a guerreira insalubre, é a desequilibrada, é a inflexível, é a rejeitada. De louca à coitada em duas linhas, em uma narrativa que se confunde porque ainda não está preparada para escrever no feminino a palavra já tão repetida no masculino: presidente.

A Missão das Candidatas é o retrato parcial e recortado de uma narrativa criada em oito anos de cobertura da mulher na política brasileira. Da pré-candidatura à concretização do

*impeachment*, o jornalismo<sup>22</sup> masculiniza o discurso que anuncia Dilma Rousseff ao reforçar elementos da objetividade que supostamente neutralizam a escrita. O efeito é contrário: quando não subjetiva o texto com recursos de gênero (e do poder político praticado via de regra por homens brancos), o jornalismo se conforma e aparece como cúmplice na reprodução de estigmas que segregam a mulher da liberdade de revelar a voz emudecida.

Os estágios de sentido são propostos como possibilidade analítica, em uma espécie de guia teórico-metodológico para observação de notícias. É a lente para se verificar o conhecimento gerado por meio de páginas de jornais; e para inquietar a produção de jornalistas e de veículos quanto à responsabilidade social do que entregam para a população todos os dias. As etapas da Missão das Candidatas, com isso, não estão estáticas, visto que cada mulher é narrada de acordo com as suas subjetividades. A jornada jornalística da heroína é um mapa que serve de roteiro para avaliação de narrativas generificadas na política do Brasil. Quer dizer, é como o jornalismo fabrica o conhecimento social, democrático e cidadão da mulher que se arrisca a expor seu nome em urnas eletrônicas de um país calcado na história geral do masculino.

A rota da Missão das Candidatas traz três estágios que segmentam 12 sentidos. O **Ato 1: voto** incorpora os cenários em que a eleitora ainda está em vias de efetuar a candidatura ao cargo público. A inauguração se dá com o **Padrão do perfil conservador**, quando a notícia informa a necessidade de um sujeito modelo (homem, branco, rico) defender e proteger a mulher diante de seu ingresso na vida pública. Neste primeiro passo, há uma espécie de bênção que garante credibilidade à candidata, em um atestado de segurança para a população. Se ele diz, devemos acreditar. O conservadorismo está na urgência de conferir ao coadjuvante o protagonismo da história: é ele que rege o poder político, então é ele quem tem a incumbência de organizar a fiança da candidatura que é dela. Com o aval do masculino, a eleição é confirmada: seja dela, seja de um poste. O potencial da mulher é validado a partir do perfil autorizado por este padrão de existência. O ensaio jornalístico é o que coloca a candidata no viés de réplica do homem já eleito e reeleito: é o masculino que fala por ela.

A narrativa que conserva os moldes do que é correto na performance social reitera que o feminino na política é o que sorri, que viaja à Europa em férias, que tem vestuário elegante e discreto. Não há construção textual que retome o percurso técnico e político da candidata; tampouco o reconhecimento de estreia de uma mulher na política, que ainda em 2023 é razão de excentricidade.

---

<sup>22</sup> Reforço: o jornalismo analisado nesta tese.

Na sequência, a **Fortaleza que supera a rotina** é o sentido que está amarrado à noção de que as adversidades são parceiras do feminino. Nesta etapa da vida da heroína, a resiliência diante do desafio está narrada na força que a impulsiona para a tarefa a ser executada: não importa o empecilho (seja o machismo, seja o câncer, seja a tortura), ela é nascida para a superação. A lógica de que a mulher é inquebrável é estendida à política, uma vez que a candidata tem o encargo de carregar rastros de adaptabilidade a quaisquer que sejam os cenários adversos de sua história.

Em uma produção romantizada, o jornalismo considera o feminino no viés da normalização: uma idosa de 61 anos é diagnosticada com câncer, por exemplo, e a sua grandeza está na continuidade da rotina de trabalho que não será afetada nem mesmo com o tratamento oncológico. É a garantia de que ela deve superar a vida. A dor da mulher é trivial porque ao feminino é atribuída a disposição de abraçar o mundo: quem não ouviu, afinal, a clássica expressão de que a mulher *dá conta de tudo* e que tem talento para *fazer várias coisas ao mesmo tempo*? É a regulamentação da coragem que sobrecarrega os ombros de quem, por vezes, é frágil e indefesa; e por vezes tem a obrigação de ser a fortaleza que supera a rotina da vida cotidiana.

O eco é o da vitalidade inabalável, da saúde inquestionável, do otimismo inflexível: a ela, no cotidiano e na política, não restam brechas para ser suscetível. A dureza é sinônimo de confiança, em uma narrativa primordial a quem almeja vencer nos corredores da democracia brasileira. A conduta condiz com a maturidade profissional de não enfraquecer para não gerar incertezas e instabilidades a quem está aos seus cuidados. Na concepção do jornalismo, quem é a heroína, afinal, se não a que resiste, que tolera, que luta, que supera, que sorri, que obedece? A tragédia é a justificativa para tornar-se forte, para ver-se mais resistente. A elas, logo, tudo é frágil e caótico.

O terceiro e último sentido do Ato 1: voto é a mulher **Escolhida para coadjuvância**. Nesta fase, ainda em vias de candidatura, a cidadã é nomeada como apta de fato para perseguir os votos da população. É a selecionada, em primeira instância, por quem legitima a sua habilidade: o homem que a antecede e os pares masculinos enfileirados no partido político que autoriza a sua existência na política. Ela é a escolhida, todavia a voz (e o desejo) que remanesce é a deles. A candidata não aparece em sua individualidade, mas na condição de agente que integra um projeto vinculado ao sonho masculino de fazer a democracia.

É a coadjuvante que engrossa os aplausos dirigidos ao antecessor que a apadrinha. Quer dizer, ela não é candidata: ela está escolhida. Há um gargalo que segrega uma posição da outra, visto que a candidatura está vinculada à permissão diagnosticada por este sujeito que

detém a versão da verdade. São dele as regras do jogo; logo, também pertencem a ele as sentenças de quem está habilitado a ingressar na esfera impenetrável da política. Faz parte desta lógica a invisibilidade da candidata na condição de mulher. Isto é, a omissão do elemento de gênero que inaugura saberes e sentidos para aquelas que batizam cenários ainda vazios do feminino.

A representação jornalística é a da mulher escolhida não por mérito ético e profissional, mas por ser a preferida do grupo que domina o jogo do poder político. Ela está no lugar de privilégio porque corre na contramão das demais, que via de regra são sequer cogitadas. Ao passo que ele comanda a festa, à candidata resta sambar ao ritmo da ordem. Na atribuição de herdeira, a agente pública é a coadjuvante escolhida para continuar um país organizado por e para o masculino. É nesta fase que ela beira o imperceptível em um senso de inexistência. Não importa o currículo acentuado, o ativismo político, o tecnicismo diplomado: a mulher está à sombra do protagonista masculino - embora seja ela a suposta atriz principal do enredo de sua própria candidatura, afinal. Quer dizer: ainda quando é ela a indicada, são eles quem se reverenciam aos aplausos.

Aqui a jornada da política traz a heroína no vigor de um vulto. A escolhida nunca será tão íntegra, popular e ideal para o país como os homens que a antecedem (e, veja, a sucedem também). Ao fim do Ato 1, que atua com holofote no voto eleitoral, a candidata é a figura secundária daquele herói que rege o mundo. O primeiro a votar nela, portanto, é ele - em uma lógica de quem autoriza o outro a existir (mas não em protagonismo).

O segundo estágio da Missão das Candidatas é o **Ato 2: eleição**, quando o feminino é de fato eleito para o exercício do poder. Para o jornalismo brasileiro, o sentido preliminar neste ciclo é o **Desafio ilusório da vitória**. Quando a mulher ocupa a representação inédita de ser a eleita para a gestão pública (sobretudo quando do outro lado está um adversário homem), é subvertida a matriz enraizada secularmente no país. É neste sentido que o jornalismo constrói a rescisão do contrato que limita ao masculino a governabilidade do Brasil, em uma jornada que tenta prender ao passado o simbolismo do feminino enquanto incapaz e desviante. A narrativa textual, no entanto, não é consistente: ela é eleita, contudo o eixo da vitória está associado ao masculino (seja por meio do discurso, seja por meio da validação primordial do homem que a antecede). Quer dizer, a ilusão do êxito do feminino é ensaiada em um movimento que masculiniza a Jornada da Heroína a partir de expressões, de fotografias e de vínculos com sujeitos que reforçam que o sucesso não pertence a ela; mas ao mérito dele. Há a conformação do rito histórico que apaga o feminino das páginas da história

geral da nação. A mulher, logo, é a desconhecida que graças ao empenho do sujeito padrão que detém a voz da verdade está eleita.

É nesta fase que a cidadã (vereadora, prefeita, governadora, presidenta, senadora, deputada) estreia a vitrine ainda nebulosa para a representação pública e política do feminino. O retrato é frágil e não narra a versão de uma heroína que domina, mas de uma deusa frágil, anônima e inapta. A Missão das Candidatas traz nesta quarta etapa da jornada a ilusão da mulher eleita para disfarçar a certeza de quem, de fato, permanece no poder. Embora seja a mais votada, o escolhido para a prática pública é o homem que está por trás da negociação política - pode ser o marido, o irmão, o pai, o colega, o chefe, o amigo. Por meio deste arranjo, o desafio da eleita está nas batalhas de gênero e de poder que se erguerão nas instituições que organizam o país.

A seguir, após a heroína ingressar no cargo ao qual foi nomeada, aparece o sentido do **Machismo que é resiliente**. Neste momento, a jornada da mulher na política cruza estradas densas de combate à exclusão de quem a admite como diferente e desigual; portanto, está deslocada em um lugar ao qual não pertence (de mérito e relevância na sociedade). O jornalismo conta a história da mulher que, ao atingir a eleição, tem as vaias e os gritos de sujeitos indispostos ecoando em sua direção. O quadro anunciado é de que ela está em uma posição enviesada, de um feminino que explora jornadas que não cumprem com a norma masculina da vida privada, da maternidade e do lar. Uma vaia não é só uma vaia; um xingamento não é só um xingamento. Ao existir e resistir, a cidadã desperta movimentações que provocam o desassossego da humanidade. Veja, não é isso que se espera da mulher.

O machismo lança pistas sólidas por meio de ofensas verbais e físicas, do isolamento da eleita e da expectativa condicionada por gênero. A segregação do feminino nesta etapa é mais latente se atravessada por marcadores de classe e de raça, em acréscimos emblemáticos para a constituição da democracia. Quer dizer, de onde partem os gritos? Quais são as parcelas da população que a discriminam? São os ricos e brancos? Ao insultar uma, o sujeito fere todas - ao lado de pobres, de negros, de indígenas, de orientais, de todas e de todos os que estão onde supostamente não deveriam estar. O ato machista está intrínseco à jornada jornalística da mulher; todavia, é nesta fase em específico que abre as raízes duradouras e ancestrais que se espalham na rotina de um país colonizado como o Brasil. Antes ainda de a mulher cravar a sua existência na vida política, o masculino habituado a estar representado na elite do poder não reconhece a brasileira narrada como o maior nome de gestão do país, do estado ou da cidade. Há certa permissão para agredir quem está em degraus supostamente abaixo do seu.

No entanto, a Missão das Candidatas também traz a resiliência como efeito do machismo. A eleita é narrada na condição de protegida em uma tentativa de evitar novas ocorrências de manifestações agressivas. A precaução, portanto, tem a finalidade de resguardar o feminino. A jornada jornalística pretende descartar a queda de popularidade ou parece desconhecer os potentes efeitos que o machismo lesiona na história de mulheres. O discurso deste feminino deslocado na mira de atos discriminatórios é sóbrio, de acordo com o retrato daquela que sorri apesar da adversidade. Ela não pode chorar ou despençar, afinal. É nesta passagem que a cidadã está armada em uma casca que não quebra, já que está habituada a sustentar com firmeza a rejeição.

O próximo estágio de sentido da Missão das Candidatas é a **Guerrilha da nova provação**. Aqui a mulher permanece no poder: e não bastasse ser eleita, é ainda reeleita para avançar no projeto de governo. A idoneidade e a competência, contudo, não estão garantidas. A maturidade de quem cumpre um novo ciclo de provas está em evidência na ação da agente política que não tem brechas para comemorar: cinco minutos após a materialização do pleito, já há um emaranhado de combates que as instituições (como o jornalismo) e a população não fazem esquecer. É a reivindicação pela existência de quem é democraticamente escolhida para estar à frente do país. A gestora é ignorada, assim, como mulher imbricada de percalços anteriores que formatam a sua história e a de centenas de ancestrais que lutaram décadas antes. Há a conformação da história em uma praticidade social que não agrega para o enriquecimento humano e horizontal do país.

Quer dizer, não é suficiente ter a técnica, o diploma, os votos e a habilidade: a mulher no poder político, ao que narra o jornalismo, tem o dever de provar o seu valor todos os dias. É para isso que foi eleita. O rosto dela enquanto mulher é naturalizado e o marcador de gênero, que constitui a subjetividade de sua jornada, desaparece. A provação está na resistência em se referir a ela como ser humano digno de respeito. Daí a guerrilha como instrumento que provoca esta etapa da vida da mulher. A batalha é disputada na rotina de quem precisa (mais por necessidade do que por desejo) ser a militante de personalidade firme, que digere a tortura testada no limite e na fragilidade de quem não nasceu para ser reeleita. Também é neste estágio de sentido que a heroína é narrada na condição de presidenta, governadora ou prefeita com o substantivo reforçado no feminino. Com isso, refaz um enredo complexo e sinuoso de acontecimentos que se constroem mutuamente, em paralelo às histórias de mulheres semelhantes àquela que está no topo do poder. A guerrilha, deste modo, é a jornada da gestora que está em provação.

A nova etapa da Missão das Candidatas está no sentido do **Masculino que rejeita**, ainda no Ato 2 que trata da eleição e da atuação da agente pública. Nesta narrativa jornalística, a mulher é apresentada em uma perspectiva masculinista que, de antemão, apaga a potência do feminino e os espaços de memória que lapidam o fazer de uma parcela volumosa da população. Aqui é rejeitada a história de vida de eleitas que votam em favor de mulheres; que vão às ruas, bandeiras em mãos, para hastear a proclamação por direitos dignos de existência. É um movimento que automatiza a sociabilidade calcada na dureza de quem luta para sobreviver.

A agenda masculina do jornalismo também coloca o feminino na política a partir do embaralhamento de ideias que não traduzem com propriedade quem é esta cidadã eleita e reeleita. A confusão é típica em cenários em que o protagonismo está no rosto de quem regularmente seria coadjuvante. Quer dizer, quem é esta que governa a todos nós? É a percepção de estranheza, como se a mulher operasse em uma lógica humana distinta e inferior à do homem. Com isso, a narrativa pode fabricar uma agente política ambígua: a exagerada e discreta, a louca e invisível, a incapaz e pós-graduada, a frágil e inflexível.

Cabe a esta fase, ainda, a construção do feminino a partir de um discurso torto e falho com a intenção de reiterar a precariedade de sentido nas falas da eleita. É a agenda narrativa que se mune de lacunas possíveis à discursividade ou à performance da mulher porque, ora, é um ser humano passível de equívocos. Por meio desta deslegitimação o masculino ergue muros mais pesados que segmentam o correto (eles) de um lado e o errado (nós) de outro.

A rejeição aparece como efeito da masculinização narrativa do poder. Por intermédio deste estágio, o feminino na política é anunciado em tom de protesto e de negação. Ou seja, o coletivo esgota a paciência diante da mulher que não tem aptidão técnica e afetiva para conduzir um governo. Há panelaços, há gritos, há hostilidade. A consistência da líder política está no otimismo que conforta quem vive à sombra de seu acolhimento: embora desprezada, a mulher na política teima em não renunciar ao rastro de luz adquirido após mais de um século de tempestade. A recusa é grave, nesta etapa, porque é anterior e interna ao que acontece no hoje: a desaprovação do feminino cumpre um cronograma estipulado junto a aliados, a família, a amigos, a eleitores. Está naturalizada, portanto, a traição e a rejeição daquela que almeja atingir títulos que socialmente são resguardados a um outro grupo. É o movimento precursor que assinala o quão desconfiada e atenta a mulher deve estar - sobretudo com supostos aliados vinculados à branquitude masculina.

Na sequência está o último sentido que integra o Ato 2: voto, quando aparece a **Vingança na disputa patriarcal**. Esta etapa explica as manobras do jornalismo para

apresentar uma gestora política a partir da conjuntura da rivalidade binária que a posiciona frente ao adversário ancestral do feminino: a superioridade masculina. É uma dinâmica encabeçada por partidos políticos e por sujeitos que geram a dicotomia entre a eleita *versus* aquele que deseja estar eleito. Há traços de um arranjo escorado em um sistema frágil e desestruturado como a democracia brasileira - que tem certa preferência em promover disputas de sujeitos em vez de organizar o debate de ideias progressistas. A orquestra desta concorrência por um poder vertical e hierárquico é ancorada no acirramento ideológico de valores de gênero, de raça, de classe, de sexualidade: quem defende qual lado, portanto. É ele contra ela. Os dispositivos empregados para legitimar a competição podem ser quaisquer artimanhas que impeçam a eleita de exercer suas atribuições - desde o compartilhamento de informações falsas até o processo de *impeachment*. Isto é, quando não obedece, a mulher é rejeitada e expulsa.

A disputa por estas regras do patriarcado que garante a manutenção da masculinidade do poder parece mais eficaz quando é travada diante daquela sem semelhantes para a defender. Não há um índice de aliadas que garantam a força numérica do feminino na política. A candidata ou a eleita está sozinha. É nesta etapa, portanto, que fica evidente a guerrilha embranquecida que certifica o masculino (e suas muitas dezenas de governadores, deputados e presidentes homens) contra o feminino (e suas raras unidades de governadoras e deputadas). A disputa emerge diante das lacunas, das rivalidades e dos binarismos em um panorama no qual o feminino é o alvo de confronto estimulado com a autorização do masculino. Novamente nesta instância a mulher pode ser nomeada como quem ataca (diante de ofensivas do adversário) e ainda como a que é fraca (e não resistirá às ações do outro). A disputa patriarcal tem como foco a deposição do feminino para que quem assuma o comando seja mais uma vez o masculino.

As negociações que o jornalismo aponta neste estágio da vida política do feminino dão ênfase à ameaça, ao abandono, às traições e sobretudo à vingança contra aquela que não obedece ao que exige o masculino. Faça o que eu digo, não o que eu faço. Em outras palavras: você tem o dever de acatar, não de repetir os meus passos como pessoa política. Caso ouse insistir na permanência deste lugar que não pertence à sua categoria (a feminina), a vingança é a estratégia para enfatizar um processo de deslegitimação da mulher que se atreve a querer.

O próximo e último estágio que segmenta os sentidos jornalísticos da Missão das Candidatas é o **Ato 3: exclusão**, em um movimento derradeiro que segrega a mulher da possibilidade da prática política. De início, a narrativa demonstra o **Fracasso do feminino isolado**, quando a agente pública é retirada do círculo central de trabalho ao ser concebida

como derrotada ou desastrada. É aqui que o jornalismo apresenta a heroína em uma jornada de solidão e introspecção coagida, da qual não pode escapar: ela é ignorada e desprezada até por supostos aliados, em uma consequência da vingança citada na etapa anterior.

A mulher também é narrada a partir da probabilidade de renúncia. A cidadã, no entanto, enfatiza a certeza de luta. A sua história é marcada por uma batalha solitária para não renunciar ou ser renunciada. Ao se perceber isolada, a gestora retoma contextos anteriores, em cenários dilatados que indicam a solidão histórica da mulher. Quando informa que uma está isolada, o jornalismo reconhece a exclusão de centenas de outras que nem chegam a ser ouvidas, vistas e respeitadas: as que vivem às margens. É o retrato da existência apagada daquela que é a desviante e indigna de estar onde está. Este isolamento traduz a biografia da mulher no mundo político, em um diagnóstico de exclusão e de segregação.

O empurrão que isola o feminino da política brasileira está demarcado, neste momento, por um jornalismo que é guardião da memória social. A história que esta narrativa conta é a da mulher eleita e reeleita, que após ser alvo de machismo e de vingança, está rejeitada porque é derrotada na disputa patriarcal do poder. Ela fracassa quando é nomeada com aviso prévio: você não pertence a este lugar. A representação é, ainda, da pessoa frustrada e triste, mas não em um viés de derrota comum - o feminino é isolado porque carrega o naufrágio e a ruína de quem fracassou. Em uma primeira votação ou primeiro julgamento, ela é condenada por um crime que em princípio não cometeu. Este isolamento motivado pelo fracasso é o anúncio premeditado do que ainda virá.

A seguir, a heroína da política brasileira é narrada no jornalismo a partir do estágio de sentido da **Depreciação que pune a desobediência**. Ou seja, é nesta etapa da história de vida que a gestora é castigada por não acatar as ordens de quem historicamente governa o mundo. Em uma segunda sessão de julgamento, é mais uma vez condenada. Como efeito, é deslegitimada enquanto profissional técnica e líder hábil a fim de que sua jornada seja reduzida e mais agilmente apagada. Assim, não há economia no dispositivo da culpa. A eleita atua na ausência da permissão dos que organizam onde e como o feminino pode existir; ela ousou almejar o poder mais de uma vez - e mais, porque ao atingir o êxito suas práticas são guiadas conforme o que particularmente ela acredita como certo e como errado, sem considerar o argumento do masculino que está interessado em interferir. A mulher é culpada porque reitera a sua condição de ser humano.

Nesta etapa acontecem, também, outros dois movimentos: o silêncio sobre acusações de atos ilícitos e de condutas clandestinas dirigidas à heroína, e a deslegitimação por meio do questionamento de competência. São mecanismos que aparecem, por exemplo, ao

ridicularizar uma falha técnica e ao negligenciar denúncias incoerentes, sem provas. Assim, a mulher que é narrada no jornalismo conforme esta fase da Missão das Candidatas é aquela que não obedece aos homens - portanto deve ser responsabilizada por não atender ao protocolo brasileiro de fazer política. A punição é o afastamento, a condenação, o isolamento, em uma conduta infantil que deixa de castigo quem não se subordina.

A intenção de segregar quem é diferente aparece como ênfase da desigualdade de gênero. Não é suficiente atribuir a ela a inflexibilidade, a burrice, o crime: é preciso fortalecer a gestora como prepotente e arrogante. Deste modo, a mulher que desautoriza a jornada a qual é designada está consciente do castigo por esta devida desobediência. No auge da crise de sua trajetória, a eleita não tem jogo de cintura, não cumpre com a ordem heteronormativa e masculina da gestão, não aceita a honra do poder e não concorda em receber auxílio embora esteja sozinha e despreparada. Está frágil, afinal. É aqui que está enfatizada a depreciação por meio do desrespeito: será nomeada como *afastada* para que não seja mais aceita no grupo dos vencedores. Por meio de arranjos negociados entre adversários e até aliados, a eleita e reeleita será retirada do cargo que é seu por direito. Em uma manobra ilegítima, porém válida juridicamente, é provisoriamente segregada. A separação se dá porque a heroína cumpre uma jornada de imperatividade, de centralização e de inadequação. É impossível conviver com ela. A naturalização é a da mulher desconsiderada e desacreditada. Logo, a desobediência exige que seja punida com a exclusão das páginas da história. Ela não merece estar aqui.

O penúltimo passo da Missão das Candidatas é simbolizado pela **Misoginia a quem é insuficiente**. É a ocasião em que a gestora fala formalmente à população e ao júri que a avaliará como culpada ou inocente. O pronunciamento é criado com a intenção de defesa do crime ainda sem provas. É a chance final de lutar pela sobrevivência. Será dever da personagem preservar sua jornada, embora o antagonista não aparente desejo de compactuar com a honestidade e o julgamento idôneo de uma infração forjada por negociações subjetivas e inexistentes. Quer dizer, esta é a heroína acusada de um crime, a priori ainda não comprovado, que é condicionada a uma defesa diante de quem parece já estar convicto do futuro democrático do país. Haverá a informação construída em vias de alegações em uma perspectiva passiva, de quem tem o dever de intervir pela piedade do sujeito universal que rege as normas mundanas do cotidiano.

De imediato, o feminino será representado como insuficiente. A competência, então, deve estar à prova - em paralelo com a inocência, a capacidade e o merecimento. O jornalismo é aliado do contexto que fabrica o afastamento da mulher na política quando

normaliza a cegueira diante de um delito não legitimado - e ainda submete a cidadã à defesa pública por meio de um discurso que garante a sua mediocridade.

Em seguida, a brasileira é apresentada em um diálogo de uma pessoa só. O que ela fala, como fala e de onde fala é inútil porque não há importância de quem deve ouvir. O argumento é em vão, uma vez que o masculino ignora a voz muda do feminino. É com esta circunstância que a narrativa confirma a mulher como subordinada porque está a centenas de anos da luta pela suficiência: a mulher não é eficiente para a política porque não é negociadora, não é moldável, não é rígida o bastante; a mulher nunca será suficiente porque, antes de mais nada, ela não é homem o suficiente.

Ainda nesta etapa da Missão das Candidatas será possível observar a cidadã como protagonista do cenário de trivialidade que refere a misoginia. Será orgânica a apresentação da luta através da neutralidade, em um discurso pacífico que contradiz o cenário de caos e de instabilidade perceptível no cotidiano. Não haverá sequer a problematização de quem são os acusadores e quais as condutas éticas que movem os autores da denúncia dirigida a ela. É o arranjo misógino disfarçado de notícia objetiva. A eleita (que agora já está afastada) está na centralidade da narrativa que explica qual é o Brasil que importa - ou, ainda, qual é o Brasil que não merece importância: o daquela que repete à imprensa, à população, a adversários, a aliados que é a mira de um acordo injusto e desonesto para redirecionar ao poder político quem, na concepção do sujeito universal, detém a habilidade e a competência de figurar no topo. Ela tampouco será amparada por aliados. Para o jornalismo, o Brasil de mulheres é governado, legislado, protegido e conspirado por homens - em uma sequência de táticas misóginas que asseguram o fracasso consumado da mulher.

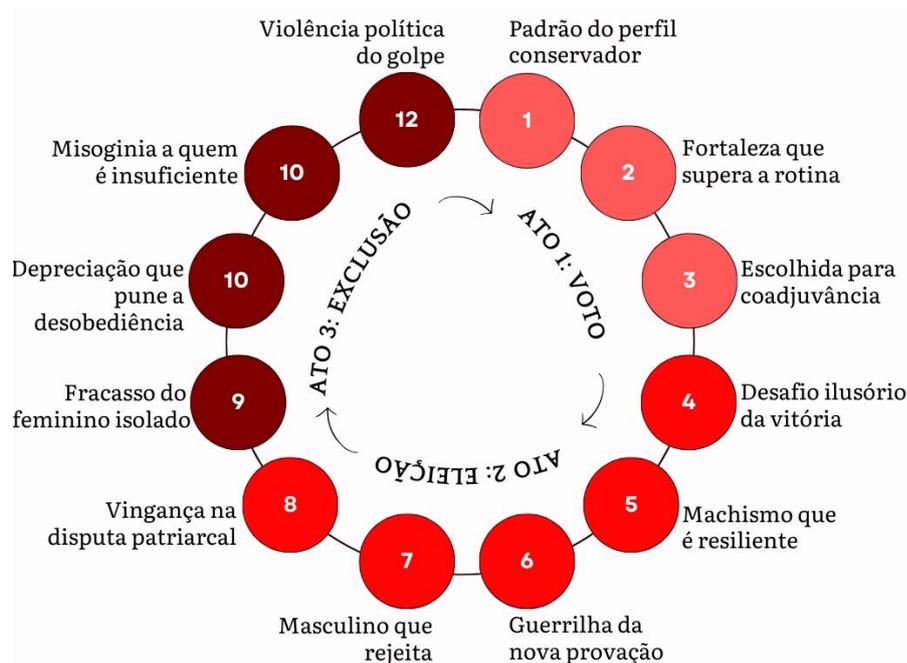
Por fim, o último estágio de sentido da Missão das Candidatas que traça a jornada jornalística da heroína na política é a simbólica e potente **Violência política do golpe**. Ela não é narrada nas páginas midiáticas como a diferente, mas na condição de desigual porque é mulher. O texto que apresenta a deposição derradeira da mulher que abre estradas ainda desabitadas pelo feminino esconde as décadas de negligência à democracia entre todos e entre todas; e mascara as batalhas para que degraus fossem subidos. Em uma ascensão pesada, a queda só pode ser efêmera. Daí a violação do direito básico de humanidade diante daquela que sonha existir e reivindicar: em anos de coadjuvância, de apagamento, de resiliência e de estereótipos, a mulher está na mira de violências sistêmicas de gênero atravessadas por marcadores políticos.

Nesta etapa final haverá a fabricação de notícias em uma natureza de derrota e de frustração. Com estratégias intencionais, o jornalismo conta a história da heroína que se

despede no apagar das luzes, ignorada na condição de mulher - e de ser humano, sobretudo. A imprensa calará diante da parcialidade de um julgamento quebradiço e vulnerável, comandado por maestros do masculino. A Missão das Candidatas é arrematada com a permissão de hierarquias na política, como a de gênero. É na naturalização da notícia que reside a violência política, uma vez que não há incômodos em condenar jornalisticamente a mulher que exige a comprovação do porquê e de onde falhou. Há, por óbvio, a permissão de segregar o feminino à esfera da derrota. O ato de violentar física, moral, patrimonial e/ou psicologicamente aparece como mecanismo naturalizado para a mulher; e é nesta etapa que a violência de gênero revela o histórico apagamento do feminino em espaços institucionais.

Como efeito, a jornada do feminino na política é marcada por um desligamento formal junto à população, em um ato de conforto para quem é vitimada por um golpe. O evento público tem amparo da reivindicação, uma vez que a cidadã eleita, afastada e deposta é apresentada como alvo de uma série de golpes - políticos, corporais, estruturais. A representação jornalística é a de que quando cai a que está no poder, cai também a mulher periférica, a mãe solo, a lésbica, a negra, a pobre. Com ela, todas nós somos conduzidas para a segregação. O prejuízo, logo, recai sobre o mesmo sujeito: o pobre, o nordestino, o negro, o oriental, a mulher, a trans, o gay, a umbandista, o órfão, a mãe solo. São os seres humanos desviantes, os outros, os deslocados. É a que não pertence. É o que será negligenciado. É a candidata eleita para ser violentada com o golpe político nas páginas do jornalismo.

Figura 57 - Missão das Candidatas



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas largas pegadas que cultivam o infértil terreno do feminino na política, a Missão das Candidatas é o guia de caráter experimental que mapeia a narrativa histórica na voz do jornalismo. É a vida traduzida em um conhecimento forjado nos séculos da humanidade que consagram a mulher no escopo do conservadorismo, da superação, da coadjuvância, da ilusão, do machismo, da guerrilha, da rejeição, da vingança, do fracasso, da punição, da misoginia, do golpe. São violências políticas de gênero que narram as páginas imperecíveis da imprensa - que se desfazem materialmente na mesma velocidade em que se espalham socialmente.

O guia teórico-metodológico não é estático e tampouco tem a pretensão de ser a versão única e restrita da realidade do feminino que almeja a política; o que a Missão das Candidatas sugere é a observação analítica de um ciclo de três atos em que a mulher pode ser consolidada na perspectiva enrijecida de marcadores que a condicionam milenarmente: da dependente à inquebrável, da subalterna à apagada, da isolada à insuficiente.

A provocação é a da urgência de um jornalismo inquieto frente à desigualdade em vez de um sistema narrativo conformado em fortalecer estereótipos conservadores e excludentes. Em uma terra desparelha que valida um em detrimento de outro, a comunicação social é o agente hábil e qualificado para produzir um conhecimento enviesado na subjetividade de quem nasce diferente do padrão universal masculino, branco, cis, rico e cristão. O jornalismo tem o dever de ser o dispositivo que provoca a inquietude e o desassossego em quem lê: não há mais brechas para a fabricação de uma experiência trivial e mascaradamente isenta dos acontecimentos que dão corpo ao mundo.

Em 13.486 páginas, o jornalismo explica que a jornada da mulher na política é cumprida em uma escalada custosa sucedida de um declive apressado. Ou seja, há um esquema que fabrica o feminino em um roteiro de sinuosas curvas que guiam o conhecimento para um destino naturalizado na generificação do poder. É a autorização da existência. É o vínculo ao masculino. É a superação da tortura. É a guerrilha da rejeição. É a desobediência do golpe. É, afinal, a Missão das Candidatas.

## 6 PORQUÊ: UMA CARTA PARA AS WILMAS, AS IRENES, AS TERESINHAS

“Quem está nas trincheiras ao teu lado?”

“E isso importa?”

“Mais do que a própria guerra”.

Ernest Hemingway.

Eu venho do ventre ignorante, virgem e estupro de uma menina de 20 anos. Em 1969, ela nasce como a exceção de três de irmãos homens; e com a voz e o corpo do feminino, quebra com quaisquer paradigmas masculinos e cristãos institucionalizados como o absoluto ser e sobreviver da família pobre e imigrante do interior do Rio Grande do Sul. Antes dela, na conjuntura bélica de 1943 (mas em uma alienação social, financeira e informativa que coloca a vida na roça em patamar de outra humanidade), está a segunda filha mais velha dos Rossa: a criança que no auge da imaturidade ingênua é amarrada às divisas maciças e ríspidas que habitam o mundo. O avental de retalhos da menina que protege o reutilizado vestido das primogênicas não esconde os remendos da dor de quem não nasce para ter um sonho. Nos bolsos da vestimenta não há desejos, mas migalhas da colheita do milho, do fumo, do aipim que prometem a manutenção dos caçulas. Em uma infância tingida pelo verde e pelo marrom do campo, vê a castração de um amanhã profissional: a filha de um pai inflexível não estuda porque tem o dever de casar e de parir. A dignidade às mínguas é herança de uma mãe que veio de longe para sofrer tão perto. Pobre, imigrante e criança, a matriarca aprende três ou quatro palavras em um português enviesado para escapar da ignorância de quem nasce para aguentar o fardo de abrir - abrir a casa, as panelas, a roça, as pernas. Irmã de quase 20, mãe de 16, parteira de mais de 100 e esposa de um único chefe a quem é consagrada a liberdade do poder. Com a vergonha como máscara, escreve uma história em que suporta as estruturas misóginas dominantes de um lar de obediência - a ele, a permissão de agredir, de trair, de engravidar, de dormir, de comer, de intimar. Não há oposição, não há arbítrio, não há ânsia por tentar. A estrada pedregulhosa, árida e solitária é a ordem para estas mulheres acostumadas a serem nada.

A vida não é bonita para Wilma Cecília, para Irene, para Teresinha. Da dor física à violência psicológica, são mulheres que criam estratégias de subsistência falhas, preconceituosas e limitantes - mas ainda assim, são rotas de permanência em uma terra de sujeitos acostumados a não resistir. É a vida que eu aprendi: na fala e na rotina, eu sou um recorte de quem elas são. A minha história é narrada nas trincheiras de uma geração de mulheres mutiladas, violentadas, furtadas. Mas não é uma jornada de exceção: eu sou a regra em um país em que o nome do pai, na certidão de nascimento, ocupa um vazio ensurdecido

que ecoa por toda uma existência; em que a mãe é incriminada por negligências e abandonos; em que a avó é a chefe da família tradicional organizada feito um polvo, com braços para alimentar, para limpar, para servir; em que a bisavó é a imigrante que vive para sobreviver. Eu sou a ponta de uma linhagem de mulheres fabricadas com raízes na desigualdade de gênero, de cor, de sexualidade, de território. São mães passivas que no auge da contradição humana têm o poder de gerar e de nutrir; mas nunca de sonhar.

Esta pesquisa é uma carta de lamentos e de esperanças para as Wilmas, as Irenes, as Teresinhas. Para as Vitóriaas, as Malus, as Biancas, as Carolinas, as Jênifers, as Isadoras. Para as Letícias. É a castração da existência de vocês que me condiciona a empunhar o lápis nas mãos como metáfora de voz ativa, de vez ativa. É por vocês, culpadas e vítimas, que eu escrevo estas linhas.

A Missão das Candidatas é científica, sem dúvida; mas sobretudo carrega o peso de quem tem uma biografia costurada com linhas ásperas da generificação do poder - não o partidário, mas o político de estrutura social. Aquele em que a mulher não tem educação sexual, em que engravida no primeiro ato sexual, em que é condicionada a não exigir a paternidade de sua criança, em que é p\*ta por ser mãe solo, em que é proibida de estudar, em que é obrigada a firmar matrimônio com o primo de primeiro grau, em que é aprisionada à procriação de filhos e filhas, em que tem o dever de sustentar a neta, em que repercute o ódio a mulheres livres, em que ressoa a voz da infelicidade.

Eu escolho o jornalismo como profissão para reverberar um clamor de urgência. Para escrever a história de vida de pessoas que como eu e como você transportam um amontoado de retalhos calcados no sofrimento, no abandono e na fantasia. A informação é esta força capaz de implodir as estruturas dominantes que hierarquizam a diferença para estabilização de desigualdades. Para a menina que se enxerga como um desvio incômodo desde que fecundou em um útero jovem e violentado, que rezou em vão para um deus aliviar a dor infantil da rejeição materna e paterna, que lamenta pela primeira vez aos seis anos, em uma carta ao ainda imaginário pai, a existência do masculino opressor - para esta menina, a informação é a verdadeira heroína.

\*\*\*

A vida narrada nas páginas da história é a do poder masculino.

Nas entranhas de um sobreviver marcado por uma alimentação do existir, quem escapa ao centro para lutar às margens é tatuado por vestígios de exclusão. Quem respira e transpira a

liberdade de ser, de dizer, de votar, de agredir e de segregar é este sujeito primitivo que se nutre da fragilidade de tudo que é diferente; e é no espetáculo do poder que se fabricam as organizações que narram as histórias de vida.

O jornalismo não é o vilão da humanidade, tampouco o causador de desigualdades que rasgam a existência de mulheres, de negros, de gays, de pobres, de nordestinos, de trans. Mas é na palavra narrada por uma imprensa institucionalizada que está a história geral da humanidade - em uma voz capaz de fortalecer alteridades e também de reforçar autoridades. É nas páginas de jornais, é na imagem da televisão, é na voz do rádio, é nas palavras do digital que está o poder de mudar o mundo.

Em quatro anos de entrega, a Missão das Candidatas tem como intenção organizar em um formato espontâneo, empírico e subjetivo a jornada jornalística que narra a mulher na política brasileira. Motivada por todas as razões de existir, de sonhar e de reivindicar, a pesquisa tem origem em inquietações derivadas do Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo, de 2014, quando Wanderléa é construída discursivamente como estereótipo de gênero na Jovem Guarda do Brasil; e da dissertação do mestrado em Comunicação, de 2018, que verifica a representação de 4% de celebridades mulheres brasileiras em capas da revista *Rolling Stone* durante quatro anos. Quer dizer, são fagulhas que incendiaram o desejo de perceber como esta mulher navega nas páginas jornalísticas da política. Não em vão: a tese surge no âmago do pós-eleição de 2018, quando o Brasil escancara discursos naturalizados do senso comum sobre as desigualdades já tão latejantes de camadas nomeadas como minorias - os negros, os pobres, os femininos e tudo que desvia de certo padrão normativo do poder central. Não há surpresa um pleito geral ter escolhido um homem branco e cristão para representar o país produzido pelo masculino - a perturbação está na série de interdições reforçadas por meio de um discurso unilateral, constituído com o que há de mais pobre, violento e intolerante existir de uma nação múltipla e colorida como o Brasil.

A Presidência da República em 2020, no ano de abertura deste doutorado em Comunicação, expõe na vitrine da democracia um líder que agrediu mulheres fisicamente, que não vê a possibilidade de seus filhos se relacionarem com pessoas negras porque foram bem educados, que não estupraria uma deputada porque ela é feia e não merece, que crê na licença-maternidade como prejudicial ao patrão, que fraquejou ao gerar uma filha mulher, que autorizou turistas a virem ao país em busca de sexo com brasileiras, que acreditou na igualdade de cargos do primeiro escalão com 20 ministros homens e duas ministras mulheres, que assegurou como a jornalista queria dar o furo para ele, e que vetou a distribuição de absorventes íntimos a pessoas que menstruam e estão em vulnerabilidade social (Inara

CHAGAS, 2022). Como mulher, como brasileira, como jornalista, como filha sem pai, como pobre e sobretudo como ser humano, emudecer diante desta conjuntura de castrações é sinônimo de morrer aos poucos.

Com o mesmo estímulo que desassossega porque machuca, em 2020 e em 2021 eu integrei o espaço político e partidário na condição de jornalista. Em 2020, como assessora de imprensa especial do gabinete do prefeito na Prefeitura de Gramado. Em contexto de pandemia, formei grupos de gerenciamento de crise na sombra de homens que trabalhavam menos e recebiam mais - mais prestígio, mais salário, mais atenção. Eu fui chamada de brava quando exigi silêncio, de arrogante quando pedi a um turismólogo não me ensinar jornalismo, e de bonita demais para ser inteligente. Eu fui convidada a concorrer à vereança porque na concepção do partido político “nos falta um rosto jovem e bonito”. Eu ouvi secretárias municipais serem alvo de piadas machistas com ênfase no etarismo. Eu vi, todos os dias, uma dezena de homens brancos, heterossexuais, cristãos e ricos se acomodarem de pernas abertas e café em mãos em torno de uma mesma mesa, que escorava os mesmos amontoados de papéis, para trocar histórias do carnaval de 70, das especulações imobiliárias de Gramado, das hipóteses de quem ganha e quem perde no grenal<sup>23</sup> do fim de semana.

Em 2021, como gerente de comunicação da Câmara de Vereadores, o que muda é o endereço. O agravante é a constatação de que há mulheres tão potentes quanto homens no projeto de redução do feminino na instância poder. É o que me ensina Simone de Beauvoir: o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos. Durante um ano, sucumbi às resoluções de vereadores que trabalham meia hora para descansar oito, de vereadoras que maximizam os valores e os preconceitos do masculino, de eleitos e eleitas que cumprem o protocolo do respeito às diferenças com frases feitas por mim para estampar as notícias no jornal. Eu escrevi por eles, eu falei por eles, eu briguei por eles. Eu lutei por elas. Mas a engrenagem política do Brasil, na escala macro de Brasília e na escala micro de Gramado, tem um motor resistente que age com o combustível ilimitado do poder masculino.

Na versão de mulher na política e na versão de jornalista, em cenas que se somam e se misturam, eu vivi desconfortos que não podem ser banalizados. Iguais a mim, há centenas de milhares: nós somos 52% de mulheres em um Brasil com 53% de eleitoras aptas ao voto, mas que se esbarram em um índice de 18% de eleitas em 2022. A Missão das Candidatas é o resultado desta jornada da heroína narrada no jornalismo entre 2008 e 2016, em um período que sintetiza a percepção da democracia brasileira. Esta tese, perceba, não é petista, não é

---

23 Clássico de futebol entre Grêmio e Internacional.

sobre a defesa de Dilma Rousseff e tampouco é lulista. Há uma interseção afetiva e política naquilo que identifico como justo e horizontal para produção de um país honesto, em que a diferença não seja escancarada como desigualdade; acrescentada ao meu reconhecimento na condição de mulher feminista. Com isso, não há brechas para receber estas quase 400 páginas enquanto objetivas e de cunho estritamente teórico e empírico: tudo o que leio, escrevo, converso e traduzo como uma tese está atracado em sustentações subjetivas, daquilo que me fez, daquilo que fez a todas nós e daquilo que arregala os olhos para a alteridade.

Não há pretensão, ainda, de construir uma jornada jornalística sobre todas as mulheres. Embora em dadas ocasiões a pesquisa se refira ao feminino como um só, verifico que há níveis de ser e de existir inviáveis de serem enumerados aqui: a negra, a branca, a indígena, a lésbica, a trans, a pobre, a mãe solo, a periférica, a bissexual, a analfabeta. Ao revelar a trajetória de Dilma Rousseff, o projeto não é definir todas as mulheres - porque a ex-presidenta equivale a uma fatia branca, heterossexual, rica e cristã da população brasileira. Esta é uma das limitações da pesquisa, que não abarca um leque mais amplo de diversidade do feminino. A escolha da petista como objeto de análise se dá em decorrência da expressividade política para o rompimento de padrões da democracia: é a primeira a estar onde nenhuma de nós já esteve.

Ao constituir as marcas inéditas da Missão das Candidatas na política brasileira por meio do jornalismo, também há a finalidade específica de avaliar como este jornalismo reafirma seu discurso masculino; de comparar os marcadores masculinos já estabelecidos na Jornada do Herói; de provocar a objetividade que fabrica a mídia; de categorizar os estágios de sentido emergidos a partir do jornalismo; e de averiguar como os papéis de gênero atravessam os espaços de poder na política brasileira. São objetivos e percepções que descrevo a seguir.

No Capítulo 2, abro as explorações da pesquisa com a generificação do poder político. O que produzo é um mapa largo e enraizado que constata como as atribuições de gênero formatam as instituições que regem a humanidade - como a política e o jornalismo. De antemão, apresento um enredo em vias de alerta sobre como o masculino é a regra e o feminino se dá no estado de desvio. Estas discriminações são coladas em uma engrenagem ancestral, que cruza o histórico da luta feminista, no sufrágismo da virada do século 19 para o 20; e que ecoa até os combates de gênero que estampam Dilma Rousseff na revista *IstoÉ* a partir da manchete *As explosões nervosas da presidente*. Quer dizer, verifico que o feminino e a desautorização do poder são constituídos a partir da representação e da valorização de características do masculino. Eles são a norma, elas são a falha.

As dinâmicas do exercício do poder estão engendradas no campo social e imaterial - em um arranjo histórico e coletivo. Logo, percebo que as identidades de gênero são definidas por estas relações erguidas a partir de redes que moldam a humanidade. São os princípios de como o masculino deve agir e de como o feminino pode operar. Como amostra, em 2013 estreia no Brasil a Escola de Princesas: uma instituição que ensina etiquetas e condutas apropriadas à proteção do lar, na intenção de preparar meninas para o matrimônio e para a maternidade. A produção de padrões sobre como ser mulher e como ser homem, em uma lógica binária de gênero, regulam e incentivam a deslegitimação estruturada conforme os mandamentos do poder generificado. As ações de inferiorização que atravessam a jornada de meninas e de mulheres podem ser concebidas, por exemplo, na sexualização de Dilma Rousseff em 2015, quando protagoniza adesivos fixados em veículos, junto à entrada da bomba de combustível. Ela aparece com as pernas abertas a fim de ser penetrada quando o carro fosse abastecido.

A desigualdade no jogo do poder humano se dá por meio deste processo em que homens se constituem enquanto agentes ativos e mulheres são engendradas como passivas. As definições e as convenções do feminino e do masculino, portanto, são modeladas em esquemas já definitivos de poder: enquanto mulheres são produzidas para a instância do privado (do lar, da procriação, da subordinação), homens são fabricados para o cenário público (da ação, da autoridade, da criação). Assim, o masculino heteronormativo se consagra como a condição primeira na escala da hierarquia do poder, uma vez que é a norma geral. Por ser constituída na posição de inadequação e de falta, ao ocupar o protagonismo em um ambiente estruturado como a política, mulheres inauguram sentidos e moldes que geram confusão e incômodo a quem é secularmente adaptado a um único modelo de comando. O estranhamento se forma porque, no que compartilha Scott (1995), gênero é o campo primário por meio do qual é articulado o poder. Quando o masculino perde ou divide o domínio da ordem da sociedade, há certa desorganização que afeta quem controla e do porquê controla.

Há a constatação, logo, de que os gêneros são fabricados em relações de poder porque é nestas redes de superioridade e subordinação que estão nomeadas e reforçadas as desigualdades. A partir de resoluções do que é o masculino e do que é o feminino, é formalizado o acordo de que há a norma (eles) e o desvio (elas); ou seja, nós somos o oposto, o não-homem, o outro, o segundo sexo. A hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã é assegurada como a amostra exemplar de aptidão, de credibilidade e de segurança.

Este é o gancho para o segundo movimento do capítulo que trabalha a generificação do poder: há um Brasil de mulheres governado por homens. O resgate teórico e numérico que

costuro em mais de 30 páginas é custoso em decorrência da prática da pesquisa, mas sobretudo por afetações que machucam. É uma ferida aberta que não parece estar em vias de cicatrização. A urgência da dúvida motiva a pergunta: por que nós não estamos na política? Como resposta, percebo uma conjuntura problemática e limitada que vê pistas de mudança no fim do século 19. Em 1881 a Lei Saraiva abre a possibilidade de mulheres exigirem o registro eleitoral. É apenas em 1928 que há a eleição da primeira prefeita do Brasil: Alzira Soriano, no município de Lages, no Rio Grande do Norte. Quatro anos depois, o presidente Getúlio Vargas concretiza o Código Eleitoral que permite o voto feminino em um tardio reconhecimento de brasileiras na situação de cidadãs. A garantia é assegurada por meio da Constituição de 1988, quando há a regulamentação de todos iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza.

A Lei de Cotas, em 1995, aparece como novo incentivo à ocupação de mulheres na política brasileira. Diante da escassez de êxito nas normativas desta legislação, em 2009 há a revisita à lei que, então, assegura um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas para cada gênero. Embora necessárias e válidas, as medidas afirmativas não têm vasta expressividade na prática diária e eleitoral. Por exemplo, a chefia nacional dos maiores partidos políticos cabia a apenas 5% de mulheres em 1995. Em 1998, o percentual chega a 10%, e em 2000 atinge a marca de 12%. Em 2010, os 27 partidos do país eram presididos em sua totalidade por homens.

O índice parece alarmante, mas não há surpresa. Em um país de mulheres (52%) e de eleitoras (53%), está a fraqueza de 34% de candidatas em 2022 e de 18% das efetivamente eleitas. A equação numérica define, portanto, quem vota - mas não quem é votada. Como resultado, nas eleições gerais de 2022 há 4,6 homens eleitos para cada mulher escolhida para representar a nação. A conjuntura de 2020 não foge a esta regra: são 34% de candidatas e 16% de eleitas. O mesmo se repete dois anos antes, nos pleitos gerais de 2018: 32% de candidaturas do feminino e 16% de efetivadas. Apesar de se perceber um acréscimo no índice de candidatas e de eleitas, o incremento ainda é gradual e pausado. Em 1994, por exemplo, o Brasil somava 7% de mulheres ocupando a candidatura ao pleito, e os mesmos 7% de nomeadas pelo povo para gerir o país. Quer dizer: em 28 anos de democracia, há uma ampliação de 27% de candidatas e de 11% de eleitas.

Por meio do resgate da política brasileira, é possível perceber um mapa em que, desde 1994, mulheres nunca foram maioria em índices de candidaturas ou de eleitas. Embora o cenário esteja favorável a cada nova eleição, a equidade numérica (que reflete a simbólica do cotidiano) não está próxima de ser concretizada. Os anos com menor proporção masculina

(2020 e 2022) operam com 66% de homens candidatos a cargos públicos; ou seja, o masculino ainda está em folgada vantagem diante do desempenho e da possibilidade do feminino - porque o índice de mulheres eleitas cresce em 2018, 2020 e 2022, porém ainda não extrapola a marca dos 18% da totalidade de representação para governar o país. Ou seja, proporcionalmente as candidaturas apresentam maior flexibilidade e movimentação; contudo, na solidificação dos números a maioria massiva dos assentos ainda tem o nome e o sobrenome de homens brasileiros. Para identificar essas lacunas discrepantes, é possível observar nas eleições de 2022 que não há predominância feminina em nenhuma das esferas da política: há um presidente acompanhado de um vice, há 27 governadores (e duas governadoras), há 422 deputados federais (e 91 deputadas), há 849 deputados estaduais (e 186 deputadas), e há 23 senadores (e quatro senadoras).

O quadro político no pleito de 2022 concentra candidatas em movimentos políticos de esquerda e de centro-esquerda: UP, PCdoB, PSTU, PSOL, PT, PCB e PV. Na contramão, PRTB, Agir, Novo, PMB, DC, PTB, Avante e PL aparecem com o menor percentual de candidaturas de mulheres. Ainda nesta eleição, em nenhum dos cargos há maioria feminina na disputa do voto - ou sequer igualdade de gênero. O gargalo é mais evidente na vaga para os governos estaduais, em que há uma mulher candidata para cada 4,8 homens. Em outras palavras, a proposta de movimentação traçada por meio da Lei de Cotas não impede ou retarda a predominância do masculino tanto na concorrência de espaços públicos quanto (e especialmente) na concretização de vitórias eleitorais.

A parcela mais expressiva de mulheres na política está na coadjuvância (em vagas secundárias), uma vez que em cargos majoritários o feminino ocupa uma escala quase nula: em 2022, quatro concorreram à Presidência (30,7%), 38 ao Governo Estadual (16,9%), 58 ao Senado (23,8%), 3.718 à Câmara dos Deputados (34,9%) e 5.604 às Assembleias Legislativas (33,4% do total). As candidaturas em segunda escala, então, são as que mais se aproximam à paridade de gêneros: por exemplo, 38,8% de vices aos Governos Estaduais são mulheres.

O perfil destas sujeitas que ousam por romper com as previsões do feminino e participam da vida pública e política se assemelha ao masculino. As candidatas são de maioria branca (45,6%), com ensino superior completo (54,1%) e de profissão empresária (9,3%). Quer dizer, apesar de o gênero ser um dispositivo que segrega o poder, a branquitude também interfere na marcação de quem está autorizada a almejar o meio político: nas eleições de 2022, há a disputa de 34,2% de mulheres pardas, 18,4% de pretas, 0,8% de indígenas, 0,4% de amarelas e 0,3% não identificadas. A amostra é explícita, ainda, no pleito municipal de 2020, quando mais de 53% das cidades do país não registravam mulheres negras nas Câmaras

de Vereadores. A diferença está designada como desigualdade quando há 44% de homens brancos eleitos para o Poder Legislativo de municípios brasileiros em contraste a 6% de mulheres negras (em uma conjuntura sete vezes menor). O panorama se assemelha ao de 31 brasileiras indígenas e a 28 travestis e trans escolhidas para representar a população.

Em um cenário macro, o pleito geral de 2020 soma 63.560 cargos na gestão do Executivo e do Legislativo em nível municipal. Deste total, há 28.897 homens eleitos. Quer dizer: a mais significativa parcela das cidades brasileiras é chefiada por pessoas brancas identificadas com o masculino. A cada mulher indígena eleita como prefeita ou vereadora, há 932 homens brancos; e para cada trans ou travesti em prefeituras ou Câmaras Municipais, foram eleitos 1.032 homens brancos.

Os números e os índices não estão reiterados nestas páginas em vão. Estes são elementos que comprovam o que, em teoria e no campo simbólico, eu e você percebemos: há autorizações do exercício de um poder verificadas ao masculino que se espalha e fixa ligações profundas na constituição de hierarquias, de democracias e de instituições que têm por finalidade a organização do meio social. A aparição de Dilma Rousseff como a primeira presidenta de um país continental como o Brasil é um marcador porque rompe com uma lógica de 121 anos de República Federativa - em que a autoridade trazia o nome masculino na faixa presidencial.

Dilma Rousseff nasce em 1947 em Belo Horizonte, filha da brasileira Dilma Jane Silva e do búlgaro Pétrar Russév, de quem herda as raízes políticas de militância. Em uma educação privilegiada, de elite e com predicados tradicionais, a adolescente integra organizações clandestinas motivadas pela efervescência do golpe militar: é a origem da atuação na causa operária por meio da Polop, Organização Revolucionária Marxista - Política Operária. Para fugir das forças de repressão, Dilma se apropria de codinomes no fim da década de 1960. Em janeiro de 1970, é presa por subversão e torturada por 22 dias nas instalações da Operação Bandeirantes, em atos que incluíam palmatória, pau-de-arara e choques; a guerrilheira também esteve em posse do Departamento de Ordem e Política (Dops). A liberdade vem em 1972, quando se transfere para Porto Alegre e integra o grupo que formata no final dos anos 70 o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 2001, há a filiação ao Partido dos Trabalhadores - o que encurta a proximidade com Brasília. Na ocasião, Dilma Rousseff integra o time que formula o plano de governo da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência em 2002. Como efeito, transfere a residência para a capital federal e marca história ao ser a primeira mulher ministra de Minas e Energia do Brasil, em janeiro de 2003. Na sequência, também estreia como ministra chefe da Casa Civil.

A popularidade de Lula, que no discurso do senso comum elegeria qualquer sujeito como sucessor (seja uma mulher, seja um poste), resulta na indicação de Dilma Rousseff para concorrer à Presidência da República em 2009 - e então têm origem as desqualificações íngremes que colocam a candidata como técnica e não política. Ao ser eleita em 31 de outubro de 2010, inaugura cenários disruptivos ao percorrer a rampa do Palácio do Planalto ao lado da filha Paula, em vez de um esposo. Há a reivindicação, ainda, do emprego do termo *presidenta* em vez de *presidente* - o que também é refutado por parte da imprensa, de políticos e da população. A reeleição se dá em 26 de outubro de 2014, na repetição de um êxito que incomoda. As instabilidades partidárias e as inflexibilidades de uma gestora que por ora é concebida enquanto rígida e por vezes é percebida como incapaz têm como efeito a abertura do processo de *impeachment* em dezembro de 2015. Em um cenário caótico, confuso e unilateral, a votação na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 traz rastros de sexismo, homofobia, misoginia, machismo e todas as ramificações que estes marcadores têm a habilidade de gerar: foram 367 votos a favor e 137 contrários ao impedimento. Em 12 de maio de 2016, 55 senadores favoráveis e 22 desfavoráveis também atestam a continuidade do processo. A decisão derradeira do *impeachment* de Dilma Rousseff é agendada para o dia 31 de agosto de 2016 (nove meses após o início do trâmite) quando 61 votos carimbam a deposição sem prerrogativas da chefe do Executivo Nacional.

Com o cruzamento de informações duras e complexas (que vão desde a generificação do poder político e a escassez de mulheres eleitas até a jornada de Dilma Rousseff), há um panorama denso de amostras sobre a ácida seiva que é extraída de séculos de uma história masculina. Os pilares desta estrutura são rígidos e inflexíveis porque protegem quem está acomodado a figurar no topo da pirâmide do poder; a desqualificação de tudo e de todos que se distinguem do padrão de sujeito digno e credível é a estratégia empregada para conceber o diferente como desigual. Isto é, ao conferir para o masculino os atributos de potência da vida pública e de habilidade na organização social (devido à suposta força, frieza e competência), o que se percebe é um meio social erguido para o rosto e a voz de homens - são eles que estão autorizados a performar no poder. Como repercussão, é incrustado no senso comum que a fragilidade do feminino (como oposto do masculino) não é adequada para o exercício de liderança em deliberações que rompem os limites da vida privada do lar. A candidatura para a política é um atrevimento para quem tem como destino o matrimônio e a maternidade na condição de tarefas primárias. Daí a robustez da eleição e da reeleição de Dilma Rousseff: embora tardia, a escolha de uma mulher para a chefia das decisões políticas do país é um marco que, em vez de amenizar os efeitos de um feminino insatisfeito com o silêncio,

expande as certezas e as incertezas sobre os porquês de mulheres ainda experimentarem o domínio do masculino. Os 53% de eleitoras brasileiras estão representadas nas 18% de eleitas em 2022; mas estas 308 mulheres escolhidas para o Legislativo e o Executivo do Brasil, todavia, não dão conta de resistir por mim, por você, por Wilmas, por Irenes, por Teresinhas. Acima e anterior a nós está um sistema trancado e inacessível que, com teimosia e coragem, pode abrir rachaduras para a luz da igualdade.

No Capítulo 3, os esquemas e as projeções de gênero são traduzidos na representação de arquétipos - a fim de adiantar a consistência da Jornada da Heroína na situação de guia teórico-metodológico. É por meio destas páginas que provoço a história de um feminino a partir de recortes cronológicos ancestrais e mitológicos, em períodos do calendário humano tão anteriores quanto inexplicáveis. Para reconhecer como os atravessamentos de gênero cortam e moldam esta construção, é preciso perceber o inconsciente coletivo como instância de origem em que há um depósito de ritos e de processos constituídos junto ao sistema nervoso de todos os sujeitos, em todas as gerações, em cada país do planeta. É um quadro que organiza um universo eterno e atemporal que se concentra no espaço mais inacessível da psique humana. No âmago do escopo do inconsciente coletivo estão os arquétipos, padrões primordiais e atemporais que acumulam as experiências históricas e cognitivas da humanidade - como as atribuições de gênero, as perspectivas de maternagem, as verificações do corpo feminino.

O aperfeiçoamento e o ajuste destes moldes arquetípicos não se dão em um eixo isolado, na singularidade de mulheres e de homens que se fazem na metamorfose do tempo - mas conforme um movimento global em que é mediada a versão de certo e de errado para a existência e sobretudo para a sobrevivência. Para entender as motivações de um poder político ser outorgado ao masculino e as justificativas para as leis que regem o mundo estarem sob a assinatura da branquitude do homem, é possível esticar o olhar para as projeções mitológicas da antiguidade. Ser ele e ser ela, em uma condição binária de gênero, são articulações penosas e porosas que guiam uma vida ancorada em estereótipos. As cavernas de povoados primitivos, por exemplo, eram concebidas como templos perigosos e tensos que simbolizam o santuário masculino em que meninos eram confirmados como homens. Ao ultrapassar as respectivas cavernas, os sujeitos revelavam coragem e capacidade de atingir a maturidade enquanto adultos responsáveis e protetores.

É com a natureza de certezas definitivas que são anunciados heróis e heroínas que operam em uma sinfonia ensaiada e orquestrada de dureza e de delicadeza, de coragem e de fragilidade, de bravura e de subordinação. São imperativos cruzados por rituais e esperanças

cuja semente está fecundada em um solo maciço, encorpado e supostamente impenetrável. A solidez não é efeito de uma invenção vigente: os rastros estão impressos em trilhas milenares, cruzadas por arquétipos projetados via povos primitivos, mitológicos, ancestrais, em um fazer social regido por abstrações, crenças e cultos à deidade.

As pistas de formações ancestrais do feminino estão materializadas em deusas que evocam forças interiores para promover desconforto e inquietude; são as idealizações de mulheres que repercutem na prática da vivência cotidiana. Não raro, em construções arquetípicas de deidades a protagonista está em confronto com o masculino, a menina aparece como princesa incapaz, e a mulher está desenhada na versão de rainha, de madrasta má ou de bruxa - ao passo que o rapaz é o príncipe destemido, o rei eficaz ou o vilão bem instruído. O catálogo de deusas gregas projetadas por meio de arquétipos costura estas lógicas de adaptações e de negações à espontaneidade de identidades múltiplas e plurais do feminino - a fim de enquadrar as singularidades em um mesmo baú de informações e deveres. Deméter, Perséfone e Hera, por exemplo, representam as mulheres vulneráveis e incorporam atributos designados ao relacionamento familiar (como esposa, mãe e filha). Afrodite, por sua vez, é a sedução que traz potência em suas relações: é conferida como a mais bela, rebelde e irresistível. Iguais a elas, há dezenas (como nós, nossas amigas, nossas mães); são representações de modelos que espelham os cotidianos a partir de uma cultura patriarcal, em que o masculino é a centralidade do poder e da finalidade maior da vivência de cada mulher.

Não à toa, Pandora é a mulher que abre a caixa em que se ocultam todos os males da humanidade, Lilith é a transgressora ao recusar a inferioridade no ato sexual e Eva é a pecadora que transgride as regras ditadas por um masculino divino. Quer dizer, são permissões de violências e de servidões que estão concretadas em pilares de gênero que atravessam todo o fazer social. Está em livros, em mitos e em contos a atribuição de mulheres que integra o mosaico da condição feminina: de Cleópatra a Cinderela, de Virgem Maria a Simone de Beauvoir, de Medeia a Dilma Rousseff.

No Capítulo 4, a jornada da heroína é a lente de gênero que narra histórias de vida no jornalismo. Ao entender que a narrativa é intrínseca à marcha da humanidade, configuro um viver em que cenários, saberes, interpretações e arquétipos estão reforçados e desmontados através desta ritmada costura de palavras ditas e não ditas que fabricam o movimento da vida. É no corpo desta narração que moram as concepções de verdade, os extremismos, os estereótipos, as crenças, os desejos de uma gente que se faz no cotidiano. A Missão das Candidatas é, então, o desfecho de uma jornada que narra a mulher no âmbito público com o exercício da democracia política.

O limiar está na Jornada do Herói desenhada por Joseph Campbell em 1949: um arquétipo ainda tão atual quanto limitante. São três situações (separação, iniciação e retorno) que agrupam 17 estágios de um rito que bagunça e organiza a validação do protagonista. O masculino não está restrito à linguagem; as missões, os impedimentos, os desejos e as motivações reportam a estruturas dominantes de um sujeito heteronormativo. Embora inaugural e potente, o arquétipo não ampara a profundidade de um ser humano complexo, horizontal e diferente - daí a insuficiência de uma jornada atracada no herói homem, que esbarra em avanços possíveis e necessários de expansão.

Quatro décadas depois, a Jornada da Heroína de Maureen Murdock dimensiona o feminino no palco do protagonismo, em um ensaio que provoca a inquietude de quem não sustenta a mulher na matriz central de histórias de vida. Em caráter de protesto individual, a escrita de Murdock afronta o masculino fulcral e convida para a insatisfação de uma jornada que retém as potências do feminino. É um movimento alicerçador para os métodos de avaliação e de percepção do mundo, em um fim de século definido em arranjos de manifestações, de liberdades e de segregações. O chamado da heroína é para um êxito particular que habilite as características e os desejos que, por ventura, são opostos ou vêm de princípios distintos ao do herói. Há triunfos possíveis e passíveis a todos e todas, afinal. Em 10 estágios da história da protagonista, a jornada cumpre missões por meio da negação, da introspecção e da retomada que restaura um propósito de existir. Ainda que categórico e audacioso, o arquétipo de Murdock não consiste na resposta derradeira porque traz agentes limitantes de conquistas e de adversidades de um feminino estereotipado, heterossexual e sem margem para grupos plurais.

O exame epistemológico da Missão das Candidatas é a apropriação da Jornada do Herói e da Jornada da Heroína na circunstância de guias válidos e robustos - porém não definitivos. O avanço se dá no raciocínio de um jornalismo na qualidade de narrativa que conta quem são as mulheres em jornadas de luta do espaço público. Quer dizer, qual é este mapa narrativo que indica metodologicamente quais percursos são cumpridos via mídia ao discursar sobre a história do feminino em um poder atravessado por rastros de gênero. É da natureza jornalística o desejo de contar e de recontar histórias que permeiam e que geram sentido à humanidade; não em vão, é o movimento que legitima, que representa, que valoriza, que descarta a leitura e o significado do mundo. O espetáculo da vida, com entraves e com sucessos, é acessado por meio do que traduz o jornalismo: as vítimas, as heroínas, os culpados, os heróis. A narrativa é o fio que amarra a trama do passado ao acontecimento do presente e ao efeito do futuro; quer dizer, há um conjunto de informações e de interpretações

que remonta a história de cada um e de cada uma de nós. Há ganchos prévios que cumprem a coerência de um enredo povoado por cenários, sujeitos, perspectivas e subjetividades: uma notícia, veja, não é só uma notícia única - mas atende a uma agenda macro de sapiências ancestrais e dilatadas. A continuidade é a ressignificação deste manto de histórias em uma narrativa proposital - que nunca é inocente ou espontânea. Quando repercute a jornada de Dilma Rousseff, é sobre nós que o jornalismo fala; quando confirma fronteiras à capacidade cognitiva da ex-presidenta, é sobre nós que o jornalismo fala; e quando não complexifica possíveis negociações verticais e parciais da mulher no poder, ora, é sobre nós que o jornalismo fala.

As condições sociais de hierarquia e de poder operam como elementos narrativos que despedaçam sociabilidades e alargam desigualdades. A vida calejada, múltipla, divergente e extraordinária, com vias no exercício da alteridade, é a que o jornalismo pode e deve narrar; para que não haja histórias mais respeitáveis que outras, para que não existam sujeitos mais notáveis que outros, para que não apareçam sexualidades mais legítimas que outras. O diálogo proposto nesta tese é calcado na crítica à objetividade inquestionável do jornalismo de verdade que impõe fronteiras à reflexão subjetiva de jornadas invisíveis e que fogem à hierarquia central de um poder branco e masculino. A narrativa é o espaço de encontro de troca com o outro - um outro que tem cor, tem gênero, tem crença, tem sexualidade, tem território e tem desejo inerente e particular. É este contraste de sujeitos específicos e múltiplos que configura o enriquecimento da vida em sociedade, afinal.

A notícia não é o contrato social que mascara a isenção da culpa. O ato de narrar é intencional - não há brechas, portanto, para que seja exercido em uma lógica vertical, exata e integralmente objetiva. O jornalismo na condição de ator social tem a autonomia de produzir paradigmas de gênero e de poder (como o masculino na voz de narrador oficial da história da humanidade), o que afasta a viabilidade de uma narrativa opaca, neutra e distante das margens que torna homogênea a jornada de mulheres e de homens em um país tão alargado como o Brasil. A instituição jornalística é impetuosa: e tem a eficácia de constituir e de defender, por meio da narração de histórias de vida, um cotidiano mais igual.

No Capítulo 5, como efeito do entrelaçamento de índices da mulher na política, da generificação do poder, da trajetória de Dilma Rousseff, da representação do feminino em arquétipos, das jornadas do herói e da heroína, do jornalismo como narração da vida e da subjetividade na construção de equilíbrios sociais, é materializada a **Missão das Candidatas**. O arco é resultado de três fases teóricas e empíricas da pesquisa: a primeira, de investigação exploratória (de março a dezembro de 2020); a segunda, de construção de referenciais e de

objetivos (de janeiro de 2021 a agosto de 2022); e a terceira, de verificação de esquemas metodológicos e de análise da narrativa (de setembro de 2022 a dezembro de 2023).

A viabilização do diagnóstico é organizada a partir da percepção discursiva de como o texto opera por meio de sentidos, conforme a metodologia **Marcos de Dilma**. A linha do tempo de caráter particular e experimental traz 12 datas-chave entre 14 de novembro de 2008 e 31 de agosto de 2016, em um cronograma de nove anos que explora a jornada de candidaturas, de eleições e de exclusões da presidenta Dilma Rousseff. Para investigar as articulações deste jornalismo, a apuração é concentrada em dois veículos brasileiros: *Estadão*, em São Paulo, e *O Globo*, no Rio de Janeiro. Aqui abro um parêntese fundamental: por óbvio, estes são conglomerados midiáticos do centro do país. Todavia, não dão conta de traduzir na totalidade o que narrou o jornalismo entre 2008 e 2016. O que está significado e inferido nestas páginas é uma versão estruturada apenas a partir do que ambos os jornais fabricaram enquanto acontecimento e conhecimento social; embora por vezes esta pesquisa se refira ao jornalismo como um único bloco de uma única produção informativa, há o discernimento de que há uma série de jornalisimos outros que poderiam resultar em esquemas outros da Missão das Candidatas. Ao alterar o objeto, é reformada a consequência. Caso a averiguação se aplicasse à mulher indígena, à mulher negra ou à mulher lésbica, por exemplo, as inferências também poderiam migrar para saberes díspares. Isto é, da mesma forma que a mulher retratada na jornada jornalística da heroína não representa o feminino em sua totalidade, o jornalismo narrado na Missão das Candidatas não abarca todos os exercícios da prática comunicativa do Brasil. Não há viabilidade espacial e temporal para que a verificação ocorresse com todas as mulheres e com todos os jornalisimos - uma vez que nem concebo a possibilidade de enumerá-los em uma pesquisa. Esta é a limitação da tese, que embora traga o empenho de se constituir na alteridade, não contempla pontas ainda soltas de formatos do feminino e também de modelos de negócios do jornalismo que escapam ao que produz *Estadão* e *O Globo*.

Na sequência, para cada Marcos de Dilma é selecionada uma notícia de cada um dos veículos. Deste modo, há um corpus de 24 materiais (visto que são 12 marcos). Ao investigar os jornais três dias antes e três dias depois da data em análise, é somado um aglomerado de 168 exemplares (84 de *Estadão* e 84 de *O Globo*) e de 13.486 páginas. A seleção de trechos narrativos resulta na expressão de estágios de sentido, que então emergem nas 12 etapas da Missão das Candidatas.

O Ato 1: voto estreia com o **Padrão do perfil conservador**, em que a mulher é protegida e defendida por um sujeito padrão (homem, branco, rico) diante de seu ingresso na

vida pública; segue com a **Fortaleza que supera a rotina**, quando as adversidades que aparecem na trajetória do feminino são aliadas que nascem para a sua superação; e vai até a **Escolhida para coadjuvância**, na ocasião em que candidata está apta para perseguir os votos da população, mas o protagonista ainda é o masculino.

O Ato 2: eleição traz o avanço da jornada política da mulher. No **Desafio ilusório da vitória**, a cidadã agora eleita encara o empecilho de ver a sua vitória como mérito dos homens que a auxiliaram; com o **Machismo que é resiliente**, a mulher deve combater a exclusão de quem a insulta com xingamentos machistas por considerar sua eleição deslocada e desviante; a **Guerrilha da nova provação** mostra que ao ser reeleita para avançar no projeto de governo, ela deve comprovar de novo que é capaz; quando aparece o **Masculino que rejeita**, a potência da mulher é mais uma vez rejeitada com vaias e gritos, em uma perspectiva masculinista de protesto; e na **Vingança na disputa patriarcal**, o masculino aparece agora como o agressivo rival que planeja a queda do feminino por meio de um crime arranjado.

O Ato 3: exclusão é o movimento derradeiro da jornada jornalística da heroína. Com o **Fracasso do feminino isolado**, a reeleita está sozinha e introspectiva, em uma exclusão da qual não pode escapar: ela é desprezada até por supostos aliados ao ser condenada, na primeira votação, por um crime sem provas; por meio da **Depreciação que pune a desobediência**, em uma segunda votação, é novamente aprovada a condenação da mulher, e assim ela é castigada por não obedecer às ordens de quem historicamente governa o mundo; na **Misoginia a quem é insuficiente**, a gestora defende sua inocência à população e ao júri político, em uma fala ignorada porque ela não é suficiente o bastante; e com a **Violência política do golpe**, na mira de violências sistêmicas de gênero, a mulher será a derrotada e a frustrada que se despede no apagar das luzes.

Em 524 anos de governos monarquistas, republicanos e ditatoriais, há uma única brasileira estampada no mapa histórico da vertente do poder político, do poder social, do poder de exercício da dignidade e da liberdade humana. A escassez cravada no rosto e no corpo de Dilma Rousseff é impressa em páginas de jornais que, em vez de perceber a eleição de 2010 como desembrulho de perspectivas mais amplas de sociabilidade, se torna cúmplice da construção de muros que segregam direitos e deveres emitidos em tom de esperança na Constituição Federal de 1988. Repito: não é todo jornalismo que castra as contingências de mulheres no exercício do poder, mas ainda há um jornalismo enviesado que é capaz de desnutrir os séculos de lutas de sujeitos desejosos em mudar.

Na condição de organização que apura e traduz o conhecimento da vida cotidiana por meio da narração daquilo que julga pertinente à história, o jornalismo é um risco para a

promoção da igualdade ao sustentar um discurso masculinizado (seja na escrita, seja na conduta). A Missão das Candidatas segmenta 24 notícias diante de um sem-fim de informações formadas e veiculadas; é um recorte que serve de guia experimental para perceber como a narrativa tem a potência de definir valores, de direcionar percepções e de proteger estereótipos. É na voz desta imprensa que mulheres podem ser constituídas desde um padrão conservador até a violência política de gênero - mas creio, também, que é a partir do retrato jornalístico estruturado em vias de subjetividade que o feminino tem a abertura viável e urgente para ressignificação de quem são as mulheres e os porquês de existências travadas em resistências.

O que importa na Missão das Candidatas não é o período de análise, não são os veículos escolhidos, não é a gestora petista - estes são dispositivos que me permitem enxergar um esquema de jogo midiático de poder. Aquilo que a jornada jornalística da heroína brasileira escancara é a interferência hábil e eficaz de uma lógica informativa que narra a origem, a ascensão e a queda do feminino perante o masculino; em uma reprodução de diagramas binários que orquestram a sobrevivência humana. A conformação da narrativa engendrada na objetividade do jornalismo de verdade masculino, branco, ocidental, rico e cristão é a garantia do empobrecimento intelectual e comunitário de todas e de todos nós.

As notícias não são ciência exata em que dois e dois são quatro. Por aqui, na matemática subjetiva do acontecimento, dois e dois estão submetidos à interpretação. Não descarto, desta forma, a apuração cirúrgica e rigorosa do fato: ao contrário, defendo o esgotamento de viabilidades e de rotas que explicam, que desassossegam, que perturbam. É o desconforto da desigualdade que deve incomodar quem narra as histórias de vida no jornalismo. Com a Missão das Candidatas, eu convoco um alarde sobre a produção de um conhecimento masculino. Cada história, cada homem e cada mulher é infundável em sua singularidade; e fabricar um jornalismo verticalizado que não concebe a diferença enquanto agente de potência é se aliar ao opressor para ser cúmplice de uma jornada racializada, generificada e sexualizada.

Não é todo jornalismo, eu entendo. Mas ainda há um jornalismo aqui e acolá que escapa ao juramento ético digno da profissão. E enquanto ele existir, vozes como a minha têm o dever de gritar. Ao vir de heroínas sem chance, sem permissão e sem desejo, eu quebro com um padrão de poder masculino. Esta é a Missão das Candidatas - a minha, a de Wilma, a de Irene, a de Teresinha. Porque tal qual Angela Davis, nós não aceitamos mais as coisas que não podemos mudar: *nós estamos mudando as coisas que não podemos mais aceitar.*

## REFERÊNCIAS

- ABRAJI. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. [S. l.], 2018. Disponível em: [https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf). Acesso em: 18 out. 2023.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A Comunicação Política depois do Golpe – Notas para uma agenda de pesquisa. **Compolítica**, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/193/214>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- ALCÂNTARA, Livia Moreira de *et al.* Dilma na web 2.0. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1721-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALVES, Carolina Maria Moreira; LEITE, Janaina Frechiani Lara. As ações do Marketing e a imagem da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2010. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE (INTERCOM), 16., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0842-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ANAZ, Sílvio Antonio Luiz. Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries. **Revista Significação**, São Paulo, v. 47, n. 54, p. 251-270, jul-dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/159964/161882>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- ANDRADE, Bruna Santos de Almeida. **Redes de atores e argumentos no debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff: o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196423/001095863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 109-123.
- ANDRILL, Thiago. 89% das mulheres não se sentem representadas por homens na política, revela estudo. **Revista Marie Claire**, 25 nov. 2021. Disponível em:

<https://revistamarieclaire.globo.com/Feminismo/noticia/2021/11/89-das-mulheres-nao-sentem-representadas-por-homens-na-politica-revela-estudo.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ARAÚJO, Arthur Hipácio Miná de *et al.* Eleições Presidenciais: o Silêncio de Dilma. *In:* CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (INTERCOM), 13., 2011, Maceió. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0962-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas. *In:* BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 90-136. Disponível em: [https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. *In:* RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 33-50.

ASSIS, Dayane Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia**. São Paulo: Annablume, 1999.

BARRETO, Kellen; OLIVEIRA, Luciana de. 131 pessoas trans foram assassinadas em 2022, aponta associação. **G1**, São Paulo, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/26/131-pessoas-trans-foram-assassinadas-em-2022-aponta-associao.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BENITES, Afonso. Com duas ministras, Bolsonaro diz que há equilíbrio em ministérios: “Cada uma equivale a dez homens”. **El País**, Brasília, 8 mar. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710\\_217334.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html). Acesso em: 10 maio 2023.

BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. **IstoÉ**, [S. l.], 1º abr. 2016. Disponível: [https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/). Acesso em: 12 set. 2022.

BERGER, Christa; MOTTA, Luiz Gonzaga Motta. Narrativa jornalística: a história de Lula contada pelos jornais espanhóis. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, ago. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3218/2482>. Acesso em: 15 maio 2023.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos textos originais, com notas, dirigida pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. São Paulo: Paulinas, 1976.

BILOTTA, Fernanda Aprile. **Heroínas - da submissão à ação**: uma análise junguiana de personagens em filme de animação. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15910>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BIROLI, Flávia. **Aula 5: Mulheres na política**. [S. l., s. n.], 7 ago. 2018b. Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NQXGjA6bANc&list=PLHiE8QPap5vT0HvgaxKK2xfu1CXEup-sj&index=7>. Acesso em: 4 jan. 2023.

BIROLI, Flávia. Ciência, política e gênero. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Unicamp, 2020. p. 19-40.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 90, set. 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ltDT2>. Acesso em: 18 set. 2023.

BIROLI, Flávia. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: BUENO, Winnie *et al.* (org.). **Tem saída?**: ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 17-26.

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Desigualdades e resistência política. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Unicamp, 2020. p. 15-18.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018a. p. 75-83.

BOLEN, Jean Shinoda. **As deusas e a mulher**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Estudos feministas**, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BONI, Paulo César; HOFFMANN, Maria Luisa. O câncer no palanque: a cobertura fotográfica da Veja sobre a doença da possível candidata à Presidência, Dilma Rousseff. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 32., 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0537-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BONIN, Jiani Adriana. Delineamentos para pensar a metodologia como práxis na pesquisa em comunicação. **Processocom**, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.processocom.org/bonin-rastros-2010/>. Acesso em: 9 maio 2022.

BRAH, A. Difference, diversity and differentiation. *In*: DONALD, J; e RATTANSI, A (org.). **“Race”, culture and difference**. Londres: Sage, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. **Governo Federal**, Brasília, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, jan./jul. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BROGNOLI, Paula Caldas; DIAS, Maria Sara de Lima. Política, poder e as implicações de gênero. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 40, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/cgt/article/view/8122/6471>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110-126. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Alexandre; TAVARES, Olga Maria. Corpo físico, corpo sógnico: o percurso da campanha de Dilma Roussef nas páginas de Veja. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (INTERCOM), 12., 2010, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1404-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CÂMARA de Vereadores de Porto Alegre. *In*: **G1**, Porto Alegre, 2 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/02/vereadora-de-porto-alegre-denuncia-colega-parlamentar-a-comissao-de-etica-da-camara-por-importunacao-sexual-e-assedio.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

CAMPBELL, Joseph. **As transformações do mito através do tempo**. São Paulo: Cultrix, 1990.

CAMPBELL, Joseph. **Deusas: os mistérios do divino feminino**. São Paulo: Palas Athena, 2015.

CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

CANDIDATURAS trans foram eleitas em 2020. *In: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 12 maio 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto; LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy Pereira. Contextualização e complexidades temporais: um exercício a partir da narrativa jornalística. *Intercom*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3573/2617>. Acesso em: 5 maio 2023.

CARVALHO, Carlos Alberto. Narrativas sobre o golpe no Brasil: acontecimento, jornalismo e disputas de sentido. *E-Compós*, v. 22, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1597/1959>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CENSO das Prefeitas Brasileiras. *Instituto Alziras*, [s. l.], [2023?]. Disponível em: <https://pfeitas.institutoalziras.org.br/censo/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CERVI, Emerson Urizzi; GANDIN, Lucas. Da continuidade de Lula em 2011 ao 'novo governo' reeleito em 2015: as principais características dos discursos de posse de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional. *In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 24., 2015, Brasília. *Anais eletrônicos [...]*. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-7e1930dc-fca2-40ac-8445-3d711647baf2\\_completo\\_2786.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-7e1930dc-fca2-40ac-8445-3d711647baf2_completo_2786.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

CHAGAS, Inara. Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres. *Brasil de fato*, Florianópolis, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 21 dez. 2023.

COELHO, Maria das Graças Pinto; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. Presença social e emoções: as conversações em rede no dia do impeachment de Dilma Rousseff. *In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 27., 2018, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos [...]*. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2018/trabalhos\\_arquivo\\_FC3EO6JYRZK2213E2Q6F\\_27\\_6888\\_26\\_02\\_2018\\_12\\_27\\_01.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_FC3EO6JYRZK2213E2Q6F_27_6888_26_02_2018_12_27_01.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (org.). The public nature of private violence*. Nova York: Routledge, 1994.

D'ÁVILA, Manuela. Apresentação a esta edição. *In:* D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 9-12.

DALMONTE, Edson Fernando. Narrativa Jornalística e Narrativas Sociais: Questões acerca da Representação da Realidade e Regimes de Visibilidade. *In:* FERREIRA, Giovandro Marcus *et al.* (org.). **Teorias da comunicação: trajetórias investigativas**. Porto Alegre: EduPucRS, 2010. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1486/Teorias%20da%20comunica%20a7%20a3o%20trajet%20b3rias%20investigativas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 maio 2023.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**. 2019. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DEPUTADOS levam ao plenário cartazes de “tchau, querida” e Constituição rasgada. **Jovem Pan**, [s. l.], 15 abr. 2016. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/deputados-levam-ao-plenario-cartazes-de-tchau-querida-e-constituicao-rasgada.html>. Acesso em: 15 out. 2023.

DILMA Rousseff e a resposta que demoliu o senador Agripino Maia (DEM-RN). [S. l.]: drrosinha, 2010. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tiyezo1fLRs>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DUERST-LAHTI, Georgia. Masculinity on the campaign trail. *In:* HAN, Lori Cox; HELDMAN, Caroline (org.). **Madam President: are we ready for a woman in the White House?** Boulder: Lynne Rienner, 2008. p. 87-112.

ESCOLA de Princesas chega a São Paulo e gera polêmica. **Crescer**, São Paulo, 18 out. 2016. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2016/10/escola-de-princesas-chega-sao-paulo-e-gera-polemica.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ESTUDO aponta que lideranças femininas se sentem solitárias e isoladas. **Fast Company Brasil**, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/news/estudo-aponta-que-liderancas-femininas-se-sentem-solitarias-e-isoladas/>. Acesso em: 20 out. 2023.

EXCLUSIVO: 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros. **Fantástico**, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2023.

FEIJÓ, Jéssica; RABAY, Glória. Rita Lee e a Jornada da Heroína rock'n'roll. **Revista Tropos**, Rio Branco, v. 10, n. 2, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/5112>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FÊMEA. **Mulheres sem medo do poder**. Brasília, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FOTOS: a trajetória de Dilma Rousseff. **G1**, São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/fotos/2014/10/fotos-trajetoria-de-dilma-rousseff.html#F1393590>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRAGA, Alex Branco. A boa forma de João e o estilo de vida de Fernanda. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95 -107.

FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. *In*: Vera Lúcia FIGUEIREDO; Renato GOMES; Miguel PEREIRA (org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

FREIRE, Nilcea. Mulheres e poder: uma relação delicada? *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 137-139. Disponível em: [https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

FREITAS, Leticia Sallorenzo de. **Gramática e manipulação: análise cognitivo-funcional de manchetes de jornais durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34504>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FUNDO ELEITORAL. **Relembre os principais votos do impeachment de Dilma Rousseff na câmara dos deputados em 2016**. [S. l.: s. n.], 6 set. 2020. 1 vídeo (12 min 18 s). Publicado pelo canal Fundo Eleitoral. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Ht\\_bVyvjRuA](https://www.youtube.com/watch?v=Ht_bVyvjRuA). Acesso em: 12 dez. 2022.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. A estrutura organizacional e o conteúdo dos impressos: um estudo de caso sobre Dilma Rouseff. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 32., 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0968-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. **Os enquadramentos de Dilma Rousseff no Jornal Nacional: suspeição, humanização e competência**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30200/000777560.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff**: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/164349/001026688.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GARCIA, Gabryella. Saiba quais partidos têm mais candidaturas de mulheres; esquerda lidera. **Uol**, São Paulo, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/partidos-de-esquerda-e-centro-esquerda-lideram-representatividade-feminina.htm>. Acesso em: 18 maio 2023.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GÓES, Bruna. Dilma sugere ‘estoque de vento’ e vira piada na internet. **O Globo**, Brasília, 10 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-sugere-estoque-de-vento-vira-piada-na-internet-17744645>. Acesso em: 7 set. 2023.

GOMES, Neusa Demartini; TREIN, Sérgio Roberto. Lulinha “paz e amor” e a sua criação Dilma Rousseff: uma sucessora a sua imagem e semelhança. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0780-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 147-160.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Impunidade incentiva a violência política contra as mulheres. **Brasil de Fato**, [s. l.], 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/16/impunidade-incentiva-a-violencia-politica-contra-as-mulheres>. Acesso em: 18 out. 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HOLTZ-BACHA, Christina. Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos media. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 45-61, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/44/45>. Acesso em: 12 out. 2023.

IMAMURA, Claudio. **O estudo de arquétipos femininos representados nos desenhos animados dos Estúdios Disney**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Artes e História da Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/1aa8bffb-6b90-4f4c-b390-328cde8e428a/content>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ÍNTEGRA do discurso de Dilma após impeachment. **G1**, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in Politics: 2021**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>. Acesso em: 28 mar. 2022.

JIMÉNEZ, Carla. Uma Dilma frágil encara outra vez a prova de fogo das manifestações. **El País**, São Paulo, 15 ago. 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/15/politica/1439668586\\_932260.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/15/politica/1439668586_932260.html). Acesso em: 23 jun. 2023.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

JUNG, Carl Gustav. **Na natureza da psique**. Petrópolis: Vozes, 1960.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

JUNG, Carl Gustav. **Vida simbólica: escritos diversos**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KREUTZ, Katia. **A jornada das heroínas: protagonismo feminino no cinema contemporâneo brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-23082021-223227/publico/KatiaKreutzVC.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LEITÃO, Cláudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 51-64.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 4-24. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARCELINO, Ueslei. Veja quem são os ministros de Jair Bolsonaro. **Exame**, Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/veja-quem-sao-os-ministros-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MARIZ, Cristiano. Delação de Funaro: Cunha pediu compra de votos por impeachment. *In*: **Veja**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/delacao-de-funaro-cunha-pediu-compra-de-votos-por-impeachment/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão: um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais. *In*: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2017/trabalhos\\_arquivo\\_AT3DNMAN7NR2053DZ\\_H3F\\_26\\_5377\\_15\\_02\\_2017\\_14\\_26\\_35.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_AT3DNMAN7NR2053DZ_H3F_26_5377_15_02_2017_14_26_35.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

MARTÍ, Xavier Giró. A responsabilidade política do jornalismo em cobertura de conflitos. [Entrevista cedida a] Tayane Aidar Abib. **Compolítica**, v. 10, n. 2, 2020. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/455/274>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MARTINEZ, Monica; ARAÚJO, Tamara. Métodos em estruturas narrativas míticas: a jornada da heroína de Maureen Murdock. **Revista Esferas**, Brasília, ano 12, v. 2, n. 24, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/13811>. Acesso em: 18 set. 2022.

MARTINEZ, Monica. **Jornada do Herói**: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377/376>. Acesso em: 23 maio 2023.

MARTINS, Flávia Bozza; SILVA, Vitória Régia da. Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021. **Gênero e Número**, [S. l.], 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/mulheres-negras-53-eleitas/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

MARTINS, Rogério Aparecido. Dilma 2010: a construção de uma imagem. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE (INTERCOM), 16., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0045-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MATOS NETO, Eurico Oliveira; DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão; MESQUITA, Pedro. @dilmabr no impeachment: uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter. *In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2017/trabalhos\\_arquivo\\_LRP0JNRLUMH413HS2IX9\\_26\\_5791\\_21\\_02\\_2017\\_14\\_54\\_35.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_LRP0JNRLUMH413HS2IX9_26_5791_21_02_2017_14_54_35.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

MEDEIROS, Stéfanie Garcia. **A jornada da heroína**: estrutura narrativa para roteiros de ficção. 2019. Dissertação (Mestrado em Escrita Criativa) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GZI2tC>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1992. Documento digitalizado, disponível em: [www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf](http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. *In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 65-73.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014c.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014b.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014a.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Possibilidades de interação e de discussão no "blog da Dilma". *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (INTERCOM)*, 14., 2012, Recife. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0061-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana. 'Uma redação boa pra caralho': mulheres ficam para trás no jornalismo que preza os super-homens. **Intercept Brasil**, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/11/08/mulheres-ficam-para-tras-no-jornalismo-que-preza-super-homens/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., Porto Alegre, jun. 2019. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 24 maio 2023.

MOREIRA, Isabela. Campanha usa fotos para mostrar a falta de mulheres em cargos de poder. **Galileu**, 20 out. 2015. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2015/10/campanha-usa-fotos-para-mostrar-falta-de-mulheres-em-cargos-de-poder.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. Mídia, gênero e eleições: peças na produção da política como ela é. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2014/trabalhos/midia-genero-e-eleicoes-pecas-na-producao-da-politica-como-ela-e?lang=pt-br>. Acesso em: 4 jan. 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 28., 2005b, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12232/1/ARTIGO\\_NoticiaConstrucaoSentidos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12232/1/ARTIGO_NoticiaConstrucaoSentidos.pdf). Acesso em: 4 maio 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo**, Niterói, n. 12, 2005a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17384>. Acesso em: 8 maio 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar narrativas? *In*: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra (org.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Professor Luiz Gonzaga Motta fala sobre sua pesquisa em narrativas. [Entrevista cedida a] Caroline Falcão. **Universidade Federal do Tocantins**, 13 set. 2016. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/15547-professor-luiz-gonzaga-motta-fala-sobre-sua-pesquisa-em-narrativas>. Acesso em: 20 maio 2023.

MULHERES nas eleições. **Gênero e número**, [S.l.], [2022?]. Disponível em: <https://generonumero.media/interativos/mulheres-na-politica/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

- MURDOCK, Maureen. **A Jornada da Heroína: a busca da mulher para se reconectar com o feminino**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.
- MURDOCK, Maureen. **The heroine's journey**. Boulder: Shambhala Publications, 1990.
- NEUMANN, Eurich. **A grande mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- NOGUERA, Renato. **Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
- NUNES, Augusto. Dilma, a Vigarista, merecia virar sucessora de Maria I, a Louca. **Veja**, Brasília, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/dilma-a-vigarista-merecia-virar-sucessora-de-maria-i-a-louca>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. **Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9282>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. *In*: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma - uma mulher política. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 23-32.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 58-88. Disponível em: [https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.
- PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 21-56. Disponível em: [https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.
- PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 15-18. Disponível em: [https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.
- PRESIDENTA Dilma Rousseff e sua filha, Paula, acenam para populares após cerimônia de posse 8. **Biblioteca Presidência da República**, Brasília, 1º jan. 2011, Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/imagens/posse-presidencial/01012011g00104.jpg/view>. Acesso em: 18 ago. 2022.

- QUEIROZ, Caio Cardoso de. A circulação de conteúdo no Twitter: Dilma e os jornalistas-blogueiros na abertura da Copa do Mundo Fifa 2014. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)*, 37., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-2330-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- RAMOS, Linna. Crise política e as esquerdas. *In: BUENO, Winnie et al. (org.). Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 165-175.
- RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Niterói, n. 12, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17387>. Acesso em: 8 maio 2023.
- RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629/1671>. Acesso em: 6 maio 2023.
- ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2019.
- ROQUE, Tatiana. Projetos sem sujeito e sujeitos sem projeto. *In: BUENO, Winnie et al. (org.). Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 27-37.
- ROSA, Rovená. Manifestantes vão às ruas em protestos contra o governo em todo país. **Agência Brasil**, Brasília, 13 mar. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/manifestacao-no-rio-dura-cinco-horas-e-ocupa-orla-de-copacabana>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero, no singular e no plural. *In: D'ÁVILA, Manuela (org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 137-148.
- ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. *In: D'ÁVILA, Manuela (org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 57-72.
- ROUSSEFF, Dilma. O desabafo de Dilma Rousseff: “Queria deixar um legado mais positivo para as mulheres”. [Entrevista cedida a] Marina Caruso e Maria Laura Neves. **Marie Claire**, Brasília, 30 jul. 2016. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2016/07/o-desabafo-de-dilma-rousseff-queria-deixar-um-legado-mais-positivo-para-mulheres.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ROUSSEFF, Dilma. Veja a íntegra do discurso. **Senado**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/12/26/veja-a-integra-do-discurso>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Precisamos falar de gênero. *In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 7-22.
- SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, set./dez. 2015.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41762/30376>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTOS, Allan Carlos dos. A circulação de memes eróticos da Dilma: vinculando públicos afetivos e fortalecendo fronteiras simbólicas no contexto do impeachment. *In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_B9WQ443WSY9XIQ3J09F9\\_28\\_7607\\_21\\_02\\_2019\\_18\\_48\\_44.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_B9WQ443WSY9XIQ3J09F9_28_7607_21_02_2019_18_48_44.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 12 set. 2021.

SERBENA, Carlos Augusto. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na Psicologia Analítica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 16, n. 1, p. 76-82, jan-jul. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v16n1/v16n1a10.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SERBENA, Carlos Augusto. **Temas arquetípicos nas histórias em quadrinhos do Batman**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80646>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SILVA, Emilly Caroline de Souza; LEAL, Paulo Roberto Figueira. Estratégias de comunicação da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff: do anonimato à presidência. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)*, 34., 2011, Recife. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0984-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Perla Haydee da. **De louca a incompetente**: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2019. Disponível em: [https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1984/1/TESE\\_2019\\_Perla%20Haydee%20da%20Silva.pdf](https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1984/1/TESE_2019_Perla%20Haydee%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

SÓRIA, Claudia Bardal. Jornalismo, Democracia e Mulher: a imagem da presidenta Dilma Rousseff construída pela revista *Veja*. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)*, 36., 2013, Manaus. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1826-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

STUCKERT, Ricardo. PT-PSB chapa. **Nexo**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/04/09/Foto-de-PT-e-PSB-reacende-debate-sobre-diversidade-na-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 13 abr. 2022.

STUCKERT, Ricardo. O impeachment de Dilma, em imagens. **El País**. Brasília, 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/12/album/1463017901\\_932931.html#foto\\_gal\\_1](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/12/album/1463017901_932931.html#foto_gal_1). Acesso em: 18 mar. 2023.

TALARICO, Fernanda. Escola Base: como notícia falsa de pedofilia mudou a vida de jornalista. **Uol**, São Paulo, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/11/11/escola-base-como-noticia-falsa-de-pedofilia-mudou-a-vida-de-jornalista.htm>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TATAR, Maria. **A heroína de 1001 faces: o protagonismo feminino na narrativa exclusivamente masculina da jornada do herói**. São Paulo: Cultrix, 2022.

TELLES, Helcimara. Impeachment e seus efeitos: quando vencedores e vencidos são derrotados. In: BUENO, Winnie *et al.* (org.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 67-79.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 105-116.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 28 mar. 2022.

VALENZUELA, Sandra Trabucco. Once Upon A Time: a Jornada do Herói e a Jornada da Heroína na Série de TV. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 42., 2019, Belém. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1488-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

VALINHOS, Havolene. Estudo aponta maioria de jornalistas homens e brancos nas Redações do país. **Folha de S. Paulo**, 4 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/estudo-aponta-maioria-de-jornalistas-homens-e-brancos-nas-redacoes-do-pais.shtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 25 maio 2023.

VELLOSO, Mariele; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; MILLEN, Juliana. A construção da imagem da candidata Dilma Rousseff (PT) na disputa presidencial de 2010 no HGPE sob o prisma da identidade feminina. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE (INTERCOM), 17., 2012, Ouro Preto. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0787-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor**: estrutura mítica para escritores. São Paulo: Aleph, 2015.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24-61. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

WESTIN, Ricardo. **A queda de Dilma**: os bastidores do impeachment da presidente que desprezou as lições políticas de Maquiavel. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

WOOLGER, Jennifer Barker; WOOLGER, Roger. **A deusa interior**: um guia sobre os eternos mitos femininos que moldam nossas vidas. São Paulo: Cultrix, 2007.